UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ALLYSON BRUNO VIANA

ANARQUISMO EM PAPEL E TINTA:
IMPRENSA, EDIÇÃO E CULTURA LIBERTÁRIA (1945-1968)

FORTALEZA
2014

ALLYSON BRUNO VIANA

ANARQUISMO EM PAPEL E TINTA:
IMPRENSA, EDIÇÃO E CULTURA LIBERTÁRIA (1945-1968)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História Social.
Orientadora: Profª. Drª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

FORTALEZA
2014

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

V667a Viana, Allyson Bruno.

Anarquismo em papel e tinta: imprensa, edição e cultura libertária (1945-1968) / Allyson Bruno Viana. – 2014.

441 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: História social.

Orientação: Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

1.Anarquismo – Brasil – 1945-1968. 2.Anarquistas – Livros e leitura – Brasil – 1945-1968. 3.Libertarismo – Brasil – 1945-1968. 4.Imprensa e política – Brasil – 1945-1968. I. Título.

CDD 981.061

ALLYSON BRUNO VIANA

ANARQUISMO EM PAPEL E TINTA:
IMPRENSA, EDIÇÃO E CULTURA LIBERTÁRIA (1945-1968)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História Social.
Orientadora: Profª. Drª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

Aprovada em 19 de dezembro de 2014

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Samis
Colégio Pedro II – RJ

Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profª. Drª Irenísia Torres de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profª. Drª. Ivone Cordeiro Barbosa (suplente)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes (suplente)
Universidade Federal do Ceará - UFC

À Ana Léa, que todos os dias me faz sorrir;

Aos meus pais, aos quais devo, mais que a vida, princípios.

Aos editores libertários Plínio Augusto Coêlho e Robson Achiamé, persistentes e indispensáveis semeadores do Ideal.

A todos os lutadores sinceros da Liberdade.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me apóiam com amor incondicional em todos os momentos de minha vida;

À Ana Léa, minha companheira e alegria permanente, presente em todas as etapas deste trabalho com sugestões críticas e auxílios técnicos indispensáveis, pelo amor, carinho, incentivo e compreensão;

À minha orientadora Adelaide Gonçalves, que acompanha minha trajetória de pesquisa desde o mestrado e que é exemplo da dedicação, generosidade e compromisso que devem ser atributos dos melhores historiadores. Seu rigor intelectual, as proposições críticas férteis, a leitura cuidadosa e o permanente incentivo para ir além marcam não apenas este trabalho, mas toda a minha breve carreira acadêmica;

Aos professores da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, a cujos ensinamentos e convívio muito devo de meu crescimento intelectual;

Ao companheiro Nildo Avelino, da Universidade Federal da Paraíba e do Centro de Cultura Social de São Paulo, que juntamente com o professor Frederico de Castro Neves, compôs a banca do exame de qualificação desta pesquisa. As observações, sugestões e críticas de ambos foram fundamentais para a estruturação do trabalho e suscitaram desdobramentos indispensáveis;

Aos meus colegas professores do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará, que possibilitaram meu afastamento para a realização da pós-graduação e com os quais compartilho e enfrento diariamente os desafios do magistério. Ao Franzé Pereira, funcionário do Curso de História que muito concorre para fazer a máquina girar;

Aos companheiros do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres, Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro e Biblioteca Social Fábio Luz, em especial Renato Ramos e Milton Lopes, do Núcleo de Pesquisas Marques da Costa, que com a maior solicitude me receberam e auxiliaram na pesquisa no Rio de Janeiro. Com ambos, o mais informal dos bate-papos, em meio a um passeio pelas ruas do Rio, se converte em rico ensinamento sobre a experiência libertária naquela cidade. Milton, aliás, permitiu-me acesso a importantes documentos de seu vasto acervo pessoal. Ao Rafael Viana, pela interlocução sobre o tema da pesquisa e pelo suporte no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ. Ao Alexandre Samis, por sua obra e pelo entusiasmo e apoio desde que me decidi por investigar os caminhos do anarquismo no pós-Era Vargas;

Em momentos diversos, recebi atenção dos amigos professores Carlo Romani e Rogério Nascimento, da professora Christina Lopreato, de Cláudia Tolentino, dos companheiros Thiago Lemos e Rodrigo Rosa, facilitando acesso à documentação, sugerindo caminhos de pesquisa e intermediando contatos;

À Lúcia Parra, do Centro de Cultura Social de São Paulo, que também se lançou à pesquisa sobre as leituras libertárias, pela troca de impressões sobre o tema e pelo envio de sua dissertação de mestrado, rica em informações sobre as práticas culturais anarquistas nos anos 1930;

Ao Moésio Rebouças, animador da Agência de Notícias Anarquistas – ANA, cuja generosidade e companheirismo estão na origem do acervo que me instigou aos primeiros questionamentos sobre a experiência anarquista nos anos de 1945 a 1968;

Aos companheiros Victor Pereira e Robson Alves, pela amizade temperada com ideais que vêm de longe, pelos trabalhos coletivos feitos e a fazer e o apoio-mútuo nas pesquisas;

Aos colegas da primeira turma de doutorado em História Social da Universidade Federal do Ceará, pela camaradagem, a solidariedade e as discussões enriquecedoras que ajudaram a tornar o fardo mais leve;

Aos meus amigos e amigas, que com carinho e paciência, jamais faltaram com o incentivo e apoio. Nas horas boas ou nas agruras, tê-los por perto faz toda a diferença;

Aos funcionários e pesquisadores dos arquivos e bibliotecas consultados, que me atenderam com prestatividade, dentre os quais Ricardo Santos, diretor do Núcleo de Acervo Textual Público – NATEP/Acervo DEOPS, do Arquivo Público de São Paulo e Ana Navarro e Rodrigo Campos, do Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

À CAPES pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa.

Como eu, há muitos percorrendo o mundo.

Através das nações, do mar profundo,
dos desertos escaldantes, dos países gelados,
cruzam os meus companheiros,
atrás dos seus arados.

Saúda-os a Manhã nos cânticos dos galos.
O Meio-dia com a sesta os abençoa.
E a noite vai tragá-los,
como um túnel imenso.

Mas eles seguem sempre,
em seu labor imersos.
Aqui, lavram um monte.
Ali, secam um charco.
Mais adeante, publicam um jornal.
E, mais longe, sobre um barco,
fazem flamejar versos.

Roberto das Neves, *"O Semeador"*

RESUMO

Esta tese tem por objetivo investigar a presença do anarquismo - seu ideário e práticas - no Brasil, no período compreendido entre a queda do Estado Novo, em 1945 e a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968. A partir de um estudo sobre os impressos libertários, sobretudo jornais e livros, procuramos dimensionar seu papel enquanto estratégias de educação e autoformação entrelaçados ao projeto mais amplo de difusão da cultura libertária. Assim, o estudo insere-se no campo da história do livro, dos impressos e da leitura, donde a influência central das análises sobre as variadas práticas de leitura e sua circulação, enfocando a experiência do movimento anarquista no Brasil e pondo em discussão as peculiaridades de sua reorganização após um período de exceção, bem como a tentativa de inserção pública num momento de reconquista de liberdades políticas formais.

Palavras-chave: Anarquismo e anarquistas. Imprensa. Edição. Leitura. Educação.

ABSTRACT

The thesis aims to investigate the presence of anarchism - its ideas and practices - in Brazil, between the end of the *Estado Novo* in 1945 and the enactment of the Institutional Act No. 5, in 1968. From a study of libertarians printed, especially press and books, we seek to scale their role as learning strategies and self-education interwoven into the broader project of disseminating libertarian culture. So the study falls within the field of book history, the printing and reading, where the central influence of analysis on the varied reading practices and their circulation, focusing on the experience of the anarchist movement in Brazil and discussing peculiarities of its reorganization after an dictatorship period as well as the attempting to public insertion in a moment of regaining formal political freedoms.

Keywords: Anarchism and anarchists. Press. Edition. Reading. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Cabeçalho de *Remodelações* (Rio de Janeiro-RJ), 14/10/1945. (Acervo Milton Lopes - RJ) 30

Ilustração 2 – *Remodelações* (Rio de Janeiro/RJ), 22/12/1945. (Acervo Milton Lopes - RJ) 33

Ilustração 3 - Cabeçalho do *Ação Direta* (Rio de Janeiro-RJ), 13/06/1946 (Acervo do AMORJ/IFCS – UFRJ) 41

Ilustração 4 – Perfis de Neno Vasco, Luiza Michel e Kropotkin. "Figuras do Anarquismo", *Ação Direta* (Rio de Janeiro-RJ), 1946-1959. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 42

Ilustração 5 - Página dedicada ao movimento sindical, *Ação Direta* (Rio de Janeiro-RJ), março/abril de 1954. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 49

Ilustração 6 - Cabeçalho do jornal *Ação Sindical* (São Paulo-SP), maio de 1958. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz – RJ) 51

Ilustração 7 - Cabeçalho de *O Archote* (Niterói-RJ), setembro de 1947. (Acervo Milton Lopes - RJ) 63

Ilustração 8 - Cabeçalho de *A Plebe* (São Paulo-SP) "Nova fase", 1º de maio de 1947. (Acervo próprio) 67

Ilustração 9 - "Age assim o imperialismo ultramontano: apresenta-se sob a proteção da cruz – para impor o domínio do fascismo". *A Plebe* (São Paulo-SP), 15 jun. 1947. (Acervo próprio) 74

Ilustração 10 - Cabeçalho de *O Libertário* (São Paulo-SP), em seu primeiro formato. Novembro de 1960. (Acervo CEDIC/PUC-SP) 82

Ilustração 11 - Cabeçalho de *O Libertário* (São Paulo-SP), no formato que assumiu a partir de seu nº 7. Fevereiro-março de 1963. (Acervo CEDIC/PUC-SP) 85

Ilustração 12 - Reformas de base e Revolução Cubana nas páginas d'*O Libertário*. São Paulo, Janeiro de 1964. (Acervo CEDIC/PUC-SP) 89

Ilustração 13 - Capa do primeiro número do *Dealbar* (São Paulo-SP), setembro de 1965. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz - RJ) 95

Ilustração 14 - Laboratório de Ensaios nas páginas do *Dealbar* (São Paulo-SP) Dezembro de 1967. (Acervo próprio) 101

Ilustração 15 - Cabeçalho do jornal *Dealbar* (São Paulo-SP). Junho de 1967. (Acervo próprio) 101

Ilustração 16 - "Dealbar, o novo e pequeno Davi, derribará os modernos Golias que buscam tragar a pobre humanidade. *Dealbar*. São Paulo, Outubro de 1967. (Acervo próprio) 105

Ilustração 17 - Homenagem a Edgard Leuenroth. *Dealbar* (São Paulo-SP) dezembro de 1968. (Acervo AMORJ/ IFCS – UFRJ) 107

Ilustração 18 - Cabeçalho do jornal *O Protesto*, (Porto Alegre-RS), em sua primeira versão. Outubro de 1967. (Acervo Biblioteca Nacional – RJ) 109

Ilustração 19 - Cabeçalho do jornal *O Protesto* (Porto Alegre-RS), em sua segunda versão. Abril de 1968. (Acervo Biblioteca Nacional – RJ) 112

Ilustração 20 - Mobilizações estudantis e operárias na França em 1968. *O Protesto* (Porto Alegre-RS), maio-junho de 1968. (Acervo Biblioteca Nacional – RJ) 114

Ilustração 21 - Capa da 5ª edição de *Manolín*, Córdoba, 1913. (Imagem: Internet) 124

Ilustração 22 - Uma lição do "Curso de Literatura" de José Oiticica. *Ação Direta* (Rio de Janeiro-RJ), 26 ago. 1949. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 141

Ilustração 23 - *Direito ao Filho*, novela de Federica Montseny. *Ação Direta.* (Rio de Janeiro-RJ), jul./ago. de 1954. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 146

Ilustração 24 - Folha-de-rosto do *Curso Popular de Sociologia*, de Moacir Caminha. Rio de Janeiro, 1945. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura - CE) 155

Ilustração 25 - Capa do folheto "A Solução Anarquista Para a Questão Social", de Errico Malatesta. São Paulo, 1962. (Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - RJ) 162

Ilustração 26 - Capas de folhetos escritos, impressos e distribuídos por Venâncio Pastorini Sobrinho na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul. Em sentido horário: *A Luta entre Deus e Satanaz!* (1957); *A Obra no Caminho da Paz Universal.* (s/d); *Governo do Povo. Parlamentarista Federalista.* (1951); *Trabalhamos Por Um Mundo Novo de Melhores Dias.* (s/d) (Acervo Milton Lopes – RJ) 166

Ilustração 27 - Edição do *Dealbar* (São Paulo-SP) alusiva ao Primeiro de Maio. Abril e maio de 1968. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 175

Ilustração 28 - Capa de *Socialismo Autoritario y Socialismo Libertario*, de Max Nettlau, distribuído pelo movimento libertário no Brasil. (Imagem: Internet) 183

Ilustração 29 - Francisco Laissue em sua livraria no início dos anos 1970. Foto: *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro/RJ), 29/11/1971. (Acervo Biblioteca Nacional – RJ) 187

Ilustração 30 – Anúncio de livros de Francisco Laissue, *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ), agosto/setembro de 1953. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 188

Ilustração 31 – Anúncio de livros e subscrições de publicações libertárias, pela Livraria Minerva. *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ), mar. abr. mai. 1953. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 189

Ilustração 32 - "Leitura que Aconselhamos". Anúncio de livros no *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ). 17 de abril de 1948. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 193

Ilustração 33 - "Nossa Estante". Anúncio de livros no jornal *O Libertário* (São Paulo/SP). Janeiro de 1963. (Acervo CEDIC/PUC – SP) 197

Ilustração 34 – Anúncio de livro da Editora Germinal no *Dealbar* (São Paulo/SP), mar/abr de 1966. (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 201

Ilustração 35 – Anúncio da Editora Mundo Livre. *Dealbar* (São Paulo/SP), out/nov de 1965 (Acervo AMORJ/IFCS – UFRJ) 202

Ilustração 36 - Catálogo da Editora *A Sementeira* (São Paulo/SP). Abril de 1934. (Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo - SP) 213

Ilustração 37 – *"Sociedades Cooperativas"*, de Fábio Luz Filho, anunciado no Catálogo d'*A Sementeira*. São Paulo, Editora UNITAS, 1930. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura – CE) 218

Ilustração 38 – *Verdades Sociais*, de José Carlos Bóscolo. São Paulo, Editorial *A Sementeira*, 1934. (Acervo: Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, reproduzido de PARRA, 2014, p. 152) 219

Ilustração 39 - *Democracia Libertária*, de Joaquim Ribeiro. São Paulo. s/e, 1946, 3ª ed. (Acervo próprio) 226

Ilustração 40 - *Em Torno de Uma Vida*, de Piotr Kropotkin. *Livraria José Olympio Editora,* São Paulo, 1946. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura - CE) 230

Ilustração 41 - *As Idéias Absolutistas no Socialismo*, de Rudolf Rocker. Editora Sagitário, São Paulo, 1946. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura - CE) 238

Ilustração 42 - *Análise Dialética do Marxismo*, de Mário Ferreira dos Santos. São Paulo, Editora Logos, 1953. (Acervo próprio) 241

Ilustração 43 - *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica. São Paulo, s/e, 1947. (Acervo próprio) 248

Ilustração 44 - *Eu Creio na Humanidade*, de Pedro Ferreira da Silva, em edição do autor. Rio de Janeiro, 1949. (Acervo próprio) 251

Ilustração 45 - O Jesus Cristo revolucionário de Aníbal Vaz de Melo. *Cristo, O Maior dos Anarquistas*. São Paulo, 3ª ed. Editora Piratininga, 1956. (Imagem: Internet) 255

Ilustração 46 - *O Anarquismo*, de Kropotkin. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1954. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz – RJ) 262

Ilustração 47 - *A Grande Revolução*. 2 volumes. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1955. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura – CE) 263

Ilustração 48 - *A Tragédia de Sacco e Vanzetti*, de Francis Russell. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. (Acervo próprio) 265

Ilustração 49 - A primeira edição brasileira de *Caminhos para a liberdade. Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo,* de Bertrand Russell. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955. (Acervo próprio) 268

Ilustração 50 - Folha de rosto de *Caminhos para a Liberdade*, com foto do filósofo Bertrand Russell. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955. (Acervo próprio) 269

Ilustração 51 - Obras de Erich Fromm difundidas pelo movimento libertário nos anos 1950 e 1960. Da esquerda para a direita: O Mêdo à Liberdade (1962, 4ª edição), A Sobrevivência da Humanidade (1962), Psicanálise da Sociedade Contemporânea (1967, 5ª edição). Rio de Janeiro, Zahar Editores. (Acervo próprio) 271

Ilustração 52 - Dois clássicos da literatura libertária na coleção "Livros de Ontem e de Hoje", da Organização Simões Editora: *A Conquista do Pão*, de Kropotkin (1953) e *O Amor Livre*, de Charles Albert (1953) (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura – CE) 275

Ilustração 53 - *A Insuficiência do Materialismo Histórico*, de Rudolf Rocker. Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1956 (Coleção Mosaico) (Acervo próprio) 277

Ilustração 54 – Revista *Tierra y Libertad*, México, D.F. nº 237, fevereiro de 1963. (Acervo próprio) 288

Ilustração 55 - Literatura libertária do Prata em circulação no Brasil. Da esquerda para a direita: *Proudhon: su vida y su correspondencia*, de C. A. Saint-Beuve (Américalee, 1945); *Esbozos de una moral sin obligación ni sanción*, de J. M. Guyau (Américalee, 1944); *Marxismo y Socialismo Libertario*, de Daniel Guérin (Editorial Proyección, 1964) (Imagens: Internet) 290

Ilustração 56 - O editor anarquista Roberto das Neves, em fotografia de Ferenc Aszmann. *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952. (Acervo próprio) 297

Ilustração 57 - *Sermões da Montanha*, de Tomás da Fonseca. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1948. (Acervo próprio) 300

Ilustração 58 - "Tartufo de saias e as suas mercancias". Ilustração no *Sermões da Montanha*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1948. (Acervo próprio) 302

Ilustração 59 - Selo da Editora Germinal (Acervo próprio) 308

Ilustração 60 - *Assim Cantava um Cidadão do Mundo.* Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952. (Acervo próprio) 309

Ilustração 61 - Ex-libris de Roberto das Neves. *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952. (Acervo próprio) 311

Ilustração 62 - Capa de *O Diário do Dr. Satan*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1954. (Ilustração retirada de NEVES, 2006) 312

Ilustração 63 – *Fátima (Cartas ao Cardeal Cerejeira)*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1955. (Acervo próprio) 314

Ilustração 64 – Relatório da Direção de Serviços de Censura, do Serviço de Propaganda e Informação do governo português, tornando proibido o livro *Fátima*, 12/11/1956. 316

Ilustração 65 - *Na Inquisição do Salazar.* Luis Portela e Edgart Rodrigues. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1957. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura - CE) 319

Ilustração 66 - *Portugal Oprimido*, de Fernando Queiroga. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1958. (Acervo próprio) 323

Ilustração 67 - *A Fome em Portugal*. Edgar Rodrigues e Roberto das Neves. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1959. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz - RJ) 325

Ilustração 68 - *Tufão Sobre Portugal*, de Humberto Delgado, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1962. (Ilustração retirada de NEVES, 2006) 326

Ilustração 69 – Anúncio de *A Hediondez Colonialista de Portugal*, de Thomaz Ribeiro Colaço, no *Correio da Manhã*, 21 jan. 1961 (Acervo Biblioteca Nacional) 328

Ilustração 70 - Folhetos publicados pela Editora Germinal na "Coleção Cidadão do Mundo". Em sentido horário: *Duas Palestras sobre o Fascismo Ibérico*, Cel. F. Oliveira de Pio, 1959 (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura - CE); *Salazar Vai Morrer*, João Rodrigues, 1960 (Biblioteca e Arquivo José Pacheco Pereira, página *on line*: http://ephemerajpp.com/); *A Hediondez Colonialista de Portugal*, Thomaz Ribeiro Colaço, 1961 (Imagem: Internet) e *Colonialismo, Anticolonialismo, Autordeterminação*, Henrique Galvão, 1961 (Ilustração em NEVES, 2006). 329

Ilustração 71 - *O Quinto Evangelho*, de Han Ryner. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1961. (Imagem: Internet) 332

Ilustração 72 - *Páginas Cínicas*, de Filósofo da Selva (Rafael Lopés Del Palacio). Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1955. (Imagem: Internet) 333

Ilustração 73 - *Nova Ética Sexual*, de E. Armand. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1960. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz – RJ) 338

Ilustração 74 - *O Novo Israel*, de Agustin Souchy. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1962. (Acervo próprio) 341

Ilustração 75 – Capa e contra-capa de *O Anarquismo*, de Daniel Guérin, lançado pela Editora Germinal em 1968. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz - RJ) 347

Ilustração 76 - *Retrato da Ditadura Portuguesa*, o primeiro lançamento da Mundo Livre. Rio de Janeiro, 1962. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura - CE) 356

Ilustração 77 - A segunda edição de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz - RJ) 359

Ilustração 78 - *Anarquismo: roteiro da libertação social.* Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura – CE) 360

Ilustração 79 - *Erros e Contradições do Marxismo*, de Varlan Tcherkesoff. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1964. (Acervo Plebeu Gabinete de Leitura – CE) 366

Ilustração 80 - *Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*, de Kropotkin. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1964. (Acervo Biblioteca Social Fábio Luz – RJ) 369

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. 1

CAPÍTULO I - IMPRIMINDO RESISTÊNCIAS: PERIODISMO LIBERTÁRIO NO BRASIL (1945 – 1968). 20

1.1 – Cultura e periodismo anarquista no período da “redemocratização”. 24

1.2 – Reconstruindo as afinidades libertárias. 29

1.3 – *Ação Direta*, um jornal anarquista. 40

1.4 - Experimentos impressos das *juventudes libertárias*. 60

1.5 – *Liberdade, cultura e pão para todos*: *A Plebe* de volta à luta. 66

1.6 – Um porta-voz em tempos de ebulição política. 81

1.7 – *Palavra de aviso, de sonho e de esperança*. 92

1.8 – Um sopro libertário vem do Sul. 108

Capítulo II – *LEITURAS QUE RECOMENDAMOS*: LEITURA, ESCRITA E EDIÇÃO NA IMPRENSA LIBERTÁRIA. 120

2.1 – Leitura, autodidatismo e militância. 120

2.2 – Uma cartografia do livro libertário na imprensa anarquista. 135

2.3 – Libelos para a difusão libertária. 153

2.4 – Entre herança e protagonismo, escrever a história anarquista. 168

2.5 – A difusão editorial na imprensa libertária. 179

Capítulo III – ANARQUISMO EM LIVRO: EDIÇÃO E CULTURA LIBERTÁRIA. 205

3.1 – Educação, cultura libertária e práticas sociais. 205

3.2 – Uma *sementeira* da palavra insubmissa. 208

3.3 – As primeiras edições pós-Estado Novo. 223

3.4 - A difusão do pensamento libertário nas Edições de Autor. 250

3.5 - Livros libertários e Editoras comerciais. 258

3.6 – Rotas do intercâmbio dos impressos libertários. 281

Capítulo IV – A EDIÇÃO ANARQUISTA NO BRASIL. 293

4.1 – Os precursores da edição libertária. 293

4.2 – A aventura editorial de Roberto das Neves. 296

4.3 – A *Cooperativa Editora Mundo Livre* e a difusão libertária nos anos 1960. 350

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 373

REFERÊNCIAS. 381

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado em História Social volta-se à investigação da presença do anarquismo - seu ideário e práticas - no Brasil, no período compreendido entre a queda do Estado Novo, em 1945 e a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968.

Logo à partida, importa salientar que o recorte cronológico proposto diverge daqueles marcos temporais mais comumente elegidos quando se tratou de investigar aspectos da presença do socialismo de extração libertária no país. O tema do anarquismo não é novo nos estudos históricos, e já se vai muito tempo desde que Michael Hall anotou, com precisão, que os estudos acadêmicos sempre encontraram dificuldades em lidar com a história do anarquismo. Segundo sua apreciação, a Academia "ignorou o tema durante anos e, posteriormente, veio com uma série de estudos dedicados a provar a superioridade de estratégias políticas diferentes daquelas seguidas pelos anarquistas" (HALL, 1998, p. 7). Este quadro começa a modificar-se ainda na década de 1980. Em estudo anterior, observamos como o tema foi abordado na historiografia acadêmica entre 1980 e 1989, sublinhando a percepção de que, já naqueles anos, a "atuação libertária" passava a ser analisada, majoritariamente, a partir das especificidades de sua própria experiência histórica, afastando-se das condenações prévias nutridas com a ideia de fracasso político, comuns em anos anteriores (VIANA, 2002).

A historiografia brasileira que abordou o tema do anarquismo, entretanto, possuidora já de alentado volume de obras, tem ainda se detido pouco no recorte temporal que elegemos e, somente aos poucos, delimitações cronológicas distintas vão sendo propostas[1] Parte substancial das pesquisas,

[1] Apenas para mencionar alguns dos trabalhos que transpuseram os marcos cronológicos usuais no estudo da presença do anarquismo no Brasil, anotemos: NORTE, Sérgio Augusto de Queiroz. **Contra Leviatã, Contra a História. A travessia do deserto: mitos, literatura e imprensa anarquista no Brasil – 1945-1968.** Tese de Doutoramento: Universidade de São Paulo, 1994; AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade. (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002; PARRA, Lucia Sílvia. **Combates pela Liberdade. O Movimento Anarquista Sob a Vigilância do DEOPS/SP (1924-1945).** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003; AVELINO, Nildo. **Anarquistas: ética e antologia de existências.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2004; SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945).** Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual da

sobretudo, a partir do final da década de 1970, privilegiou as relações do anarquismo com as lutas operárias da Primeira República, período às vezes considerado "áureo" do movimento operário e aquele no qual percebemos a maior projeção social do anarquismo no Brasil.

O balizamento cronológico mais utilizado foi, em vista disso, aquele que vai da última década do século XIX a meados dos anos 1920. Esse limite, reiteradamente observou-se, coincide com um decréscimo da influência do anarquismo, descenso em cujo quadro explicativo geralmente convergem o debate e a disputa político-ideológica entre anarquistas e comunistas que culminou com a fundação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro; a sistematização da repressão policial, o desenvolvimento industrial, o surgimento da legislação trabalhista e o atrelamento dos sindicatos ao Estado a partir de 1930.

A presença do anarquismo no Brasil, todavia, não se encerrou nestes marcos, o que atesta o trabalho de pesquisa nos arquivos, o levantamento de fundos documentais até então pouco valorizados e a disposição de historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos de abordar a experiência da atuação libertária em novas perspectivas.

Durante os períodos de exceção, quando o ambiente hostil impedia a militância pública, os libertários cuidaram de preservar os laços de afinidades entre militantes, por meio de reuniões, da circulação interna de boletins e outros impressos, do intercâmbio postal local e com o movimento libertário de outros países, ou simplesmente exercendo a burla ao instituído e seus poderes repressivos, como fazia, por exemplo, o libertário Moacir Caminha, durante o Estado Novo, conversando sobre ideias ácratas com militantes atentos sob o disfarce do "Curso Popular de Sociologia" que ministrava no Rio de Janeiro.

Ao final do Estado Novo (1937-1945), como sugere a própria memória que constroem, os anarquistas buscam reorganizar-se e se observa o ressurgimento de sua atividade militante na esfera pública. A reconquista de liberdades políticas básicas, tolhidas nos anos de ditadura, enseja à reconstrução de agrupações libertárias, a realização de manifestações

---

Campinas/IFCH, 2005; e a obra do pesquisador social Edgar Rodrigues, notadamente na trilogia: "Nova Aurora Libertária (1945-1948)", publicado em 1992, "Entre Ditaduras (1948-1962)", de 1993 e "O anarquismo no banco dos réus" (1969-1972), de 1993.

públicas, a produção e divulgação de sua imprensa, bem como significativa atividade editorial.

Apenas para uma visada geral, cabe mencionar algumas dessas atividades. Entre outros títulos do periodismo anarquista circulam: *Remodelações* (1945-1947), *Ação Direta* (1946-1959), *O Archote* (1947)*, Spartacus* (1947) e *Revolta* (1947), publicados no Rio de Janeiro, *O Protesto* (1967-1968), em Porto Alegre e *A Plebe* (1947-1951)*, O Libertário* (1960-1964), *Ação Sindical* (1958) e *Dealbar* (1965-1968) dados a lume em São Paulo. Nesta última cidade, o Centro de Cultura Social, criado em 1933 e fechado durante a ditadura estado-novista, reabre suas portas e exercita a sociabilidade libertária com um leque variado de atividades, dentre as quais se destacam palestras, cursos e a criação do Laboratório de Ensaios, grupo amador de teatro voltado à representação de peças de cunho social. A *Editora Germinal*, e depois a *Cooperativa Editorial Mundo Livre*, ambas baseadas no Rio de Janeiro, mas com conexões em outros estados, voltam-se para a edição e distribuição da literatura libertária[2].

São produzidos e divulgados folhetos com o objetivo de difusão das concepções libertárias e intensifica-se o intercâmbio com o movimento libertário estrangeiro, que faz avultar o volume de impressos de natureza variada em circulação no Brasil. No Rio de Janeiro, o Centro de Estudos Professor José Oiticica, a partir de 1957, através de palestras, cursos, conferências e outras atividades de cultura social, leva adiante a difusão dos princípios libertários na cidade e a articulação e permanente comunicação com militantes de outras partes do país e do mundo. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a busca de reorganização dos libertários enseja a criação, em 24 de maio de 1953, do Centro Cultural e Artístico Euclides da Cunha, que congrega anarquistas de várias nacionalidades, com presença principalmente de militantes do movimento libertário espanhol no exílio (RODRIGUES, 1994; MARÇAL, 1995).

[2] Nesta pesquisa, assumimos o termo “literatura” com o sentido de “conjunto de obras científicas, filosóficas, etc., sobre um determinado assunto, matéria ou questão; bibliografia”, consagrado pelo Dicionário Houaiss. Para um sentido estrito da “literatura” na chave anarquista, referindo-se ao estilo literário que abriga a prosa de ficção, os contos, romances, ver: LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920.** São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984.

A visibilidade pública desta obra militante, que ganhou corpo ao ocaso da ditadura varguista, ultrapassou a imposição da ditadura seguinte, em 1964, e somente encontrou seu termo depois do aumento da repressão, após a publicação do Ato Institucional nº 5, em 1968. É necessário dizer que tal recorte de nenhuma maneira corrobora certa interpretação histórica que se insinua em nossos dias, segundo a qual o governo militar instaurado em 1964 teria inicialmente um caráter mais “brando” e tolerante em relação a atividades políticas contrárias ao regime, e que, somente após o AI-5, essas manifestações foram motivo de repressão. O regime inaugurado com o golpe civil-militar é ditatorial, e como tal autoritário e repressivo em sua origem; coleciona episódios de violência e arbítrio desde as suas primeiras horas, com prisões, torturas, cassação de direitos políticos e assassinatos de militantes de esquerda. Não é a uma suposta “tolerância” que se deve a manutenção de atividades da militância libertária após o golpe, assim como a de outros agrupamentos políticos que se opunham ao regime, mas à obstinação e à pertinácia dos mesmos militantes, no travar de uma batalha constante pela afirmação de seus princípios e no combate ao estabelecido.

O recorte elegido põe acento, então, em um momento de reorganização, depois de uma década de sensíveis alterações na organização social, e consequentemente, nas práticas do movimento libertário em âmbito mundial. O colapso econômico e político do modelo liberal ao final dos anos 1920 e a emergência de governos totalitários e ditaduras de acento fascista contam-se entre os fatores que contribuíram para a perda de inserção social do movimento libertário ao redor do mundo. A derrota da Revolução Espanhola, última grande tentativa de transformação social do movimento libertário histórico; e a difusão da estratégia bolchevique nas lutas dos trabalhadores e a consolidação, após a Segunda Guerra Mundial, da auto-imagem da União Soviética como “pátria dos proletários” e como única oposição real ao capitalismo, contribuirão também para limitar a tentativa do anarquismo de retomar a influência nos movimentos sociais.

No Brasil, as transformações na esfera do associativismo dos trabalhadores – provocada, sobretudo, pela ação da estrutura sindical corporativista e pelo papel que tomou para si o Estado na seara das relações entre o capital e o trabalho, a partir dos anos 1930 - e pela dura repressão nos

anos de Estado Novo, constituíram barreiras à militância dos anarquistas nas lutas operárias, obliterando a visibilidade social que tiveram os libertários às primeiras décadas do século XX. Não por outro motivo, Sérgio Norte, em um dos primeiros estudos sobre o movimento anarquista entre os anos 1945 e 1968, referiu-se ao ínterim como um período "no qual os anarquistas faziam a sua travessia do deserto, derrotados, perseguidos, época em que parecem ter desaparecido" (NORTE, 1994, p. 11).

Embora reconhecendo o peso que tais transformações acarretaram sobre o movimento anarquista, não propomos o estudo das práticas libertárias entre os anos 1945 e 1968 como dicotômicas àquelas do intervalo em que o sindicalismo revolucionário deu maior visibilidade e penetração social à militância anarquista. Intentamos assim escapar à armadilha teórico-conceitual que contribui para realçar o período em questão como sendo de "declínio", "descenso" ou "influxo" do anarquismo. Isso não equivale dizer que a mudança do meio social de inserção dos libertários não marque em alguma medida o discurso anarquista nos anos pós-1945, que visivelmente se encaminha no sentido de pensar as propostas libertárias de uma maneira mais universalista, e não propriamente ligada a uma determinada classe social. De igual maneira, não pesam dúvidas sobre a perda de projeção social do anarquismo na segunda metade do século XX. Do "distanciamento" geracional da militância libertária já nos falava Azis Simão em 1989, quando discutia a mudança do meio social da militância anarquista (SIMÃO, 1989).

A própria discussão centrada nos termos do "êxito" ou "triunfo" dos trabalhadores, assim entendo, serve às avaliações que reforçam a ideia de superação de determinadas práticas e formas de compreender a militância social, encerrando-as ao passado. Não é a circunstância de ter ou não logrado êxito que torna significativa a experiência libertária – como de resto a luta dos trabalhadores – mas a possibilidade de experimentar ou vislumbrar uma forma diversa de organização social e levar à prática a busca por essa transformação.

A discussão sobre a presença do anarquismo na chamada "redemocratização" pós-Estado Novo, por outro lado, não se deve processar associada ao tema da ação partidária, vista como grande perspectiva de atuação política nos anos que seguiram à derrubada do Getúlio Vargas. Ferreira chamou atenção para o período como uma "temporalidade importante

para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira" em que, de forma inédita, teriam surgido e se fortalecido partidos políticos nacionais, identificados com determinadas parcelas do eleitorado (FERREIRA, 2011, p. 9). A experiência anarquista, entretanto, se dá fora (e contra) esse aprendizado político limitado à democracia representativa e abordá-la associada ao tema da ação partidária redundaria em qualificar a militância anarquista como anacrônica e pré-política, como fora comum nas análises centradas na atuação do Partido Comunista Brasileiro e seu papel nas lutas operárias, sobre o desenvolvimento industrial ou sobre a montagem do Estado cooperativo durante a Era Vargas (VIANA, 2002; AZEVEDO, 2002). Recusar centralizar a análise sobre o anarquismo na política institucional abre caminho para a consideração da política em todos os espaços da sociabilidade exercitada pelos libertários, no âmbito das quais se buscava negar as relações sociais heterônomas e de dominação do semelhante. É o que se pode chamar "o outro lado da moeda" da recusa da retórica política, que remete ao que evidenciou Hunt em seu estudo sobre as transformações da cultura política durante a Revolução Francesa. Uma vez que passou a recusar-se a realização da política a uma esfera particular, a própria concepção de política passou a fazer parte de todos os momentos da vida cotidiana:

> Essa politização do dia-a-dia era tanto uma conseqüência da retórica revolucionária como a rejeição mais consciente da política organizada. Politizando o cotidiano, a Revolução aumentou imensamente os pontos de onde o poder [e a sua crítica, acrescentamos] podia ser exercido e multiplicou as táticas e estratégias para exercê-lo (HUNT, 2007, p. 81).

Nossa tese se encaminha à analise do fato social aqui compreendido como o mais duradouro projeto da militância ácrata: a difusão da cultura libertária, através da qual julgavam os anarquistas poderem construir novas relações sociais. A cultura, aqui entendida na acepção de Williams (1969), englobando todo um "modo de vida", tem centralidade no projeto de transformação anarquista, não sendo considerada uma mera ferramenta para a revolução social, senão a própria transformação. Como bem anotou Ângela de Castro Gomes em estudo já clássico, para os anarquistas era da transformação

do homem que dependia a transformação da sociedade e, por isso, a educação entre os libertários era compreendida como a emergência de uma nova cultura:

> Na verdade, para os anarquistas, a luta só se faria e, principalmente, a futura sociedade só se implantaria, se houvesse uma transformação profunda no homem trabalhador. O que o projeto anarquista almejava era uma revolução social e não apenas uma revolução política. Daí o privilégio da educação entendida como ampla formação cultural. O fato de terem sido os anarquistas os principais pioneiros em atividades como teatro, educação musical, práticas de leitura, criação de escolas e universidades populares, não é casual. E, por esta razão, não é casual também que velhos militantes operários, anarquistas ou não, considerem até hoje que foi educando que os libertários mais contribuíram para a constituição da identidade da classe trabalhadora (GOMES, 1988, p. 92).

O ideal pedagógico que suplanta a educação institucional e que projeta a formação de mulheres e homens imbuídos de valores de solidariedade, apoio-mútuo, igualdade, justiça e autodeterminação – condição básica para qualquer transformação social mediada pelo socialismo libertário - perpassa as atividades do movimento anarquista através das épocas e lugares (LITVAK, 2001; FOOT HARDMAN, 2002). E esse projeto de difusão dos valores com os quais se imaginava poder erigir uma organização social diversa tinha, no autodidatismo, no aperfeiçoamento moral e intelectual, na circulação de livros e leituras; e na permanente defesa da educação necessariamente associada ao princípio da autonomia, seus pontos de destaque. Esse leque amplo de atividades marcou sobremaneira as práticas dos militantes libertários naquele período. Desta gama de ações, elas próprias calcadas em perspectivas igualitárias e anti-hierárquicas, poderia emergir a transformação social que almejavam os libertários, como afirma Accioly:

> Para os anarquistas, a educação, a cultura e, portanto, a apropriação do conhecimento pelas classes trabalhadoras sempre foram questões essenciais. Concebem a transformação social pela criação de formas igualitárias, anti-hierárquicas e desburocratizadas de organização, em sintonia com a mudança de sensibilidades, atitudes, valores e não como tomada do poder do Estado pelos partidos políticos e a constituição de uma nova classe dirigente (ACCIOLY, 2011, 94).

Esta tese volta-se, de forma mais direta, para uma investigação sobre a circulação do que chamamos “argumento impresso” e suas formas de desdobramento neste projeto de educação e autoformação compreendida de

forma ampla. Os jornais libertários que circulam no período entre ditaduras os consideramos um dos pontos principais dessa atividade militante, lugares, por definição, do movimento das ideias. A eles aliam-se os livros, folhetos, manifestos, panfletos e outros impressos que difundem os princípios libertários. Do amálgama formado por estes e a campanha de difusão que os acompanha, juntamente com a reorganização dos centros de estudos, a criação de bibliotecas sociais, o oferecimento de conferências e cursos, a criação de organizações editoriais específicas, que produzem e põem em circulação a literatura libertária, se busca perceber o lugar destacado que ocupam o autodidatismo, a leitura e a instrução na cultura política anarquista[3] e na militância libertária no Brasil nos anos entre ditaduras.

Desta maneira, o presente estudo insere-se no campo da história social do livro, dos impressos e da leitura, donde a influência central das análises sobre as variadas práticas de leitura e sobre a importância da circulação dos impressos, consoante a compreensão de Darnton de que os livros, e aqui agregamos os demais impressos, não se limitam a relatar a história, eles também a fazem (1995; 2008). O entendimento dos modos diferenciados de acesso aos textos, por outro lado, é fundamental para dimensionar o projeto de difusão da cultura libertária, sobretudo sabendo tratar-se de uma tarefa fortemente informada pela perspectiva do autodidatismo, além de influenciada e voltada para uma visão de mundo diferente e oposta àquela da cultura dominante. Na forma variada de encontro do leitor com o impresso, Chartier nos convida a problematizar as maneiras distintas de ler, salientando-lhes os característicos conjunturais:

> A leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros. Eis porque deve-se voltar a atenção particularmente para as maneiras de ler que desapareceram em nosso mundo contemporâneo. Por exemplo, a leitura em voz alta, em sua dupla função: comunicar o texto aos que não o sabem decifrar, mas também cimentar as formas de sociabilidade imbricadas igualmente

[3] Cf. MANFREDONIA, Gaetano. “Persistance et Actualité de la Culture Politique Libertaire” In*:* BERNSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France**. Paris: Le Seuil, 1999; KNAUSS, Paulo; AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise (orgs.) **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) **Culturas Políticas na História. Novos Estudos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

> em símbolos de privacidade – a intimidade familiar, a convivência mundana, a convivência letrada (CHARTIER, 1998, pp. 16-17).

O campo da história do livro e da leitura no Brasil vai, aos poucos, sendo alargado, fruto do interesse e do trabalho de estudiosos de áreas diversas, como a antropologia, a história, a educação, a ciência política, a comunicação e a sociologia. Individualmente ou integrando núcleos interdisciplinares de pesquisa[4] sobre a circulação dos impressos, esses pesquisadores vão compondo um rico painel sobre o papel dos impressos na construção da vida social. O resultado desses esforços, como afirmam Dutra e Mollier, atesta o lugar da escrita, da leitura e da circulação dos impressos como um espaço da própria política, esta sendo compreendida como "um espaço de manifestação e afirmação da liberdade, do exercício do pensamento, da construção de

[4] Para as investigações acerca da formação do campo interdisciplinar de história editorial e do livro no Brasil, bem como o quadro de ampliação temática das pesquisas anote-se a iniciativa acadêmica do LIHED – Núcleo de Pesquisas sobre Livro e História Editorial no Brasil, da Universidade Federal Fluminense - UFF e, em específico os seguintes estudos: BRAGANÇA, Aníbal. "A constituição do campo interdisciplinar de estudos do livro e da história editorial no Brasil. (1900-2000)" In*:* BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs.) **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo: Intercom, 2005; BRAGANÇA, Aníbal. "Um espaço multidisciplinar para os estudos do livro e da leitura no Brasil (1994-2009): uma aproximação quantitativa.**"** Trabalho apresentado no encontro do GP Produção Editorial, da Intercom, evento do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na Universidade de Caxias do Sul (RS), de 2 a 6/9/2010; BRAGANÇA, Aníbal. (org.) **Memorial do Núcleo de Pesquisa Produção Editorial** (Incluindo a Memória do GT Produção Editorial, Livro e Leitura – 1994/2000), rev., 2010. Disponível em http://groups.google.com.br/group/intercom-nucleo-producao-editorial/files; REIMÃO, Sandra. "Estudos sobre produção editorial e história dos livros no Brasil – algumas observações", *In*: I Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, Rio de Janeiro: FCRB/PPGCOM/UFF, 2004, disponível em: http://www.uff.br/lihed/primeiroseminario/pdf/sandrareimao.pdf. Ressalte-se, também, o trabalho do CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e o trabalho da Associação Brasileira de Leitura, promovendo o Congresso de Leitura do Brasil (COLE) e editando a revista *Leitura: Teoria e Prática.* Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, funciona o Laboratório de Edição, Cultura e Design, um Núcleo de investigação com linhas de pesquisas versando sobre a produção editorial, jornalismo, cultura visual e publicações culturais, destacando estudos sobre o estabelecimento de contratos de leitura, história do sistema editorial, dos suplementos culturais, entre vários; como atesta seu catálogo de dissertações, teses, monografias e publicações. O NELE - Núcleo de Estudos do Livro e da Edição, ECA/USP, se apresenta como um "um espaço de realização, promoção, registro e disseminação de estudos e pesquisas sobre história do livro e da edição no Brasil"; tem sua ação pautada pelas linhas de pesquisa "Memória da edição e do livro popular no Brasil, Bibliografia Brasileira sobre livro e edição, Livro e censura no Brasil e História das práticas editoriais e da leitura no Brasil", tendo como pesquisadores, Flamarion Maués, José Carlos Marques, Lilia Escorel, Marco Aurélio Lucchetti, Nelson Schapochnik, Jerusa de Carvalho Pires Ferreira, Plínio Martins Filho e Marisa Midore Deaecto, entre outros. Dos resultados de pesquisas e atuação do Núcleo destaca-se a publicação Revista LIVRO, presentemente em sua terceira edição. O Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP abriga o projeto "Memória de Leitura", coordenado pelas professoras Márcia Abreu e Marisa Lajolo, que tem como objetivo "disponibilizar bibliografia, dados e fontes primárias para pesquisadores da área, bem como difundir o resultado das pesquisas desenvolvidas por seus pesquisadores."

reciprocidades, e da expressão de múltiplos e plurais interesses" (DUTRA; MOLLIER, 2006, p. 10).

Há que mencionar, contudo, que entre a profusão de novos estudos sobre a edição, a circulação dos impressos e a leitura, o episódio da atividade editorial libertária e de suas práticas de leitura restam, ainda, como terreno a ser explorado. As potencialidades da pesquisa nesta seara bem demonstraram Adelaide Gonçalves e Jorge Silva, no livro *A Bibliografia Libertária. O anarquismo em língua portuguesa* (2001), uma das poucas obras a voltar-se à edição libertária e a circulação das leituras anarquistas em Portugal e no Brasil. No livro, que serviu em larga medida como um ponto de partida para a tese que ora apresentamos, os autores destacaram as primeiras edições libertárias nos dois países, os autores mais editados, os temas tangenciais ao anarquismo e o renascimento da edição libertária em Portugal, após a derrubada da ditadura salazarista em 1974 e no Brasil ao final dos anos 1970. As pesquisas bibliográficas e sobre a circulação de outros impressos, segundo os autores, amplia o conhecimento sobre o papel da leitura e da autoformação na criação de uma cultura anticapitalista:

> A realização de pesquisas que tenham como foco a bibliografia libertária pode alargar o campo do conhecimento sobre a cultura operária e as práticas de leituras na formação da consciência social dos trabalhadores, sendo a imprensa sindical e anarquista uma fonte ainda não devidamente dimensionada e explorada pelos pesquisadores. Na imprensa social é comum a existência de importantes informações acerca dos livros e folhetos que eram editados seja através dos extratos traduzidos ou dos anúncios e das leituras recomendadas. Cumpre aos pesquisadores buscar nestas listas de publicações dados para a compreensão da formação de uma cultura operária anticapitalista de raiz socialista libertária. Essas seções, normalmente intituladas Leituras que Recomendamos ou O que todos devem ler, constituem um bom indicador da formação de bibliotecas do pensamento socialista e libertário, além de revelarem quais as obras que correspondiam à preocupação de autoformação dos militantes operários e do desenvolvimento de uma cultura operária (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 12-13).

Na maior parte da literatura voltada à história do livro e das editoras no Brasil – e mais ainda, reforçamos, no recorte temporal que elegemos - a edição libertária constitui lacuna. A experiência da *Editora Germinal*, fundada em 1948, por exemplo, é motivo de poucas linhas em breves notas em obras sobre a edição e a circulação de livros no Brasil (HALLEWELL, 2012; MACHADO,

2012). Mesmo entre a produção voltada ao estudo do livro e da leitura relacionados aos movimentos de esquerda ou de oposição a ditadura militar, no bojo dos quais pontuam importantes estudos sobre a literatura comunista[5], a experiência libertária dos anos entre 1945 e 1968 é ausente.[6]

O cariz cultural e educativo que então tomam as atividades do movimento anarquista, como queremos demonstrar nesta tese, longe está de uma estratégia de manutenção mínima do ideário em tempos de perda de inserção social. Em verdade, o esforço despendido na difusão da propaganda libertária, notadamente pela via impressa, denota, por si, a importância de práticas que, de resto, acompanharam a militância anarquista em quaisquer conjunturas.

Desta forma, a história da difusão dos princípios libertários através dos impressos, necessariamente articulada com o projeto de educação e de ampla formação cultural, entre os anos de 1945 e 1968 lança luzes sobre dimensões do movimento anarquista no Brasil, revelando-lhe as peculiaridades de sua reorganização após um período de exceção e sua tentativa de inserção pública neste momento de reconquista de liberdades políticas formais.

Essa atividade é reveladora, por outro lado, das mudanças que a própria militância libertária experimentou, acompanhando transformações vivenciadas no Brasil e noutros países durante os anos 1930 e 1940, após o que, em longitudes diversas, as atividades culturais, educativas e editoriais destacaram-se como iniciativas de reconhecido relevo. O empreendimento cultural dos libertários destaca aspectos significativos da prática jornalística, das tarefas

---

[5] Entre outros, ver: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013; SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa Midori. (orgs.) **Edgar Carone, Leituras Marxistas e Outros Estudos.** São Paulo: Xamã, 2004; MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **Livros Vermelhos.** Literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010; PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado em Antropologia Social: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930." In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) **Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX.** São Paulo: Anna Blume, 2006.

[6] Uma das raras menções à atividade editorial libertária já ao final dos anos 1970 encontra-se em MAUÉS, Flamarion. **Livros Contra a Ditadura. Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013, no qual o autor anota, entre as editoras de oposição ao regime militar no Rio de Janeiro, a Achiamé, "editora com simpatia pelas ideias anarquistas", listando algumas obras publicadas pelo editor Robson Achiamé na virada dos anos 1970 para a década seguinte (MAUÉS, 2013, p. 42).

editoriais militantes, da difusão de livros e outros impressos e as práticas de leituras que engendram, e sobre as ideologias do período da chamada "redemocratização" pós-Era Vargas. Doutra parte, põem acento em suas estratégias de atuação, nos debates ideológicos que se travam internos ao pensamento libertário, nas avaliações sobre a presença ácrata nas lutas sociais até então, numa discussão subjacente à própria construção da História e da Memória do anarquismo.

Elegendo os impressos (jornais, livros, panfletos, folhetos, manifestos, boletins) como fontes primárias, esta pesquisa impôs-se o desafio de reunir uma documentação que se encontra, no mais das vezes, dispersa e nem sempre em condições apropriadas para a consulta, por conta do que foi necessário percorrer arquivos, bibliotecas e outros acervos com o fito de compor coleções as mais completas o possível, seja de livros, jornais ou outros impressos. No caso da literatura libertária essas dificuldades avultam, ainda mais quando se tratam de livros frutos da edição militante, publicados por organizações editoras como a *Germinal* ou a *Cooperativa Editora Mundo Livre*, ou em edições de autor. No geral, esses livros tinham tiragens bastante limitadas, sobretudo se comparadas com aquelas das editoras comerciais. É mais fácil encontrá-los em acervos voltados aos movimentos sociais e políticos de esquerda ou que destaquem, de alguma maneira, a bibliografia relacionada com o anarquismo. Por limitadas as tiragens de suas principais publicações, mesmo no mercado de livros usados, que em nossos dias dispõe de facilidades de consulta e acesso por meio da informatização, a obtenção desses livros é difícil.

Além de acervo próprio, a recolha de fontes serviu-se de fundos documentais do Arquivo Público do Rio de Janeiro (RJ), do Arquivo Público de São Paulo (SP), da Biblioteca Nacional (RJ), do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ, ligado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), do Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP) e do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP, da Universidade Estadual Paulista/Assis-SP.

Dois outros acervos merecem uma menção especial. O primeiro deles é o da *Biblioteca Social Fábio Luz – BSFL* que funciona, juntamente com o

Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres – CELIP (anteriormente chamado Círculo de Estudos Libertários – CEL), no Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro. Fundada em 2001, a BSFL dispõe em seu acervo não apenas dos arquivos CELIP, como também de outros grupos anarquistas que atuaram naquela cidade entre os anos 1980 e 1990, além da expressiva biblioteca pessoal de Ideal Peres, doada ao CEL logo após o seu falecimento em 1995. Juntamente da coleção com mais de mil livros, cobrindo diversos aspectos do anarquismo e dos movimentos sociais, a BSFL tem grande acervo de jornais e revistas libertários de várias épocas e de muitos países. A consulta de todo esse acervo é aberta ao público em geral. É da BSFL, por exemplo, a coleção completa do jornal *Ação Direta* que foi cedida ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, que fez a sua completa digitalização, a qual utilizamos, bem como vários exemplares de literatura libertária dos anos 1950 e 1960, publicados pela *Editora Germinal* e pela *Cooperativa Editora Mundo Livre* a que tivemos acesso.

Outro local fundamental de pesquisa foi o *Plebeu Gabinete de Leitura*, nesta cidade. Originado do acervo particular da professora Adelaide Gonçalves e funcionando hoje junto à Associação Cearense de Imprensa, o *Plebeu* tem um fundo bibliográfico de mais de 12 mil livros, brochuras, revistas e documentos voltados, sobretudo, ao campo das Ciências Humanas, História da Imprensa e do Jornalismo, Literatura nacional e estrangeira, Artes, Trabalho e Política. O fundo voltado ao Anarquismo e temáticas afins, composto por obras de várias áreas do conhecimento, é sem dúvidas um dos maiores acervos relacionados ao tema do socialismo libertário no Brasil e em Portugal, além de outros países, com publicações que vão do final do século XIX aos nossos dias. Na coleção do *Plebeu* encontramos a maior parte da bibliografia utilizada sobre o anarquismo e história do livro e da leitura, além de exemplares da literatura libertária dos anos entre 1945 e 1968, objetos do presente estudo.

O trabalho esta dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo abordamos a imprensa libertária dos anos entre 1945 e 1968, como uma destacada faceta da tentativa de reinserção pública dos anarquistas no período, buscando compreender os jornais em sua tríplice

dimensão de fonte-documento-memória[7] e abrindo-se espaço para a discussão dos periódicos anarquistas enquanto objeto de conhecimento. O peso que se dá aos jornais, entretanto, não deve sugerir que eles possam ser autonomizados. Ao contrário, são sempre fruto do desejo e do trabalho coletivo dos militantes libertários que aspiram à inserção social. Tomando na devida conta a indissociabilidade entre forma e conteúdo do impresso (o texto jamais existe isolado de sua materialidade), pretende-se explorar o conteúdo dessa imprensa sem, no entanto, poupar atenção às questões atinentes ao aspecto material dos impressos e à compreensão de que a significação de um texto se modifica à medida que mudam os dispositivos através dos quais ele é dado a público (CHARTIER, 1996; 1998b). Dessa forma, ao lado da investigação sobre o conteúdo dos jornais, nos perguntamos porque, por quem e como são feitos os jornais, discutindo as condições materiais de sua produção, as formas de sustentação dessa imprensa, a questão da periodicidade, circulação e recepção, relacionando esses aportes com os traços específicos da cultura política anarquista.

Os periódicos que servirão às nossas análises são *Remodelações* (1945-1947), *Ação Direta* (1946-1959), *O Archote* (1947), *Spartacus* (1947), *Revolta* (1947), *Aurora* (1947) e *Unir* (1951), todos do Rio de Janeiro; *A Plebe* (1947-1951), *Ação Sindical* (1958), *O Libertário* (1960-1964), *Dealbar* (1965-1968), publicados em São Paulo; e *O Protesto* (1967-1968), de Porto Alegre. Do temário amplo que exploram os periódicos no período, buscamos discutir os assuntos recorrentes, as análises libertárias sobre as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que perpassam a sociedade brasileira, as perspectivas de atuação do anarquismo, a construção e preservação da memória e da identidade libertária, a divulgação do pensamento libertário e as relações externas dos grupos editores. Enseja-se, além disso, investigá-los dentro do projeto de autoeducação e de propaganda libertária que tem na difusão do livro e da leitura uma dimensão fundamental. Importa-nos, doutra

[7] Para a discussão sobre o percurso do uso de periódicos para a produção do conhecimento histórico, entre outros: LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p. 111-153. Para estudos pontuais sobre o fazer jornalístico no Brasil ver: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.) **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2008; CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto/Editora da Universidade de São Paulo,1988.

parte, sua apropriação pelo público leitor e sua interação com os periódicos, sobretudo recorrendo-se às seções de cartas e comentários dos leitores, bem como às narrativas de memórias militantes.

No segundo capítulo destacamos, através das páginas da imprensa anarquista, a centralidade da leitura, da autoformação – como já assentara Valverde: “Pedagogia libertária e autodidatismo são pares gêmeos e complementares” (VALVERDE, 1996, p. 296) - e do projeto de difusão da literatura libertária. Nesse ponto, as práticas de leitura encontram o anseio de autoeducação e formação política compreendidos por muitos militantes como um compromisso ético, uma formação alcançada, no mais das vezes, de forma obstinada e superando obstáculos de monta, na qual percebemos ecos da constituição da “cultura radical” dos trabalhadores, como estudada por E. P. Thompson no seminal *A Formação da Classe Operária Inglesa* (2002c).

Através da publicação de textos, clássicos ou contemporâneos, das resenhas que constituem argumentos de leitura, das traduções de obras ou artigos da imprensa congênere estrangeira, dos anúncios de livros à venda, do intercâmbio com a imprensa ácrata de outros países, abordamos os jornais como ferramentas imprescindíveis da tentativa de formação de uma *cultura literária própria* (LYONS In: CAVALO; CHARTIER, 1998) que se furta aos ditames da cultura de mercado, comprometida com os propósitos capitalistas. Na publicação de excertos, de obras de forma parcelada à maneira de folhetins, através da criação dos *repertórios de leituras* pelas colunas *“O Que Todos Devem Ler”* ou *“Leituras que Recomendamos”*, na divulgação dos lançamentos literários, volta-se a análise para a estratégia que fez do jornal um indispensável aliado do que consideravam a *fonte doutrinal de peso*, o livro, bem como a perspectiva dos periódicos de *oferecer o livro no jornal*.

Aborda-se, ainda, pelas páginas da imprensa libertária, a tarefa - paralela ao esforço de difusão da literatura ácrata - de escrever a história do movimento anarquista e a trajetória das idéias e práticas libertárias. Este trabalho foi comum a alguns militantes e organizações, que frequentemente pronunciavam-se pela necessidade de investigação, coleta de dados, levantamento de publicações, constituição de acervos e arquivos com os quais se pudesse dar forma a pesquisas sobre a história das lutas dos trabalhadores, consoante à percepção de que a memória é território de disputas e que era

preciso oferecer seu próprio ponto de vista sobre a experiência histórica do anarquismo no Brasil. Compreendemos esses relatos históricos, urdidos necessariamente com os elementos da cultura política libertária (narrativas, simbologias, ritos, marcos sociais de memória), como de destacado papel na preservação da identidade anarquista, como o destacara anteriormente Azevedo (2002) em pesquisa sobre o anarquismo na década de 1930.

No terceiro capítulo, situamos o lugar da cultura e da educação na intervenção social anarquista para, em seguida, enfocar a tarefa editorial como compreendida pelo movimento libertário. Nesse pormenor, após destacar os contornos de uma experiência de edição libertária anterior à ditadura do Estado Novo, voltamos o olhar para o reaparecimento da literatura libertária depois de 1945, cuja publicação podia ser ligada direta ou indiretamente ao movimento libertário, e para a difusão libertária através da publicação de “edições do autor”. Abordamos, também, a publicação de livros sobre o anarquismo por editoras comerciais. Entre 1945 e 1968, exemplares de literatura libertária, ou tangenciais aos temas ácratas, foram publicados também por editoras como *Organização Simões* (RJ), *Edições Progresso* (BA), *Sagitário* (SP), *José Olympio* (RJ), *Logos* (SP), *Piratininga* (SP), entre outras.

Por último, destacamos o intercâmbio editorial com o movimento anarquista de outros países, que possibilitou circulação de literatura libertária em língua estrangeira no país, originária de países como a França, Itália, México e, principalmente, da Argentina. Esse intercâmbio, fruto do acento internacionalista dos princípios anarquistas, permitiu, além de suprir a carência de literatura libertária em circulação no país, constituir verdadeiro circuito internacional de leituras e integrar o movimento libertário, concorrendo assim para o fortalecimento dos laços de sociabilidade, inteirando os militantes locais da obra de reorganização do movimento em outros países após a Segunda Grande Guerra. São exemplares dessa integração, a expressiva circulação da edição libertária advinda de editoras como *Tierra y Libertad* e *Solidaridad Obrera* (França), *Tierra y Libertad* (México) e *Americalee*, *Íman*, *Proyección*, *Nervio* e *Tupac* (Argentina), entre outras.

No quarto e último capítulo abordamos a edição libertária nos anos entre 1945 e 1968 a partir da experiência histórica de duas editoras diretamente ligadas ao movimento libertário e ao anarquismo: a *Editora Germinal*, do

anarquista português exilado no Brasil Roberto das Neves; e a *Cooperativa Editora Mundo Livre*, fruto da militância coletiva de libertários de vários estados. Consideradas as proporções que atingiram tais empreendimentos, julgamos expressiva a difusão de obras libertárias que tais editoras realizaram no período tratado, e esta divulgação é parte importante do projeto de educação e de formação cultural a que os libertários devotaram-se. A dimensão desta difusão editorial, assim entendemos, amplia-se pelo fato de não ter sido fruto de política oficial ou esforço centralizado de um partido, como tocou à literatura comunista. No campo da esquerda, diga-se, em tempos de apogeu do chamado "socialismo real", o fortalecimento da União Soviética favoreceu o aumento da influência dos partidos comunistas nos movimentos sociais e entre setores intelectuais, o que em nível cultural traduziu-se numa volumosa atividade editorial e de imprensa associada a tais agremiações (GONÇALVES; SILVA, 2001). Sob a influência desta produção editorial, fértil em produzir panegíricos e em lançar anátemas aos seus opositores, a difusão da perspectiva libertária era, por meio de variados artifícios, dificultada, e impôs-se aos anarquistas a superação de inúmeros obstáculos para manter viva a difusão impressa de seus princípios.

A *Editora Germinal* e a *Cooperativa Editorial Mundo Livre*, foram exemplos dessa preocupação de levar a público obras de divulgação das idéias anarquistas e do desejo de construção de uma cultura libertária. No estudo dessas organizações editoriais há que percebê-las enquanto instâncias de mediação entre um produto culturalmente peculiar e um consumo recriador, como o compreende Chartier e que o editor "é construtor activo da cultura impressa como instaurador privilegiado de uma ordem particular de livros – e, portanto, poder-se-ia acrescentar, de uma determinada visão de mundo" (MEDEIROS, 2010, p. 33).

Ambas, além da vertente editorial, publicando obras de cariz libertário, funcionavam igualmente com o aporte livreiro, distribuindo, vendendo por reembolso postal, ou intermediando a compra de publicações estrangeiras.

Desta atividade pretendem-se investigar os projetos editoriais, a elaboração de coleções, os catálogos de livros oferecidos ao público, as formas de divulgação e comercialização, os prefácios, o trabalho de tradução e os

comentários de leitores e de críticos na imprensa, valorizando, tanto quanto for possível, o que na História do Livro e da Leitura chama-se *apropriação*.

Uma penúltima observação. Gostaria de fazer minhas as palavras de Lily Litvak relacionadas a duas precauções teóricas com que situou a sua magistral pesquisa sobre o anarquismo espanhol no final do oitocentos e na primeira década do século XX. A primeira delas advém de reconhecer que um pensamento político como o anarquismo, que abriga uma diversidade de opiniões ideológicas variadas e, algumas vezes, até divergentes, não pode ser abordado de forma monolítica, como se compusesse um movimento político centralizado e com opiniões unificadas em todas as suas expressões. Reconhecemos que a diversidade de visadas entre correntes representativas da atuação libertária não é motivo central desse trabalho, mas concordamos que mesmo estas divergências teóricas possuem "um denominador comum formado pelos princípios fundamentais das teorias libertárias" e que são estes os que mais comumente afloram quando tratamos de dimensões da cultura anarquista (LITVAK, 2001, p. 42).

Por fim, embora não tenhamos qualquer desejo de esconder a simpatia pela experiência libertária, não é nossa intenção obscurecer-lhe os limites ou pintá-la com uma aura de heroísmo que lhe é não somente alheia, mas indesejável. A este estudo importa, antes, contribuir em alguma medida para o debate de certas ideias e perspectivas políticas que podem ser válidas para a construção de uma alternativa radical da cultura em nossos dias. Para tanto, não é no vislumbre do "êxito", repetimos, que repousa o significado dessa experiência. Vivemos num mundo "de tristes êxitos e de heróicas derrotas", lembrou Litvak, no qual a persistência de propor e lutar por caminhos diversos para a organização social é o mais próximo do que os libertários podem oferecer como legado:

> Uma das primeiras lições ensinadas pelos próprios anarquistas é que as coisas aparentemente impossíveis às vezes se logram, pelo quê não se deve jamais abandonar a luta. O anarquismo, com assombroso enraizamento e poder de sobrevivência entre o povo espanhol, não perdurou através daqueles anos baseando-se no critério de alcançar um êxito fácil e seguro. Sua força residia em uma persistência indomável e em uma rebeldia tão radical que nenhuma

estrutura política estereotipada podia direcionar (LITVAK, 2001, p. 42).[8]

[8] São de tradução nossa todas as citações de livros ou documentos em língua estrangeira.

Capítulo I – Imprimindo resistências: periodismo libertário no Brasil (1945 – 1968).[9]

> Há que pegar nas coleções dos jornais e lê-las do começo ao fim, tanto as notícias como os artigos de fundo, as primeiras, mais ainda do que êstes. Um mundo inteiramente novo de relações sociais e de métodos de pensamento e ação surge dessa leitura – principalmente a profundeza e a fôrça moral do movimento – nos mostra a que ponto êsses homens estão penetrados das novas doutrinas, que estão prontos a aplicar a tôda a sua existência e pelas quais estão dispostos a sofrer.
>
> **Piotr Kropotkin**

A dedicação ao periodismo foi um ponto de destaque na prática política dos militantes anarquistas no Brasil. O "fazer jornais" inscreve-se entre as suas mais caras tradições, e, em quaisquer conjunturas da atividade pública da militância libertária, constata-se a presença das folhas impressas enquanto estratégia de difusão de suas ideias e práticas. Expressão de autoconsciência, os jornais libertários cumpriram papel de informação e formação, serviram como tribunas de debate entre grupos e individualidades identificados com as ideias ácratas, vetores de suas propostas educativas e de transformação do homem e da sociedade. Para além disso, o jornal há de ser visto como uma ferramenta forjadora de camaradagens, como um espaço de convivialidade, polo aglutinador daqueles que viram no anarquismo o caminho à emancipação social.

No Brasil, os jornais libertários surgem em meio à emergência do movimento operário, no seio do qual as tendências anarquistas se constroem, sobretudo, entre o final do século XIX e meados dos anos 1930. É nos estudos sobre as lutas dos trabalhadores que a imprensa anarquista é destacada com maior frequência. Nas últimas décadas, foram muitos os estudos realizados

[9] Tomamos de empréstimo o título deste capítulo à dissertação de mestrado de Rodrigo Rosa da Silva, sobre a imprensa libertária durante a Era Vargas: "Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)". Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

sobre o movimento anarquista e o papel central da sua imprensa como veículo de difusão de ideias e intervenção social. Muitas vezes, os jornais serviram como fontes fundamentais para o estudo das lutas dos trabalhadores; em outras, os periódicos foram o próprio objeto de conhecimento.[10] O que desejamos, antes, é chamar atenção para algumas características gerais dessa imprensa, que julgamos pertinentes para a compreensão dos jornais anarquistas aqui estudados. Outras características, sobretudo relacionadas ao aspecto material dos impressos e seus conteúdos, serão abordadas à medida que aparecem, como permanência, na imprensa dos anos de 1945 a 1968.

Os periódicos anarquistas são parte da imprensa "produzida no âmbito diverso e multifacetado da globalidade do movimento operário", como referiu César Oliveira. Para Oliveira, essa imprensa compreende "os órgãos de comunicação social escrita, seja qual for a sua forma e natureza, produzidos no quadro global do movimento operário, independentemente da origem social da entidade ou das personalidades que os produziram ou escreveram", cabendo ao historiador atentar para a diversidade de expressões do movimento associativo dos trabalhadores (OLIVEIRA, 1984, p. 5).

---

[10] Para levantamentos sobre a imprensa operária e anarquista ver: FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil (1880-1920)**.Petrópolis: Vozes, 1978; RODRIGUES, Edgar. **Pequena história da imprensa social no Brasil.** Florianópolis: Insular, 1997; CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil. (1877-1944)**. São Paulo: DIFEL, 1984; LEONARDI, Victor; HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil – das origens aos anos 20.** São Paulo: Ática, 1981; DOMINGUEZ, Luiz Ignácio. "A Imprensa Operária desde o Brasil colonial." *In*: Boletim ABI, ano XXIII, janeiro/fevereiro. Rio de Janeiro: ABI, 1982. VVVAA. **Breve história da imprensa sindical no Brasil.** Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, Cadernos de Comunicação, nº 14, 2005. Entre os trabalhos que destacaram a imprensa libertária fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, ver: MARÇAL, João Batista. "Mapa da imprensa operária no Rio Grande do Sul, 1874-1974" *In:* MARÇAL, João Batista. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade, 1995; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989;
PETERSEN, Sílvia R. F.; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tchê!, 1992; GONÇALVES. Adelaide; SILVA, Jorge E. (Org.) **A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922.** São Paulo: Imaginário, 2000; GONÇALVES. Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920**. Tese de Doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2001; GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista. Anno 1919.** Edição Fac-similar. Florianópolis: Ed. Insular, 2001; GONÇALVES; BRUNO. (orgs.) **O Trabalhador Gráfico.** Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC/Expressão Gráfica, 2002; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto (orgs.). **Imprensa operária no Amazonas.** Manaus: EDUA, 2004. (Transcrições e Fac-Similies); MACIEL, Osvaldo (Org.) **A Semana Social.** Edição Fac-símile. Maceió: EdUFAL, 2013.

Dessa ligação com a imprensa nascida do associativismo dos trabalhadores, advêm certas características que marcam, desde sua origem, o periodismo libertário, observáveis, em escalas variáveis, nas distintas conjunturas em que este foi produzido.

O jornal constitui-se, assim, como veículo doutrinário e de ação organizativa, conclamando, propondo caminhos, incitando à intervenção social. Enquanto fenômeno comunicativo, atua a partir dos grupos que lhe fornecem substrato doutrinário, o que lhe confere caráter de sujeito-coletivo. Como todos os meios de comunicação, é também um espaço de representação do real, exemplar da visão de mundo de seus elaboradores em cada conjuntura, bem como das vicissitudes de suas trajetórias, com mudanças e permanências. Por fim, como se contrapõem aos interesses das classes dominantes, configura uma modalidade de comunicação de classe, pelo que se esforça na construção de um discurso específico, embora necessariamente influenciado pela comunicação escrita de seu tempo (GONÇALVES; BRUNO, 2003, p. 58).

Tal compreensão é tributária da renovação teórico-metodológica que tem permitido, nas últimas décadas, uma gama de análises sobre a imprensa, nas quais se abrem perspectivas para a utilização dos jornais operários em sua tríplice dimensão de documento-fonte-memória.[11] Dessa forma, a imprensa dos trabalhadores pode ser tratada não como categoria abstrata, mas de forma a compreender suas especificidades. Tomando como pressuposto que os jornais são uma produção demandada por um determinado público que aspira à remodelação da vida social, apoiamo-nos na conceituação de Capelato (1988), que divisa, na imprensa, um sujeito que propõe práticas sociais individuais e coletivas, por meio do "movimento vivo das idéias e personagens que circulam nas páginas dos jornais." Assim, a desconstrução da categoria abstrata "imprensa" abre espaço à emergência da figura de seus produtores enquanto sujeitos de uma determinada consciência na prática social (CAPELATO, 1988, p. 12).

---

[11] Dentre estas, destacamos: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa e a História do Brasil.** 2ª ed., São Paulo: Contexto/ Ed. da USP, 1988; ARAÚJO, Silvia M. P.; CARDOSO, Alcina. **Jornalismo e militância operária.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1992; OLIVEIRA, César. **Antologia. Imprensa operária portuguesa (1837-1936)**. Lisboa: UGT/Perspectivas & Realidade, 1984. Ver também a extensa bibliografia sobre a imprensa dos trabalhadores arrolada por GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista. Anno 1919.** Edição Fac-similar. Florianópolis: Ed. Insular, 2001.

Os jornais operários encontram-se entre os mais significativos registros da experiência da classe trabalhadora, sejam eles resultado da expressão de individualidades, grupos de afinidade, correntes político-ideológicas, sindicatos ou federações, locais ou de aspiração nacional. Khoury chamou atenção para o papel dos periódicos nos estudos sobre a classe trabalhadora:

> Entre esses registros [da experiência da classe], o jornal é um dos mais expressivos. Todas as tendências dentro do movimento usam-no como portador de suas propostas, como veículo de suas resistências, como meio de educação e informação do trabalhador. Boa parte do jogo de interesses que permeia as questões do trabalho, da classe trabalhadora e de seu movimento, passa pelo debate na própria imprensa (KHOURY, 1988, p. 32).

Como já dito, tais jornais ligados à experiência dos trabalhadores são expressão de autoconsciência. Para os grupos que se reúnem em torno das discussões sobre a "questão social" e aspiram à transformação da sociedade por meio da intervenção política, publicar seus jornais quase equivale a existir. Na prática política dos libertários, é nos jornais que se forja uma experiência de comunicação diversa e contrária à imprensa burguesa, reprodutora dos valores do capitalismo. Na experiência libertária, o papel dos jornais combina dimensões de difusão de ideias, mecanismo de educação e, muitas vezes constitui o núcleo em torno do qual um grupo se reúne. Cria sociabilidades e fortalece laços entre os militantes, como afirma Toledo:

> Ao criarem esses jornais, os anarquistas no Brasil seguiam os passos habituais dos militantes de outros países, mas também visavam a criar uma experiência de informação alternativa em meio à grande imprensa e muitas vezes explicitamente em oposição a ela. Esses jornais não eram somente um veículo de propaganda, mas constituíam centros propulsores e coordenadores dos vários grupos no plano local, estadual e, às vezes, até nacional" (TOLEDO *In:* FERREIRA; REIS (orgs.), 2007, p. 60).

Fazer jornais, como expressa Khoury, significou "organizar-se em movimento", e em grande medida a profusão de jornais libertários é devida à vitalidade das lutas, podendo ser resultado da ação de um grupo de militantes que considerava fundamental a propaganda de suas ideias ou produto da ação de uma associação de classe que, "em determinado período e por força de

alguns de seus dirigentes, esteve sob a influência desta doutrina" (GOMES, 1988, p. 93).

Doutra parte, foi pelos jornais que se difundiu uma produção cultural em particular, fruto da forma libertária de ler o mundo e que representa, nas palavras de Foot Hardman, uma "cultura de resistência", em vista de seu papel aglutinador, contra o sistema político dominante e engajada na luta pela emancipação social:

> Se existiu uma 'política libertária' (oposta à política institucional, vista em seu conjunto como burguesa), esta consistiu basicamente nessas atividades de propaganda: quero dizer que estão imbricados de forma global o sentido cultural e o sentido político da prática anarquista (FOOT HARDMAN, 2002, p. 309).

1.1 Cultura e periodismo anarquista no período da "redemocratização"

A imprensa de cariz libertário no Brasil ressurgiu ainda antes da deposição de Getúlio Vargas, quando o Estado Novo e a censura política que exercera por mais de dez anos davam mostras de enfraquecimento. Partidos políticos fundados ou rearticulados, além de diversos grupos organizados da sociedade mobilizavam-se em torno da oposição à ditadura e pregavam a imediata reconstitucionalização do país. No sentido oposto, um amplo movimento de cunho popular cujas raízes repousavam no Ministério do Trabalho e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mobilizava parte da população dos grandes centros em torno da defesa do legado trabalhista e da figura de Vargas (GOMES, 1988; FERREIRA, 1997, 2005).

A atividade da militância anarquista, forçada a manter-se subterrânea durante o regime discricionário, voltou então à arena pública, primeiramente por meio dos jornais, expressando não apenas a compreensão dos libertários em relação aos rumos da ebulição política nacional e internacional, mas, sobretudo, refletindo sobre a sua própria atuação e trajetória, sinalizando os caminhos para a retomada da difusão do ideal libertário. Esse esforço, diga-se, foi simultâneo à criação ou reorganização de agrupações ácratas, pela realização de manifestações públicas, organização

de cursos e conferências e pela atividade editorial que tinha por mote o incremento da propaganda anarquista.

Jornais libertários como *Remodelações* (1945)*, Ação Direta* (1946-1959)*, O Archote* (1947)*, Revolta* (1947) e *Spartacus* (1947)*,* publicados no Rio de Janeiro; *A Plebe* (1947-1951)*, Ação Sindical* (1958)*, O Libertário* (1960-1964) e *Dealbar* (1965-1968) publicados em São Paulo e *O Protesto* (1967-1968), dado a lume em Porto Alegre, tornaram-se ferramentas da (re)inserção pública do anarquistas no período. Essa visibilidade pública da imprensa libertária resistiu à decretação da ditadura militar, em 1964, e continuou até o decreto do Ato Institucional nº 5, no final do ano de 1968, que a obrigou a uma descontinuidade temporária.

Embora não se deva incorrer numa generalização – uma vez que há entre eles sensíveis matizes – é lícito afirmar que os jornais libertários do período da chamada "redemocratização" guardam semelhança com seus congêneres de outras épocas e mesmo de outros países. Naquele momento de (res)surgimento público da militância anarquista, preservavam-se enquanto imprensa de opinião em meio a um contexto de transformação "modernizadora" e comercial dos jornais no país que, supostamente, passavam a substituir a doutrinação pela informação. Ao contrário de veículos da chamada "grande imprensa" – muitos dos quais com interesses inconfessáveis – os jornais libertários expressam, de forma aberta, uma visão de mundo e declaram sua filiação ideológica, explicitando seus propósitos.

Sustentados basicamente por subscrições entre o público-leitor e sofrendo oposição de setores dominantes, os jornais libertários preservavam características comuns à imprensa de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX, como o caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e o aberto interesse de intervenção no espaço público (LUCA In: PINSKY, 2005. p.133).

Também guardavam forte relação com a imprensa operária da Primeira República, do seio da qual emergiram. Sua elaboração e difusão não eram obra de profissionais – fosse do jornalismo ou da militância – e seu trabalho é compreendido, neste estudo, em sua dimensão pedagógica, materializada na preocupação constante em relação à educação enquanto arma fundamental da transformação social.

Assim, concebemos tal imprensa como estratégia indissociável do movimento libertário, como sugeriu um dos mais notáveis militantes "fazedores de jornais" ao anotar que

> há outras [iniciativas] que, por corresponderem a necessidades permanentes, fazem parte integrante do movimento anarquista. Figuram entre essas atividades a imprensa (jornais e revistas), as de editoras, os centros e ateneus de cultura e grupos teatrais (LEUENROTH, 1963, p. 151).

Os periódicos libertários e seus grupos editores, no período estudado, desempenharam o papel de elo geracional que congraçou velhos e novos militantes, sendo comum compartilharem as colunas de suas folhas, como articulistas, militantes da "velha guarda" das lutas sociais com os mais jovens, que principiaram sua militância na clandestinidade da atuação libertária sob a vigilância do aparato repressor do Estado Novo. Os jornais foram, nesse sentido, também uma escola em movimento de oradores, polemistas e publicistas das ideias libertárias.

Frutos da experiência de grupos sociais que desejam legar uma determinada imagem acerca de sua história nas lutas sociais, reivindicaram o papel de depositários da memória anarquista no Brasil mediando, com o arcabouço de sua trajetória e a tradição anarquista de outros países, suas análises acerca das transformações contemporâneas.

No escopo desta investigação, destacamos os jornais anarquistas que circularam entre os anos 1945 e 1968, como um *corpus documental* representativo de um projeto da militância anarquista no país, de uma ampla e permanente atividade – ao lado da divulgação dos ideais anarquistas e de intervenção político-social – de ensino mútuo e autoformação de homens e mulheres, veteranos e jovens, afirmando sua luta por uma organização social pautada nos valores da solidariedade, igualdade, justiça, apoio-mútuo e autonomia, experimentados como um compromisso ético.

É desse ideal pedagógico, em que a instrução suplanta o mero sentido de educação formal, que nos parece estar impregnada a propaganda anarquista produzida aqui e alhures.

Longe de propor gradações ou dicotomias entre períodos da atuação libertária no Brasil, como as que, às vezes, emergem implícitas na sugestão de

que a perda de influência do anarquismo nas lutas dos trabalhadores – sobretudo por meio de estratégia do sindicalismo revolucionário a que muitos libertários se devotaram – durante as décadas de 1920 e 1930, seria a responsável pelo cariz educativo e cultural de que a militância libertária se revestiu no período entre ditaduras, trata-se de aqui investigar o que compreendemos como uma das mais longevas e articuladas atividades dessa atuação. Na discussão acerca da influência do anarquismo (e seu descenso) nas lutas operárias no Brasil, o tema da cultura foi destacado, muitas vezes associado à compreensão de que "os aspectos culturais não são apêndices nem complementos da história social das classes em luta, mas, ao contrário, elementos inerentes ao processo de sua formação e de seu próprio movimento" (FOOT HARDMAN, 2002, p. 32).[12]

Seja entre finais do século XIX e início dos anos 1930, ou no pós-Estado Novo, o projeto de defesa e divulgação de uma "instrução que redime" atravessa o discurso anarquista. Sua defesa e prática se faz no âmbito de um grupo de afinidades, em uma liga de bairro, num sindicato de resistência, ateneu, centro de estudos, em uma biblioteca social ou por meio da produção e circulação de uma "literatura libertária" e da criação de jornais.

É notável o destaque, nos jornais libertários, à importância da leitura e à divulgação e circulação de obras identificadas com as "questões sociais", por meio de suas "Estantes Libertárias", da elaboração de repertórios de leitura por meio das colunas intituladas "O que todos devem ler" ou "Leituras que recomendamos", dos excertos de livros, traduções, comentários sobre autores, resenhas e da publicação de livros ou capítulos – novos ou clássicos – à maneira de folhetim. Esse esforço se pode dimensionar como parte de compreensão dos libertários do lugar central da cultura na emancipação humana. "Para eles", lembra Litvak (2001), "esta permitiria não apenas mudar o meio social e econômico, mas também os próprios homens" (p. 40).

---

[12] Sobre o descenso da influência anarquista nas lutas operárias ver, entre outros: SAMIS, Alexandre. "Anarquismo, "bolchevismo" e a crise do sindicalismo revolucionário." *In:* ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (orgs.) **História do Anarquismo no Brasil. Volume 2.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2009; COLOMBO *et al.* **História do Movimento Operário Revolucionário.** São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: IMES, 2004; SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário, 2002.

A criação de círculos de leitura em torno dos grupos editores dos jornais teve papel fundamental no agrupamento dos militantes, na urdidura de vínculos entre grupos de afinidades em várias regiões do país e como instrumento imprescindível ao processo de autoeducação dos trabalhadores (GONÇALVES, 2009, p. 109).

O reconhecimento dessa valorização das práticas de leitura se pode atestar pelo espaço que ocupam nas folhas. Em geral, dispondo de quatro páginas, nos jornais ácratas, é usual a referência a esse projeto de difusão libertária por meio da circulação do livro e da leitura.

Há que se destacar, como o fizera Kropotkin em suas *Memórias*, que, diante do volume limitado de livros voltados ao pensamento socialista e das dificuldades de natureza vária à sua circulação entre os trabalhadores, os jornais e outras publicações de mais fácil acesso foram os grandes propagadores das "novas doutrinas" de que se alimentou o ideal de emancipação social, tornando-se, nessa perspectiva, no *livro em movimento*:

> A literatura socialista nunca produziu muitos livros; ela se dirige aos trabalhadores para os quais um cêntimo é dinheiro; nos folhetos e jornais reside a sua principal fôrça. Por isso, quem procura esclarecimento sobre o socialismo não encontra nos livros senão uma pequena parte do que procura. Os livros contêm, é verdade, as teorias ou os argumentos científicos em favor das aspirações socialistas, mas não contam de que maneira os trabalhadores concebem o ideal socialista, nem como são preparados para o realizarem praticamente (KROPOTKIN, 1946, p. 261–262).

Em nossa pesquisa, buscamos demonstrar a articulação entre o periodismo e o projeto editorial. No argumento impresso, encontra-se a fonte doutrinária de que se nutrem as variadas formas de difusão da leitura. É essa dimensão que destacamos neste capítulo, tendo, como ponto de partida, a análise dos jornais *Remodelações* (1945)*, Ação Direta* (1946-1959)*, O Archote* (1947)*, Revolta* (1947) e *Spartacus* (1947)*, A Plebe* (1947-1951)*, Ação Sindical* (1958)*, O Libertário* (1960-1964), *Dealbar* (1965-1968) e *O Protesto* (1967-1968), que, de suas redações no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, chegaram a outras regiões do país e estabeleceram pontos de contato com os diversos grupos de afinidades em outros países.

1.2 Reconstruindo afinidades libertárias

Em 10 de outubro de 1945, dezenove dias antes da deposição de Getúlio Vargas e quando a agitação queremista atingia maior proporção, em grandes e planejados comícios em prol da "Constituinte com Getúlio" (FERREIRA, 2003, p. 38), começava a circular, no Rio de Janeiro, o jornal *Remodelações*, sob a redação-geral de Moacir Caminha e tendo, como "diretora-proprietária", sua companheira, a advogada Maria Iêda de Morais. Em suas quatro páginas em formato tabloide, o "Semanário de Orientação Comunista Libertária" representou um ressurgimento da imprensa libertária na arena pública após o hiato imposto pela censura do Estado Novo e foi, como anotou Edgar Rodrigues, uma espécie de "despertador, como toque de reunir para os anarquistas do Brasil" (RODRIGUES, 1992, p. 29).

Caminha era, como gostava de dizer, um "veterano de cem batalhas", militante da velha-guarda das lutas sociais no Brasil. Cearense nascido em Icó em 27 de outubro de 1887, iniciou sua militância, entre os primeiros difusores de ideias socialistas de extração libertária no Ceará, ao lado de militantes como Joaquim Pimenta e Pedro Augusto Mota, entre outros.[13] Entre as várias atividades políticas de que tomou parte, estão a criação de círculos de leitura e de estudos, a organização de escolas voltadas à "educação integral" e "racionalista", o disseminar dos ideais libertários por meio dos jornais – e o apoio frequente à imprensa operária local e nacional – a presença constante nos combates do nascente movimento operário cearense e o entusiamo de divulgador do esperanto como arma para a emancipação dos trabalhadores. A militância social não demorou a fazer de Caminha adversário dos extratos conservadores de Fortaleza.

[13] Sobre a trajetória de Moacir Caminha, sua formação e sua militância no Ceará, ver: GONÇALVES, Adelaide. "Moacir Caminha: o percurso original de um libertário cearense." *In:* ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (orgs.). **História do Anarquismo no Brasil. Volume 2.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2009. p. 103–118; GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge. (orgs.) **A Imprensa Libertária do Ceará (1908-1922)**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

REMODELAÇÕES

Diretora-proprietária: MARIA IEDA DE MORAIS

SEMANARIO DE ORIENTAÇAO COMUNISTA LIBERTARIA.

Redator-chefe: MOACIR CAMINHA

NUMERO II | RIO DE JANEIRO, 18 DE OUTUBRO DE 1945 | ANO I

Ilustração 1 - Cabeçalho de *Remodelações* (Rio de Janeiro-RJ) 14/10/1945.

No Rio de Janeiro dos anos 1940, por meio do *Remodelações*, Caminha concita à (re)organização da militância libertária depois de mais de uma década de derrotas em âmbito internacional e nacional. A ascensão do fascismo, a imposição de governos corporativos e autoritários, a derrota da experiência autogestionária da Revolução Espanhola entre os anos de 1936 e 1939 e os desdobramentos da Segunda Grande Guerra impuseram aos libertários uma avaliação dos caminhos a serem seguidos.

No Brasil, a sistemática repressão a que foram submetidos os militantes anarquistas e a ação da estrutura sindical corporativa, elaborada a partir de 1930 pelo Ministério do Trabalho e seus agentes, estão entre as razões da pulverização da força social da militância libertária e do sindicalismo revolucionário como estratégia das lutas operárias.

Em "Nosso Programa", na abertura da primeira edição, *Remodelações* buscava uma definição de rumos, quando afirmava ser o comunismo libertário "a doutrina sociológica mais de acôrdo com a tendência da evolução dos fenômenos econômicos e políticos". O acento nos conteúdos da Ciência, em face da "remodelação" social, resulta da formação do libertário cearense, como a de muitos militantes contemporâneos, impregnada do cientificismo, quando "as noções de 'ciência', 'técnica', 'evolução' e 'progresso' tinham grande força simbólica e um considerável poder legitimador de práticas e discursos" (SCHMIDT, 2004, p. 297).[14] E, embora reconhecesse na palavra

[14] Sobre a influência do cientificismo na formação dos militantes políticos em inícios do século XX: SEIXAS, Jacy. Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais. **Historia & Perspectivas** (UFU) v. 12-13, p. 135-150, 1995; SCHMIDT, Benito Bisso. "O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República." *In:* **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 21, nº 41, 2001. Sobre o papel das "ideias científicas" no movimento republicano português, ver:

"cientista" significação distinta, Caminha expressava seu entendimento de que "só os ensinamentos das ciências, em especial da sociologia, podem dirigir a vida humana" (*Remodelações*, 10/10/1945).

Na cultura libertária, vinha de longe o acento aos chamados "avanços científicos". No magistral estudo sobre a cultura dos anarquistas espanhóis da virada do oitocentos, Lily Litvak anotou que a ciência se convertera, para os libertários, em uma nova fé, onde repousavam suas esperanças, quando se resolveriam os problemas sociais e o porvir da humanidade. O otimismo dos libertários em relação à ciência é compreensível na medida em que se percebe que as suas visões do progresso baseavam-se em concepções materialistas, alheias às explicações religiosas. Assim, a fé no revelado, no dogmático, no milagroso, seria substituída pelo credo na "razão humana". "Por causa dele", anota Litvak, "é frequente na linguagem anarquista falar-se da anarquia como 'o reinado da razão', 'o império da ciência', a 'realização do ideal racional'" (LITVAK, 2001, p. 355). É nessa chave que compreendemos o acento, em Caminha, sobre o poder da ciência e a "sociologia", convertida numa teoria científica de combate ao sistema capitalista.

> O cientificismo anarquista dava por certo que o mundo do homem logo se encontraria submetido a leis tão positivas e exatas como as científicas. [...] A anarquia organizaria cientificamente a sociedade opondo-se à atual estrutura. Por estas ideias, a palavra sociologia converteu-se em um verdadeiro mito para os anarquistas. 'Revista de sociologia', subtitulou-se *La Revista Blanca*; outra publicação se chamou *Ciencia Social*, outra era *Natura*, 'Revista quinzenal de ciência e sociologia, literatura e arte' (LITVAK, 2001, p. 356).[15]

O programa apresentado no *Remodelações*, uma síntese de seu "Curso Popular de Sociologia", marcava o pensamento do libertário cearense naqueles anos: o discurso marcado pelo pragmatismo possibilista e pela tentativa de institucionalização de um modelo social libertário (GONÇALVES, 2009, p. 112). Assegurando que desejava a liberdade "disciplinada pela

---

CATROGA, Fernando. "O Republicanismo em Portugal." *In*: **25 Olhares sobre a I República. Do Republicanismo ao 28 de maio.** Lisboa: Edições Público, 2010.

[15] Exemplos do mesmo fenômeno repetem-se no caso português. *A Sementeira*, a mais importante revista anarquista de Portugal, dirigida por Hilário Marques entre 1908 e 1919, subtitulou-se "Publicação Mensal Ilustrada: Crítica e Sociologia", enquanto que a revista libertária *Lúmen*, sob a direção de Severino de Carvalho e Pinto Quartim entre 1911 e 1913, trazia por subtítulo "Sociologia e Arte" (FREIRE; LOUSADA, 2013.a).

consciência e esclarecida pela razão e pela ciência”, propunha uma organização social com base nos sindicatos de produtores, pelas uniões desses sindicatos, suas federações e a coligação na Confederação Operária Brasileira, respeitados os axiomas “Quem não trabalha não come” e “Todo o produto ao produtor”. À organização jurídica, cabia a função de “higiene social”, com o policiamento exercendo a “terapêutica social” pela reclusão dos criminosos.

Na esfera política, defendia a coordenação de todos os órgãos sociais por meio de um regime “democrático libertário”, que significaria, segundo Caminha, “o governo do povo por meio de suas assembléias distritais ou de bairro”, (*Remodelações,* 10 de outubro de 1945) cujas decisões seriam efetivadas por departamentos da administração pública sob a superintendência das assembleias e dos sindicatos de trabalhadores. Essa proposição, em alguma medida, antecipa discussões em torno do chamado “municipalismo libertário”, proposta de organização político-social em que, alicerçadas na valorização do primado ético em relação ao econômico, instituições assembleárias exercem a democracia direta e federam-se em comunas ou municípios livres, como alternativa ao Estado (BOOKCHIN, 1999).

Várias propostas de Moacir Caminha expressas no *Remodelações,* calcadas no “pragmatismo possibilista”, como o projeto “Bases Constitucionais da República Libertária do Brasil”, causaram polêmica nos meios anarquistas; o que não impediu que militantes anarquistas como José Oiticica, Manuel Peres, Roberto das Neves,[16] entre outros, colaborassem no jornal. Essa relação, ao que parece, não se deu sem tensão, uma vez que os debates, justificativas e retificações de posição são frequentes no jornal. Oiticica, militante histórico do movimento anarquista brasileiro, publicou, nas colunas do periódico, os “Príncipios e Fins do Comunismo Libertário”, em que buscava responder às necessidades de reorganização da sociedade, observando, entretanto, a tradição anarquista (*Remodelações*, 1º dez. 1945).

[16] Roberto das Neves, anarquista individualista português, veio para o Brasil durante o primeiro governo Vargas, onde continuou a oposição à ditadura salazarista que desenvolvia em Portugal. Foi ativo colaborador do jornal *Ação Direta*, onde, além de inúmeros artigos, publicou coluna intitulada “Não apoiado pelo Dr. Satan.” Em 1948, fundou a Editora Germinal, especializada na publicação e divulgação de obras libertárias.

REMODELAÇÕES

DAR 1 CRUZEIRO POR UM EXEMPLAR DE REMODELAÇÕES SIGNIFICA AUXILIA-LA.
REMODELAÇÕES É UM JORNAL DE PROLETARIOS. NÃO TEM CAPITAL. NÃO CONTA COM VERBAS SECRETAS. NÃO RECEBE SUBVENÇÕES DA "BURGUEZIA PROGRESSISTA". DAI REMODELAÇÕES PRECISAR DO AUXILIO DOS QUE O LEEM. DISSE CRUZEIRO POR EXEMPLAR.
PREÇO DE EXEMPLAR: CR$ 1,00.

NUMERO 1 | RIO DE JANEIRO, 10 DE OUTUBRO DE 1945 | ANO I

República Comunista Libertária do Brasil

Ante-projéto da Constituição para estudo, crítica e emenda do povo e da futura Constituinte

Art. 1.º — A região sócio-nacional denominada **Brasil** fica, pelas presentes bases constitucionais, organizada em republica comunista libertaria.

Parágrafo unico — Estão conservadas as cores tradicionais da paisagem brasileira: o verde e o amarello, em suas formas geometricas. O circulo interno terá a côr vermelha, symbolo da emancipação humana, com as vitorias e circulo figurará as duas palavras que exprimem o anseio do homem: Bem-estar e liberdade.

Art. 2.º — A Republica Comunista Libertaria do Brasil tem por finalidade proporcionar aos seus habitantes, em igualdade de condições, os meios necessarios, afim de que cada um viva intenso e livremente a sua vida, de ordem social, de accôrdo com as leis naturais, interpretadas pela sciencia.

Art. 3.º — Os direitos primordiais do cidadão brasileiro são os seguintes:

a) — Bem-estar economico, isto é, alimentação farta e sadia, vestuario comodo e hygienico, habitação confortavel e salubre;

b) — Constituição de familia pelo consorcio monogamico;

c) — Livre (1) manifestação do pensamento pela palavra oral e escrita;

d) — Liberdade de culto e de crer;

e) — Liberdade de interpretar o bello da natureza pela arte, de accôrdo com o seu sentimento estetico.

f) — Liberdade de consciencia e essa expressão pelo culto religioso e civismo;

g) — Liberdade de locomoção e mudança de residencia;

h) — Liberdade de reunião em estudio ou associação, em recinto particular ou em local publico.

i) — Respeito á sua personalidade moral e a sua integridade fisica;

j) — Votar e ser votado;

l) — Fiscalização e critica da administração social e representação, a fim de julgar conveniente, contra os erros dos administradores, considerados prejudiciais;

m) — Inviolabilidade de domicilio e de correspondencia postal e telegraphica;

n) — Aquisição de instrucção scientifica e artistica;

o) — Aquisição e exercicio de uma profissão util á collectividade, da acôrdo com as suas condições fisicas e mentaes;

p) — Opção da localidade onde tem sua residencia e sua profissão, assim como sua permuta voluntaria (2);

q) — Fixo annual nunca menor que de uma quinzena, licença por doença, representando por inválidos, tudo com ordenado integral, assim como licença com ordenado por motivo especial; (3)

r) — Conservação e defesa da sua saude e da hygiene publica; (4)

s) — Propriedade privada de:

1.º — Objetos e utensilios de uso pessoal;

2.º — Mobiliario e utensilios de uso domestico; (5)

3.º — Obras de arte e accessorios para embellezamento ou comodidade do lar;

4.º — Instrumentos e material para arte e ou para exporte de seu individuo; (6)

5.º — Bibliotheca domestica;

6.º — Alimentos equivalentes ou consumo mensal individual ou da familia (7)

7.º — O salario de producção; (8)

8.º — Obras de arte ou intellectuaes de producção domestica; (9)

9.º — Os productos da horta e da creação domestica; (10)

10.º — Meios de transporte individual (animal, aereo, automovel), tudo do seu haver, assim de transporte coletivo. (11)

Art. 4.º — A Republica Comunista Libertaria do Brasil só tem do cidadão social exige do cidadão brasileiro os seguintes deveres primordiais e os que delles logicamente se deduzem:

a) — Respeito aos direitos dos seus concidadãos;

b) — Conducta moral no lar e no seu meio social;

c) — Educação e tutoria dos seus filhos menores;

d) — Observação das leis sociaes e respectivo regulamentação;

e) — Exercicio de uma profissão util á collectividade, da accôrdo com a sua capacidade fisica e profissional e com as necessidades da collectividade.

f) — Defesa dos seus direitos e dos direitos de outrem;

g) — Cooperação pessoal para o seguimento e defeza do paiz e para o seu progresso social.

Art. 5.º — Ninguem é obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa, a não ser por uma expressa exigencia de disposição preventiva baseada nestas constituicionaes.

Art. 6.º — E' considerado crime, e como tal punivel de punição, todo e qualquer acto que prejudique total ou parcialmente a capacidade vital do cidadão brasileiro nos seus gráos de ordem social. (12)

Art. 7.º — O poder soberano na Republica Comunista Libertaria do Brasil reside no cidadão brasileiro. Elle é fonte de direitos. (13)

Art. 8.º — Tres são os nucleos sociaes ou unidades sociaes, administrativamente autonomos e federados entre si: o municipio ou communa, o Estado ou região social e o paiz ou nação. (14)

Art. 9.º — O Brasil, como Republica Comunista Libertaria, reconhece as chaves limites tradicionaes do paiz.

Art. 10.º — Cada cidade, vila ou povoado rural (povoação ou aldeia) constitue-se-á em municipio autonomo.

Art. 11.º — A Republica Comunista Libertaria do Brasil comprehende-se em vinte e um Estados autonomos e federados entre si, conservando-se limites tradicionaes: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, R. G. do Norte, Paraiba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiaz e Matto Grosso.

§ 1.º — O Estado do Guanabara abrange o actual Districto Federal, o municipio de Nitteroi, (15) e as ilhas da bahia de Guanabara. A sua capital será a cidade do Rio de Janeiro.

§ 2.º — O Estado do Rio de Janeiro terá por capital a cidade de Petropolis.

Art. 12.º — Taes são os direitos essenciaes da administração social, com a finalidade legislativa: assembléa municipal, assembléa estadual e assembléa geral ou nacional, eleitas, respectivamente, por um mês, dois e três annos podendo os seus membros serem reeleitos.

Art. 13.º — Os representantes ou deputados municipaes, estaduaes e nacionaes são escolhidos por voto direto e secreto dos cidadãos.

Art. 14.º — As deliberações das assembléias municipaes, estaduaes e nacional são a força de lei, e não dependem de sanções. (16)

Art. 15.º — Segundo a população do municipio e do Estado, os mesmos municipios terão de 30 a 200 representantes cada uma, e as assembléias estaduaes de 100 a 500, cada uma. A assembléa nacional comprehende o de vinte representantes por Estado e dois por territorio.

Art. 16.º — As assembléias municipaes e estaduaes e a nacional reunem-se ordinariamente todos esses quadros annuaes necessarios, nunca menos, porem, de cinco.

Art. 17.º — O representante á assembléa municipal é obrigado a visitar o respectivo Estado, que o elegeu, ao menos uma vez por semestre, demorando-se, em cada visita, pelo menos, quinze dias.

Art. 18.º — Nenhuma remuneração especial ou pensão, accidental ou regular, será concedida pela assembléia municipal, estadoal e nacional, a não ser tratando-se de serviços relevantes ao povo e ao seu progresso social.

Art. 19.º — Todos os meios de producção, o solo, o sub-solo, o fauno e o flora, os cursos d'agua, os meios de communicações terrestres, aereos, fluviaes e maritimos, fabricas, industrias, as edificios e construcções residenciaes e os productos do trabalho humano, são propriedades do municipio, do Estado ou da região, de accôrdo com as necessidades da população.

Paragrafo unico — São considerados propriedades privadas ou individuaes as indicadas na alinea "a" do art. 2.º das presentes bases constitucionaes.

Art. 20.º — Como um meio de acquisição dos utilidades necessarias á vida (alimento, vestuario, abrigo) ou do conforto, passarem em relações de trocas, e o mais indispensavel meio será o cidadão brasileiro até 6, todo habitante do territorio nacional, maior de 18 annos, um "salario do producto" em moeda metallica ou moeda-papel. (17)

§ 1 — O salario do produtor é igual em valor, unico para todos, seja qual for a colloraria do trabalho, seja qual for a capacidade do trabalho, o sexo do trabalhador, a sua antiguidade no officio, o seu tempo de serviço, quer estejam em fabrica, licença ou apposentado. (18)

§ II — Cada brasileiro do idade de um mês aos seis annos recebera o "pecuilio das crianças", equivalente a 25% do salario do produtor.

§ III — Cada brasileiro maior de seis annos e menor de dezoito recebera o "pecuilio da juventude", equivalente a 40% do "salario do producto".

Art. 21.º — Como uma garantia e livre manifestação do pensamento, é permittido ao cidadão brasileiro, ou sociedade por ele constituida, a publicação nas oficinas graficas do Departamento de Divulgação Cientifica, por preço que possibilite á sua existencia, periodicos, revistas ou jornais, folhetos, livros, ou publicações equivalentes, assim como a venda dessas publicações por conta propria, dentro do paiz ou no estrangeiro, isenta de qualquer taxa postal ou aduaneiras, de qualquer imposto ou sello de consumo.

Art. 22.º — As instituições, os orgãos e as funções administrativas locaes coordenadas pelos seguintes departamentos sócio-administrativos:

Departamento da Alimentação,
Departamento do Vestuário,
Departamento da Habitação,
Departamento do Comércio interno,
Departamento do Comércio Externo,
Departamento da Viação Terrestre,
Departamento da Viação Marítima e Fluvial,
Departamento da Aviação,
Departamento da Saúde,
Departamento da Familia,
Departamento da Educação da Juventude,
Departamento da Divulgação Cientifica,
Departamento das Artes e das Diversões publicas,
Departamento da Imprensa e do Radio,
Departamento dos Correios e Telegrafos,
Departamento da Justiça e Policia,
Departamento da Segurança e Defesa do Paiz,
Departamento da Industria Extrativa e Mineração,
Departamento da Industria Pesada,
Departamento do Registo (Registro do nascimento, casamento, obitos, identidade, reconhecimento, inscripção e emancipação, tutoria, vitalicio geral).

Art. 23.º — Os departamentos são autonomos e coordenados entre si.

Art. 24.º — Cada departamento divide-se em secção municipal, estadoal e geral ou nacional.

Art. 25.º — Cada secção departamental será administrada por uma commissão composta de um director geral, um director technico e um director fiscal, numerados, os dois primeiros pela maioria respectiva assembléia municipal, estadoal ou nacional, e o ultimo pela respectiva entidade sindical de producção.

Art. 26.º — O sindicato é o orgão de defesa economica dos productores e dos consumidores.

Art. 27.º — Os sindicatos dos productores formam-se por ofício ou profissão e são autonomos em seu funccionamento e federados em uniões municipaes e independes reunindo-se federativa e na confederação nacional do trabalho.

Paragrafo unico — E' vedada a filiação dos chefes de turmas, feitores, chefes de officina, directores de fabricas, gerentes, e de todos aquelles que tenham funcção de mando nos orgãos de producção, aos sindicatos dos productores.

Art. 28.º — O sindicato dos consumidores organizar-se-á por districto, bairro, povoação, suburbio, bairro ou quarteirão e compõe-se dos respectivos consumidores de mais de 18 annos, de ambos os sexos. (19)

Paragrafo unico — Não poderão formar parte do sindicato os encarregados ou dirigentes de estabelecimentos de distribuição dos utilidades para o consumo, do respectivo districto de consumo.

Art. 29.º — Os sindicatos dos consumidores gozam de plena autonomia de funccionamento e federam-se em uniões municipaes, federações estaduaes e na confederação nacional dos consumidores.

Art. 30.º — Compete ao sindicato tratar de tudo que disser respeito aos seus objectivos, funccionando os respectivos departamentos administrativos, propondo as modificações e melhoramentos necessarios a quem de direito, representando junto as assembléias municipaes, estaduaes e nacional e junto a justiça, encaminhando processos punitivos contra os governadores ou exploradores administrativos, votados pelas mesmas administrativas até segunda deliberação.

---

(1) — O conceito scientifico de liberdade é dual: "Liberdade é a possibilidade de individuo limitado em ato ou omissão. De nada vale a liberdade se não formos a possibilidade de realizar um desejo livre".

O objectivo primordial, a finalidade do regime communista libertario é possibilitar e individuo a realizar livremente os seus desejos, ou mais vulgares, criando os meios necessarios para isso conseguir.

(2) — E' direito de homem, no goso da sua integridade vital, da sua capacidade productiva primaria, quero não trabalha, não come. Tem ele, porem, o direito de escolher o meio pelo qual vae ser util á sociedade e ganhar o seu sustento. E' tambem direito seu requerer transferencia se houver logar vago e a transferencia não prejudicar a producção. A permuta de local do trabalho tambem é de direito.

(3) — O direito de gozar de licença, desde que não de prejuizo á collectividade e, sem percepção de salario, por motivo que só ao individuo diz respeito, é um direito inalienavel. Supponhamos que um professor resolva, accidentado o seu salario, quando sufficiente e quer embarcar para a Europa, para ver a familia ou mesmo Africa, Persia ou realizar duas doutrinas e dissipar a sua capacidade vital, a tranquillidade da sua vida. E' um crime.

(4) — O individuo tem o direito de exigir da sociedade habitação e cidade de salubre, recreios e hospitais, etc.

(5) — Entre os utensilios de uso domestico incluem-se o radio, o telefone, a machina de escripta, de se confeccionar, etc.

(6) — E' natural que o individuo que tenha intellectual ou artistico, como um pianista, o seu violino, etc., exija como o amador da penna o material necessario, principalmente o que o cavallete, as telas, as suas tintas, pinceis, etc.

(7) — A limitação da reserva de alimentos que o individuo pode ter em sua dispensa domestica, é necessaria, afim de evitar o accaparramento, um accumulo de generos, que, em tempo de crise, difficulta a distribuição de certos e o consumo necessario e racionavel.

(8 — E' cousa bi natural: "Toda o producto ao produtor". E o productor recebe o producto na forma de "salario", ou instrumento de acquisição das utilidades, ou simplesmente, em moeda metallica ou moeda-papel.

(9) — Como um exemplo ao trabalho intellectual domestico, é de considerar, tudo livre e de propriedade individual, ao nosso ver, podem surgir os generos.

(10) — Uma e outra. Nos campos, nos subterraneos dos grandes estados, nos rios dos arquipelagos, a natureza que o mercado de uma cidade, de uma vila, ou de casa visita e manifesta, fabricou, produziu e em toda parte do mundo cultivada, e a esta cruzada de galinhas, porcos, cabras, etc., que cuidam. E grato o producto de seu trabalho. Vendido é que não pode ser.

(11) — Outro dispositivo indispensavel. De facto, o habitante de uma chacara, sitiozinho, ou vila, afastado do centro urbano, ou no campo, que não é servido por veiculo publico, de transporte coletivo, tem direito a possuir um carro, um automovel, motocyclo, mesmo um pequeno avião, se nisto dissentir.

(12) — Como animal social, o homem tem o direito de viver a sua vida, intensamente, de ter desenvolvido todos os seus orgãos vitais, de dar expansão á sua capacidade vital, de ser um animal social, como o peixe é um animal aquatico. Tem o direito de viver a sua vida. Tudo o que prejudicar as possibilidades vitaes do homem é um mal, um crime.

(13) — O invisivel e a sua população são os bases da vida social. Do luta do homem contra o meio physico, em geral, foi que surgiu e lentio social, a trama social, essa rede de relações entre os homens que se chama sociedade. So o homem luta contra o meio physico, o para dele conseguir as suas metas de vida, é em beneficio proprio do seu "eu". Do "eu" o homem para o homem, a vida social. Do individuo para a humanidade, o principio e o fim da sociedade. Todos pensamento evidente e que não precisa mais a reforçar e evidenciar. Elle é tão ser soberano. O soberano da Terra.

(14) — Estas tres unidades sociaes são naturais. Cada cidade é um complemento social, tem a sua vida propria, os seus interesses especiaes. Assim o Estado ou provincia, que não passar de uma região social com a sua vida regional propria, especial. Daí o municipio deve ser autonomo e também a região, provincia ou Estado. Autonomia e federação são indispensaveis á vida social. A centralisação é prejudicial á evolução progressiva da humanidade.

A vida social comprehende as relações locaes, as relações regionaes, as relações nacionaes e as relações internacionaes. Toda essas relações são naturais, necessarias, indispensaveis e harmonicas entre si.

(15) — Não ha nenhuma razão sociologica para esse instituto constitucional chamado "districto federal", primitivamente na monarquia, "municipio neutro". Ha uma imitação dos Estados Unidos. La havia uma razão historica que já hoje desapareceu.

Quando as colonias inglezas da America do Norte se revoltaram e se constituiram em Estados, gosavam de quasi completa independencia. Não formavam ainda um todo nacional. Daí o nome: Estados Unidos. Havia, então, necessidade, para evitar conflictos entre os Estados, de um territorio neutro para séde do governo Federal. E criaram o "Districto Federal de Columbia" com a capital federal de Washington. Hoje os Estados Unidos formam uma nação, tendo a sua capital federal em Washington, e não mais a cidade de Nova York.

(16) — Essa historia de "poder executivo" é um resabio do governo de um homem, sobre quem pesava a idéa antiga da "vontade divina". A evolução social já chegou ao periodo histórico da transformação do governo em administração, da extinção dos "tres poderes".

As deliberações das assembléias eleitas pelo povo, unidade eleitoral dos individuos soberanos, tem força de lei, sem ha necessidade de sanções, a não ser as previstas pelos respectivos orgãos administrativos, ou departamentos.

(17) — Como já se disse o salario do producto é um direito. Sendo o producto o "ex proprio gropo divino". A evolução social já chegou ao periodo histórico da transformação do governo em administração, da extinção dos "tres poderes".

As deliberações das assembléias eleitas pelo povo, unidade eleitoral dos individuos soberanos, tem força de lei, sem ha necessidade de sanções, a não ser as previstas pelos respectivos orgãos administrativos, ou departamentos.

(17) — Como já se disse o salario do producto é um direito. Sendo o producto o "ex proprio gropo divino". A evolução social já chegou ao periodo histórico da transformação do governo em administração, da extinção dos "tres poderes".

As utilidades necessarias á vida, são livradas, isto é, terão "preços de compra", isto é, para o livreiro da colloração e director de uma fabrica. Daí o "salario-liberal" para todo o producto. As vantagens da categoria do officio é que servem de premio ao esforço intellectual ou profissional do trabalhador. E' perfeito sob todos os pontos de vista, exercer o cargo ou director, que o de lixeiro, varredor de ruas, etc. Ambos são "uteis" á uma collectividade de consumidores, a qualidade das condições de vida social, Director, lixeiro e diretor, geral.

Continua na primeira pagina.

Ilustração 2 - *Remodelações* (Rio de Janeiro - RJ), 22 de dezembro de 1945.

O programa publicado por José Oiticica em *Remodelações* fora originalmente publicado em 1919, no folheto “Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista”, no calor dos eventos que, sob o impacto da Revolução Russa, ocasionaram a criação de um “Partido Comunista Brasileiro” de orientação anarquista. O mesmo texto reapareceria ainda em duas ocasiões, no jornal *Ação Direta* (1946-1959), dirigido por Oiticica, permitindo compreender que, ao contrário do libertário Moacir Caminha, aquele continuava percebendo validade nas previsões práticas do anarquismo manifestadas nas primeiras décadas do século.

A própria variação dos epítetos do *Remodelações* parece ter relação com essas retificações. De “Semanário de Orientação Comunista Libertária”, passou a identificar-se como “Semanário Político de Propaganda e Combate”,

até reaparecer, em 1958, numa segunda fase como “Órgão de Combate à Opressão e à Exploração”, quando já distanciado da orientação libertária.

Antes disso, porém, os debates em torno da orientação do jornal já se faziam sentir, e Moacir Caminha voltava, com alguma frequência, a dar explicações quanto à linha política do periódico, sua denominação e as formas de sustentação. O título *Remodelações* podia soar algo próximo a “reformismo”, em que abdicaria da transformação revolucionária da socidade. De igual quilate, deveriam ser as ressalvas daqueles que pressentissem no nome do jornal uma necessidade de “remodelar” os ideais anarquistas, o que, em vista do pragmatismo de Caminha, não era um temor infundado. O redator, entretanto, assegurava que “’Remodelações' significa remodelar a sociedade de acôrdo com nossas doutrinas, de acôrdo com os ensinamentos das ciências sociais. [...] É um nome como outro qualquer. Não tem importância maior. Deixêmo-lo em paz”.

A sustentação material do jornal foi outro ponto de debates, uma vez que veiculava anúncios pagos, fato estranho ao fazer da imprensa libertária no Brasil. À interpelação crítica, Caminha respondia ser um “mal necessário”, uma vez que os custos de papel e das tipografias eram altos. E completava: “Faz mais mal ao ideal, todavia, cruzar os braços em vergonhosa inatividade quando um inimigo perigoso como o Partido Comunista está se impondo aos operários” (*Remodelações,* 1/12/1945).

Em seu décimo número, em 15 de dezembro de 1945, publicava um segundo “Nosso Programa Jornalístico”, afirmando que o clima de liberdade precária recomendava cautela, aparecendo assim *Remodelações* “com um programa provisório, semicomunista-libertário, semi-democrático. Despistador”.

> E demos a *Remodelações* um programa mínimo, evitando assim provocar uma reação oficial. Fomos prudentes e acertamos. *Remodelações* foi quem primeiro atacou Prestes, desmascarando seu maquiavelismo e suas mistificações. Mostramos ao proletariado que ele não passa de um renegado, um traidor. [...] *Remodelações* fez, pois, tem feito, obra boa, de saneamento moral do proletariado e de combate ao queremismo.
> E *Remodelações* causou boa impressão, foi bem recebida pelo povo e pelos camaradas. Alguns todavia não concordaram com o programa mínimo. Queriam o programa integral: não concordaram também com a publicação de anúncios. Erraram, porém, não compreenderam a situação.
> Aquele programa meio libertário, meio democrático era provisório. Foi imposto pelas circunstâncias do momento, aconselhado pela

> prudência. Já caducou. As circusntâncias, hoje, são outras, já se pode adotar o programa integral do comunismo libertário" (*Remodelações*, 15/12/1945).

Esse programa integral anuncia a disposição de combater a exploração do trabalho, de opor-se à criação de "mentalidades de rebanhos", dar combate aos órgãos estatais com função de mando, à propriedade privada, à educação anticientífica aos jovens e crianças, à diferenciação social entre os homens em classe, casta, profissão, religião ou ideologia, ao sistema eleitoral democrático que "significa, não a representação da vontade do eleitor, mas sim a renúncia de sua vontade em benefício de senadores que vão representar interesses próprios e dos partidos a quem pertencem"; além de marcar posição contra a colaboração entre classes.

A expropriação dos meios de produção, circulação e distribuição era defendida em *Remodelações* como forma de garantir o consumo dos bens necessários à vida humana e na reorganização da socidade propunha-se a criação das "comunas libertárias", forma de organização do pensamento anarquista clássico, definidas como conglomerados sociais de individualidades "que se socializam de acordo com as leis naturais da luta pela existência e do acôrdo para a luta, a fim de estabelecer condições necessárias ao homem para que ele possa viver intensamente a sua vida".[17]

A ação direta era proclamada como "norma da luta de classes nas reivindicações proletárias", e, em vista do que consideravam "as necessidades atuais do nosso meio social", *Remodelações* direcionava sua atividade combativa contra: "a) o Partido Comunista; b) a rearticulação integralista; c) ao queremismo trabalhista; d) à exploração econômica do povo; e) à politicagem burguesa; f) o 'franquismo', o 'salazarismo' e o 'peronismo; g) a mentalidade de rebanho". Ao mesmo tempo em que propunha intensificar a propaganda: a) da doutrina comunista libertária; b) da rebeldia consciente; c) da organização libertária; d) da sindicalização operária (*Remodelações*, 15/12/1945).

Em *Remodelações*, é constante o combate ao marxismo e à atuação do Partido Comunista do Brasil; Luís Carlos Prestes, com frequência

[17] Idem.

denominado “o errado”, “o traidor” ou “o renegado”, é alvo preferencial da verve libertária, sobretudo por conta de sua adesão à campanha política da “constituinte com Getúlio”, nas manifestações queremistas e pela linha do PCB de aliança com a chamada “burguesia progressista”.[18] Para Moacir Caminha, o seu *novo erro*

> significa renegação do ideal de emancipação humana, significa traição ao movimento proletário, significa mistificação da opinião pública, significa estar servindo de agente provocador da ditadura e estar a serviço da burguezia progressista, exploradora das classes pobres.

E conclui considerando que Prestes traiu a consciência revolucionária do povo brasileiro, “chefiando o movimento neo-fascista do ‘queremismo’” (*Remodelações,* 10/10/1045).

O combate ao fascismo é um compromisso central do jornal, sobretudo nos escritos de Manuel Peres, abordando a Revolução Espanhola, os crimes do franquismo e o salazarismo em Portugal. O tema da Revolução, as coletivizações realizadas pelos anarquistas na Espanha, a luta travada contra os falangistas e a resistência dos grupos libertários no exílio, ganharam as páginas do jornal.

Remodelações apelava à (re)organização dos libertários e à intervenção militante. Diagnosticando a falta de organicidade como um dos maiores obstáculos à atuação da militância anarquista, propunha a criação de um organismo articulador dos grupos e individualidades libertários, atento, pois, aos debates em curso no movimento libertário internacional. Em vários países, os militantes ácratas se reorganizavam após a Segunda Guerra Mundial, e são frequentes as notícias sobre a constituição de federações anarquistas.

No Brasil, a perspectiva de exercer livremente a propaganda libertária entusiasmava a possibilidade de organização. Em 8 de novembro de 1945, José Oiticica assinava pela “comissão reorganizadora”, uma exortação “aos libertários do Brasil” – um balanço do panorama histórico, apontando ambiente favorável ao reagrupamento. Assinalando a falência de “todos os

[18] Sobre projetos e posicionamentos do Partido Comunista Brasileiro entre 1945 e 1964 ver conjunto de artigos em: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil.** (Volume 2 – Nacionalismo e Reformismo Radical). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

programas burguezes", – monarquias, repúblicas ou democracias, bem como a ruína de várias matizes do socialismo, sobretudo do bolchevismo que "desabou no mais torpe reacionarismo burguês", Oiticica diagnosticava que o fim do fascismo implicava a busca de uma nova forma de organização social.

> Agora a humanidade não terá ilusões: só lhe resta conhecer a doutrina libertária, a que lhe pode mostrar o êrro fundamental: o Estado, garantidor da propriedade particular, aparêlho sustentador do capitalismo e opressor dos que realmente trabalham. Companheiros, para ressurgirmos havemos de reagrupar-nos. Importa urgentemente, reaparecermos nos sindicatos, nas fábricas, nos campos, nos centros de estudos, nos nossos periódicos, nos nossos congressos, preparando, com mais vigor, duas obras pujantes outrora, e sufocadas pelo Fascismo: a *Federação Operária Brasileira* e a *Federação Libertária Brasileira* (*Remodelações*, 8/11/1945).

A necessidade de organização, que levava em devida conta a necessidade de fortalecimento da cultura política anarquista, doutra parte, chamava à reavaliação de formas de atuação costumeiras, cuja pertinência era debatida frente ao que se consideravam as tarefas apresentadas à atuação dos anarquistas. Em "Urge a Organização Libertária", *Remodelações* recorria à obra "El Anarquismo en el movimiento obrero", de E. Lopez Arango e Diego A. Santillán, para criticar a tendência de certos grupos militantes de "fecharem-se em si", a falta de organicidade que tendia a transformar o anarquismo em uma ideologia de intelectuais, a reunirem-se em "igrejinhas", apartados do povo trabalhador.

Criticava-se, assim, a mera formação de grupos de afinidades, se estes não tinham por objetivo primordial influir sobre o movimento de massas, sem coordenação de ação e disciplina, impotentes para "enfrentar adversários poderosamente organizados, como o Partido Comunista". E, concluindo que o particularismo ameaçava o anarquismo enquanto movimento social revolucionário, advertia que a luta que se deveria travar exigia do movimento libertário "organização eficiente, livremente coêsa, mas também fortemente coêsa. Organização de ação disciplinada. Disciplina consciente, mas disciplina responsável."

> Milhões de oprimidos, de explorados, milhões de mártires, de apóstolos exigem de nós a luta contra a tirania, contra o poder governamental, contra a mistificação, contra a mentalidade de rebanho e contra, também, a inércia libertária, verdadeira traição ao ideal (*Remodelações,* 8/12/1945).

A análise, secundada por uma proposta de bases de acordo para a formação de uma "Organização Libertária do Brasil", era sintomática da situação de isolamento político que então viviam os anarquistas, alijados dos sindicatos pelo sindicalismo "ministerialista", dizimados e buscando reconquistar espaços à sua atuação. A defesa da ação direta como estratégia da luta dos trabalhadores, a oposição ao sindicalismo oficial e o reconhecimento da necessidade de militarem nos sindicatos foram motivo de artigos, visando a uma abordagem histórica dos sindicatos nas lutas dos trabalhadores antes e depois do que chamavam "fascismo getulista" e dos "malefícios do bolchevismo". "Se não querem ser palhaços dessa ignóbil farsa", afirmava Oiticica atacando o sindicalismo ministerialista, "despedacem por si mesmos as ataduras, rasguem as carteiras sindicais, organizem seus sindicatos à feição dos sindicatos de resistência e mandem às favas as leis trabalhistas e seu Ministério" (*Remodelações,* 8/11/1945).

Em relação ao movimento operário, a defesa pública do sindicato de ação direta foi a maior trincheira dos libertários naquela conjuntura. A perspectiva de atuação dos anarquistas na estrutura sindical não se mostrou frutífera e, malgrado o esforço, os "dias áureos" do sindicalismo revolucionário restariam à memória.

§

Remodelações continuou a sua "sementeira de idéias" e não cessaram os debates em torno da orientação determinada pelo seu redator-chefe. Aproximando-se o ano de 1946, as colaborações antes frequentes de alguns libertários escasseavam, ficando à pena de Caminha a redação de praticamente todos os artigos. O número 20 do jornal trazia mais uma tentativa de definição de seu perfil. Após assegurar sua resoluta oposição ao comunismo bolchevista, ao trotskismo e ao socialismo do Partido "Socialista" Brasileiro ("Qualquer explorador se diz hoje socialista"), Caminha afirmava igualmente não fazer parte do movimento anarquista, embora visse nos anarquistas "homens sinceros e verdadeiros, dignos de respeito e consideração". "Na prática, porém", afirmava o libertário cearense, "vivem como se ainda estivéssemos vivendo na década de 1890 a 1900...". E, de forma

respeitosa, completava: “Deles discordamos, mas não os combatemos, e temo-los em muita consideração” (*Remodelações,* 15/8/1947).

Esta relação é comprovada pelos frequentes anúncios dos dois principais periódicos libertários então publicados, *Ação Direta* e *A Plebe*, que Caminha recomendava à leitura:

> ’A PLEBE’ e ‘AÇÃO DIRETA’. Recomendamos aos que leem e pensam a leitura de dois periódicos bem escritos e que só dizem a verdade. São escritos por homens que dizem o que pensam com sinceridade admirável. No meio dessa atual decadência moral da nossa intelectualidade, saber que no Brasil se publicam periódicos como AÇÃO DIRETA e A PLEBE alegra o coração dos homens de consciência esclarecida. A PLEBE é um semanário de São Paulo e AÇÃO DIRETA é um quinzenário daqui do Rio. Ambos são vendidos nos jornaleiros desta cidade (*Remodelações*, 15/8/1947).

Uma década depois, a advogada Maria Iêda de Morais continuava publicando artigos no *Ação Direta*.[19] Ainda entre os anos 1960-64, o convívio de Moacir Caminha com os grupos anarquistas é constatado, como demonstra Edgar Rodrigues, quando refere o uso da sala no Centro de Estudos Professor José Oiticica para a realização de seus cursos (RODRIGUES, 1993, p. 30).

Remodelações, o primeiro jornal libertário publicado depois do Estado Novo, cumpriu o papel de aglutinador dos anarquistas e de chamamento para o debate público. Uma carta enviada por Lucca Gabriel, militante anarquista do Centro de Cultura Social de São Paulo, expressa tal sentimento. Convicto de que, no futuro, as “falhas observadas” nos primeiros números “não deixarão sequer a sua sombra”, manifestava opinião corrente entre os companheiros de São Paulo acerca da função do jornal:

> Antes de mais quero que fique assente o meu beijo profundo à Maria Iêda e Moacir Caminha; ─ o meu beijo de gratidão! Quando, por toda a parte, um bafo de idolatria degradante parecia sufocar todas as vozes e que aqui em São Paulo nos debatíamos com toda a sorte de obstáculos sem obter resultado satisfatório para dar asas aos nossos ideais, eis que surge um porta-voz, que aqui ainda não foi possível surgir: um jornal comunista-libertário (RODRIGUES, 1997a, p.27-29).

Outra carta, do militante libertário de Campinas Attilio Pessagno, congratulava-se com o aparecimento do jornal, “facho de luz que indicará o

[19] Ver, por exemplo: “A Liberdade” (*Ação Direta,* set./1958), “Outrora e Hoje” (*Ação Direta,* nov./1958), “O Amor Livre” (*Ação Direta,* mar./1959)

roteiro pelo qual a humanidade, mais cedo ou mais tarde deverá caminhar em busca de um mundo melhor". E afirmava que, malgrado o fato de que "alguns trabalhos inseridos nos dois primeiros números do jornal, especialmente o que se refere ao anteprojeto de construção da república libertária que, a meu ver, não se coaduna com os princípios anarquistas" esperava uma mudança de orientação, pautada no pensamento anarquista sobre a formação da sociedade futura (RODRIGUES, 1994, p. 59).

Entre fevereiro de 1946 e julho do ano seguinte, o *Remodelações* deixa de circular. É nesse momento que um núcleo de militantes anarquistas do Rio de Janeiro se volta à publicação do jornal *Ação Direta*, que, desde seu aparecimento, tornou-se o principal veículo de propaganda libertária no Rio, com repercussão junto aos núcleos e individualidades de outros estadoe e em intercâmbio internacional. Em que medida o esforço militante quanto à publicação de *Ação Direta* resulta, em parte, de uma leitura crítica do "reformismo" de Caminha, é indagação pertinente. Cabe levantar tal hipótese, em vista de algumas posições do jornal, como no seguinte tópico.

1.3 *Ação Direta*, um jornal anarquista

No dia 10 de abril de 1946, nasce o jornal *Ação Direta*, sob a direção do professor José Oiticica, seu fundador.[20] Trazia a marca de um retorno à cena, uma vez que Oiticica já editara, juntamente com José Simões,[21] um jornal anarquista de mesmo nome, em 1929. Nesta segunda fase, a publicação se estenderia até 1959, em seus 136 números. Sua trajetória, com periodicidade variada – quinzenário, mensário e bimensário – pode ser percebida como fruto da pertinácia dos libertários face ao compromisso de realizar o diálogo militante naquela conjuntura, cuja tarefa consistia em propor

[20] A especificação de um "diretor" não dizia respeito à dinâmica interna do grupo que produzia o *Ação Direta*; era exigência legal para o registro do periódico, nos termos da vigente legislação sobre circulação de jornais e revistas.

[21] José Simões foi um desses militantes cujo "desejo de saber", muitas vezes exercitado nas poucas horas que o trabalho deixava disponíveis, fez, na expressão cunhada por Hobsbawm, um intelecutal-operário. Empregado no comércio e depois funcionário do Lloyd Brasileiro, tornou-se, segundo conta Rodrigues, "um militante culto", por meio da leitura de obras sociológicas e da imprensa, que lhe fortaleceram as convicções ideológicas. Além de cofundador do jornal *Ação Direta* em sua primeira fase, foi um dos fundadores, e depois diretor, da Liga Anti-Clerical, no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1997, p. 23).

o debate em torno do ideário anarquista. Como em outros períodos, as dificuldades de sustentação material dão o mote para firmar a compreensão do periodismo libertário, como exercício de apoio mútuo, de solidariedade militante, o que implicava a construção de laços com o jornal e repercussão coletiva de seu programa editorial.

As dificuldades do jornal quanto aos parcos recursos providos desde o grupo editor e o apoio de seus leitores, ao mesmo tempo, forjava uma peculiaridade do *Ação Direta* em relação a sua autonomia e independência editorial, como afirma com ênfase em busca do apoio militante:

> Nosso periódico não é comercial, não aceita anúncios, não é político, nem publica, a tanto por linha, notícias ou reclamos. Em suma, não temos matéria paga. Logo, apelamos aos entusiastas de Ação Direta. Procurem novos contribuintes. Dobrem ou tripliquem suas contribuições. Atrás das palmas, a Ação Direta, ainda com sacrifícios (*Ação Direta*, 13/06/1946).

Como se vê, a afirmação de princípios marca a distinção do periodismo libertário em relação aos constrangimentos comerciais inscritos na lógica da imprensa corporativa. A história dos jornais libertários sublinha um propósito coletivo no fazer o impresso, cujo lastro residia na autonomia na escrita, orientada pela convicção das ideias e na tradição do jornal como lugar social de reunião de sensibilidades, organização e difusão.

AÇÃO DIRETA

SEMANARIO ANARQUISTA

PREÇO Cr$ 0,50

Diretor: JOSÉ OITICICA

A Anarquia é êsse ideal sublime para o qual tendem tôdas as sociedades modernas.

Bernardino Machado

(antigo presidente da República Portuguesa)

ANO I

Rio de Janeiro — Sabado, 15 de Junho de 1946

N.º 9

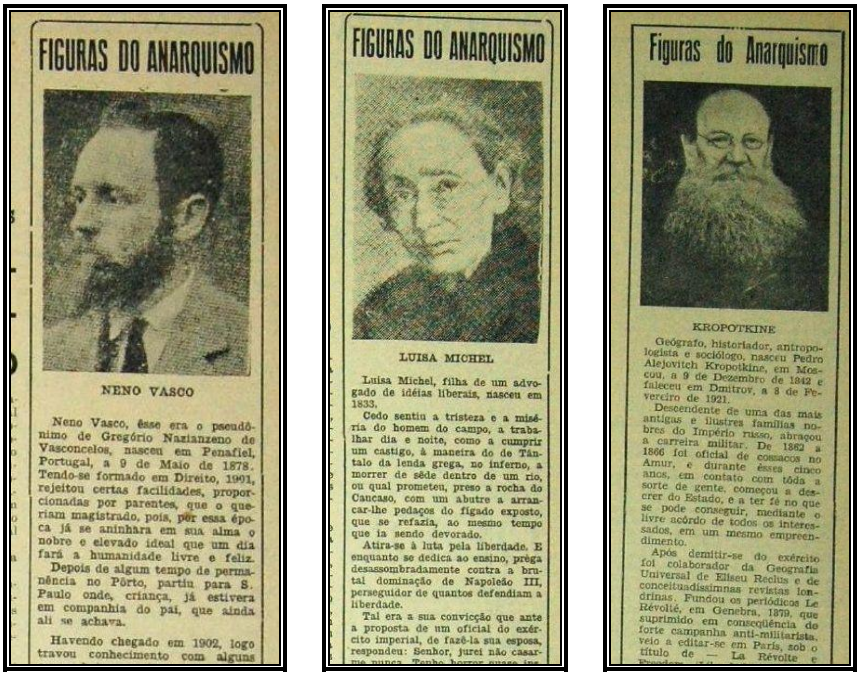
Ilustração 3 – Cabeçalho do *Ação Direta* (Rio de Janeiro - RJ), 13 de junho de 1946.

O grupo redator de *Ação Direta* conta com a militância de Oiticica, Serafim Porto, Sônia Oiticica – por um breve período que seguiu o falecimento de seu pai e Edgard Leuenroth, na fase final do periódico, quando sua redação é transferida para São Paulo. Serafim Porto, ativo militante libertário no Rio de Janeiro no pós-Era Vargas, além de participar no *Ação Direta*, assumiu papel

de editor, propondo a série “Cadernos de Questões Sociais”, no formato de folhetos, dedicando o primeiro volume ao “Histórico do Primeiro de Maio”, de sua autoria. No final dos anos 1950, Serafim Porto participaria na fundação do Centro de Estudos Professor José Oiticica, no Rio de Janeiro. O Centro confirma no tempo o propósito de difusão da cultura libertária.

O título do jornal, por si uma declaração de princípios, expunha o método de luta dos anarquistas na recusa de mediações para a conquista da emancipação humana. O editorial, denotando a qualidade literária de Oiticica, definia que a ação direta

> [...] os distingue, separa, singulariza. São hoje os selecionados da revolução mundial. *Ação Direta* designa sua convicção firme de não lutarem *por procuração*, de jamais confiarem nas blandícias do lobo-Estado, por sabê-lo sempre traidor, mentiroso e cruel. [...] é o meio certo de vencer, porque é o único meio amedrontador do capitalismo. Nenhum parlamento assusta a alta finança. Parlamento não faz greves, não sabota produções, não boicota produtos [...] é a máscara política inventada para fazer crer ao povo ser ele o povo soberano e serem púrpuras seus andrajos de escravo (*Ação Direta,* 10/04/1946).


FIGURAS DO ANARQUISMO

NENO VASCO

Neno Vasco, êsse era o pseudônimo de Gregório Nazianzeno de Vasconcelos, nascen em Penafiel, Portugal, a 9 de Maio de 1878. Tendo-se formado em Direito, 1901, rejeitou certas facilidades, proporcionadas por parentes, que o queriam magistrado, pois, por essa época já se aninhara em sua alma o nobre e elevado ideal que um dia fará a humanidade livre e feliz.

Depois de algum tempo de permanência no Pôrto, partiu para S. Paulo onde, criança, já estivera em companhia do pai, que ainda ali se achava.

Havendo chegado em 1902, logo travou conhecimento com alguns

FIGURAS DO ANARQUISMO

LUISA MICHEL

Luisa Michel, filha de um advogado de idéias liberais, nasceu em 1833.

Cedo sentiu a tristeza e a miséria do homem do campo, a trabalhar dia e noite, como a cumprir um castigo, à maneira de de Tântalo da lenda grega, no inferno, a morrer de sêde dentro de um rio, ou qual prometeu, preso a rocha do Cancaso, com um abutre a arrancar-lhe pedaços do fígado exposto, que se refazia, ao mesmo tempo que ia sendo devorado.

Atira-se à luta pela liberdade. E enquanto se dedica ao ensino, prêga desassombradamente contra a brutal dominação de Napoleão III, perseguidor de quantos defendiam a liberdade.

Tal era a sua convicção que ante a proposta de um oficial do exército imperial, de fazê-la sua esposa, respondeu: Senhor, jurei não casar-

Figuras do Anarquismo

KROPOTKINE

Geógrafo, historiador, antropologista e sociólogo, nasceu Pedro Alejovitch Kropotkine, em Moscou, a 9 de Dezembro de 1842 e faleceu em Dmitrov, a 8 de Fevereiro de 1921.

Descendente de uma das mais antigas e ilustres famílias nobres do Império russo, abraçou a carreira militar. De 1862 a 1866 foi oficial de cossacos no Amur, e durante esses cinco anos, em contato com tôda a sorte de gente, começou a descrer do Estado, e a ter fé no que se pode conseguir, mediante o livre acôrdo de todos os interessados, em um mesmo empreendimento.

Após demitir-se do exército foi colaborador da Geografia Universal de Elisèu Reclus e de conceituadissimas revistas londrinas. Fundou os periódicos Le Révolté, em Genebra, 1879, que suprimido em consequência de forte campanha anti-militarista, veio a editar-se em Paris, sob o título de — La Révolte e

Ilustração 4 – Perfis de Neno Vasco, Luiza Michel e Kropotkin. “Figuras do Anarquismo”, *Ação Direta* (Rio de Janeiro-RJ), 1946-1959.

O editorial referia-se, ainda, a episódios históricos em que se confrontaram as concepções libertárias e estatistas do socialismo, bem como as tentativas de governos republicanos, laboristas, liberais, “todos afundados no brejo parlamentar”, de enfrentarem os problemas sociais, para concluir que,

“após duas guerras desenganadoras”, a ação direta seria o método por excelência “que educa e fortifica o povo na sua luta milenar” na criação de uma “nova humanidade”.

Em seu papel de polo aglutinador dos militantes libertários no Brasil, desde os primeiros números, *Ação Direta* exercita o internacionalismo, uma das bases do pensamento e prática anarquistas. Acompanhando o movimento libertário em escala internacional, divulgava publicações, manifestos e documentos recebidos de grupos de afinidade libertária em vários países. Neste sentido, nosso estudo recolhe fartas evidências do repertório de leituras praticadas no período, bem como as rotas do intercâmbio internacional do anarquismo.

O exame da seção (de página inteira) “Documentário”, atesta o reconhecimento da “exuberância do movimento anarquista hoje em toda a parte”, trazendo aos leitores brasileiros “o modo de pensar, as resoluções e as atividades” dos libertários de outros países. Sua cartografia, naquela página, sugere os contornos de “uma história viva do anarquismo mundial” (*Ação Direta,* 10/04/1946). Foot Hardman já anotara, em estudo sobre a imprensa operária e anarquista de inícios do século XX, a característica presente em alguns grupos editoriais, funcionando como uma espécie de núcleo internacionalista e articulador de vínculos ideológicos ao redor do mundo. Tais vínculos se materializavam na troca regular de periódicos, na correspondência mantida (muitas vezes, ao arrepio da censura), na formação de bibliotecas e elaboração de notas bibliográficas, na tradução de textos seminais, e nas excursões militantes. Nesse sentido, nossa pesquisa empírica, neste estudo, afirma o lugar da imprensa como articuladora dos interesses de classe, num conceito alargado de agitação e propaganda:

> [...] a importância da imprensa operária como ‘material ideológico’, nos termos de Gramsci, ou seja, como verdadeira correia de transmissão de ideologias internacionalistas do movimento operário por meio da intensa circulação e intercâmbio entre as lideranças anarquistas da Europa, América e Brasil. [...] Numa época em que os grandes meios de comunicação de massa inexistiam, a imprensa, em especial o jornalismo, possuía um papel decisivo como veículo social de informação e formação: a imprensa operária, em particular, destaca-se por sua função de articuladora de interesses históricos de classe, como fator de agitação e propaganda, na tentativa de aglutinar elementos de uma consciência operária comum (FOOT HARDMAN, 2002, p. 311).

Neste trabalho, a análise do *Ação Direta*, bem como dos demais exemplares da imprensa libertária entre as décadas de 1940 e 1960 articularam e ajudaram a dinamizar redes e circuitos libertários em vários países. O final da Segunda Grande Guerra, com a derrota dos regimes totalitários à direita, iniciou um período favorável à retomada da militância anarquista e, em vários países, deu-se o reaparecimento da imprensa libertária, a reorganização de entidades silenciadas pelos regimes de exceção e o florescimento de novas agremiações. Era, entretanto, um período cujo entusiasmo frente às possibilidades de reorganização se defrontava com imensas dificuldades. Alijados do papel desempenhado na seara do sindicalismo, os anarquistas do *Ação Direta* precisavam empenhar-se para que sua propaganda e atuação não resultassem isoladas. Como realizar tais propósitos? Como deveria ser o jornal em face da difusão do debate e da intervenção prática?

A frequência considerável permitiu que o temário e algumas colunas que traziam suas costumeiras quatro páginas ganhassem alguma regularidade. Além da mencionada “Documentário”, seções como “Não Apoiado Pelo Dr. Satã”, em que o anarquista português Roberto das Neves tecia comentários anticlericais e libertários sobre os últimos acontecimentos; “Figuras do Anarquismo”, que apresentava biografias dos “grandes vultos” das lutas libertárias e valorizava a tradição herdada; “Notícias Anárquicas” (e depois “O Anarquismo Através do Mundo”), com a reprodução de notas do informativo da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e pela Comissão de Relações Internacionais Anarquistas (CRIA), com destaque ao internacionalismo do movimento libertário. Na medida em que a periodicidade do jornal possibilitava, a intenção de formatação de seu conteúdo com seções fixas liga-se com a necessidade de familiarizar o leitor a uma ideia de continuidade, pela qual as colunas costumam aparecer sempre na mesma página e encimadas pelos mesmos distintivos tipográficos (títulos, ilustrações, formato).

No *Ação Direta*, é notável o nexo internacional de combate ao franquismo, ao salazarismo e aos governos totalitários em geral. A matéria provém das denúncias às perseguições aos militantes libertários, das

narrativas das agruras vividas pelos espanhóis no exílio (e mais tarde, búlgaros e húngaros), dos relatos de história e memória da Revolução Espanhola, geralmente saídos da escrita de Manuel Perez Fernandez. Perez, marceneiro nascido na Espanha, é exemplo do fazer-se dos "jornalistas da classe". Chegara ainda criança ao Brasil, onde conseguiu documentos brasileiros e até serviu ao exército. Casado, pai de filho brasileiro, seria expulso em 1919 juntamente com outros militantes operários estrangeiros, vítimas da feroz perseguição após a tentativa de insurreição anarquista no Rio de Janeiro, em 1918.[22] Retornado à Espanha, militou em várias organizações libertárias e na *Confederación Nacional del Trabajo*, dirigindo e colaborando em diversos periódicos ligados à CNT (RODRIGUES, 1997a). A derrota da Revolução Espanhola define seu retorno, em 1941, ao Brasil, onde reconstruiu liames de sociabilidade libertária, tornando-se um dos mais frequentes colaboradores da imprensa anarquista dos anos 1940 e 1950, onde costumeiramente assinava com o nome aportuguesado de Manuel Peres. Creio relevante, nesta tese, trazer esses curtos esboços de trajetória militante, para que se dimensione no tempo a ação desses militantes face às atribulações de determinadas conjunturas, seus deslocamentos involuntários, o exílio, entre outras dimensões de vidas de dedicação às ideias libertárias e que, em muitos casos, tenderiam ao registro do prontuário de polícia e outros mecanismos de silenciamento e ocultação de suas histórias.

Em relação ao debate internacional, além do combate permanente aos fascismos, o *Ação Direta* formou um "front" permanente de oposição ao que chamavam "imperialismo bolchevista" na Rússia e à práxis dos Partidos Comunistas – pauta comum nos veículos libertários em todo mundo. Eram tempos da chamada Guerra Fria, e cumpria aos libertários um posicionamento em relação à polarização política entre as "democracias" capitalistas ocidentais

[22] Juntamente com Manuel Perez, foram expulsos do país, entre outros militantes, Manuel Perdigão, Manuel Gonçalves, Everardo Dias, José Carlos, Albano dos Santos, António Costa, Aníbal Paulo Monteiro, Joaquim Alvarez, Antonio Perez, Antonio Pietro, Manuel Gama, José Cid, Rafael Lopez, João José Rodrigues, Alexandre Azevedo, Abílio Cabral, Alberto de Castro, Adolfo Afonso e Antonio da Silva Massarelos (RODRIGUES, 1997a, p. 56). Sobre a Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, ver: ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986. Para uma abordagem da evolução da legislação repressiva voltada à expulsão de estrangeiros, ver: SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário, 2002, em especial o capítulo II, "Operários, repressão e polícia nos anos 20".

e os países do bloco socialista. Nesse âmbito, pode-se perceber a crítica aos comunistas mais virulenta do que em outros veículos de extração libertária, possível permanência das refregas que opuseram anarquistas e os adeptos do marxismo por toda a década de 1920 e os primeiros anos da década seguinte, de que tomaram parte ativa militantes como José Oiticica, José Romero e outros integrantes do grupo editor do jornal.

O anarquista individualista alemão Franz Levejolan, sob o pseudônimo de Germinal; João Luis Ney e Raul Vital (pseudônimo de Athayde da Silva Dias), integrantes da Juventude Libertária do Rio de Janeiro, estavam entre os mais ativos colaboradores de *Ação Direta* em seus primeiros anos. No *Ação Direta,* Levejolan foi um dos primeiros divulgadores da obra do filósofo e anarquista individualista Max Stirner, apenas muito recentemente editado em língua portuguesa.[23] Para esta pesquisa, veja-se aqui o jornal cumprindo um papel de difusão do pensamento libertário, disseminando novos repertórios de leituras, como é o caso da divulgação de obras seminais do anarquismo de rara presença em língua portuguesa. Já no ano de 1946, Germinal apresentava aos leitores o pensamento de Stirner, num artigo intitulado "O Sternerismo". (*Ação* Direta, 10/10/1946) e na seção "Figuras do Anarquismo", Levejolan apresentava "Que é o único?", em seu centenário:

> Que é o 'Único', esse cometa filosófico que, faz agora 100 anos, brilhou pela primeira vez no firmamento intelectual, para depois mergulhar no nevoeiro da moral cristã-marxista e, atualmente, depois que se percebeu a falsidade dessa ideologia, de novo, obedecendo a fôrça da gravitação libertária, com velocidade cada vez maior, se aproxima da terra? (*Ação Direta*, jun/1950)

[23] Em português, as primeiras edições de Stirner são do final dos anos 1970, com a *Pequena Antologia do Anarquismo* (Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975) e *Textos Dispersos* (Lisboa, Via Editora, 1979). A *Antígona*, de Lisboa, editou sua obra principal, *O Único e Sua Propriedade*, em 2004. No Brasil, o pensamento de Stirner foi discutido por C. Diaz em *Max Stirner, uma filosofia radical do Eu* (São Paulo, Editora Imaginário/Expressão & Arte Editora, 2002) e em obra coletiva publicada em 2003 pela Editora Imaginário, o Instituto de Estudos Libertários e o Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol), *Max Stirner e o Anarquismo Individualista*. Vantiê Clinio Carvalho de Oliveira defendeu, em 2011, a tese de doutoramento em Ciências Sociais, *Max Stirner, o Único e o que lhe é Próprio: uma interpretação e(m) algun(s) ensaio(s)*, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação de Rogério Humberto Zeferino Nascimento. A Editora Imaginário, juntamente com a Editora Expressão e Arte, publicou também *Stirner e Nietzsche*, de Albert Lévy e Bernd A. Laska (São Paulo, 2012).

Ação Direta publicaria, ainda, o prefácio completo de "O Único"*,* em sua edição de número 93, de maio-junho de 1954, sob o título de "Coloquei minha causa em cima do nada".

Nossa pesquisa identificou, ao lado dos artigos de fundo, outras estratégias de difusão do livro no jornal, como é o caso da publicação de excertos de obras clássicas do anarquismo clássico e das traduções de artigos veiculados na imprensa libertária estrangeira, confirmando, assim, nossa hipótese acerca da função do periodismo em termos de ampliação das leituras. Os excertos e as traduções publicados em jornal cumpriram largamente uma função de atualização dos repertórios de leitura e possibilitaram o acesso de muitos aos livros impossíveis nas modestas bibliotecas militantes ou dos Centros de Cultura Social. Para além deste mecanismo de conhecimento de temas e autores, o contacto com tais ideias terá suscitado, em vários casos, a posterior publicação no suporte livro de coletâneas, outro conhecido meio de difusão das obras clássicas no meio libertário.

No *Ação Direta*, outros temas iam-se afirmando, como a difusão das relações cooperativistas, discutidas pelo anarquista português Pedro Ferreira da Silva[24] ou a permanente campanha de formação sindicalista revolucionária e a defesa da atuação dos anarquistas nos sindicatos.[25] Nesse âmbito, destaca-se a longa série de artigos da lavra de Quetzal, pseudônimo do militante Sousa Garcia, "Por um Sindicalismo Revolucionário", exemplares do fato de que, para os militantes anarquistas, naquele período, mesmo em conjuntura de descenso nas lutas sindicais, a atuação no movimento operário permanecia em perspectiva. Tratava-se, também, da vontade de retomada de um perfil classista que marcara a atuação libertária no Brasil. A relação do movimento

[24] Escritor, poeta, jornalista e militante anarco-sindicalista nascido em Portugal, onde integrava o grupo editor do semanário *A Comuna*, da cidade do Porto. Fugindo da ditadura salazarista, após passagem pela França, chegou o Brasil, onde depois da queda do Estado Novo, participou ativamente na atividade de (re)organização do movimento libertário. Frequente colaborador do *Ação Direta*, são de sua autoria os livros "Colônias de Férias" (1932), "Eu Creio na Humanidade" (1945), "Três Enganos Sociais: Férias, Previdência e Lucros" (1953), "Prendas de Portugal", poemas (1957) "Cooperativas Sem Lucro" (1958), "As Voltas Que o Linho Dá"*,* poemas (1961), "Ícaros Novos", poemas (1964). Ver: (RODRIGUES, 1998, p. 52-53; NEVES, 1979, p. 11).

[25] Para uma abordagem detida sobre a defesa e divulgação da estratégia do sindicalismo revolucionário nas páginas do *Ação Direta*, ver: SILVA, Rafael Viana da. **Indeléveis Refratários: As Estratégias Políticas Anarquistas e o Sindicalismo no Rio de Janeiro em Tempos de Redemocratização (1946-1954).** Monografia de Graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

anarquista com o movimento operário, como referiu Samis, pode ser considerada uma marca constitutiva da identidade do “anarquismo brasileiro”:

> O viés classista da ação anarquista, estampado nas suas resoluções estratégicas e constituição de memória simbólica, determinaria para o movimento libertário uma prática não apenas sintonizada com as demandas sociais mais prementes, como também acabaria por definir a identidade constitutiva de várias organizações importantes nas primeiras décadas do novecentos. Dessa forma, o que havia levado o anarquismo a representar o paroxismo das reivindicações operárias mais radicais, colocava-o também como elemento indissociável dos órgãos de representação dos trabalhadores (SAMIS, 2009, p. 37-38).

Em sua escrita de afirmação dos conteúdos do Sindicalismo Revolucionário, Souza Garcia debatia a atuação do Estado, em face dos sindicatos ministerialistas e de partidos políticos, para ele, vetores de escamoteamento da luta de classes, ainda mais porque “os inimigos da classe trabalhadora possuem todos os meios para nos manter submetidos”:

> Sabemos, porém, que contra a vontade insuperável da classe trabalhadora não há meio possível de nos vencer em nossa luta, se nos dispomos a reivindicar nossos direitos. Se os sindicatos atuais não nos oferecem nenhuma garantia, por sua formação colaboracionista, defendamos o direito de nos organizarmos em sindicatos anti-ministerialistas, começando por formarmos grupos de RESISTÊNCIA SINDICAL, em todos os lugares de trabalho, nas fábricas, nas oficinas, nos edifício em construção, em todos os lugares em que haja a atividade produtora (*Ação Direta,* 18/07/1947).

Apresentadas como tarefas militantes desses grupos, o combate aos “desvios dos atuais sindicatos” e a reivindicação de “melhoras morais e econômicas” deveriam ser fruto da propagação de um novo sistema de organização sindical, pautado na prática do federalismo, “tendo como norma de conduta a ação direta e como arma a greve”, definindo assim os métodos de ação e luta sindicais. Como se vê, para os objetivos inscritos neste trabalho de tese, o material impresso constitui um valioso índice acerca dos debates (e embates) do período e, neste caso, acerca das disputas abertas no sindicalismo brasileiro.

4 AÇÃO DIRETA Março e Abril de 1954

movimento Sindical

Pela Libertação dos Sindicatos

Liberdade - Autonomia - Unidade Sindical

Unidade Sindical na Câmara

UM SAMBA DE TRABALHADORES

Ilustração 5 – Página dedicada ao “movimento sindical”, *Ação Direta* (Rio de Janeiro-RJ), março/abril de 1954.

Compreendendo o contexto sócio-histórico adverso a tais propostas, marcado, de um lado, pelo controle dos sindicatos pelo Estado e, por outro, pela atuação dos comunistas nos marcos do sindicalismo oficial, a atividade de militantes anarquistas, durante os anos 1950, no Sindicato dos Trabalhadores da Light, no Rio de Janeiro, por meio dos “Grupos de Resistência Sindical”; e no Sindicato dos Trabalhadores Gráficos, de São Paulo, através dos “Grupos de Ação Direta” devem ser compreendidos como tributárias dessa tentativa de retomada da presença libertária nas organizações de classe (SILVA, 2012).

No ano de 1948, uma das resoluções do Congresso Anarquista realizado em São Paulo confirmava essa orientação, de cujos desdobramentos resultaria a criação, tempos depois, do Movimento de Orientação Sindical (M.O.S) e do jornal “Ação Sindical”, seu porta-voz, que circulou em 1958.

Anos antes, o Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light, no Rio de Janeiro, “uma espécie de tendência libertária e sindicalista revolucionária no sindicato dos trabalhadores da Light” (SILVA, 2011, p. 145),

editou o jornal UNIR, apreciado nas páginas do *Ação Direta.* De destaque aqui, um novo modo do fazer jornais*;* trata-se do jornal de mimeógrafo, que cumpriria vasto itinerário, inclusive, na história do impresso clandestino, atravessando décadas. Aqui, observa-se o jornal UNIR, realizando seus conectivos com uma categoria social em seu local de trabalho, a partir de um objetivo de orientação sindical:

> UNIR
> Recebemos o segundo número do jornal mimeografado "UNIR", editado pelo Grupo de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light, que vem difundindo naquela empresa de transportes os princípios do sindicalismo revolucionário e de ação direta, em frente aos demagogos de partidos políticos e do Ministério do Trabalho.
> Boa apresentação e conteúdo ótimo em que se destacam os artigos: "O Sindicalismo e as eleições nos Sindicatos do Govêrno", "Porque Radio Patrulha na Light?", "Incentivando", "Devemos Ir Ao Encontro dos Carros?", "Esclarecimentos" e vários comentários oportunos.
> Estão, pois, de parabéns os companheiros de "Unir", pela excelente obra de divulgação e esclarecimento dos operários (*Ação Direta,* mar-abr/1951).

O Manifesto de criação do Movimento de Orientação Sindical (M.O.S.), datado de julho de 1953, é somente publicado por *Ação Direta,* único periódico anarquista em circulação, em seu número de janeiro/fevereiro de 1954. Chama nossa atenção de pesquisador neste trabalho, a função desempenhada pela forma e conteúdo de um *Manifesto.* Tais documentos, gerados da escrita de intervenção, com efeito de declaração pública e convocação à luta, terão, quase sempre, saltado das páginas dos periódicos, transformando-se em impressos volantes, passados de mão em mão, distribuídos nas portas de fábrica e em outros pontos de aglomeração operária. Fazem parte do longo índice das "folhas soltas do radicalismo popular"*,* no acertado dizer de Edward Thompson. Aqui, um trecho da escrita/Manifesto afirma seu lugar, torna públicas suas deliberações e orientação doutrinal e se propõe no fazer-se da luta sindical:

> Com o fim de contribuir, na medida de suas forças, para a recuperação das tradições operárias brasileiras, militantes de várias categorias profissionais resolveram reunir-se e formar o Movimento de Orientação Sindical. Funda-se ele no princípio de que a emancipação da classe trabalhadora será o resultado de um movimento orientado, pelo livre exame dos problemas, livre associação dos indivíduos e livre desenvolvimento da pessoa intelectual e moral dos trabalhadores. E se propõem como sua grande tarefa o esclarecimento da classe operária com relação aos

> seus direitos, objetivos e meios de alcança-los, levando-a a retomar as suas associações das mãos dos delegados do Ministério do Trabalho e dos agentes dos partidos políticos (*Ação Direta,* jan-fev/1954).

Compreendemos também tal documento como fruto da análise da conjuntura do sindicalismo brasileiro, anunciando, com destaque em seus objetivos, a valorização do autoesclarecimento, modo de atualizar as pugnas pelo "alevantamento moral" e intelectual da classe.

CÍRCULO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS

CEL

Ação Sindical

ESTUDOS — CRITICA — ORIENTAÇÃO

Ano I - N.º 3 - Maio de 1958 ~ Diretor responsável: Alexandre C. Pinto ~ Administrador: Rubens Leite

Redação: Rua Rubino de Oliveira, 55, 1.º andar ~ Registrado de acôrdo com a lei. ~ Correspondência: C. P. 5739 - São Paulo - Brasil

A exploração do homem pelo homem fornece a base a todo comércio e sua moral a tôdas as hierarquias e autoritarismos. A emancipação dos trabalhadores — única parte explorada — acabará com tal base. O sindicalismo, visando essa emancipação, permite deduzir que sua finalidade não se limita aos problemas econômicos. No bojo de seu federalismo anilha-se o germen de um mundo novo. É preciso que todos os idealistas compreendam isto.

Ilustração 6 – Cabeçalho do jornal *Ação Sindical* (São Paulo-SP), maio de 1958.

No horizonte estratégico, considerava-se a recuperação de sua atuação no movimento dos trabalhadores, à maneira do sindicalismo revolucionário praticado pelos anarquistas e antagônico ao modelo do sindicalismo coorporativo da chamada Era Vargas. Na compreensão de Silva, a tática dos libertários era dar forma a grupos de resistência sindical afinados com os princípios do sindicalismo revolucionário, meio da possível atuação dos anarquistas em seus locais de trabalho e, em certos casos, interferindo nos sindicatos controlados pelo Estado, construindo tendências libertárias desde a base:

> Se nos horizontes dos anarquistas estava a formação de sindicatos livres de qualquer intervenção estatal, a realidade lhes imprimia a necessidade de uma orientação mais prática. A tática escolhida pelos anarquistas dos grupos sindicais de resistência visava desenvolver um trabalho na base dos sindicatos; se não podiam generalizar a metodologia do sindicalismo revolucionário, parecia mais adequado, formar uma oposição sindical que partisse das bases, e não da disputa de diretorias, para efetivar suas ações. Pelo contato cotidiano com outros trabalhadores, intentavam os libertários reconstruir uma tradição libertária "perdida". Os anarquistas propunham partir da experiência da classe para tentar reconstruir a "forma" com que estas experiências eram tratadas, intentando recuperar o "espírito" libertário do sindicalismo de outrora, encarnado em "tradições, sistema de valores, idéias e formas institucionais" específicas, pretendendo

> constituir assim, uma nova consciência de classe (SILVA, 2011, p. 144).

Na tradição da imprensa libertária, *Ação Direta* constituiu uma tribuna de debates, seja pela publicação de temas e autores de diferentes concepções anarquistas, seja pela exortação aos vínculos militantes com o jornal, como ainda no exercício da polêmica com outros veículos de comunicação impressa. Neste ponto de nosso estudo, destacamos o lugar dos leitores no periodismo libertário, via análise de sua seção “Pergunte o que quiser”. Ali, as cartas dos leitores chegavam ao jornal, constituindo um espaço de debate sobre os caminhos da atuação anarquista e encaminhando questões sobre a prática do ideal libertário.

Ainda nesta estratégia de estabelecer vínculos com os leitores, destacamos a “Enquete sobre Ação Direta”. Nos dois casos em exame, as cartas enviadas ao grupo editor, constituem o meio de diálogo e, ao mesmo tempo, um indicador da recepção da leitura, além do posicionamento sobre a propaganda libertária em geral. É de sublinhar também que as seções em destaque, correspondem à afirmação do jornal como um elo do movimento, afastando-se do uso corrente da função de porta-voz. Aqui o grupo editor do jornal exercita também um modo pedagógico de relação com os leitores, estimulando o retorno dos conteúdos de leitura: “Esse pronunciamento [*dos leitores*] não somente é útil, como necessário para nos orientarmos na execução da tarefa que o movimento nos confiou” (*Ação Direta*, jan/1959).

Com o objetivo de estabelecer relações sem assimetrias e considerando um imperativo da difusão do anarquismo, o alcance da mensagem libertária, Manuel Perez, no artigo “O que penso de nossa propaganda”, defende um modo de exposição das ideias libertárias, seu alcance e os públicos desejados:

> Sim. A nossa propaganda deve ir até as entranhas do homem, arrancando o que nele existe de mau e descobrindo os sentimentos puros que o transformem em irmão do seu semelhante. Tudo de forma clara, sem elocubrações literárias, sem quebracabeças filosóficos, para que todos nos compreendam.
> Está bem e desejamos que aumente a cada dia os anarquistas eruditos, de cultura elevada e de conhecimentos profundos no terreno científico; não esqueçamos, porém, que para cada pedreiro existe um servente, e que o modesto auxiliar de hoje será o artista de amanhã (*Ação Direta*, mai-jun/1952).

De Aracajú, um leitor apreciava a linha do jornal e conclamava os anarquistas a “perder um pouco de nosso sectarismo e ajudar por todos os meios qualquer movimento liberal, mesmo que seja feito por sociedade cultural que vise apenas liberdade e bem estar humano, sem interferência estatal, é lógico”. Outro leitor tecia críticas, embora reconhecesse fidelidade às ideias anarquistas no jornal: “Seus artigos”, dizia o leitor de Rio Grande, “são um tanto prolixos, com tendência literária, tornando sua leitura para muitos enfadonha e incompreensível” (*Ação Direta*, jan/1959). Além da análise sobre o conteúdo, nas cartas de leitores, era comum a proposição de temas tratados sob a ótica anarquista:

> DISTRITO FEDERAL: Possuo coleção completa de *Ação Direta*, o que representa verdadeira enciclopédia de conhecimentos sociológicos; porém, noto uma pequeníssima falha com relação a um problema. Refiro-me ao problema sexual, quase nada existe no período sôbre o assunto. Qual a opinião dos anarquistas sôbre o assunto? Dos bolchevistas já conheço de sobra, como são retrógrados! Sugeriria que se abrisse um debate na seção tribuna de debates sôbre tal assunto, pois a discussão sôbre a maçonaria me esclareceu muito. – A. F. (*Ação Direta*, mai/1959).

Sugerindo o tema e sua repercussão na seção *Tribuna de Debates,* o leitor em destaque amplia o modo de fazer o jornal e qualifica o debate por impresso, pois, segundo ele, saiu esclarecido na discussão sobre a maçonaria. Acolhendo os temas proposto pelos leitores, o jornal reforçava seu papel como lugar concreto da educação e autoformação, ao passo que ampliava o repertório de questões em debate naquele contexto. Sabia ainda que lidava, em alguma medida, com um público leitor forjado no autodidatismo e cujos índices de leitura e preferências foram tantas vezes suscitados por uma conversa no café, na banca de revista, em torno de um impresso que circulou de mão em mão. As seções abertas aos leitores também atestam as demonstrações de entusiasmo pela propaganda libertária, como é o caso de um leitor de Ponta Grossa, no Paraná, amplia a qualidade de leitor e já quer ser um “assinante”, um “distribuidor”, e um “fundador de centro de estudos”. Para a história social, eis como se forjam as práticas e as afinidades libertárias. Não sabemos se este “estudante pobre” do Paraná terá realizado sua “agência”, mas já é de destaque sua disposição em estabelecer, em concreto, os limites

do apoio mútuo, seja moral ou material. Imaginando seu possível repertório de leituras anarquistas, é quase certo que teve em mãos um livrinho em brochura de um Kropotkin:

> No tocante ao jornal *'Ação Direta',* podem incluir-me como assinante e, também, se lhes interessar, poderei colocá-lo em algumas bancas dessa cidade para venda. Procurarei fundar um Centro de Estudos nos moldes do José Oiticica, para o que solicito orientação. Devemos fazer um anarquismo militante, lutar pela Pátria Planetária; quanto a mim, estou disposto a tudo. Qualquer coisa em que possa auxiliá-los, não vacilem em me pedir ajuda, quer moral quer financeira, nas medidas possíveis, que um estudante pobre pode dar (*Ação Direta*, jan/1959).

Por meio de sugestões, críticas e elogios, a opinião desses leitores denotava sua participação no projeto de mútua aprendizagem calcado na leitura e na força do argumento impresso. O jornal, como visto aqui, adquire sentido de permanência, ativa um desejo de colecionismo (para ler outra vez), do anúncio lido, retira um livro formador das modestas bibliotecas orientadas pelo uso comum. Colecionado, encadernado na estante, lido e relido, transforma-se em livro. Propicia ainda os modos de leitura em dupla, em círculos próximos e incentiva a criação de Centros de Cultura Social, onde as conferências se nutrem de conteúdos semelhantes e são, por sua vez, anunciadas nos jornais.

Do Distrito Federal, a leitora Luiza Alves concordava com o perfil mais doutrinário do jornal e discordava dos leitores que julgavam seus artigos excessivamente filosóficos. Em sua opinião, era mais relevante a formação de consciências livres do que a tentativa de influir em movimentos de massa. Seria necessário então, pensava a leitora, dotar os indivíduos das bases filosóficas e morais do anarquismo. Tecia, entretanto, uma crítica ao desenho gráfico do periódico, dizendo achar "completamente desinteressante e completamente obsoletos os clichês que vocês continuam usando em *"Ação Direta".* Francamente, já é tempo de modernizarem um pouco o jornal, a fim de torná-lo mais atraente" (*Ação Direta,* mar/1959). É de se observar, o variado conteúdo das cartas e a recepção da leitura. Neste caso, estamos diante de uma leitora que tece comparações com outros impressos que terá em mãos: mais interessantes e mais modernos*,* é sua receita.

A discussão sobre a forma e o conteúdo do impresso gerou embates de opiniões entre os leitores. Ao passo que Carlos F. Silvares, leitor do Distrito Federal, defendera um perfil essencialmente doutrinário, pois "somente os bem armados teoricamente [...] podem ser combativamente revolucionários", de Campinas, Atílio Pessagno alertava à necessidade de balancear "em dosagens iguais", os aportes doutrinário e de combate. Tal era a necessidade, segundo Pessagno, por serem poucos os veículos de propaganda libertária, não possibilitando adotarem caráter diverso de acordo com a conjuntura ou a preferências dos leitores (*Ação Direta*, mar-abr/1951).

Algumas cartas mereceram destaque na redação. José da Conceição escreveu ao grupo redator apresentando um sucinto "quase-programa editorial": mais combativo; de crítica ao desamparo social; de combate ao Estado e ao capital estrangeiro. A carta impõe nossa atenção, pois, para cada tópico, lista fatos sociais e tragédias da vida (sub)urbana, denegação de direitos sociais e trabalhistas, distorções do aparelho de Estado, entre outros. Ao mesmo tempo em que propõe uma espécie de linha de argumentação editorial*,* sugere o que outra leitora chamaria de modernização do periódico, qual seja, a existência do articulista, da reportagem especializada, do repórter fotográfico.

> Mais combativa quanto aos casos de exploração tanto do Estado quanto do capitalismo, por meio de reportagens e fotografias ilustrativas; exemplos: despejos, vencimentos baixos, exonerações de funcionários e servidores públicos, desprezo da Central do Brasil às vítimas dos desastres como o ocorrido em Nova Iguaçu, desrespeito às leis trabalhistas, impostos altos, etc.
> Criticar o desamparo social; exemplo: analfabetismo, precariedade de transportes, desequilíbrio do custo de vida, carência de escolas, etc.
> Combate ao Estado e ao capital estrangeiro; exemplos: negócios mal feitos, importação forçada de material desnecessário, arrastamento do povo à guerra, etc.

Uma réplica ao leitor, da lavra do diretor do jornal, enumerava razões pelas quais *Ação Direta* não poderia adotar tal programa. Oiticica respondia ao missivista que a pauta do jornal era discutida e analisada, mês a mês, não apenas pelo grupo editor, mas "por quase todos os companheiros do Rio". Apresentava a motivação da *Enquete sobre Ação Direta,* como meio concreto de acolher a palavra dos leitores como meio de alargar a pauta e sondar a recepção do periódico entre seu público. Oiticica assegurava que

“tudo quanto lembra o companheiro foi minuciosamente considerado” pelo grupo redator. Entretanto, o escopo do jornal, sua natureza, as dificuldades de produção e circulação, levaram a uma resposta assemelhada a uma afirmação dos princípios orientadores da militância anarquista no Brasil de então. Um longo texto que se impõe à transcrição porque dimensiona os debates à época. É certo que a resposta não é tão somente à carta do leitor, mas um relato circunstanciado do como se entende o periodismo, a forma de propaganda libertária requerida naquela conjuntura, a distinção do periodismo anarquista em comparação àquele praticado por outras correntes (em particular do partido comunista) e mesmo pelo chamado jornalismo de feição popular. A argumentação de Oiticica tem também um proposito combinado entre a polêmica e a pedagogia do *Ação Direta*. É o que se depreende, por exemplo, dos diversos motivos que apresenta quanto ao esforço material e simbólico de circulação:

> Primeiro: *Ação Direta* não é órgão de partido. Detesta a demagogia e não pretende combater nenhum governo. Para nós, anarquistas, todos os governos são, no regime capitalista, mais ou menos maus. [...] Nossa missão não é, pois, mostrar as deficiências do governo brasileiro ou municipal. Nossa missão é frisar a ruindade de todos os governos, isto é, do capitalismo sob qualquer nome: democrático, nazista, comunista, socialista, ou qualquer outro. Temos que focalizar a causa geral de todo malestar humano: o regime capitalista mantido pelo Estado. Logo, despejos, vencimentos baixos, exonerações de funcionários e quantas mazelas possamos apontar, deduzem-se logicamente do vício central: o capitalismo, o regime de propriedade particular e sua máquina exploradora: o Estado.
> Segundo: *Ação Direta*, ainda que quisesse, não poderia, de modo algum, executar o programa proposto pelo amigo José da Conceição. Não poderia por quatro motivos: a) não possui a quantia suficiente para as avultadas despesas exigidas com fotografias, fotógrafos, repórteres e o mais. b) Não é diário, é mensário, melhor, sai quando calha, pois depende de gráficas alheias, atochadas de serviço, amiúde tem de esperar o desarrocho, uns dez, quinze, vinte dias. Assim sendo, os assuntos hoje palpitantes, perdem oportunidade. c) O espaço de nosso pequeno mensário não permite tratar de todos, nem sequer de muitos casos desabonatórios dos dirigentes. Teríamos de operar uma escolha, essa mesma reduzida. Preferimos, pois, como disse, tratar do geral, porque neste se enquadram todos os casos particulares. Entretanto, quando ocorre um caso internacional, como a eleição de Perón, ou nacional, como as denúncias do procurador Cunha de Mello, não nos descuramos e delatamo-los aos trabalhadores. São exemplos típicos, gerais, sintomas claros da podridão estatal. Por eles, o leitor julgará das injustiças, das ladroeiras, violências de seu conhecimento ou experiência. d) Os diários das capitais, com muito espaço e imensa reportagem já se encarregam de trazer à tona, as imundices do regime. Seria apenas repetir muito mal o que eles alardeiam como escândalo.

> Uma última observação. O companheiro desejaria que combatêssemos o Estado e o capital estrangeiro. Ora, o Estado combatemos nós em todos os números. Quanto ao capital estrangeiro, devemos salientar que, para anarquistas não há capital estrangeiro, oposto ou oponível a capital nacional. O capital é um só. Tanto nos explora o estrangeiro como o nacional, e às vezes este mais que aquele.
> Nós anarquistas não somos partido comunista, que defende Hitler, Getúlio, o diabo, desde que finjam tolerância ao imperialismo soviético.
> O Estado Russo é o mais capitalista de todos; é o capitalismo em sua fase totalitária, o mais explorador e cruel (*Ação Direta*, nov-dez/1951).

A natureza do *Ação Direta*, reafirmada na réplica de Oiticica, mais voltada ao conteúdo doutrinal do que aos "assuntos palpitantes" do dia-a-dia, em certo sentido, guarda relação com a tradição anarquista de fazer jornais. O que, de algum modo, ligava-se aos fatos do cotidiano, geralmente, ligava-se aos marcos da luta proletária, como a fundação de sociedades operárias, sindicatos e outros lugares da classe, ou acerca dos fatos sociais da luta, como greves, congressos, lutas contra a carestia, denúncia dos atos da repressão e vigilância do Estado e dos patrões, entre outras. Por sua vez, a periodicidade mensal ou bimensal não comportaria um jornalismo que incidisse sobre a crônica do dia. Por outro lado, aquele conteúdo doutrinal é a feição pedagógica do jornal, o que, por sua vez, tornava-o uma leitura perene, motivo de coleção, como vimos na carta do leitor A. F., qualificando-o uma "verdadeira enciclopédia de conhecimentos sociológicos". Estudando o anarquismo espanhol, Lily Litvak apresenta registros semelhantes mais de meio século antes:

> [...] o exemplar se guarda, por conta do que a influência dessas publicações sobreviverá à morte. Sei de muitas pessoas que conservam a coleção inteira de seus números [*dos jornais libertários*]. De quantos semanários se poderiam dizer outros casos? (*El Imparcial*, 1901 apud LITVAK, 2001, p. 228).

Debates travados pelos leitores ocuparam as páginas do jornal, como a discussão sobre o posicionamento dos anarquistas frente ao espiritismo, ou sobre as relações entre anarquismo e maçonaria, debate gerador de réplicas e tréplicas que se estenderam por várias edições.

A discussão sobre o anarquismo e a maçonaria originou-se a partir da notícia de que um militante belga havia sido expulso de sua organização libertária por ser maçom. É sabido que, entre as últimas décadas do século XIX

e as primeiras do século XX, a maçonaria exerceu destacado papel na difusão das “idéias novas” que solapavam os fundamentos da velha ordem. Em suas lojas, convertidas em “sociedades de idéias”, tinham tribuna livre o positivismo, o cientificismo, o laicismo, o anticlericalismo, o liberalismo e ideias radicais de esquerda, como o socialismo e o anarquismo. Mirava-se, nos primeiros tempos do republicanismo, a criação de uma mentalidade cultural condizente com a sociedade a que se aspirava, cívica, liberal e moderna, antípoda do atraso que divisavam na antiga ordem monárquica.

Sobre o debate, o grupo editor afirmou, em nota, que todas as opiniões teriam igual acolhida, solicitando apenas que as contribuições dos leitores se dessem de forma “objetiva, serena e o mais sinteticamente possível, dado o tamanho de nosso jornal” (*Ação Direta*, jun. 1958). As opiniões sucederam-se, no geral, olvidando o esforço de síntese solicitado pelo jornal, algumas das quais ocupando espaço em mais de uma edição. Posicionaram-se pela compatibilidade entre anarquismo e maçonaria Roberto das Neves, Odux Raman e Jaime D. M. Barreiros, ao passo que defenderam a incongruência entre a maçonaria e o ideal libertário Pedro Ferreira da Silva e Jaime de Souza Ávila. Julgando estar o tema “suficientemente esclarecido”, o jornal encerrou o debate, publicando a opinião do anarquista espanhol Juan Verde:[26]

> Por favor e pelo bem do jornal e do movimento, terminai com a polêmica sobre a Maçonaria. A quem importa a questão de se poder, ou não, ser maçon e anarquista ao mesmo tempo? Só aos que queiram seguir na Maçonaria com suas convicções e consciência. Com todo o aprêço e respeito que merecem de mim os companheiros maçons, embora não admita, por absurdas, as razões que alegam para permanecer na Maçonaria, eu lhes digo que não têm o direito, e nisto cometem inconsequência grave, de fazer uso da nossa imprensa, que aproveitam para fazer propaganda de instituições que,

[26] Juan Verde nascera na Itália e, muito jovem, emigrara para a Argentina, em cuja capital foi um destacado militante anarquista. Fugindo à repressão desencadeada após o golpe de Estado de Uriburu, em 1930, chegou à Espanha, onde exerceu seu ofício de construtor civil e integrou o grupo *Los Solidários*, de que faziam parte, entre outros, Durruti, Ascaso e Gárcia Oliver. Protagonista das ações de guerrilha em Barcelona durante a Revolução, *El Argentino*, como ficara conhecido, tomou parte nos eventos de maio de 1937, em que batalhas abertas opuseram anarquistas e os partidários de Stálin na Espanha. Perdida a guerra, não podendo exilar-se na Argentina, passou pelo Panamá e finalmente instalou-se na Venezuela, onde integrou o movimento libertário espanhol exilado naquele país. Em 1960, era membro do Grupo Errico Malatesta, que publicava o periódico *Semiente Libertária*, do qual saíram mais de 20 números. Ver: F. C. *“Juan Verde y la etica de los anarquistas”* In: El Eco de Los Passos. <http://www.elecodelospasos.net/article-17573446.html>, postado em 11 de março de 2008; acesso em 29 de maio de 2012.

> hoje em dia, estão totalmente a serviço da política internacional mais suja e em cujo seio se alberga toda classe de gente 'não santa' e até ditadores.

Juan Verde asseverava que eram passados, há mais de meio século, os tempos em que a "Maçonaria desempenhava grande e meritória missão revolucionária", e relatava a obra deletéria da instituição durante a Revolução Espanhola, de que fora testemunha, concluindo:

> Podem os companheiros maçons continuarem a reunir-se em suas lojas com os governantes, políticos, e exploradores brasileiros, se é êsse o seu gôsto; não prejudiquem, porém o nosso jornal com a sua propaganda maçônica, dando a impressão da existência de certas concomitâncias que não nos favorecem, como também a idéia de que os anarquistas somos as criaturas mais ingênuas ou mais idiotas do mundo (*Ação Direta*, mai/1959).

Com isto, quer-se demonstrar que a participação dos leitores deu o tom no debate de temas polêmicas no *Ação Direta*. Ao longo dos treze anos de circulação, o jornal constituiu um lugar social de integração dos anarquistas do Brasil e de outros países. A pesquisa em seu "correio dos leitores" e nas listas de sustentação ao periódico dá a conhecer a circulação do jornal em vários estados do Brasil, e, sendo o único periódico de expressão libertária durante quase toda a década de 1950, realiza este desiderato de elo geracional na geografia do anarquismo do Brasil de então, e com as rotas internacionais de difusão das ideias, como é o caso também do intercâmbio e circulação de variados impressos.

O grupo redator do *Ação Direta* manteve sua circulação por dois anos após a morte do professor José Oiticica, referencial para os militantes do Rio de Janeiro e do Brasil. O encerramento das atividades do jornal, entretanto, se explica pela conjuntura adversa ao projeto do socialismo libertário. É certo que o falecimeiro de Oiticica pesou para o encerramento das atividades do *Ação Direta*, mas as dificuldades políticas (para não falar nas materiais) vinham de décadas anteriores. Não logrando êxito enquanto dinamizadores das lutas dos trabalhadores nos anos 1940 e 1950, os anarquistas do Rio de Janeiro, ainda assim, mantiveram acesa a chama de suas propostas (SILVA, 2011).

Num período em que a participação política por meio da chamada democracia representativa parecia o corolário das conquistas por participação

social, *Ação Direta* defendeu os princípios libertários e continuou a favorecer uma leitura do mundo a partir da visada anarquista, numa tarefa de difusão significativa da propaganda e combate por um modelo de organização social calcado na liberdade. No âmbito da educação e da autoformação, por meio da divulgação de leituras, difundindo autores de acesso raro, do oferecimento do "livro no jornal", na manutenção de debates entre leitores, suprindo a carência de literatura libertária em circulação, *Ação Direta* teve papel destacado. À sua publicação, pode-se creditar, entre outras coisas, o estímulo para uma nova geração de libertários na militância anarquista, fundando grupos de afinidade e levando a prelo seus próprios impressos.

1.4 Experimentos impressos das *juventudes libertárias*

O início do ano de 1947 foi de bons auspícios à difusão da propaganda libertária por impresso. *Ação Direta* atravessara o primeiro ano de publicação, embora lutasse e muito com as dificuldades – o preço do papel, a qualidade de impressão, os custos gráficos e a recusa de algumas tipografias de "rodar" o jornal. O seu surgimento, como aspirava o grupo editor, serviu igualmente para congraçar "velhos companheiros" e conclamar uma nova geração de militantes, que, de pronto, passou a colaborar, escrevendo, cuidando da sustentação material do periódico e tratando de sua difusão.

Aos poucos, esses jovens militantes, com base nos grupos de afinidade libertária que se iam formando, tentavam dar asas a suas próprias experiências de comunicação e propaganda anarquistas, por meio de manifestos, panfletos e ousando na publicação de um periódico próprio, tarefa que inspirava alguma prudência, em vista da necessidade de não dividir os já escassos recursos materiais de que dispunha a propaganda libertária e que se voltavam majoritariamente para sustentar o *Ação Direta.*

Ainda assim, surgiram jornais de modestas dimensões, geralmente mimeografados e em formato tabloide, expressando a organização desses grupos de afinidade libertária. Filho da tradição que reservava às "datas-magnas" dos trabalhadores o aparecimento de novos veículos de difusão dos ideais, no dia 1º de maio, o mais significativos desses marcos sociais de

memória, surgira *Aurora*, órgão da Juventude Libertária, publicando manifesto[27] que afirmava o legado da luta operária, em antagonismo aberto às celebrações do Estado e do capital, que esvaziavam o sentido histórico do Primeiro de Maio, em sua dimensão de luta e libertação da classe trabalhadora:

> [...] como jovens revolucionários que jamais renunciaremos a nosso ideal, temos, como os mártires de Chicago e todos os precursores das idéias de redenção social, fé no amanhã da humanidade. Assim como houve um ontem heróico e como há um hoje cheio de mentiras e traições, haverá um amanhã pletórico de liberdade, onde as futuras gerações vivam uma vida de verdadeira paz e amor, onde não haja explorados nem exploradores, onde tudo seja de todos, onde tudo seja de todos. Terminando de uma vez por todas com essa odiosa divisão de classes, com a mentira e a traição. E assim, olhando com admiração o ontem heróico, lutando com vigor para varrer da face da Terra o hoje cheio de embustes e traições, com a esperança voltada para o amanhã lutaremos sem trégua para que por fim a humanidade possa ter uma verdadeira nova AURORA.
> PROTESTAMOS!!!
> O dia 1º de Maio não é dia de festa, é o dia em que os operários, reunidos em Paris no ano de 1890, elegeram como data para que os trabalhadores de todo o mundo protestassem contra aquele crime perpretado contra os mártires e precursores das oito horas de trabalho.
> Protestamos em nome de Lingg, Spies, Fischer, Engel e Parsons contra essa estúpida comédia de querer transformar o dia 1º do Maio em dia de festa (RODRIGUES, 1992, p. 114).

O manifesto da Juventude Libertária, assentado na metáfora da esperança do amanhã e desesperança do hoje, bebe em fontes clássicas da utopia anarquista. Nelas, a representação do devir compõe-se da urdidura de valores ideais, esquecidos ou desprezados no presente, mas que vêm do passado e que podem (e devem) germinar no futuro. O que virá opor-se-á ao padecimento do hoje. “Por este motivo”, afirma Litvak, “na estética anarquista, a estrutura da sociedade perfeita levanta-se sobre as ruínas enfumaçadas do mundo capitalista e à visão da utopia, como preâmbulo imprescindível, a Revolução Social” (LITVAK, 2001, p. 382).

Na mesma data, era publicado *Spartacus,* órgão da Juventude Spartacus do Rio de Janeiro. Juntamente com *O Archote*, publicado na cidade de Niterói como órgão do grupo de mesmo nome e que, na data, já publicava seu segundo número. Esses jornais davam a medida das possibilidades da jovem militância, expressivos, como afirmou Rodrigues, “não tanto pelo seu

[27] Este manifesto está publicado na íntegra em: RODRIGUES, Edgar. **A Nova Aurora Libertária.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. p. 114.

tamanho, mas pelo entusiasmo das suas mensagens e a promessa dos seus redatores" (RODRIGUES, 1992, p. 117).

A Juventude Spartacus, em seu Manifesto, afirma seu compromisso de luta social e conclama ao esforço coletivo em torno da formação moral e intelectual, do conhecimento libertador e da educação que emancipa. Em direção à "fraternidade e união da Juventude, em todos os âmbitos da atividade social", elaboravam espécie de programa no âmbito da cultura libertária, onde a convivialidade, as artes, a recreação seriam os mecanismos de difusão e propaganda das ideias libertárias. Afirmava que seu aparecimento pretendia

> [...] despertar, na Juventude, o interesse pelo estudo das questões sociais; mantê-la, com grande empenho, no conhecimento e debate dos problemas que afligem a Humanidade, conduzí-la à concepção de uma organização social em que 'todos trabalhem segundo suas forças e recebam segundo suas necessidades'; propagar a educação livre de quaisquer preconceitos [...] (*Ação Direta,* 1/5/1947).

O Archote aparecera inicialmente no mês de abril de 1947, mimeografado em seis páginas. Trazia, ao lado do título, o desenho do facho de luz, numa evidente alegoria à claridade das ideias, à crença na razão, oposta às trevas do obscurantismo fascista, o terror das guerras, do militarismo, dos regimes totalitários. Aliás, tal efeito vem de longe e na cultura libertária se atualiza, visto que o simbolismo da luz, do sol e da claridade, representativos da crença na ilustração contra as trevas da época anterior, foi uma das muitas imagens que a Revolução Francesa legou à cultura operária radical desde meados do século XIX e manteve-se como uma das principais alegorias da linguagem figurativa anarquista.[28] Nas alegorias anarquistas, como nos lembra Azevedo, "a tocha e o sol eram os signos da libertação, constituindo-se nos elementos plásticos que iluminavam as cenas exultantes da nova Era" (AZEVEDO, 2002, p.222).

[28] Sobre as alegorias da Revolução Francesa e suas utilizações políticas ver: STAROBINSKY, Jean. **1789. Os Emblemas da Razão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988; HUNT, Lynn. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

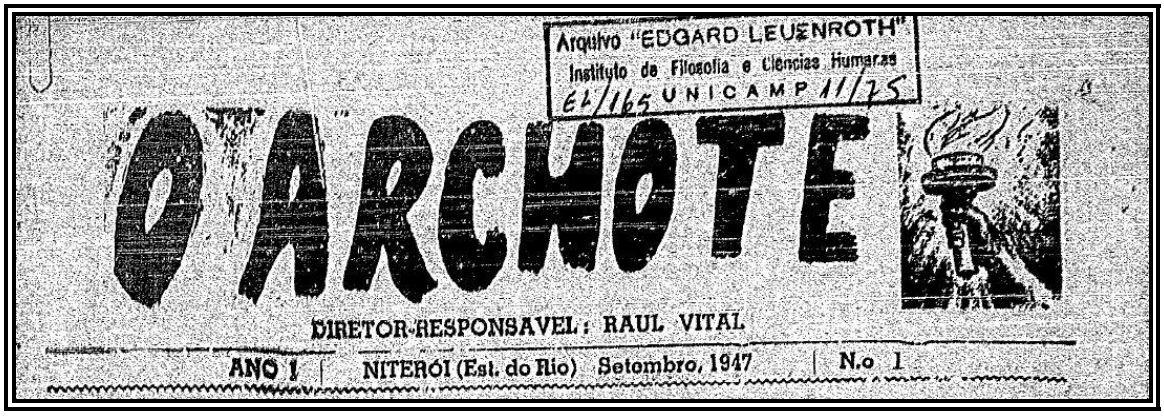


Ilustração 7 – Cabeçalho de *O Archote* (Niterói-RJ), setembro de 1947.

"Atendendo às condições materiais do nosso grupo", o jornal se propôs mensário, manifestando o anseio de que sua iniciativa fosse acolhida com simpatia e servisse de estímulo aos outros companheiros. Creditava seu aparecimento ao momento de relativa liberdade para, "após quase 20 anos de opressão reaccionária", divulgar, "por todos os métodos, a nossa doutrina, tão pouco conhecida, e muitas vezes, mal interpretada pelos detratores, derrotistas e retrógrados, em nosso país" (*O Archote*, abr/1947). Esse compromisso é expresso nos artigos de João Luiz Ney, Ideal Peres (autor do desenho do título) e Raul Vital (pseudônimo de Athaíde da Silva Dias) e nos demais escritos. Abordando o tema do sindicalismo de ação direta, esboçando perfis de vida militante – Louise Michel, Proudhon e Saint-Simon, na seção "Galeria de Amigos da Humanidade", ou combatendo os preconceitos religiosos em "Capítulos da História Papal" e "A Mulher e a Igreja"*, O Archote* recupera da tradição os liames da memória social.

Em setembro de 1959, *O Archote* apareceria impresso, em feitio artesanal, misturando tipos de formatos diferentes na composição e desenhos à mão-livre encimando os clichês. A narrativa de memória de Raul Vital[29] é aqui recuperada, enquanto testemunho da aventura de fazer jornais. Trabalhador da função pública e estudante de direito; o ganho é pouco, e o sonho é grande. Um mimeógrafo ali ao lado, uma burla ao chefe, e o jornalzinho ganha vida e simpatizantes. Daí em diante, movido pelo desejo de *O Archote* sair em impresso, precisa de um prelo, dos tipos e da ajuda de um tipógrafo.

[29] Nas páginas de *Ação Direta*, entre 1958 e 1959, Raul Vital assinou série de artigos memorialísticos intitulados "Reflexões de um Anarquista", em que relata sua aproximação com as ideias libertárias e aspectos de sua militância.

Conseguiu. Do lixo do ferro velho, nasceria um prelo. De uma caixa, escondida da ditadura, recolhe os tipos. Da solidariedade do meio-dia-de-folga de um tipógrafo camarada, recebe a lição e sai o jornal. Assim se fizeram muitos jornaizinhos:

> A doutrinação verbal, limitada ao círculo de relações, eventualmente, não satiafazia minha ansiedade de divulgação do ideal libertário. Escrevia alguns artigos para 'Ação Direta', então semanário, com apreciável número de leitores, mas reconhecia a necessidade da ampliação da propaganda. Ocorreu-me, então, publicar um jornal. Mas como se mal ganhava para comer, atrasando sempre o pagamento da Faculdade de Direito? Não devia contar com contribuições dos camaradas, senão desviaria recursos do 'Ação Direta'. Devia contar, portanto, somente comigo mesmo. Pensei, então, em fazer uma publicação mimeografada, utilizando-me do mimeógrafo da Repartição Pública onde trabalhava. A princípio, hesitei. Por fim, puz os escrúpulos e as preocupações de lado, concluindo que se o Estado me explorava, porque não o explorar também. Afinal, não iria inutilizar a máquina.
> Decidi-me. O título foi de difícil escolha. Anotei uma série dêles, e após demorados confrontos, optei pelo 'O Archote', pela sua significação simbólica: um braço sustentando um facho de fogo. Dei buscas até encontrar um modelo. Tentei fazer um desenho, debalde, concendendo-me que haviam tido razões os professores que me reprovaram nesta matéria, e mais, que aquêles que me conferiram a nota mínima para a aprovação, haviam sido benevolentes. Expus as minhas dificuldades ao companheiro Ideal Perez e lhe pedi para desenhar o archote e o título. De posse do material, solicitei permissão ao diretor da Repartição para trabalhar até mais tarde, visto ser sábado e o expediente encerrar ao meio-dia. E "O Archote" apareceu. [...]
> "O Archote" continuou a preocupar-me naquela época. Havia conquistado simpatizantes. Achei que devia ser impresso. Pois bem. Como não dispunha de recursos financeiros, decidi fazer eu próprio a sua impressão. Dirigi-me aos chamados "ferro-velhos" e adquiri os materiais necessários para a construção de um aparelho impressor por mim idealizado. E assim, sozinho fiz um 'prelo'. Os tipos custavam caro. Soube, então, que o 'Francês', um bom companheiro de Santos, já falecido, possuía uma bôa quantidade deles, escondida na época da ditadura, com o fim de evitar a sua apreensão. Falei com ele, que me deu o material. Comprei mais alguns para os títulos.
> Um tipógrafo me ensinou a compor, em meio dia de sua folga semanal. Saiu o nº 1 de O Archote, escrito, composto, impresso e distribuído por uma única pessoa. A saúde de seu criador ficou seriamente abalada nessa ocasião e o jornal não mais apareceu. Foi apenas uma experiência, mas uma experiência reveladora de ser o homem capaz de realizar o que deseja (*Ação Direta*, mar/1959).

O "bom companheiro" apelidado "Francês", era José Puycegur, operário da construção civil de origem francesa, há muito radicado em Santos. Tendo militado no Sindicato da Construção Civil, participou também da Liga Anti-Clerical e do Centro de Estudos Sociais, na mesma cidade. Colaborou intensamente com a divulgação dos jornais libertários, nacionais e estrangeiros

que, mesmo sob a forte vigilância do Estado Novo, recebia e distribuía a partir de Santos. Em seu necrológio, escrito em 1948 por Quetzal (Souza Garcia) no *Ação Direta*, atesta-se o empenho na difusão da cultura libertária pelo militante que o tempo subtraía ao movimento. Dizia Quetzal que seu verdadeiro contato com o ideal anarquista se dera quando fora convidado pelo *Francês* à sua casa: "Puycegur possuía uma selecionada biblioteca e pela primeira vez tive a satisfação de ler os folhetos de Kropotkine: 'O anarquismo, sua filosofia e seu ideal', 'No Café', de Malatesta". Mesmo em tempos de descenso da atividade libertária, após o desmantelamento do sindicalismo de ação direta, a missão de propagar o ideário anarquista prosseguia:

> A reação, em 1935, desfez as organizações sindicais; o Francês prosseguiu entretanto sua obra de propagandista como franco-atirador. No país não se publicava nenhum jornal anarquista, mas sempre de uma ou outra maneira chegava a Santos, "Cultura Proletaria", de Nova Iorque, "Tierra y Libertad", da Espanha, e "La Protesta", de Buenos Aires e o Francês, com a persistência da formiga, ia repartindo nossa propaganda e com sua palavra levando um pouco de luz às mentes proletárias. Sua biblioteca estava em constante movimento, e quando em 1946 reapareceu "Ação Direta", lá estava Puycegur no seu posto de combate e imediatamente se tornou "pacoteiro" do nosso jornal em Santos (*Ação Direta,* 29/12/1948).

José Puycegur teve, assim, papel importante na experiência de dar a lume *O Archote.* A vontade de promover o "alevantamento moral" dos trabalhadores pela divulgação das ideias ácratas, de manter a propaganda mesmo com a repressão à espreita, foram marcas da militância do *Francês*. Os "tipos", que permitem à ideia ganhar o papel, escondidos da perseguição e passados ao militante mais jovem para a continuação do experimento de divulgação libertária, são a imagem do fio da tradição que une duas gerações, como as armas do veterano lutador entregues ao combatente mais moço para a continuação da difusão libertária.

Restou *O Archote*, depois de sua solitária edição impressa, na tradição dos "números únicos", feito exemplar da compreensão dos militantes libertários quanto à necessidade de propagar suas ideias num período de efervescência política em que, de acordo com sua compreensão, era imprescindível o ativismo libertário. O ter dado à estampa um único número não tem conotação negativa aos olhos do historiador. Antes importa destacar a

ação empreendida e o valor simbólico divisado na difusão do argumento impresso que move um militante político, um ativista social. As memórias de Raul Vital destacam a força dessa experiência, o próprio experimento em ação. *O Archote*, em uma única edição, constitui o registro material e simbólico da ação militante na propaganda das ideias. À atenção do pesquisador que se volta tão somente às coleções de jornais de vida longa, teria escapado essa história de um único número, lido nesta pesquisa, em sua força simbólica da experiência e desejo.

1.5 *Liberdade, cultura e pão para todos*: *A Plebe* de volta à luta

De São Paulo, o correio plebeu traz uma notícia alvissareira. Em primeiro de maio de 1947, *A Plebe,* o diário anarquista de tantos leitores, voltaria a circular. Seu retorno à liça é imperativo. Ressurgia para fortalecer a ação militante de reabertura do Centro de Cultura Social[30] em junho de 1945 e da criação da União Anarquista, em São Paulo. O jornal, do retorno anunciado qual "a fênix da lenda", circularia em edição especial e ilustrada de oito páginas, no Primeiro de Maio e, como noutras fases, resultaria, em maior medida, do labor militante de Edgard Leuenroth.

Leuenroth publicara *A Plebe* pela primeira vez no ano de 1917, no calor dos acontecimentos da greve geral que paralisou a capital paulista. Depois de sucessivas interrupções em razão da repressão ao movimento anarquista, o jornal, então em sua "terceira fase", seria publicado de 1947 a 1951, publicando 33 números.

"A Plebe também está de novo na luta"*.* Assim abria seu artigo editorial, contando uma história de há trinta anos. Do vendaval da reação, resultaram cacos e destroços, eis como o jornal refere às tantas batidas policiais em sua redação, quando tudo era quebrado e o jornal empastelado, à

[30] Sobre a trajetória do Centro de Cultura de São Paulo ver: GERALDO, Endrica. "Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarqiusta de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951) *In:* **Cadernos AEL. Anarquismo e Anarquistas.** Campinas: UNICAMP/IFCH, Vol. 8/9, 1998; AVELINO, Nildo. **Anarquistas. Ética e antologia de existências.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2004; MORAIS, José Damiro de. **A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos centros de cultura social.** Campinas: Dissertação de Mestrado em Educação/UNICAMP, 1999; PARRA, Lúcia Silva. **Leituras Libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em Filosofia – Universidade de São Paulo, 2014.

moda de cala-boca da propaganda anarquista. No entanto, das ruínas do tempo da repressão, restariam subterrâneas a convicção e a sensibilidade. É o que se pode ler nesta promessa de Liberdade, Cultura e Pão para todos:

> *A Plebe* também está, de novo, na luta. Como a fênix da lenda, ressurge das próprias cinzas. [...] estamos, nós também, juntando os cacos velhos, os destroços deixados pelo tufão reacionário, para recomeçarmos a construção do edifício que abrigava e continuará a abrigar um sonho de liberdade e fraternidade humanas.
> Repetimos hoje, com a mesma convicção, o que dizíamos a 30 anos. Não há solução burguesa para os problemas humanos. Só há uma solução: a abolição do Estado, defensor e sustentáculo de privilégios, e a consequente organização de uma sociedade baseada no apoio-mútuo, compreensão dos direitos e deveres, onde haja liberdade, cultura e pão para todos (*A Plebe,* 1/5/1947).

Como tocou ao *Ação Direta* no Rio de Janeiro, *A* Plebe, afirmando o dístico "pela liberdade com o anarquismo", abriu espaço a uma nova geração de articulistas, militantes que iniciaram sua militância nas ideias libertárias durante o período de exceção estado-novista. Esse "elo geracional", n'*A Plebe* possibilitava a interação, nas páginas do periódico, dos autores clássicos do anarquismo – entre os quais Kropotkin, Grave e Malatesta – juntamente com os militantes veteranos das lutas operárias – Leuenroth, Gigi Damiani, Osvaldo Salgueiro e Pedro Catallo, por exemplo – e uma nova geração de libertários que tomariam, a partir de então, papel ativo na militância em São Paulo, como Lucca Gabriel e Liberto Lemos Reis.

O anarquismo luta contra todas as formas de tirania, de exploração e de obscurantismo - e em prol de bem-estar e liberdade para todos

S. Paulo, quinta-feira, 1o de Maio de 1947

ANO 30 — NUM. 1 (Nova fase)

A PLEBE

ANARQUICO E' O PENSAMENTO E PARA A ANARQUIA CAMINHA A HISTORIA

GIOVANI BOVIO

PELA LIBERDADE COM O ANARQUISMO

Diretor-Gerente: EDGARD LEUENROTH

Ilustração 8 – Cabeçalho de *A Plebe* (São Paulo-SP) "Nova fase", 1º de maio de 1947.

Atando os fios do tempo e da memória, *A Plebe* compreende sua função naquela conjuntura, em apoio e repercutindo os mecanismos de rearticulação dos anarquistas no Brasil na conjuntura dos anos 1940. Desse

modo, sua matéria combina a difusão do pensamento libertário e os fatos do cotidiano, bem vistos os contornos da luta social e a afirmação dos conteúdos da solidariedade e da cultura libertária. Dessa maneira, pode-se observar, da leitura atenta d'*A Plebe*, em comparação aos outros periódicos libertários em circulação nos anos 1940 e 1950, a maior frequência de artigos relacionados ao dia a dia operário, às mobilizações no mundo do trabalho. Contudo, sem descurar da proclamação dos princípios anarquistas e da permanente difusão do repertório clássico, em seus principais teóricos. É o que se vê na publicação de excertos, traduções e demais formas de intercâmbio. De monta também é o vasto noticiário acerca do movimento anarquista em escala internacional.

Ao lado do conteúdo doutrinário, o jornal traz textos/denúncia sobre a carestia de vida, o problema da moradia nas grandes cidades, e há lugar para o debate sobre o calvário dos trabalhadores rurais – temática relativamente incomum na imprensa operária e libertária, até então majoritariamente voltada para os problemas urbanos.

Os trabalhadores rurais passam a receber maior destaque na cena política brasileira a partir de meados dos anos 1940 e principalmente na década de 1950 e início da seguinte. Os problemas do campo, comumente identificado com o atraso, em oposição ao desenvolvimento das cidades, foram gradualmente deixando de ser atribuídos aos elementos naturais e passando a ser compreendidos como decorrência de variáveis econômicas e sociais. A histórica concentração da propriedade da terra no Brasil, o latifúndio, gerador de poder econômico, social e político dos grandes proprietários, explicam a miséria, más condições de vida e sujeição ao trabalho aos despossuídos da terra. Como afirmam Grynszpan e Dezemone, o camponês não era novidade no discurso político de setores de esquerda, mas a conjuntura que se inicia nos anos 1940 traz nova perspectiva para a atuação política concreta nas lutas que se opunham ao latifúndio:

> O que se apresentava como novo na conjuntura que se abria era que, em vez de continuarem a ser mais um componente da retórica revolucionária, os camponeses se transformaram em objeto de ações e investimentos concretos. Foi a partir da década de 1940, e, sobretudo dos anos 1950, que os grupos de esquerda passaram a deslocar quadros para a atuação no campo, gerando apreensão entre os setores conservadores (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007a, p. 217).

As lutas dos trabalhadores do campo ganham destaque por toda a década de 1950, seja com a tarefa organização de sindicatos rurais empreendida pelo Partido Comunista Brasileiro ou com a experiência de fundação das Ligas Camponesas, a partir de meados da mesma década. No polo oposto, a Igreja Católica intensificava sua atuação no campo, visando contrapor a ação dos grupos de esquerda. A consideração das questões relacionadas aos trabalhadores rurais não poderiam estar ausentes do debate político, principalmente entre aqueles grupos que denunciavam a exploração capitalista e os padecimentos dos trabalhadores.

No jornal *A Plebe*, num dos artigos destacando os problemas do campo, após o diagnóstico de que o trabalhador rural é "vítima de torpe exploração nos armazéns fornecedores das grandes propriedades agrícolas", os libertários conclamavam à criação de cooperativas que, geridas pelos próprios trabalhadores, poderiam por termo a tal exploração:

> A cooperativa é um elemento valioso do qual os trabalhadores se poderão servir para a melhoria de sua situação, tanto no terreno econômico, como no da assistência e cultural. Desprezando o sistema comercialista da distribuição, em dinheiro, de lucros verificados, que desvirtua suas finalidades de apoio-mútuo, todos os seus fundos deverão ser aplicados não somente no fornecimento de gêneros, objetos de uso pessoal [...] instrumentos para a lavoura, sementes, adubos e mudas [...] proporcionar assistência em várias modalidades, organizar bibliotecas e fornecer livros, revistas e jornais, promover meios de recreação e também facultar recursos em empréstimos para viagens em gôzo de férias (*A Plebe*, 1º de maio de 1947).

À luz de ideias-força do anarquismo, desenvolvia-se ideia de uma organização cooperativista diversa dos modelos então (e hoje ainda) em vigor, apêndices do chamado espírito empresarial e da lógica do capital, do fetiche da mercadoria e do lucro. O que se destaca, entretanto, da proposta de cooperativa organizada segundo a visada libertária é a noção de apoio-mútuo em perspectiva da cultura: bibliotecas, livros, revistas, jornais e o lazer, assim como os instrumentos de trabalho e insumos, listados como essenciais à vida plena, como se indicasse que a verdadeira nutrição de homens e mulheres, ao lado dos alimentos do corpo, reclamasse os "alimentos da alma", a cultura e o conhecimento.

Afinada com o debate político que então se iniciava, *A Plebe* identifica na propriedade da terra a origem dos problemas dos trabalhadores rurais. “Entretanto, o problema primacial para o camponês é a terra”, assentava, “a terra não lhe pertence”. E, creditando a exploração do homem do campo à existência de latifúndios, de terras abandonadas ou incultas, pertencentes “aos capitalistas que não as cultivam e impedem que sejam trabalhadas”, propunha:

> se acabe com semelhante abuso, livrando as terras incultas de quem as detém abusivamente, entregando-as aos camponêses para que as cultivem em seu proveito e em benefício da coletividade, formando-se para este fim cooperativas aparelhadas do que seja necessário para sua instalação e regular funcionamento (*A Plebe*, 1º de maio de 1947).

Contextualmente, os libertários mostravam-se em sintonia com os debates políticos contemporâneos. Embora aumentasse a atenção às denúncias das condições de vida no campo, ainda era pequena, comparativamente falando, em relação ao destaque dado aos problemas dos trabalhadores urbanos. A organização e mobilização dos camponeses, durante os anos 1950 e 1960, foram responsáveis diretos pelos direitos que ainda custariam a conquistar. José Sérgio Leite Lopes observa que esta “decalagem temporal”, entre a conquista de direitos dos trabalhadores urbanos (para os quais as leis sociais datam ao menos da década de 1930) e os trabalhadores rurais, trouxe fortes consequências para a mobilização camponesa na segunda metade do século XX. Naquele período, de intensa migração do campo para a cidade, na formação do exército de trabalho industrial de algumas regiões do Brasil, e as relações entre os trabalhadores rurais e urbanos tornavam nítidos os contrastes, o que aguçava a necessidade da luta por direitos para o camponês:

> Em grande parte era de proveniência do campesinato que se formavam as novas gerações de trabalhadores industriais, e a diferença de estatuto entre os dois grupos de trabalhadores evidenciava-se para os primeiros através da comunicação estabelecida entre eles através de seus laços de parentesco. Em várias regiões do país o recrutamento de trabalhadores rurais era essencial na formação da mão de obra de indústrias regionais. E a grande migração para São Paulo nos anos 50 a 70, formando um contingente massivo de operários de origem rural, fornecia uma experiência com direitos sociais que não escapava à percepção da

> população rural nas suas áreas de procedência (LEITE LOPES, 2012).

A Plebe, destacando e debatendo a exploração do trabalhador rural, mostrava-se sensível aos problemas conjunturais, abordando temas que se tornariam pauta frequente nas discussões dobre os problemas sociais em meados do século XX. Além disso, propunha soluções para os males oriundos da organização capitalista, no bojo das quais despontava a defesa do cooperativismo.

Foram frequentes as denúncias aos crimes do fascismo que submetia os povos da Espanha e de Portugal, bem como foi realizada a campanha pela retomada da intervenção libertária nas associações de trabalhadores. Na coluna "Campos, Fábricas e Oficinas" – cujo título rendia tributo à reconhecida obra de Kropotkin[31] – operava-se a defesa do sindicalismo revolucionário, a par de críticas à intervenção do Estado nos sindicatos por meio do que chamavam de diretorias "pelegas" e das amarras da legislação trabalhista.

Cumpria, segundo diziam, "desmistificar" o significado que os setores dominantes atribuíam às leis trabalhistas. Os patrões e o Estado, afirmavam, apenas abriram mão de uma "parte infinitesimal" do que, por direito, cabia aos trabalhadores, com o fito de iludi-los e ainda reivindicarem para si a condição de demiurgos. E replicava:

> Os trabalhadores não poderão jamais olvidar que a história de umas tantas melhorias com que foram contempladas certas categorias obreiras e as quais se vive fazendo alarde como motivo de glória para os senhores do momento, foi escrita com gotas de sangue num longo período de cruentas pelejas reivindicadoras (*A Plebe*, 1º de junho de 1947).

A Plebe, de igual modo, exercitava sua tônica internacionalista, ampliando a denúncia aos crimes do fascismo na Espanha e em Portugal e, naqueles anos do meado do século XX, trazia ao debate um fato de destaque: as colônias judaicas na Palestina, inicialmente identificadas com princípios libertários de organização comunal, refletindo no Brasil o mesmo entusiasmo

[31] Publicado pela primeira vez na Inglaterra com o título de "Fields, Factorys and Workshops", em 1899, esta obra de Piotr Kropotkin tornou-se um dos principais textos da propaganda anarquista.

com o qual tais feitos foram recebidos pela imprensa anarquista de outros países. Artigos como “Uma experiência de vida libertária vitoriosa na Palestina” (*A Plebe,* 21 de fevereiro de 1948), “Nasce na Palestina um Mundo Novo” (*A Plebe,* 24 de outubro de 1949) e “As comunas livres de Israel” (*A Plebe,* 10 de março de 1950), entre outros, geralmente traduzidos da imprensa anarquista estrangeira, eram responsáveis por atualizar os militantes libertários do Brasil em relação aos fatos sociais naquela região do Oriente Médio. Ao início dos anos 1960, à mesma imprensa libertária impôs-se ressalvas quanto à ocupação da Palestina e os conflitos gerados entre o movimento sionista e as populações de origem árabe.[32]

N’*A Plebe* dessa “nova fase”, observa-se a persistência da verve anticlerical característica de tantas publicações libertárias precedentes.[33] O combate ao clericalismo aparece bem marcado no jornal, seja nos textos ou nas costumeiras caricaturas que denunciavam a obra do clero – numa das alegorias do chamado “o vampiro social” – identificado como aliado de primeira hora do Estado e do capital (*A Plebe,* 15 de setembro de 1947). Em verdade, essa persistência não deve ser vista unicamente como tributária da ação de seu redator, que, até o ano de 1935, foi também diretor-redator de *A Lanterna*, o órgão de propaganda anticlerical de maior longevidade no país.[34]

---

[32] No ano de 1967, o Centro de Estudos Prof. José Oiticica, do Rio de Janeiro fez publicar, nos dois periódicos libertários que então circulavam no Brasil, manifesto de posicionamento em relação à situação do Oriente Médio e à rápida deterioração da paz naquela região. Dele lê-se: “Somos entusiásticos defensores das experiências sociológicas das KIBUTZAS, seu progresso e realidade de meio século, mas isso não implica adesão incondicional a toda e qualquer veleidade agressiva e imperialística do governo de Israel [...] Somos visceralmente contrários ao regime bonapartista de Nasser e da camarilha burguesa enquistada no poder, mas isso não equivale a um repúdio do autêntico povo árabe, levado por seus dirigentes a uma trágica aventura militar. [...] Somos frontalmente opostos aos governos das grandes potências ocidentais incrementadoras de guerras, traficando armas para israelenses e árabes, visando a conquista de pontos geográficos estratégicos, objetivando o domínio do petróleo e o domínio dos povos subdesenvolvidos. [...] Superando as fixações incestuosas de Pátria, Nação, Nacionalismo, Raças e Religiões, índice de imaturidade dos seres humanos, nos pronunciamos pela confraternização dos povos árabes e judeus. Por uma sociedade desenvolvida e humanizada no Oriente Médio. Por uma cultura basilarmente centrada no homem.” Ver: *Dealbar*, jul/1967; *O Protesto*, dez/1967.

[33] Sobre a relação entre o anticlericalismo e as ideias e práticas anarquistas, ver: VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e Anticlericalismo.** São Paulo: Ed. Imaginário, 2000; SOUSA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante – das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000; RUDY, Antonio Cleber. **Culturas da Contestação. Anarquistas e anticlericais em Santa Catarina. 1900-1940.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2010.

[34] *A Lanterna* fora fundada pelo jornalista e advogado Benjamin Mota, em 1901. Em sua primeira fase, circulou até 1904. Reapareceu em 1909, já sob a direção de Edgard Leuenroth, persistindo sua publicação até 1916, sendo substituida por *A Plebe*, a partir de 1917. Pelas

O anticlericalismo e o livre-pensamento figuraram no bojo das “ideias novas” que compuseram o léxico crítico e transformador dos setores da sociedade que se insurgiam contra o estabelecido, entre finais do oitocentos e as primeiras décadas do século XX. No confronto com a ideologia que arrimava a velha ordem, o livre-pensamento e o anticlericalismo integraram o vocabulário de grupos específicos, notadamente movimentos políticos liberais, positivistas, socialistas e anarquistas. Para esses movimentos, discutir a reforma social passava, necessariamente, pela crítica ao poder temporal da Igreja, um dos sustentáculos da ordem então vigente. Essas ideias foram granjeando adeptos em vários estratos sociais, mas foi de seu encontro com as lutas da classe trabalhadora que emergiu seu perfil mais popular. O combate ao poder do clero tornou-se frequente nos projetos de organização dos trabalhadores com vistas ao acalentado horizonte da “emancipação social”. Entre os libertários, a oposição ao clero e aos dogmas religiosos tornou-se frequente, e o sentido da revolução como a concebiam passava pelo enfrentamente com a tríade Capital, Igreja e Estado (GONÇALVES; BRUNO e PEREIRA, 2013).

No congresso anarquista realizado em São Paulo, em 1948, debateu-se a conveniência de retomar a propaganda anticlerical e estudava-se a possibilidade de reaparecimento d’*A Lanterna.* Entretanto, a opinião prevalente no certame era a de que o movimento anarquista não poderia arcar com os custos da publicação de mais um periódico, resolvendo então priorizar o auxílio aos jornais então publicados, *Ação Direta* e *A Plebe.* Deliberou o congresso, em vista de serem os dois jornais destinados a um público leitor em comum, e por conta da dificuldade de aparecerem ambos duas vezes ao mês, saírem os dois mensalmente, um no dia 1º de cada mês e o outro no dia 15, permitindo a circulação de duas publicações de teor libertário mensalmente.[35] A propaganda anticlerical seria veiculada em ambas as folhas.

Tal empenho no debate de ideias anticlericais tanto se explica no plano nacional quanto internacional. Aqui, a ação da Igreja cada vez mais se

---

mãos do mesmo diretor, ressurgiu em sua última fase entre 1933 e 1935, momento em que se destacou tanto pelo combate anticlerical como pela luta contra o Integralismo e a progressão do fascismo no país. Ver: SILVA, Rodrigo Rosa da. Op. cit.

[35] Ver: *A Plebe,* 1º de maio de 1949; *Ação Direta*, 22 de março de 1949; RODRIGUES, Edgar. **A Nova Aurora Libertária. (1945-1948).** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1992.

voltava à chamada Questão Operária, como demonstra o desdobramento das encíclicas e cartas pastorais, ampliando seu proselitismo em direção às formas organizativas dos trabalhadores e propondo a articulação de sindicatos, círculos de trabalhadores cristãos, ligas eleitorais católicas, entre outras formas de ação da Igreja católica face aos trabalhadores urbanos e rurais. Doutra parte, não se pode esquecer a ampliação da doutrinação católica, com a constituição de amplo projeto de comunicação, que inclui o periodismo, os projetos editoriais, a prescrição dos conteúdos do livro e da leitura e, em articulação, as campanhas abertas contra as "doutrinas exóticas" do socialismo e do comunismo em suas múltiplas vertentes históricas. No plano internacional, as lutas antifascistas d'*A Plebe*, articulavam-se às denúncias à ação da Igreja como se pode verificar em outros tópicos desta pesquisa relativos aos planos editoriais de Roberto das Neves, entre outras evidências, como a da seguinte ilustração qualificando o "imperialismo ultramontano" sob a "proteção da cruz".

Ilustração 9 ─ "Age assim o imperialismo ultramontano: apresenta-se sob a proteção da cruz – para impor o domínio do fascismo". *A Plebe* (São Paulo-SP), 15 jun. 1947.

O debate sobre a liberdade de imprensa também ganhou as páginas d'*A Plebe*. Raul Vital, com acerto, assinalara que *O Archote* aparecera em 1947 aproveitando-se do clima de "relativa liberdade". A atividade dos grupos militantes anarquistas caminhava por uma seara menos livre do que o termo "redemocratização", corrente em parte da historiografia dedicada ao período,

pode levar a crer. A liberdade era incerta, e, além disso, resultava difícil encontrar gráficas ou tipografias dispostas a imprimir os periódicos libertários, como informou o *Ação Direta* em 1952, quando do encerramento das atividades do grupo editor do jornal *A Plebe:*

> A Plebe, o valente paladino dos ideais libertários no estado de São Paulo vem de ter suspensa sua publicação. Resolução que foi tomada por seu grupo editor em virtude da recusa sistemática dos proprietários de tipografias de imprimirem um jornal anarquista (*Ação Direta*, dez/1952).

Contar com a própria oficina tipográfica foi um desejo longamente acalentado pelos grupos editores dos veículos de propaganda libertária. Era a maneira de garantir a regularidade de suas publicações, escapando aos obstáculos impostos pelas relações capitalistas que submetiam tal atividade à norma do lucro e aos impedimentos "extra-legais" que lhes obstavam as atividades. Kropotkin já lembrara, em suas memórias, a natureza de tais impedimentos, quando integrava o grupo editor do jornal *Le Revolté*:

> Havíamos publicado apenas cinco números quando o impressor nos preveniu de que tínhamos de procurar outra tipografia. Para os operários e suas publicações, a liberdade da imprensa incluída nas constituições está submetida a inúmeras restrições, fora dos artigos da lei. O impressor nada tinha contra o nosso jornal – pelo contrário, até gostava dêle; mas na Suíça tôdas as tipografias dependem do governo, que as emprega, mais ou menos para a publicação de relatórios, estatísticas e outros trabalhos análogos. O nosso impressor fôra informado de que se continuasse a imprimir nosso jornal não receberia mais a menor encomenda do govêrno de Genebra (KROPOTKIN, 1946, p.396-397).

Persistente é a atividade de homens e mulheres devotados, insistindo na tarefa de imprimir história e resistência, como se referiu Rosa.[36] Invisíveis sociais, malditos no jargão oficial, "anarquistas". Segregados na imprensa corporativa à página policial, não arredaram pé do propósito de fazer jornais, de espalhar seus impressos.

Se tivermos na devida conta que, já em maio de 1947, o Partido Comunista veria cassado o seu registro, é compreensível o clima de apreensão em relação à divulgação de ideias consideradas subversivas. Mesmo nas

[36] Cf. SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945).** Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual da Campinas/IFCH, 2005.

bancas de revistas, o medo de represália política podia fazer com que os jornais libertários não fossem expostos, dificultando sua circulação.

Não eram, contudo, somente os proprietários das tipografias ou a repressão policial – "inimigos de classe" – os obstáculos à divulgação das ideias libertárias. Logo ao (res)surgir da imprensa libertária em 1945, *Remodelações,* após chamar à difusão da leitura, Moacir Caminha insistia nos modos de sustentação do periodismo a partir de cada leitor, visto que *Remodelações* seria alvo do boicote dos donos de bancas de jornal:

> CAMARADAS LEITORES!
>
> **Remodelações** é um jornal nosso e vosso, o primeiro que apareceu, depois da noite de 15 anos de fascismo getuliano, em defesa das idéias libertárias. Se, como esperamos, posto que sois camaradas, desejais que ele viva e prospere, em proveito da difusão das nossas idéias, procurai, por todos os modos torná-lo conhecido do maior número de camaradas, amigos e simpatizantes das idéias que nos são comuns. Não basta comprá-lo. É preciso interessar na sua leitura os vossos amigos, e os vossos companheiros de trabalho, de luta e de direção. Começai por comprar dois, três, quatro ou mais exemplares de cada número e mandá-los pelo correio aos vossos amigos, convidando-os a adquirí-lo, de futuro.
> Há muitos vendedores de jornais que, por fetichismo fascista ou comunista estalinista (o que é praticamente o mesmo) boicotam o nosso jornal, recusando-se a expô-lo nas bancas. Prestar-nos-eis uma valiosa colaboração, convencendo os jornaleiros a modificar a sua atitude; se tal não conseguirdes, informando-nos do endereço e o nome do dono da banca, para que lhe demos aqui o merecido tratamento (*Remodelações*, 1º de dezembro de 1945).

Aqui um dono de banca de jornal, acolá um proprietário de tipografia, outras vezes a recusa de uma empresa distribuidora de impressos, adiante o combate de um opositor no campo das ideias, como ainda de um bibliotecário ou de um padre. De tantos lados partiam formas diversas de interdição da palavra impressa. O grupo editor do *Ação Direta* denunciava, em dezembro de 1948, dificuldades dessa ordem:

> O Nosso Último Número
> Por razões que desconhecemos, o nosso jornal, apesar de ter sido enviado ao distribuidor, não foi distribuído, muito embora várias vezes prometesse ele, distribuidor, dado nosso constante apelo, fazer a distribuição.
> É que, quase sempre os maiores inimigos das grandes idéias não estão na burguesia; estão no próprio seio do proletariado. Assim não fosse, e a burguesia, de há muito não existiria.

> Como soubemos, por portas e travessas, o senhor Zoroastro[37], membro graduado do Partido Socialista Brasileiro e gerente do "Diário de Notícias", de onde era feita a distribuição, fazendo arrancar o jornal do lugar em que costumávamos deixá-lo, mandou-o jogar, lá, onde quis e bem entendeu.
> E é socialista
> (*Ação Direta*, dez. 1948).

Tal oposição podia assumir variadas formas. A sabotagem da distribuição, a dificultação de sua venda, problemas práticos costumeiros, podiam ceder a estratégias de mais amplo alcance, como a proscrição da própria leitura dos jornais libertários. Denunciando um desses casos, o órgão anarquista do Rio de Janeiro fez uma declaração de princípios à liberdade de expressão:

> Comunicam-nos que em várias localidades, distribuíram, ou distribuem ainda, os burgueses do partido comunista, uns volantes com a indicação de publicações que não devem ser lidas. Afirma o informante que, em primeiro lugar, está o nosso pequenino semanário **Ação Direta**. Quanta honra! Que reclame! Francamente, não esperávamos essa dupla amabilidade! Sermos distinguidos, em primeira linha, como publicação nefasta, pelos novos inquisidores, pela vanguarda reacionária da burguesia progressista, por esses jesuítas requintados, fanfarrões e acomodatícios com Deus e o Diabo, prova exuberantemente que nós, anarquistas, lhes damos tremendas dores de cabeça. Pouquíssimos que somos, paupérrimos, antipolitiqueiros, anticarnavalescos, antidemagogos, anticapitalistas, intransigentes na defesa da revolução, supúnhamos que, nem sequer merecíamos a leitura dos aristocratas vermelhos.
> Não tocaríamos no assunto se não fosse a significação flagrante do lembrete comunista.
> Estamos em democracia, palavra de que eles tanto abusam, eles ainda são apenas um partido político, longe parece ainda o dia em que possam apoderar-se do governo discricionariamente. Pois já começam a ensaiar o seu **index** exatamente como o Vaticano! Revelam-se desde já o que seriam se o governo lhes caísse nos gadanhos. Instituiriam um **index** oficial ou antes, não permitiriam nenhuma **Ação Direta** ou cousa semelhante.
> Essa é a democracia deles! Nós fazemos o contrario. Aconselhamos a todos que leiam e releiam os jornais comunistas. Cedo enjoarão aquela intragável macarronada de mentiras, imposturas e calúnias, e arrenegarão desse partido burguês tão ignóbil quanto os outros (*Ação Direta*, 15 de janeiro de 1947).

Com semelhante compromisso ético, *A Plebe* bradou contra o cerceamento do direito à opinião, mesmo quando os principais prejudicados pelas leis de exceção foram rivais históricos. No editorial "Retorno ao Domínio

[37] Depois de passar pelo Partido Democrático (SP) e pelo Partido Comunista Brasileiro, Zoroastro Gouveia foi um dos três deputados eleitos pelo Partido Socialista Brasileiro em 1933 à Assembléia Nacional Constituinte por São Paulo.

da Reação”, posicionava-se contra a perseguição a jornalistas, os atentados contra a liberdade de imprensa e de reunião e de organização, marcando, entretanto, sua posição:

> Nossa ação nada tem em comum com as atividades de partidos, pois somos apolíticos. Mas sempre lutamos pela liberdade e compreendemos por liberdade todas as liberdades: liberdade individual, liberdade de imprensa, liberdade política e religiosa, liberdade de reunião e de associação, liberdade, enfim, em todos os sentidos (*A Plebe,* 15 de junho de 1947).

O posicionamento d’*A Plebe* desagradou alguns militantes libertários, para os quais o fechamento do Partido Comunista não deveria ser, sob qualquer aspecto, lamentado. Uma carta enviada pela Agrupação Libertária *Os Ácratas*, de Porto Alegre, foi publicada na íntegra, na seção “Coisas Nossas”, espaço dedicado às correspondências. Os militantes do sul, que afirmavam reconhecer o papel *d’A Plebe* como instrumento para dirimir a escassez de “bôa orientação revolucionária no sentido libertário”, asseguravam que o fechamento do Partido Comunista não merecia qualquer lamentação:

> Hoje, que a ambição de mando e um corolário de traições os colocou em certa evidência, postos agora fora dessas leis que eles mesmos ajudaram a estabelecer na constituição fascista, não devemos ser nós, os anarquistas, que vamos lamentar as consequencias de uma situação creada por eles. Devemos nos lembrar da obra nefasta que os bolchevistas veem fazendo em todo o mundo, em que não recuam nem mesmo diante do assassinato frio e calculado de camaradas nossos e até mesmo de seus próprios correligionários (A Plebe, 1º de agosto de 1947).

A postura “pluralista” d’*A Plebe* no episódio do fechamento do Partido Comunista em 1947 pode ser entendida como tributária de sua trajetória histórica, acorde com o princípio da diversidade que caracterizou o movimento social que integrou até os anos 1930. Sérgio Norte considerou tal postura decorrência de maior inserção social e da heterodoxia de opiniões comum ao meio em que foi gerada e desenvolveu-se, ao que associou a diferença entre as experiências históricas do movimento libertário em São Paulo e Rio de Janeiro:

> As práticas histórico-sociais dos libertários em São Paulo foram forjadas num contexto de amplo pluralismo e inserção social, que permitiu a recusa do monopólio do discurso político e partia do

> princípio da diversidade constitutiva do pensamento libertário, enquanto que no Rio de Janeiro grupos anarquistas de menor inserção social e mais marcados por uma relativa ortodoxia, apresentavam um tom mais filosófico e doutrinário. Claro está que, em ambas as cidades a diversidade libertária estava presente, como os jornais citados testemunham, porém comprespectivas diferentes (NORTE, 1994, p. 97).

Embora reconheçamos as diferenças entre os meios de atuação do movimento libertário em São Paulo e Rio de Janeiro, e as marcas que os diferentes contextos imprimiram na atuação da militância anarquista, não atribuímos a uma "menor inserção social" dos libertários da capital federal a tal ortodoxia que os peculiarizava em relação aos seus pares "paulistas". Entendemos que o movimento libertário no Rio de Janeiro forjou-se igualmente num ambiente de diversidade de opiniões políticas e logrou inserção social em muitos momentos, principalmente por meio da boa aceitação da estratégia do sindicalismo revolucionário. A maior virulência do movimento libertário do Rio de Janeiro na denúncia aos "comunistas autoritários" pode ser vista como permanência das refregas que opuseram os adeptos do bolchevismo e os anarquistas por toda a década de 1920, que alcançou o ponto extremo de confrontos físicos, atentados e até o assasinato do militante libertário Antonino Dominguez, que os anarquistas atribuíram aos comunistas (RODRIGUES, 1994, 1978; SAMIS, 2004).

Dessas disputas, com hostilidades de lado a lado, tomaram parte muitos anarquistas que retomariam a propaganda libertária depois do Estado Novo, como José Oiticica, José Romero, entre outros, e, nos seus depoimentos e posicionamentos, as feridas abertas na luta contra os comunistas ao longo dos anos 1920 têm ainda muito peso. Na denúncia ao regime soviético e à atuação do Partido Comunista Brasileiro, o sectarismo chegava a obscurecer a postura libertária usual na discussão de outros temas.[38]

A repressão policial se fez sentir por toda a trajetória da imprensa que os poderes dominantes taxavam subversiva. O confisco de edições, o empastelamento e a prisão de editores e articulistas em vários períodos foram penas comuns aos "culpados" do delito de opinião. No período da chamada "redemocratização", a vigilância sobre a imprensa libertária é, ao contrário do

[38] Sobre as disputas entre anarquistas e comunistas nos anos 1920, ver: SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário, 2002. Ver principalmente o capítulo IV, "Bolchevismo e Anarquismo".

que à partida pareceria, frequente. O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, ativo entre 1924 e 1983, foi responsável pela censura e investigação e sempre pronto, como afirma Maria Luiza Tucci Carneiro, "a vasculhar os porões da sociedade em busca de impressos revolucionários".

> Movido por uma lógica própria – a da desconfiança – e com função específica de purificar a sociedade das ideologias ditas "malditas" ou "perniciosas" à ordem social, esse órgão aprimorou-se em arquivar impressos, muitos dos quais confiscados diretamente de seus produtores (CARNEIRO, 2007, p. 153).[39]

Nos prontuários do DEOPS, os relatórios sobre militantes, organizações políticas e sindicais ou sobre os próprios jornais, atravessavam governos. O prontuário de Edgard Leuenroth, fundador e principal editor do jornal *A Plebe,* registra atividades de 1933 a 1948, ao passo que o Centro de Cultura Social em que se reuniam os anarquistas de São Paulo teve vasculhadas suas atividades entre 1934 e 1955. Entre as "informações" que constam sobre o Centro, destaca-se a apreensão pela empresa de correios e telégrafos para o DEOPS, em 1949, de exemplares dos jornais *A Plebe, Ação Direta* e *L'Aduanatta dei Refrattari*, este último publicado em Nova York, além de constarem atas de assembleias gerais realizadas no Centro em 1953 e 1955 (PARRA, 2003, p. 121).

Enquanto circulou, persistiram n'*A Plebe* as denúncias em relação aos atentados à liberdade de imprensa, ao direito de opinião e de organização. Editoriais como "Todas as consciências livres contra a lei-monstro" (*A Plebe,* 1º de agosto de 1947), comentando uma propalada volta da Lei de Segurança Nacional da Era Vargas, ou "Os atentados contra a liberdade de imprensa" (*A Plebe,* 15 de janeiro de 1948), sobre o recente "empastelamento" de jornais de oposição ao governo, comprovam não somente a continuidade desse combate, mas, sobretudo, a permanência deste tipo de violência que desmantelava e impedia a difusão do pensamento contestador.

A história dos impressos e da leitura é, em simultâneo, a história da destruição dos impressos e do cerceamento à leitura. A censura, a prisão, o

[39] Ver ainda: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e KOSSOY, Boris. (orgs.) **A Imprensa confiscada pelo DEOPS. 1924-1954.** São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

empastelamento dos jornais, os 'autos-de-fé' promovendo destruição dos suportes das ideias proscritas, formam longo inventário de confisco da palavra. Aos anarquistas, com frequência entre as vítimas dessa perseguição, cabia manter a disposição em dar a conhecer as suas convicções.

1.6 Um porta-voz em tempos de ebulição política

Com o fim da circulação do *Ação Direta,* em outubro de 1959, o movimento anarquista no Brasil ficou sem jornal próprio por um breve período. Um ano depois, surgia em São Paulo, *O Libertário*, sob a direção de Pedro Catallo, sapateiro e militante anarquista de longa data, desde as lutas sociais dos anos 1920.

O Libertário é exemplar do imperativo da cultura libertária: fazer um jornal, contar com um veículo de difusão. Surgia da necessidade do movimento libertário de contar com um órgão de comunicação, em um período de particular ebulição política, em que distintos projetos, uns reformistas, outros revolucionários, estavam sendo propostos à sociedade. Sua publicação é obra de um grupo de libertários do Centro de Cultura Social de São Paulo, do qual faziam parte Pedro Catallo, Edgar Leuenroth, Jaime Cubero, Francisco Cuberos, Lucca Gabriel (que, a partir do número 5, ocupa a direção do jornal), Souza Passos,[40] Osvaldo Salgueiro, Liberto Lemos Reis, entre dezenas de outros libertários cujos nomes não se divisam nas páginas de jornais ou em momentos de militância pública, mas que empenharam dedicação e energia criativa nas atividades do Centro e na difusão do jornal.

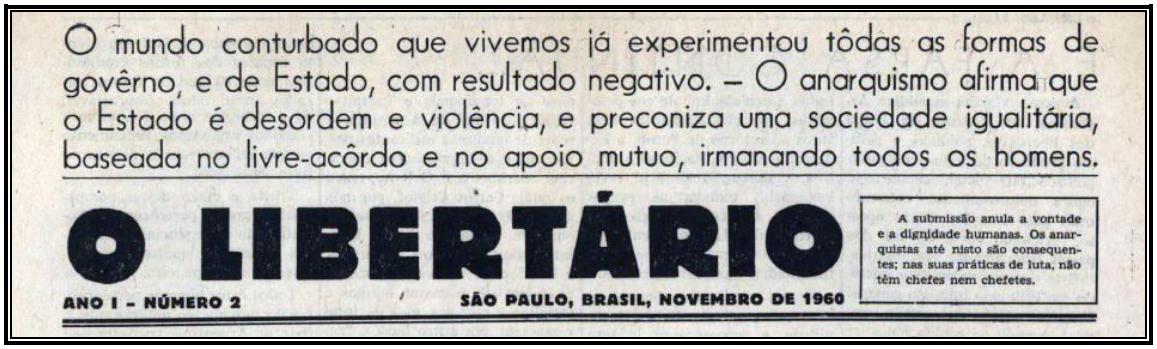
A estratégia inicial era o lançamento de uma revista, que permitisse a veiculação de maior número de artigos, bem como "comodidade indiscutível no manuseio contínuo e indispensável das matérias". O formato revista foi

[40] Felipe Gil de Souza Passos fora, até seu falecimento em 1965, ativo colaborador da imprensa libertária do período em foco, seja escrevendo ou integrando os grupos editores que mantinham os jornais. Português chegado jovem ao Brasil, garçom de profissão, sua participação no sindicalismo revolucionário, conta Rodrigues, levou-o aos estudos de sociologia, tornando-o "excelente jornalista social, diretor de jornais e revistas, teatrólogo, escritor e poeta. De suas colaborações escritas n'*O Libertário*, destacam-se, entre outros, artigos de fundo doutrinário como "As Relações da Família na Sociedade Anarquista" (*O Libertário*, jun-jul/1963) e "O Indivíduo na Sociedade Socialista-Libertária" (*O Libertário*, dez/1961); e abordagens sobre o panorama político, como em "Imperialismo, Colonialismo e Libertação" (*O Libertário*, jul/1961) ou "Os Anarquistas e a Revolução Cubana" (out/1961). Ver: RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros.** Volume 2. Rio de Janeiro: VJR, 1995, p.86-87.

bastante valorizado na trajetória dos experimentos de difusão das ideias libertárias. Contando com maior volume de páginas em relação ao jornal, permitia maior e mais duradouro alcance editorial. Favorecia, outrossim, a ampliação do público leitor, conforme as inflexões do próprio movimento editorial libertário.

Exemplos foram a revista *A Vida*, publicada no Rio de Janeiro em 1914 e *"Renascença"*, publicação cultural fundada por Maria Lacerda de Moura em 1923 e de larga aceitação no movimento anarquista e entre os livre-pensadores. Na Espanha, nos anos que antecedem a Revolução de 1936, circulava *La Revista Blanca*, dirigida por Federico Urales. A revista *Tierra y Libertad*, editada no México por Emérito de la O. Gonzales, que circulou entre 1949 e 1985, fora leitura certa dos libertários brasileiros e fonte de vários artigos transcritos e traduzidos na imprensa libertária no Brasil.

A falta de recursos impôs, entretanto, a readequação do projeto, e assim nascia o jornal, inicialmente em formato tablóide, ampliando depois suas dimensões a partir do número 7, de 1º de maio de 1962.


O mundo conturbado que vivemos já experimentou tôdas as formas de govêrno, e de Estado, com resultado negativo. – O anarquismo afirma que o Estado é desordem e violência, e preconiza uma sociedade igualitária, baseada no livre-acôrdo e no apoio mutuo, irmanando todos os homens.

O LIBERTÁRIO

A submissão anula a vontade e a dignidade humanas. Os anarquistas até nisto são consequentes; nas suas práticas de luta, não têm chefes nem chefetes.

ANO I - NÚMERO 2 SÃO PAULO, BRASIL, NOVEMBRO DE 1960

Ilustração 10 ─ Cabeçalho de *O Libertário* (São Paulo-SP), em seu primeiro formato. Novembro de 1960.

Proclamando a necessidade de manter vivas as relações entre os militantes anarquistas e de satisfazer "o interesse demonstrado por um notável número de pessoas estudiosas interessadas em conhecer a solução anarquista para os problemas humanos", *O Libertário* apresentava-se em seu editorial de lançamento chamando atenção para a contradição entre o avanço das ciências, da tecnologia e do comércio e a situação de miséria, injustiça e falta de liberdade a que estava submetida a humanidade. A causa dos

padecimentos era identificada na propriedade privada e conclamava-se ao conhecimento do anarquismo para a superação do quadro de desajuste social:

> O Anarquismo é uma interpretação real da vida humana; e embora não tenha sido experimentado em larga escala, a humanidade, entretanto, caminha para ele. Pretende suprimir as injustiças sociais e suprimir ao mínimo as imperfeições humanas. [...] Prega a liberdade, a igualdade e a fraternidade, tendo por base os indeclináveis direitos e deveres das criaturas humanas. [...]
> Apesar do avanço deslumbrante e maravilhoso da ciência, apensar da progressão ciclópica da indústria e do comércio, apesar do aparecimento de credos e partidos democráticos ou totalitários, apesar das guerras e revoluções que continuamente se sucedem, as bases seculares onde assentam a extorsão e o desnivelamento social, não sofreu sequer um arranhão. Aí está a propriedade privada, fonte de todos os males; aí está a exploração do homem pelo homem, ignonímia que envergonha e envilece a raça humana; aí está o sistema monetário, viciado e corrompido, causador de todos os crimes, de toda a discórdia social e responsável direto da triste condição em que se encontra o proletariado. [...]
> É para estas fontes de péssimas consequências que atenta o anarquismo. Dentro da barafunda tenebrosa em que vivemos, a filosofia anarquista deve ser conhecida e estudada por todos aqueles que de uma forma ou doutra, possam influir nos destinos da sociedade e mudar-lhe a estrutura (*O Libertário*, out/1960).

Era, pois, um esforço doutrinal, e as palavras-chave descendiam do vocabulário da tradição: liberdade, fraternidade, igualdade. A vida social, padecendo sob o regime capitalista, a extorsão e a exploração do homem pelo homem, é uma "barafunda tenebrosa". Que fazer, então, em vista da superação deste quadro desalentador? Conhecer e estudar seguem sendo as pedras de toque, o argumento de exortação da imprensa libertária. O jornal é a palavra em ação, o meio de se dar a conhecer o real pelo estudo.

Fazer o jornal, imprimir, difundir – as tarefas de sempre encontram em seu público leitor a sustentação material e a difusão ampliada. O aparecimento do jornal dependia da arrecadação de fundos para a qual concorreram, por vezes, estratégias comuns à imprensa libertária nas primeiras décadas do século XX, como a realização de "festivais" em benefício do jornal:

> FESTIVAL CAMPESTRE
> No próximo dia 15 será levado a efeito grande festival campestre, em homenagem a 'O Libertário', promovido pelo Grupo Juvenil do Centro de Cultura Social.
> Torna-se necessário que todos compareçam com suas famílias, dando neste festival uma demonstração de solidariedade e compreensão não apenas para com nosso jornal, mas também com a afirmação da consciência libertária (*O Libertário*, jul/1962).

A “afirmação da consciência libertária” de que fala o anúncio era a máxima dos *pic-nics* e festivais campestres, presentes há muito entre os libertários na forja de uma sociabilidade distinta e oposta àquela da sociedade capitalista. Era sobretudo na convivialidade, no exercício das subjetividades em coletivo, nas relações interpessoais, no convívio com a natureza que se negavam as relações de poder e a opressão a que o trabalho fora convertido. Os lugares de sociabilidade têm papel marcante no cotidiano militante, pois constituem uma perspectiva de vida social articulada com a dimensão do “ser anarquista”, como lembraram a propósito do anarquismo espanhol os editores do *Itinéraire*:

> [...] A amizade, o humor, a afinidade, a tolerância desempenham um papel ao menos tão importante quanto o estudo, a ação, a propaganda. Essas redes cobrem o conjunto da vida social: os ateneus, verdadeiros centros culturais libertários, as escolas racionalistas, os grupos de mulheres, as equipes esportivas, os corais anarquistas e, evidentemente, os grupos anarquistas e sua organização [...] (*Apresentação* In: VVAA, 2013, p. 10).

Além disso, o “exercício de solidariedade”, no apoio ao jornal, tornava-o obra de todos. No “lazer militante”, observou Foot Hardman (2001), tratava-se de aliar o prazer do entretenimento às tarefas da militância em prol da “emancipação social”.

A necessidade de difusão ampliada impunha a venda em bancas de revistas espalhadas pela cidade de São Paulo, numa estratégia de aumento da visibilidade d’*O Libertário.* Além disso, era necessário “aproveitar” ao máximo o veículo, fruto de um somatório de esforços determinados pela necessidade prática de pôr as ideias em movimento. “Não jogue fora esta folha depois de a ler”, conclamava o jornal, “Passe adeante para que outros a leiam” (*O Libertário*, nov/1960).

O convite à partilha da leitura repetia o que fizera *Ação Direta*, incentivando os leitores a ampliar o alcance da difusão do periodismo libertário:

> COMPANHEIROS!
> ‘Ação Direta’ representa grande soma de trabalho e muita despesa. Cada exemplar custa mais do dobro do seu preço de venda. Isso não permite que aumentemos a tiragem atual, já insuficiente. Por tal motivo, a todos pedimos que, depois de lerem êste jornal, se não o colecionam, procurem aproveitá-lo ao máximo, emprestando-o, dando-o ou devolvendo-o para nossa caixa postal. Jogá-lo fora ou utilizá-lo como papel de embrulho será lamentável desperdício (*Ação Direta*, set/1952).

Como noutros aspectos, tais desafios enfrentados pelos periódicos libertários brasileiros são comuns à militância anarquista em vários países, nos quais, no rescaldo da Segunda Grande Guerra, impôs-se sua reorganização e a retomada pública de suas atividades de difusão e intervenção social. Em carta publicada pelo *Ação Direta*, o veterano militante italiano Armando Borghi, expulso dos Estados Unidos, onde integrava o grupo editor de *L'Adunata dei Refrattari*, para seu país natal, escrevia aos companheiros da América falando do entusiasmo do reinício da propaganda libertária na Itália pós-fascismo. As dificuldades em efetivar a ação militante eram diversas, como a falta crônica de recursos que os permitissem publicar um "quotidiano". Necessário se fazia potencializar a leitura, a circulação dos jornais, criando estratégias de multiplicação que levassem a mensagem libertária aos trabalhadores com "sêde de saber":

> [...] Acabarei ainda repetindo aos companheiros da América: considerem todos ato de fraude a destruição de um só exemplar da Adunata. Todos têm um endereço ao menos na Itália. Não destruam nenhum exemplar; uma vez lido o exemplar, mandem-no-lo. Aqui há sêde de saber e necessidade de saber. Dizia-me um companheiro, dias há, que um exemplar da Adunata só foi deixado quando desfeito e quase ilegíve, por tantas mãos passara. Para bom entendedor... e o mais que segue. Saudações afetuosas aos companheiros da América (*Ação Direta*, 20/04/1946).

SÃO PAULO — FEVEREIRO-MARÇO DE 1963

ANO III — N.º 16-17

o Libertário

LUTAMOS CONTRA TÔDAS AS FORMAS DE TIRANIA, DE EXPLORAÇÃO E DE OBSCURANTISMO — E EM PROL DE LIBERDADE E BEM-ESTAR PARA TODOS.

Ilustração 11 ─ Cabeçalho de *O Libertário* (São Paulo-SP), no formato a partir de seu nº 7. Fevereiro-março de 1963.

No início da década de 1960, a distribuição d'*O Libertário* aos assinantes e a venda em bancas de revistas completava-se com o envio do jornal àqueles que o grupo editor identificava como potenciais interessados em seus conteúdos, com vistas a aumentar o número de colaboradores. Tal estratégia de difusão ensejava ainda produzir uma resposta desses leitores, uma análise, críticas, ou sugestões. Mesmo o completo desacordo com as ideias d'*O Libertário* era considerado uma "valiosa cooperação", em vista da

avaliação interna que os editores fariam de sua propaganda. Por outro lado, o envio do jornal era feito independente de contribuição financeira, sendo condição única para a expedição o interesse do leitor em continuar a recebê-lo:

> Aos que recebem 'O Libertário'
> Este é um jornal de finalidade idealista. Apenas para isso surgiu êle na arena da imprensa – para a difusão, esclarecimento e defesa de um ideal – o Anarquismo, batendo-se, por conseguinte, contra tôdas as formas de tirania, de explorações e de obscurantismo, em prol de uma transformação social, tendo como base o bem-estar e liberdade para tôdos. Por isso 'O Libertário' não objetiva interesse de renda, de lucro, de compensação econômica. E é dentro dessa orientação que o jornal é feito, na base do livre-acôrdo, sem intuito de ganho, sendo tôdos os trabalhos executados graciosamente, como uma contribuição ao jornal.
> O mesmo critério é obedecido em sua divulgação, pois é expedido na medida de nossa tiragem – às pessoas que conhecemos ou nos são indicadas como estudiosos dos problemas sociais. É a estas pessoas especialmente que esta nota é destinada. Que nos digam com tôda a franqueza o que pensam sobre 'O Libertário, seu feitio jornalístico, a matéria publicada e sobretudo as idéias que procura difundir.
> Mesmo discordando inteiramente, transmita-nos o seu pronunciamento, que será considerado como valiosa cooperação.
> Outra solicitação: se desejam continuar recebendo o jornal, mesmo independente de pagamento. Quem tiver possibilidade e quiser, que envie a sua contribuição, qualquer que seja. Essa é a única fonte de renda do jornal.
> Para continuação da remessa do jornal, basta devolver-nos o cupom enviado com o jornal. Se não desejarem continuar a recebê-lo, farão o obséquio de devolvê-lo. Também será uma contribuição, que antecipadamente agradecemos (*O Libertário*, ago/1962).

Desejando identificar o público-leitor com o jornal, estimulando o compromisso com a sua manutenção, da nota, deslinda-se um completo programa que contempla a edição, a leitura, a especificação do público, a recepção, as estratégias de colaboração com a difusão do jornal e o diálogo entre editores e leitor. O jornal não objetiva lucro, e existe para a difusão do Anarquismo. É dentro das premissas libertárias que se realiza, por meio da cooperação e do livre-acordo, não almejando compensação financeira. Àqueles identificados com as ideias que propaga, *O Libertário* é enviado, bem como aos potenciais leitores, os interessados e "estudiosos dos problemas sociais". Os recursos exíguos tornam qualquer contribuição importante. Assim como a devolução do jornal ao grupo editor por parte daqueles que não vejam nele interesse. Dessa forma, ia o jornal desempenhando a "missão" que se atribuíra, em meio a uma conjuntura de debate político na qual os anarquistas desejavam intervir.

O início dos anos 1960 é de intensa mobilização política e polarização ideológica no Brasil. Seguindo a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, um veto militar com apoio de setores políticos liberais e conservadores tentou impedir a posse do vice-presidente, o gaúcho João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas e nome de maior expressão do trabalhismo. No contexto da Guerra Fria, por conta da possível realização de um governo de cunho "nacional-reformista" e de sua frequente ligação com o sindicalismo (Goulart fora ministro do trabalho durante o segundo governo Vargas), sua posse era vista como possibilidade de uma aproximação com o bloco socialista (DELGADO, 2005, p. 10).

A chegada de João Goulart[41] ao cargo de presidente foi, entretanto, garantida por ampla mobilização popular, organizada por políticos aliados e contando com o apoio de setores nacionalistas das Forças Armadas. A solução negociada à crise política levou à posse de Goulart, em moldes de governo parlamentarista, fórmula que vigiria até 1963. Caracterizado, desde os tempos de ministro do trabalho, à esquerda e à direita, como um político "ambíguo", acusado de pretender um governo de conciliação entre as demandas dos setores populares e da burguesia nacional, herdou de seus antecessores uma grave crise econômica e financeira que aguçava ainda mais a polarização política da sociedade (GOMES; FERREIRA, 2007; FERREIRA, 2006).

Amparado na proposta de realização das chamadas "reformas de base" que mobilizaram politicamente a opinião pública no Brasil, Goulart era acusado pela direita de transformar o país numa república sindicalista e de acenos aos comunistas; ao passo que estes o acusavam de falta de firmeza na realização das transformações estruturais, quando não exigiam do presidente a própria "revolução". Foi tal ebulição política que precipitou sua deposição em março de 1964, por meio de um golpe civil-militar que iniciou um período de 21 anos de ditadura.

Foi nesse ambiente de efervescência que *O Libertário* divulgou sua análise dos fatos contemporâneos mediada pelo ponto de vista anarquista e conclamou. Atualizavam-se fórmulas clássicas da difusão da propaganda

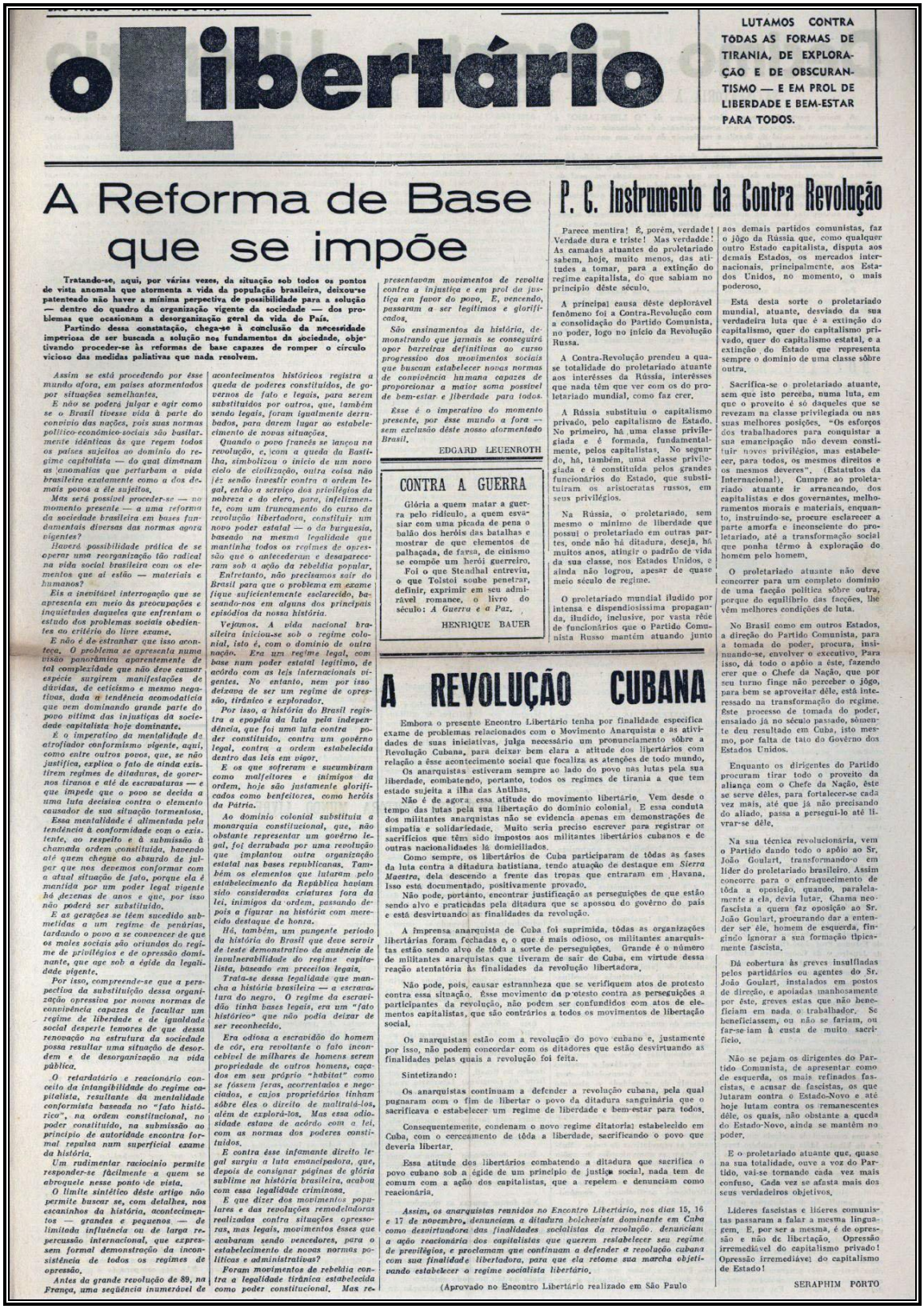
[41] Para uma panorâmica da historiografia acerca do governo João Goulart, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica *In*: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

libertária pela via impressa, combinando a matéria doutrinal, a recuperação dos traços da memória libertária, a análise dos fatos do cotidiano e da politica institucional. Neste caso, o governo Jânio Quadros é alvo de sua crítica em que, cáustico, ironizava o símbolo da campanha que o elegeu:

> E durante os sete meses de governo empunhando a vassoura com que prometera ao povo varrer todos os ladrões, exploradores e asfixiadores dos pobres, tôda a canalha, enfim, que torna este país infeliz e o matam de fome, a única vassourada realmente concreta dos seus atos foi aquela que atirou com o lixo da miséria às classes trabalhadoras, aumentando em 80% o custo da vida! Já é alguma coisa... (*O Libertário,* out/1961)

No transcurso do governo João Goulart ganhou destaque nas páginas do jornal um conjunto de artigos de Edgard Leuenroth em que se discutiam as reformas de base, tema que ganhava espaço cada vez maior no discurso popular. Motivado pelo *frisson* causado pelos discursos de Goulart e a reação de vários quadrantes da sociedade ao tema das reformas, o velho militante sinalizava que os problemas atravessados pela sociedade brasileira não poderiam ser resolvidos pelos sistemas políticos então vigentes, restando a possibilidade de superação dos males sociais à construção do verdadeiro socialismo, o socialismo libertário, em perspectiva revolucionária, segundo sua acepção (*O Libertário,* jan/1964).[42]

[42] Sobre uma possível interlocução entre o projeto reformista de João Goulart e a perspectiva anarquista de transformação da sociedade, ver: GONÇALVES, Cláudia Tolentino. **Propostas políticas reformistas de Edgard Leuenroth e João Goulart: um encontro (im)possível?** Cadernos de Pesquisa do CDHis. Volume 24, nº 1, janeiro/junho de 2011.



o Libertário

LUTAMOS CONTRA TÔDAS AS FORMAS DE TIRANIA, DE EXPLORAÇÃO E DE OBSCURANTISMO — E EM PROL DE LIBERDADE E BEM-ESTAR PARA TODOS.

A Reforma de Base que se impõe

Tratando-se, aqui, por várias vezes, da situação sob todos os pontos de vista anomala que atormenta a vida da população brasileira, deixou-se patenteado não haver a mínima perpectiva de possibilidade para a solução — dentro do quadro da organização vigente da sociedade — dos problemas que ocasionam a desorganização geral da vida do País.

Partindo dessa constatação, chega-se à conclusão da necessidade imperiosa de ser buscada a solução nos fundamentos da sociedade, objetivando proceder-se às reformas de base capazes de romper o círculo vicioso das medidas paliativas que nada resolvem.

Assim se está procedendo por êsse mundo afora, em países atormentados por situações semelhantes.

E não se poderá julgar e agir como se o Brasil tivesse vida à parte do convívio das nações, pois suas normas político-econômico-sociais são bastante idênticas às que regem todos os países sujeitos ao domínio do regime capitalista — do qual dimanam as anomalias que perturbam a vida brasileira exatamente como a dos demais povos a êle sujeitos.

Mas será possível proceder-se — no momento presente — a uma reforma da sociedade brasileira em bases fundamentais diversas das normas agora vigentes?

Haverá possibilidade prática de se operar uma reorganização tão radical na vida social brasileira com os elementos que aí estão — materiais e humanos?

Eis a inevitável interrogação que se apresenta em meio às preocupações e inquietudes daqueles que enfrentam o estudo dos problemas sociais obedientes ao critério do livre exame.

E não é de estranhar que isso aconteça. O problema se apresenta numa visão panorâmica aparentemente de tal complexidade que não deve causar espécie surgirem manifestações de dúvidas, de ceticismo e mesmo negativas, dada a tendência acomodatícia que vem dominando grande parte do povo vítima das injustiças da sociedade capitalista hoje dominante.

É o imperativo da mentalidade do atrofiador conformismo vigente, aqui, como entre outros povos, que, se não justifica, explica o fato de ainda existirem regimes de ditaduras, de governos tiranos e até de escravaturas — e que impede que o povo se decida a uma luta decisiva contra o elemento causador de sua situação tormentosa.

Essa mentalidade é alimentada pela tendência à conformidade com o existente, ao respeito e à submissão à chamada ordem constituída, havendo até quem chegue ao absurdo de julgar que nos devemos conformar com a atual situação de fato, porque ela é mantida por um poder legal vigente há dezenas de anos e que, por isso não poderá ser substituído.

E as gerações se têem sucedido submetidas a um regime de penúrias, tardando o povo a se convencer de que os males sociais são oriundos do regime de privilégios e de opressão dominante, que age sob a égide da legalidade vigente.

Por isso, compreende-se que a perspectiva da substituição dessa organização opressiva por novas normas de convivência capazes de facultar um regime de liberdade e de igualdade social desperte temores de que dessa renovação na estrutura da sociedade possa resultar uma situação de desordem e de desorganização na vida pública.

O retardatário e reacionário conceito da intangibilidade do regime capitalista, resultante da mentalidade conformista baseada no "fato histórico", na ordem constitucional, no poder constituído, na submissão ao princípio de autoridade encontra formal repulsa num superficial exame da história.

Um rudimentar raciocínio permite responder-se fàcilmente a quem se abroquele nesse ponto de vista.

O limite sintético dêste artigo não permite buscar se, com detalhes, nos escaninhos da história, acontecimentos — grandes e pequenos — de limitada influência ou de larga repercussão internacional, que expressem formal demonstração da inconsistência de todos os regimes de opressão.

Antes da grande revolução de 89, na França, uma seqüência inumerável de acontecimentos históricos registra a queda de poderes constituídos, de governos de fato e legais, para serem substituídos por outros, que, também sendo legais, foram igualmente derrubados, para darem lugar ao estabelecimento de novas situações.

Quando o povo francês se lançou na revolução, e, com a queda da Bastilha, simbolizou o início de um novo ciclo de civilização, outra coisa não fêz senão investir contra a ordem legal, então a serviço dos privilégios da nobreza e do clero, para, infelizmente, com um truncamento do curso da revolução libertadora, constituir um novo poder estatal — o da burguesia, baseado na mesma legalidade que mantinha todos os regimes de opressão que o antecederam e desapareceram sob a ação da rebeldia popular.

Entretanto, não precisamos sair do Brasil para que o problema em exame fique suficientemente esclarecido, baseando-nos em alguns dos principais episódios da nossa história.

Vejamos. A vida nacional brasileira iniciou-se sob o regime colonial, isto é, com o domínio de outra nação. Era um regime legal, com base num poder estatal legítimo, de acôrdo com as leis internacionais vigentes. No entanto, nem por isso deixava de ser um regime de opressão, tirânico e explorador.

Por isso, a história do Brasil registra a epopéia da luta pela independência, que foi uma luta contra poder constituído, contra um govêrno legal, contra a ordem estabelecida dentro das leis em vigor.

E os que sofreram e sucumbiram como malfeitores e inimigos da ordem, hoje são justamente glorificados como benfeitores, como heróis da Pátria.

Ao domínio colonial substituiu a monarquia constitucional, que, não obstante representar um govêrno legal, foi derrubada por uma revolução que implantou outra organização estatal nas bases republicanas. Também os elementos que lutaram pelo estabelecimento da República haviam sido considerados criaturas fora da lei, inimigos da ordem, passando depois a figurar na história com merecido destaque de honra.

Há, também, um pungente período da história do Brasil que deve servir de teste demonstrativo da ausência de inatacabilidade do regime capitalista, baseado em preceitos legais.

Trata-se dessa legalidade que mancha a história brasileira — a escravatura do negro. O regime da escravidão tinha bases legais, era um "fato histórico" que não podia deixar de ser reconhecido.

Era odiosa a escravidão do homem de côr, era revoltante o fato inconcebível de milhares de homens serem propriedade de outros homens, caçados em seu próprio "habitat" como se fôssem feras, acorrentados e negociados, e cujos proprietários tinham sôbre êles o direito de maltraiá-los, além de explorá-los. Mas essa odiosidade estava de acôrdo com a lei, com as normas dos poderes constituídos.

E contra êsse infamante direito legal surgiu a luta emancipadora, que, depois de consignar páginas de glória sublime na história brasileira, acabou com essa legalidade criminosa.

E que dizer dos movimentos populares e das revoluções remodeladoras realizadas contra situações opressoras, mas legais, movimentos êsses que acabaram sendo vencedores, para o estabelecimento de novas normas políticas e administrativas?

Foram movimentos de rebeldia contra a legalidade tirânica estabelecida como poder constitucional. Mas representavam movimentos de revolta contra a injustiça e em prol da justiça em favor do povo, E, vencendo, passaram a ser legítimos e glorificados.

São ensinamentos da história, demonstrando que jamais se conseguirá opor barreiras definitivas ao curso progressivo dos movimentos sociais que buscam estabelecer novas normas de convivência humana capazes de proporcionar a maior soma possível de bem-estar e liberdade para todos.

Esse é o imperativo do momento presente, por êsse mundo a fora — sem exclusão dêste nosso atormentado Brasil.

EDGARD LEUENROTH

CONTRA A GUERRA

Glória a quem matar a guerra pelo ridículo, a quem esvasiar com uma picada de pena o balão dos heróis das batalhas e mostrar de que elementos de palhaçada, de farsa, de cinismo se compõe um herói guerreiro.

Foi o que Stendhal entreviu, o que Tolstoi soube penetrar, definir, exprimir em seu admirável romance, o livro do século: *A Guerra e a Paz*.

HENRIQUE BAUER

P. C. Instrumento da Contra Revolução

Parece mentira! É, porém, verdade! Verdade dura e triste! Mas verdadde! As camadas atuantes do proletariado sabem, hoje, muito menos, das atitudes a tomar, para a extinção do regime capitalista, do que sabiam no princípio dêste século.

A principal causa dêste deplorável fenômeno foi a Contra-Revolução com a consolidação do Partido Comunista, no poder, logo no início da Revolução Russa.

A Contra-Revolução prendeu a quase totalidade do proletariado atuante aos interêsses da Rússia, interêsses que nada têm que ver com os do proletariado mundial, como faz crer.

A Rússia substituiu o capitalismo privado, pelo capitalismo de Estado. No primeiro, há uma classe privilegiada e é formada, fundamentalmente, pelos capitalistas. No segundo, há, também, uma classe privilegiada e é constituída pelos grandes funcionários do Estado, que substituíram os aristocratas russos, em seus privilégios.

Na Rússia, o proletariado, sem mesmo o mínimo de liberdade que possui o proletariado em outras partes, onde não há ditadura, deseja, há muitos anos, atingir o padrão de vida da sua classe, nos Estados Unidos, e ainda não logrou, apesar de quase meio século de regime.

O proletariado mundial iludido por intensa e dispendiosíssima propaganda, iludido, inclusive, por vasta rêde de funcionários que o Partido Comunista Russo mantém atuando junto aos demais partidos comunistas, faz o jôgo da Rússia que, como qualquer outro Estado capitalista, disputa aos demais Estados, os mercados internacionais, principalmente, aos Estados Unidos, no momento, o mais poderoso.

Está desta sorte o proletariado mundial, atuante, desviado da sua verdadeira luta que é a extinção do capitalismo, quer do capitalismo privado, quer do capitalismo estatal, e a extinção do Estado que representa sempre o domínio de uma classe sôbre outra.

Sacrifica-se o proletariado atuante, sem que isto perceba, numa luta, em que o proveito é só daqueles que se revezam na classe privilegiada ou nas suas melhores posições. "Os esforços dos trabalhadores para conquistar a sua emancipação não devem constituir novos privilégios, mas estabelecer, para todos, os mesmos direitos e os mesmos deveres". (Estatutos da Internacional). Cumpre ao proletariado atuante ir arrancando, dos capitalistas e dos governantes, melhoramentos morais e materiais, enquanto, instruindo-se, procure esclarecer a parte amorfa e inconsciente do proletariado, até a transformação social que ponha têrmo à exploração do homem pelo homem.

O proletariado atuante não deve concorrer para um completo domínio de uma facção política sôbre outra, porque do equilíbrio das facções, lhe vêm melhores condições de luta.

No Brasil como em outros Estados, a direção do Partido Comunista, para a tomada do poder, procura, insinuando-se, envolver o executivo. Para isso, dá todo o apôio a êste, fazendo crer que o Chefe da Nação, que por seu turno finge não perceber o jôgo, para bem se aproveitar dêle, está interessado na transformação do regime. Este processo de tomada do poder, ensaiado já no século passado, sòmente teu resultado em Cuba, isto mesmo, por falta de tato do Govêrno dos Estados Unidos.

Enquanto os dirigentes do Partido procuram tirar todo o proveito da aliança com o Chefe da Nação, êste se serve dêles, para fortalecer-se cada vez mais, até que já não precisando do aliado, passa a perseguí-lo até liquidá-lo dêle.

Na sua técnica revolucionária, vem o Partido dando todo o apôio ao Sr. João Goulart, transformando-o em líder do proletariado brasileiro. Assim concorre para o enfraquecimento de tôda a oposição, quando, paralelamente a ela, devia lutar. Chama neofascista a quem faz oposição ao Sr. João Goulart, procurando dar a entender ser êle, homem de esquerda, fingindo ignorar a sua formação tipicamente fascista.

Dá cobertura às greves insufladas pelos partidários ou agentes do Sr. João Goulart, instalados em postos de direção, e apoiadas inabalavelmente por êste, greves estas que não beneficiam em nada o trabalhador. Se beneficiassem, ou não se fariam, ou far-se-iam à custa de muito sacrifício.

Não se pejam os dirigentes do Partido Comunista, de apresentar como de esquerda, os mais refinados fascistas, e acusar de fascistas, os que lutaram contra o Estado-Novo e até hoje lutam contra os remanescentes dêle, os quais, não obstante a queda do Estado-Novo, ainda se mantêm no poder.

E o proletariado atuante que, quase na sua totalidade, ouve a voz do Partido, vai-se tornando cada vez mais confuso. Cada vez se afasta mais dos seus verdadeiros objetivos.

Líderes fascistas e líderes comunistas passaram a falar a mesma linguagem. E, por ser a mesma, é de opressão e não de libertação. Opressão irremediável do capitalismo privado! Opressão irremediável do capitalismo de Estado!

SERAPHIM PÔRTO

A REVOLUÇÃO CUBANA

Embora o presente Encontro Libertário tenha por finalidade específica exame de problemas relacionados com o Movimento Anarquista e às atividades de suas iniciativas, julga necessário um pronunciamento sôbre a Revolução Cubana, para deixar bem clara a atitude dos libertários com relação a êsse acontecimento social que focaliza as atenções de todo mundo.

Os anarquistas estiveram sempre ao lado do povo nas lutas pela sua liberdade, combatendo, portanto, todos os regimes de tirania a que tem estado sujeita a ilha das Antilhas.

Não é de agora essa atitude do movimento libertário. Vem desde o tempo das lutas pela sua libertação do domínio colonial. E essa conduta dos militantes anarquistas não se evidencia apenas em demonstrações de simpatia e solidariedade. Muito seria preciso escrever para registrar os sacrifícios que têm sido impostos aos militantes libertários cubanos e de outras nacionalidades lá domiciliados.

Como sempre, os libertários de Cuba participaram de tôdas as fases da luta contra a ditadura batistiana, tendo atuação de destaque em *Sierra Maestra*, dela descendo a frente das tropas que entraram em Havana. Isso está documentado, positivamente provado.

Não pode, portanto, encontrar justificação as perseguições de que estão sendo alvo e praticadas pela ditadura que se apossou do govêrno do país e está desvirtuando as finalidades da revolução.

A imprensa anarquista de Cuba foi suprimida, tôdas as organizações libertárias foram fechadas e, o que é mais odioso, os militantes anarquistas estão sendo alvo de tôda a sorte de perseguições. Grande é o número de militantes anarquistas que tiveram de sair de Cuba, em virtude dessa reação atentatória às finalidades da revolução libertadora.

Não pode, pois, causar estranheza que se verifiquem atos de protesto contra essa situação. Esse movimento de protesto contra as perseguições a participantes da revolução, não podem ser confundidos com atos de elementos capitalistas, que são contrários a todos os movimentos de libertação social.

Os anarquistas estão com a revolução do povo cubano e, justamente por isso, não podem concordar com os ditadores que estão desvirtuando as finalidades pelas quais a revolução foi feita.

Sintetizando:

Os anarquistas continuam a defender a revolução cubana, pela qual pugnaram com o fim de libertar o povo da ditadura sanguinária que o sacrificava e estabelecer um regime de liberdade e bem-estar para todos.

Consequentemente, condenam o novo regime ditatorial estabelecido em Cuba, com o cerceamento de tôda a liberdade, sacrificando o povo que deveria libertar.

Essa atitude dos libertários combatendo a ditadura que sacrifica o povo cubano sob a égide de um princípio de justiça social, nada tem de comum com a ação dos capitalistas, que a repelem e denunciam como reacionária.

Assim, os anarquistas reunidos no Encontro Libertário, nos dias 15, 16 e 17 de novembro, denunciam a ditadura bolchevista dominante em Cuba como desvirtuadora das finalidades socialistas da revolução, denunciam a ação reacionária dos capitalistas que querem restabelecer seu regime de privilégios, e proclamam que continuam a defender a revolução cubana com sua finalidade libertadora, para que ela retome sua marcha objetivando estabelecer o regime socialista libertário.

(Aprovado no Encontro Libertário realizado em São Paulo

Ilustração 12 – Reformas de base e Revolução Cubana n'*O Libertário* (São Paulo-SP), janeiro de 1964.

No panorama internacional, agitavam-se os debates em torno dos temas da reforma e de revolução. A experiência da Revolução Cubana[43] agudizou ainda mais a polarização do debate político, já intenso em tempos de Guerra Fria, e as colunas d'*O Libertário* foram onde primeiro os anarquistas publicizaram sua opinião e posicionamento em relação aos acontecimentos na ilha caribenha. Ao passo que se avolumavam os noticiários – de todas as cores – sobre a *Revolução*, as posições definiam-se. Em "Cuba e Seu Destino", assinado por Guilarte, na edição de novembro de 1960, um tom de alerta acerca do desvirtuamento do movimento revolucionário ganhava contornos mais definidos:

> Sem um plano definido, apenas pelo instinto de ser livre, o povo cubano fez a sua revolução. Porém, isto não basta. Tem o dever de estar alerta para que não lhe seja escamoteada. Toda revolução que advem do poder pessoal de um só homem ou de um só partido, marcha com passos de gigante para uma ditadura.

O movimento revolucionário, que, em seus inícios, fora visto com simpatia pela imprensa libertária no Brasil, tomava então contornos que repetiam a oposição entre libertários e autoritários, de cujo embate foram exemplares outras experiências revolucionárias (NORTE, 1994, p. 108). Há que sublinhar que a Revolução Cubana exerceu imenso fascínio nos movimentos de esquerda, tornando-se sua defesa um marco divisório do posicionamento ideológico dos setores que lutavam contra a ordem estabelecida mundo afora. *O Libertário,* no antípoda da reação, garantindo que aos anarquistas "não nos adormece a interessada propaganda das agências monopolizadas pelo imperialismo norte-americano", esclarecia sua posição:

> Estivemos ao lado de Castro quando simbolizava a luta pela liberdade do povo. Nos encontrará frente a frente tão logo essa liberdade deixe de ser patrimônio de todos para se converter em direito de fazer de desfazer de um só partido. Bem sabemos que algo semelhante está acontecendo na ilha antilhana (*O Libertário,* nov/1960).

[43] Para uma abordagem da presença anarquista na Revolução Cubana ver: FERNANDEZ, Frank. **El anarquismo en Cuba.** Prefácio de Lily Litvak. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000, em especial os capítulos IV e V, respectivamente "Castrismo y Confrontación" (1959-1961) e "Exilio y Sombras" (1962-1980).

As campanhas de solidariedade do jornal contra a detenção de anarquistas e outros presos políticos condenados ao "paredón" cobriam de tom profético as advertências precocemente manifestadas. Em 1963, reproduzindo noticiário de *Tierra y Libertad*, do México, sob o título de "Nos cárceres de Cuba militantes anarquistas sofrem torturas", divulgam-se nomes de libertários condenados, que antes atuaram em prol da revolução e eram, então, tidos como inimigos: Plácido Mendez, trabalhador rodoviário; António Dagas, empregado cinematográfico; Luis Miguel Linsuain, empregado do ramo gastronômico; Sandalio Torres, Norberto Costa, trabalhador gastronômico; Jorge Aceña, operário de fábrica de cerveja e professor do instituto *La Vibora* (*O Libertário,* jun-jul/1963).

O Décimo Encontro Libertário, realizado em São Paulo, em 15, 16 e 17 de novembro de 1963, aprovou uma moção em que se assegurava terem os libertários participado, de forma ativa, em todas as fases da luta "contra a ditadura batistiana", não havendo, então, justificativas para as perseguições ao movimento libertário, praticadas pela "ditadura que se apossou do governo do país e está desvirtuando as finalidades da revolução". O documento alertava ao cerceamento do direito de opinião dos libertários e demarcava o posicionamento dos anarquistas. Sua oposição não podia ser confundida com a ação dos capitalistas e reacionários, inimigos da revolução. Opunham-se ao novo regime ditatorial estabelecido, que cerceava a liberdade, "sacrificando o povo que deveria libertar":

> A imprensa anarquista de Cuba foi suprimida. Todas as organizações libertária foram fechadas, e o que é mais odioso, os militantes anarquistas estão sendo alvo de toda a sorte de perseguições. Grande é o número de militantes anarquistas que tiveram que sair de Cuba, em virtude dessa reação atentatória às finalidades da revolução libertadora. [...]
> Os anarquistas estão com a revolução do povo cubano e, justamente por isso, não podem concordar com os ditadores que estão desvirtuando as finalidades pelas quais a revolução foi feita.
> Os anarquistas continuam a defender a revolução cubana, pela qual pugnaram com o fim de libertar o povo da ditadura sanguinária que os sacrificava e estabelecer um regime de liberdade e bem estar para todos.
> Consequentemente, condenam o novo regime ditatorial estabelecido em Cuba, com o cerceamento de toda a liberdade, sacrificando o povo que deveria libertar.
> Essa atitude dos libertários combatendo a ditadura que sacrifica o povo cubano sob a égide de um princípio de justiça social, nada tem

> de comum com a ação dos capitalistas, que a repelem e denunciam como reacionária.
> Assim, os anarquistas reunidos no Encontro Libertário, realizado nos dias 15, 16 e 17 de novembro, denunciam a ditadura bolchevista dominante em Cuba como desvirtuadora das finalidades socialistas da revolução, denunciam a ação reacionária dos capitalistas que querem reestabelecer o seu regime de privilégios, e proclamam que continuam a defender a revolução cubana com sua finalidade libertadora, para que ela retome a sua marcha objetivando estabelecer o regime socialista libertário (*O Libertário*, jan/1964).

No âmbito local, *O Libertário* continuava a lida de porta-voz do movimento anarquista brasileiro. Na construção e reelaboração de memórias coletivas a partir das efemérides que tinham lugar certo em suas páginas, o jornal desempenhava seu papel na preservação da identidade libertária; na defesa do sindicalismo de ação direta, que tomava um tom cada vez mais memorialístico, continuava conclamando à intervenção concreta no movimento operário; na divulgação das atividades do Centro de Cultura Social, do Centro de Estudos José Oiticica e organizações libertárias de outros países, *O Libertário* concorria para a manutenção das relações entre os anarquistas e dava a conhecer as "soluções libertárias" para os problemas sociais.

Sua última edição cobria os meses de fevereiro/março de 1964. O golpe civil-militar que depôs o governo de João Goulart e a onda imediata de perseguições e prisões obrigou sua saída de cena. Somente um ano e meio depois circularia outro periódico libertário: o *Dealbar*.

1.7 *Palavra de aviso, de sonho e de esperança*

> Na vida, DEALBAR é a claridade após o negrume da luta. A luz depois das trevas. A realidade concreta vestida de esperanças. O sonho presente. A fé viva.
> Dealbar é a promessa alcançada, o prêmio obtido, a carreira a cumprir. Comunhão de ecos que não se apagam nunca. E conscientização de tôdas as crenças. É o endôsso que cada homem livre apõe nos títulos de liberdade, certo de que não será fraudado nunca. É o resgate de todas as dívidas, o penhor de tôdos os compromissos.
> DEALBAR é a palavra de aviso, contra as alienações e a teoria. É a cartilha da emancipação contra todas as ignorâncias. O roteiro para os vôos claros da manhã que se abre pura as consciências da vigilância.
> DEALBAR é brado e clarim, é credo e crença, afirmação e vitória. É alvo em que se cristalizam as nossas vigílias. É amanhã que remoça a virilidade do embate. É benção que fortalece os heróis. É clima de compreensão e arauto da coragem.

> DEALBAR é começo e é fim, é eternidade presente. É prova e ideal. É horizonte sem meridianos, sem fronteiras, sem ódios de raças, nem a rotina de pobres e ricos, nem o escapismo dos dogmas.
> DEALBAR é o dia certo, para o homem livre, é a crença num mundo melhor. DEALBAR é o compromisso de que cada um de nós saberá ser fiel à sua voz interior, e a todos os brados de apêlo nascidos nas noites de angústia e incompreensão.
> DEALBAR é a côr branca que desmancha os matizes de tôdas as desgraças humanas. A união dos homens de bôa vontade. O preâmbulo e o ponto final da confraternização universal *B. Guafer* (*Dealbar,* set/1965).

A linguagem lírica anunciava, em setembro de 1965, o início da circulação de *Dealbar*, jornal que seria uma continuação d'*O Libertário* e do qual herdou, inclusive, os recursos materiais já amealhados quando este teve suspensa a sua publicação. É plausível mesmo considerar, como sugeriu Rodrigues, que "houve uma troca de nome, na intenção de escapar, por algum tempo, aos olhos dos 'revolucionários' de 1º de abril de 1964" (RODRIGUES, 1993b, p. 267). Frente à exigência legal de um "diretor" do jornal, o nome do sapateiro Pedro Catallo foi novamente escolhido. A formalidade nada diz, entretanto, do processo coletivo e horizontal de produção do periódico, resultado da conjugação de esforços dos militantes, a maior parte deles anônimos, que animavam o Centro de Cultura Scoail de São Paulo.

A esse grupo, como um todo, cabia o jornal, que saiu inicialmente sem intervalo regular e ensaiou periodicidade mensal a partir do número 5, em junho de 1967, quando também abandonou o formato de tabloide e adotou o formato convencional. Em sua carta de intenções ("Os nossos propósitos"), afirmava que "Dealbar pretende ser um órgão de esclarecimento e orientação, no sentido de tornar efetivos e autênticos os inalienáveis direitos do homem, pois que a vida só se compreende e justifica quando é vivida com dignidade" (*Dealbar*, set/1965).

O *Dealbar* inovaria quanto à forma e ao conteúdo. Em certa medida, pode-se nele ver um precursor de mudanças que se tornariam comuns entre os jornais da imprensa dita alternativa de finais dos anos 1970. Se, com o aparecimento do *Inimigo do Rei*, em 1977, a estética da imprensa libertária parecia ter perdido os "ares de início do século", essa metamorfose iniciou-se com o *Dealbar.* Da diagramação das matérias e dos títulos de artigos, passando pelo uso largo de imagens, sobretudo em sua fase de tabloide, dava-lhe um aspecto "moderno" e o tornava mais atrativo. O formato menor permitia

que algumas imagens ocupassem o espaço de duas páginas, ganhando maior destaque. No temário, assuntos pouco usuais nos jornais libertários, e que ganhariam mais destaque a partir daqueles anos: antitabagismo, racismo, expressões artísticas, psicanálise, problemas habitacionais nas metrópoles e até análise sobre as novelas, que passavam a ocupar largo espaço nas programações televisivas.

No cabeçalho, por outro lado, como no próprio título, a alegoria do sol nascente traçava claras teias de continuidade com a tradição anarquista desde finais do oitocentos. Lembrara Litvak que a metáfora solar aparece em uma infinidade de composições libertárias, e sua presença não é fortuita, indicando sempre o otimismo ácrata, além do que graficamente amplia a carga empírica do desenho ou do título do jornal. O valor simbólico das alegorias e títulos, assim, “é reafirmada pelo astro solar no horizonte, estendendo seus raios pelo arco cósmico. Simboliza, obviamente, o porvir social, a aurora de um novo dia de redenção humana” (LITVAK, 2001, p. 208).

Tempos difíceis e sombrios os da ditadura. O periodismo libertário se empenhava em resistir, em erguer barricadas simbólicas no Centro de Cultura Social de São Paulo. Como fazer um jornal anarquista em tempos de censura e controle? Como difundir a autonomia das experiências vividas em comunas de fraternidade com a repressão no encalço? Estratégias no discurso, linguagem elíptica, enunciados de supressão são os modos de resistir por impresso. Não se podia falar abertamente no anarquismo (ou se evitava; o que dá no mesmo). E como praticar a denúncia e o combate à ditadura?

dealbar

ANO I SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1965 NÚMERO 1

OS NOSSOS PROPÓSITOS

Um punhado de homens voluntários e desinteressados, desses homens que sempre puseram um pouco de suas vidas a serviço das grandes causas sociais, porque sempre acreditaram no altruísmo e na bondade humana, compenetrados de que todos, indistintamente todos, têm a obrigação de assumir a sua parcela de responsabilidade na construção de um mundo melhor, resolveram publicar êste jornal.

Modesto em seu começo, porque tôda iniciativa sem lucros e desinteressada tropeça em seu início com a falta de recursos financeiros, Dealbar pretende ser um órgão de esclarecimento e orientação, no sentido de tornar efetivos e autênticos os inalienáveis direitos do homem, pois que a vida só se compreende e justifica quando é vivida com dignidade.

Sem ligação com partidos políticos ou seitas religiosas completamente livre e independente, animado de esperanças e otimismo nesta hora em que se impõem formulações nacionais. Dealbar se propõe levar o seu arrimo a tôdas as causas nobres que visem trabalhar no sentido de reaproximar os homens, despertando nêles o espírito de solidariedade, de amor e bondade, tão descurados na época presente.

De tôdas as categorias sociais surgem vontades e disposição para o diálogo cordial e amigo no intuito único de confraternizar, dando à sociabilidade sua verdadeira expressão. Nas mais diversas camadas notase a inquietação dos homens de boa vontade, redentos de justiça, desejosos de acertar.

Entre êles estamos nós também, e para tanto aceitamos a nossa cota de sacrifícios na árdua luta pela consolidação definitiva dos imprescindíveis direitos do homem.

Assim sendo, não temos a pretensão de trazer nada de novo com a publicação dêste pequeno jornal. Pascal, já o disse: "Nada é novo debaixo do sol". Traremos apenas o sincero desejo de contribuir para o estabelecimento, em seu intrínseco valor, da verdadeira e autêntica Democracia, conquista sublime e inestimável de tôdas as gerações anteriores. Lutaremos pela extinção da fome e da miséria, das guerras e de todos os flagelos que afligem e separam os homens e que se constituem em confrangedora vergonha para a humanidade.

Estes são os nossos propósitos.

DEALBAR: na expressão do apóstolo, "a noite vai alta, e o dia se aproxima".

Na vida, DEALBAR é a claridade após o negrume da luta. A luz depois das trevas. A realidade concreta vestida de esperanças. O sonho presente. A fé viva.

DEALBAR é a promessa alcançada, o prêmio obtido, a car-

(Continua na pág. 2)

DOIS DEMENTES POR HORA

Pedro Catallo

Cada dia e cada momento que passam, crescem e se alastram, em caráter alarmante, o descontentamento e a insegurança no seio da população. Os contínuos conflitos políticos internos e de além fronteiras, o tremendo e aviltante desequilíbrio econômico que abrange a grande maioria do povo, geram inquietações tão profundas e de conseqüências tão desastrosas que já atingiram a segurança da própria sanidade mental das pessoas. A confirmação eloqüente do que acabamos de dizer nos vem de uma estarrecedora declaração feita por um Vereador em uma das câmaras de São Paulo.

Foi o Vereador Nazir Miguel, consoante notícia que colhemos do Diário Popular do dia 22-5-1965, quem declarou, profundamente alarmado, que passam pelo serviço de pronto socorro de assistência aos psicopatas a impressionante cifra de dois doentes mentais por hora. Pasmado ante tão tétrica estatística, o Sr. Nazir Miguel repetia: "Vejam, senhores! Dois loucos por hora!" E disse ainda: "Não sei a quem devemos apelar, se ao Govêrno Federal, se ao Govêrno Estadual, se ao Govêrno Municipal".

Aqui está uma revelação pungente que devia sacudir as entranhas de quem tem culpa e romper o gêlo que envolve os cômodos raciocínios de gabinete. Quarenta e oito pessoas por dia, perdem o raciocínio na tremenda luta pelo pão de cada dia.

Não temos a mínima intenção de exagerar os males que afligem a população brasileira, provenientes de uma organização social que os próprios governantes reconhecem defeituosa. Mas, quando um mal começa a esparramar-se em proporções epidêmicas e êsse mal atinge precisamente o que o ser humano tem de mais vital em seu organismo, que é o cérebro, tudo quanto se possa dizer contra a desorganização vigente é sempre pouco e plenamente justificado.

Estamos acostumados a ler jornais comuns, relatórios médicos que testemunham o avan-

(Continua na pág. 2)

Ilustração 13 – Capa do primeiro número do *Dealbar* (São Paulo-SP), setembro de 1965.

No primeiro artigo do jornal, na linguagem contida que a censura obrigava, era discutida a crise da organização social, tida como causadora da "degenerescência mental" das populações das grandes cidades. Não obstante a censura e a permanente ameaça de repressão, o discurso chama a atenção para as "novas" patologias sociais decorrentes das mazelas sociais e da ditadura: insegurança, conflitos políticos internos e externos, desequilíbrio econômico, crimes...

> Cada dia e cada momento que passam, crescem e se alastram em caráter alarmante, o descontentamento e a insegurança no seio da população. Os contínuos conflitos políticos internos e de alem fronteiras, o tremendo e aviltante desequilíbrio econômico que abrange a grande maioria do povo, geram inquietações tão profundas e de conseqüências tão desastrosas que já atingiram a segurança da própria sanidade mental das pessoas (*Dealbar*, set/1965).

Era a crítica libertária de volta ao debate público, tisnando a imagem do regime e desafinando o coro dos contentes arrimados na “paz” dos quartéis. N’outro artigo, frente à polarização da guerra fria, os libertários propalavam a necessidade de surgimento de um “terceiro esquema”, que se opusesse à tendência contemporânea de enquistarem-se os governos em regimes totalitários, formando blocos beligerantes que opunham “democracia” e “socialismo”. Era esse o mote das preocupações de Kopezky, que defendia:

> O novo esquema de equidade social precisa ser posto em face com as problemáticas do mundo moderno e dirigir-se aos jovens, a essa juventude materialista, deparada com o ódio, neurotizada pela Babel do século, existencialista pela visão da guerra, que aprendeu que só duas fórmulas existem: vermelho ou azul (*Dealbar*, set/65).

Waldyr de Andrade Kopezky era militante do Centro de Cultura Social de São Paulo, onde tomou parte como ator, autor e diretor de peças, no “Laboratório de Ensaios”, uma das principais realizações da militância libertária naqueles anos, ligada à experiência do teatro social, de larga trajetória nas práticas anarquistas. Sempre ligado ao campo das artes, Kopezky trabalhou no teatro e no cinema. Atuou também no hoje célebre Teatro de Arena de São Paulo, onde foi preso juntamente com vários artistas taxados subversivos, permanecendo vários dias detido nas dependências do DOI-CODI. Na década de 1980, escreveu roteiros e dirigiu filmes na Boca do Lixo paulistana. Entre as peças que escreveu e dirigiu no Laboratório de Ensaios do Centro de Cultura Social, estão *O Testemunho* (1966), *Os Guerreiros* (1967) e *Onde Anda a Liberdade?* (1967).

As abordagens sobre a arte ganharam notável espaço, prenunciando o florescimento de temas que seriam cada vez mais frequentes nas discussões dos movimentos contraculturais. O papel das manifestações artísticas numa perspectiva libertária é a tônica de artigos como “Arte & Vida”, do poeta, educador e crítico de arte inglês Herbert Read; ao passo que, num artigo assinado por Sérgio de Carvalho, remetendo à criação do jazz, este é considerado “linguagem viva que transcende as barreiras das nações, os preconceitos, os sectarismos, as ideologias [...]” (*Dealbar*, out-nov/1965).

Entre artigos contra o tabagismo e o alcoolismo, sobre as novelas na televisão ou acerca do folclore, encontravam-se aqueles em que o anticlericalismo típico dos libertários era manifestado de maneira ousada, como em "A Igreja: o melhor negócio do mundo", em que se discutia o poderio econômico da instituição, fruto de "atividades sem qualquer interesse coletivo mascaradas sob a hipócrita capa da caridade e da educação" (*Dealbar*, mar-abr/1966); ou a exemplar reprodução em artigo do discurso de "O Grande Ditador", de Charles Chaplin (*Dealbar*, jan/1967). Em pleno governo militar, *Dealbar* faz publicar reflexões antimilitaristas e pacifistas de Pedro Catallo, (*Dealbar*, jul/1967) ao passo que a história das lutas dos trabalhadores e seus lugares de memória surgiam num relato sobre as comemorações do dia 1º de maio no Teatro de Arena do Centro de Cultura Social (*Dealbar*, jun/1967).

Servindo também de porta-voz e divulgador das atividades do Centro de Cultura Social, *Dealbar* apresentaria, de forma entusiástica, uma das mais marcantes atividades do movimento libertário de São Paulo no período, a criação do Laboratório de Ensaios, tributário da longa tradição que ligava o movimento libertário à realização do "teatro social" como ferramenta de difusão dos ideais libertários.[44]

O teatro social, a publicação de jornais, livros e outros impressos, criação de bibliotecas, fundação de centros de estudos e ateneus, realização de conferências e cursos, excursões de propagandas e outros momentos que aliam o lúdico com a construção de sociabilidades livres, como piqueniques, festas campestres, bailes familiares, são da própria história das lutas operárias e da vivência prática dos ideais anarquistas. A representação de peças voltadas à discussão dos problemas sociais, por grupos de teatro amador

[44] Ver: VARGAS, Maria Thereza (org.) **Antologia do Teatro Anarquista.** São Paulo: Martins Fontes, 2009; RODRIGUES, Edgar. **O Anarquismo na Escola, no Teatro, na Poesia.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1992.a; VARGAS, Maria Thereza; LIMA, Mariangela. *Teatro Operário em São Paulo.* In: PRADO, Antonio Arnoni. (org.) **Libertários no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986; VARGAS, Maria Thereza (coord.) **Teatro Operário na cidade de São Paulo.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980; GARCIA, Silvana. **Teatro da Militância – A intenção do Popular no Engajamento Político.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990. FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem Pátria, Nem Patrão. (Memória operária, cultura e literatura no Brasil).** Terceira edição, revista e ampliada, São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

formados por trabalhadores militantes, caminhou ao lado de outras estratégias de difusão, sobretudo da imprensa operária e anarquista, que o divulgava e tecia apreciações após os “festivais”. Muitas vezes, “noitadas de propaganda”, reunindo peças, conferências, apresentação de corais e sorteios de prendas revertiam em benefício de organizações, campanhas internacionais de solidariedade, ou apoio a algum companheiro que enfrentava dificuldades. Muito comum era a realização dos festivais proletários reverterem em benefício dos jornais:

> A imprensa operária tem um papel importante no contexto da organização político-cultural dos anarquistas. Ela é responsável pelo registro dos eventos, divulgando as festas e conclamando os operários e, depois, fazendo as avaliações e as eventuais críticas. É também a principal destinatária das rendas levantadas nas noites de sábado, quando estas não visam o apoio a alguma causa importante (uma campanha internacional de solidariedade, o auxílio a algum companheiro em dificuldade ou levantamento de fundos para edificar alguma obra de vulto, como, por exemplo, a criação de escolas libertárias) (GARCIA, 1990, p. 90).

Os estudos sobre a experiência do teatro social, como a maior parte das investigações sobre elementos da cultura anarquista, centrou-se preferencialmente nas primeiras décadas do século XX. Muito do que se conhece da dramaturgia social dos libertários no período que vai de sua reorganização e ressurgimento público após o Estado Novo e o final dos anos 1960 se deve à pesquisa coordenada por Maria Thereza Vargas sobre o “teatro operário em são Paulo”. Vargas colheu depoimentos de militantes do Centro de Cultura Social de São Paulo, analisou peças representadas e inventariou os anúncios e crônicas da imprensa sobre o teatro social. Na reabertura do Centro, nos anos 1940, o núcleo permanente que sustentava as atividades de teatro social e de onde saía a maior parte do seu elenco provinha de dois grupos familiares aos quais muito se deve a reorganização das atividades do grêmio libertário: as famílias Valverde Dias e Cuberos (VARGAS, 1980, p. 54). Dentre autores e diretores do teatro social daqueles dias, emerge o nome de Pedro Catallo. Sapateiro, e fazedor de jornais, Vargas viu no diretor do *Dealbar* um exemplo de dramaturgo social, “tanto pela constância quanto pela qualidade das peças”: “São as peças de Catallo que permitem entrever o nascimento de uma dramaturgia operária brasileira, com fisionomia própria, amalgamando todas as influências recebidas dos teóricos europeus numa arte

própria" (VARGAS, 1980, p. 73). No relato dos militantes do Centro de Cultura Social, não é, entretanto, a qualidade das peças de Catallo o traço que mais vivamente inscreveu-se na memória, mas o compromisso com que aliava o trabalho manual e o trabalho intelectual:

> JAYME CUBEROS: O Pedro era sapateiro e trabalhava em casa. Pegava serviços finos. Ele era um artesão mesmo. Fazia um serviço de artesanato fino, de calçados... Então ele ficava em casa, quer dizer, que ele já ia meditando. Escrevia as peças nas horas vagas. Era um artesão mesmo. Trabalhava mas quando chegava a noite punha em prática as idéias dele.
> MARIA VALVERDE: Trabalhava naquele banquinho ali. Quantas vezes (eu vi) ele levantar do banquinho, sair correndo, se lembrava de um trecho, passava pro papel e voltava para trabalhar. Assim ele fazia para escrever peças. Quantas vezes ele fazia Isso! Trabalhando dessa maneira ele se tornou diretor de teatro. Não só escrevia peças como escrevia sonetos! Tem aí um caderno. Não queria morrer sem ver isto encadernado. Os manuscritos estão aí (VARGAS, 1980, p. 72).

Catallo foi inclusive premiado pela Federação de Teatro Amador de São Paulo. *Uma Mulher* Diferente (1945), peça de sua autoria que o grupo de teatro social do Centro de Cultura representaria naqueles anos, seria depois anunciada nas estantes de obras recomendadas da Editora Germinal.

Nos anos 1960, a criação do Laboratório de Ensaios no C.C.S. representou o reavivamento de uma tradição nos meios libertários. O teatro social já voltara a ser desenvolvido desde a reabertura do Centro, em 1945, mas então ganhava uma nova estrutura. Na apresentação do Laboratório, Kopezky expunha os objetivos da obra, sublinhando seu caráter autônomo e solidário e chamando atenção para o papel transformador da arte de intervenção social:

> O Laboratório foi criado para dirigir-se à juventude, para estimular os artistas jovens e tentar reuni-los. As nossas portas estão abertas para a juventude que tenha aspiração de liberdade, que tenha ânimo em buscá-la e consinta em dialogar. Era preciso que esta juventude soubesse que basta um pequeno ritual e uma pequena sala se torna em teatro, em galeria de exposição, em rincão de arte. Destes locais como o Laboratório, pequeno teatro, existem 400 em Buenos Aires, 80 em Paris, queremos vê-lo multiplicado em São Paulo. Para tanto esperamos que a juventude venha buscar o apôio. É a mais fundamental finalidade do Laboratório assistir a essa juventude, não substancialmente, não monetariamente, pois somos um grupo de homens de vida modesta, mas com planejamento, orientação e transmissão da experiência que ora adquirimos. Para merecer nosso apoio bastará que esses grupos se comprometam, uma vez

> instalados, prestar assistência a outro grupo, que por sua vez também se comprometa assim. A outra finalidade é a de, através do diálogo, consegiur uma linguagem na arte que atinja o público, de fazer com que a arte, sem deixar de ser arte, lute, também, cumprindo o seu papel de soldado nestes tempos... filhos do absurdo (KOPEZKY *In: Dealbar*, jan. 1967).

Driblando obstáculos que iam da escassez de recursos materiais ao olhar vigilante da censura, a montagem de peças de fundo contestatório ganhou adeptos e plateia. As recordações de Jaime Cubero, militante do Centro de Cultura Social, remetem ao caráter coletivo do Laboratório de Ensaios e ao êxito que a iniciativa logrou:

> Logo depois [do golpe civil-militar de 1964] nós criamos o que chamamos de 'Laboratório de Ensaios'. Havia a sede do Centro de Cultura Social, na Rua Rubino de Oliveira, no Brás. Nós tínhamos uma sala, mas construímos banheiros e um teatrinho de arena, em mutirão, pois havia pintores, marceneiros, pedreiros. Esse era o laboratório. Diariamente lotava, pois nós começamos a montar umas peças. Era um teatro de resistência

Ao exemplificar o teor das peças que ganhavam o palco do laboratório, nas quais o combate à ditadura fazia na dramaturgia a encenação da resistência, Cubero ressaltava a ousadia da empreitada:

> Um dos companheiros, o Valdir Copesque, escreveu uma peça chamada 'Os Generais'. Você sabe qual era o tema? Isso em plena redentora, só pra você ter uma idéia do trabalho do laboratório. O tema da peça era como transformar um general num ser humano. E não conseguia, é claro (CUBERO In: JEREMIAS et al., 2002, p. 133).[45]

[45] Esse relato encontra-se também em AVELINO, Nildo. **Anarquistas. Ética e antologia de existências.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2004.

Da esquerda para a direita, em cima: Luiz C. La False, Farias Magalhães, Waldyr Kopezky, Luiz Antônio Lopes. Em baixo: Luiz Coelho Neto, Cuberos Neto e Dinah Kruse, o elenco de «OS GUERREIROS».

Ilustração 14 – Laboratório de Ensaios nas páginas do *Dealbar* (São Paulo, SP), dezembro de 1967. Na legenda: "Da esquerda para a direita: Luiz C. La False, Farias Magalhães, Waldyr Kopezky, Luiz Antônio Lopes. Em baixo: Luiz Coelho Neto, Cuberos Neto e Dinah Kruse, o elenco de 'OS GUERREIROS'"

As atividades do Laboratório tinham espaço certo nas páginas de *Dealbar*, com relatos das encenações, como a peça "Onde Anda a Liberdade?"*,* realizada em conjunto com o grupo de teatro amador das "Folhas de São Paulo", apresentada em 2 de setembro de 1967, ou a já referida "Os Generais"*,* encenada em 27 de outubro do mesmo ano. Ganhavam também divulgação no jornal outras atividade do grupo, como a exposição de artes plásticas "Arte de Laboratório", que contou com obras de integrantes do grupo teatral além de convidados (*Dealbar*, jul/1967).

dealbar

A IDÉIA É COMO A GÔTA D'ÁGUA. PODE REFLETIR A IMENSIDADE.

Diretor: PEDRO CATALO

Redação e Administração
Rua Rubino de Oliveira, 85
Correspondência: Caixa Postal 5739
São Paulo

ANO I NÚMERO 5 SÃO PAULO, JUNHO DE 1967 PREÇO NCr$ 0,20

Ilustração 15 – Cabeçalho do jornal *Dealbar* (São Paulo-SP), junho de 1967.

A sintonia do jornal com os principais acontecimentos pelo mundo é visível pelo seu temário. Posicionamentos libertários e antimilitaristas em

relação à Guerra do Vietnam, a oposição aos rumos da Revolução Cubana e o florescimento dos movimentos contraculturais na Europa, como o Provos,[46] nascido na Holanda e espraiado para países vizinhos, ganharam destaque em suas páginas. No Brasil, ganha espaço no jornal, a crescente mobilização do movimento estudantil que alcançaria protagonismo durante o regime militar. Entre outras menções à organização dos setores estudantis, *Dealbar* divulgou manifesto do Movimento Libertário Estudantil (em outros momentos, aparece grafado Movimento Estudantil Libertário – MEL), em oposição ao acordo MEC-USAID.[47] No texto, de grande atualidade, os estudantes denunciam a natureza autoritária dos decretos e de seu caráter lesivo à sociedade brasileira. Avaliam que somente uma reforma educacional voltada às necessidades do povo, que garantisse total liberdade de pensamento e a participação dos estudantes em sua elaboração e desenvolvimento seria do interesse da população brasileira e manifestavam seu repúdio à "falsa reforma" proposta pelo governo, que, segundo concluiam, resultaria numa Universidade "desagregada, tecnológica e alienante":

> Os estudantes, diretamente interessados, não foram nem ouvidos nem cheirados sobre o assunto. Os estudantes conscientes não querem de nenhuma forma, que às suas costas seja atrelada a canga de uma filosofia totalitária, anti-humana e tecnológica. Cientes da reforma pseudo cultural que intentam implantar através de pressões econômicas, os universitários que constituem os futuros estratos que orientarão a sociedade, não admitem que se ignore a realidade de miséria e degradação de nosso povo, que ora é lugar comum.
> A reforma universitária, independente de esquemas e países, tem que apresentar quatro pontos básicos:
> 1. Criação de uma Universidade que atenda as necessidades mínimas do povo;
> 2. O ensino deverá ser gratuito, afim de possibilitar a ascendência do realmente mais capacitado e não de determinada classe social privilegiada;
> 3. Liberdade total de filosofia e cátedra, tanto para o aluno como para os professores;

[46] Nomeado a partir da abreviação de provocação (*provokatie*, em holandês) foi um movimento precursor da onda contracultural dos anos 1960 e 1970. Originado em Amsterdã, do encontro de Robert Jasper Grootveld, um militante antifumo, e os anarquistas Roel Van Duyn e Rob Stolk, o movimento realizava *happenings* para provocar reações ao conformismo da sociedade de consumo. Entre seus alvos, a monarquia, a polícia, os carros, a igreja e o consumismo. Ver: GUARNACCIA, Mateo. **Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001 (Coleção Baderna).

[47] Foram, na verdade, uma série de acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) celebrados durante os anos 1960, estabelecendo convênios de assistência técnica e apoio financeiro à educação brasileira, no contexto marcadamente tecnicista da teoria do capital humano. Tal apoio tinha, em realidade, o fito da adequação da educação brasileira aos desígnios da economia internacional.

> 4. Participação ativa dos estudantes através de acessorias aos postos administrativos. (...)
> Os burocratas, os militaristas, totalitários e tecnocratas que detém o poder em todas as partes do mundo, necessitam de seres robotizados patra seus desígnios de opressão e manutenção do 'status quo'. Sabendo que nos países subdesenvolvidos aos estudantes compete, em futuro próximo, a detenção de pontos chave na sociedade, nada melhor do que torná-los inertes, insensíveis, anti-humanos, indiferentes às misérias sociais e ao sofrimento. E isto facilmente será conseguido através de uma Universidade desagregada, tecnológica e alienante (*Dealbar*, dez/1967).

Também o combate ao racismo, tema cada vez mais em relevo a partir do movimento dos direitos civis estadunidense, é abordado pelo porta-voz libertário. No artigo "A luta contra a aberração racista", assinado com as iniciais A. L., enfoca as medidas do governo dos Estados Unidos para combater a segregação racial e a reação gerada no seio da "seita cavernícula" da Ku Klux Klan. Denuncia também a política oficial de segregação da África do Sul, "onde vigoram monstruosas regras de 'apartheid' em um país 'civilizado' governado pelos herdeiros dos bôeres" (*Dealbar*, set. 1965). Garantindo que o racismo contraditava o espírito da civilização, o articulista firmava o compromisso libertário de combate a todas as manifestações de discriminação e de injustiças:

> Não repetiremos o que já foi dito tantas vêzes sôbre a natureza psicótica dos que são possuídos pela obsessão racista. No nosso tempo de vôos espaciais, a xenofobia, a discriminação, a segregação segundo a côr da pele, são anacronismos bárbaros que não podemos, que não devemos tolerar. Em qualquer lugar e com qualquer denominação que se manifestem, constituem um fator de perturbação da convivência, e afetam direitos essenciais do ser humano (*Dealbar*, set. 1965).

À medida que avançava o ano de 1968, a linguagem abertamente anarquista se afirma aos poucos, modulada pelo acirramento da oposição à ditadura militar. Assim se pode compreender a reprodução de um artigo sob o título "Como somos vistos pelos estudiosos", aludindo às manifestações nitidamente libertárias em meio às agitações estudantis e populares que, ao mês de maio, sacudiram a cidade de Paris. O artigo, originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, fazia longa apreciação das ideias libertárias a partir do pensamento de Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, bem como destacando ideias e práticas anarquistas em acontecimentos como a

Revolução Russa, na Revolta de Kronstadt e na Revolução Espanhola (*Dealbar*, jun/1968).

Em meio aos obstáculos que marcam um tempo de ditadura, *Dealbar* prosseguia, chamando a atenção para suas convicções. Modesto no tamanho, acreditava na força do argumento impresso em favor da "sementeira" libertária. Comprendia que remava contra a corrente da avalanche de meios de comunicação de massa, pregadores de "péssimos exemplos e de frivolidades", e que relegava a difusão da cultura a lugar inexpressivo. Valendo-se da metáfora do David bíblico, confiava na vitória contra a desarmonia no "mecanismo social", que considerava a expressão da desordem:

> 'Dealbar' anseia por reviver a façanha de David contra o gigante Golias. Pequeno jornal, persevera em levar a privilegiados e a não privilegiados desconhecedores da realidade do mecanismo social, que não tenham a alma impermeável ao sentimento de humanidade, o insensato e desumano desse mesmo mecanismo social! Persevera indiferente a esse gigantesco "Robot" de jornais, revistas, rádio e televisões, mais instrumentos de propaganda comercial, de promoção de mediocridades de tôda a sorte, de propagação de péssimos exemplos e de frivolidades, do que de esclarecimento e de difusão de cultura (o que, às vêzes, atira para as caladas da noite), o qual persiste em defender esse mecanismo, em justificá-lo com tôda a sorte de embuste, abusando da ignorância, nesse setor do conhecimento, de doutos e indoutos.
> David venceu a Golias... E 'Dealbar'?! – 'Dealbar' é o nôvo David! A sua funda é a forte vontade dos que o mantém, e a sua pedra já desintegrada em fragmentos são as repulsões determinadas pelo antagonismo de interesses de indivíduos, de grupos, de classes, de Estados nesse mesmo mecanismo social desarmônico, que jamais conseguirá livrar-se de greves, desordens, levantes, golpes e guerras! [...]
> 'Dealbar' vencerá! Vencerá por seu espírito 'kibutziano', de fraternidade autêntica e universal, de autêntico e natural apoio-mútuo, que há-de impôr-se, porque o esfôrço de Golias é, na realidade, embora pretenda mistificar, a expressão da desordem, que acabaria por tudo devolver ao caos, e que os povos acabarão por evitar, impelidos pela angustiante ameaça de permanente insegurança, diluindo e absorvendo os governos, que ficarão apenas como grotescos fatos históricos de uma época de imaturidade social dos povos (*Dealbar*, out/1967).

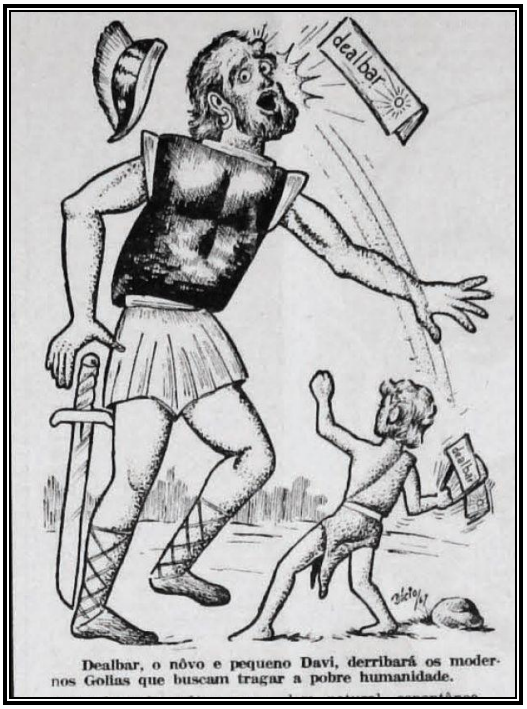


Ilustração 16 – “Dealbar, o novo e pequeno Davi, derribará os modernos Golias que buscam tragar a pobre humanidade.” *Dealbar* (São Paulo-SP), outubro de 1967.

Em dezembro de 1968, em “edição extra”, *Dealbar* seria portador de uma dolorosa notícia para os anarquistas brasileiros. Em 28 de setembro, falecera, aos 86 anos, Edgard Leuenroth, jornalista e militante cuja trajetória se funde ao próprio movimento libertário no país. De acordo com o grupo editor, o jornal deixara de circular em junho de 1968, em sua 16ª edição. Entretanto, o falecimento de Leuenroth impunha um derradeiro esforço para imprimir e distribuir um número especial em homenagem ao militante que, para muitos, era exemplo de dedicação ao anarquismo:

> [...] o acontecimento doloroso, uma perda irreparável para o nosso movimento, sacudiu violentamente o nosso íntimo e fez com que reunissemos energias, aglutinássemos forças, congregássemos vontades, para que ‘Dealbar’, numa edição extra, viesse prestar a derradeira homenagem ao homem que foi um paradigma e um exemplo edificante de retidão e coerência (*Dealbar*, dez/1968).

Nas páginas de *Dealbar,* Leuenroth publicara uma série de artigos que retomavam as preocupações de intervenção social dos libertários nos problemas da sociedade contemporânea, como fizera n’*O Libertário* com o conjunto de escritos sobre as “reformas que se impunham à sociedade brasileira”.

Em “O Solidarismo na Vida Social Brasileira”, Leuenroth oferecia provisões práticas a uma organização social baseada na solidariedade e na ajuda mútua, e, após caracterizar a vida na sociedade de então como um “automatismo despersonalisador” sinalizava para o natural “entrosamento” de todas as atividades sociais, à margem do Estado, resistindo aos entraves de sua burocracia.

Apontava para as possibilidades de integração e cooperação nas atividades humanas em diversos setores, como no campo das lutas profissionais, no campo das artes, letras e ciência; nas atividades recreativas e esportivas, na esfera dos serviços públicos, entre outros. No entrelaçamento de todas as atividades, em que, inclusive, destacava-se a defesa do Esperanto enquanto ferramenta de integração dos povos, caberia ao cooperativismo o papel fundamental no entrosamento das atividades em uma “sociedade federalista libertária” em que as relações humanas resultassem “libertadas da preocupação com o lucro comercialista, dos formalismos burocráticos, bem como – especialmente – do controle de uma entidade estranha às suas atividades como é o Estado [...]”. Acreditando na integração racional dessas atividades, calcadas no princípio da autonomia, concluia que

> [...] o cooperativismo poderá estar destinado a exercer uma função de real importância num convívio social Federalista Libertário, principalmente no setor do consumo, ou melhor, na distribuição do intercâmbio das utilidades, dispensando a atividade hoje exercida na base do lucro pela organização comercial do capitalismo (*Dealbar*, fev/1968).

Coerente na propagação das ideias e práticas que defendera por toda a sua vida, Edgard Leuenroth tratava, poucos meses antes de sua morte, de apontar caminhos de vivência prática do ideal ácrata. Acreditava Leuenroth, como o compreendera Rudolf Rocker, que o anarquista se fazia não pela crença num futuro milênio, em que condições perfeitas não mais exigissem melhorias, mas pela convicção “num processo constante de aperfeiçoamento, que nunca terminará, e que só poderá prosperar sob possibilidades de vida social as mais livres imagináveis” (*Ação Direta*, mai/1959).

Dealbar dedicou a Edgard Leuenroth todo o seu derradeiro número.

dealbar

A IDÉIA É COMO A GÔTA D'ÁGUA. PODE REFLETIR A IMENSIDADE.

Diretor: PEDRO CATALLO

Redação e Administração
Rua Rubino de Oliveira, 85
Correspondência: Caixa Postal 5739
São Paulo

ANO II NÚMERO 17 SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1968 PREÇO NCr$ 0,20

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE UM HOMEM EXTRAORDINÁRIO

É muito difícil para nós traçarmos o perfil biográfico de Edgard Leuenroth, porque, de certa forma, êle mesmo relutara contra isso e, porque também, a sua vida cronológica e dinâmica está inteiramente diluída nos acontecimentos sociais que durante sua tumultuada existência participou ativamente. Indagado certa vez por que não escrevia as suas Memórias, assim respondeu:

— «Não é a primeira vez que me fazem a pergunta por que não escrevo minhas Memórias. E a minha resposta tem sido sempre a mesma: que a evidência de minha pessoa tem sido consequente de circunstâncias inteiramente alheias à minha vontade, com a ausência absoluta de qualquer propósito meu nesse sentido. O que importa é o movimento ideológico a que me entreguei desde a minha mocidade e no geral a minha pessoa se perde na multidão de seus combatentes.

Uma das últimas fotos de Edgard Leuenroth

Finalizando disse:

— «Quero aproveitar para consignar certa dúvida sôbre a possibilidade de uma biografia e, principalmente, autobiografia e, em que alguém apareça de corpo inteiro, envolvendo, com plenitude, todos os episódios de sua vida.

Há fatos que nem sempre podem ter uma explicação, abrigando aspecto moral de cuja divulgação, a ninguém beneficiando, causaria sofrimento. E, no entanto, muitos dêsses fatos ocuparam lugar de relevância na vida de uma pessoa. Haverá quem possa levar o seu rigor a tal ponto?»

Nascido em Mogi-Mirim, em 31 de outubro de 1881, era filho de mãe brasileira e de pai alemão. Embora de estirpe ilustre, nunca disso fez alarde. Por linha materna provinha da estirpe do Visconde do Rio Claro. Seu pai, Waldemar Eugênio Leuenroth, era um médico alemão que falecera quando o Edgard, tinha apenas três anos de idade. De Mogi-Mirim, sua família transferiu-se para esta capital fixando residência no bairro do Brás. Dêsse bairro guardava bizarras e alegres recordações que êle referia sempre com grande simpatia e a gargalhar imitava os gestos caraterísticos do gracioso dialeto napolitano. Nestes últimos anos de sua vida, Edgard foi muito visitado por amigos, estudantes e, em especial, por jornalistas ávidos por conhecer episódios da vida do longevo militante anarquista. Numa dessas entrevistas, instado a falar disse:

— «Não tive estudos regulares. Aprendi comigo. Sou autodidata. Tudo colhi na imensa universidade da vida... No início do curso primário, bem criança, tive de deixar a escola, para trabalhar. Foi para a Escola Modêlo parece-me que a primeira, em São Paulo, dessa natureza, na rua do Carmo, dirigida por uma inglêsa esguia e severa, Miss Brown. Embora tenha sido tão passageira essa minha vida escolar, deixando-me ela gratas recordações, pela convivência com atenciosos professorandos, que depois figuraram com destaque no campo do ensino. E também por alguns colegas, com a devida licença... que de lá partiram, depois do trânsito por cursos superiores, para altas escaladas na vida pública. Dentre êles, posso citar dois: o dr. Cirilo Junior, meu conhecido de meninice no bairro do Brás, e dr. Virgílio do Nascimento, com quem fui me encontrar, em períodos agitados de minha vida, em circunstâncias um tanto esquerdas quando êle ocupava o cargo de delegado da Ordem Política e Social.

SAÍDA DE MOGI-MIRIM

— «Saí de Mogi-Mirim muito criança, guardando uma lembrança nostálgica da carinhosa nobreza com que fui acolhido, com meus irmãos, naquela saudosa chácara lá do morro, que minha avó recebera de seu tio Visconde do Rio Claro. Vim, com minha mãe e irmãos, para o Brás, onde sempre vivi, lingando-se àquele popular e movimentado bairro salientes aspectos de minha vida, alguns deles de magoada recordação de uma meninice sem infância...»

PROFISSÕES ANTERIORES

«Ao deixar o curso escolar, em princípio, empreguei-me como menino de escritório, para limpeza, recados, etc., do corretor de títulos Leonidas Moreira, na rua do Comércio, hoje Alvares Penteado. Ali ouvi, pela primeira vez, discutir-se sôbre o socialismo, em consequência da presença de um homem que participou dos iniciais movimentos dessa ideologia em nosso meio. Estevão Estrêla era o seu nome. Baiano corpulento, evidenciando-se inteligente e

Continua na última pág.

Ergard Leuenroth e espôsa — 1929

Adeus que eu não disse

Edgard Leuenroth, amigo, companheiro e mestre de tantos longos anos, irmão de jornadas memoráveis, de arrojo e de aladas esperanças que juntos sentimos palpitar na ânsia de renovação Social;

Edgard Leuenroth, confidente fraternal em nossos ideais, conselheiro sereno e paternal nas horas inquietantes em que a luta libertária exigia de nossas vidas o risco das surpresas traiçoeiras;

Edgard Leuenroth, amigo honesto e leal de cada instante, alma sublime que soubeste sempre renunciar ao ódio sem nunca dobrar a tua vigorosa personalidade;

Edgard Leuenroth, meu grande e inesquecível amigo, que soubeste manter até o fim, impoluta e intangível, as idéias ácratas que adotaste no começo da sua vida;

Edgard Leuenroth, com a alma tranzida de dor venho me penitenciar do adeus que não te disse, da última vez que poderia falar olhando para aquele rosto que me foi tão familiar e que o tumulo guardaria para o repouso eterno, repouso merecido!

A sua perda me abalroou o ânimo. Apesar da minha aparente resistência, a violenta comoção sacudiu inteiramente as minhas limitadas energias e senti que o meu destroçado coração não suportaria aquela dolorosa despedida. Senti que não teria forças para depositar em seu túmulo, simples, singelo e puro como o foi você, como se fossem os cravos vermelhos que você pediu que plantassem em sua campa, as últimas palavras que eu diria a você.

Peço-lhe agora, Edgard Leuenroth, companheiro, amigo e mestre inolvidável, que me perdoe pelo adeus que não lhe disse...

Pedro Catallo

O BOI

S. PAULO — BRAZIL

Anno I — BRAZ, 12 de Setembro de 1897 — Num. 5

O BOI

Publicação Quinzenal

Propriedade de
CRUZ & LEUENROTH

Assignaturas

Capital (anno) . . . . . 3$000
Interior (») . . . . . 4$000

Redacção Rua D. Maria Damiliia n. 12.

A IMPRENSA

(Victor Hugo)

A imprensa é a voz do mundo. Onde ha luz está a providencia. Quem reprime o pensamento attenta contra o homem. Falar, escrever, imprimir e publicar... são circulos successivos á intelligencia activa: são essas as ondas sonoras do pensamento.

De todos os circulos, de todas essas esplendoras de espirito humano, o mais largo é a imprensa. O seu diametro é o proprio diametro da civilisação.

Onde a imprensa livre é interpelada, póde dizer-se que a nutrição do genero humano está interrompida.

A missão do nosso tempo é mudar os velhos fundamentos da sociedade, crear a verdadeira ordem e collocarem toda a parte a realidade no logar das ficções.

Nesta deslocação das bases sociaes, que é o trabalho collossal do seculo,— nada resiste á imprensa.

A imprensa é a força. Porque? Porque é a intelligencia. E o clarim vivo; toca a alvorada dos povos; annuncia em voz alta o reinado do direito; não conta com a noite social para no fim della saudar a aurora; advinhar o dia e advertir o mundo.

A imprensa... escrava! a reunião de palavras, impossivel!

Não, por mais que façam os despotas, são, nas ha escravidão para o espirito.

No seculo presente, sem liberdade da imprensa, não ha salvação. Sem a imprensa, noite profunda. A imprensa é o dedo indicador; é o auxiliar do patriota.

Qual é o espantalho do covarde e do traidor? — A imprensa.

Todas as iniquidades, todas as perseguições, todos os fanatismos denunciam, insultam e injuriam como podem.

A imprensa é a santa e immensa locomotiva do progresso... que leva a humanidade para a terra de Canaan, a terra futura onde não teremos em terra de nós senão irmãos e por cima o céu.

Que seja interpida essa locomotiva esgrada, o pensamento, a sciencia, a philosophia — a imprensa.

Sejam bem vindos todos os espiritos.

Este é "O Boi", em seu tamanho natural, com o qual Edgard iniciou em 1897, a sua carreira de jornalista.

MORREU COMO AS ÁRVORES: DE PÉ

Todos os nossos leitores e amigos sabem das razões porque «Dealbar» deixou de sair. Em nosso último número, 16, que corresponde ao mês de junho do corrente ano, deixamos bem claros os motivos que determinaram a sua paralização. Todavia, um acontecimento doloroso que encheu de luto os nossos corações, uma perda irreparável para o nosso movimento, sacudiu violentamente o nosso íntimo e fez com que reunissemos energias, aglutinássemos fôrças, congregássemos vontades, para que «Dealbar», numa edição extra, viesse prestar a derradeira homenagem ao homem que foi um paradigma e um exemplo edificante de retidão e coerência.

Na dia 28 de setembro, ao meio dia, falecia o nosso querido e venerado companheiro, jarnalista Edgard Leuenroth.

O Edgard, foi assim que sempre foi chamado e conhecido entre nós, o nosso Edgard, deixou de existir aos 87 anos de idade, com 70 anos de vida combativa, como homem de imprensa e como militante anarquistas ativo e atuante. Foi um dêsses homens que nascem predestinados para servir a uma causa nobre. Em nossos longos anos de intimo convivio, jamais o ouvimos falar de coisas fúteis, de coisas corriqueiras, de validades ou da sua eficiência profissional. Era o homem que não sabia odiar e era respeitado até pelos adversários. Desprezou oportunidades que podiam fazer dêle um homem de dinheiro, acomodado. Podia ser um grande político porque sobrava-lhe competência para isso, tribuno clássico, ardoroso e arrebatador, grande pesquisador social, fundiu êsse pendor com a profissão que êle tanto amava: era arquivista.

Era a dor humana que sempre o afligiu, a desigualdade social causava-lhe repulsa, e foi por isso que, de jovem, imberbe ainda, ao lado do grande poeta Ricardo Gonçalves, abraçou a filosofia anarquista. E a essa doutrina deu-se inteiramente, sem nunca lamentar-se dos aborrecimentos, das perseguições e dos seguidos encarceramentos que sofria. Nenhum dos acontecimentos históricos que sucederam durante a sua longa vida, arranharam sequer, as profundas convicções doutrinárias que o nosso Edgard, havia haurido nas imarcecíveis páginas de Bakunin, Proudhon, Reclús, Malatesta, Rocker e outros pensadores e mestres do anarquismo, o qual êle havia assimilado como a sua própria personalidade.

Este Homem, com maiúscula, cuja mente serena, coerente e imparcial era um continuo laboratório de análises sociais, não soube fazer outra coisa em sua prolongada vida, senão defender os oprimidos.

Sabíamos que o nosso Edgard, recebia sempre **Dealbar** com um largo sorriso paternal, e isso nos tranquilizava porque era a certeza do nosso derroteiro.

Quantas vezes recebemos dêle, como mestre que era na arte de fazer jornal, inúmeras e valiosas sugestões para melhorá-lo. Sempre e em tôdas partes sentíamos o calor amigo e paternal da experiência do homem afeito às lutas.

E, por isso tudo, porque soube ser o exemplo vivo do Homem de amanhã, do Homem que queremos viver dentro de nós, **Dealbar** deposita, com estas dolloridas páginas a êle dedicadas, sôbre a sua campa sem ostentação, simples, anarquista, proletário, os cravos vermelhos que êle pediu.

Edgard Leuenroth: um exemplo morto, mas que vive na memória de seus companheiros!

O Grupo Editor

Ilustração 17 – Homenagem a Edgard Leuenroth. *Dealbar* (São Paulo-SP), dezembro de 1968.

1.8 Um sopro libertário vem do Sul

Se, desde 1945, a imprensa libertária era publicada desde São Paulo e Rio de Janeiro, o movimento anarquista passaria a contar, a partir de 1967, com um periódico vindo do sul do país. Em outubro daquele ano, fruto da ação de um grupo de militantes libertários radicados em Porto Alegre, principiou a circulação d'*O Protesto*,[48] sob o dístico "Idéias, Críticas e Combate", com direção de Maria Pinto Fernández Rodriguez, redator José Carlos de Abreu e gerente Israel José da Costa. Entre outros, contou com a frequente colaboração de Rafael Fernández, Juan Puig Elias, Helios Puig, P. Gonzáles, Franz Valle, Niwton Luis e Manuel Fernández.

Considerando a atual conjuntura de "grave situação política-social e econômica, adicionada de uma falta de valores morais", em seu editorial "Nosso Propósito", declarava seu compromisso com os combates pela liberdade e contra os regimes autoritários e suas expressões, como o militarismo, o obscurantismo e a exploração do homem pelo homem:

> O PROTESTO no plano nacional vai preencher um ôco: colaborar com aqueles que desejam elevar 'a massa' a um conjunto de individualidades livres, isto é, lutará pela liberdade em todas as manifestações do desenvolvimento humano, buscando soluções do tipo social aos problemas econômicos, de acordo com os princípios do socialismo libertário
> No plano internacional manteremos a necessidade da solidariedade com aqueles que sofrem as consequências dos totalitarismos imperantes em todos os continentes. Colocaremo-nos contra todas as guerras, cujas consequências sofre somente o povo, que é levado a ela pelo egoísmo e egocentrismo de governantes e 'raposas', que das guerras fazem suas indústrias.
> O PROTESTO lutará contra tudo quanto represente obscurantismo, pois ele não faz outra coisa que colaborar na subjugação da vontade humana, impedindo seu livre desenvolvimento, e portanto, um atentado à liberdade.
> As páginas de O PROTESTO protegerão tudo quanto representa avanço ao progresso social do povo, e encontrarão nelas um dique para quem a esse desenvolvimento se opor (*O Protesto*, out/1967).

A leitura d'*O Protesto*, nesta pesquisa, incorpora, em alguma medida, o vigoroso trabalho dos grupos de afinidade libertária em Porto Alegre, desde os fins do século XIX, como atestam os estudos e pesquisas de Silvia

[48] O jornal manteve periodicidade mensal regular, dele constando sete edições na coleção de periódicos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Petersen, Beatriz Loner, entre outros.[49] À primeira visada no periódico, são notáveis algumas peculiaridades em relação aos outros jornais anarquistas do período estudado. O número de páginas, variando de 12 a 6, sugere o esforço de seu grupo editor para dotá-lo de condições materiais e favorecer, assim, a propaganda.[50] O maior número de páginas parece possibilitar um equilíbrio maior entre os artigos de cunho doutrinário e aqueles de "combate", voltados para os problemas do dia-a-dia. À segunda página, a exemplo, geralmente, trazia crônicas relativas à cidade de Porto Alegre, alertava sobre problemas urbanos ou repercutia algum noticiário da imprensa local.

Ilustração 18 – Cabeçalho do jornal *O Protesto* (Porto Alegre-RS), em sua primeira versão. Outubro de 1967.

Ampliando a seara já aberta por *Dealbar, O Protesto* contava com página reservada à discussão de temas relativos à juventude e para o debate dos problemas estudantis na perspectiva libertária, o que constitui indicação sobre o público que o jornal almejava.

[49] Entre outros, ver: BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920).** Londrina: EDUEL, 2008; LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).** Pelotas: Editôra Universitária, 2001; MARÇAL, João Batista. **Os Anarquistas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Unidade, 1995; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Que a União Operária seja nossa Pátria.** História das Lutas dos operários gaúchos para construir suas organizaçãoes. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2001; ARAVANIS, Evangelia. "A utopia anarquista em Porto Alegre nos anos de 1906 e 1907: os anarquistas porto-alegrenses do A LUTA e a sua tentativa de mudar o rumo local da história." In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre/RS, v. XXII, n.2, 1996. p. 41–52.

[50] O jornal era composto e impresso nas oficinas da Gráfica Trevo, em Porto Alegre. Anote-se que o jornal *Dealbar*, a partir da décima edição, em sua nota de expediente, menciona a mesma gráfica como local de impressão, sugerindo a conjugação de esforços dos militantes paulista e gaúchos para imprimir suas folhas.

A par do aumento da mobilização dos estudantes ao final dos anos 1960, o jornal discutiu os rumos das organizações estudantis, repercutiu o fechamento da União Nacional dos Estudantes, e conclamou à participação dos estudantes libertários no certame que ocorreria em São Paulo, no final daquele ano. Tal encontro realizou-se nos dias 30 e 31 de dezembro e 1º de janeiro e em seu quinto número, *O Protesto*, que juntamente com o *Dealbar* foram representados, o noticiou e publicou as resoluções, entre as quais constavam a criação de um comitê coordenador dos estudantes libertários, a participação ativa nas manifestações que visassem aos interesses da "classe", expressar solidariedade aos movimentos que dignificassem os sindicatos operários e influenciar junto aos estudantes para que as resoluções tomadas em seu nome fossem realmente representativas e não fruto de "conchavos de cúpulas". Por fim, declaravam apoio à União Nacional dos Estudantes, desde que se pautasse independente de todos os "interesses político-demagógicos e religiosos" (*O Protesto*, fev-mar/1968).

O movimento estudantil foi uma das mais destacadas forças de oposição à ditadura militar. No segundo semestre de 1966, após conflito entre estudantes e as forças policiais em Belo Horizonte, desencadearam-se manifestações públicas em várias cidades que culminaram com a invasão policial da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, marcada pela brutalidade contra os estudantes. A partir de então, luta contra a violência do regime tornou-se uma das principais motivações do movimento estudantil (MARTINS FILHO, 2007). Em março de 1968, um acontecimento serviria de galvanizador do sentimento de revolta contra a ditadura, o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto pela polícia durante um protesto estudantil no restaurante Calabouço, frequentado por universitários e secundaristas. O evento representou um "ponto de viragem" da opinião pública em relação ao regime, como anotou Martins Filho:

> Foi a gota d'água. Todos os setores da sociedade carioca que vinham acumulando motivos para se opor ao regime militar – jornalistas, parte do clero, líderes sindicais, artistas e intelectuais – se juntaram nas ruas para protestar contra a violência da ditadura, no velório e no enterro do jovem secundarista. Seguiram-se manifestações em todas as capitais e centros universitários do país (MARTINS FILHO, 2007, p. 195).

Na edição de abril de 1968, *O Protesto* estampava em sua capa foto do estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado durante manifestação estudantil no Rio de Janeiro, sob a manchete “PMs Matam Estudante”, e engrossava o coro de oposição à ditadura militar, nos termos fortes que exigia o momento:

> Foi Edson Luis de Lima Souto, quase um menino, na razão de seus 18 anos, lutando por melhor alimentação, morreu: foi assassinado pelo governo. [...] Morte, revolta. Assassinato, protesto. Protesto, distúrbios, faixas, lemas, bandeiras, dizeres: ‘Aqui o corpo de um estudante morto pela ditadura. “Eis a democracia podre”. Estudantes pedindo justiça pela morte de um colega. [...] A cavalaria mobilizada, animais trotando e animais cavalgando de cassetetes em punho. Providências do governo pelos distúrbios por ele mesmo causados, e tanques nas ruas (*O Protesto*, abr/1968).

Essa era a tônica do jornal face à truculência do regime. Quanto à agenda da luta proletária, *O Protesto* não se limitava às habituais defesas do sindicalismo revolucionário, mas posicionava-se criticamente frente a temas que tocavam ao cotidiano dos trabalhadores, como o arrocho salarial, o salário mínimo (*O Protesto*, jan/1968) e em relação às realizações dos sindicatos que “desvirtuavam” o seu papel original de “órgão de luta da classe operária e de defesa contra os abusos do capitalismo”.

Em sua quarta edição, assim enumerava os “vícios do sindicalismo brasileiro”: “a) atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho [...] b) afastamento das bases [...] c) não participação dos trabalhadores [...] d) não organização dos trabalhadores [...] e) a negociação como saída [...] f) a corrupção das direções sindicais [...]” (*O Protesto*, jan/1968). No mesmo número, saudava o surgimento do Movimento Sindical Bancário – Participação Ativa, de São Paulo, que combatia a “estrutura sindical REMANESCENTE DO ESTADO NOVO”.

Acerca do panorama internacional, ofereceu sua perspectiva, em contrário aos governos e movimentos totalitários. A denúncia ao franquismo e ao salazarismo manteve espaço nas colunas do jornal, inclusive pela pena de exilados políticos espanhóis que viviam em Porto Alegre, caso de Manuel Fernández e Juan Puig Elias. Na coluna “De olho no Mundo”, a postura libertária frente à Guerra do Vietnam – “Detrás dessa guerra se movimentam as rivalidades militaristas e armamentistas do comunismo e do capitalismo.

Washington, Pequim e Moscou atuam nesse sistema de crimes, que até hoje veem alarmando o mundo" – as críticas ao imperialismo estadunidense – "Todas as ditaduras do mundo, salvo é claro, as de égide comunista, encontram escudo protetor nos governantes americanos" – e à Revolução Cultural chinesa – "O Index de Roma está ficando pequenino ao lado de Mao".

Ilustração 19 – Cabeçalho do jornal *O Protesto* (Porto Alegre-RS), em sua segunda versão. Abril de 1968.

"Maré Revolucionária Varre a França" era o grito entusiasmado em forma de manchete, face à imagem das bandeiras negras anarquistas no protesto popular e estudantil do maio francês. Repercutindo as declarações de Daniel Cohn-Bendit,[51] destaca o protagonismo revolucionário dos estudantes na construção da "revolução de maio" e da "posição antirevolucionária" das burocracias sindicais e do Partido Comunista. Parecia mesmo que, outra vez, os ventos da revolução ensaiavam a criação de comunas, desdobramento das reivindicações estudantis e que se extendiam

> [...] ao setor operário conseguindo uma repercussão revolucionária, contra a qual os burocratas comunistas, não só do P. C., mas da organização sindical C. G. T. se opõem. Êste ato terá uma repercussão saudável no campo do pensamento social e revolucionário, pois constituirá o passo mais marcante do declínio dos PCs (*O Protesto*, mai-jun/1968).

[51] Daniel Cohn-Bendit nasceu em Montauban, França, em 1945, filho de judeus alemães refugiados. Em 1968, então ligado ao anarquismo, foi um dos principais líderes das revoltas estudantis e proletárias que eclodiram a partir do mês de maio, espalhando-se em onda de protestos em vários países.

Merece destaque no jornal um espaço específico voltado ao livre-pensamento, traço característico da militância libertária. Nesse pormenor, num âmbito mais largo do que o do anticlericalismo, *O Protesto* punha em destaque escritos pautados na cultura racionalista, contrapondo-se ao peso dos dogmas e princípios religiosos. Há espaço para a obra de Francisco Ferrer Y Guardia, criador da Escola Moderna em Barcelona, experiência de educação libertária e racionalista; para a crítica da ligação da religião com governos totalitários e genocidas ao longo da história; ou à defesa do ateísmo. Era importante estimular a atividade dos livre-pensadores, conclamando-os a abandonar a postura comodista à custa da qual, consideravam, campeavam o preconceito religioso e a ignorância do povo. Encorajando-os a reunirem forças e formarem núcleos organizados para difundirem as concepções racionais e do livre-exame e, oferecendo-se como veículo de relações e propaganda, alertava à obrigação moral de publicizar e debater as opiniões:

> O ‘comodismo’ de deixar as coisas continuarem como elas estão, ademais de errado é covardia moral. Ninguém que se orgulhe pode considerar lógico manter as suas opiniões para si mesmo. É necessário arejá-las, contrastá-las com as de seus semelhantes. Isso só pode ser conseguido mediante a união com os de igual critério. Os livre-pensadores portoalegrenses, como os de cada localidade, devem crear um núcleo organizado (*O Protesto*, dez/1967).

A igualdade política será uma mentira enquanto não existir igualdade social e econômica. M. Bakunin

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

CARTEL

O protesto

idéias, crítica e combate

ANO I — NÚM. VII | MAIO-JUNHO - 1968 | PREÇO: NCR$ 0,20

Maré Revolucionária Varre a França

Violentas manifestações de estudantes, operários e professores irromperam por tôda a França.

A bandeira negra, simbolizando o anarquismo, flutua à entrada da Sorbonne, onde a ordem é a revolução. No início, êles eram apenas alguns estudantes radicais de Nanterre, ridicularizados pelo Partido Comunista e pelos outros grupos de esquerda. Hoje êles colocaram em dúvida a ação dos "comunistas" e ameaçam derrubar o govêrno.

A viva chama do ideal revolucionário volta a agitar as massas, ressurge assumindo proporções dantescas difíceis de caracterizar, é a consequência de vários anos de trabalho paciente e metódico, que hoje traz a tona uma vanguarda jovem e atuante cheia de vontades de transformações. Transformações na estrutura arcaica do Estado e da sociedade capitalista seu principal sustentáculo.

É a maior crise social e econômica enfrentada pelo govêrno do General de Gaulle desde a implantação da V República. Difícil torna-se prever fríamente o que irá acontecer. Renúncia de de-Gaulle? Queda da V República? Marcha para um tipo de Socialismo com liberdade? Ditadura da direita ou da esquerda? Tudo é imprevisível, como os próprios acontecimentos iniciais.

Mas podemos afirmar que na França, propriamente em Paris deu-se início a um processo revolucionário e não estará longe o dia em que o povo varrerá, com seu impulso indômito e libertário, o jugo das classes donas do poder e do Capital. Dando com isso um exemplo vivo para o resto do mundo.

As manifestações por tôdas as partes atestam que o mundo está convulsionando. Berlim, Varsóvia Madrid, Nova Yorque, Rio de Janeiro e agora Paris, são apenas o começo de algo maior e de caráter geral. O povo já está saturado das guerras patrocinadas pelos patrões da corrida armamentista e das injustiças sociais.

"Pode se enganar uma vez, duas vezes mas nunca tôdas vezes".

O estado de coisas na França não é apenas um simples movimento reivindicatório por melhores condições, como querem fazer ver certos peões sindicais. A tomada de fábricas e de escolas e criação de conselhos revolucionários autônomos negam esta disposição, assim como as autenticas guerrilhas urbanas que se desenvolveram.

As palavras do líder estudantil e anarquista Daniel Cohn Bendit, definem perfeitamente a situação: "Camaradas, a humanidade só será feliz quando o último capitalista for enforcado nas tripas do último burocrata Stalinista. Minha maior satisfação foi liderar uma passeata de 800 mil pessoas, em que os crápulas Stalinistas vieram a reboque. Quero a revolução na França e também em tôda Europa".

BANDEIRA NEGRA TREMULA NA CATEDRAL DE NOTRE DAME

Após passados os primeiros dias dos distúrbios, a cidade amanhecia coberta de bandeiras vermelhas e pretas. No duma das torres da famosa Catedral de Notre Dame, tremulava altiva e provocante uma bandeira negra.

A audácia dos anarquistas é um fato que cumpre ser ressaltado a parte, pela radicalização e pela objetividade demonstrada.

Os policiais, após árduos trabalhos, conseguiram remover a bandeira que decerto causou mal estar a muitos carolas e coroinhas. Mas permanecem em edifícios ocupados pelos manifestantes.

ORIGEM DA CELEUMA

Como sabemos uma revolta na Faculdade de Nanterre conduzida pelo líder estudantil Conh-Bendit mais conhecido como "DANI o vermelho", estendeu-se a Sorbone e a todos os centros da França. Posteriormente os movimentos operários foram levados de roldão, contando com a adesão e simpatia do povo.

A UNE Francesa foi fechada por determinação das autoridades, assim como as Faculdades de Nanterre e Sorbonne, fato sem precedentes nos seus 800 longos anos de vida. Agora o interior da França manifestou sua adesão ao movimento e os operários decretaram a greve geral, paralizando completamente a França.

A imprensa quase toda aderiu a greve, assim como outras empresas de domínio do estado, como a importante fábrica de automóveis Renault.

ADESÃO DA IMPRENSA E DA POLÍCIA

A adesão da totalidade da imprensa, radio e TV deixou a França sem comunicações com o resto do mundo, salvo os repórteres estrangeiros destacados para a cobertura das conversações sobre a paz no Vietnam, que regularmente emitem comunicados e boletins.

A policia surpreendetemente, em especial os jovens, reuniram-se em assembléia geral, publicando um comunicado, dizendo que êles compreendem perfeitamente os motivos que animam os trabalhadores em greve e lamentam que uma lei de 1948 lhes impeça de "participar" da mesma forma, no movimento reivindicatório atual. "O comunicado pede ainda ao poder público que não oponha sistemàticamente os policiais contra os trabalhadores, pois neste caso, poderiam considerar algumas de suas missões como graves casos de consciência". Finalmente, reafirmam seu respeito pelas instituições democráticas, porem advertem que "não servirão a um regime, seja qual for, que não as respeite".

OS PELEGOS DA CGT e PC

A atitude da direção sindical da CGT, de influência comunista, assim como da central católica mostraram claramente o quanto estão distanciadas da classe operária. Buscam, através de cartadas de cúpula, resolver os destinos do movimento. Emitiram um comunicado, que foi uma declaração da importância de seus princípios. No tal remunicado condenavam os estudantes pelo seu radicalismo, e no seu afam de colaborar com o govêrno, pediam a classe trabalhadora que se mantivesse afastada do movimento dos estudantes, e que iniciarem, dentro das fábricas, um estudo sôbre os melhoramentos a exigir, tais como abonos, horas extras, isto quer dizer, limitar-se a suas reivindicações específicas.

Os dirigentes da CGT, extensão do PC, optou pelas negociações com as autoridades e com os empresários. A atitude que poderia ser decisiva da CGT e do PC, quase congelaram o movimento. Mas os operários resistem as ordens e irmanam-se com os estudantes revoltados, não aceitando as dos contrarevolucionários. Os burocratas comunistas demonstraram claramente que sua intensão é de apenas apenas realizar escaladas no sentido da tomada do poder pelas cúpulas, alejando assim o povo das suas aspirações.

DANIEL CONH BENDIT, LIDER DOS ESTUDANTES E ANARQUISTAS

O jovem rebelde, filho de emigrantes alemães, admirador das idéias de Bakounin, um dos forjadores do anarquismo revolucionário, surpreendeu a todos, pelo seu radicalismo. Seu nome virou manchete, assim como as idéias que expressa. Por todo o Brasil, e o mundo, os jornais falam de suas idéias anarquistas e analizam, dos pés a cabeça, este jovem valente e estudioso que, de um dia para outro, virou manchete e conquistou simpatias. No Rio o' Jornal do Brasil' dedicou em sua edição de 21 de Maio, uma página inteira ao ideal anárquico que inspira à Daniel Conh nas suas ações, tal como noutras épocas inspirou revoluções de que os anarquistas participaram ativamente, tal como a revolução Russa, a de Ucrânia, esmagada por Trotski, e a da Espanha. Sem esquecer dos ideais nortearam a comuna, durante a "outra" revolução Francesa. Aqui mesmo no Brasil, os anarquistas, destacaram-se pela sua combatividade, mas tendo na frente; como ferózes inimigos, a reação mundial de um lado e de outro os patuários da ditadura do proletariado ou seja os bolcheviques. Foram sempre os libertários, os primeiros a cairem e a serem perseguidos. A criação dos soviets na Russia deve-se a participação dos anarquistas, em geral, mas o partido bolchevique tirou das mãos do proletariado sua única arma de luta pelos princípios da Ação Direta da base para cima, da autogestão. Contradizendo-se ou os entregando ao partido.

Nos dias de hoje seu "comunismo" está desmoralizado; não passa de conchavos de cúpulas onde os trabalhadores não tem vez. E dia a dia vão perdendo sua influência, a medida que as novas gerações vão-se revoltando até a libertação total do estado autoritário.

É A VERDADEIRA REVOLUÇÃO QUE SE REVOLUCIÃO

Que os últimos acontecimentos sirvam de lição, aos que ainda acreditam nos burocratas dos P.C.C. ou seja lá que espécie de burocracia.

Sem povo na direção não há revolução. Os partidos não possuem validade, pois não apresentam bases no povo. Bases onde sejam apenas instrumentos do povo e não dirigentes cupulistas.

Também serve de alerta ao capitalismo, pois o quanto antes o reformar o sistema menos sofrimentos ocorrerão.

P.H.

Ilustração 20 – Mobilizações estudantis e operárias na França em 1968. *O Protesto* (Porto Alegre/RS), maio-junho de 1968.

A necessidade de organicidade do movimento libertário, debate ao qual já se dedicara Moacir Caminha no *Remodelações*, teve lugar n'*O Protesto*. As ideias anarquistas, considerava seu grupo editor, forjadas na luta, em combate deveriam permanecer, não se deixando reduzir à postura meramente contemplativa ou ao diletantismo. Para tanto, em vista os obstáculos que se deveriam transpor, propunha o grupo editor a organização da União Socialista Libertária.

Reconhecendo não serem poucos os que preferiam entregar a terceiros a resolução dos problemas, resignando-se a uma postura de "autoanulação", clamava ao sentido de responsabilidade social dos indivíduos. Contra o despertar de "falsas ilusões com receitas salvadoras", a promoção de

“ações precipitadas ao gosto dos aventureiros e conspiradores” ou o engajamento em ambições de partidos políticos, assim definia a luta que se deveria travar:

> Trata-se, antes de mais nada, **de criar e fortalecer o estado de consciência** contra todo despotismo; de resistir à êste por enquanto e como fôr possivel, de fomentar e realizar obras que demonstrem os benefícios da cooperação, de abrir caminho para a expressão dos valores individuais e grupos que podem concretizar as melhores esperanças do povo. [...]
> Queremos reunir os que sentem-se identificados com as finalidades do socialismo libertário, já exposta, ainda que sumariamente, nas páginas dêste jornal. O caminho não será fácil nem rendoso. Não se trata de partido político nem ‘frente ampla’, é uma organização que contará com os que desejam um amanhã melhor para os destinos da humanidade (*O Protesto*, fev-mar/1968).

Novamente repousavam na formação, na “instrução que redime”, as esperanças de uma transformação social que, criando novos valores, permitiria aos indivíduos a construção de uma humanidade redimida, livre de despotismos. *O Protesto* reconhecia sua missão educativa, sabia-se escola dessa mentalidade renovada, bem como compreendia o papel da cultura na emancipação de mulheres e homens, acorde com a sentença de Élisee Reclus segundo a qual “O verdadeiro progresso é a conquista do pão e da instrução pelo homem” (*O Protesto*, dez/1967). A educação para a solidariedade não podia, pois, limitar-se às instituições de ensino, era obra cotidiana de múltiplos espaços, como afirmava Juan Puig Elias:

> A formação intelecutal e moral do ser humano, não é obra exclusiva dos centros docentes, nem a afam de saber e ser melhor, patrimônio de uma classe, sexo ou idade.
> Assim, vemos que nos mais diversos organismos de caráter popular, centros recreativos, excursionistas, corais, sociedades de socorros mútuos, sindicatos, cooperativas, etc., realiza-se uma obra de formação técnica e espiritual de seus filiados e não só aquelas atividades específicas a que se refere a denominação social da entidade.
> Graças a essas agrupações, infinidades de adolescentes e adultos, de um e outro sexo, que possuíam em potência altas qualidades e que por carência de recursos não teriam podido frequentar os centros docentes específicos (escolas), encontraram seus primeiros estímulos e meios para o cultivo total da sua personalidade. [...]
> É tão lamentável e pobre a vida – inclusive na opulência – dos que carecem da educação moral. Daqueles que não sabem os prazeres da solidariedade afetuosa. De sentirmos que somos – e não – eu em outro eu.
> Trabalho cultural é toda atividade que, cultivando o bom e o bonito, abre novos horizontes no mundo de nosso interior, ensinando-nos a

> sermos melhores para com os demais e... para com nós mesmos. (*O Protesto*, dez/1967)

O pedagogo Juan Puig Elias era catalão de Barcelona, onde se formou professor e fundou a Escola Natura, inspirada no modelo de educação racional da Escola Moderna de Francisco Ferrer. Sempre ligado à educação, participou ativamente da organização dos intelectuais e profissionais liberais na *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT). Durante a Revolução, tomou parte, como membro do Comitê de Cultura do Conselho Municipal de Barcelona, do Conselho da Escola Nova Unificada (CENU), criado para coordenar as realizações pedagógicas revolucionárias. Após a guerra, em Paris, integrou a Secretaria de Cultura e Propaganda da CNT no exílio, de onde, com outras famílias antifranquistas, emigrou para o Brasil em 1952 (RODRIGUES, 1997).

A educação de que fala Puig Elias, buscada em múltiplos espaços de convivialidade e que, em muito, suplanta a convencional instrução recebida nos bancos escolares, volta-se à busca de valores novos, modelares de homens e mulheres que recusam o lugar de reprodutores de relações de poder. É a "educação moral" que, ensinando o valor de "solidariedade afetuosa", faz os indivíduos melhores consigo e com outrem. Por outro lado, embora possa ser sorvida em lugares do associativismo dos trabalhadores, trata-se para o militante de uma educação espiritual, não restrita ao conhecimento que meramente aperfeiçoa o desenvolvimento do ofício particular ou "a que se refere a denominação social da entidade".

É um desejo de saber e "ser melhor" que guarda relação com o que anotou Luce Fabbri em suas memórias acerca do autodidatismo às primeiras décadas do século XX. Recordando o anseio de autoformação dos operários que, à noite, iam buscar livros, na Biblioteca Popular que seu pai animava na cidade de Bolonha, Luce percebia esse impulso, inscrito no ato de leitura como desejo:

> [...] esses operários que à noite iam buscar livros não buscavam aqueles que os capacitassem no ofício, não iam estudar contabilidade, máquina, datilografia, para ter um emprego que os liberasse de atividades manuais – isso era um fenômeno que se dava, porém distinto -; simplesmente queriam inteirar-se, saber, algo que não se dá muito nem mesmo nas universidades. Esse é o impulso que me interessa, um desejo, digamos, coletivo, de ascensão coletiva, como uma classe social que está em ascensão e quer

> capacitar-se não para deixar de ser, não para sair de sua condição, mas para valorizá-la. Uma coisa assim (FABBRI *Apud* RAGO, 2001, p. 219).

Na segunda metade dos anos 1960, pelas páginas d*'O Protesto*, Puig Elias defendia, então, essa educação moral e intelectual, que faz seres melhores, solidários, preocupados com o "cultivo total da personalidade". Saberes para os quais a tradição libertária soube engendrar meio de difusão em épocas e lugares variados.

§

Talvez em vista do amplo índice de temas que discutiu – indo desde a doutrinação libertária, passando pela defesa do sindicalismo revolucionário, até o posicionamento frente a manifestações da contracultura, como o surgimento dos beatniks e o movimento hippie – bem como do período em que circulou, entre 1967 e 1968, e do formato de suas páginas, *O Protesto* já foi classificado como exemplar da chamada "imprensa alternativa" (STRELOW, 2005).

Para o caso brasileiro, a caracterização da imprensa alternativa feita por Kucinsky – denominada igualmente, de acordo com a época, de "independente" ou "underground" – ressalta a oposição à ditadura militar como um de seus traços mais expressivos. A imprensa alternativa conjugaria, a um só tempo, projetos de transformação política da esquerda, jornalistas cujo desenvolvimento da atividade via-se cada vez mais precarizado pelo regime de exceção, sobretudo no âmbito da grande imprensa; e intelectuais, na busca de arejamento em relação ao ambiente acadêmico, igualmente afetado pelas diretrizes liberticidas do regime. Segundo o autor, é na "dupla oposição" ao regime militar e às limitações da atividade de intelectuais/jornalistas em tempos de ditadura que "se encontra nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos" (KUCINSKY, 1992, p. 183).

Entretanto, ainda que possua certas características usualmente compreendidas como marca desse segmento do periodismo, não consideramos *O Protesto* como exemplar da imprensa alternativa. Mais apropriado é ver o jornal anarquista como tributário, a um só tempo, da

experiência do periodismo libertário que, desde finais do século XIX, praticava-se no Brasil, mas igualmente aberto às inflexões de sua época, seja na variedade de temas, na feição material ou nas formas de intervenção social propostas.

Enquanto jornal anarquista, não era especificamente ao regime militar que se opunha, mas a quaisquer formas de governo que se constituissem em dominação sobre os indivíduos. Sua pauta e a natureza de seu conteúdo não gozavam de mais espaço na imprensa de períodos ditos democráticos do que nos regimes abertamente ditatoriais, não podendo sua publicação ser identificada com o fechamento dos canais convencionais à sua publicação.

Os jornais anarquistas que aqui abordamos se inserem na tradição libertária que os identifica como uma “necessidade permanente” do movimento, como assentou Edgard Leuenroth. Dispor de um instrumento de difusão impresso, seja um jornal, uma revista, ou outras formas de publicação, equivale, de certa maneira, a existir. Aos anarquistas, em quaisquer épocas, coube publicar seus jornais se desejavam divulgar os seus princípios e realizar sua propaganda. *Remodelações*, *Ação Direta*, *A Plebe*, *O Archote*, *Dealbar*, *O Libertário* e *O Protesto* cumprem essa função. Partilham uma cultura política em comum, constituindo expressão de autoconsciência dos libertários e são parte do esforço prático de intervenção social.

Vistos em perspectiva do tempo histórico, das exigências dos embates e dos limites de ação, os jornais libertários, desde 1945 e 1968, constituem também uma evidência da permanência da educação e autoformação no fazer-se da militância anarquista. Os jornais são lugar privilegiado para a realização do projeto pedagógico que tem na difusão do impresso e das práticas de leitura uma estratégia vital. O papel central que atribuem à cultura como mola mestra da emancipação humana, encontra uma dimensão prática na atividade dos grupos editores que publicaram os jornais libertários. Antes de mais, eles forjam vínculos e sociabilidades, fundamentais para o agrupamento dos militantes que se reconhecem num projeto comum. Concorreram, juntamente com outros espaços voltados à educação, como sindicatos, ligas, escolas, ateneus, centros de cultura e bibliotecas para fomentar os valores de autonomia, justiça, liberdade e solidariedade, centrais

em sua intervenção social. E se articulam em torno da palavra, em estratégias múltiplas, de difusão do livro e da leitura, como aprofundaremos adiante.

Capítulo II – *Leituras que recomendamos*: leitura, escrita e edição na imprensa libertária.

> Como o homem tem um potencial imenso voltado para a vontade de conhecer, isso tem que ser canalizado para procurar saber cada vez mais, sem limitações. Essa experiência de procurar o conhecimento eu vi em todos os militantes anarquistas, que não tinham freqüentado os bancos escolares. Liam seus livros e, sempre que saia um livro novo, liam, estavam sempre estudando e discutindo no Centro de Cultura.
>
> **Jaime Cubero**[52]

2.1 Leitura, autodidatismo e militância

A epígrafe em destaque é um entre dezenas de depoimentos que assinalam a experiência autodidata dos militantes libertários. Nela, Jaime Cubero rememorava passagens de sua militância no Centro de Cultura Social em São Paulo, afirmando *a experiência de procurar o conhecimento* como marca indelével no militante anarquista. A leitura tem centralidade na autoformação dos militantes libertários. Entre as variadas estratégias de difusão dos ideais, atravessando épocas e conjunturas diversas, repousou muitas vezes nos livros o estímulo para a busca de uma nova maneira de compreender o mundo ao redor, de questionar as organizações sociais vigentes e pugnar pela transformação baseada no compromisso ético do anarquismo.

Destacamos a experiência do livro e da leitura mediando o encontro com a experiência social do anarquismo. Muitos encontrariam (e não mais abandonariam) o anarquismo pela primeira vez na leitura de um “A Conquista do Pão”, de Piotr Kropotkin, ou em algum folheto que cruzara o Atlântico trazendo “Entre Camponeses” ou “No Café”, nos quais Errico Malatesta, em linguagem coloquial e explicação dialógica simples, concitava os trabalhadores

[52] Em entrevista cedida a Antonio José Romera Valverde, 1989.

aos princípios do socialismo libertário... Uma leitura, um livro, um autor podem figurar como estímulo inicial, os responsáveis diretos pela adesão às ideias ácratas; por desencadear, enfim, o “despertar” militante.

Herdeiros de um período do associativismo dos trabalhadores em que algumas das mais notáveis características foram a busca permanente de aperfeiçoamento intelectual, o aumento da instrução e a ampliação da fração de leitores entre as camadas populares (HOBSBAWM, 1988, p. 364), o fascínio exercido pelos livros portadores das “novas idéias” e as práticas de leituras por meio das quais seus conteúdos tornaram-se acessíveis lhes atravessam invariavelmente os relatos de memória. E isto se explica também em razão das experiências vividas na construção do ser militante. No âmbito da cultura associativa, o jornal e o livro são elementos de coesão, de vivência em coletivos, de formação de sensibilidades nos vários modos da solidariedade e do apoio mútuo.

Um dos mais belos relatos sobre o autodidatismo, o “desejo de saber” e a fascinação ante o descortinar de um novo mundo pela leitura, devemos à anarquista Maria Lacerda de Moura, que anotou, à maneira de prefácio, em seu livro *Renovação*, de 1919:

> A razão deste livro é simples, Estudei sozinha, Eu mesma me indicava os autores que devia ler. Conheci-os, uns através dos outros. E lia tudo: livros de filosofia, lógica, pedagogia, psicologia, moral... procurando interpretar [...]
> Páginas e páginas eu devorava avidamente. E minh’alma se extasiava ante tantas maravilhas e sentia turbamentos, arroubos indescritíveis. Quando julgava interpretar uma página ardente de Rousseau, um pensamento excelso de Platão, uma teoria de Spencer, quando sentia a filosofia de Guerra Junqueiro, o amor de Tolstoi ou de Kropotkin, a poesia de Goethe, – as lágrimas quase me banhavam o rosto, e prosseguia enlevada.
> Conheci a fascinação deslumbrada das primeiras leituras. [...] eu percorria as folhas da história e vivi mergulhada em todas as épocas. [...] Uma sede intensa de saber apoderou-se inteiramente de mim. [...] Compreendi a grande necessidade de educar o meu espírito, aprendi a ler, a armazenar os conhecimentos adquiridos, a arrostar com as dificuldades que apareciam a cada momento. [...] E tive pena das mulheres que não lêem. [...]
> Uma necessidade imperiosa de meu ser mandava que eu mostrasse à mulher patrícia que, aqui mesmo onde vivemos, há um mundo novo, desconhecido de nós mulheres, um mundo de felicidades estranhas, indefinidas, delicadas, – o mundo dos livros bons que nos ensinam a viver vida intensa, a ser útil, a derramar a flux – idéias novas, desejos de uma existência de trabalho profícuo, atraente (MOURA, 1919, p. 11–12).

Nas lembranças de Jaime Cubero, militante do Centro de Cultura Social de São Paulo, o “desejo de saber” implicava subtrair das poucas horas que o trabalho deixava ao descanso diário o tempo da leitura e discussão das obras que lhe formavam a consciência libertária. Uma ânsia de leitura e informação, que supera os obstáculos de natureza material na busca do conhecimento no qual se podem basear as transformações sociais:

> Quando eu tinha uns 15 anos, nós resolvemos (eu e meu cunhado) estudar anarquismo juntos, a fazer leituras comentadas. O irmão dele também era sapateiro e trabalhava na banquinha de sapateiro. Eu saía da fábrica e ia o mais rápido possível para casa, jantava e ia pra a casa dele. Tinha um quartinho onde ele trabalhava, no fundo do quintal, e ali nós ficávamos lendo. Lia um pouco, cada um comentando a leitura. Eu me lembro, aliás uma coisa que eu tenho citado em vários lugares, era o livro Manolín, edição de 1910. É a história de uma utopia realizada, de uma sociedade que camponeses formaram na Espanha. Havia muitos livros de propaganda na Espanha. Este livro justamente descreve uma comunidade anarquista e como eles vão resolvendo todos os problemas e aumentando a comunidade. Uma luta, uma prática direta das idéias, criava-se naquela época uma sociedade libertária. Praticamente, comecei a entrar no anarquismo por aí. O pai do meu cunhado tinha trazido da Espanha uma biblioteca. É uma coisa curiosa, no começo do século todos os militantes do movimento faziam sua pequena biblioteca em casa, tinham seus livros, colecionavam seus jornais, revistas (CUBERO In: JEREMIAS et al., 2002, p. 110–111).

O fragmento transcrito remete a questões atinentes à história social do livro e da leitura. Destaca o ambiente modesto do ofício, o “quartinho de fundo de quintal”, prestando-se ao encontro das primeiras leituras e experiências de ensino mútuo, pela leitura comentada. É necessário atentar ao esforço da leitura nessas condições da existência material; saídos de extensa jornada de trabalho, ia-se “o mais rápido o possível” em busca das leituras que informavam sobre o ideal libertário. Esse tipo de atitude exemplifica bem o processo de autoformação de muitos militantes, frequentemente dificultado pela necessidade de cedo integrar o mundo do trabalho.

Estudando o caso argentino, enfocando memórias de militantes libertários autodidatas até a década de 1940, Nicolás Quiroga identificou certas invocações comuns nesses relatos, em especial as carências econômicas (falta de tempo, de material de leitura apropriado, de iluminação, de espaço). Assim, a aprendizagem se torna, muitas vezes, uma missão, e a engenhosidade e a tenacidade ajudam a superar limitações. Quiroga a chamou “leitura bulímica”,

identificando-a a uma compulsão quase física, da voracidade de digerir leituras, como algo que passa da simples atividade de tempo livre a uma “profissão de fé”, uma prática iniciática, exacerbada tanto mais naqueles que lograram desempenhar algum papel de protagonismo político (QUIROGA, 2004). É à ligação a um programa e a uma práxis que se pode creditar a ênfase poética com que o anarquista platense Pascual Vuotto rememora suas leituras: “No primeiro dia de trabalho, às 12 horas, o chefe me mandou ir almoçar. Esse almoço consistiu em ler algumas páginas de um livro. Regressei trazendo, em vez de um palito de dentes na boca, um dardo no coração” (VUOTTO apud QUIROGA, 2004, p. 8).

Assim se passava com Jaime Cubero. Nas poucas horas livres do dia, o alimento da alma: os livros. Mas não somente a leitura; práticas específicas de potenciá-la e torná-la instrumento de sociabilidade: “Lia um pouco cada um comentando a leitura”. A compreensão das obras, das ideias que transmitia, era também coletiva. Na memória do autodidata, o lugar certo das primeiras leituras: a “leyenda popular Manolín”, novela socialista escrita por Estevan Beltrán Morales, como a porta de entrada para as reflexões sobre a questão social. O *Manolín*, note-se, chega-lhe às mãos por meio do diligente esforço de autoformação na constituição de bibliotecas militantes, com esforço organizadas e mantidas. O anarquismo entrava na pauta de leituras e discussões de Jaime, seu irmão Francisco e Liberto Lemos, nos livros que o pai deste último, o anticlerical José Lemos, trouxera na bagagem quando deixara a Espanha para buscar melhor sorte em terras brasileiras. A convicção na importância da instrução que redime fazia dos livros companheiros inseparáveis.

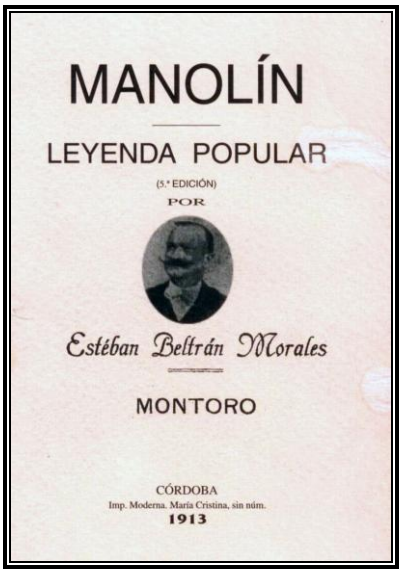


Ilustração 21 – *Manolín*, Córdoba, Imprensa Moderna, 5ª edição, 1913.

A invocação de Cubero ao papel da biblioteca compartilhada no despertar militante e no esforço de autoformação possibilita perceber certas práticas de leitura. Os acervos militantes encontravam-se em permanente movimentação. Entre os libertários dificilmente teria espaço a leitura individual, de acervos privados, com os livros retornando ao repouso das prateleiras depois de concluída a leitura. A aspiração maior da literatura libertária era lograr a mais larga circulação. Roger Chartier já lembrara que a posse privada do livro não dá a medida da potencialidade do acesso à leitura, uma vez que as práticas de leitura coletivas e participadas desempenham papel relevante na difusão do impresso:

> [...] a posse privada do livro não apenas é precariamente registrada por inventários incompletos e apressados, mas ainda não constitui o único acesso possível ao impresso, que pode ser consultado em biblioteca ou em um gabinete de leitura, alugado em uma livraria, emprestado de um amigo, decifrado em comum na rua ou em um ateliê, lido em voz alta em público ou em reunião (CHARTIER, 2001, p. 77).

A biblioteca, o gabinete de leituras, a redação de um jornal proporcionam o aprendizado coletivo, pela troca de experiências e de informações, pelo debate e discussão do que se lê, pelas indicações de novos autores, em vista do aprofundamento de determinado tema. “O acesso à cultura letrada”, afirma Deaecto, “consiste, muitas vezes, em práticas coletivas,

nas quais os meios de sociabilidade são determinantes para sua difusão" (DEAECTO, 2011, p. 35). É a esse movimento de aprendizagem coletiva que nos remetem as memórias de Luce Fabbri, relembrando a experiência de seu pai, o anarquista italiano Luigi Fabbri, como administrador de uma biblioteca pública na municipalidade de Bolonha. Fabbri, professor do ensino primário, fora encarregado de organizar e coordenar uma biblioteca noturna para operários, nos anos finais da década de 1910, "momento de grande fermento pela Revolução Russa", conta-nos Luce. A tônica do autodidatismo e do caráter coletivo do aprendizado sobressai:

> Todos os operários da localidade chegavam e pagavam livros, discutiam, falavam do que tinham lido, perguntavam a meu pai; alguns pediam conselho ao meu pai sobre as leituras... As conversas giravam muito em torno dos livros, "gostei", "não entendi nada"... Então, meu pai sugeria ler este que era mais fácil, fazia um pouco um trabalho de ensino. Quando havia interesse por um determinado tema, ele comprava mais livro, podia ser de sociologia e história, era o que mais interessava às pessoas. Outros queriam romances, ele indicava autores e depois discutiam quando devolviam os livros; às vezes, saíam discussões, intervinham outros, "eu gostei", "eu não", "por que gostou?" (FABBRI apud RAGO, 2001, p. 220)

Nos ateneus, sindicatos, círculos de estudos, grêmios e centros de cultura, o lugar da biblioteca era certo. Nesses ambientes, contribuíam para a formação política dos militantes, orientavam a formulação das ideias de propaganda e agitação e concorreram para a "elevação moral" dos trabalhadores. Além destas, as bibliotecas particulares eram, no mais das vezes, compartilhadas com amigos e companheiros de luta, permitindo enriquecer os acervos de determinados círculos de estudo, como destacou Menezes Tello em estudo a propósito dos lugares de educação, leitura e formação política dos intelectuais revolucionários do proletariado (MENEZES TELLO, 2009/2010, p. 58).

Durante os anos 1930, a biblioteca do Centro de Cultura Social de São Paulo confundia-se com o acervo particular formado por Edgard Leuenroth. Este, além de livros do próprio Edgard, era constituído por livros oriundos de outras coleções particulares, como a do socialista Antonio Piccarolo ou do anarquista Rodolpho Felippe, além de outros militantes. Livros anteriormente pertencentes à Biblioteca Social *A Inovadora*, que editou e difundiu a literatura libertária nos anos 1920; e à União dos Operários em

Fábricas de Tecidos também compunham a coleção, indicando o intercâmbio de livros entre militantes e associações (PARRA, 2014, p. 141).

Entretanto, se não é possível contar com uma biblioteca que ofereça amparo à busca de conhecimento que Cubero considerava um imperativo ético e moral dos militantes anarquistas, competia àqueles ciosos de aprofundar os conhecimentos sobre as "questões sociais" a busca de informação e leituras nas quais se pudesse divisar solução às "incongruências" da sociedade. Não raro essa descoberta poderia vir na surpresa de um achado, porta de entrada para o interminável caminho da instrução, como no relato entusiasmado de Raul Vital, a propósito de seu "encontro" com o anarquismo:

> Eis quando em 1946, em um 'cebo', em busca de livros mais baratos, deparei casualmente com um volume carcomido pelas traças, da autoria de Hamon, 'Socialismo e Anarquismo'. Peguei-o para satisfazer a minha curiosidade intelectual. Foi como se um raio de luz repentinamente iluminasse a minha alma às escuras! Senti o impacto de uma emoção idêntico ao garimpeiro que passa bôa parte da vida buscando um diamante. Compreendi, de relance, que a doutrina anarquista continha o ideal humano mais puro, mais elevado, mais digno e mais humano (*Ação Direta*, jun. 1958).

O encontro com a obra clássica de Agustin Hamon, publicada em 1910 em Lisboa pela *Livraria Internacional*, permitiu a Vital descortinar diante de seus olhos perspectivas novas de "ler o mundo", de interpretar a realidade a partir de premissas nas quais identificou "elevados ideais" e que, a partir de então, ganharam a sua adesão e entusiasmo como divulgador. A dimensão dessa descoberta podemos vislumbrar no potente simbolismo da metáfora "luz-sombra", que reapareceria, não por acaso, no ano seguinte, quando Vital punha a circular o jornal *O Archote*, escudado pela alegoria do facho de luz do ideal a dissipar as trevas da ignorância.

Sebos e livrarias, então, entram definitivamente no roteiro da cidade em busca de novos achados. A descoberta apenas começara e exigiria, a partir de então, incessante busca pelo conhecimento, driblando dificuldades que iam das falta de recursos materiais ao pouco volume de obras nas quais se pudesse divisar os princípios do anarquismo, muitas vezes censuradas e apreendidas durante os períodos ditatoriais:

> [...] Daí por diante, comecei a procurar obras sôbre o assunto. Perguntava, interessado, aos livreiros: – Que tem o Sr. aí sobre

> Anarquismo? Raro era o que dispunha de um ou de outro volume. Informavam-me, então, que estavam todas esgotadas. Circulavam lá uma ou outra escapadas às apreensões policiais, verificadas poucos anos antes, pelo governo ditatorial, para conter a onda arrasadora do pensamento revolucionário do país. E ninguém ousava imprimir, visto os grandes prejuízos sofridos pelas confiscações. Ademais, receavam perseguições e prisões.
> Raul Vital, *Reflexões de um Anarquista.* (*Ação Direta*, jun. 1958).

À carência de acesso às obras de teor libertário – esgotadas, perseguidas, censuradas, confiscadas – somava-se a necessidade de "ganhar a vida" – que cedo impedia a frequência nos bancos escolares – e os parcos recursos que impunham a busca pelos livros cujos preços não fossem proibitivos. Vários dos militantes autodidatas não tiveram escolaridade regular; o empenho pessoal e o compromisso militante explicam a procura do conhecimento.

A leitura, qualquer que fosse a sua natureza, já significava, por si, ruptura com o cotidiano do trabalhador e das camadas populares, pelo que representava de distanciamento não apenas dos hábitos da cultura oral, mas inclusive do que usualmente consideravam-se práticas de lazer, além de constituir um ato de superação em relação aos obstáculos que as condições de vida impunham. Foi assim que Daniel Roche viu a difusão da leitura entre as camadas populares parisienses durante o século XVIII, quando impressos e novos modos de leitura, passaram a fazer parte do cotidiano popular, por meio da profusão de jornais, cartazes, literatura popular, tabuletas de rua, manuais e almanaques:

> O povo parisiense muda, e sem dúvida a literatura tem o seu papel nessa mudança. Todavia, mais que o teor dos escritos que ele consegue ler (podem ser alienantes, podem ser libertadores), é a sua própria difusão que, acelerando-se, constitui um fermento de mudança. Primeiro porque comprar livros ou brochuras supõe, sem ser algo fora do comum, um gesto financeiro; depois porque ler exige um esforço físico, é uma conquista sobre as más condições de moradia, iluminação, promiscuidade, sobre a dificuldade de decifrar os caracteres mal impressos; é, enfim, uma ruptura com os hábitos orais e as práticas correntes de lazer. [...] (ROCHE, 2010, p. 298).

Mudar a vida, romper com a realidade de uma sociedade "radicalmente heterônoma", perseguindo o anseio de autonomia, como refere Muller, animou, desde muito, a luta dos trabalhadores pela instrução redentora. É luta permanente, que supera limitações e obstáculos para recusar, não

somente a miséria e as péssimas condições de trabalho, mas, sobretudo, o indiferentismo e a impotência em relação às forças de dominação da sociedade.

> Tornar isso possível é o sonho desses indivíduos que compõem o mundo do trabalho, e se inicia com o sequestro de horas de sono, de horas de descanso após um dia de um trabalho que não os estimula a pensar, em encontros com companheiros para ler, escrever, fundar jornais operários. [...] Noites subtraídas do descanso, principalmente noites de estudo e de embriaguez pelo saber do qual se apropriam, prolongamentos de jornadas de trabalho para ouvir instrutores do povo e que, antes de tudo, são noites em que se permitem aprender, sonhar, discutir, ler ou escrever. Pensar mais que tudo (MULLER, 2011, p. 48-49).

Repete-se o "recurso à instrução errante e duramente obtida", que E. P. Thompson encontrou investigando os caminhos pelos quais os trabalhadores compuseram um quadro "fundamentalmente político da organização da sociedade", desde finais do século XVIII (THOMPSON, 2002c, p. 304). O desejo de saber e a importância que os trabalhadores dão ao argumento impresso acompanha as horas de trabalho, às vezes determinando a escolha profissional – fundamentalmente política, diga-se – como no caso do militante anarquista Rafael Fernandez, de Porto Alegre: "Adotei essa profissão [amolador de facas] por duas razões fundamentais: primeiro porque me deixava livre, para sempre, da figura do patrão; segundo, porque me deixava mais tempo para ler" (FERNANDEZ apud MARÇAL, 1995, p. 62).

Fernandez nascera em León, na Espanha, e com a família, no início dos anos 1920, cruzara o Atlântico em busca do sonho de uma vida melhor na América. Pela fronteira argentina, chegou a Porto Alegre, onde se fixou. Trabalhou na mineração, na construção civil, foi vendedor de livros, antes de ganhar a vida como amolador de facas. Militante convicto, os impressos e a leitura marcam de forma indelével sua atuação. Distribuidor da imprensa libertária no sul do Brasil, atividade que o levaria à prisão algumas vezes, trazia nítida na mente a lembrança da oposição ao anarquismo, sobretudo por parte dos militantes comunistas: "Estes, quando viam vender *A Plebe* e *Ação Direta*, logo começavam a dizer aos fregueses da barbearia Martinez que os meus jornais estavam a serviço dos americanos" (RODRIGUES, 1998, p. 128).

Ler, instruir-se, adquirir o conhecimento que permitisse transformar a própria vida e a de todos. Fugir à ordem heterônoma da sociedade. Autoformar-se, cultivar o espírito, eis a “obrigação” do compromisso militante, rememorado por Cubero de seus primeiros contatos com velhos anarquistas. A escolha do caminho da militância política implica na “responsabilidade de saber”, na obtenção do conhecimento que pode pôr termo aos padecimentos da humanidade pela transformação social, tal qual era concebida pelo militante libertário:

> Desde o início, quando comecei a participar do movimento anarquista, entrei em contato com militantes que não tiveram nenhuma escolaridade regular, mas que demonstravam muito saber e conhecimento. Eu os admirava muito. Pensava que o conhecimento deles, a facilidade de falar, de escrever era uma coisa adquirida com muito empenho pessoal e obstinação. Como uma verdadeira obrigação e envolvimento com o conhecimento e a militância. Uma responsabilidade de saber, mesmo sem condições materiais, sem condições de cursar regularmente qualquer coisa. Sentia que aquelas pessoas tinham a obrigação, imposta por elas mesmas, de procurar se instruir, de procurar os livros, de questioná-los. Logo que entrei para o Centro de Cultura Social, com dezoito anos, fui percebendo o que se passava a minha volta e formei o conceito do que é ser militante anarquista. Se ele vai lutar no movimento pela mudança da sociedade, ele tem que estar preocupado com a sua formação intelectual (CUBERO apud VALVERDE, 2007, p. 402).

Ser um militante anarquista, compreendera Cubero observando a militância à sua volta, dizia respeito a abraçar a práxis política com o empenho necessário à superação dos obstáculos que se antepunham ao desejo de saber dos trabalhadores. A boa articulação da oratória ou da escrita nos militantes mais experimentados era vista como fruto da responsabilidade com que transformavam limitações em estímulo, na busca da formação intelectual que compreendiam imperiosa para a luta por transformação social. O radicalismo popular dos trabalhadores, já assentara Thompson, pode ser descrito em certo sentido como uma cultura intelectual. “A consciência articulada do autodidata”, afirmou, “era sobretudo uma consciência política” (THOMPSON, 2002c, p. 303).

Essa tarefa educativa, reafirmamos, é tributária da experiência de difusão do conhecimento e do autodidatismo ligado ao associativismo dos trabalhadores, nas primeiras décadas do século XX, quando se afirma a necessidade de uma educação transformadora do homem e da sociedade:

> A leitura dos clássicos do pensamento libertário, a formação de círculos de cultura, a organização de bibliotecas do pensamento social, as traduções, o rastreamento de estudos com vistas a organizar um pioneiro índice da história operária e dos movimentos sociais no Brasil, o apego à matéria das memórias exemplares, a disseminação dos ritos e símbolos da luta social [...] se constituem em estratégias no meio operário, como prática da educação libertária. Aqui entendida como aquela advinda das teorias educacionais e experiências educativas baseadas na liberdade, solidariedade e autogestão entre indivíduos e grupos, com vistas a sua autoformação e autonomia (GONÇALVES; BRUNO, 2002, p. 81).

Educação, para Jaime Cubero, pressupunha autoformação. O que "se aprende" sobrepõe o que meramente é transmitido; somente o que é livremente apreendido configura verdadeiramente educação:

> O melhor didata é o que incentiva o autodidatismo. Lamberto Borghi [...] diz: 'Para mim não há educação que não seja autoeducação. Educar significa sobretudo aprender. Para mim vale mais o aprender do que a transmissão de uma pessoa a outra, de uma instituição a uma pessoa'. [...] 'Não pode haver formação que não seja autoformação. Neste sentido, educação e liberdade coincidem' (CUBERO, 2014, p. 70).

Além de muitos militantes libertários terem sido autodidatas, residia em suas próprias concepções educativas a ideia do ensino enquanto transmissão livre do conhecimento, avessa a hierarquizações e reprodução de relações de autoridade. Como referiu Valverde, é essa concepção que informa a perspectiva educacional dos ateneus, centros e círculos de leitura:

> A par da maioria dos militantes anarquistas ser autodidata, subjaz na teoria educacional libertária o campo fértil para esta forma de aquisição do saber e da cultura, pois o autodidatismo é fruto, em grande parte, do **ensino mútuo** levado a termo nos centros de estudos operários, nos seus grêmio litero-políticos e nas suas associações de classe, em veladas e *meetings*. Com um direcionamento para o aspecto político-ideológico muito preciso: a emancipação política-intelectual do proletariado. Ao lutar pela redução da jornada de trabalho, invocava-se 'a necessidade vital de um mínimo de tempo para o operário poder ler, e deste modo ter acesso a uma condição humana mais digna' (VALVERDE, 1996, p. 212).

A própria existência do Centro de Cultura Social, onde Jaime Cubero aprendeu com os ensinamentos e exemplos dos mais velhos o "ser militante anarquista", deve-se a essa concepção de educação peculiar, negação em ato

da educação formal, com sua disciplina, divisão de saberes e discursos competentes. No Centro educa-se pela socialização do saber, numa cooperação que suplanta as distinções estabelecidas na relação professor-aluno. É dessa maneira que Maurício Tragtenberg relembra o "ensino mútuo" que tinha lugar no Centro de Cultura Social, que considerava uma de suas "universidades":

> O Centro se origina no começo do século, quando começaram os sindicatos livres e as federações operárias, porque eles eram fundados numa coisa que se chama ensino mútuo. Quer dizer, o ensino mútuo significava um negócio mais ou menos assim: você era especialista numa área e tinha um maior saber numa área, você passava esse saber ao outro. Você não tinha uma relação professor-aluno. Mas tinha isso sim, uma socialização de formação e de saber, em que o indivíduo que conhecesse mais do que você, por exemplo, na área de economia, que soubesse alguma coisa que você não teve tempo de aprender, ou que antes não te interessava, ele passava isso para ti, na maior. Quer dizer, o fundamental, era o clima de cooperação.
> Não tinha competição de ser o primeiro, saber mais. Porque o problema de status e prestígio não estava vinculado ao ensino mútuo, de jeito nenhum.
> Por exemplo, algumas coisas que eu aprendi sobre o movimento operário português e do anarquismo, devo a um lixeiro português. Ele freqüentava a Praça do Patriarca com aquele bonezinho azul e a roupa de trabalho. Ele ficava ouvindo os fulanos candidatos a defensores do povo falar. Eu ficava perto dele. Então, ele me dava as dicas. Através desse papo ele reconstituía para mim vários momentos da história do movimento operário português que eu não conhecia e, na época, não tinha nada para ler.
> No Centro de Cultura Social apareciam figuras assim. Um cidadão que era vidreiro de profissão e era um cara que tinha participação social no sindicato dos vidreiros, não tinha participação em partido, falava de todas essas coisas que hoje eu falo nos meus cursos na universidade: Marx, Oposição Operária na Rússia em 1921. Sobre isso ele falava de cor e salteado (TRAGTENBERG, 1999, p. 46-47).

A força dos relatos de militantes anarquistas com atuação no período em foco, atestando o lugar primordial da leitura na formação da cultura contestatória, encontra correspondentes em diferentes contextos sócio-históricos em vários países onde se fez perceber a influência de ideias e práticas libertárias. A admiração despertada em Jaime Cubero pelo "empenho pessoal e obstinação" dos velhos militantes do Centro de Cultura Social, seu conhecimento e a facilidade de falar, seu compromisso militante em suma, aproxima-se da que Rafael Quiroga, estudando o fenômeno do autodidatismo dos trabalhadores, encontra nas memórias de militantes libertários na

Argentina. Um destes, Cipriano Reyes, rememorou a admiração despertada por um intelectual operário:

> Eu o via com sua calça e blusa azul, traje limpo e diário de trabalhador pensante, mover-se e conversar com facilidade de palavra e expressão clara, despertando em mim uma afetuosa admiração que me levava a perguntar-me às vezes: Como podia saber tanto e tantas coisas, vestido com esse traje azul de cambrona, a camisa cinza, lenço branco no pescoço e alpargatas pretas?... Como podia saber tanto se tinha suas mãos duras de calos e trabalhava sem descanso? (REYES apud QUIROGA, 2004, p. 9).

O apreço à leitura, a necessidade de autoformação com vistas à intervenção social torna-se indissociável da personalidade do militante libertário, convencido de que a transformação da sociedade começa com a transformação de si. Lily Litvak assevera que nenhum outro movimento dedicou tanta ênfase no papel da cultura na luta pela emancipação. Para ela, os anarquistas consideraram as manifestações culturais como fundamentalmente sociais, constitutivos de uma causa e com um papel definido no trabalho revolucionário (LITVAK, 2001, p. 40–41).

Na retomada da propaganda pública do socialismo de extração libertária por meio dos jornais entre os anos 1940 e 1960, frente à necessidade de suprir a carência de literatura libertária em circulação, tais periódicos tornaram-se um lugar da difusão do livro e da leitura – publicando, resenhando, traduzindo, anunciando livros, propondo coleções, formando catálogos, tornando possível, enfim, a formação de uma cultura literária própria.

Embora as estratégias de difusão dos ideais libertários tenham engendrado diversas formas de realização, como a fundação de centros, ateneus e organizações culturais, onde se ofereciam cursos, palestras, conferências, encenavam-se peças de teatro social e atividades recreativas, a divulgação da literatura anarquista permaneceu uma tarefa de largo alcance histórico. Nela se apoia o recurso às “leituras comentadas”, destacadas no depoimento de Jaime Cubero, que teve destacado valor na formação das consciências contestatórias. O livro, como atesta Barrancos, afirma-se enquanto principal fonte doutrinária:

> É muito provável que nas ‘conversas familiares’ novos militantes e simpatizantes entrassem em contato com os organizadores locais, discorrendo sobre maneiras de colocar em prática determinadas

> idéias. A fonte doutrinária ‘de peso’ viria, contudo, dos livros, ainda que não se pudesse depreciar o papel das figuras diretoras e aglutinadoras que, no entanto, não poderiam estar presentes em todos os lugares (BARRANCOS, 1998, p. 153).

Era o livro que ia além. Que podia levar o ideal libertário aonde nem mesmo as usuais “excursões de propaganda” alcançavam. A contestação da ordem vigente, a proposição de caminhos de reconstrução social encontram nele a centelha. O despertar do espírito que concita à revolta. Darnton, a propósito das leituras sediciosas que inundavam a França pré-revolucionária, lembra-nos que não há estrada de mão única que, “em linha reta, leve da leitura à sedição”. Em verdade, escaparia aos limites do estudo da difusão do impresso um debate acerca do caminho que leva da leitura à eclosão de movimentos revolucionários. No entanto, é possível afirmar que os impressos, suas práticas e lugares de leitura, tem função de destaque, visto a “poderosa fermentação” que se pode perceber da leitura de muitos desses textos que fomentavam o inconformismo:

> A sedição se prepara, instila-se nos espíritos. Não podemos medir claramente seus efeitos na ação nem recuperar a arriscada alquimia que transmuta a sedição em Revolução, mas podemos seguir seus traços e sabemos com certeza que ela se comunica por um instrumento temível: o livro (DARNTON, 1997, p. 161).

A urgência que impunha a divulgação dos propósitos libertários exigia o amparo dessa “fonte doutrinária de peso”. Entretanto, raros eram os exemplares que se podiam encontrar nas estantes empoeiradas de um “sebo”, esquecido pelos “autos-de-fé” que, em tempos de repressão, punham os impressos na lista de vítimas preferenciais.

As vagas repressivas frequentemente destruíam as entidades culturais dos trabalhadores e impediam suas estratégias de difusão de propaganda. Somente ao zelo (como resistência) dos militantes, como anota o depoimento de Cubero, pode-se creditar a preservação de traços dessa atividade educacional, com que, hoje, ensaiamos recompor partes desse passado:

> Criou-se uma vasta rede de entidades culturais entre os trabalhadores, com suas bibliotecas, publicações, elencos teatrais, etc. Pouca coisa restou da sanha policial nos longos períodos de

> repressão, quando bibliotecas, periódicos, programas e documentos eram destruídos. Só o zelo e uma resistência, em surdina, possibilitou a alguns militantes salvar o suficiente para testemunhar a imensa obra desenvolvida (CUBERO apud VALVERDE, 2007, p. 403).

A difusão da palavra impressa por meio dos jornais, noticiando o dia-a-dia do movimento libertário, divulgando os princípios ácratas, conclamando à união e à luta, à criação de organizações específicas, publicando excertos das obras clássicas, muitas vezes traduzidas das folhas em intercâmbio internacional foi, aos poucos, ganhando aliados nas práticas editoriais dos anarquistas.

Nas editoras comerciais, era rara a publicação de literatura libertária. Caberia, então, ao próprio movimento libertário fazer circular suas obras, concorrendo para a difusão doutrinária e o esclarecimento sobre a "questão social". Impunha-se, como afirmava *A Plebe* em 1948, o esforço de todos e de cada um na divulgação urgente dos livros libertários. O jornal precisava de aliados nessa tarefa. O livro impunha-se como fonte doutrinária de destaque. Com a colaboração de todos os simpatizantes e militantes libertários, poder-se-ia, por uma atividade editorial própria, contrabalançar a carência de livros sobre o anarquismo. Era um projeto editorial em perspectiva que se vislumbrava, condicionado ao esforço conjunto de todos os *companheiros* para divulgar as ideias anarquistas por meio dos livros:

> Uma das necessidades mais prementes na atividade do movimento libertário é, evidentemente, a divulgação dos nossos ideais, para fazer frente ao ambiente de confusão e desorientação reinante.
> E para isto, a obra do jornal não basta. Serve êle para a crítica às mazelas da sociedade atual, para combater violências e explorações, para informar sobre o que se passa em nosso campo, para alvitrar, estimular e apoiar iniciativas, tudo isto feito através de doutrina. Mas a parte doutrinária exige o complemento do livro, indispensável para formar o critério libertário nas consciências despertadas para o estudo da questão social.
> Como as empresas editoras burguesas não se interessam pela divulgação de nossos livros, torna-se necessário nós mesmos agirmos nesse sentido. É o que estamos procurando fazer, na medida de nossos parcos recursos. Por iniciativa de elementos nossos já foram editados: 'As idéias absolutistas no socialismo', de Rodolfo Rocker, e 'O Anarquismo ao Alcance de Todos', de José Oiticica. Esses livros devem ter a maior divulgação possível por todo o país. Para isso contamos com a cooperação de todos os companheiros. Contando com essa cooperação decidida, estamos remetendo exemplares dessas obras a todos os companheiros que mantêm relação conosco, para que as divulguem entre os militantes, simpatizantes e estudiosos da questão social, assim também como

> nas livrarias, agências de jornais e revistas que vendem livros que existem nas localidades em que esses companheiros residam.
> É um trabalho necessário e urgente e estamos certos de que nenhum companheiro se negará a prestar o seu concurso no sentido de divulgação dos ideais através do livro (*A Plebe*, 21 de fevereiro de 1948).

2.2 Uma cartografia do livro libertário na imprensa anarquista

A difusão dos ideais libertários e o projeto de autoformação pela circulação do livro e da leitura teve uma destacada estratégia na publicação de obras segmentadas, em sucessivas edições. Nos jornais que abordamos, é clara a permanência do formato "folhetim", não como gênero literário, mas dentro de uma conotação particular que lhe marcou a utilização nos propósitos da propaganda anarquista por via da imprensa.[53] Por motivos diferentes e com conteúdo diverso daquele que marcou a sua origem francesa, sua popularização ao redor do mundo e a sua utilização nos veículos de imprensa no Brasil, desde finais do século XIX, os jornais anarquistas dos anos entre 1945 e 1968, permitiam aos leitores encontrar o *livro no jornal*.

Na França da primeira metade do oitocentos, o espaço do rodapé dos jornais, geralmente à primeira página, era reservado a um conteúdo variado, que ia desde as resenhas de espetáculos teatrais, passando por comentários cotidianos, até receitas culinárias e de beleza. Habitualmente denominado *feuilleton*, foi esse mesmo espaço o utilizado, a partir da década de 1830, por Émile Girardin, proprietário do jornal *La Presse*, com vistas ao aumento da circulação e dos lucros, para a publicação de narrativas parceladas (TINHORÃO, 1994).

O *romance-folhetim* não tardou a atravessar o Atlântico e granjear popularidade no Brasil, tanto na sua versão importada, com traduções dos escritores europeus, como no segmento nacional, em que autores brasileiros emprestavam ao gênero as cores locais. A estratégia de leitura do "continua no próximo número", alimentando a curiosidade e o interesse dos leitores,

[53] Quando nos referimos a "formato *folhetim*", não aludimos às características do gênero literário, seu conteúdo e forma de elaboração, mas unicamente à particularidade de sua publicação em forma de uma narrativa segmentada, parcelada em várias edições de um jornal. Para uma abordagem sobre os sentidos do folhetim, do romance-folhetim, dos autores publicados, das traduções e de sua recepção no Brasil, ver também: MENDES, Maria Lúcia Dias. "O Folhetim francês em terras brasileiras." In: OLIVEIRA, Paulo Motta. **Travessias. D. João VI e o Mundo Lusófono.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

aumentava a procura pelos jornais, possibilitando maiores tiragens e democratizando o preço das edições. É na seara da democratização da leitura que o folhetim jogou seu mais importante papel, contribuindo decisivamente para o incremento da franquia de leitores, com implicações no *modus facendi* da imprensa de então, bem como na atividade editorial de forma geral. No período anterior à Primeira Guerra "era impensável se publicar um jornal de alguma importância", afirma Mollier, "que tivesse se recusado a integrar essa rubrica em sua estrutura de base".

> O folhetim se beneficiou de tal aceitação por ter abalado os hábitos da imprensa e do comércio de livros. Reproduzível ao infinito, ou quase, o que não aconteceu com o romance vindo antes dele, o folhetim destruiu as estruturas das livrarias tradicionais, pulverizou os limites do antigo leitorado, fez recuar as fronteiras que separavam a população provida de livros do povo privado de material impresso. Capaz de adentrar em quase todos os lares, ele se tornou um elo entre as gerações de leitores, a base ou o centro de uma cultura comum e o ponto de partida de uniformização, ainda que relativa, das culturas nacionais até então extremamente separadas (MOLLIER, 2008, 95).

A ficção que se nutria das peripécias de heróis e anti-heróis, tramas de implicações cômicas ou aventurescas, ou exageros sentimentais não tardaram a tornar famosos no Brasil nomes como os de Eugène Sue e Alexandre Dumas, bem como a requerer dos literatos locais uma produção original em vernáculo.

Em "Folhetim: uma história", Marlyse Meyer atenta, entretanto, para o caráter plural do "romance-folhetim", passível de sofrer modificações de seu perfil de acordo com o contexto político-social em que é produzido. Na cronologia elaborada por Meyer, a primeira fase, entre 1836 e 1850, que teve em Dumas e Sue seus maiores nomes, era caracterizada por romances democráticos, em que os heróis justiceiros vingavam os humildes. No período entre 1851 e 1870, Ponson du Terrail ganha expressão, com as aventuras de seu anti-herói de múltiplas faces Rocambole. Numa terceira fase, que se estende às vésperas da Primeira Guerra, as tramas sobre mulheres-vítimas se afirmam, pela pena de Xavier de Montepin, entre outros. A produção folhetinesca no Brasil também conheceria adaptações de acordo com o panorama político-social que se atravessava, mantendo, entretanto, sua receita original. Dos jornais do século XIX e XX, o folhetim passaria às revistas, ao

rádio e chegando, nos dias atuais, ao formato das telenovelas, trazendo, em qualquer dos suportes, os velhos temas, para comoção do público e regozijo dos patrocinadores (MEYER, 1996, p. 387).

De maneira geral, contudo, o conteúdo da literatura folhetinesca atravessa o tempo, preservando características essenciais, sobretudo em relação aos enredos. Quando Hoggart encontra o folhetim entre as leituras das classes populares da Inglaterra de meados do século XX, sua descrição bem poderia aplicar-se aos exemplares do mesmo gênero publicados nas gazetas do início do mesmo século:

> As histórias compridas e os folhetins têm de conter acontecimentos surpreendentes, por exemplo, o rapaz afinal é muito rico, ou a rapariga ganha um concurso de beleza, se bem que estivesse convencida de que era insignificante de aspecto. Os folhetins têm absolutamente de ser 'dramáticos', e de um 'suspense' que se intensifica de semana para semana. Por essa razão, as histórias metem quase sempre assassínios e paixões incontroláveis (HOGGART, 1973, p. 150).

No Brasil, onde a crítica literária geralmente opôs o romance-folhetim à "literatura de qualidade", Meyer chama atenção à necessidade de se investigar as relações entre a produção literária nacional e os romances de importação, uma vez que boa parte dos autores brasileiros publicaram obras originalmente como folhetim desde finais do século XIX, seja simplesmente aderindo às implicações que a estrutura do gênero impelia às narrativas, seja caricaturando essas mesmas implicações, como forma de se opor ao que se considerava empobrecimento da literatura. Mollier já anotara que, malgrado o desprezo ao folhetim como "literatura de qualidade", seja de parte de contemporâneos, seja da academia no presente, foi o formato fecundo em produzir, ou ao menos estimular, os autores nacionais em vários países:

> Sua irradiação internacional imediata, sua faculdade de fazer surgir, senão de criar, literaturas nacionais, demonstram sua força mesmo que ele permaneça, ainda hoje, um gênero desdenhado, quando não desprezado, pelas instituições acadêmicas (MOLLIER, 2008, p. 96).

De uma ou outra maneira, as razões da literatura parcelada à maneira de folhetim, permaneciam as mesmas, como aponta Fanini:

> Os folhetins deveriam ser atraentes e cativar o público para manter ou aumentar a vendagem dos jornais. Nesse sentido, precisam se estender no tempo, prendendo a atenção da audiência. Isso se mantém, sobretudo, a partir do uso do suspense e da repetição de situações estereotipadas, que mantêm o interesse do leitor e promovem a identificação (FANINI, 2003, p. 18).

Registro bastante diverso é a publicação parcelada de obras na imprensa anarquista no Brasil pós-1945 como parte da estratégia de difusão da cultura libertária. Ao contrário do "romance-folhetim", cuja narrativa é estruturada em vista dos objetivos de sedução dos leitores, com seu ritmo entrecortado, inflacionado de elementos de suspense e surpresa, contrução maniqueísta dos personagens (e necessária a simplificação da realidade social) e muitas vezes adotando linguagem menos sofisticada para encontrar eco em parcelas maiores dos possíveis leitores; os jornais anarquistas publicam obras, inéditas ou clássicas, de autores ligados ao movimento libertário, não submetidas a uma lógica estrutural particular em sua escrita, nem limitadas a um gênero literário específico. São obras de ficção, relatos históricos, textos filosófico-políticos, de conhecimentos gerais, ensaios doutrinários, novelas.

Os objetivos de tais publicações também eram diferentes uma vez que, embora o aumento da tiragem fosse um anseio permanentemente acalentado pelos grupos editores, não era à geração de lucro que se voltavam os jornais libertários. Em verdade, como lembrava o grupo editor d'*A Plebe* em um de seus apelos por contribuições regulares, "nenhuma das pessoas que trabalham para o nosso jornal, quer na sua confecção intelectual, quer nos trabalhos de expedição e arquivo, percebe qualquer remuneração." E continuava:

> Fazemos esta referência, não tanto para os camaradas militantes, que sabem de que forma são feitos os nossos jornais, mas para os simpatizantes das idéias que não estão integrados com a nossa obra e que, portanto, não podem compreender que haja pessoas que trabalham de graça e façam sacrifícios para manter acesa a antorcha do ideal (*A Plebe*, dez/1950).

As razões da publicação segmentada no registro da imprensa libertária atendem a necessidade de propagar as ideias no espaço exíguo de jornais de modestíssima dimensão. Doutra parte, embora adotassem o recurso

da leitura “continuada”, que vislumbra a criação de uma identidade entre o veículo e o leitor, não eram publicados em diários, mas com até dois meses ou mais de intervalo.

Com tais particularidades, a narrativa publicada em formato de folhetim já era conhecida das estratégias de difusão da imprensa libertária desde o início do século XX. Em estudo sobre o folhetim na imprensa anarquista, Vera Maria Chalmers analisou a publicação de *O Trapeiro de Paris*, do escritor socialista francês Felix Pyat, participante da Comuna de Paris, no jornal libertário anticlerical *A Lanterna* (SP), em 1913. Numa nota explicativa, os editores diziam ser o romance um estudo do ambiente burguês e culminava com a epopeia da Comuna de Paris, em 1871 (CHALMERS In: PRADO (org.), 1986, p. 288). O mesmo jornal publicou o folhetim romântico *As Minas de Prata*, de José de Alencar, *O Jubileu* e *No Circo*, do libertário mineiro Avelino Fóscolo, entre outros. Das origens do formato, os usos feitos pelos libertários voltavam-se principalmente à denúncia das más condições de vida das classes trabalhadoras, da exploração e das injustiças sofridas. O interesse pela plebe, afirma Chalmers, era comum nessa forma de narrativa, desde seus primeiros tempos. Para o anarquismo no Brasil, a politização do folhetim, remetia também à conjugação entre escritores, editores, e trabalhadores:

> O anarquismo brasileiro utilizou o folhetim, como as demais formas de ficção, para construir seu pensamento sobre as classes populares e como meio para divulgar os temas da teoria social. A politização do folhetim foi fruto da cooperação de escritores, jornalistas e trabalhadores gráficos nas lutas sociais (CHALMERS In: PRADO (org.) 1986, p. 292).

Segundo Chalmers, o reaparecimento, na imprensa libertária de inícios do século XX, de uma formula literária “já quase morta” talvez se possa explicar pelo fato de que em momentos de descenso das lutas operárias, o folhetim tenha servido para cativar os leitores e manter a circulação do jornal anarquista e anticlerical (CHALMERS In: PRADO, 1986, p. 292). Cativar os leitores é, na verdade, pretensão de todos os jornais, de quaisquer extrações. Aparecimento dos textos parcelados na imprensa libertária dos anos 1940 a 1960, entretanto, parece-nos mais decorrência da necessidade de

aproveitamento de todos os espaços disponíveis para diminuir a escassez de literatura libertária em circulação.

Em 1º de maio de 1946, quando *Ação Direta* circulava em seu terceiro número, principiou-se a publicação de "A doutrina anarquista ao alcance de todos", de José Oiticica, diretor do jornal. Era a primeira versão de obra escrita em 1925, quando o autor se achava confinado no cárcere da Ilha das Flores, vitimado pela perseguição política a lideranças do movimento operário que se seguiu à repressão da revolta tenentista de 1924. A publicação parcelada estendeu-se por 32 edições do jornal, ocupando costumeiramente o rodapé da segunda página.

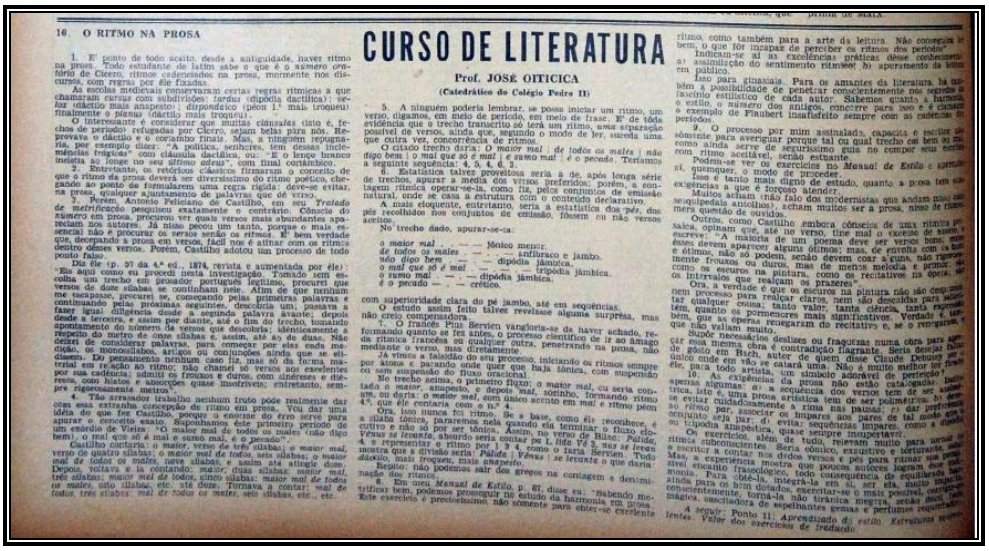
Foram as páginas do *Ação Direta* o primeiro suporte da obra de José Oiticica, que receberia, posteriormente, três edições no Brasil: a primeira em 1947, por obra do "movimento libertário" de São Paulo; uma segunda edição em 1963, pela *Cooperativa Editorial Mundo Livre* e uma última pela Econômica Editora, já em 1983.

No sentido inverso, outros livros tiveram sua origem em recolhas de artigos anteriormente publicados no jornal. Da coluna "Não apoiado pelo Dr. Satã", escrita pelo anarquista português Roberto das Neves, saíram os artigos reunidos no livro "O Diário do Dr. Satã" (*Ed. Germinal*, 1954); a série de artigos publicados por Pedro Ferreira da Silva sobre as relações cooperativistas converteram-se em livro intitulado "Cooperativas sem lucro" (*Ed. Germinal*, 1958) e "A fome em Portugal" (*Ed. Germinal*, 1958) condensou artigos de denúncia ao salazarismo publicados por Edgar Rodrigues.

Do fundador e diretor do jornal ainda seria publicado à maneira de fascículos o "Curso de Literatura",[54] entre 8 de outubro de 1948 e junho-julho de 1953. O grande espaço que demandou a sua publicação pode nos levar ao questionamento sobre as razões de seu aparecimento em um jornal voltado à propaganda anarquista. A recepção ao curso, anote-se, foi diversa, e o próprio órgão recebeu e tornou públicas impressões variadas dos leitores sobre sua utilidade, numa enquete que os convidava a posicionar-se de maneira ampla sobre a forma e o conteúdo do jornal.

[54] O curso ganhou a forma de livro em 1960, publicação da *Editora Germinal*.

Respondendo ao questionário, o anarquista Atilio Pessagno, de Campinas, julgava ser o curso “um tanto inacessível a uma boa parte dos leitores, incluso eu” (*Ação Direta*, mar.–abr./1951). Lysenko, militante do Distrito Federal, compreendia a iniciativa como interessante do ponto de vista da divulgação e aprimoramento da língua portuguesa, mas contraproducente em termos políticos, “indiferente para os operários e para o povo em geral” (*Ação Direta,* mai/1951). Já o anarquista Carlos Valesella, de Rio Grande (RS), manifestou-se de forma enfática: “Francamente, não acho de grande utilidade e mesmo oportuno publicar um curso de literatura num pequeno jornal de propaganda” (*Ação Direta*, fev/1951).



CURSO DE LITERATURA

Prof. JOSÉ OITICICA

(Catedrático do Colégio Pedro II)

10. O RITMO NA PROSA

Ilustração 22 – Uma lição do “Curso de literatura” de José Oiticica. *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ), 26 ago. 1949.

Parece fato que, aos olhos de antigos militantes das lutas operárias, os debates sobre as condições de vida do proletariado, a vida sindical e as injustiças sociais deveriam ser privilegiados em relação, por exemplo, “à evolução da métrica greco-latina para a romântica”, tema da oitava lição do curso. Entretanto, a publicação de tais lições poderia eventualmente atender os anseios de formação integral de homens e mulheres, demanda expressa na vontade de autoeducação militante. Martyn Lyons, analisando experiências de leituras autodidatas da classe trabalhadora no século XIX, nos lembra que

> A busca ansiosa por conhecimento letrado era vital para a emancipação intelectual, sobre a qual a ação política se construía;

> além disso, era esse conhecimento que fornecia o saber e a disciplina necessários à autoeducação moral e racional (LYONS, 1999, p. 41).

Trabalhadores, cuja necessidade de “ganhar a vida” impediu a frequência nos bancos escolares, muitas vezes, encontravam em seus jornais uma escola, livre do controle do Estado e da reprodução dos valores de uma sociedade que queriam transformar. A apropriação do “saber culto” se faria, então, valorizando os preceitos da autonomia e da autovalorização da condição de trabalhadores.

No campo doutrinário, a publicação de textos à maneira de folhetim possibilita aos leitores o acesso a obras raras mesmo para os militantes mais experimentados. Não havendo grande disponibilidade de textos de caráter teórico vertidos à língua portuguêsa, cumpriu aos jornais, juntamente com as edições em folhetos e opúsculos, oferecer traduções das obras que pareciam mais significativas à difusão das ideias libertárias.

O recurso à tradução, seja de artigos da imprensa libertária estrangeira, seja de livros que forneciam o escopo dos artigos doutrinários dos periódicos brasileiros, jogou papel destacado, no desafio de favorecer a circulação de literatura libertária. A própria mobilidade dos militantes, por suas rotas de imigração ou exílio, e o internacionalismo do movimento libertário auxiliavam à compreensão de mais de um idioma. Era, porém, necessário o trabalho frequente de verter textos para o português, no intuito de torná-los acessíveis a estratos maiores de leitores. Outra vez, é Jaime Cubero que observa o papel das traduções que tornavam possível a difusão libertária:

> No Brasil, as primeiras associações de trabalhadores fizeram as primeiras publicações de textos e artigos sobre a situação da classe operária, e esses artigos eram publicados em língua estrangeira. De certa forma, eram jornais estrangeiros publicados aqui. Espanhóis, italianos, poucos alemães. Tivemos até jornais em alemão, publicados em Porto Alegre, até 1930. No entanto, ao mesmo tempo, havia a necessidade de tradução para o português. Era muito comum encontrar militantes que sabiam mais que a língua materna. Muitos traduziam peças de teatro. Neno Vasco e Gigi Damiani, mesmo Pedro Catallo, traduziram peças de teatro, mas livros em francês, espanhol e italiano eram traduzidos normalmente. As neolatinas. O problema era com os livros em alemão, pois era raro encontrar um tradutor. Entretanto, muitos imigrantes anarquistas sabiam catalão, o que era uma excentricidade, mas o Oiticica, depois que entrou para o Movimento, traduziu muita coisa... (CUBERO apud VALVERDE, 2007, p. 406).

O “falar mais que a língua materna” era mais do que uma decorrência da multiplicidade étnica da composição da classe trabalhadora. Em si, aponta novamente para o compromisso militante, à necessidade de comunicação, oral e escrita. A tradução amplia a difusão das ideias. O próprio internacionalismo dos militantes libertários é um estímulo para a supressão de barreiras linguísticas. Há que lembrar que certas categorias profissionais, notadamente gráficos e tipógrafos, pela natureza de sua ocupação em permanente contato com os impressos, lograram desenvolver habilidades voltadas ao manejo dos idiomas, da tradução, da escrita correta e da composição dos textos. Não por acaso esses trabalhadores tiveram papel destacado na difusão de doutrinas políticas, de forma especial no âmbito da imprensa operária, como rememora a anarquista ítalo-uruguaia Luce Fabbri a propósito do autodidatismo dos trabalhadores:

> [...] Não é um fenômeno geral, mas há núcleos importantes de operários especializados, em geral, que adquirem os elementos de uma cultura geral e, além disso, aprofundam os aspectos sociais, surgem os jornais redigidos pelos operários... O autodidatismo está muito ligado ao movimento operário, havia necessidade de falar nas assembléias, relatar um comunicado, manifesto, e depois organizar a publicação de um periódico. Tudo isso requer um manejo do idioma, que é uma coisa delicada e, além disso, é na linguagem que mais se sente e se nota a diferença de classe. Por isso, os tipógrafos estão na vanguarda desse movimento, porque são os que mais facilmente acedem à cultura, pois estão sempre em contato com o papel impresso. Têm que manejar por ofício continuamente a linguagem, têm que saber um mínimo de ortografia, porque, ao compor um jornal, precisam de tempo, têm que olhar letra por letra (FABBRI apud RAGO, 2001, p. 219).

Por pequena a dimensão dos jornais, a escolha dos textos teóricos de autores estrangeiros parece ter recaído naqueles de natureza mais sucinta, muitas vezes, um capítulo ou parte da obra original. Às obras clássicas do anarquismo, geralmente de maior escopo, era reservada a publicação no formato do excerto. A título de exemplo, podemos citar “À Gente Nova”, um dos mais traduzidos e divulgados textos de Kropotkin, publicado no vigésimo número de *Remodelações*; um trecho de “Entre camponeses”, de Errico Malatesta, que apareceu no *Ação Direta* na edição de maio-junho de 1954, ao passo que em “Vícios fundamentais desta sociedade”, publicado n’*A Plebe* em

1º de agosto de 1947, Jean Grave discutia os problemas da organização social no capitalismo.

No caso dos relatos históricos, tal recurso tornava disponíveis aos leitores obras cujo acesso era francamente difícil, a publicação de excertos de *"L'Histoire du Mouvement Machnoviste"*, de Peter Archinov (*Ação Direta*, 6 de julho de 1946) ou "*Histoire de la Commune de 1871"*, de Hyppolite Lissagaray (*Ação Direta*, 20 de agosto de 1946).

A publicação dos excertos sugere a estratégia de dar ao leitor o contato à palavra do próprio autor, no caso quase sempre de (re)conhecidos pensadores das ideias libertárias, contribuindo, assim, à difusão dos princípios libertários, sobretudo em se tratando de um meio editorial refratário à publicação das obras anarquistas. Talvez não seja demasiado reconhecer que se deve ao anarquismo impresso a circulação de muitas obras que o meio conservador não adotaria em seus repertórios intelectuais, inclusive no âmbito acadêmico.

Um amostra da "abordagem suscinta" sobre o pensamento anarquista (e também de certo périplo idiomático) que o *Ação Direta* propagou por meio da publicação parcelada encontramos em "A Sociedade Libertária", do francês Georges Bastien,[55] em que se apresentam as "linhas gerais do plano de reconstrução social advogado pelos socialistas libertários". (*Ação Direta*, 15 de abril de 1949) O ensaio fora originalmente publicado como folheto de 32 páginas, em 1926, na cidade de Amiens pelas *Éditions de 'Germinal'*, mas fora a sua edição em esperanto, com o título *"La Liberacana Socio",*[56] que servira à tradução para o português.

É notável, pois, a permanência, no seio do movimento libertário, da divulgação do esperanto como língua internacional, meio pelo qual se esperava

[55] Militante anarquista, antimilitarista e sindicalista francês nascido em 1885, fundou, em 1904, e dirigiu o jornal *Germinal*. Levado ao cárcere por várias vezes em razão de suas companhas antimilitaristas, após a Primeira Guerra tomou parte ativa na fundação da *Fédération Communiste Libertaire de la Région du Nord* e foi secretário do sindicato dos têxteis de Amiens. Militou na *Union Anarchiste* desde sua fundação e colaborou em diversos veículos da imprensa libertária, entre eles no *Les Libertaires,* de Sébastien Faure, com o qual também colaborou na *Encyclopédie Anarchiste.* Faleceu em 1940. O aportuguesamento fez o nome do autor aparecer no *Ação Direta* como Jorge Bastien. <http://www.ephemanar.net/decembre21.html>, acesso em: 2 jun. 2012.

[56] No arquivo do Instituto Internacional de História Social de Amsterdã consta exemplar da primeira edição do folheto. A edição em esperanto foi publicada em Paris-Leipzig, pela Eldona Falko Kooperativa, em 1932 e consta no arquivo do Centre International de Recherches sur L'Anarchisme – CIRA, de Lausanne, Suíça. Ver: <www.cira.ch>

urdir laços de solidariedade entre os povos. Ao lado de conferências e cursos oferecidos pelos centros de estudos, era frequente o anúncio de cursos nas estantes libertárias. *Remodelações,* já ao primeiro número, anunciava à venda *"La Instruado de Esperanto"*, curso do Professor Moacir Caminha, ao preço de Cr$ 5,00, ao passo que, em 1947, *Ação Direta* disponibilizava aos leitores, ao valor de Cr$ 50,00, o "Curso Completo de Esperanto (Elementar-Médio-Superior)", de autoria de Roberto das Neves, que prometia o aprendizado, sem mestre, do idioma universal em três meses (*Ação Direta*, 22 de dezembro de 1947).

As publicações em formato de folhetim no registro libertário, como dito, não conheciam limitação em termos de gênero literário. Ao lado das obras doutrinárias segmentadas, surgiam os relatos de cunho histórico, como os que têm lugar na permanente campanha de oposição e denúncia ao Estalinismo e ao "descaminho" do socialismo na União Soviética, de que foram motivos a publicação de "A mão de Stálin na Espanha",[57] do ex-general russo W. G. Krivitsky (*Ação Direta*, 16 de maio de 1947); "A História secreta dos crimes de Stálin", de Alexandr Orlov[58] (*Ação Direta,* mar-abr/1955) e "Constrói-se Socialismo na URSS?", de Eugene Lanti e Yvon,[59] com tradução, prefácio e notas de Rafael Malaguerra (*Remodelações,* 1º de novembro de 1945).

A importância da publicação dessas obras dimensione-se pelo fato de serem, no campo da esquerda, reduzidos os espaços em que se podia abertamente tecer críticas ao regime soviético. Sobretudo entre as décadas de 1940 e 1950, consideradas de "apogeu do chamado socialismo real", quando o fortalecimento da União Soviética após a Segunda Guerra e a imposição dos regimes do leste europeu, "favoreceu a ampliação da influência dos partidos

[57] Tradução do folheto de 32 páginas *"La Mano de Stalin sobre España"*, publicado em 1946 pela Editorial Claridad, de Buenos Aires.

[58] Militar e espião soviético com atuação na Revolução Espanhola (1936-1939) Orlov, a frente dos serviços secretos da URSS, foi um dos principais encarregados da eliminação de socialistas, anarquistas, trotskistas e políticos republicanos. Pressentindo o destino de vários militares e políticos soviéticos que desempenharam as ordens de Moscou na Espanha, abandonou o NKVD e se refugiou nos Estados Unidos, onde publicou o livro de denúncia aos espurgos de Stálin, dos quais ele próprio fora um dos encarregados.

[59] Eugene Lanti, pseudônimo de Eugene Adam (1879-1947), esperantista, socialista libertário e escritor. Foi fundador da Sennasieca Asocio Tutmonda (SAT), associação esperantista de cuja revista, *Sennaciulo,* foi editor. Tendo sido membro do Partido Comunista Francês e entusiasta da obra da Revolução Russa em seus primeiros momentos tornou-se, após visitas à URSS, contumaz crítico da alegada "ditadura do proletariado". Yvon fora igualmente membro do Partido Comunista Francês, e seguiu as pegadas de Lanti, após vários anos vivendo na URSS. (<http://epheman.perso.neuf.fr/janvier17.html#17>; acesso 21/2/2013)

comunistas nos movimentos sociais de quase todos os países, que se traduzia ao nível cultural na proliferação de uma imprensa e atividade editorial associada a esses partidos" (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 45). Sob o peso dessa influência, fértil em produzir panegíricos, as críticas ao regime soviético e aos seus "satélites" eram, no mais das vezes, desqualificadas como obras interessadas do capitalismo e do "imperialismo ianque" e os nomes de seus autores se poderiam converter num anátema.

"Direito ao Filho", novela de Federica Montseny,[60] foi outro exemplo da variedade de gêneros que podia ganhar o formato parcelado nos jornais anarquistas. Publicada entre julho/agosto de 1954 a janeiro/fevereiro de 1955 no jornal *Ação Direta*, com tradução de José Oiticica, a história criada pela anarquista espanhola evocava o direito à maternidade mesmo à revelia das convenções moralistas da sociedade burguesa.

DIREITO AO FILHO

novela de FEDERICA MONTSENY
(tradução de José Oiticica)

I

RONDA NOTURNA

Deserta, às desoras, cobria-se a praça, silenciosamente, de lua. A lua, resvalando nas paredes parduscas, branqueava o átrio da velha igreja, o poço da grande manzão e cada, perpendicularmente nos balcões da casa solarenga dos Rieras.

O povo, uma dessas cidades velhas onde parece haver-se detido o curso do tempo e por onde, sem rumor, deslizam dias após dias, quedava de todo. Apenas, de vez em vez, ouvia-se o miado fiébil de um gato triando nos telhados, o estridente ladrar de um cão a algum transeunte. Pertinho, mugia suavemente uma vaca, de certo presa no estábulo da albergaria.

Tangidas pela fina brisa, sacudiam-se as folhas das árvores. Suas sombras, projetando-se no chão e iluminadas pela lua, tracavam multipla e caprichosa dança.

O relógio da igreja, melancolicamente, desfiou a meia noite. Só o tinir de bronze perturbou a paz total; o espesso e profundo silêncio do pesado ambiente. Como se fôra senha, desembocaram na praçinha dois grupos de noctâmbulos, de regresso aos lares, antes de bater a hora das bruxas. Um dêles, de senhores maduros, vinha de jogar o três sete na inevitável botica dos povoados. O outro, mais bulhoso, compunha-se de gente moça, provinda do **Cassinilho**, café com pretensões a cabaré, onde, para animar a freguesia, ostentavam graças artistas fáceis.

Chegados os dois grupos à pracinha foram-se embicando e dissolvendo os do primeiro — cada coruja à sua toca — e os do segundo continuaram em corrilho entre risos e batecocas começadas.

Dentre êstes, avultou um jovem alto e magro, alçou a vista à fachada do solar Riera e percebeu, apoiada no balcão e imóvel, uma figura feminina, branca.

— Olhem! Rosa Maria não foi deitar-se ainda.

Todos volveram-se para o balcão.

podia acercar-se dela quem quisesse. Não! Se eu houvesse pódido aproximar-me dela ..teria sido minha. Mas, o velho Riera a reservava para os bons partidos. E a pequena, quiçá esperando um príncipe encantador, os foi refugando a todos. Foi-se o velho e Rosa Maria ficou só e livre...

— E te achegaste então? — perguntou maliciosamente um dêles.

— Não! Já passara o xodó.

— O que lhe aconteceu foi uma lata maior que as dos outros bobos. Isso êle não diz. Coragem! homem, firme! Rosa Maria é de papouco ainda. E agora vem à janela, cenera, talvez, os rondadores de outrora .os quais, hoje pais de família, já não rondam.

As vezes se haviam, pouco a pouco, elevado. Sem dúvida seu próprio nome feriu as ouças de Rosa Maria porque se ergueu, filando as grandes pupilas no grupo, com singular expressão de orgulho e repto.

Ao ver que ela percebera a conversa, o grupo de tagarelas dissolveu-se. O moço grandalhudo teveu a mão ao chapéu, saudando com um:

— Boa noite, Rosa Maria! a que ela, cortêsmente, respondeu bou na primeira esquina. Algo existe imperdoável aos vaidosos em amor: a indiferença da mulher.

Volveu a praça ao silêncio, inundada apenas de lua e lá, no alto daquele balcão que tantas rondas de amor presenciou, a branca figura de Rosa Maria contemplava, inclinada, as frondes das árvores, erguidas como rostos ao beijo de Astartéia.

II

ROSA MARIA

A família Riera, depois do marquês, antigo senhor do povoado, era a mais rica da vila. Dinastia de fidalgo, conservava todo o orgulho e dignidade da estirpe.

(Continua na pág. 4)

Ilustração 23 – *Direito ao Filho*, novela de Federica Montseny. *Ação Direta.* (Rio de Janeiro/RJ), jul./ago. de 1954.

A publicação da novela de Montseny no *Ação Direta* é sintomática, por outro lado, do intenso intercâmbio de edições e correspondência travados

[60] Federica Montseny foi uma das mais conhecidas figuras do anarquismo espanhol. Nasceu em 1905 em Madrid, filha de dois anarquistas catalães, Federico Urales e Soledad Gustavo, pseudônimos de Juan Montseny e Teresa Mañé, fundadores da *Revista Blanca*. Militou na Confederación Nacional del Trabajo (CNT) e na Federación Anarquista Ibérica (FAI) e, com o seu pai, fez ressurgir em 1923 *La Revista Blanca*, que circulará até 1936. Lançou também *La Novela Ideal*, suplemento que se tornaria mensal, especializado na publicação de ficções de cunho social. Com o eclodir da Revolução, Montseny foi uma dos quatro dirigentes da CNT a tomarem parte no governo republicano de coalisão, num dos episódios mais controversos entre os anarquistas espanhóis. A anarquista ocupou a pasta do Ministério da Saúde, tendo sido a primeira mulher a dirigir um ministério de governo em toda a Europa. Depois da guerra viveu na França, onde prosseguiu suas atividades como militante da CNT no exílio, em Toulouse. (<http://epheman.perso.neuf.fr/janvier14.html#14>; acesso em: 2/6/2012)

pelos militantes anarquistas. “Direito ao Filho” apareceu originalmente no número 115 de *La Novela Ideal*, suplemento de *La Revista Blanca,*[61] quinzenário de “sociologia, ciência e artes”, uma das mais importantes publicações libertárias da Espanha, que circulou em duas fases, entre 1898 a 1905, e posteriormente entre 1924 e 1936.

O recurso à ficção literária, servindo à afirmação de princípios, bem como a problematização das relações e da organização sociais, pondo em questão convencionalismos de variada sorte, é comum em meio à propaganda libertária desde finais do oitocentos. No seu estudo sobre as dimensões culturais do anarquismo espanhol, Litvak ressaltara que a gama variada de autores publicados nos jornais e revistas libertários agrupava-se a partir de um aporte bastante genérico, “em que entrava todo aquele que soasse a rebeldia, a denúncia”. De fato, importava menos a ideologia abraçada pelo autor, do que o posicionamento em favor da classe oprimida em alguma de suas obras.

> A lista de autores por eles admirados é heterogênea e agrupa nomes muitas vezes díspares: Hugo, Balzac, Sue, Maupassant, Zola, Tolstoi. Incluem-se dentro dos ‘grandes textos anarquistas’ obras que vão desde Lucrécio até Victor Hugo. Através delas encontram uma afirmação do ideal libertário e, ao mesmo tempo, apresentam o proletariado como o herdeiro do passado cultural da humanidade (LITVAK, 2001, p. 292).

A frequência com que aparecem nos jornais libertários brasileiros epígrafes, citações ou excertos de Victor Hugo, Émile Zola, Guerra Junqueiro, Albert Camus, Ibsen ou Eça de Queiroz, Gorki, Tolstoi, Dickens, para citar apenas alguns de reconhecida expressão, atesta o lugar do romance e da “poesia social” na formação da consciência contestatória. O *Germinal*, de Zola, por exemplo, foi um dos clássicos do movimento anarquista, lido e difundido por militantes de vários países.[62]

---

[61] Sobre *La Revista Blanca* ver LITVAK (2001), em especial o capítulo VIII (*Cultura Libertaria*). Em ***Literatura Popular Libertária*** (Barcelona: Ediciones Peninsula, 1981), Marisa Siguan Boehmer publicou o Catálogo de *La Novela Ideal*, listando 521 publicações. Ver também PRADO, Antonio. **Matrimonio, Familia y Estado: Escritoras Anarco-Feministas en la Revista Blanca (1898-1936).** Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2011. Esse estudo traz apêndice com os resumos de *La Novela Ideal* e dos escritos de Soledad Gustavo, Antonia Maymón e Federica Montseny.

[62] Sobre as edições de *Germinal,* de Émile Zola em Portugal e no Brasil, ver: PONCIANO, Cláudia. **Emile Zola em português. Um estudo das traduções de Germinal no Brasil e em Portugal.** São Paulo: Annablume, 1999. Neste estudo, entre as traduções e edições da obra de Zola, destacam-se aquelas feitas no âmbito do movimento anarquista, como é o caso de

Trechos de obras desses escritores, inscritos nos jornais libertários, são exemplares da compreensão filosófica e política dos anarquistas, servindo não apenas à propaganda libertária, mas como estímulo à formação de consciências livres e à valorização do patrimônio cultural que entendiam favorável à causa dos trabalhadores. Às vezes poderiam surgir como sentenças curtas, espremidas entre colunas, ou nos cantos de página. Em outros momentos, ganhavam destaque, como o trecho de *O Trabalho*, de Zola, que *Ação Direta* publicou em outubro de 1949. De uma ou outra maneira, o recurso à ficção servia à formação da consciência libertária:

> As almas infantis são brandas como a neve, São pérolas de leite em urnas virginais: Tudo quanto se grava e quanto ali se escreve, Cristaliza em seguida e não se apaga mais. Desta forma consegue o astucioso clero Transformar, de repente, uma criança loira Num pássaro noturno estúpido e sincero. É abrir-lhe na cabeça a golpe de tesoira A marca industrial do fabricante: um zero! Guerra Junqueiro, de *"A Velhice do Padre Eterno"* (*Ação Direta*, 26 de setembro de 1947).

> Vi moços fortes na ociosidade, dias e dias e noites inteiras, nos cafés e nos teatros, e vi anciãos enfermos arrastarem-se a custo para o trabalho. Vi palácios suntuosos desabitados meses e meses e famílias numerosas albergadas debaixo de pontes e monumentos, nas grandes cidades. Existem leis sancionando todas essas coisas, forças armadas que as defendem e padres que as benzem. A isto chama-se Ordem, ou civilização cristã. Emilio Zola (*Ação Direta*, jul/1950).

> Noutro tempo, o escravo acabrunhado escapava de seu cárcere, sonhando com um céu onde sua miséria seria recompensada com gosos eternos: agora, porém, que a ciência descobriu êsse engano do mais além da tumba, o escravo, o operário, cansado de morrer para ser feliz, exige a justiça e a felicidade na terra. Emilio Zola (*O Libertário*, set/1962).

Discutindo os "usos da ficção" na autoformação de militantes operários durante o século XIX, Lyons chama a atenção para as preferências dos trabalhadores autoeducados e seus livros de ficção. Geralmente, preterindo leituras simplesmente recreativas, buscavam na ficção, sobretudo os romances que discutiam problemas sociais, caracterizando-se, assim, úteis à formação política.

Campos Lima e Jaime Brasil, para o caso das edições portuguesas. Observa-se também a informação acerca das edições que, em analise comparativa, apresenta um número maior em Portugal, evidenciando que a circulação no Brasil, do livro de Zola, deverá ter sido das edições portuguesas.

> Os autodidatas tinham usos bastante específicos para os romances contemporâneoas que liam. Comparavam os universos ficionais aos seus próprios, e os julgavam de acordo com os seus próprios padrões de realismo. Geralmente, exigiam que os romancistas tomassem consciência de problemas e desiguldades sociais. Foi nesses termos que se apropriaram da obra de autores como Hugo e Dickens (LYONS, 1999, p. 50).

No Brasil, Curvello de Mendonça, um dos autores de prosa de ficção de fundo anarquista, definiu seu romance *Regeneração* como "literatura útil". De acordo com Luizetto, que analisou o que chamou de "episódio literário e educacional" do movimento anarquista, a classificação de Mendonça, mesmo sem originalidade, calha para definir o conjunto das obras da mesma natureza publicadas nas primeiras décadas do século XX, por escritores libertários como Fábio Luz, Avelino Fóscolo e Domingos Ribeiro Filho. Segundo Curvello de Mendonça, tal literatura tinha o deliberado objetivo de servir como arma de ação social.[63]

> E, tanto para ele como para os demais escritores comprometidos com a idéia, isso significava que esses livros deveriam suscitar nos leitores certos sentimentos e estimular comportamentos ajustados às necessidades da construção da nova sociedade, ácrata, naturalmente, e comunista, preferentemente (LUIZETTO In: PRADO (org.), 1986, p. 134).

Prado e Foot Hardman chamaram a atenção para o fato de que a ficção de fundo anarquista prima por eliminar a ambiguidade entre o autor e os leitores, uma vez que pode ser tomada como parte de um sistema integrado de propagação ideológica. Não é a singularização do "trabalho de autor" que o identifica, mas o papel que pode desempenhar na difusão dos princípios libertários, sem isso querer dizer que deva ser reduzido a simples propaganda:

> O mergulho nesse universo da ficção militante nos confirmou, em relação ao conto, como de resto acontece com a arte anarquista, que ele não é propriamente um texto de autor. Ao contrário deste, que privilegia a singularização e retém o leitor na fruição estética do instante, o conto anarquista elimina a ambigüidade e integra um sistema reiterativo de propagação ideológica, muito embora não deva ser confundido com um mero instrumento de propaganda dirigida. Se, de um lado, fica difícil distinguir muitas vezes onde termina a

[63] Sobre a chamada "literatura útil", ver também: LEAL, Claudia Feierabend Baeta. "Literatura útil: um estudo sobre três textos de ficção libertária 1900–1902". In: Ensaios Memória de Leitura, Instituto de Estudos Lingüísticos – UNICAMP, s/d. disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio25.html>. Acesso em 29 jul. 2014.

> doutrinação e começa a criatividade, é preciso levar em conta, de outro, que enquanto gênero ele apenas confirma o principio geral anarquista, segundo o qual todos os homens são artistas em potencial e, nesse sentido, fazem coletivamente a arte real, compreendida como produto de um grupo social unido e identificado em torno de seus ideais (PRADO; FOOT HARDMAN, 1985, p. 12–13).

A diferença entre as obras "úteis" à formação dos militantes e aquelas consideradas meramente recreativas surge em vivos contornos na memória de Zélia Gattai, recordando a reprovação de seu pai aos hábitos de leitura de sua mãe, leitora tanto da literatura libertária engajada, quanto adepta dos romances amenos, que se adquiriam em fascículos:

> Papai não entendia e ficava intrigado com as contradições intelectuais da mulher. Como podia ela, pessoa de bom gosto literário, que ficava até altas horas da noite – para poder concentrar-se no silêncio – lendo livros de Victor Hugo, de Zola, de Kropotkin, de Eça de Queiroz, versos de Guerra Junqueiro, gostar também dos romances em fascículos? (GATTAI, 2000. p. 191–192).

A discussão, porém, não se pode limitar à questão da "utilidade" ou não de determinadas obras literárias para a formação política, ou para o despertar da consciência sobre os problemas da organização social. Antônio Candido, no belo ensaio *O direito à literatura*, já chamara a atenção para a incompressibilidade do direito à arte e às "criações de toque poético, ficcional ou dramático" de uma determinada cultura, tanto quantos outros direitos fundamentais – alimentação, moradia, vestuário, justiça, liberdade – uma vez que são garantias da integridade espiritual de homens e mulheres. A literatura, diz Candido, "confirma o homem em sua humanidade", atuando em níveis conscientes e subconscientes. As sociedades criam suas manifestações poéticas e ficcionais de acordo com as estruturas de sentimentos que possuem, suas crenças, seus impulsos e desejos. Daí possuir a literatura importante papel de instrução e educação, valorizada como um "equipamento intelectual e afetivo" indispensável para o autoconhecimento da sociedade:

> Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apóia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes

> sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (CANDIDO, 2011, p. 175).

A distinção entre obras adequadas à formação política e o que se poderia chamar de "literatura recreativa" não deve, entretanto, ser generalizada no hábito de leitura dos trabalhadores. Sejam livros que se consideravam úteis à edificação de uma consciência contestatória, ou aqueles outros cuja leitura identificava-se unicamente como fruição, a nota geral é que o hábito de ler estava presente. Um repertório variado de leituras pode remeter ao apuro estético das escolhas que se vão fazendo entre autores e obras, uma implicação direta da sensibilidade de cada um. É sintomática, por outro lado, da abertura intelectual de quem lê, de uma perene vontade de saber.

Embora não revele especificamente o teor das obras literárias de sua predileção, Jaime Cubero atesta a proximidade intrínseca com a leitura, ligada ou não à chamada "questão social", guardada, contudo, a dimensão de sua livre realização:

> Nós, anarquistas, sempre tivemos o hábito de ler. Pedro Catallo, Edgard Leuenroth, Felipe Gil, todos gostavam de literatura, discutiam a filosofia das escolas literárias. Não leio Sociologia, Filosofia, Política sem intercalar com um bom romance, como uma espécie de lenitivo. A literatura contribuiu muito para a minha formação, não só os clássicos, mas também os contemporâneos. Clássicos da literatura universal e brasileira, vou sempre comprando e lendo.[...]Tenho o hábito de ler, mas não de uma forma sistemática, como fazem algumas pessoas marcando tantas horas do dia, de maneira fanática (CUBERO Apud VALVERDE, 2007, p. 407).

Textos de larga divulgação da propaganda anarquista, como "O evangelho da hora", do anarquista e esperantista francês Paulo Berthelot,[64] que *Ação Direta* publicou a partir de agosto de 1949, ou o clássico do anticlericalismo "Doze provas da inexistência de Deus", de Sébastien Faure,[65]

[64] No Brasil, saíram duas edições desta obra, a primeira delas em 1911, pelos Grupos Editores Aurora e Libertas. Em 1951, apareceria o folheto como o segundo número da coleção *Cadernos de Questões Sociais*, editado no Rio de Janeiro. Na mesma edição do jornal *Ação Direta* em que tinha início a publicação do folhetim, era apresentada uma biografia de Paulo Berthelot, na coluna "Figuras do Anarquismo".

[65] Nascido em 1858, Sébastien Faure foi uma eminente figura do anarquismo francês. Ex-seminarista, dedicou vários textos ao combate ao clero e à defesa do livre-pensamento. Juntamente com Louise Michel fundou o jornal *Le Libertaire* e foi o criador da escola *La Ruche,* experiência de pedagogia libertária, em 1904. Um dos organizadores da *Union Anarchiste*, foi também autor de vários livros, entre os quais "A dor universal" (1895), "Meu Comunismo"

que ganhou as páginas d'*O Protesto* (*O Protesto,* jan/1968), podiam dividir espaço dos textos publicados em formato de folhetim com posicionamentos doutrinários de autores contemporâneos como os de "Filosofia do Anarquismo", de Herbet Read[66] (*Ação Direta*, set-out/1951) ou mesmo as reflexões não estritamente limitadas ao campo ideológico anarquista, mas identificadas com princípios antiautoritários, tangenciais, portanto, às ideias libertárias.

É este o caso da publicação segmentada, em 1967, do subcapítulo "Autoritarismo",[67] do psicanalista, sociólogo e filósofo alemão Erich Fromm. (*Dealbar*, jun/1967) A visão humanista de Fromm, marca particular de sua crítica aos "conformismos destrutivos" do século XX, tivera, desde muito, espaço na difusão libertária para a qual concorriam os jornais ácratas. Em 1962, "O mêdo à liberdade" abria a lista de livros à venda em "Nossa Estante" no periódico anarquista de São Paulo (*O Libertário*, nov-dez/1962) e em Porto Alegre, a poucos meses da decretação do Ato Institucional nº 5, *O Protesto* repercutia trechos da obra "Psicanálise da sociedade contemporânea", que, no Brasil, conhecia edições desde 1955.

Creditando a popularidade de suas obras no país ao "modo claro e conciso de expôr os mais intrincados temas, como também à posição de vanguarda que ocupa como pesquizador social", o periódico gaúcho alinhava escolhidos excertos de Fromm:

> 1. A adoração de ídolos, o culto idolátrico de Deus, o amor idolátrico a uma pessoa, a adoração de um chefe político, do Estado e o culto idolátrico a exteriorizações das paixões irracionais – constitui o processo de alienação.
> 2. O culto do Estado só poderá desaparecer se o homem tornar a incorporar em si mesmo os poderes sociais e estruturar uma comunidade em que seus sentimentos sociais não sejam algo agregado a sua existência privada, porém em que sua existência privada e social seja a mesma coisa.[...]

(1921) e "A impostura religiosa" (1923) (<http://epheman.perso.neuf.fr/janvier06.html#6>; acesso em 21/2/2013)

[66] O anarquista inglês Herbert Read nasceu em 1893 em Yorkshire. "Homem de letras", destacou-se como filósofo político e pedagogo, além de poeta. Dirigiu o *Victoria and Albert Museum*, de Londres, e foi professor de belas-artes em universidades inglesas. Sua adesão ao anarquismo, creditava à leitura de uma brochura de Carpentier, intitulada "Sociedade Não-Governamental" (1911). Entre suas obras, destacam-se: "Poesia e Anarquismo" (1938), "Filosofia do Anarquismo" (1940), "A Educação para a Arte" (1943) e "Meu Anarquismo" (1966). (<http://epheman.perso.neuf.fr/decembre04.html#read>; acesso em 21/02/2013)

[67] Trata-se do primeiro tópico do Capítulo V do livro "O mêdo à liberdade", cuja primeira edição publicada no Brasil apareceu em 1960, pela Zahar Editores, que lançou vários de seus livros, todos alcançando sucessivas edições. Em 1967, ano em que foi publicado o folhetim, o livro estava em sua 4ª edição.

> 5. A idéia marxista de que o socialismo levaria ao debilitamento do Estado e à desaparição gradual das classes sociais mostrou-se falsa. A realidade é que o poder do Estado e as diferenças de classes sociais são maiores na Rússia que em qualquer país capitalista.
> 6. Ainda que pareça paradoxal, o desenvolvimento leninista do socialismo representa uma regressão aos conceitos burgueses do Estado e do poder político, e não o novo conceito socialista, que expuseram mais claramente Owen, Proudhon e outros (*O Protesto*, abr/1968).

A intenção de oferecer o "livro no jornal" nos parece ser a motivação principal da publicação de obras à maneira parcelada nos jornais libertários. É a partir dessa perspectiva que julgamos compreensível a divulgação de textos de natureza vária, embora conectados entre si pelos princípios convergentes da cultura política anarquista. Ao passo que foram o veículo da apresentação de obras que, de outra forma, talvez não viessem a público, foram, igualmente, o canal de divulgação de escritos que posteriormente ganhariam o formato de livro, dada a sua aceitação. Se, de um lado, serviu à apresentação ao público brasileiro de uma "novela social" que circulou às vésperas da revolução na Espanha, doutra parte abriu espaço aos clássico, ou ainda reflexões teóricas nunca antes publicadas em vernáculo.

Era o livro que se necessitava fazer circular. A reconhecida falta de espaço no mercado editorial levava ao desbravamento de searas alternativas, quaisquer que fossem os espaços de que se dispusesse. A centralidade do livro e da leitura, entretanto, é comprovada pela soma dos esforços dispendidos para a divulgação das obras em que se apoiasse o ideal. Na tentativa de recompor traços dessa atividade, os jornais anarquistas são campo fértil.

2.3 Libelos para a difusão libertária

No período em foco, há que se atentar para a franca continuidade do formato *folheto* como estratégia de divulgação da propaganda libertária. Trechos de alguma obra clássica do anarquismo impressas num folheto foram decerto a primeira leitura de muitos militantes. O número reduzido de páginas e o papel geralmente de menor qualidade permitiam a redução nos custos de impressão, bem como de envio e distribuição. O preço igualmente tornava-se mais acessível, muitas vezes, permitindo a distribuição gratuita do folheto.

Já no primeiro número do jornal *Remodelações*, Moacir Caminha exortava os companheiros de ideias ao auxílio para a publicação de textos voltados à difusão libertária entre os trabalhadores, sugerindo um temário próprio voltado para esse fim:

> BIBLIOTECA DO POVO TRABALHADOR
> Solicitamos aos veteranos do movimento proletário desta cidade e de São Paulo, a sua colaboração no sentido de auxiliar-nos intelectualmente na compilação de uma série de folhetos que pretendemos para a propaganda dos ideais de emancipação humana entre o povo trabalhador, como biografias dos grandes teóricos do socialismo, dos agitadores, dos propagandistas, dos mártires do movimento (Kropotkin, Bakunine, Eliseu Reclus, Louise Michel, Sofia Perowskaia, Francisco Ferrer, etc.) monografias de fatos históricos do movimento proletário (os temerários e as seções de Paris, durante a Revolução Francesa – A Comuna de Paris, etc.), divulgações teóricas (o sindicalismo, neutralidade, ação direta, autonomia do sindicato – Evolução e revolução, etc.) (*Remodelações*, 18 de outubro de 1945).

Caminha construía, assim, um repertório de leituras voltadas à difusão e esboçava um programa editorial em perspectiva, em que se alinhavam a força da memória e da tradição, nos relatos das trajetórias dos "grandes vultos" do anarquismo; a trajetória particular das ideias e práticas libertárias, as ideias em ação, por meio dos relatos de acontecimentos históricos; e os temas frequentes da discussão doutrinária acerca da dimensão prática dos princípios anarquistas. A natureza da propaganda junto aos trabalhadores, então, privilegiaria a intervenção social libertária, naqueles tempos que se caracterizavam, no dizer de Maria Iêda de Morais, como de "agitação de idéias, de perturbação de consciências, de exploração política do povo trabalhador" (*Remodelações*, 24/11/1945).

Na *Biblioteca do Povo Trabalhador*, foi publicado o "Curso Popular de Sociologia", de autoria de Moacir Caminha, no formato de folheto, com 62 páginas, anteriormente apresentado no *Remodelações* na forma de extratos. Dividido em doze lições, o curso resultava da compilação das aulas de um curso de sociologia ministrado pelo autor e que então apareciam "modificadas às pressas, ao correr da pena, em vista da urgência de reiniciar a propaganda do ensino das ciências sociais entre o povo que trabalha e sofre", o que sugeria a continuidade das publicações e da difusão libertária naquele período. Como afirmou Gonçalves, embora não se possa precisar em que condições era

ministrado o curso, nem o seu alcance, antes de sua conversão ao formato de folheto,

> [...] o simples fato de Caminha ter elaborado um curso de sociologia que, em linguagem acessível, tenta transmitir as idéias libertárias para um público popular, é uma iniciativa relevante do ponto de vista educacional e militante, principalmente nesse período em que o movimento anarquista enfrentava grandes dificuldades organizativas, em resultado da repressão e desmobilização que atingia grande parte dos ativos militantes dos anos 1920 (GONÇALVES In: ADDOR; DEMINICIS, 2009, p. 113).

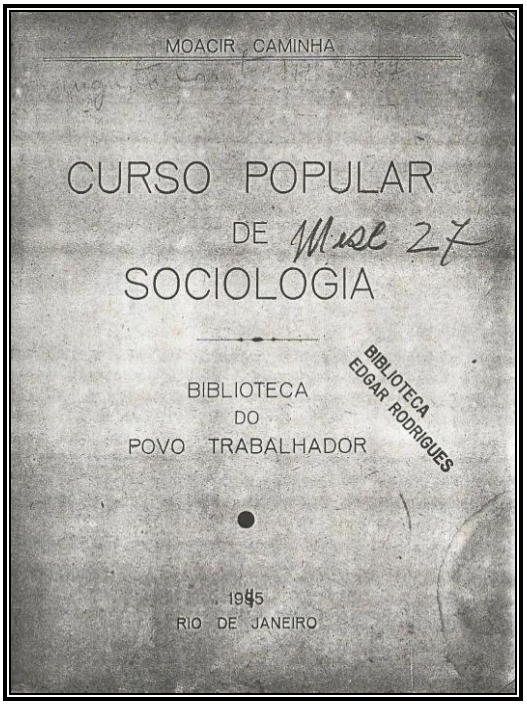


Ilustração 24 – Folha de rosto do *Curso popular de Sociologia*, de Moacir Caminha. Rio de Janeiro, 1945.

A publicação do seu curso no formato do folheto era, de fato, a continuação da propaganda já reiniciada com o aparecimento do *Remodelações.* Em 25 de outubro, o jornal anunciava à venda o *Curso popular de Sociologia*, ao preço de Cr$ 1,00 (o mesmo valor do periódico), reproduzindo-lhe o sumário descritivo. Não identificamos nesta pesquisa outros títulos da *Biblioteca do Povo Trabalhador*. É provável que a manutenção do jornal, que já exigia a superação de obstáculos de toda ordem e a alocação de muitos recursos, foi, naquele momento, privilegiada em relação à propaganda por outros meios.

A circulação dos folhetos atesta o intercâmbio entre os militantes anarquistas de vários países. De mais fácil reprodução e distribuição, os folhetos cruzaram fronteiras e o Atlântico, fruto do esforço da atividade militante

mundo afora. A diáspora a que foram submetidos os militantes do movimento libertário espanhol, por exemplo, permitiram que chegassem de vários países a literatura libertária. Recebidos em consignação para a venda, ou mesmo como apoio para o fortalecimento da imprensa libertária local, os folhetos foram fartamente anunciados desde os primeiros números da imprensa libertária do período estudado nesta tese.

A publicação de folhetos ou livros era acompanhada de uma campanha de divulgação nos periódicos. Em 1946, *Ação Direta* listava as publicações estrangeiras que recebia com regularidade, destacando sobretudo a atividade do movimento libertário espanhol no exílio. Do México, um dos países que recebeu grande leva de espanhóis exilados, vinham *Tierra y Libertad*, porta-voz do Movimento Libertário Espanhol; *Solidaridad Obrera*, órgão da Delegação Mexicana da CNT espanhola; *Estudios Sociales* e *Inquietudes*, ambas revistas publicadas pelo movimento anarquista espanhol naquele país; *Regeneriación* e *Espartaco*, órgãos da Federação Anarquista Mexicana.

Da França, vinham *Ruta*, das Juventudes Libertárias em Toulouse, *Libertad*, do movimento libertário espanhol na cidade de Rennes; e *C.N.T* e *Solidaridad Obrera*, ambos porta-vozes da *Confederación Nacional de los Trabajadores* espanhola, sediada em Toulouse.

Do norte da África, da Argélia, vinha também *Solidaridad Obrera. Cultura Proletaria,* longevo jornal anarquista publicado em espanhol nos Estados Unidos, vinha de Nova Iorque e *L'Adunata dei Refratari*, jornal anarquista italiano chegava de Nova Jersey. Da Inglaterra, vinha *Freedom Through Anarchism*, publicado em Londres; e da Suécia recebia-se regularmente *Dack on Durk*, órgão dos trabalhadores marítimos de Estocolmo. De Buenos Aires, recebiam *La Protesta*, um dos veteranos da imprensa libertária sul-americana (*Ação Direta*, 1/6/1946).

Em várias edições dos jornais brasileiros encontramos uma listagem de publicações estrangeiras recebidas. Delas publicavam notícias, extraíam traduções, exercitavam, enfim o internacionalismo, tomando pé da atividade libertária nos outros países. No mesmo número, *Ação Direta* divulgou extensa lista de folhetos recebidos do movimento anarquista espanhol em Bordeaux, entre os quais *Organización de la Educación Nacional*, de José Tapia (1945);

El Sindicalismo y la Anarquia, de Soledad Gustavo; *Errico Malatesta*, de Max Netlau (1945); *Hacia uma Federación de Autonomias Ibericas*, de Felipe Alaiz; *Breves Apuntes sobre las Pasiones Humanas*, de Ricardo Mella e *El Movimiento Cooperativista en Suecia*, de Agustin Souchy.

A imprensa e os folhetos chegados de outros países ficavam à disposição da leitura na redação do *Ação Direta.* Constituíam, assim, espécie de biblioteca coletiva, onde os militantes e outros leitores do jornal podiam dispor de livros, periódicos, folhetos. Aqueles que chegavam em maior quantidade, imediatamente eram anunciados à venda:

> Rudolf Rocker – La Influencia de las Ideas Absolutistas en el Socialismo. 10 cruz.
> Martin Gudell – Verdad sobre Rusia, excelente reportagem reveladora do paraíso soviético. Dispomos de muitos exemplares ao preço de 30 cruz (*Ação Direta*, 10 de abril de 1946).

Outros folhetos ganhavam divulgação maior no próprio jornal, servindo aos seus artigos de fundo. Foi o caso da resenha do professor Seraphim Porto a propósito do folheto *La Bancarrota Fraudulenta del Marxismo*, em que se discutiam pressupostos da obra de Marx acerca da transformação social. O folheto de 103 páginas fora publicado no México, por Eusébio C. Carbó, pelas *Ediciones Orto*, em 1941, e pelas páginas do *Ação Direta*, multiplicava sua difusão (*Ação Direta*, 29/6/1946).

Em alguns casos, a publicação dos folhetos poderia servir à propaganda libertária em períodos em que as dificuldades não permitiam o aparecimento regular da imprensa anarquista. É o que se depreende da divulgação que, em São Paulo, faz *A Plebe* de folheto de Luce Fabbri,[68] em que chama atenção às qualidades literárias e metodológicas da autora:

> LIVROS E FOLHETOS
> **La Libertá Nelle Crisi Rivoluzionarie**
> Luce Fabbri – Acabamos de receber este folheto editado por **Studi Sociali**, de Montevideo, em que Luce Fabbri, que é continuadora da obra do velho camarada que foi Luiggi Fabbri, seu pai, faz uma exposição histórica do conceito de revolução, analisando com critério científico, as causas que determinaram o movimento revolucionário espanhol.
> Estuda nesse folheto a situação do princípio de liberdade nos períodos de decadência revolucionária, citando fato e concluindo com

[68] Sobre a trajetória de Luce Fabbri, ver: RAGO, Margareth. **Entre a História e a Liberdade. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

> uma argumentação fora do comum, o que torna a leitura não só agradável, mas instrutiva e necessária aos militantes do anarquismo. Aproveitamos a oportunidade para realçar a obra que Luce Fabbri vinha realizando através da revista “Studi Sociali”, que infelizmente, por dificuldades econômicas, não tem aparecido, mas que constituia uma das mais belas e bem-feitas publicações do mundo anarquista e que agora, transitoriamente, passa a ser substituida por uma série de folhetos (A Plebe, 1º de outubro de 1947).

Em verdade, a publicação de folhetos, calendários, separatas e suplementos aos jornais adensavam as possibilidades da propaganda libertária. Era propósito de grande parte dos grupos editoriais de jornais reunir condições para publicar também noutros formatos as ideias ácratas, e os folhetos estavam entre os formatos preferidos.

Fundamental, primeiramente, manter a regularidade dos periódicos, mas a variação nos formatos era um horizonte sempre vislumbrado, como assinalava o *Ação Direta*, em meio aos recorrentes pedidos por auxílio financeiro ao jornal: “Tão pronto o número de contribuições ultrapasse as necessidades de *Ação Direta*, empreenderemos a publicação de folhetos e, quase certo, um suplemento cultural (ciência, literatura, artes, música, etc.)” (*Ação Direta*, 29/6/1946).

Era sobretudo na facilidade de circulação que repousava a prática de converter textos doutrinários em folhetos. As pequenas publicações eram, muitas vezes, a fonte do primeiro contato com as ideias libertárias, o despertar do interesse que conduziria à busca de aprofundamento. Era comum os militantes mais experientes terem sempre à mão um folheto com o qual se pudesse fazer um regalo a um jovem “anarquista em potencial”, cioso de melhor conhecer a “Ideia”.

Para permitir essa divulgação mais ampla, fazia-se necessário “imprimir a resistência” e adensar a obra de propaganda, como encorajava o anarquista Carlos Valesella, respondendo por carta à circular de convocação ao Congresso Anarquista de 1948. Louvando a iniciativa da promoção do certame, o qual considerava “meio de travar relações pessoais, soldando os elos de uma recíproca amizade e confiança”, lamentava a ausência no congresso e recomendava:

> Não tenho sugestões a vos dar. A única que poderia sugerir é que concentrem todos os esforços na propaganda exercida, em vista da falta absoluta de publicações no movimento; difundindo se possível

> em folhetos gratuitos, de forma sintética, singela e sem violência de linguagem ou palavras triviais, a beleza do ideal anarquista e a utilidade do seu conhecimento, comentando os fatídicos acontecimentos sociais do momento. Será um meio para abrir caminho no seio das grandes massas inertes, do povo indiferente aos problemas que lhe diz respeito (VALESELLA apud RODRIGUES, 1994, p. 147).

Frutos desse anseio, foram publicados, em 1951, pelo grupo editor do mensário carioca, dois folhetos que iniciaram a série “Cadernos de questões sociais”. A escolha do primeiro número dos “Cadernos” recaiu sobre o conhecido texto de propaganda “O evangelho da hora”, de Paulo Berthelot que, tendo conhecido anteriormente o formato de folhetim no próprio jornal, aparecia agora em folheto de 16 páginas. O segundo número da série foi “Histórico do Primeiro de Maio: os mártires de Chicago”, de autoria de Serafim Porto, a cuja pena se deveu também o prefácio do folheto de Berthelot. Os dois volumes foram imediatamente anunciados à venda pelo jornal, à importância de Cr$ 4,00 e encontrados também na banca de revistas da Galeria Cruzeiro na Avenida Rio Branco, tradicional ponto de venda dos jornais libertários no Rio de Janeiro, onde se podiam adquirir inclusive os estrangeiros *Solidaridad Obrera*, do México e *L’Adunata dei Refratari*, dos Estados Unidos.

A distribuição da imprensa libertária, dos folhetos e outros impressos em bancas de revistas era outra estratégia de divulgação e ampliação de sua visibilidade. É sintomática, ainda, da circulação dos libertários pela cidade e dos laços de afinidade que se vão estabelecendo. “PROCURE SEMANALMENTE NAS BANCAS DE JORNAES”, carimbava o *Ação Direta* em letras vermelhas a parte superior de sua primeira página. Os lugares de distribuição nas bancas da cidade, bem localizadas nas esquinas de grande afluência dos trabalhadores, assim como nos pontos de bonde, de lotação dos trens e em frente à Light, dão-nos a conhecer uma geografia da circulação dos impressos anarquistas e, como possível, em cada banca um potencial apoiador:

> AÇÃO DIRETA
> Encontra-se a venda no centro, na seguintes bancas:
> Na E.F.C.B. (na rampa de saída).
> Na E.F.C.B.(no ponto de lotação de Copacabana).
> Em frente à Light.
> Na Rua Marechal Floriano, esquina da Conceição.
> Visc. de Inhaúma, esquina de Av. Rio Branco.

> Av. Rio Branco, esquina de Sete de Setembro.
> Galeria Cruzeiro, esquina de Bittencourt da Silva.
> Av. Rio Branco, esquina de Bittencourt da Silva.
> Lapa (ponto de bondes).
> Uruguaiana, esquina de Alfândega.
> Largo de São Francisco, esquina de Andradas.
> Praça Tiradentes, esquina de Av. Passos.
> Av. Getúlio Vargas, esquina de Uruguaiana.
> Av. Almirante Barroso, esquina de 13 de Maio.
> R. Araújo Pôrto Alegre, esquina de R. do México.
> PREÇO: Cr$ 2,00 (*Ação Direta*, jul. 1956)

Essa geografia era comum à estratégia de distribuição, tentando alcançar seu público e expondo nas bancas bem localizadas seus impressos. Algumas vezes, determinadas bancas cumpririam, nesta nova cartografia das folhas anarquistas, a função de juntar os leitores dispersos, como em outros tempos o foram as banquinhas de sapateiro, os pequenos salões de barbearias e alguns cafés. Nesse caso, terão sido as bancas, em maioria, o lugar desse impresso, ainda que algumas livrarias se dispusessem a expor e vender as publicações libertárias, como se verá neste trabalho. Para incrementar tal difusão, com frequência se anunciavam campanhas para tiragens de folhetos voltados à distribuição gratuita:

> O GRUPO DE AÇÃO LIBERTÁRIA propõe a todos os companheiros e amigos leitores a edição de um folheto com os princípios fundamentais do anarquismo e destinado a distribuição gratuita entre os operários e pessoas interessadas. Para tanto precisamos de fundo monetário. Tôdos os que estiverem de acordo com o exposto queiram enviar suas contribuições e sugestões para: Manuel Peres, Caixa Postal 4588, G. A. L. Distrito Federal (*Ação Direta*, mai-jun/1952).

Ao lado das publicações locais, cuja matéria poderia vir inclusive da intervenção política dos anarquistas na sociedade – como o folheto “O escritor e a defesa da liberdade”, de Raul Vital, apresentado originalmente como tese ao IV Congresso Brasileiro de Escritores, e oferecido à venda por Cr$ 5,00 - continuavam a chegar os folhetos impressos pelo movimento libertário de outros países, que *Ação Direta* anunciava, em castelhano, entre as “Leituras que recomendamos”. “Socialismo Y Humanismo”, de Ernestan, impresso em Buenos Aires, era oferecido ao preço de Cr$ 5,00, mesmo valor pelo que se podia adquirir “El Anticomunismo, El antiimperialismo y la paz”, de Luce Fabbri. Ao custo de Cr$ 1,00, vendiam-se os folhetos “La Ley y la Autoridad”, de Kropotkin, e “La Mujer y la Revolución”, de F. Stackelberg (*Ação Direta*, jun-

jul/1951). Antes, em 1948, era anunciado à venda à razão de Cr$ 5,00, “Karaganda! La Tragedia del Antifascismo Español”, editado naquele ano pelo movimento libertário espanhol no exílio, denunciando a prisão de antifascistas espanhóis no campo de concentração na Sibéria (*Ação Direta*, 15/9/1948).

A necessidade de ampliação da propaganda libertária pela divulgação de seus impressos redundou, também em São Paulo, em esforços coletivos para a publicação de folhetos. Reconhecendo a carência do meio editorial no que dizia respeito à literatura libertária, bem como referindo à intervenção social que no momento se impunha, no início dos anos 1960, *O Libertário* anunciava a criação de uma “organização editora”:

> LITERATURA LIBERTÀRIA
> O momento de inquietude, provocado pelos acontecimentos sociais que agitam o mundo, torna necessário divulgar a literatura libertária no Brasil, onde escasseia.
> Com o fim de contribuir para a divulgação dos princípios anarquistas, esta sendo ultimada a preparação de obras dêsse caráter. “PROBLEMAS DA QUESTÂO SOCIAL – A Solução Anarquista”- cuja impressão está sendo providenciada por uma organização editora constituida em São Paulo (*O Libertário*, mai/1961).

A “organização editora” recebeu o nome de “Guilda de Estudos Sociais” e meses depois aparecia o folheto “A solução anarquista para a questão social”, de Errico Malatesta, em edição com 36 páginas e “muito bem cuidado na sua apresentação gráfica”:

> Nesta obra, o inesquecível Malatesta, na linguagem clara que se nota em todos os seus trabalhos doutrinários, faz uma síntese magnífica da crítica ao Estado e a todas as instituições autoritárias, contrapondo-lhe a solução anarquista sem Estado para um novo sistema de convivência humana, baseado na solidariedade e no mútuo acôrdo, na liberdade e na justiça social para todos (*O Libertário*, jun/1962).

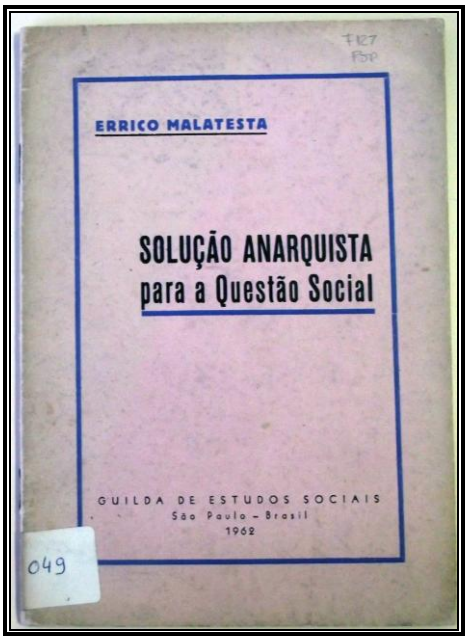


Ilustração 25 – Capa do folheto “A solução anarquista para a questão social”, de Errico Malatesta. São Paulo, 1962.

No ano seguinte, o mesmo jornal oferecia à venda, na seção “Biblioteca Social”, o folheto “Preanarquia: sugestões práticas sobre a organização da sociedade futura”, de Randolfo Vella, em que se estudava “o estabelecimento de uma sociedade preanarquista, isto é, de convivência transitória entre a sociedade capitalista e a anarquia” (*O Libertário*, ago-set/1963). A obra que, à altura, já tivera duas edições na Itália, ganhara publicação custeada pelo anarquista italiano Carlo Aldegheri, radicado em Santos, cabendo a Alexandre Pinto a tradução e composição. Alexandre C. Pinto foi o nome adotado por Alexandre Belo, operário gráfico e militante anarquista nascido em Portugal (RODRIGUES, 1994, p. 26-28). Foi diretor-responsável do *Ação Sindical*, periódico sindicalista revolucionário publicado em São Paulo, em 1958. Colaborou ativamente com a imprensa libertária, sobretudo n’*O Libertário*, onde frequentemente assinou artigos com o pseudônimo Belando Xelear, ou simplesmente B. X.

Em “tradução muito bem cuidada” o folheto fora colocado à disposição em livrarias de Santos, Rio de Janeiro e São Paulo, atestando a intenção de levar a públicos mais amplos a propaganda.

No mesmo ano de 1963, Ênio Cardoso, militante anarquista do Rio de Janeiro, em edição do autor, publicou *Análise e Síntese Libertárias*,[69] folheto de 30 páginas que dava forma de ensaio às ideias que Cardoso publicava na imprensa libertária sob o pseudônimo de Lysenko. Ênio fora membro fundador do Centro de Estudos Professor José Oiticica, do qual posteriormente se afastou.

A divulgação libertária por meio da publicação de folhetos e outros impressos é também a marca de destaque na trajetória de Venâncio Pastorini Sobrinho, militante anarquista, jornalista operário, escritor e polemista, cujo nome se afirmou entre os maiores difusores dos princípios libertários no Rio Grande do Sul. Pastorini nascera em Rio Grande, mas sua militância desenvolvera-se principalmente em Bagé, cidade em que viveu até seu falecimento em 1965. De ativa participação no associativismo dos trabalhadores, foi um dos dirigentes da União Geral dos Trabalhadores e redator de jornais como "A dor humana", em 1919 e "Emancipação", já nos anos 1920 (MARÇAL, 1995, p. 137-136).

A crença de Pastorini na difusão da palavra impressa como arma para "elevar os espíritos" é comprovada na sua vasta militância como escritor, editor e distribuidor de folhetos, panfletos, boletins, manifestos, além do constante intercâmbio com os grupos editores de jornais ácratas de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde eram frequentes as notas dando conta da atividade editorial de Pastorini:

> Propaganda Anti-clerical em Bagé.
> Do companheiro Venâncio Pastorini Sobrinho, de Bagé, Rio Grande do Sul, recebemos recortes e boletins de propaganda anti-clerical por ele publicados e distribuídos naquela região.
> Este companheiro não se limita, porém, à propaganda anti-clerical, orienta a sua ação no sentido de desenvolver a divulgação das idéias libertárias, tendo-se destacado na crítica aos politiqueiros do regime capitalista e à ação nefasta dos falsos socialistas (*A Plebe*, 4 de dezembro de 1948).
>
> NOSSOS LIVROS

[69] No catálogo do *Centre International de Recherches sur l'Anarchisme* – C.I.R.A., na Suíça há duas referências sobre essa publicação, com os anos de 1961 e 1963, ambas creditadas à editora *Mundo Livre*. A editora, entretanto, iniciou suas atividades em 1962. Nenhum de seus balancetes acessíveis consta ter sido o folheto publicado sob seu selo. Doutra parte, Pietro Ferrua, criador do C.I.R.A, dissera que, na época de seu exílio no Brasil em 1963, Enio Cardoso não mais militava no movimento anarquista (FERRUA, 2009).

> Recebemos do companheiro sul-rio grandense Venâncio Pastorino Sobrinho, tão dinâmico e corajoso, o seu opúsculo **A Luta entre Deus e Satanás.** Panfleto violento mostra os crimes do capitalismo, denuncia a causa das mentiras religiosas, aponta as vítimas da fome e abre a todos o panorama da humanidade em marcha para mais uma guerra catastrófica. O opúsculo merece leitura atenta (*Ação Direta,* abr/1957).

> A Decadência de um Sistema Político e Social.
> De um velho militante residente em Bagé, Rio Grande do Sul, recebemos agora, como já temos recebido por várias vezes, um boletim com o título "A Decadência de um Sistema Político e Social", em que êsse esforçado companheiro estuda a atual situação do mundo em contraste com a sociedade futura do socialismo libertário. Êsses boletins são por êle escritos, editados e distribuídos, coisa que vêm fazendo há muitos anos, tornando-se um infatigável batalhador do anarquismo e das liberdades sociais. Trata-se de Venâncio Pastorino Sobrinho (*O Libertário*, ago-set/1963).

Da lavra de Sobrinho, foram dezenas de folhetos e panfletos – a maior parte de difícil localização hoje. Entre outros títulos, podemos listar: "Em Marcha para o Socialismo" (1946), "Governo do Povo – Parlamentarista – Federalista" (1951, originalmente publicado no jornal *Correio do Sul*, em 12 de março de 1950), "Nos tempos das eleições. Desmascarando tartufos" (1951), "As atrocidades da Gestapo do Sr. Getúlio Vargas" (sem data), "A obra no caminho da paz social universal (sem data), "A causa dos menores abandonados" (sem data), "A luta entre Deus e Satanás" (1957), "A decadência de um sistema político social" (1963), "Conflito entre Bolchevismo e Socialismo Anarquista" (sem data), "Cartilha libertária sem máscara" (sem data), "Anarquismo e a questão social" (1961).

Nas palavras de Edgar Rodrigues, Venâncio Pastorini foi o "autêntico agitador pela palavra escrita e falada! Não havia político que ele não desafiasse! Autoridade clerical ou policial que ele não contestasse!". (RODRIGUES, 1998, p. 179) Para além disso, pode-se vislumbrar em sua obra o anseio por um programa de difusão de livros e leituras libertárias.

Seus escritos, às vezes sem requinte ou preocupação com a melhor organização da ideias, revelavam, mais do que a urgência que poderia ocasionar alguns atropelos na exposição do pensamento, um libertário atento à necessidade de formação de mentalidades livres por meio da instrução. Era ele próprio um leitor voraz, ansioso por condensar nos seus escritos, o "fermento" doutrinário que absorvera da literatura libertária. "Todos os sistemas faliram.

Resta o Anarquismo. Estudai-o!” – era o lema frequentemente inserido em seus textos.

Em “Governo do Povo Parlamentarista Federalista” Pastorini elabora um “programa de transição” que toma a cidade de Bagé, com seus então 67.700 habitantes, como modelo de uma futura organização socialista-libertária. Denunciando que o Estado é causador de exploração e criador de “parasitas sociais”, afirma que a intenção de seu “trabalhinho”.

> é demonstrar que todos os sistemas de organização dos povos sobre bases Estatais são meios de escravidão e de exploração da pessoa humana. Nenhum desses sistemas resolve os sofrimentos da classe trabalhadora. Esses sistemas são focos de parasitas sociais, não são aceitáveis para a classe trabalhadora (SOBRINHO, 1951).

Por VENANCIO PASTORINI SOBRINHO

A Luta Entre «Deus e Satanaz»!

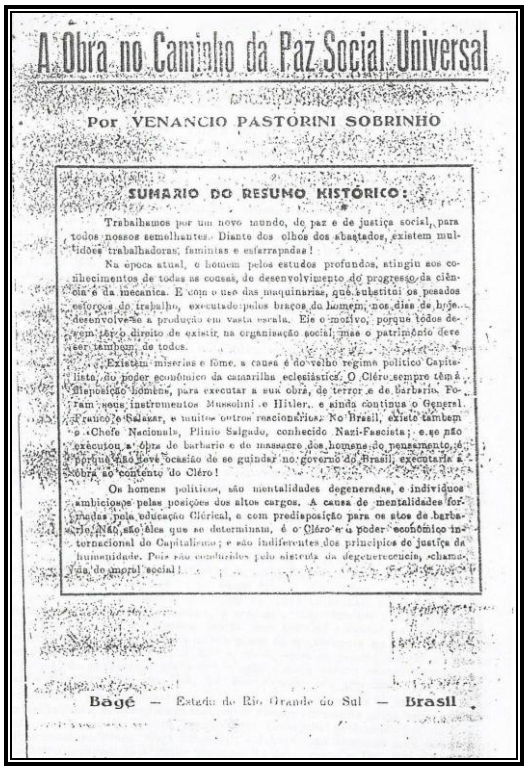
Sumario do Trabalho Exposto em Publico

A verdade é incontestavel, os pôvos estão sendo conduzidos, por um sistema de miserias e sofrimentos, sob o dominio de uns poucos, escravisando a maioria de seus semelhantes. A educação na escola como meio ambiente-chamado de organisação social - de crimes e barbarie. A instrução politico militar da Igreja e do Estado; a organização do Capitalismo. Não ha paralelos nos meios de corrupção - de menores desgraçados da vida, abandonados, esfarrapados e famintos, perambulando pelas metropoles, escola de crimes, a miseria e a prostituição por toda parte, são os comprovantes. É a obra do sistema da velha organisação social, dos puritanos do poder econômico, do capitalismo dos magnatas internacionais, dando vivas ao «Patriotismo, das Nações Unidas,» na fabricação das guerras dos Santissimos negocios, com a carne humana...

Os crimes do Capitalismo! A causa das mentiras religiosas! As vitimas da fome! A marcha para as guerras de exterminio dos povos!

BAGÉ — ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2a EDIÇÃO



A Obra no Caminho da Paz Social Universal

Por VENANCIO PASTORINI SOBRINHO

SUMARIO DO RESUMO HISTÓRICO:

Trabalhamos por um novo mundo, de paz e de justiça social, para todos nossos semelhantes. Diante dos olhos dos abastados, existem multidões trabalhadoras, famintas e esfarrapadas!

Na epoca atual, o homem pelos estudos profundos, atingiu aos conhecimentos de todas as coisas, de desenvolvimento do progresso da ciência e da mecanica. E com o uso das maquinarias, que substitui os pesados esforços do trabalho, executado pelos braços do homem, nos dias de hoje, desenvolve-se a produção em vasta escala. Ele o motivo, porque todos devem ter o direito de existir, na organização social, mas o patrimônio deve ser tambem, de todos.

Existem miserias e fome, a causa é do velho regime politico Capitalista, do poder econômico da camarilha eclesiastica. O Clero sempre têm a disposição homens, para executar a sua obra, de terror e de barbarie. Foram seus instrumentos Mussolini e Hitler, e ainda continua o General Franco e Salazar, e muitos outros reacionarios. No Brasil, existe tambem o «Chefe Nacional» Plinio Salgado, conhecido Nazi-Fascista; e se não executou a obra de barbarie e de massacre dos homens de pensamento, é porque não teve ocasião de se guindar no governo do Brasil, executaria a obra ao contento do Clero!

Os homens politicos, são mentalidades degeneradas, e individuos ambiciosos pelas posições dos altos cargos. A causa de mentalidades formadas pela educação Clerical, e com predisposição para os atos de barbarie, não, são eles que os determinam, é o Clero e o poder econômico internacional do Capitalismo; e são indiferentes dos principios de justiça da humanidade. Pois são conduzidos pelo sistema da degenerescencia, chamada de «moral social»!

Bagé — Estado do Rio Grande do Sul — Brasil

Governo do Povo

Parlamentarista Federalista

Por VENANCIO PASTORINI SOB.

O programa abaixo transcrito foi publicado no "CORREIO DO SUL" a 12 de março de 1950

O meu programa abaixo transcrito, não é o sistema Anarquista, mas é a marcha pelo Sindicalismo Socialista-libertario, educando a coletividade trabalhadora no ideal Anarquista. Os Anarquistas são intransigentes, contra todo principio de autoridade e de qualquer meio de coação de dominio do homem pelo homem. Os Anarquistas afirmam que, para se chegar á Anarquia, é diretamente pelo caminho Anarquista!

Os Anarquistas não admitem nenhum meio de imposição contra a liberdade do individuo. São firmes no seu ideal. Sabem conscientemente que não existe outro caminho a se seguir fora da Anarquia! Fora da Anarquia todos os meios de organização social dos povos, são meios anti-humanos. Portanto, a verdade é, marchando para a Anarquia!

O meu objeiivo em «presentar a publico meu trabalhinho, é demonstrar que todos os sistemas de organização dos povos sobre bases Estatais, são meios de escravidão e de exploração da pessoa humana. Nenhum desses sistemas resolve os sofrimentos da classe trabalhadora. Esses sistemas são focos de parasitas sociais, e não são aceitaveis para a classe trabalhadora.

Esses sistemas de organização social são obra de passado; são os meios pelos quais a classe dos ricos escravisa a classe trabalhadora. Portanto, os os trabalhadores os deixarem levar pelo canto das SEREIAS, é porque querem ser enganados e escravisados... Sigam pois, os politicos, e terão a recompensa como sempre — o resultado eterno, de Bestas de carga!

O Padre e o politico são dois irmãos que nasceram gemeos: Portanto, são produto do mesmo parto — a Igreja e o Estado! O Padre e o politico são dois charlatães...

A guerra na COREA é atestado concludente. É a obra da Democracia Burguesa, produto da civilização CRISTÃ, em nome de «Deus todo poderoso»!

Lá os «democratas» estão praticando os mais horrorosos os maiores crimes da historia contemporanea, com os povos, para impôr o dominio, em nome de um Deus malvado!!...

Tenho sugerido um sistema de governo do povo, Parlamentarista federalista libertario. São metodos de organização social do povo, determinadas pelas assembléias dos Sindicatos e a Federação local, Federação Estadual, e desta a Confederação do pais. E destas ás Continentais e ás Internacionais.

Este estudo é, em pequena síntese, entre o Socialismo Anarquista e o Marxismo. Tomo a cidade de Bagé, para fazer um demonstrativo. Bagé tem atualmente 67.700 habitantes. Neste cálculo, 23 mil pessoas ficam fora da atividade produtiva, são os velhos e outros impossibilitados e as crianças ao cargo da organização social com todos os confortos.

Métodos de organização de produção geral da Federação do municipio, primeira base, agricultura mecanizada, o Sindicato agricola compõe-

Trabalhamos por um Mundo Novo de melhores dias

Escreve VENANCIO PASTORINI SOB.

Diante da conferência do Dr. Rui Ramos

Não deve restar duvidas a quem quer seja, que nós trabalhamos por uma organisação social de melhores dias de vida para nossos semelhantes. Neste ponto afirmativo ideologico, estamos convictos de nossa obra, dos direitos e da liberdade da pessoa humana. E portanto ouvimos a conferencia do Dr. Rui Ramos, um dos astros proeminentes politicos do Partido Trabalhista Brasileiro, pela Radio Difusora de Bagé. Nessa conferencia o Dr. Rui Ramos, teceu muitos comentarios de seu partido que, nos chamou atenção do fundo das exposições, referentes á forma de resolver os meios de vida da pobreza, o que é muito importante para os homens que se debatem por dias melhores para seus semelhantes, conforme nossas afirmativas. O Dr. Rui Ramos, no trabalho de sua conferencia chamou a atenção até dos que estavam em suas casas ouvindo pelo Radio. Nesta questão exposta de público, nós tambem devemos entrar no fundo da importante questão de interesses gerais das coletividades, principalmente da classe trabalhadora, que tudo produz e nada possuem, mas sim, motivo das causas e os efeitos que produzem o mal de tudo. O Dr. Rui Ramos, expondo os pontos principais de seu Partido, apresentou meadas de enrêdos que nos faz examinar e esmerilar tudo bem a fundo, para apresentar o nosso módo de ver e conhecer a questão importante da atualidade, na qual gravitam as atenções de toda a humanidade. Na sua conferencia o Dr. Rui Ramos, apresentou uma modalidade de inovação, dos meios de vida das coletividades, divididas em tres categorias. Primeiro da grande quantidade de analfabetos e miserias da camada popular (da Pleba), o que é verdade incontestavel, e cuja causa assenta na base do regime politico Clerical economico Capitalista. O segundo ponto, são as escolas para educar a infancia abandonada, mas não neste regime de miserias e de sofrimentos, obra da Religião e do Estado, fabrica de mentalidades maldosas e doentias do fanatismo religioso. Terceira proposição, a classe trabalhadora atingir de escola em escola até o nivel da classe abastada do alto cume. Isto é uma coisa engraçada, nesta época de conhecimentos do homem de todas as causas. E isso para atingir ao alto cume do capitalismo, é preciso o individuo ser muito bom pirata e descarado, e ser tambem muito bom politico servidor do Clero, ou comerciante astuto de golpes psicologicos de convivencia no meio dos trustes do alto poder econômico. E fora disso, seria se pensar imaginando da posição do pauperrimo trabalhador, igual a um cordeiro posto dentro da gaiola do Tigre faminto. Ora, Dr Rui Ramos, nós acreditamos que não conheça a questão social bem a fundo dos sofrimentos e miserias dos trabalhadores, e as causas do mal, como viemos afirmando neste trabalho, não é possivel V. S. está agindo com intenções preconcebidas de seus interesses politicos. Seja como for, até hoje, não ouvimos nem um politico ter a coragem de afirmar verdades no duro, como o Dr. Rui Ramos afirmou ao publico; e mesmo errado nas suas exposições referentes a questão social do proletariado que, discordamos do Dr. Ramos, porque

Ilustração 26 – Capas de folhetos escritos, impressos e distribuídos por Venâncio Pastorini Sobrinho na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul. Em sentido horário: *A luta entre Deus e Satanaz!* (1957); *A obra no caminho da paz social universal.* (s/d); *Governo do Povo. Parlamentarista Federalista.* (1951); *Trabalhamos por um mundo novo de melhores dias* (s/d).

A proposta de organização social transitória apresentada por Pastorini era, em verdade, uma espécie de federação de sindicatos, atuando em moldes cooperativistas, no que guardava semelhança com as proposições de Moacir Caminha em seu "Curso popular de Sociologia", publicado em 1945. Pastorini considerava que comprometimento de cada indivíduo com os seus deveres para ter direito ao "patrimônio social" dependia da criação de uma moral libertária, e esta dependia em larga medida da educação e da leitura.

Era comum Pastorini recomendar, em meio aos seus escritos, a leitura de alguma obra que lhe tenha servido de fonte às análises, como em "A obra no caminho da paz social universal", em que, em meio ao seu combate ao regime "clérigo-burguês", sugeria a leitura de Eugen Relgis:

> Portanto, leitores desse trabalho, para conhecerem um pouco da causa dos terríveis males que estamos demonstrando e martelando, nos fatos e nas causas; leiam a importante obra de autoria de EUGEN RELGIS, conhecedor profundo dos fatos e das causas, que se encontram na "HISTÓRIA SEXUAL DA HUMANIDADE", esta obra deve ser lida por homens, mulheres e moças, todos quantos tenham um pouco de cultura deve ler, para conhecer (SOBRINHO, s/d, p. 13).

Relgis foi um militante libertário, teórico pacifista, escritor e poeta romeno. Militante, sobretudo pela organização de grupos pacifistas, como a "Internacional dos resistentes à guerra" e pela direção de periódicos, como a revista *"Umanitatea"* (A Humanidade), foi perseguido tanto por fascistas quanto por comunistas. Exilado em Montevidéu, continuou sua militância de prolífica escrita. Em 1953, em visita ao Brasil, contactou José Oiticica, com vista a traduzir sua obra ao português. O livro recomendado por Pastorini, "História sexual da humanidade", foi publicado no Brasil, pela *Editora Civilização Brasileira*, em 1954, com tradução de Oiticica.

Na escrita de Pastorini, divisa-se o entusiasmo que revestia a crença na instrução, na autoformação dos indivíduos, nas leituras que, para ele, seriam as sementes da redenção humana. O estabelecimento de leituras, a sugestão de um roteiro de obras a ler, chama atenção à biblioteca do próprio militante, atualizada com relação às "estantes de estudos sociais" divulgadas pelos jornais libertários, como se verificava ao final do panfleto "Anarquismo e a questão social", de 1961:

> [...] quem deseja conhecer as causas profundas dos sofrimentos humanos, leiam as obras de Pedro Kropotkin, Apoio Mútuo, Fábricas e Oficinas, A Ciência e a Anarquia e muitas outras obras do sábio e sociólogo anarquista, demonstrou que as doutrinas da luta das espécies de Darwin, são erradas; Sebastião Faure, A Dôr Universal, As provas da inexistência de Deus; P. J. Proudhon, Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria; Agustinho Hamon; R. Mella; E. Reclus; Han Riner; R. Rocker; Romain Rolland; Luiza Michel; Pedro Gori; Emma Goldman; Enrico Malatesta, e muitos outros, sábios e sociólogos, mestres do anarquismo, conhecidos mundialmente.

Após a larga referência a autores e obras sobre os princípios libertários, Pastorini encerrava o panfleto oferecendo o endereço da *Editora Germinal*, do Rio de Janeiro, onde os interessados poderiam buscar outras obras de semelhante teor.

A importância da difusão da edição libertária, da necessidade de superação dos obstáculos que se impunham à divulgação dos valores ácratas – a censura, a repressão às ideias, o desinteresse das editoras – conduziam os libertários à imperiosa tarefa de, pelos meios de que dispunham, favorecer a circulação de seus livros – esses "instrumentos temíveis" de que Darnton nos falou – estabelecendo repertórios de leituras e orientando os leitores, familiarizados ou não com os princípios anarquistas, na busca de instrução

A carência de circulação dos livros libertários era fato. O reconheciam largamente os grupos editores que, a partir dos jornais, buscavam a reorganização dos anarquistas no período pós-Estado Novo. A necessidade de manter vivas as relações entre os militantes anarquistas e dar continuidade à intervenção política e social de seu movimento, foram os jornais as "estantes" pelas quais os livros foram apresentados aos leitores, por meio das resenhas, dos excertos, das traduções e, da disponibilização à venda, que a um só tempo favorecia a propaganda dos ideais, a educação dos indivíduos e possibilitava a geração de recursos dos quais dependia a continuidade da propaganda.

2.4 Entre herança e protagonismo, escrever a história anarquista

Ao esforço editorial, somou-se a tarefa de escrever a história do movimento anarquista e a trajetória das ideias e práticas libertárias. Esse anseio acompanhou muitos militantes, grupos editores e organizações,

frequentemente manifestando-se em favor de um trabalho de coleta de dados, levantamento de publicações, da formação de arquivos que reunissem documentos importantes para o movimento. Desse trabalho de pesquisa, deveria emergir uma história das lutas sociais no país, uma memória e um ponto de vista próprio atuação libertária. “Contar a própria história”, dizia respeito, antes de tudo, romper a repressão e a censura, recusar o isolamento social e superar a perspectiva institucional da história dos vencedores.

Imperativo partilhado entre os grupos de afinidade libertária, a preocupação de legar relatos, interpretações e memórias e permitir, dessa forma, a escrita de sua própria história foi frequente. Na imprensa de classe, eram comuns os apelos pela coleta de documentos relativos ao associativismo dos trabalhadores, a divulgação de acervos, de centros de estudos, os levantamentos de publicações, num esforço por mapear edições, opúsculos, brochuras, jornais, revistas ou panfletos.

Exemplar nesse sentido foi o esforço pioneiro da revista *A Vida,* “publicação mensal anarquista”, lançada em 1914, no Rio de Janeiro. Publicada num momento de refluxo do movimento operário, com a divisão entre os adeptos do sindicalismo revolucionário (aderidos à Confederação Operária Brasileira, fundada em 1906) e a tendência reformista que se abrigava na Confederação do Trabalho, fruto de um congresso realizado em 1912, *A Vida* era obra de alguns dos mais ativos militantes anarquistas, como Francisco Viotti, José Oiticica, Florentino de Carvalho, Astrojildo Pereira, Adelino de Pinho, Fábio Luz, entre outros.

Ao seu primeiro número, a revista solicita dos leitores informações sobre o tema do associativismo dos trabalhadores, inclusive com pretensões de levantar relatos de todas as regiões do país. Sob o título “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, perguntava:

> Desde quando se escreve, no Brazil, sobre a questão social? Que livros, que folhetos, que jornais se teem publicado aqui, a respeito das doutrinas socialistas em geral?
> São perguntas a que cada um de nós poderá responder parcialmente, mas a que talvez nenhum o poderá fazer de modo completo. Entretanto, se juntarmos as respostas parciais de cada, obteremos um resultado tanto quanto possível completo (*A Vida*, 30 de novembro de 1914).

Na edição seguinte, *A Vida*, além da rubrica “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, passa a publicar coluna intitulada “Subsídios para a história do movimento anarquista no Brazil”, composta de relatórios e documentos, parte dos quais preparados por grupos de várias regiões do país com vistas à participação em um Congresso Anarquista Internacional. A deflagração do conflito europeu em 1914, entretanto, não permitiu a realização do certame, e o jornal passou a publicar os relatórios parciais que estavam em elaboração, iniciando com um relatório sobre o movimento anarquista em Porto Alegre, que historiava a chegada na cidade dos primeiros militantes egressos da Colônia Cecília, a sua participação no movimento operário local, a criação de grêmios e associações e a publicação de jornais (*A Vida*, 31 de dezembro de 1914).

Em outros periódicos, seja por meio da coleta e divulgação de documentos e relatos alusivos à atividade dos libertários no Brasil, seja no levantamento de publicações diversas que discutiam o tema das doutrinas socialistas e os problemas sociais e, posteriormente, na publicação de relatos memorialísticos, ia-se constituindo, aos poucos, uma teia de informações que daria forma a uma história do anarquismo no país.

Esse esforço seria acompanhado pelo trabalho de pesquisadores, arquivistas e historiadores. Um dos mais notáveis “militantes-arquivistas” do anarquismo foi Edgard Leuenroth, que, por muitos anos, acalentou o desejo não concretizado de escrever um grande “documentário” sobre a “questão social”. Seu esforço resultaria no valioso acervo que deu origem a um dos maiores arquivos de história social do país, o Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade de Campinas. Khoury anotou a faina de arquivista de Leuenroth, observando a variedade de temas da coleção e a natureza variada do material reunido, confirmando a importância desse trabalho para o fortalecimento da identidade libertária:

> Leuenroth, julgando o ato de coligir, preservar e consultar esses documentos como um meio dos grupos se identificarem no embate das forças sociais, como ‘uma necessidade coletiva daqueles que se dedicam ao estudo da questão social’, colecionou e organizou livros, periódicos, boletins, panfletos, fotos, folhetins, peças teatrais, crônicas, poesias, contos, canções, hinos, produzidos ou utilizados pelos combatentes. Dedicou anos de sua vida a preparar a publicação de ‘um documentário, o mais completo possível, do

> desenrolar do movimento social brasileiro', segundo suas próprias palavras, reunindo material cada vez mais difícil de ser encontrado e organizando-os em volumes, segundo sua natureza: artigos de jornais sobre problemas e reivindicações dos trabalhadores, sobre campanhas anticlericais, sobre o movimento anti-integralista; poemas e canções de cunho libertário; dados coletados na imprensa sobre a organização e o movimento dos jornalistas brasileiros. Entretanto, nunca chegou a publicá-los em vida (KHOURY, 1987/1988, 215).

Compreendendo a vocação internacionalista das ideias libertárias, arquivistas-historiadores propuseram a elaboração de enciclopédias do anarquismo no mundo, em um esforço de síntese que ligou, em épocas diversas, historiadores e pesquisadores como Max Nettlau, Anselmo Lorenzo, Jean Maitron, Carlos Rama e Edgar Rodrigues.[70]

Na imprensa libertária dos anos entre 1945 e 1968, o projeto de educação calcado na circulação de livros e leituras divulgadores dos valores que formariam o "homem novo", está presente no anseio de tornar possível a escrita da história das lutas sociais. Os artigos de fundo histórico, como destacado no capítulo anterior, ocupam considerável espaço nos jornais, rememorando eventos, evidenciando a tradição herdada nas biografias militantes, recompondo a trajetória de associações de trabalhadores e seus veículos de comunicação.

Articulando a cultura libertária com noções de tempo e de memória, emergiam relatos que transcendiam as periodizações político-institucionais que orientavam a "história dos historiadores" de então. A própria identidade libertária se ia galvanizando e sendo partilhada, à medida que, a partir do transcorrer do movimento, delineavam-se seus marcos sociais de memória. Constituia-se, pois, na elaboração de uma memória coletiva.[71] Na urdidura dos

---

[70] Ver: NETLLAU, Max. **História da Anarquia. Das origens ao anarco-comunismo.** São Paulo: Hedra, 2008; _____. **Breve storia dell'anarchismo.** Cesena: L'Antistato, 1964. MAITRON, Jean. **Histoire du mouvement anarchiste en France (1880-1914),** SUDEL, Paris, 1951; _____. **Ravachol e os anarquistas.** Lisboa: Antígona, 1981. RAMA, Carlos e CAPELETTI, Ángel. **El Anarquismo en America Latina.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990. RODRIGUES, Edgar. **Universo Ácrata**. Florianópolis: Ed. Insular, 1999. 2 Volumes.

[71] Na perspectiva de que é pensada como a seleção, a interpretação e a transmissão do passado a partir do ponto de vista de um grupo social determinado. Ver: Halbwachs, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004 e RICOER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. Sobre o papel das recordações na formação de identidade de determinado grupo nos afirma ainda Lowenthal: "Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado." (p. 83) Ver: LOWENTHAL, David. "Como conhecemos o passado" *In:* **Projeto História.** Revista de Estudos

referentes dos libertários, cria-se uma tradição contraposta à oficial, ligada ao permanente projeto educativo dos anarquistas. Os marcos de memória são componentes, doutra parte, de uma "cultura política" própria aos libertários, construção de gerações sucessivas e que os torna peculiares em relação a outros agrupamentos políticos, embora façam parte, na sua origem, de uma mesma tradição da "cultura radical" da classe trabalhadora como estudada por E. P. Thompson (2002c, pp. 303-343). Aqui compreendemos "cultura política" como

> conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p.21).

As representações políticas, numa acepção em que não estão separadas das práticas que as engendram e as confirmam ou modificam, englobam um espectro amplo formado pela ideologia, pelo léxico próprio, pela memória, a iconografia, e formam, pois, uma cultura visual e simbólica que pode manifestar-se nas alegorias, emblemas, caricaturas, fotografias, nas bandeiras, cartazes, entre outros (MOTTA, 2009. p. 21-22).

Esse conjunto de valores, com sua fértil provisão de eventos simbólicos, textos seminais, personagens, funciona, no dizer de Bernstein, como uma "grande de leitura do social" que fornece uma chave de inteligibilidade da sociedade em que se vive e na qual se pretende operar uma intervenção (BERNSTEIN, 2009, p. 35).

A propósito das potencialidades da apropriação da categoria "cultura política" para a compreensão do comportamento de sujeitos sociais, Ângela Castro Gomes sublinhou a possibilidade de analisar tais comportamentos a partir de seu próprio ponto de vista:

> [...] permitir explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores sociais, individuais e coletivos, privilegiando-se seu próprio ponto de vista: percepções, vivências, sensibilidades. Dentro desses parâmetros, a categoria cultura política vem sendo entendida como 'um sistema de representações complexo e heterogêneo', mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social,

---

Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, nº 17, novembro de 1998.

> em determinado momento e lugar (GOMES In: ABREU; SOIHET; GONTIJO, 2007, p. 47).

É pela existência de valores coletivos, social e politicamente construídos e partilhados que entendemos nos anarquistas uma identidade comum e distinta das outras vertentes do socialismo, embora não se tenham caracterizado como um movimento homogêneo, nas ideias ou nas práticas (MANFREDONIA, 1999, p. 260). Se buscamos, entretanto, explicar os comportamentos libertários a partir do estudo das referências e representações partilhadas no seio dessa "família política", as oposições entre as correntes libertárias cessam:

> Se vamos por este caminho, é fácil mostrar que os anarquistas são portadores de uma verdadeira cultura política. Ela os leva a ter não somente uma maneira de fazer política ou de reagir frente aos acontecimentos, mas igualmente uma visão de mundo comum fundada sobre um sistema de normas e valores que lhes são próprios (MANFREDONIA, 1999, p.261).

A adesão a certos valores e referências históricas nutre a identidade libertária. Tomemos, a exemplo, os relatos históricos sobre o Primeiro de Maio, invariavelmente saudado como uma data significativa à memória dos trabalhadores.[72] O martirológio dos anarquistas de Chicago é apresentado, ano após ano, em páginas inteiras de números especiais dos jornais, como momento chave de enfrentamento ao capital e ao estado. Os antecendentes históricos são traçados, as últimas palavras dos condenados são repercutidas e firme posicionamento é tomado contra o "esvaziamento" do sentido de luta: "É uma data de protesto. Não é a 'festa' do trabalho como afirmam os mistificadores. O trabalho vive escravizado e os escravos não costumam festejar a sua escravidão" (*A Plebe*, 1/5/1948).

---

[72] Entre vários estudos sobre o Primeiro de Maio ver: CATROGA, Fernando. **O Céu da Memória.** Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. (ver em especial a segunda parte do livro: "O 1º de Maio como rito operário"); HOBSBAWM, Eric. "A transformação dos rituais do operariado". *In:* **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. PERROT, Michelle. "O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário". *In:* **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. DEL ROIO, José Luis. **1º de Maio. Cem anos de luta, 1886-1986.** São Paulo: Global, 1986; BILHÃO, Isabel. "Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista." *In:* **Revista Brasileira de História** (Online), v. 31, 2011. p. 71–92.

Em junho de 1967, *Dealbar* noticiava as homenagens do Primeiro de Maio daquele ano, realizadas nas modestas acomodações do Centro de Cultura Social, expondo a necessidade de contraposição à história oficial e afirmando os libertários como depositários da memória social do episódio:

> Esta memorável data proletária foi condignamente comemorada pelos libertários de São Paulo, que como herdeiros diretos que são da filosofia social que animou os protagonistas daquela histórica tragédia, zelam para que seja mantida a pureza da sua verdadeira significação histórica.
> [...] O último orador da noite foi o velho militante anarquista Edgard Leuenroth. Êste jornalista, sem tomar conhecimento de seus oitenta e cinco anos de idade, fazendo jus aos seus pendores naturais de arquivista trouxe farta documentação sôbre a memorável tragédia de Chicago, que não chegou a expô-la totalmente porque o tempo era bem curto para a sua lúcida memória que [é] um verdadeiro repositório histórico de tôda a luta social universal (*Dealbar*, jun/1967).

Trata-se, pois, de afirmar a memória e a história das lutas sociais e preservar um sentido, conformando significados caros aos trabalhadores e em disputa entre outros grupos políticos e sociais. Já o anotara Azevedo, em pesquisa sobre a "resistência anarquista" na década de 1930, a busca de referenciais no passado e vínculos com a tradição libertária de outros países era mister à preservação da identidade anarquista. Tarefa que tomava maior vulto em momentos de enfraquecimento da influência libertária, nos quais era necessário ligar-se, via memória, aos momentos-chave da luta operária e anarquista e pela reprodução de relatos, de rituais, iconografias e simbologias.

> Especialmente num momento de enfraquecimento do alcance da prática libertária, como ocorreria no período que abordamos no Brasil, tornava-se fundamental para sua sobrevivência a busca desses referenciais no passado e de vínculos como outros países onde o ideal libertário florescia intensamente, como era o caso da Espanha revolucionária. O constante apelo aos valores operários através da reprodução de rituais e das imagens clássicas dos momentos áureos do seu passado, assim como a semelhança de suas atividades com aquelas dos libertários de outros países, em sincronia com seus ideais, eram recursos utilizados para a reafirmação da prática anarquista (AZEVEDO, 2002. p.167).

dealbar

A IDÉIA É COMO A GÔTA D'ÁGUA. PODE REFLETIR A IMENSIDADE.

Diretor: PEDRO CATALLO
Redação e Administração
Rua Rubino de Oliveira, 85
Correspondência: Caixa Postal 5739
São Paulo
PREÇO NCr$ 0,20

ANO II NÚMEROS 14 E 15 SÃO PAULO, ABRIL E MAIO DE 1968

ORIGEM DO 1.º DE MAIO

Você tem uma dívida de honra para com aquêles que deram sua vida, para que trabalhássemos apenas 8 horas por dia

Desejamos de conhecer um pouco da História que envolve a celebração universal da Festa do Trabalho, iniciamos acurada procura de documentos fidedignos que nos pudessem conduzir seriamente, à verdadeira fonte que deu origem a esta comemoração. Dentre os vários documentos que nos vieram às mãos, encontramos um libreto de Ricardo Mella, que leva como título: «A Tragédia de Chicago» e como subtítulo: «Mártires e precursores das Oito Horas», que foi escrito em 1889, precisamente dois anos após aos acontecimentos que ora nos ocupam. Surpreendidos que fomos pelo título da obra, pois sempre se falou em «festa do trabalho» e não em «Tragédia de Chicago», adentramo-nos sôfregamente, na leitura do citado documento. Qual não foi a nossa surpresa ao constatarmos que, em verdade, o 1º de Maio longe de ser uma data festiva é, antes de mais nada, um dia protestatório e de invulgar significação social e humana. É data que marca uma das mais resplandecentes conquistas da História do proletariado, que vem a ser, o advento das oito horas de trabalho, em contraposição às dez e mais horas que, oficialmente ainda se trabalhavam em 1886. Ademais disse Mella no principio de seu libreto, referindo-se à data: «Para uns, é a festa do trabalho; para outros, a festa do capital; para todos, a festa da humanidade». Em verdade, o 1º de Maio é tudo isso e muito mais ainda, porque é a festa de todos os trabalhadores, de todos os explorados, de todos os oprimidos, de todos os que sofrem a tirania e a prepotência dos poderosos, de todos os que anseiam por um mundo melhor, mais justo e mais humano. É a festa de todos os que lutam pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade entre os homens. É a festa de todos os que amam a paz e a concórdia entre os povos. É a festa de todos os que desejam ver a humanidade livre de todos os males que a afligem, de todos os males que a atormentam, de todos os males que a flagelam. É a festa de todos os que anseiam por um mundo sem fronteiras, sem exércitos, sem guerras, sem ódios, sem rancores, sem vinganças, sem ambições, sem egoísmos, sem preconceitos, sem discriminações, sem explorações, sem opressões, sem tiranias, sem prepotências, sem violências, sem crimes, sem delitos, sem prisões, sem cadeias, sem penitenciárias, sem forcas, sem patíbulos, sem cadeiras elétricas, sem câmaras de gás, sem fuzilamentos, sem execuções, sem assassinatos, sem suicídios, sem roubos, sem furtos, sem latrocínios, sem homicídios, sem parricídios, sem infanticídios, sem genocídios, sem fratricídios, sem matricídios, sem uxoricídios, sem filicídios, sem regicídios, sem magnicídios, sem tiranicídios, sem ditadores, sem déspotas, sem tiranos, sem reis, sem rainhas, sem príncipes, sem princesas, sem duques, sem duquesas, sem condes, sem condessas, sem barões, sem baronesas, sem marqueses, sem marquesas, sem nobres, sem nobrezas, sem aristocratas, sem aristocracias, sem plutocratas, sem plutocracias, sem burgueses, sem burguesias, sem capitalistas, sem capitalismos, sem latifundiários, sem latifúndios, sem imperialismos, sem colonialismos, sem neocolonialismos, sem fascismos, sem nazismos, sem racismos, sem totalitarismos, sem ditaduras, sem militarismos, sem militares, sem militarismos, sem militares, sem militarismos, sem militares

No âmbito local, os relatos sucedem-se destacando episódios caros à tradição histórica da militância libertária. São os Congressos Operários Brasileiros (1906, 1913 e 1920), a grande greve de 1917 e seus desdobramentos, as revoltas de 1924 em São Paulo e o desterro de militantes para a colônia penal de Clevalândia do Norte, no Oiapoque ou o confronto com os integralistas na Praça da Sé em 1934, entre outros; marcos que põem em debate a própria trajetória e se atualiza a identidade libertária.

Cumpria avivar a memória em torno do legado libertário, como compreendia José Romero – um desses militantes com pendores de arquivista – não somente para informar as vindouras gerações mas, sobretudo, para encorajá-los à sua continuação. Encerrando um longo artigo em que historiava a imprensa anarquista carioca desde o final do século XIX, relatando títulos e grupos editores, dizia Romero:

> É com satisfação que lembramos esta parte da obra feita pelos idealistas de décadas passadas, na passagem do 10º aniversário de **Ação Direta**. Seguramente, a maioria dos que tomaram parte nessas iniciativas já se terão integrado à mãe terra; alguns passaram-se para campos opostos, mas o movimento continua e o futuro pertence-lhe.
> E com a exposição acima, os novos ficam inteirados de que desde mais de meio século, sempre houve nesta metrópole semeadores do Ideal, os quais depois de 10 ou 12 horas de trabalho cotidiano em seus ofícios, ainda procuravam dispor de algum tempo para dedicá-lo à publicação de jornais, propagando por essa forma a redenção humana. Com vontade, idealismo e dedicação muito se pode fazer (*Ação Direta*, mai/1956).

Documentos preservados por Romero foram o escopo de muitos artigos de fundo histórico nas páginas do *Ação* Direta, notadamente entre os anos de 1955 e 1957, quando abasteciam a coluna “Baú Velho” (rebatizada depois de “Baú de Lembranças”). Coletar os vestígios da trajetória libertária, com os quais se pudessem informar os relatos históricos era tarefa de monta, e o próprio grupo editor do jornal muitas vezes solicitava dos leitores a cessão de documentos com o que se pretendia produzir futuros relatos. Outras vezes, militantes do movimento, interessados em narrar a “história das lutas sociais”, solicitavam auxílio na coleta de fontes documentais pelo jornal, como se evidencia da nota publicada no *Ação Direta* por solicitação do militante anarquista Marques da Costa, desde Portugal:

> **Marques da Costa (Rodolfo)**
> O camarada Marques da Costa (Rodolfo), antigo militante de nosso movimento operário e anarquista, atualmente residente em Portugal, tendo sido violentamente privado de sua biblioteca e de seu arquivo, que se viu forçado a abandonar em Madrid, durante a Guerra da Espanha, pede, àqueles que possam e queiram fazê-lo, o favor de lhe facilitarem a aquisição das coleções ou números solto, dos jornais **A Revolta** (Pará, 1919-20) e **Voz do Trabalhador** (Pará, 1920), a revista **Renovação** (Rio de Janeiro, 1921) e o jornal **O Trabalhador** (Rio de Janeiro, 1922-23), publicações com as quais pretende realizar trabalho referente ao movimento operário no Brasil (*Ação Direta*, 16 de maio de 1947).

Marques da Costa, militante anarquista, sindicalista revolucionário e jornalista-operário nascido em Portugal, chegou ao Brasil em 1917. No Pará, participou ativamente da organização de sindicatos de resistência e da imprensa operária naquele estado. Dirigiu o jornal *A Revolta* e depois *O Trabalhador*, órgão da Federação Operária do Pará. Após mudar-se para o Rio de Janeiro, tornou-se secretário da Federação Operária do Rio de Janeiro e coordenou o *Voz do Povo*. Entre 1922 e 1924, foi o responsável pela seção trabalhista do jornal *A Pátria*, onde defendeu os sindicatos revolucionários dos ataques governamentais e dos bolchevistas do Partido Comunista Brasileiro (RODRIGUES, 1997, p. 33-54; SAMIS, 2004).

No início dos anos 1960, em correspondência com Edgar Rodrigues, que iniciara sua atividade de pesquisador do movimento libertário, Marques da Costa chamava atenção para a necessidade de pesquisa e publicação de dados históricos acerca das lutas sociais e do anarquismo no Brasil. Mencionando dificuldades que enfrentara na coleta dos documentos históricos, Costa lembrava que eram poucos, em Portugal e no Brasil, esforços decididos para a escrita de relatos sobre o movimento, embora não faltassem nos dois países militantes de envergadura teórica e intelectual para outras tarefas da militância:

> [...] Gostei imenso de ver que tens possibilidade para uma tão intensa atividade jornalística e editorial – e ainda mais satisfeito ao verificar que te vens ocupando da história do nosso movimento operário e libertário brasileiro. Francamente, nunca tive a veleidade de poder dar grande contribuição intelectual para um trabalho desse gênero, mas sempre desejei que alguém aparecesse para o executar. Edgar Leuenroth era, sem dúvida, quem estava à altura e em condições de o ter iniciado – e quer-me parecer que chegou a trabalhar nesse

> sentido, ali pelos anos 20. Outro camarada nosso, de muito prestígio e com possibilidades suficientes, teria sido o velho anarquista Florentino de Carvalho (Primitivo Soares) – o que não quer dizer que não houvesse mais ninguém que pudesse incumbir-se desse inestimável trabalho. Houve sempre uma grande falta de valores positivos, intelectualmente falando, no movimento operário e anarquista de muitos países; e Portugal e Brasil sofreram e estão sofrendo enormemente o efeitos dessa carência de recursos, como da falta de iniciativa. Militantes com extraordinárias faculdades de trabalho noutros aspectos, como a propaganda das idéias, combate, polêmicas, organização etc., tinhamo-los de certo. Era uma satisfação podermos contar sempre com suficiente número de comparticipantes ativos para qualquer manifestação que tentássemos levar por diante. Mas já não se pode dizer o mesmo respeitante a trabalho de investigação e recolha de elementos para a história, e menos ainda quanto ao que se refere à concatenação, coordenação e publicação de dados históricos mais ou menos definitivos do nosso movimento e das nossas atividades.[...] (RODRIGUES, 1997, pp.40-41).

Mais de duas décadas depois, nas páginas d'*O Protesto*, era a vez de Edgar Rodrigues – animado pelas palavras de Marques da Costa – lançar-se à pesquisa e arquivamento de documentos referentes às lutas operárias e ao movimento anarquista que deu ensejo à sua vasta obra:

> **Pesquisa para a História das Lutas Sociais no Brasil**
> Pede-se a todos os leitores de nosso jornal, que tenham jornais, folhêtos, livros, atas de reuniões, manifestos, cartas e fotografias de comícios, congressos e reuniões, do movimento anarco-sindicalista, anti-clerical, socialista e de teatro social (aqui se compreende o teatro feito por operários e anarquistas) que queiram ceder ou vender, escrever ou enviar para E. Rodrigues, Cx. Postal 62, Agência da Lapa, Rio de Janeiro, GB (O Protesto, abr/1968).

O trabalho de pesquisas de Edgar Rodrigues se estendeu por muitos anos. Adquirindo material em sebos e alfarrabistas, em Portugal e no Brasil, entrevistando velhos militantes, juntando livros fora de catálogo, reunindo folhetos, brochuras, panfletos, convocatórias, constituiu um arquivo pessoal que resultaria na escrita de mais de sessenta livros sobre o anarquismo, as lutas operárias e antifascistas em Portugal e no Brasil, além de incontáveis artigos em jornais e revistas de vários países.[73]

[73] Sobre a vida e a obra de Edgar Rodrigues ver: ADDOR, Carlos Augusto. **Um Homem Vale Um Homem.** Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012; ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **A Sementeira de Idéias. Edgar Rodrigues, uma vida dedicada à memória anarquista.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2009; JEREMIAS, Marcolino *et alli* (orgs.) **Três Depoimentos Libertários: Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Gimenez Moreno.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2002; RODRIGUES, Edgar. **Lembranças Incompletas.** Guarujá: Opúsculo Libertário, 2007.

2.5 A difusão editorial na imprensa libertária

A trajetória da imprensa libertária do período que enfocamos, como de resto a história da imprensa em si, não pode ser isolada do desenvolvimento de outros tipos de editoração – os livros com destaque. Raymond Williams já o anotara, a propósito do florescimento da imprensa popular e radical no século XIX, na Inglaterra industrial, que

> [...] se a história da imprensa for isolada, não apenas de outras formas cognatas de escrita, edição e leitura, mas como usualmente acontece, de outros tipos de formação e organização política e cultural – decorrentes de movimentos políticos, novas organizações industriais, desenvolvimentos educacionais, mudanças no teatro – ela poderá ser vista meramente como uma fase na história da imprensa, do século dezenove ao vinte, determinada retrospectivamente por si mesma, pelas definições daquilo que a imprensa se tornou. No caso da emergente imprensa popular do século dezenove, qualquer procedimento deste tipo é particularmente inadequado porque oculta aqueles que são provavelmente seus dois aspectos mais importantes: em primeiro lugar, a história decisiva da instituição com posterior incorporação e eventual transformação de uma imprensa popular e radical; em segundo lugar, o problema do conteúdo, que só pode ser verdadeiramente abordado pela comparação com outras formas de editoração popular e com o teatro popular (WILLIAMS, 2007, p.15).[74]

Entre os anos 1940 e 1960, jornais e livros libertários conjugam-se num projeto de difusão das ideias que integra a escrita, a edição e a leitura. Seus conteúdos e sua linguagem mesclam-se, e sua leitura sugere complementaridade, articulação de propósitos. Os jornais libertários, como é natural imaginar, serão os maiores divulgadores dessa atividade editorial. À medida que se ia reorganizando o movimento, a difusão do anarquismo deixava de se limitar à publicação de excertos, traduções da imprensa estrangeira e folhetins, juntamente com os folhetos. As ideias libertárias novamente ganhavam as páginas dos livros, em edições diretamente ligadas ao movimento ou fruto de editoras comerciais. O jornal *A Plebe,* logo em seu ressurgir, chamava atenção ao público leitor sobre a recente edição de duas

[74] Para a reflexão de Williams sobre a imprensa popular e a cultura radical dos trabalhadores, ver: WILLIAM, Raymond. **A Política e as Letras.** Entrevistas da *New Left Review*.Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

obras libertárias que não deveriam ficar desconhecidas a quantos interessasse o conhecimento das bases doutrinárias do anarquismo:

> OS NOSSOS LIVROS – A quase totalidade das obras de nossos autores acha-se esgotada, sendo raro encontrar nas livrarias livros sobre os temas principais de nossa doutrina. Livros de Proudhon, Malatesta, Kropotkin, Fabbri, Rocker, Pietro Gori, Jean Grave, Anselmo Lorenzo, Bakunin, Max Netlau, Luiza Michel, Eliseu Reclus, etc. são raros nas prateleiras de nossas livrarias, pois tais obras, quando editadas, provocam tal procura e interesse que logo se esgotam.
> Agora, porém, duas obras nossas acham-se à venda em todas as livrarias, para as quais chamamos atenção a todos os nossos leitores e também a todos que desejam conhecer as bases de nossa doutrina (*A Plebe,* 1º de maio de 1947).

Referia-se a nota – após ressaltar a escassez nas livrarias de obras "dos nossos autores" – às recentes edições de "Em torno de uma vida", "uma das obras mais famosas da literatura libertária"*,* livro de memórias de Kropotkin, lançado no ano anterior pela *Livraria e Editora José Olympio*; e "As idéias absolutistas no Socialismo", do pensador anarquista alemão Rodolf Rocker, editado também em 1946, em São Paulo, pela *Editora e Distribuidora Sagitário*.[75]

Eram os primeiros passos da difusão editorial libertária naquele período, ensaiando a reconstrução de uma atividade da militância anarquista sólida antes da ditadura. Há que mencionar, para a compreensão da escassez de literatura libertária em circulação, que as reduzidas tiragens da maior parte dos livros e outros impressos anarquistas contribuiu para torná-los mais raros, mesmo no mercado de livros usados.

A disponibilidade de edições brasileiras era reduzida, e, em vista dessa carência, cumpria integrar-se ao circuito internacional de circulação dos livros anarquistas. Exercendo o intercâmbio comum nas correspondências e nos jornais, os grupos editores locais recebiam à maneira de consignação e difundiam as obras editadas pelo movimento libertário, estabelecendo relações internacionais de circuito livreiro distintas dos moldes empresariais convencionalmente praticados.

---

[75] Dois meses antes, *Ação Direta* já referira ao lançamento das duas obras e fôra além em sua divulgação do livro de Rocker, resenhando-o, saudando a criação da Editora Sagitário, transcrevendo um capítulo da obra ("O homem sem cabeça") e oferecendo à venda o livro à importância de Cr$ 15,00. (*Ação Direta*, 20/2/1947).

Entre junho e julho de 1947, *A Plebe* e *Ação Direta* divulgaram a recente edição do livro “Socialismo Libertario y Socialismo Autoritario”, de Max Nettlau. Correspondia ao primeiro volume da “Colección de Estudios Contemporaneos”, da “Guilda de Amigos del Libro”, projeto editorial do Grupo Anarquista *Idea Libre*, de Toulouse. O “delegado”, da *Guilda*, no Brasil era Manuel Peres, ao qual se deveriam endereçar os pedidos sob encomenda.

O livro de Netlau, um dos mais destacados historiadores do movimento anarquista dos séculos XIX e XX, “o Heródoto da Anarquia” na expressão de Rudolf Rocker, imediatamente ganhou espaço nas seções de obras à venda, ao lado de comentários sobre o autor e sua obra. Os passos práticos desse intercâmbio internacional (e internacionalista) são de difícil investigação, visto serem poucos os registros preservados e disponíveis dessa correpondência.

Do pouco que se pode ter acesso, entretanto, é possivel vislumbrar algo dessa faina de difusão editorial, como na atividade do anarquista Luís Páparo, operário de origem italiana radicado em São Paulo. Segundo Rodrigues, Páparo exercia valiosa colaboração à difusão das ideias ácratas, divulgando os jornais, conseguindo-lhes assinaturas, distribuindo livros de teor libertário e mantendo correspondência com grupos anarquistas de outras cidades (RODRIGUES, 1997a, p. 32). De uma das cartas enviadas ao grupo editor do *Ação Direta*, pode-se perceber um pouco de sua atividade livreira:

> São Paulo, 22/1/1947
> Prezado camarada Manuel Peres:
> A presente tem por fim comunicar-te que sem consultar-te, enviei-te 80 livros: “As Idéias Absolutistas no Socialismo”, de Rudolf Rocker.
> Consta-me que Pedro Catalo fez-te um relato dessa obra.
> Eu sei que trabalhas demasiado mas quando o esforço vem reverter em benefício do ideal que abraçamos, nunca nos cansa.
> O custo de cada exemplar é de Cr$ 11,00, nós vendemos por Cr$ 15,00, mas as livrarias vendem a Cr$ 18,00. Dispomos de 1.000 exemplares no momento e esperamos o teu pedido.
> Se interessar temos as seguintes obras: brochadas e em português,
> “Em Torno de uma Vida” – Kropotkine Cr$ 35,00.
> Em espanhol (brochados)
> “Malatesta, Su Vida y su Pensamiento” – Luiz Fabbri Cr$ 35,00
> “Proudhon, Su Vida y su Correspondencia” – Sainte-Beuve Cr$ 35,00
> “Luiza Michel, la virjem roja” – Irma Boyer, encadernado Cr$ 42,00
> “El Apoyo Mutuo” – Kropotkine, encadernado Cr$ 70,00
> “Historia de la Revolución Francesa” – Kropotkine enc. Cr$ 84,00
> Todos os livros têm um desconto de 20%
>
> Luís Páparo

> Rua Oriente, 108 – casa 7 – São Paulo (PÁPARO Apud RODRIGUES, 1997a, p. 32-33)

O livros oferecidos por Páparo ao movimento libertário do Rio de Janeiro já se encontravam à venda nas páginas de *A Plebe*, na sua edição de 15 de agosto de 1947, entre as "Leituras que recomendamos", que, além daqueles, dispunha à venda também "Teses da existência e da inexistência de Deus", publicado no ano anterior por Mário Ferreira dos Santos sob o pseudônimo de Charles Duclos.

Ao lado das obras editadas em outros países, buscava, pois, o movimento libertário no Brasil, oferecer a público os seus livros, no propósito de adensar a propaganda. No mesmo mês, *Ação Direta* anunciava para breve o lançamento de "A doutrina anarquista ao alcance de todos", anteriormente aparecido em formato de folhetim no jornal, e "Sermões da Montanha", do anticlerical português Tomás da Fonseca, que seria a obra de estreia da *Editora Germinal* (*Ação Direta*, 30/8/1947). As atividades dos "livreiros do movimento" que, em intercâmbio com militantes de outros países, punham em circulação diversos títulos perdura, como se vê por outra das cartas de Luís Páparo a Manuel Peres:

> *Contesto a tua carta com data de 6 do corrente que recebi no dia 13 das mãos do companheiro Cristóvão e os livros que me mandaste ao seu cuidado, sendo 60 exemplares de 'Socialismo Autoritário e Socialismo Libertário' e mais 10 exemplares de 'Livro de Ouro da Revolução Espanhola'.*
> *Tomando em consideração a tua exposição sobre a remessa do dinheiro para a 'Guilda do Livro', fizemos um empréstimo do nosso Grupo Ruta e te mandamos a quantia total dos livros.*
> *Se te resta mais algum exemplar do 'Livro de Ouro' podes mandar pelo companheiro Manuel Trubilhiano que será o portador do dinheiro por nós enviado* (PÁPARO Apud RODRIGUES, 1997a, p. 33-34).

A militância de Páparo combinava o ofício informal de livreiro com sua profissão, mantendo contato com editoras e grupos editores no Brasil e em outros países, para possibilitar o oferecimento de livros, folhetos e outras publicações ao público interessado.

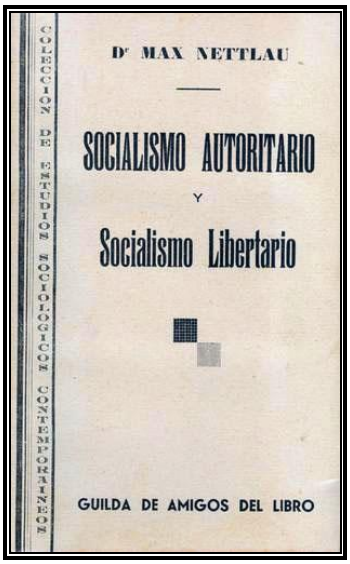


Ilustração 28 – *Socialismo Autoritario y Socialismo Libertário*, de Max Nettlau, distribuído pelo movimento libertário no Brasil.

A outros militantes, tocou fazer do comércio de livros o seu próprio ofício, convertendo-se as suas livrarias em ponto de encontro de libertários, como ocorreu ao poeta Lírio Resende, nas décadas de 1920 e 1930, na capital federal (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 18). Edgar Rodrigues rememorou a atividade do libertário nos congressos operários e no teatro social – foi um dos fundadores do Grupo Dramático Social em 1914 – bem como na imprensa ácrata, em que muito colaborou, sobretudo com uma vasta escrita poética. Mas é a ocupação de livreiro de Resende que chama a atenção:

> [...] abriu na Rua da Constituição, 14, uma livraria de livros novos e usados. Foi o primeiro livreiro anarquista em moldes comerciais, no Rio de Janeiro, que conseguiu sobreviver divulgando o anarquismo. Na loja de Lírio Rezende vendiam-se livros e encontravam-se anarquistas para assentar planos de propaganda: representações teatrais, falar da imprensa ácrata, de literatura sociológica, do movimento anarco-sindicalista, das greves e da perseguição movida pelas autoridades (RODRIGUES, 1997.a, p. 13).

Em 1925, na cidade de Porto Alegre, o militante anarquista alemão Frederico Kniestedt fundou a Livraria e Tipografia Internacional, situada na Rua Voluntários da Pátria, que rapidamente se converteu no centro do movimento libertário naquela cidade. Tecelão, vassoureiro, tipógrafo, livreiro e jornalista da classe, Kniestedt foi uma das figuras de destaque do movimento anarquista do sul do Brasil. Colaborou em diversos jornais e editou outros, como *O Sindicalista* (1914), porta-voz da Federação Operária do Rio Grande do Sul e

Der Freie Arbeiter (1920), periódico anarquista em alemão. A Livraria Internacional era a sede do Grupo Anarquista Internacional, que publicava o mensário *A Luta*, entre os anos 1928 e 1930. Em 1933, a livraria passou a sediar a "Liga dos direitos humanos", dirigida por Kniestedt, que editava também o semanário *Aktion*, porta-voz da liga (KNIESTEDT, 1989; MARÇAL, 1995).

Nos anos 1930, outra livraria seria ponto de encontro de anarquistas e antifascistas. A "Minha Livraria" foi fundada pelos anarquistas italianos Nello Garavini (1899-1985) e sua esposa Emma Neri (1897-1978), em 1933 e funcionou até 1942. Os Garavini chegaram ao Rio de Janeiro em 1926, fugindo da perseguição do estado fascista italiano. Integraram-se ao movimento libertário, por meio da Liga Anticlerical e do Centro Cosmopolita. Situada na Praça Tiradentes, no centro da capital federal, a livraria foi, como afirma Ramos, "ponto de encontro e de acaloradas discussões entre anarquistas e anti-fascistas", mesmo sob repressão e vigilância policial, servindo de base onde assentaram planos de atuação e propaganda:

> Em 1935, no rastro repressivo da 'Intentona Comunista', a Liga Anticlerical foi fechada e a livraria posta sob permanente observação pela polícia carioca. Com a eclosão da Guerra na Espanha, em 1936, mesmo com o incremento da repressão, os freqüentadores da 'Minha Livraria', buscaram reunir voluntários para lutar na guerra. Libero Battistelli, um grande anti-fascista e o melhor amigo dos Garavini, seguiu para a Espanha e veio a morrer no ano seguinte, combatendo na frente de Huesca. Mesmo durante os mais negros anos do Estado Novo varguista, a livraria resistiu bravamente, sempre sob os ataques da polícia e as provocações do fascistas locais (RAMOS, 2006, p. 1).

Outras livrarias, por oferecerem ao público livros e jornais anarquistas, tornavam-se locais de encontro de militantes, escritores e intelectuais. Lembremos, com Marisa Deaecto, que "a importância das livrarias vai muito além da venda propriamente dita". Elas se convertem em verdadeiras instituições culturais e, no caso das livrarias ligadas a partidos ou movimentos revolucionários, a essa função agregam-se contornos políticos e estratégicos (DEAECTO, 2013, p. 23). Na São Paulo da primeira metade do século XX, nos conta Lúcia Parra, a *Livraria Lealdade*, situada na Rua Libero Badaró, era um desses locais de sociabilidade libertária. Lá era possível adquirir exemplares do jornal *Terra Livre* e livros da editora *Le Revéil*, da Suíça, que editava, entre

outros, Kropotkin, Malatesta e Sebastién Faure (PARRA, 2014, p. 104). No Rio de Janeiro, então capital federal, a Garnier, uma das mais importantes livrarias da cidade, teve destacado papel na difusão de obras sobre o anarquismo e de estudos sobre a "questão social", constituindo-se num local de encontro de libertários no início do século XX, "freqüentada por intelectuais anarquistas como Fábio Luz, Martins Fontes e José Oiticica, entre outros" (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 55).

Ao lado das edições estrangeiras postas à venda e dos livros publicados pela soma de esforços do próprio movimento libertário local, afirmava-se a divulgação da literatura libertária por meio de resenhas de obras, publicadas ou não por editoras libertárias. Foi o caso do livro "Histoire de l'Anarchie", de Alain Sergent e Claude Harmel, editado por *Le Portulan*, de Paris, e distribuído no Brasil pela Sociedade de Intercâmbio Franco-Brasileiro. A obra mereceu amplo comentário, em que se saudava o aparecimento de um amplo estudo sobre as ideias e práticas anarquistas:

> Com esta obra uma enorme lacuna foi sanada. Os autores não se furtaram a um trabalho árido de erudição. Sem jamais abandonar a posição objetiva e séria do historiador, indicando constantemente as referências necessárias, eles deixaram-se levar por sua subjetividade. Eles expuseram a extrema complexidade e a riqueza exuberante desse movimento. Esclarecendo-nos, e fazendo, assim, obra de psicólogos.
> Adversários ou simpatizantes do anarquismo ganharão em conhecer esta obra, que, no rastro da maré de fórmulas autoritárias, situa uma escola de pensamento e de ação onde toda a idéia libertária ou federalista prende a sua raiz, conscientemente ou não (*A Plebe*, dez/1950)

A circulação internacional da literatura libertária no período estudado revelada pelos anúncios e resenhas nos jornais libertários brasileiros evidencia um circuito editorial que articulava os militantes brasileiros, principalmente, a grupos editoriais na França, no México, na Itália e na Argentina. O volume de publicações vindas do movimento libertário espanhol no exílio é notável, originário de regiões diversas. Bordeaux, Paris, Vesoul, Toulouse, entre outras, foram o local de edição de muitos livros, folhetos e outros tipos de publicação oferecidos nas páginas dos periódicos. Do México, a interação do movimento anarquista local com os exilados espanhóis propiciou vasta gama de

propaganda impressa, em livros, revistas, jornais e folhetos que chegavam ao Brasil.

Entretanto, a fonte maior da literatura libertária estrangeira anunciada nos jornais ácratas brasileiros deve-se ao intercâmbio com o movimento libertário argentino. O volume que se pode verificar nas seções de livros à venda demonstra a intensidade da intercomunicação entre os libertários brasileiros e os do país vizinho, num período em que a edição libertária viveu particular efervescência na Argentina.

O oferecimento das obras em castelhano implicava a valorização do internacionalismo entre os militantes dos dois países e atestava a dimensão dos círculos libertários afinados com a leitura em outro idioma. O aporte internacionalista do anarquismo e o intercâmbio mantido entre militantes de variadas latitudes lhes facilitou, muitas vezes, a compreensão e a satisfatória leitura em mais de uma língua.

Em 1952, o livreiro Francisco J. Laissue[76] fez publicar, nas páginas do mensário anarquista do Rio de Janeiro, extensa seção sob o título de "Estudos Sociais", com livros importados da Argentina, de editoras como *Ediciones Nervio*, *Atlas*, *Libreria Ruiz*, *Tupac, Imán*, *Editorial Claridad* e *Kier.* O maior volume de obras trazia o selo da *Editorial Americalee*, que se destacou nos anos 1940 e 1950 pela publicação de dezenas de obras libertárias, em sucessivas coleções.

Acolhemos essas seções de divulgação, à maneira de um catálogo, pois certamente cumpriam tal função. O livreiro Francisco Laissue dispunha ao público leitor no Brasil dos anos 1950 uma série de obras e autores de larga importância no processo de autoformação dos anarquistas, como aqui já afirmamos. O anúncio informava os títulos na prateleira e o transcrevemos na íntegra, pois possibilita dimensionar os repertórios de leitura, no que respeita aos títulos, autores, gêneros, filiações doutrinais, temas.

Na listagem, oferecia-se "La Gran Revolución", Pedro Kropotkine; "Liberación del Trabajo", Jorge Nicolai; "Pequeño manual individualista", Han

[76] A livraria J. Laissue situava-se à Rua do Rosário, 149, sobrado, na capital carioca. Foi fundada em 1950 e continua em funcionamento, atualmente especializada em temáticas esotéricas. Em 2010, Francisco J. Laissue, aos 93 anos, permanecia à frente da livraria, tendo sido homenageado pela Associação Estadual de Livrarias do Rio de Janeiro, por sua longa trajetória como profissional livreiro.

Ryner; “Sociedad y Prostitución”, Juan Lazarte, com prefácio de Maria Lacerda de Moura; “Clericalismo y Fascismo”, Maria Lacerda de Moura, com prefácio de Juan Lazarte; “Rafael Barret, su obra y su predica”, Jorge R. Forteza; “Incitación al Socialismo”, Gustav Landauer; “El pensamiento liberal em los Estados Unidos”, Rudolf Rocker; “Las confessiones de un revolucionario”, P. J. Proudhon; “Que es la propriedad?”, P. J. Proudhon; “Las nacionalidades”, Pi y Margal; “Proudhon, su vida y su correspondencia”, C. A. Saint-Beuve; “Origen e evolución de la moral”, Pedro Kropotkine; “Esbozos de una moral sin obrigación ni sanción”, J. M. Guyau; “Malatesta, su vida y su pensamiento”, Luis Fabbri; “Horas de lucha”, Manuel Prada; “Correspondencia (1895-1905)”, Eliseo Reclus; “La juventud de un rebelde”, Rudolf Rocker; “En la borrasca”, Rudolf Rocker; “Investigación acerca de la justicia politica”, William Godwin; “La irreligion del porvir”, J. M. Guyau; “Sistemas de las contradiciones economicas”, P. J. Proudhon; “El miedo de la libertad”, Erich Fromm; “El problema vital”, Carlos Brandt; “Genesis, essencia y fundamientos del socialismo”, Emilio Frugoni (2 tomos); “La literatura rusa”, Pedro Kropotkine. (*Ação Direta*, mar-abr/1952)

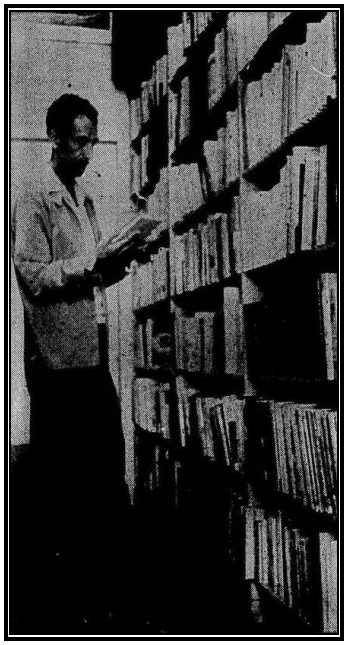
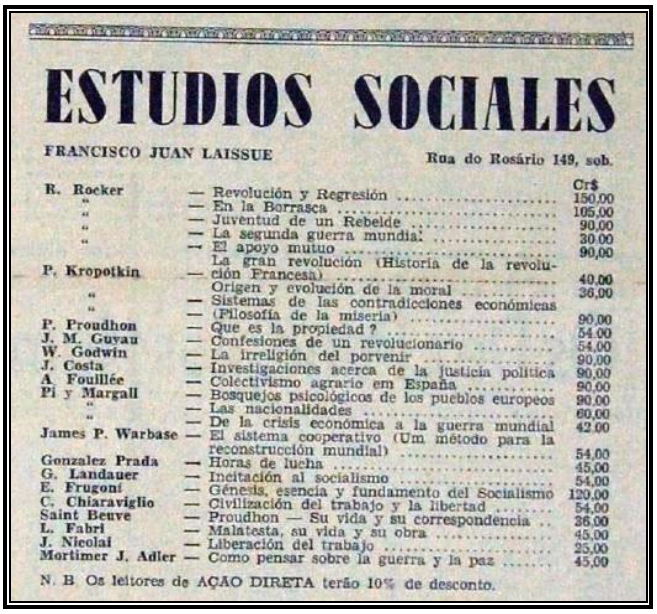


Ilustração 29 – Francisco J. Laissue em sua livraria no início dos anos 1970.
Foto: *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro/RJ), 29 de novembro de 1971.

Francisco Juan Laissue era argentino de ascendência francesa. Chegando ao Brasil em 1945, trabalhara vendendo livros de porta a porta,

explorando um filão pouco usual: os livros de ocultismo. Quando reuniu condições materiais para abrir a sua própria livraria, atraiu o público interessado em obras sobre magia, cabala, esoterismo, orientalismo, geralmente importadas da Argentina (MACHADO, 2012). Do país vizinho, importava igualmente literatura anarquista, motivado pela efervescência da atividade editorial libertária no Prata e pelo interesse dos leitores brasileiros. Nos anúncios que fazia publicar no *Ação Direta*, eram oferecidos livros de editoras libertárias ligadas ao movimento libertário platense.



ESTUDIOS SOCIALES

FRANCISCO JUAN LAISSUE — Rua do Rosário 149, sob.

		Cr$
R. Rocker	— Revolución y Regresión	150,00
"	— En la Borrasca	105,00
"	— Juventud de un Rebelde	90,00
"	— La segunda guerra mundial	30,00
"	— El apoyo mutuo	90,00
P. Kropotkin	— La gran revolución (Historia de la revolución Francesa)	40,00
"	— Origen y evolución de la moral	36,00
"	— Sistemas de las contradicciones económicas	
P. Proudhon	— (Filosofía de la miseria)	90,00
J. M. Guyau	— Que es la propiedad ?	54,00
W. Godwin	— Confesiones de un revolucionario	54,00
J. Costa	— La irreligión del porvenir	90,00
A. Fouillée	— Investigaciones acerca de la justicia política	90,00
Pi y Margall	— Coléctivismo agrario em España	90,00
"	— Bosquejos psicológicos de los pueblos europeos	90,00
"	— Las nacionalidades	60,00
James P. Warbase	— De la crisis económica a la guerra mundial	42,00
	— El sistema cooperativo (Um método para la reconstrucción mundial)	54,00
Gonzalez Prada	— Horas de lucha	45,00
G. Landauer	— Incitación al socialismo	54,00
E. Frugoni	— Génesis, esencia y fundamento del Socialismo	120,00
C. Chiaraviglio	— Civilización del trabajo y la libertad	54,00
Saint Beuve	— Proudhon — Su vida y su correspondencia	36,00
L. Fabri	— Malatesta, su vida y su obra	45,00
J. Nicolai	— Liberación del trabajo	25,00
Mortimer J. Adler	— Como pensar sobre la guerra y la paz	45,00

N. B. Os leitores de AÇÃO DIRETA terão 10% de desconto.

Ilustração 30 – Anúncio de livros de Francisco Laissue, *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ), agosto/setembro de 1953.

No mesmo ano, *Ação Direta*, em setembro de 1952, era a vez da Livraria Minerva, de Porto Alegre, oferecer no jornal sua seção de “Literatura Social”, com títulos em português e castelhano, em que se destacavam as publicações do movimento libertário espanhol no exílio em França:

> LITERATURA SOCIAL
> ‘Anatomia da Paz’, Emery Reves... Cr$ 20,00
> ‘As Idéias Absolutistas no Socialismo’, Rudolf Rocker... Cr$ 15,00
> ‘Eu Creio na Humanidade’, Pedro Ferreira da Silva... Cr$ 20,00
> ‘A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos’, José Oiticica... Cr$ 18,00
> ‘Procreação Racional’, Marie C. Stopes... Cr$ 20,00
> Em Espanhol:
> ‘Estampas del Exilio en Americas’, J. Peirats... Cr$ 25,00
> ‘La Crisis del Socialismo’, J. Garcia Prada... Cr$ 12,00
> ‘Romancero de la Libertad’, Gregorio Olivan... Cr$ 13,00

> ‘La revolución y el Estado’, Gracia Pradas... Cr$ 17,00
> ‘Paginas Selectas’, Multatuli... Cr$ 10,00
> ‘Antologia de Pensamientos’, Gonzales Pradas... Cr$ 10,00
> Pedidos à Livraria Minerva, à Rua Cristóvão Colombo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Atende-se pelo reembolso postal (*Ação Direta*, set/1952).

A Livraria Minerva está diretamente ligada à trajetória das famílias Puig, Garces, Falceto, Pujol e Colet, entre outras, libertários espanhóis que exilados na França após a Revolução Espanhola de 1936. Chegando ao Brasil, esse círculo tratou de reproduzir no país sua sociabilidade anarquista, do que resultou a criação de uma livraria e de um núcleo local da *Confederación Nacional Del Trabajo* (CNT) da qual eram militantes (PROCHNOW, 2009; BRUM, 2013).

Ilustração 31 – Anúncio de livros e subscrições de publicações libertárias, pela Livraria Minerva. *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ), mar. abr. mai. 1953.

Após o desembarque em Porto Alegre, no início dos anos 1950, com o apoio da *International Refugee Organization* (IRO), entidade ligada à Organização das Nações Unidas que atuava no suporte aos exilados políticos, fora tarefa imediata para aquelas famílias de libertários, a par de inserir-se na economia urbana da cidade, reconstruir seus espaços de afinidade política. A Livraria Minerva resultou, então, de um esforço coletivo, na estruturação física da livraria e na formação de seu estoque inicial de livros, todos trazidos da França, como rememorou Remédios Falceto, uma das partícipes da obra, que sublinhou as dificuldades materiais enfrentadas:

> A gente pôs uma livraria. [...] Alugamos um local; cada um levou o que tinha. Começou com livros, os livros que trouxemos da França. Cada um tinha um pouco de dinheiro, que era pouquíssimo, e eu não tinha dinheiro então a minha parte foi fazer todas as prateleiras, porque como o meu irmão era carpinteiro ele fez toda a instalação. Aquela foi a minha parte e os livros que eu tinha. O pai do Helius [o pedagogo catalão Joan Puig Elias] entrou com todos os livros, e ele que tomava conta da livraria. Estava lá como vendedor. E o médico também entrou com todos os livros. Em seguida se fez um nível de relacionamento muito bom. Esse nosso amigo, companheiro, doutor Pujol, ele encontrou um grupo muito bom de médicos aqui na Sociedade Pasteur, então o relacionamento foi muito bom. Conseqüentemente tivemos fiadores para que, digamos, o pai do Helius conseguisse com as editoras, livros para vender. O nosso sonho era fazer uma grande livraria, que evidentemente não deu. [...] Durou bastante tempo, porque a mãe do Helius era uma grande modista, não costureira, modista, daquelas que um vestido dela era de grife. E ela ganhava bem [e sustentava a livraria]. Então o resultado é que a livraria não dava nem para pagar o aluguel! (REMEDIOS FALCETO Apud PROCHNOW, 2009, p. 94).

Situada na Rua Cristóvão Colombo, 16, a livraria foi posteriormente batizada Minerva, com a apresentação “Cultura e Artes Gráficas”. Na Minerva, se buscavam os livros, jornais e revistas, é certo, mas junto aos impressos, vinha o comentário sobre determinadas obras, assuntos em voga, polêmicas impressas, novidades editoriais, e tudo ia firmando o lugar da Livraria Minerva como um ponto de encontro dos libertários em Porto Alegre, daqueles que moravam em outras cidades do sul do Brasil e da comunidade espanhola no exílio. A Livraria Minerva existiu e cumpriu sua função – pôr o livro em movimento – até aproximadamente o ano de 1969, quando os tempos de ditadura iam tornando a labuta de difusão do livro anarquista cada vez mais difícil e arriscada (BRUM, 2013).

Dos livros em espanhol anunciados no *Ação Direta* pela Livraria Minerva, a obra de Peirats fora editada em Paris pela C.N.T, ao passo que os livros de Garcia Prada e Gregorio Olivan foram publicadas pelas *Ediciones de Solidaridad Obrera*, na mesma cidade. As *“Paginas selectas” de* Multatuli – na verdade, uma coletânea de textos do escritor maçom holandês organizada por Felipe Alaiz e com aporte biográfico sobre o autor a cargo de Rudolf Rocker – e “Antologia de pensamientos”*,* de Gonzales Pradas, foram dadas a lume pelas *Ediciones Tierra y Libertad*, de Vesoul, França.

Além dos livros distribuídos, a Livraria Minerva fazia o intermédio entre os leitores no Brasil e os periódicos anarquistas publicados no exílio francês, possibilitando, desde Porto Alegre, a assinatura dos jornais *C. N. T.* e

Solidaridad Obrera, além da revista *CENIT* (Revista de Sociologia, Ciência y Literatura), editada em Toulouse. (*Ação Direta*, jan-fev/1953)

À medida que a reorganização do movimento libertário no Brasil possibilitava o incremento das estratégias de difusão de sua propaganda, as obras de teor libertário editadas no Brasil iam ganhando mais espaço nas seções de livros recomendados, anunciadas nos jornais. O livro e a leitura vão adquirindo maior espaço no periodismo via resenhas, comentários nos artigos de fundo e, algumas vezes, poderiam originar seções fixas, como em “Crônica Literária”, assinada por José Oiticica nas páginas do *Ação Direta*, dedicada ao comentário das obras publicadas.

Esse adensamento relativo da edição libertária no Brasil se dá a partir de meados dos anos 1950, fruto da atividade de editoras libertárias ligadas ao movimento anarquista; de outras, não propriamente libertárias, nas quais militantes anarquistas lograram estabelecer boas relações; ou mesmo editoras que incorporavam em seus projetos editoriais e coleções, as obras clássicas de pensadores anarquistas.

“Está à venda nova edição do interessante livro de Kropotkin”, dizia nota à primeira página do *Ação Direta* dos meses de janeiro e fevereiro de 1954, a propósito da recente edição d’“A conquista do pão”, pela casa editora Organização Simões, do Rio de Janeiro. Na mesma edição, era anunciado à venda o livro de Pedro Ferreira da Silva, “Três enganos sociais – férias, previdência e lucros”, publicado pelo próprio grupo editor do jornal e disponibilizado à importância de Cr$ 30,00. Na edição seguinte, resenhava-se “O Diário do Dr. Satã: comentários subversivos às escorrências quotidianas da Sifilização Cristã”, de Roberto das Neves, que vinha à lume pela *Editora Germinal*. Na resenha, ressaltava-se, na *literatura rebelde* de Roberto das Neves, a ironia e a veia satírica como “uma arma capaz de ir longe e fundo no arcabouço da sociedade infestada de erros e mentiras”. O livro em destaque resultava do conteúdo das crônicas e comentários de Neves publicadas no *Ação Direta*, na seção “Não apoiado pelo Dr. Satã!”, e sua leitura é recomendada em sua qualidade de síntese e no modo de análise dos fatos sociais:

> Mas o ‘Diário do Dr. Satã’ não é apenas isso; não é um círculo de sectarismo em que o tema pesado prejudica a boa disposição do leitor. Há nele sínteses admiráveis de doutrina e há, sobretudo, um objetivo constante e constantemente atingido, ao ferir ao fatos com precisão, ao atacar com vivacidade os males do clericalismo, da política, do capital, do fascismo, de tudo que se oponha ao bem e à liberdade (*Ação Direta*, jul-ago/1954).

Ainda antes do final do ano de 1954, *Ação Direta* ofereceria ao público o livro “O Anarquismo”, de Kropotkin, publicado pela Livraria Progresso Editora, de Salvador, em sua “Estante de Sociologia e Política” e comentava a obra de Mário Ferreira dos Santos, “Análise Dialética do Marxismo”, publicada no ano anterior pela Editora Logos, do próprio autor. Além de aludir aos méritos da obra de Santos, chamava atenção para o número de obras recém-lançadas, sinal da reorganização dos libertários naqueles anos:

> Aos sintomas alvissareiros de ressurreição do anarquismo no Brasil, representados pelo aparecimento de obras originais atrás citadas e outras, reedições e traduções, como as da ‘Conquista do Pão’ de Kropotkin, ‘Amor Livre’, de Charles Albert, ‘As Mentiras Convencionais de Nossa Civilização’, de Max Nordau, ‘O Anticristo’, de F. Nietzsche e outros livros clássicos da propaganda libertária, êstes últimos devido ao esfôrço editorial da Organização Simões, junta-se agora a publicação de ‘Análise Dialética do Marxismo’. É seu autor nosso companheiro Prof. Mário Ferreira dos Santos, uma das mais vastas, sólidas e brilhantes culturas do Brasil.

E, seguindo comentários sobre a “imparcialidade” e a “serenidade crítica” do autor, recomendava: “É esta uma obra honesta, do mais profundo e impessoal que conhecemos, e que, por tudo isto, nenhum anarquista, nenhum militante operário, nenhum estudioso de sociologia deve deixar de ler” (*Ação Direta*, nov-dez/1954).

As listas de livros e folhetos libertários editados no Brasil iam avultando nas seções de “leituras recomendadas”. Tais espaços de divulgação, distribuição e pedidos de apoio na difusão ampliada das obras eram um costume da imprensa libertária. Já ao início do século XX, um dos principais jornais anarquistas publicados no Brasil, o *Amigo do Povo* (São Paulo, 1902–1904), por exemplo, passou a dedicar uma página inteira à “Bibliografia Libertária” (FOOT HARDMAN, 2002; TOLEDO, 1998). N’*A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, das primeiras décadas do século, a maior parte do espaço é destinado aos temas que, de algum modo, dizem respeito ao *livro em movimento* – anúncios, resenhas, transcrições, excertos,

traduções, por exemplo. O que desejamos ressaltar, para além da possibilidade de realização de estudos sobre a história do livro e da leitura, em vista do volume de informações que emergem do próprio movimento, é a rica experiência dos grupos libertários em relação aos livros e aos modos de leitura.

Não cessava, por outro lado, o intercâmbio com o movimento libertário de outros países, que possibilitava o oferecimento de obras doutrinárias em outros idiomas. A nota “Livros sôbre Anarquismo”, por exemplo, listava com seus devidos valores, “Três enganos sociais”, de Ferreira da Silva; “O 1º de Maio”, de Serafim Porto (folheto); “O evangelho da hora”, de Berthelot (folheto); “Deus existe? Eis a questão”, de Sébastien Faure (folheto); “A doutrina anarquista ao alcance de todos”, de Oiticica e “As idéias absolutistas no Socialismo”, de Rocker – todos frutos da vaga de edições nacionais de obras libertárias – ao lado de “La juventud de un rebelde” e “En la borrasca”, ambos de Rudolf Rocker, vertidos para o castelhano por Diego Abad de Santillán e publicados pela *Editorial Americalee*, de Buenos Aires; “Revolución y regresión”, do mesmo autor, editado pela também portenha Ediciones Tupac; e “La Virgen Roja, Luiza Michel”, de Fernand Planche, das *Ediciones del Movimiento Libertario em México*. (*Ação Direta*, set./1956)

LEITURA QUE ACONSELHAMOS

EM PORTUGUES

Roberto das Neves — "Curso Completo (Elementar, Médio e Superior) de Esperanto" — Cr$ 50,00.
P. Kropotkine — "Em volta de uma vida" (autobiografia) — Cr$ 40,00.
Rodolfo Rocker — "Idéias absolutistas no socialismo" — Cr$ 18,00.
José Oiticica — "O Anarquismo ao alcance de todos" — Cr$ 12,00.
Tomaz da Fonseca — "Sermões da Montanha" — Cr$ 40,00.
Separata dos "Sermões da Montanha" com 30 gravuras — Cr$ 5,00.

EM CASTELHANO

Pompeyo Gener — "El Intelecto Helénico", História da Cultura Grega — Cr$ 24,00.
Franck Harris — "LA BOMBA" (A mais completa obra da Tragedia de Chicago que deu origem ao Primeiro de Maio — Livro de 300 páginas — Cr$ 24,00.
Felipe Alaiz — "El Aparecido" — Cr$ 4,00.
Petro Gori — Ensaios e Conferencias Cr$ 25,00.

"Calendário de S.I.A." — Cr$ 11,00.
"UNIVERSO" (Revista de Sociologia, ciência e arte, em três idiomas, espanhol, francês e italiano) — Cr$ 7,00.

Todas estas publicações se encontram à venda na nossa Redação. Juntar mais 10% para despesas de correio.

Ilustração 32 – “Leitura que Aconselhamos”. Anúncio de livros no *Ação Direta* (Rio de Janeiro/RJ). 17 de abril de 1948.

A resenha das obras de teor libertário foi estratégia frequentemente utilizada para a difusão do “programa de leituras” voltado à divulgação dos

princípios libertários. Apesar de surgirem, geralmente, para comentar um livro recém-editado, que logo seria colocado à venda pelo grupo editor do jornal, as resenhas não estavam circunscritas a isto. No espaço de obras comentadas, cabiam impressões críticas acerca de livros de cariz variado, como forma de expor aos leitores algo do pensamento de autores e gêneros múltiplos, nacionais ou estrangeiros, editados em portugues ou não.

Foi o caso da longa resenha (dividida em duas edições do *Ação Direta*) do livro de Paul Barton, "Prague à L'heure de Moscou: analyse d'une democratie populaire", editado por Pierre Horay, em Paris, em 1954. Sob o título "Um livro indispensável", discorria-se longamente sobre a obra de Barton acerca do regime comunista na Tchecoslováquia, os segredos da "cortina de ferro" que escondiam o "grande mafuá econômico e político da URSS":

> Isso conhecemos todos nós; mas nenhum de nós tem meios de o provar. Benvindos, pois, são os livros, as revistas, os documentos, as imparciais análises de homens que, de lá de dentro, conseguem desvendar os arcanos dessa prisão coletiva, tiranicamente mantida pelo mais horrendo sistema compressor de todos os tempos (*Ação Direta*, jan-fev/1955).

O mais comum, entretanto, era publicar-se resenhas de obras recém-lançadas pelas editoras libertárias locais, mais acessíveis, por isto, aos leitores habituais dos periódicos. Foi o que tocou ao livro "Na inquisição do Salazar", de Edgart Rodrigues e Luis Portela, publicado pela *Editora Germinal* em 1957. A resenha escrita por Pedro Ferreira da Silva contava com fotografia da capa do livro e saudava a iniciativa da editora, reconhecendo ser ainda pequena a bibliografia acerca de movimentos revolucionários que se opuseram à ditadura salazarista em Portugal. (*Ação Direta*, ago.-set./1957). Em resenha à "Análise dialética do marxismo", de Mário Ferreira dos Santos, Esther Redes[77] teceu comentários sobre a obra que, segundo dizia, alcançava seus objetivos de estabelecer o confronto entre a teoria marxista e os princípios anárquicos, mostrando que "no momento atual, diante da falência da teoria marxista, muitos

[77] Esther Redes, professora, faleceu em 2013, aos 90 anos. Formada em Filosofia, integrou, na década de 1950, o Grupo de Ação Libertária, do qual Ideal Peres, seu companheiro, foi fundador. Participou do Centro de Estudos Professor José Oiticica, onde ministrou palestras e conferências, sobretudo relacionadas à filosofia e a psicologia. Por sua militância no CEPJO, foi envolvida no inquérito militar contra o centro, em 1969. Na década de 1986, teve papel destacado na criação do Círculo de Estudos Libertários (CEL), de que foi administradora (ver: http://anarquismorj.wordpress.com/2014/08/13/faleceu-esther-redes/; acesso: 18/8/2014).

socialistas sentem a necessidade de voltar às posições do socialismo libertário". Chamava atenção, entretanto, para o pouco cuidado com aspectos formais da obra, estranhando "a falta de bibliografia que acompanha qualquer livro de estudos e os descuidos em êrros de impressão, ortografia e concordância que são encontrados a cada passo. Seria necessária revisão em próxima e indispensável edição" (*Ação Direta*, mar./1958).

Nos anos 1960, *O Libertário* tornou-se o grande divulgador das atividades da *Editora Mundo Livre*, resenhando e anunciando à venda seus livros. Em seu oitavo número, saudava a publicação de "Retrato da ditadura portuguesa", de Edgar Rodrigues, dizendo tratar-se de documento oportuno revelador das atrocidades cometidas pela ditadura salazarista, da qual o autor era refugiado no Brasil (*O Libertário*, jun./1962). Informava as atividades da Biblioteca do Centro de Estudos Professor José Oiticica, que se encontrava em fase de reorganização, realizando nova catalogação das obras de seu acervo. Assegurava que, em breve, estaria em pleno funcionamento, "franqueada à consulta de todos os sócios e frequentadores do centro, bastando para tanto dirigir-se aos bibliotecários Manuel dos Reis e Pedro Gonçalves" (*O Libertário*, ago./1962).

As resenhas, como dito, não se limitavam aos ensaios históricos ou de cunho doutrinário. As ideias libertárias manifestavam-se por meio de diversos gêneros ou, ao menos, a interpretação libertária poderia ser aplicada a quaisquer gêneros de escritos, e os comentários sobre as obras acompanhavam essa variedade. Na coluna "Crítica literária", escrita por José Oiticica no *Ação Direta*, foram analisados, entre outros, a peça em três atos "Uma mulher diferente", de Pedro Catallo; "A psicologia do dinheiro", ensaio de Mário Gonçalves Viana*;* a peça de Edmundo Moniz intitulada "Branca de Neve" e "Freud, freudismo y las verdades sociales", obra de Eugen Relgis publicada como separata da revista "Síntesis", de Montevidéu.

Curiosa ocorrência, na análise de obras literárias por meio dos jornais, deu-se em relação às resenhas de duas obras homônimas e antitéticas. No *Ação Direta* de maio de 1956, Oiticica resenhava "Fátima", libelo anticlerical do livre-pensador portugues Tomás da Fonseca, publicado pela *Editora Germinal*. Afirmava que o autor desmascarara a "farsa" da suposta aparição de Maria em Portugal, convertida em tempos de salazarismo em

exploração da fé, segundo dizia, “um dos mais execrandos negócios do século XX, ladroeira de requintadíssima feitura, protegida, amparada, robustecida pelo govêrno português de um lado, e do outro por um papa que vê o sol dançar e vê o Cristo em pessoa!” (*Ação Direta*, mai/1956).

Tempos depois, Oiticica resenhava outro “Fátima”, reeditado no mesmo ano, da lavra de Antonio Boto, português como Tomás da Fonseca mas, ao contrário deste, clerical. Boto, que já ganhara epíteto de “o maior poeta português” da parte de seus admiradores, achava-se confinado a um leito da Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro, em situação de miséria. “Pois não sei”, afirmava cáustico Oiticica, “que anda saracoteando no céu essa Senhora de Fátima, a ponto de deixar cair seu panegerista num catre de hospital, doente, queixoso, talvez arrependido de haver tanto bajulado essa ingrata Virgem Mãe!” (*Ação Direta*, ago/1956) E com igual ironia, entrava a analisar trechos do poema título.

Pedro Botelho Júnior, articulista do jornal, estabeleceu o “confronto” das duas obras, na resenha crítica “Dois livros, dois autores”, em que afirmava:

> O livro de Tomás da Fonseca, como o de Antonio Boto, foram publicados aqui no Brasil. Enquanto o de Boto permanece como inédito, por falta de leitores e seu autor encontra-se recolhido a um quarto de hospital, lamentando-se da ingratidão dos ‘amigos’ e da ‘misericórdia divina’, o livro de Tomás da Fonseca encontra-se com a edição quase esgotada e o seu autor gozando da mais perfeita saúde, apesar de sua avançada idade (*Ação Direta*, ago/1956).

A publicação n’*O Libertário* da seção de livros a venda tornava patente o incremento do volume de edições libertárias brasileiras, então superando as de origem estrangeira. O intercâmbio, por outro lado, tornava-se mais variado, e permitia a oferta de propaganda libertária oriunda de maior número de países como o livro “Espanã Hoy”, de Victor Garcia, editado na Venezuela pela *Federación Ibérica de Juventudes Libertarias*, em 1962 (*O Libertário*, ago.-set./1963). Doutra parte, deixava-se clara a função de suporte ao movimento libertário de que se revestia a atividade editorial, uma vez que as realizações da propaganda libertária não contavam senão com a disposição dos próprios interessados em mantê-la.

A venda de livros na “Nossa Estante”, em grande parte revertia para as atividades realizadas em prol da divulgação das ideias e práticas libertárias.

“Encarregamo-nos”, dizia um desses anúncios, “da aquisição dos seguintes livros, gozando de uma comissão em benefício da propaganda libertária”. (*O Libertário*, out/1962). Além dos livros publicados por editoras militantes, ou de outras com as quais os libertários mantinham alguma relação, podiam ser anunciados à venda livros de editoras sem aparente vínculo com o movimento anarquista, desde que identificados com a perspectiva libertária. Era o caso, por exemplo, de “O medo à liberdade”, de Erich Fromm, que encimava a lista de livros em “Nossa Estante”, no número 15 do periódico. (*O Libertário*, jan/1963) A obra de Fromm era identificada com a crítica ao socialismo autoritário e ganhou muita divulgação entre os libertários.

Nossa Estante

"MEDO À LIBERDADE" — Erich Fromm	Cr$ 500,00
"CONQUISTA DO PÃO" — Pedro Kropotkine	Cr$ 180,00
"LA REVOLUCION" — Gustav Landauer	Cr$ 380,00
"REQUIEM POR UN CAMPESINO" — Ramon Sender	Cr$ 350,00
"NIKI O LA HISTÓRIA DE UN PERRO" — Tibor Dery	Cr$ 350,00
"A FOME EM PORTUGAL" — Edgart Rodrigues	Cr$ 380,00
"O RETRATO DA DITADURA PORTUGUESA" — Edagart Rodrigues	Cr$ 350,00
"DELEGACIA A UM CONGRESSO SINDICAL" — Alexandre Vieira	Cr$ 200,00
"EN MÉDIO DE LOS ENCOMBROS" — Conrado Liscano	Cr$ 200,00
"UNA TRACION DE STALIN" — J. Garcia Pradas	Cr$ 100,00
"SOLUÇÃO ANARQUISTA PARA A QUESTÃO SOCIAL" — E. Malatesta	Cr$ 50,00
"LAS INGENUAS — Conrado Rodrigues	Cr$ 50,00
"PASIONES CAMPERAS" — Conrado Rodrigues	Cr$ 50,00
"MI PRIMER PLEITO" — Conrado Rodrigues	Cr$ 50,00
"PASION Y MUERTE DE LOS ESPANOLES EM FRANCIA" — Federica Montseny	Cr$ 50,00
"NAUFRAGOS" — Adriano Valle	Cr$ 50,00
"LA VOLUNTAD DEL PODER" — Rodolpho Rocker	Cr$ 50,00
"EL TERROR BOLCHEVIQUE NA BULGARIA" — F. O. R. A.	Cr$ 50,00
"O TEATRO RUSSO" — Conferência de José Oiticica	Cr$ 20,00

Já se encontra nas livrarias, em nova edição da Editôra "NOVO MUNDO", o livro de José Oiticica "A DOUTRINA ANARQUISTA AO ALCANCE DE TODOS".

Remetemos pelo correio, pedidos, acompanhados de valôres, para Editôra "Mundo Livre" — Caixa Postal, 1 — (Agência da Lapa) — Rio de Janeiro.

"SOLUÇÃO ANARQUISTA PARA A QUESTÃO SOCIAL"

Brochura de 40 páginas, reunindo os seguintes capítulos, além da biografia do autor — Errico Malatesta: Origem dos males sociais — Fins e formas da sociedade — O Anarquismo — Socialismo e Anarquismo — O Anarquismo e a Moral — O emprêgo da Violência — Vias e Meios — A luta econômica — A luta política — Que quererá e quem quererá a próxima transformação? — Conclusão. Preço: Cr$ 40.00. Pedidos ao diretor do jornal, para a Caixa Postal 5739 — São Paulo.

Ilustração 33 – "Nossa Estante". Anúncio de livros no jornal *O Libertário* (São Paulo/SP). jan/1963.

A *Zahar Editores* detinha os direitos de edição da maior parte da obra de Fromm publicada em português, e sua distribuição chegava às livrarias convencionais. Seu anúncio nas estantes libertárias, entretanto, servia à popularização do pensamento de Fromm entre os militantes libertários e permitia a obtenção dos livros, via correspondência, àqueles interessados para os quais era difícil o acesso às livrarias dos grandes centros urbanos.

Da mesma editora, fora ainda anunciado à venda o livro “Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu”, de J. Hampdem Jackson. De qualquer

forma, a intenção de oferecer livros nas seções de “Leituras que recomendamos”, ou “O que todos devem ler”, denota anseio de orientar a leitura e, nesse caso, as ideias de Fromm e outros autores eram valorizadas para a formação do pensamento libertário.

A lista de livros que trazia “O medo à liberdade” incluía ainda “A conquista do pão”, de Kropotkin, editado pela *Organização Simões*; “A fome em Portugal” e “Retrato da ditadura portuguesa”, de Edgar Rodrigues, respectivamente publicados pela *Editora Germinal* e pela *Editora Mundo Livre*; “O teatro russo”, folheto com conferência de José Oiticica; “A solução anarquista para a questão social”, de Malatesta, aparecido pela *Guilda de Estudos Sociais*; além de folheto e livros em castelhano, dentre os quais “La Revolución” de Gustav Landauer (*Editorial Proyección*, Buenos Aires, 1961, Colección Signo Libertario); “Requiem por un campesino”, de Ramon Sender (*Editorial Proyección*, Buenos Aires, 1961); “Niki o la historia de un perro”, de Tibor Dery (*Editorial Proyección*, Buenos Aires, 1961); as memórias noveladas da Revolução Espanhola “En Medio de los Escombros”, de Conrado Liscano (*Americalée*, Buenos Aires, 1960); “Una traición de Stalin”, de J. Garcia Pradas e “La voluntad del poder”, de Rudolf Rocker (capítulo de *Nacionalismo e Cultura*, publicado pela *Editorial Reconstruir*, Buenos Aires, 1953). (*O Libertário*, jan/1963)

Ainda no início de 1963, *O Libertário* apresentaria resenhas e notas de divulgação da segunda edição de “A doutrina anarquista ao alcance de todos”, de José Oiticica, editado desta vez pela *Mundo Livre*, do Rio de Janeiro. O livro do destacado militante, espécie de síntese prática originada, nas palavras de Ideal Peres, que o prefaciou, “na dura, rude e absorvente luta sindical diária”, tivera a sua primeira edição em São Paulo, em 1947. Para a divulgação da nova edição, convergiam os esforços da imprensa libertária, para o que, apesar das dimensões e propósitos modestos da obra, não se economizavam elogios:

> Acaba de ser lançada em tôdas as livrarias do Brasil uma primorosa 2ª edição da extraordinária obra do professor José Oiticica, ‘A doutrina anarquista ao alcance de todos’.
> Pouquíssimos livros dentro da literatura socialista, e mais especificamente libertária, oferecerão de maneira tão clara e sintética uma visão de conjunto, uma sínstese tão bem elaborada, uma

> condensação tão fiel dos princípios fundamentais do socialismo libertário (*O Libertário*, abr-mai/1963).

A resenha chamava a atenção para o estilo da escrita do "mestre Oiticica", do qual considerava marca distintiva "a clareza, a harmonia, a ordem, a exposição metódica e filosófica", e considerando ser a obra em destaque exemplar das qualidades mencionadas, mesmo no tratamento de temas *difíceis*, como sejam as relações econômicas, políticas e a religião.

Ao final do ano de 1963, ganhava destaque a edição do livro de Edgard Leuenroth, "Anarquismo – roteiro da libertação social", antologia de doutrina, crítica, história e informações. Poucos dias antes do golpe civil-militar de 1964, na última edição d'*O Libertário* a circular, Rodolpho Felipe afirmava do contentamento em ver surgir, entre a grande quantidade de livros que se editavam no país, "um que nos dá um pouco de alento, um pouco da renovada esperança de que nem tudo está perdido no mundo da 'Santa Utopia'." O livro do "nosso velho amigo" Edgard Leuenroth, dizia, não era programa eleitoral, nem código de uma futura sociedade, muito menos coleção de promessas de uma vida uma vida melhor num remoto futuro:

> Tudo isto seria mistificação e de mistificações o mundo está cheio.
> O que êste livro contém são opiniões, indicações, sugestões de como se poderia viver em coletividade de modo mais condizente com a dignidade humana, com suas necessidades sociais suprimidas pelo auxílio mútuo entre as criaturas, para a satisfação das exigências da própria vida (*O Libertário*, fevereiro/maço de 1964).

O papel da formação do homem novo, instruído pelas ideias que chamavam à solidariedade, marcavam o comentário de Felipe sobre a obra. Era necessário fomentar os anseios de liberdade e recusar a aceitação da mera reprodução dos caminhos que a atual sociedade apresentava como possíveis – "chafurdar na lama e pactuar com todas as injustiças e tiranias possíveis, contanto que possa subir, ganhar muito dinheiro e prestígio para poder tripudiar sobre os que lhe ficam por baixo". Contra isso, segundo afirmava, o livro de Leuenroth, era "uma fonte de informações, de alvitres e de opiniões, expostas com clareza e critério objetivo. É um livro de exposição do valor do Anarquismo como formador de caracteres" (*O Libertário*, fev-mar/1964).

Na divulgação das atividades da *Editora Mundo Livre*, programava-se o lançamento, ainda no corrente ano, de duas *"jóias da literatura libertária"*, "O anarquismo e a ciência moderna", de Kropotkin e "O marxismo antes e depois de Marx", de Varlan Tcherkesoff,[78] aos quais se prometia a melhor apresentação possível, "em bom papel e artísticas capas", com tiragens maiores do que das edições anteriores. A eclosão do golpe civil-militar, dali a poucos dias, com a repressão política e censura, obrigou retração no projeto da editora: os livros foram publicados, mas com títulos modificados, tentando burlar a censura. A repressão estabelecida fez com que o jornal, que seria o maior meio de divulgação das obras, suspendesse a sua circulação.

Meses depois da interrupção de circulação d'*O Libertário*, para manter acesas as relações entre os anarquistas, foi distribuido aos assinantes do jornal o boletim "Notícias do Libertário", cujo ensejo principal era divulgar os lançamentos da *Editora Mundo Livre*, já com os títulos devidamente reformulados:

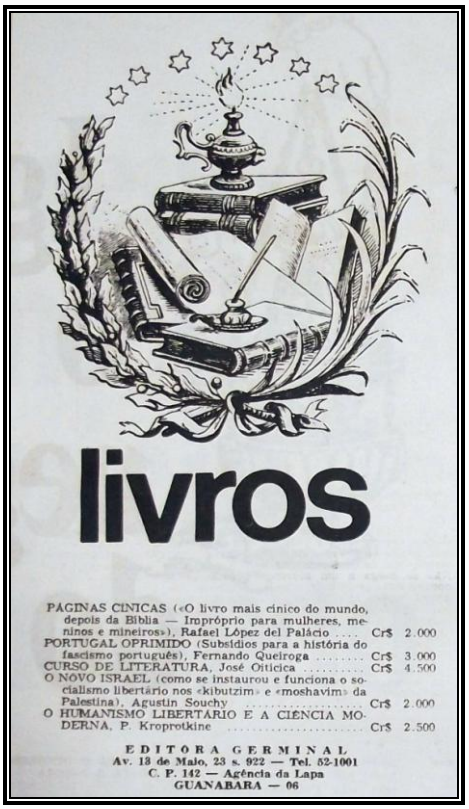
> São Paulo, 31 de outubro de 1964.
> Como vai, companheiro?
> Ah, não está me reconhecendo, não é?
> Você estava esperando um jornal cheio de notícias, mas no momento não é possível, de modo que aproveitei para fazer algumas mudanças. Veja, eu agora ganhei um símbolo. Que tal, gostou?
> Bem, naturalmente v. está querendo saber algo de novo, não é?
> Como v. talvez já saiba, no dia 31 de março ou 1º de abril (ninguém sabe ao certo), fizeram uma 'Revolução', depois da 'Revolução' aconteceram também coisas que v. talvez já saiba.
> Dia 16 de outubro a China lançou a sua primeira bombinha e Kruchev caiu. Esses dois acontecimentos serão motivos para o aceleramento da corrida armamentista, corrida esta que serve hoje em dia como uma máscara de irresponsabilidade e incompetência das elites. É a negação de qualquer tentativa de raciocínio sério e adequado sobre a paz.
> Recentemente a nossa editora lançou dois livros: **Erros e Contradições do Marxismo**, de Varlan Tcherkesoff e **Humanismo Libertário e a Ciência Moderna**, de Kropotkin.
> Espero que v. prestigie estas edições, mesmo que v. já as tenha lido, e se assim for, adquira-os e dê a um amigo, pois como Sócrates ensinou (e já faz algum tempo) 'a ciência e a virtude se confundem em uma só e mesma resultante: a sabedoria'.

[78] Warlaam Dzon Aslanovic Tcherkesoff foi um militante anarquista georgiano, colaborador de Kropotkin, que desenvolveu séria crítica ao marxismo. Condenado à deportação perpétua por conta de sua militância em grupos niilistas na juventude, exilou-se na Suiça, onde conheceu Élisee Reclus e Piotr Kropotkin, com os quais participa da criação do jornal *Le Révolté.* Depois, em Paris, colabora no *Temps Nouveaux*, de Jean Grave. Motivavam-no, particularmente, as campanhas contra o imperialismo russo em relação a sua terra natal. (ROCKER *In:* TCHERKESOFF, 1964, p. 27–31)

> Companheiro, faça o seu pedido para a caixa postal nº 1 – agência Lapa – Guanabara.
> Sei que nossos companheiros da editora gostariam de recebê-lo, o quanto antes, pois os livros custam apenas Cr$ 1.500,00 cada um, agora.
> Espero notícias para breve.
> Aceite um abraço (RODRIGUES, 1993b, p. 76).

Vivendo os tempos difíceis da ditadura, mantinha-se a convicção na necessidade da difusão dos livros e da leitura. Os apelos ao apoio às iniciativas editoriais – "prestigie estas edições, mesmo que v. já as tenha lido" – e a conclamação a cada militante para que se tornasse parte ativa do projeto – "adquira-os e dê a um amigo" – são exemplares nesse sentido.

Ao aparecer *Dealbar*, em setembro de 1965, de imediato, foi retomada a divulgação das obras de teor libertário, sobretudo aquelas editadas pela *Mundo Livre* e pela *Germinal*. Anunciados foram também "Origem dos grandes erros filosóficos", de Mário Ferreira dos Santos, publicado pela *Editora Matese* em 1964 e "Un sabio y un hombre del porvenir", biografia de Geor F. Nicolai, catedrático da Faculdade de Medicina do Chile, escrita por Eugen Relgis.



livros

PÁGINAS CÍNICAS («O livro mais cínico do mundo, depois da Bíblia — Impróprio para mulheres, meninos e mineiros»), Rafael López del Palácio .... Cr$ 2.000
PORTUGAL OPRIMIDO (Subsídios para a história do fascismo português), Fernando Queiroga ..... Cr$ 3.000
CURSO DE LITERATURA, José Oiticica ..... Cr$ 4.500
O NOVO ISRAEL (como se instaurou e funciona o socialismo libertário nos «kibutzim» e «moshavim» da Palestina), Agustin Souchy ..... Cr$ 2.000
O HUMANISMO LIBERTÁRIO E A CIÊNCIA MODERNA, P. Kroprotkine ..... Cr$ 2.500

EDITORA GERMINAL
Av. 13 de Maio, 23 s. 922 — Tel. 52-1001
C. P. 142 — Agência da Lapa
GUANABARA — 06

Ilustração 34 – Anúncio de livro da Editora Germinal no *Dealbar* (São Paulo/SP), mar/abr de 1966.

Em outubro/novembro de 1965, anunciavam-se à venda, pela *Cooperativa Editora Mundo Livre*, “Assim cantava um cidadão do mundo”, livro de poemas de Roberto das Neves (*Ed. Germinal*, 1952); “Na inquisição do Salazar”, de Edgart Rodrigues e Luis Portela (*Ed. Germinal*, 1957); “Nova ética sexual”, de Émile Armand[79] (*Ed. Germinal*, 1960); “Tufão sobre Portugal”, do general Humberto Delgado (*Ed. Germinal*, 1962) e “Erros e contradições do marxismo”, de Varlan Tcherkesoff (*Ed. Mundo Livre*, 1964).

Foram ainda oferecidos, aos cuidados da Editora Germinal, “Páginas cínicas”, de Rafael Lópes del Palácio (*Ed. Germinal*, 1955); “Portugal oprimido”, de Fernando Queiroga (*Ed. Germinal*, 1958); “Curso de literatura”, de José Oiticica, enfeixando as lições aparecidas anteriormente em formato de folhetim no *Ação Direta* (*Ed. Germinal*, 1960); “O novo Israel”, em que Agustin Souchy fazia sua apreciação sobre as realizações dos *kibutzin* na Palestina (*Ed. Germinal*, 1962) e “O humanismo libertário e a ciência moderna”, de P. Kropotkine (*Ed. Mundo Livre*, 1964)

Ilustração 35 – Anúncio da Editora Mundo Livre. *Dealbar* (São Paulo/SP), out/nov de 1965.

[79] E. Armand fora o nome adotado por Ernst Juin, militante anarquista individualista e propagandista da liberdade sexual. Nascido em Paris em 1872, filho de um antigo *communard*, descobriu o anarquismo por meio da leitura de *Temps Nouveaux*, de Jean Grave. Escreveu centenas de artigos na imprensa libertária e foi editor do *L'en Dehors*, bimensal que apareceu até 1939, com acento na propaganda antimilitarista e do amor livre. Participou ainda da *Encyclopedie Anarchiste*, idealizada por Sébastien Faure. Publicou, entre outros, *Qu'est-ce qu'un anarchiste?* (1908), *L'Initiation individualiste anarchiste* (1923) e *La révolution sexuelle et la camaraderie amoureuse* (1934). Entre os anos de 1945 e 1956, foi editor do jornal *L'Unique.* (http://epheman.perso.neuf.fr/fevrier19.html#19; acesso em 20/4/2013)

§

A integração de livros e jornais anarquistas tem destaque no projeto de difusão de ideias e práticas libertárias. Jornal e livro parecem, aqui, operar em simbiose, em vista de um objetivo de divulgação mútua. Não apenas pela venda dos volumes, mas igualmente pela possibilidade de oferecer o próprio livro no jornal, por meio de excertos, dos folhetins, traduções, resenhas, comentários sobre as obras. Nesse sentido, retornamos às observações de Williams, sobre estarem intimamente ligados em seu desenvolvimento a imprensa popular e radical e as outras formas de editoração popular, seja por conta dos conteúdos que os informam ou pelas mudanças de perspectiva, transformações técnicas e incorporações mútuas que ambas conhecerão.

A difusão do impresso de que tratamos dá a conhecer o que liam e recomendavam os libertários e, principalmente, a pertinácia de seu labor para constituir uma cultura literária própria, inspirada nos valores que defendiam. Por meio de traduções publicadas nos jornais, de excertos, resenhas e das listas de livros recomendados em sua imprensa, é-nos dado pensar nas bibliotecas pessoais desses militantes e aquelas dos gabinetes de leitura e dos centros de cultura e demais associações.

A disposição de fugir aos ditames da cultura do *status quo* remete às observações de Martyn Lyons, no estudo que consagrou aos repertórios de leituras que os trabalhadores franceses construíram, na formação de sua *bibliothèque populaire* ou *bibliothèque démocratique*. Lyons observa que esses repertórios escapam às tentativas de controle nos *notables* da cidade e da *elite* religiosa, incluindo os livros de Voltaire, Rousseau, George Sand, Eugene Sue, Enfantin, Louis Blanc, Charles Fourier e Pierre-Joseph Proudhon, o que indica o esforço dos leitores operários na formação de “uma cultura literária própria, livre do controle da burguesia, do catolicismo ou da burocracia” (LYONS In: CAVALLO; CHARTIER, 1999, p. 187). Algo semelhante, guardadas as peculiaridades de cada período histórico, dá-se com os libertários e suas práticas de leituras no intervalo que esta pesquisa destaca.

Jornais e livros caminharam juntos. Nacionais, fruto da busca por “imprimir a resistência”; ou estrangeiros, denotando a dimensão do internacionalismo do movimento libertário ao redor do mundo, esses impressos

cumpriram a função de oferecer diferentes leituras do mundo, chamando à vivência prática das ideias libertárias.

Capítulo III – Anarquismo em livro: edição e cultura libertária.

> Para os anarquistas, a redenção dos trabalhadores devia ser obra deles mesmos. Por meio da educação estava ao alcance de suas mãos, pois o progresso não era mecânico nem determinista, mas produto da vontade e da atividade humanas. Somente dependia de que o proletário se instruísse e assim adquirisse consciência de seus merecimentos, de suas potencialidades e direitos.
>
> **Lily Litvak**

3.1 Educação, cultura libertária e práticas sociais

No caminho percorrido neste trabalho, discutindo dimensões da militância anarquista no Brasil no período entre 1945 e 1968, destacamos a imprensa e a atividade editorial libertárias chamando atenção para que a publicação de jornais, folhetos, boletins e livros, assim como a criação de centros de cultura, bibliotecas sociais e ateneus – em suma, de práticas e formas de difusão da leitura e da educação voltada aos ideais libertários – vão além da ideia de divulgação dos princípios anarquistas.

Essas práticas são integrantes de um esforço, com características de permanência, de educação e formação de homens e mulheres novos, comprometidos com a transformação social assentada nas premissas fundamentais do anarquismo.

As práticas educativas dos ácratas constituem formas de militância política. Compreendemos a propaganda anarquista impregnada desse ideal pedagógico porquanto tais mecanismos de autoformação são práticas de intervenção social.

Partindo dessa compreensão, de caráter antes prático do que retórico, restam sem sentido certas dicotomias, por exemplo, entre a escola e o sindicato; entre a distribuição de um jornal e a participação em manifestações de rua; ou entre a edição de um livro e a atividade grevista. Em resumo, entre aquilo que seria compreendido como atividade educacional ou pedagógica, e,

portanto, cultural ou de dimensão ética, e aquelas de intervenção social e de militância, e, portanto, políticas.

Tais dicotomias não são próprias do anarquismo. É acertado, antes, pensar em simultaneidade das esferas. Os folhetos passados de mão em mão, os jornais lidos e deixados em locais estratégicos para que outros pudessem também os ler, o esforço para manter uma tipografia muitas vezes clandestina para publicar brochuras e folhetos, a palavra empenhada nas conferências em lugares da classe, ou nas leituras comentadas noite adentro buscavam um efeito transformador sobre os indivíduos.

Nas memórias militantes sobre o "encontro" com anarquismo, é comum o relato sobre o impacto de determinada leitura, a audição de uma conferência social ou mesmo o exemplo ético da forma de viver de um militante mais experimentado. Se, em alguns casos, é possível que um indivíduo que, tendo às mãos um panfleto de divulgação de uma conferência, é levado a um centro de cultura anarquista e dele passa a fazer parte, é válido imaginar que a reflexão em torno dos temas da prédica libertária é capaz de operar mudanças em sua ação no meio social. Não desejamos, com isso, sugerir que determinada leitura possa, por si só, levar o leitor a uma transformação, por mais vívidos que possam ser seus relatos de memória a esse respeito. Devemos lembrar, como nos sugere Chartier, que nenhuma leitura é capaz de imprimir no leitor determinado sentido como se aquele fosse uma página em branco. Analisando as origens culturais da Revolução Francesa, o historiador francês lembrou que "as imagens nos libelos e nos panfletos específicos não eram gravadas na mente dos leitores, e lê-los não levava necessariamente a acreditar neles" (CHARTIER, 2009, p. 134).

A educação, as práticas culturais e pedagógicas constroem intervenções na sociedade, a par e passo das greves, manifestações, congressos ou outras formas consagradas de intervenção política, observadas sua particularidade e as exigências da conjuntura, não sendo apropriadas, nesse domínio, as hierarquizações.

Francisco Ferrer y Guardia, fundador da Escola Moderna de Barcelona e difusor da educação racional, evitava definir-se como um propagandista; ele próprio preferia dizer-se um educador. Essa postura é sintomática da atividade de muitos anarquistas. Aquilo que os militantes

libertários fizeram ao longo de sua trajetória, dificilmente, foi tomado simplesmente por propaganda, se não se entende essa dimensão em um significado mais amplo. Mesmo os adeptos da tristemente célebre "propaganda pelo fato", espécie de gesto político em seu estado mais cru, justificavam-na como forma possível de mobilizar pelos atos parcelas mais amplas dos setores sociais subjugados. E os críticos da "propaganda pelo fato"[80], no campo libertário, opunham-se precisamente à sua ineficácia pedagógica: mais importante do que matar o rei, era matá-lo no coração das pessoas...

Neste trabalho, as evidências recolhidas nos levam a pensar que o militante, quando edita um livro, põe a circular um folheto ou profere uma conferência com tema de interesse social, vai além do sentido usual de propaganda. Esta, por sua própria natureza, tende a produzir situações efêmeras, passageiras, temporárias, logo insuficientes para estimular uma subjetividade anarquista. Os libertários, em sua lida na edição de jornais e livros, estão, sobretudo, empenhados em forjar subjetividades anarquistas. "A harmoniosa articulação de educação e cultura", afirmou Dóris Accioly, "marca a tradição libertária", e isso define o campo da educação como o *lócus* do acesso à cultura, capaz de tornar os sujeitos sociais habilitados não somente a "fruí-la, mas de reproduzi-la, recriando-se a si mesmos e ao mundo" (ACCIOLY; SILVA, 2011, p. 100–101).

Trata-se, pois, da construção de uma ética libertária presente na construção do "ser anarquista", que vai além da militância política propriamente dita, como afirma Rago:

> Afinal, para os anarquistas, como se observa em toda a sua longa história, a transformação política envolve não apenas mudanças no mundo exterior ou intervenções na vida pública, mas a elaboração da própria subjetividade, isto é, a crítica dos preconceitos, concepções e do regime de verdades que foram internalizados ou subjetivados ao longo da existência (RAGO, 2012, p. 158).

Nesse sentido, atividades tradicionalmente descritas como propaganda – a imprensa e a atividade editorial – são aqui examinadas em sua

[80] Sobre o ilegalismo e a "propaganda pelo fato", ver a tese de doutorado de Nildo Avelino, especialmente o capítulo IV da segunda parte, "Ilegalismo, Terrorismo e Violência": AVELINO, Gilvanildo Oliveira. **Anarquismos e Governamentalidade.** Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, 2008.

dimensão educativa, em seus efeitos pedagógicos. Por outro lado, há forte tendência de virem à lembrança, quando aventada a ideia de “pedagogia libertária”, as práticas das escolas modernas, dos ateneus, dos centros sociais de cultura que tomaram como missão primordial promover atividades de educação. Esse é o enfoque que segue a maior parte das pesquisas voltadas ao tema. É preciso atentar ao fato de que a atividade periodista tem uma função educativa; ela, entretanto, é amiúde identificada apenas aos combates políticos imediatos. A difusão dos livros, e a atividade editorial em si, são, por sua vez, associados, no mais das vezes, à pugna das ideias, ao mundo das elaborações teóricas, logo distanciados, de certa forma, da esfera prática e objetiva.

O que ensaiamos, nesta investigação acerca dos livros libertários ou de temáticas tangenciais ao anarquismo, qual propusemos na abordagem da imprensa de extração ácrata entre os anos de 1945 e 1968, é a superação dessas fronteiras. É encarar a atividade editorial libertária desses anos como parte de um projeto revolucionário que envolve propaganda e formação; combate imediato e mudança de sensibilidade; prática educacional-cultural e intervenção social; ética e política.

3.2 Uma *sementeira* da palavra insubmissa

Ao longo dos 59 anos em que esteve em funcionamento, a Polícia Política de São Paulo, o DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), encarnou o papel de “purificador” da sociedade frente às ideias que julgava “heréticas” porque desagregadoras da “ordem social”. O volume de documentação relativo à censura de impressos de variada extração bem como aos autores, escritores, impressores e intelectuais é esclarecedor, como afirma Maria Luiza Tucci Carneiro, do controle da cultura:

> [...] por cerca de um século, o controle da cultura foi uma questão do Estado republicano. A censura assim como a violência física e simbólica fizeram parte dos projetos políticos articulados em diferentes momentos de nossa história. Fatos como estes demonstram que o Brasil nunca soube lidar com a democracia (CARNEIRO, 2002, p. 21).

Os detentores do poder cedo perceberam a força da palavra e, para opor-lhe diques, a censura e interdição do contraditório ocupou o centro da arena política. As ideias de transformação da sociedade revestiram-se sempre de apelo, e coube aos defensores do *status quo* coibir sua propagação. O governo republicano conhecia o poder da leitura, capaz de "corromper" as consciências e insuflá-las contra os poderes estabelecidos. A leitura e suas práticas, afinal, nada têm de neutras, como já observou Márcia Abreu: "Ela é, antes de mais nada, um campo de disputa, é espaço de poder" (ABREU, 2000, p. 14–15).

Censura, apreensão e destruição de edições, elaboração de listas de livros "nocivos" à ordem social, encarceramento de autores, livreiros, tipógrafos, distribuidores... Torturas. O olhar vigilante dos censores manteve-se em guarda mesmo nos períodos ditos "democráticos". Vigilância dobrada recaiu sobre os militantes políticos, identificados como propagadores de "doutrinas subversivas" e marcados com o estigma do mal, do crime e da desagregação da sociedade.

A fúria com que a repressão policial recaía sobre os impressos condutores de "ideias perigosas" é, no mais, reveladora do temor do poder estabelecido em relação às potencialidades da educação e da cultura, forças insuperáveis, mesmo para os que dispõem das armas e da violência. Como afirma Comino, a propósito da perseguição aos livros durante o governo militar argentino, a cultura suplanta a força dos liberticidas:

> Os torturadores, que impregnados de violência arrasavam com vidas, aqueles que consideravam-se fortes porque tinham o poder e o usavam impunemente, temiam os livros e neles lançavam a culpa de tudo. E queimaram livros. Os empilhavam em lugares afastados e os faziam arder, acreditando que com isso fariam desaparecer seu conteúdo. Tinham medo de que pudessem ser lidos e os atribuíam, assim, um poder às letras que eles não tinham, embora tivessem armas.[...]
> Fizeram de tudo para exterminar a cultura, proibiram os textos que falavam de liberdade, entraram armados até os dentes em muitas editoras e cerraram suas portas, fizeram fogueiras com as obras que consideravam perigosas, quiseram aniquilar a criação; no entanto, não puderam" (COMINO, 2012, p. 41–42).

Durante a chamada Era Vargas (1930–1945), governo já iniciado sob o signo discricionário, o DEOPS, juntamente com o Departamento de

Imprensa e Propaganda e o Ministério da Educação e Saúde potencializam a função vigilante da ordem impedindo a circulação de ideias contestatórias.[81] Críticas ao regime são especialmente combatidas, e a censura se institucionaliza em vários níveis, suprimindo a liberdade de pensamento e obrigando os autores ao mecanismo da autocensura, visto que a publicação de ideias proscritas poderia ocasionar problemas para si, além de para quem as editasse e distribuísse. É o "delito de pensar", como definido pelo anarquista Neno Vasco no já distante início do século XX. Insurgindo-se contra o empastelamento do jornal anarquista *A Aurora*, do Porto, acusado da prática de atos atentatórios à dignidade e independência da Pátria, Vasco definia:

> É pois o "delito de pensar" que se pune, como no tempo da Inquisição [...] Sempre que se limita e define a liberdade de pensamento, é criado aquele delito que ingénuos poderiam supor extinto. O critério autoritário é o mesmo hoje e sempre. Quem define a liberdade? A autoridade, juiz e parte. Ela diz ao "cidadão": "Tu és livre de pensar como eu penso" (VASCO, 1913, p. 255).

No início dos anos 1930, os círculos anarquistas em São Paulo seriam confrontados com um governo provisório de caráter policial além de enfrentarem a montagem do sistema coorporativo com o qual o Estado passou a gerenciar os conflitos entre capital e trabalho. Os anarquistas mantiveram-se ativos e persistiram em sua intervenção social, sobretudo por meio da defesa do sindicalismo revolucionário por meio da Federação Operária de São Paulo – FOSP, publicamente, pelo menos até 1935, quando a repressão pôs termo às atividades públicas dos libertários. Até 1937, quando é instaurado o Estado Novo, haveria ainda algumas manifestações isoladas, não na dimensão coletiva de outrora, mas sempre sinal da resistência e da luta pela preservação

[81] Sobre o Departamento de Ordem Política e Social e a censura e repressão durante a Era Vargas ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. (Org.) **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954.** São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**. O DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2002; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2002; CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; CROCI, Federico (Org.) **Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância. Imaginário.** São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial - Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. Para o período da Ditadura Militar, entre 1964-1985, Motta analisa vários episódios de censura e destruição dos impressos julgados subversivos, inclusive os expurgos e apreensões de bibliotecas públicas, nas Universidades, e particulares. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar.** Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

da identidade anarquista em meio a um ambiente de intensa restrição das liberdades de pensamento e associativa (AZEVEDO, 2002, p.22).

A atividade dos libertários e a difusão de seus impressos persistiam, mesmo nos tempos difíceis da Era Vargas. Por meio da *Editora A Sementeira*, o movimento anarquista de São Paulo editava, distribuía e comercializava a literatura libertária, assim como livros classificados em suas "estantes" como de sociologia, de romance social e mesmo destinados ao público infantil.

O catálogo d'*A Sementeira* oferece um belo painel do que liam, editavam e recomendavam os anarquistas na primeira metade dos anos 1930. Em dois prontuários do DEOPS, um deles relativo ao comerciante português João Alves Cortez Valente, fichado como "comunista" e outro referente à Delegacia de Polícia de Jundiaí, há, em anexo, uma cópia do referido catálogo, do mês de abril de 1934.[82] Era comum, nos prontuários dos classificados como "inimigos do regime", anexarem-se impressos encontrados em seu poder, em geral, livros, jornais, manifestos, boletins. Confiscados durante as "batidas policiais", esses impressos constituíam a prova material do crime de subversão, segundo o jargão e os critérios de julgamento da autoridade policial (CARNEIRO, 2002, p. 51).

A partir dos nexos que propomos com a história do livro e da leitura, é de interesse reproduzir o texto de apresentação do Catálogo,[83] exemplar da atenção que os libertários emprestavam às práticas de leitura e do esforço de difusão de suas ideias por meio dos impressos:

> **LÊR É VIVER!**
> A bôa leitura de um livro sempre constituiu o mais firme roteiro da vida que possa traçar o homem.
> O livro escolhido, o bom livro, além de ser o mestre facundo e o amigo leal, é também o taumaturgo prodigioso que faz renascer no homem a alegria de viver.

[82] Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934. Prontuário DEOPS-SP no. 3753 – João Alves Cortez Valente e Prontuário DEOPS-SP no. 581 – Delegacia de Polícia de Jundiaí.

[83] O Catálogo da Editora *A Sementeira*, de 1934 foi abordado por CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas.** 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial/ PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002; PARRA, Lucia Silva. **Combates pela Liberdade. O Movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003. Uma análise mais demorada do Catálogo encontra-se na dissertação de Rodrigo Rosa da Silva, **Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945).** Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual da Campinas/IFCH, 2005.

> Mórmente nêste período transitório de apreensões e incertezas, onde as idéias velhas, com todo o seu cortejo milenar de dogmas e obscurantismos, pretendem, num esforço herculeo, envolver e esmagar as idéias pejadas de vida e de florescencia – o livro, condensado em boa leitura, se torna a mais poderosa arma, o mais firme baluarte às investidas das paixões contra a razão humana.
> Lêr um livro bom, onde o engôdo não medre, e a verdade das coisas seja pincelada em traços largos e firmes, o leitor sente, em redor de si todas as forças criadoras da Natureza a afirmarem a eloquencia da vida nos anseios e palpitações das coletividades.
> O homem que lê e medita, além de se tornar o artífice senhor de sua vontade, cria, dentro de si, um sonho de poesia: a beleza de viver.
> Tudo o que possuímos hoje de bom e útil, deve-se à bôa leitura.
> O filósofo, o cientista, o escritor, o poeta, o proletário, dentro das próprias disparidades sociais de cada um, o livro os aproximam um do outro, os unem e se fazem amar, e se elevam às alturas luminosas dos conhecimentos das coisas, e num deslumbramento de arrebol, arrancam da ignorância em que jazem as grandes multidões, e com elas voam às transformações ideais de uma vida melhor.
> Foi com o aparecimento do livro que a noite tenebrosa dos mil anos desapareceu. E será pelo livro que a humanidade toda há-de abraçar-se um dia, no mais puro idealismo de Amôr e Saber.
> Lêr é Viver!
> (Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934)

Tornar-se “artífice de sua própria vida” e buscar as “transformações ideais de uma vida melhor”, eis o propósito libertário da Editora *A Sementeira,* exposto no texto de apresentação do catálogo cujo lirismo é pouco comum aos olhos dos leitores de hoje. É o valor e a importância do livro e da leitura a marca principal, em uma conjuntura da vida social e política do país em que se conhecia a força da repressão sobre os que se arriscavam na luta pela palavra como arma de combate. O livro é o “taumaturgo” nos momentos de “apreensões e incertezas”, representação apropriada para a vida nacional do início dos anos 1930, quando projetos de intervenção social de vários matizes flertavam com o totalitarismo de propostas políticas liberticidas (DUTRA, 1991/1992; 1997).

A crença na educação, no poder da razão, na força das ideias renovadoras da vida social, típica de herdeiros sinceros das *Luzes*, transmitem-se na frequente metáfora luz/sombra, no “arrebol” do conhecimento que tocará os povos, nas “alturas luminosas” a que serão elevadas as multidões contra os “dogmas e obscurantismos”. É o livro o lenitivo social que dissipará disparidades sociais, aproximando trabalho mental e trabalho manual num mesmo propósito redentor, tal qual se lê na apresentação do Catálogo.

A SEMENTEIRA

1934 — ABRIL — N.º 1

CATALOGO DE PROPAGANDA DOS BONS LIVROS. — SOCIOLOGIA — LITERATURA — CIÊNCIAS E PUBLICAÇÕES EM GERAL

Semear... *...para colher*

Caixa Postal, 195 — Gerente — RODOLPHO FELIPPE — SÃO PAULO

LITERATURA BRASILEIRA

Embóra ainda pobre como romance ou novela social, na literatura brasileira já se destacam ótimos livros firmados por penas valorosas.

Sómente agora, após a revolução de 30 é que os problemas sociais estão apaixonando os nossos homens de letras o que faz prever que dentro em breve teremos um grosso cabedal literario no terreno das concepções modernas da filosofia e da ciência.

AFONSO SCHMIDT — *Pirapóra* — O conhecido autor de "Impunes", de "Brutalidade" e de muitos panfletos e artigos revolucionarios, inclusivé a bela peça teatral — "Ao Relento", nos dá, neste volume, cinco contos ,que são cinco joias de literatura rebelde e social. Além de "Pirapóra", que lhe empresta o titulo, contem mais: "Delirio", "O Criminoso", "O Precedor" e "A Turmalina". — 1 belissimo volume — 4$000.

VICENTE DE CARVALHO — *Poemas e Canções* — 1 vol., 6$000.

BELMONTE — *"Assim falou Juca Pato"* — Uma das obras mais humoristicas publicadas no pais — 1 vol., 5$000.

PAULO TORRES — *Poemas Proletarios* — 1 vol., 3$000.

ANTONIO CELESTINO — *O Padre Eusebio* — "Aventuras de um reverendo patusco contadas com muito espirito e, ao mesmo tempo, um libelo contra as convicções e preconceitos sociais dos nossos dias". — 1 vol., brochado, 2$000.

BERNARDO GUIMARAES — *O Siminarista* — 1 vol., 2$500.

JOSE' DE ALENCAR — *O Guarani* — 1 vol. 5$000.

LER É VIVER!

A bôa leitura de um livro, sempre constituiu o mais firme roteiro da vida que possa traçar o homem.

O livro escolhido, o bom livro, além de ser o mestre facundo e o amigo leal, é, tambem, o taumaturgo prodigioso que faz renascer no homem a alegria de viver.

Mórmente nêste periodo transitório de apreensões e incertezas, onde as idéias velhas, com todo o seu cortejo milenar de dogmas e obscurantismos, pretendem, num esforço herculeo envolver e esmagar as idéias pejadas de vida e florescencia, — o livro, condensado em bôa leitura, se torna a mais poderosa arma, o mais firme baluarte, ás investidas das paixões contra a razão humana.

Ler um livro bom, onde o engôdo não medre e a verdade das coisas seja pincelada em traços largos e firmes, o leitor sente em redor de si todas as forças criadoras da Natureza a afirmarem a eloquencia da vida nos anseios e palpitações das coletividades.

O homem que lê e medita, além de se tornar o artifice senhor da sua vontade, — cria, dentro de si, um sonho de poesia: a beleza de viver.

Tudo o que possuimos hoje de bom e util, deve-se ao livro, á bôa leitura.

O filósofo, o ciêntista, o escritor, o poeta, o proletario, dentro das proprias disparidades sociais de cada um, o livro os aproximam um do outro, os unem, e se fazem amar, e se elevam ás alturas luminosas dos conhecimentos das coisas e, num deslumbramento de arreból, arrancam da ignorancia em que jasem as grandes multidões, e com elas vôam ás transformações ideais de uma vida melhor.

Foi com o aparecimento do livro que a noite tenebrosa dos mil anos desapareceu. E será pelo livro que a humanidade toda ha-de abraçar-se um dia, no mais puro idealismo de Amôr e Saber.

LER É VIVER!

A. P. - 1.

A DOR UNIVERSAL

Por SEBASTIÃO FAURE

Nova edição, com prefacio do Dr. José Oiticica atualizando essa formidavel obra de sociologia sob o ponto de vista anarquista.

Essa obra deve ser lida por todas as pessôas que se interessam pela solução da questão social, sob um ponto de vista humano.

1 grosso volume em 1/16 — 8$000.

LITERATURA RUSSA

Na literatura russa do fim do século passado e do primeiro quartel do século XX, ha toda uma pleiade de gigantes que se celebrizaram no romance, na filosofia, na sociologia, nas artes e na ação revolucionaria que deu por terra com o maior e mais tiranico dos imperios absolutistas dos tempos modernos.

Cada qual com seu estilo e sensibilidade, inconfundiveis uns com os outros, porém todos tendo por objetivo ascultar os meandros da alma humana, levando réstea de luz aos corações embrutecidos pela escravidão, descobrindo forças latentes e em estado embrionario nas criaturas torturadas pelas algemas e corroidas pelos vicios de que as dinastias eram cultivadoras, fixando e condensando os anceios de liberdade existentes no emaranhado das paixões do povo.

Dentre todos, destacam-se, entre outros, os seguintes autores, cuja leitura recomendamos:

F. Dostwiewski — Um Jogador ...	5$000
Humilhados e ofendidos	7$000
Recordações da casa dos Mortos	6$000
L. Tolstay — O Padre Sergio	5$000
Os Cossacos	6$000
L. Andrieff — Judas Iscariote ...	5$000
Sete Enforcados ..	5$000
I. Turgueneff — Aguas de Primavera	5$000
Ninhos de Fildalgos	5$000
Asia	4$000
Anton Tchecoff — Os inimigos ...	5$000
Maxime Gorki — O Espião	6$000
Os degenerados ..	5$000
Os Vagabundos ...	2$000

Ilustração 36 – Catálogo da Editora *A Sementeira* (São Paulo/SP). Abril de 1934.

As emblemáticas figuras que representam a semeadura e a colheita no cabeçalho do Catálogo, escudando o nome da editora desejam reforçar o sentido do trabalho prático na sementeira dos ideais. A transformação de homens e mulheres se alimenta do fermento das ideias, do cultivo de si, e a

leitura dos “bons livros” é tida pelos libertários como o caminho a trilhar. Quais eram, então, as “boas leituras”?

Em suas quatro páginas, o Catálogo d’*A Sementeira* divide as obras oferecidas em colunas relativas ao gênero das obras e ao campo temático. De destaque, são os comentários acerca das obras, reveladores do *porquê* de cada um dos livros constar naquela relação. A coluna destinada à literatura brasileira, logo à primeira página, é encimada por observação de que, embora “ainda pobre como novela ou romance social”, na literatura brasileira, destacam-se bons livros de “penas valorosas”. A preocupação com temas sociais, segundo os editores, ainda não avultava e somente após a Revolução de 1930

> [...] *é que os problemas sociais estão apaixonando nossos homens de letras, o que faz prever que dentro em breve teremos um grosso cabedal literário no terreno das concepções modernas da filosofia e da ciência* (Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934)

O Catálogo dá a conhecer os livros *O Pirapora*, de Afonso Schmidt, “o conhecido autor de ‘Impunes’ e de ‘Brutalidade’, e de muitos panfletos e artigos revolucionários”; *Poemas e Canções*, de Vicente de Carvalho; *Assim Falou Juca Pato,* do cartunista e ilustrador Belmonte; os *Poemas Proletários*, de Paulo Torres; *O Padre Euzébio*, de António Celestino – “um libelo contra as convicções e preconceitos sociais de nossos dias” – *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães e, da pena de José de Alencar, *O Guarani*.

O nome de Afonso Schmidt está entre os autores mais lidos pelos libertários, tendo privado da amizade de muitos deles, como Edgard Leuenroth e Maria Lacerda de Moura. Seus romances sociais eram muito divulgados na imprensa libertária dos anos 1920 e 1930, e sua posterior adesão ao bolchevismo não prejudicou suas relações com os libertários, como anotou Silva:

> Mesmo que Afonso Schmidt tenha passado para as fileiras comunistas na década de 1920 e delas tenha sido expulso posteriormente, os anarquistas continuavam considerando-o um boêmio e um libertário, reflexo que tinham seus escritos e em especial o caráter libertário de seus personagens (SILVA, 2005, p. 93).

O livro de Schmidt oferecido no Catálogo da *Sementeira* contava da reunião de cinco contos considerados pelos editores como "cinco jóias da literatura rebelde e social": *O Pirapora*; *Delírio*; *O criminoso*; *O vencedor* e *A turmalina*, reunidos em "belíssimo volume", à importância de 4$000.

Entre os títulos de literatura estrangeira, nomes que há muito frequentavam as colunas de "Leituras Recomendadas", ou "O que todos devem ler", frequentes na imprensa operária e na imprensa anarquista, como já destacamos. Entre os autores franceses, pontuam diversas obras de Émile Zola, Victor Hugo, Balzac, Lamartine e Voltaire. Da Rússia, onde "do fim do século passado e do primeiro quartel do século XX, há toda uma plêiade de gigantes, que se celebrizam no romance, na filosofia, na sociologia ou nas artes e na ação revolucionária [...]", os leitores podiam adquirir, entre outros, *O Jogador*, de F. Dostoiewsky; *O Padre Sérgio*, de L. Tolstói; e *O Espião*, *Os Degenerados* e *Os Vagabundos*, de Máximo Gorki.

Em separado, dá-se destaque à *Cimento*, de Fedor Gladkow, do qual se diz que o estilo vigoroso

> põe a nu muitas das mazelas da burocracia revolucionária, estuda com proficiência a luta ciclópica sustentada pelo povo e a eficiência da iniciativa individual para a defesa de seus direitos e a conquista de seu bem estar. [...] Como romance, é um dos melhores romances produzidos pela nova geração de literatos russos sobre os problemas surgidos naquele país com a revolução, que todavia se está processando (Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934).

Em verdade, embora *Cimento* se trate de um romance do pré-realismo russo, como afirma Rodrigo Motta, tornou-se um dos exemplos do "realismo socialista" que predominou na União Soviética após os anos 1930:

> Gladkow estava próximo de Gorki e outros escritores que, desde os anos iniciais da revolução, lutavam pela afirmação de uma "estética proletária". Quando o realismo socialista tornou-se a estética oficial e padrão a ser seguido à força pelos artistas soviéticos, *Cimento tornou-se um dos principais modelos de romance proletário, embora sua linguagem crua e descrições naturalistas provavelmente tenham parecido excessivas no contexto mais conservador da URSS dos anos 1930* (MOTTA In: DUTRA; MOLLIER (Org.), 2006b, p. 150).

Motta afirma que o livro foi traduzido para o português, pela primeira vez, em 1933, e publicado pela *Editora Unitas*, de São Paulo. Logo é bastante provável que se trate dessa edição anunciada no catálogo libertário. A *Unitas*,

editora ligada ao movimento trotskista, publicava também literatura libertária, e foi comum a mútua divulgação das iniciativas editoriais anarquistas e trotskistas no período.

Na senda do anticlericalismo, tema recorrente nos combates libertários, eram oferecidos livros como *A razão contra a fé*, do livre-pensador, jornalista e advogado Benjamin Mota; *Guerra aos sinos*, de Bruno de Martinho; *A ceia dos cardeais*, de Júlio Dantas e *Abusos e erros do Catolicismo*, do Abade João Mesler. Anunciavam-se para breve os folhetos *Doze provas da inexistência de Deus*, talvez o mais difundido escrito anticlerical entre os anarquistas, de Sebastién Faure; e *A confissão* – folheto de combate anticlerical – uma compilação de Edgard Leuenroth.

Na seção "Literatura Infantil e Amena", obras de Monteiro Lobato (*As aventuras do Barão de Munchausen* e *História do Mundo para Crianças*), Lewis Carrol (*Alice no País das Maravilhas*) e a *História do Brasil Pelo Método Confuso*, a *Lógica do Absurdo* e *Idéias em Zig-Zag*, todos de Mendes Fradique. De Euclides Andrade, anunciava-se *Caipiras e Caipiradas*, de "humor sadio e franco" e do qual se dizia: "Em todos os seus contos, de excelente feitio literário, há uma anecdota, um caso que nos obriga a ir além do sorriso..."

Reservava-se espaço ainda para os "Livros de Cultura Sexual" que, ao certo, serviam de substrato para muitos dos embates dos anarquistas nas discussões sobre uma nova moral sexual, uma maneira renovada de lidar com o próprio corpo e, de forma mais destacada, os posicionamentos críticos em relação ao casamento, as premissas do amor livre. Obras como *Virgindade Inútil e Anti-higiênica*, de E. Nogueira; *Liberdade Sexual das Mulheres*, de Julio R. Barcos; *Fisiologia e Técnica das Relações Sexuais*, do Dr. Van Der Velde; *O Fator Sexual no Divórcio*, de A. G. Hays, *A vida e obra de Freud*, de Honório Salgado, *A Procreação Racional*, da Dra. Marye Stope e *Han Ryner e a pluralidade do Amor*, de Maria Lacerda de Moura, indicam a antecipação dos libertários no debate de temas cuja simples menção gerava protestos enfurecidos dos defensores da "moral e da família".

O livro da Dra. Marie Carmichel Stopes, *A Procreação Racional*, parece ter sido uma das mais frequentes leituras recomendadas pelos libertários neste campo da "cultura sexual". Anunciado no Catálogo d'*A Sementeira* em 1934, reapareceria nas seções de leituras recomendadas nos

anos 1950, pelas páginas do *Ação Direta*, em anúncio da *Livraria Minerva*, mantida pelos anarquistas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A paleobotânica escocesa Marie Stopes era uma “respeitável cientista e prolífica escritora, proponente ativa da educação sexual e discussões públicas acerca dos problemas sentimentais e sexuais do casamento no início do século XX” (CECCHIN, 2010, p. 15). A *Companhia Editora Nacional* publicou, em 1929, dois de seus livros, *Amor e casamento* e *A procreação racional*, este último apresentado como “complemento” ao primeiro. Sua prédica voltada ao controle da natalidade atualizava ideias do neomalthusianismo e da liberdade sexual que os libertários debatiam, encontrando em Maria Lacerda de Moura uma ativa divulgadora no Brasil. Nas palavras de apresentação ao livro, assinadas por Arnold Bennet, destacava-se a necessidade de esclarecimento sobre o tema e de combate à hipocrisia:

> Um dos mais notaveis phenomenos sociaes de nossa época é rápido incremento da idéia da regularização voluntária dos nascimentos. Isto, porém, não póde sorprehender os que meditam sobre o caso, pois a dita idéia é acceita quase irresistivelmente, pelo bom senso e pela consciência dos povos civilizados e nada póde embaraçar o seu progresso, a não ser a superstição ou a ignorancia. Além disso, todos sabem que a grande maioria dos doutos adversarios da referida idéia praticam em sua vida privada o que reprovam que os outros façam (BENNET In: STOPES, 1929, p. 11).

A obra da libertária mineira Maria Lacerda de Moura, figura do maior prestígio nos círculos ácratas, reconhecida conferencista nas associações de trabalhadores, tem no Catálogo espaço próprio – e com grande destaque. A *Sementeira* oferecia ao público leitor *Civilização: Tronco de Escravos, Amai...e não vos Multipliqueis, A Mulher é uma Degenerada, Han Ryner o Amo Plural e Serviço Militar para Mulheres? Recuso-me! Denuncio!*

Na tradição dos libertários, a dramaturgia social comparece na seção de “Teatro Social”, que oferecia *O Semeador*, drama social em três atos, do libertário mineiro Avelino Fóscolo; *A Greve dos Inquilinos*, farsa em um ato, de Neno Vasco; *Electra*, drama anticlerical em cinco atos, de Peres Galdós e *O Vagabundo*, drama em um ato, de M. Laranjeira.

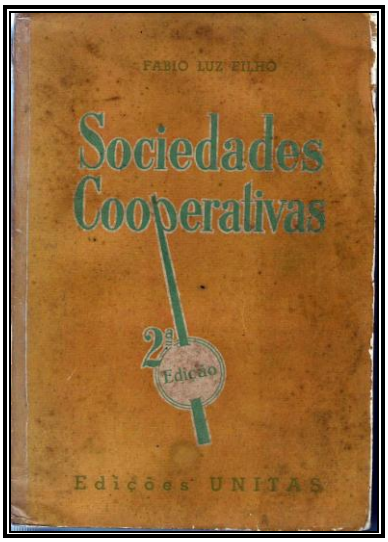


Ilustração 37 – *"Sociedades Cooperativas"*, de Fábio Luz Filho, anunciado no Catálogo d'*A Sementeira*. São Paulo, Editora UNITAS, 1930.

As obras de Fábio Luz Filho sobre o cooperativismo, *Sociedades Cooperativas* e *O Cooperativismo e os latifúndios*, sinalizam, para além da preocupação de debater alternativas de organização social, a necessidade de discutir os problemas dos trabalhadores do campo, secularmente submetidos à exploração dos grandes proprietários e alijados das preocupações governistas de "proteção ao trabalho", que então alcançavam somente os trabalhadores urbanos. Já do livro *Verdades Sociais,* de José Carlos Bóscolo, militante libertário frequente nas páginas do periódico *A Plebe* durante os anos 1930 e na profusão de conferências voltadas ao debate dos "temas sociais", diziam enfáticos os editores d'*A Sementeira:*

> Este livro do autor de 'Dôr Anonima' vem preencher uma falha na literatura social brasileira. Num volume de 150 páginas, este nosso companheiro estuda com meticulosa observação e conhecimento de causa os problemas da educação da criança sob o ponto de vista anárquico.
> Não descurando do problema das lutas sociais, J. Carlos Bóscolo estuda nesse livro as várias formas dessas lutas, visando a compreensão por parte dos estudiosos dos axiomas da questão social (Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934).

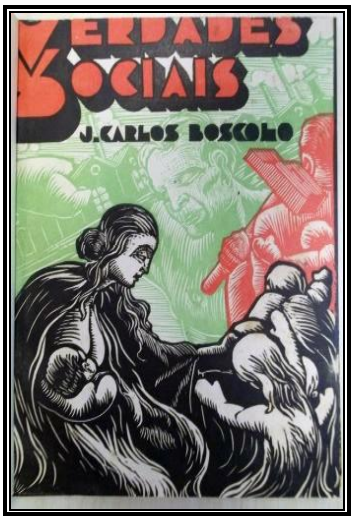


Ilustração 38 – *Verdades Sociais*, de José Carlos Bóscolo. São Paulo, Editorial *A Sementeira*, 1934.

É de destaque também no Catálogo a difusão de livros de "caráter científico", consoante o apreço pela difusão da ciência, aliada aos ideais de progresso como debatido na virada do século XIX para o XX, e ao qual já nos referimos. José Ingenieros, leitura frequente nos círculos de ideias progressistas; Charles Darwin e Nietzsche, ou o *Paradoxos*, de Max Nordau entre outros, eram oferecidos aos leitores.

Era, entretanto, na "Coleção Sociológica", que o Catálogo agrupava os livros clássicos do anarquismo ou as análises sociais e históricas de autores anarquistas. Kropotkin figurava com dois livros: *O Anarquismo* e *A Conquista do Pão*, ambos textos de grande difusão em língua portuguesa desde o início do século XX. O primeiro deles fora editado pela *Unitas*, em 1933. Num relato de memórias de Antônio Candido, encontramos registro de sua circulação. Candido rememorava o encontro com velhos militantes anarquistas, na casa de seus pais, durante a juventude. Um deles, o poeta Martins Fontes, presenteara a sua mãe com o volume de Kropotkin:

> Um anarquista lírico era o poeta Martins Fontes, amigo e colega de meu pai, que ali por 1934 vi na nossa casa, em Poços de Caldas, gabando a doutrina com exuberância tropical. Num ato de aliciamento, deu para minha mãe ler O Anarquismo, de Kropotkin, em cuja folha de guarda ele havia escrito uma quadra louvando o grande revolucionário. Era a recente edição da Unitas, de capa preta e amarela; lembro que minha mãe leu e comentou com simpatia (CANDIDO In: PRADO, 1986, p. 14).

Anarquismo Libertário e Revisionismo Autoritário, de Errico Malatesta, editado pela *A Sementeira*, também compõem o catálogo da "Coleção Sociológica". Da lavra de Florentino de Carvalho, eram anunciados *Da Escravidão à Liberdade* e *A Guerra Civil de 1932 em São Paulo*. Adelino de Pinho, militante português com larga atuação no Brasil, ex-diretor da Escola Moderna nº 2 de São Paulo e coeditor d'*A Plebe* figurava como autor de obra a ser lançada em breve, *Quem não trabalha não come*. É novamente nas reminiscências de Antônio Candido que encontramos uma imagem dos velhos militantes que, para ele, foram exemplo de retidão moral. Sobre Pinho, Candido anota principalmente a firmeza das convicções:

> [...] conhecemos outro velho militante anarquista, com quem tive muito contato: o áspero Adelino Tavares de Pinho, que depois duma vida agitada foi parar em Poços de Caldas, onde vivia mais do que pobremente de uma escolinha para filhos de trabalhadores. [...] Através dele pude sentir a extraordinária fidelidade dos anarquistas daquele tempo às suas convicções; a tenacidade com que as defendiam pela vida afora, mantendo elevada a temperatura da paixão libertária. E também a retidão com que viviam, – honestíssimos, puritanos, achando que os valores morais eram requisitos da revolução social e abominando o maquiavelismo da vida política (CANDIDO In: PRADO, 1986, p. 14–15).

Folhetos de poemas e hinos libertários estão igualmente presentes. No campo das obras teóricas e de divulgação das concepções anarquistas, é ainda apresentado, com destaque à primeira página do catálogo o clássico de Sebastién Faure:

> **A DÔR UNIVERSAL**
> Por SEBASTIÂO FAURE
> Nova edição, com prefácio do Dr. José Oiticica, atualizando essa formidável obra de sociologia sob o ponto de vista anarquista.
> Essa obra deve ser lida por todas as pessôas que se interessam pela solução da questão social, sob um ponto de vista humano.
> 1 grosso volume em 1/16 – 8$000
> (Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934).

Além do convite à leitura por meio do Catálogo de sua "editorial", os libertários lançavam mão igualmente de sua imprensa para reforçar a divulgação e recomendação da literatura anarquista. Parra, em estudo sobre as leituras anarquistas na década de 1930, demonstrou como os jornais *A Plebe* e *A Lanterna* concorreram para difundir os livros anarquistas, num trabalho

complementar aos catálogos da editora ácrata (PARRA, 2014). Exemplo disso tem-se na resenha que *A Plebe* publicou em 1934 do livro *A Dôr Universal*, de Faure, com trecho do prefácio de José Oiticica, conclamando o leitor a familiarizar-se com o ideal anarquista e, sobretudo, proclamar a liberdade de pensamento:

> Leitor amigo! Lê de ânimo aberto este precioso livro e, em tua consciência, examina se não é realmente belo, admirável, simples na sua grandeza, o ideal anarquista. E, se não te convenceres da sua possibilidade, se o achares utopia, se o não quiseres abraçar e proclamar, honra, pelo menos, a memória dos que, por ele, hão sido martirizados e respeita a sinceridade dos que, por ele, hoje se batem e amanhã serão martirizados também (*A Plebe*, 9 set. 1934 Apud PARRA, 2014, p. 93).

O Catálogo da Editora *A Sementeira* cobria vasto âmbito de leituras recomendadas. Temas recorrentes no anarquismo e nos projetos de difusão libertária, como a participação nas lutas sociais, as elaborações teóricas de alguns dos mais reconhecidos articuladores das ideias ácratas, o contraponto ao que classificavam como "dogma e obscurantismo" a partir das leituras livre-pensadoras, anticlericais e científicas, a dimensão pedagógica do teatro e da literatura. Assinalando o mérito de cada obra oferecida ao público, *A Sementeira*, alarga o sentido convencional de editora/distribuidora de livros, constituía repertórios de leitura, tornando patente a estratégia de educação na superação dos problemas da vida em sociedade. Era necessário empregar meios para que ao leitor do mais longínquo rincão chegassem as leituras de seu interesse, mesmo daquelas obras que não constassem do Catálogo:

> Atenderemos com a maior solicitude os pedidos de livros constantes neste boletim que nos forem feitos pelos nossos amigos residentes no interior, sempre que vierem acompanhados das respectivas importâncias. [...]
> Daremos todas as informações que nos forem solicitadas sobre livros e publicações que estejam ao nosso alcance e de nosso conhecimento, assim como faremos o máximo empenho por servir, sempre que nos for possível, aos amigos e estudiosos, na procura, na aquisição e remessa de obras que não constem neste catálogo (Catálogo da Editora *A Sementeira*, nº 1, abril, 1934).

A atividade da Editora *A Sementeira*, publicando livros e folhetos de autores identificados com as ideias do anarquismo, distribuindo publicações de outras editoras, na divulgação de preceitos caros aos libertários; traduzindo as

brochuras chegadas por meio da correspondência com o movimento libertário de outros países, fazendo chegar as publicações por meio do reembolso postal, evidencia a continuidade das atividades libertárias pós-1930 – contrariando, aliás, certa historiografia que se apressou em proclamar sua morte – e a dimensão do projeto de autoformação.

Para as discussões que motivam nossa investigação sobre a militância libertária no Brasil compreendida entre os anos de 1945 e 1968, esse episódio de atividade editorial libertária, às portas do chamado Estado Novo, reveste-se de relevo ainda por outros motivos. Um deles é o fato de que muitos dos militantes anarquistas que tomam parte no projeto de difusão das ideias por meio dos impressos, ativos anteriormente ao golpe de 10 de novembro, permanecem à frente das mesmas atividades, logo quando a ditadura varguista mostra sinais de esgotamento. Nomes como o de Edgard Leuenroth, veterano de muitas lutas e que retomaria a publicação de *A Plebe*; Rodolpho Felipe, cujo nome consta como "gerente" da Editora *A Sementeira* no catálogo de 1934; Pedro Catallo, sapateiro e autor de peças de teatro-social, que dirigiria o *Dealbar*, a partir de 1965, juntamente com dezenas de militantes anônimos que conseguiram manter-se unidos durante a passagem do "tufão reacionário", ganhavam o reforço de uma nova geração de militantes na retomada das atividades públicas.

É a essa experiência adquirida em anos de lida no mundo do livro e outros impressos – que inclui, além da produção, divulgação e distribuição, as estratégias para escapar da repressão – que se deve o ânimo com o qual os libertários vislumbram as potencialidades da retomada de suas práticas, no sentido amplo ao qual já referimos, nos anos pós-1945. Os livros escondidos, transportados em segredo de um lugar a outro, testemunham a sobrevivência de alguns acervos e bibliotecas de militantes. O que escapou aos "autos-de-fé" da censura e da repressão, juntar-se-á ao que a correspondência clandestina logrou trazer durante os "ásperos tempos" do Estado Novo. Folhetos e brochuras, que passam a chegar com mais frequência no esgotamento político do regime, vão-se somar às caixas de livros e outros impressos que sobreviveram cuidadosamente guardadas e, principalmente, camufladas em porões e sótãos das casas de militantes.

Já em 1948, na correspondência trocada pelos militantes tendo em vista a articulação de um colóquio em dezembro daquele ano, os anarquistas de São Paulo, à maneira de pauta provisória, propõem a discussão acerca das publicações libertárias e referem aos livros em estoque, evidência de que algo escapara das razias repressivas durante o Estado Novo:

> [...]
> *e) Propaganda:*
> *1) Imprensa – Resolver sobre a publicação simultânea de* Ação Direta *e* A Plebe*, ou a publicação dum jornal apenas. Possibilidades da publicação de uma revista. Conveniência do reaparecimento de* A Lanterna.
> *2) Livros – Difusão dos livros em estoque.*
> *3) Folhetos – O folheto como veículo de difusão das idéias.*
> *4) Boletins – O emprego dos boletins.*
> *5) Conferências – As conferências específicas e de ordem geral.*
> *6) Comícios – Sobre sua oportunidade no momento.*
> *7) Excursões – Suas vantagens para o movimento* (RODRIGUES, 1992, p. 215).

É com parte deste "espólio sobrevivente", além da experiência adquirida nas realizações editoriais passadas, que os anarquistas retomarão a difusão e formação, repetindo, aliás, a máxima da semente que jaz no solo por períodos de aridez, como que a aguardar o mais propício momento para novamente vicejar.

3.3 As primeiras edições pós-Estado Novo

Aos sinais de ocaso da ditadura varguista, seguiu-se uma efervescência de discursos políticos que caracterizou todo o ano de 1945 (FERREIRA, 2003, 2005). Projetos políticos e vozes dissonantes há muito silenciados perceberam o momento de retornarem às ruas. Grupos de interesses políticos, associações e, principalmente, partidos políticos são personagens de destaque na polifonia discursiva que então vai-se estabelecer. A derrota dos regimes autoritários do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial favoreceu a elevação das vozes que se opunham ao Estado Novo.

A resposta, no sentido contrário, foi dada por amplos setores populares, apoiados por empresários ligados ao governo Vargas e pelo Ministério do Trabalho, que se aglutinaram em torno da permanência de Vargas no poder e da manutenção das conquistas sociais – a legislação

trabalhista, notadamente – obtidas durante seu governo. As correntes de expressão política majoritárias, novas e velhas, acorreram a um ou outro desses grupos.

A militância anarquista busca reencontrar espaço na arena pública, fiel aos princípios norteadores de seus combates que datavam da virada do século XIX para o XX. No clima de júbilo pela reorganização dos partidos políticos, os libertários nadavam contra a corrente, afinados com a crítica à democracia representativa, às disputas eleitorais e o burburinho partidário.

Em meio à profusão de partidos que surgiram no esteio da chamada *Lei Agamenon,*[84] rapidamente caracterizou-se uma "competição dicotômica" pelo poder, com as agremiações partidárias criadas ou reorganizadas gravitando em torno de um "triângulo partidário" que, como anota Delgado, "foi mais importante que a competição pluralista":

> [...] entre as diferentes agremiações que se organizaram a partir da Lei Agamenon, três se destacaram e ocuparam o espaço da cena pública: A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com ênfase menor e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte (DELGADO In: FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 135).

Os outros partidos que surgiram ou foram reorganizados, uns com estrutura nacional, como o Partido Comunista do Brasil que retoma suas atividades, ou outros de âmbito mais restrito como o Partido Social Progressista, o Partido Nacional Classista, o Partido Socialista Cristão, o Partido Libertador, o Partido Ruralista, entre outros, rapidamente encontraram seu lugar nas frentes partidárias que se constituíram, em torno da dicotomia a que se referiu Delgado.

---

[84] O Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de Maio de 1945, que ficou conhecido como "Lei Agamenon", em referência ao Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, discriminava o Código Eleitoral da chamada redemocratização após o Estado Novo. Disciplinava o processo eleitoral em todo o país, trazendo como inovação a exclusividade dos partidos políticos de apresentarem candidatos aos pleitos. Também tornava possível um mesmo candidato ser eleito para mais de um cargo, e até por mais de um Estado. Ver: <http://www.tre-rj.gov.br/cemel/jsp/historia.jsp>; acesso em: 18 ago. 2014.

Em meio à profusão de legendas galgando posições de comando e das mobilizações populares que passaram à história com nome de "queremismo", o adjetivo "libertário", autoidentificador dos anarquistas desde o século XIX, estampou a capa de um livro dado a lume em 1946. Em *Democracia Libertária*, o professor Joaquim Ribeiro atribui-se a tarefa de sintetizar e coligir "a doutrina político-social do eminente professor Sócrates Diniz." Diniz, oriundo do Rio Grande do Sul, é apresentado como elaborador de uma proposta de organização social na qual a liberdade seria preceito fundamental. O livro não se inclui no que chamamos "literatura libertária", mas sua análise é de interesse por conta dos debates políticos então travados.

O livro de Ribeiro saiu sem indicação de editora, impresso na Indústria Gráfica José Magalhães, à Rua Quirino de Andrade, 59, em São Paulo. Organizado em duas partes, aborda as linhas gerais dos fundamentos éticos da Democracia Libertária, a discussão sobre os fundamentos econômicos da organização social, as ideias de pátria e família, o "problema americano" e o "problema brasileiro" e aspectos da "transição para a Democracia Libertária" em que se credita à "formação de um apostolado cívico e cultural" a reforma social que almejavam:

> Por essa revolução no campo moral é que os verdadeiros democratas libertários lutam, e sabem que, somente, após essa vitória revolucionária, é que a possibilidade de planificação democrática não será um desejo efêmero.
> A concretização da Democracia Libertária depende, fundamentalmente, dessa revolução ética (RIBEIRO, 1946, p. 143).

Nas definições doutrinais, buscando definir a "atitude libertária" face à religião, à arte, à economia, à política, à Ciência e à Filosofia, o "humanismo libertário" é identificado como

> "[...] a justificação da concepção de vida para a liberdade. O homem é **causa** em função da liberdade.
> E, nessa busca da liberdade, a questão da dignidade humana, que é a questão do homem livre, tem importância capital.[...]
> Não se pode, consequentemente, afastar o humanismo libertário dos problemas imediatos de reconstrução social. Dele vem a seiva espiritual para o movimento de transformação (RIBEIRO, 1946, p. 157) (grifos no original).

Algumas das ideias expressas no livro de Ribeiro têm pontos de contato com o pensamento anarquista e com as lutas libertárias em escala internacional. O pensamento de Sócrates Diniz, como articulado por Joaquim Ribeiro, contudo, não pode ser confundido com o anarquismo. Este é, aliás, um termo ausente ao longo das 247 páginas do livro.

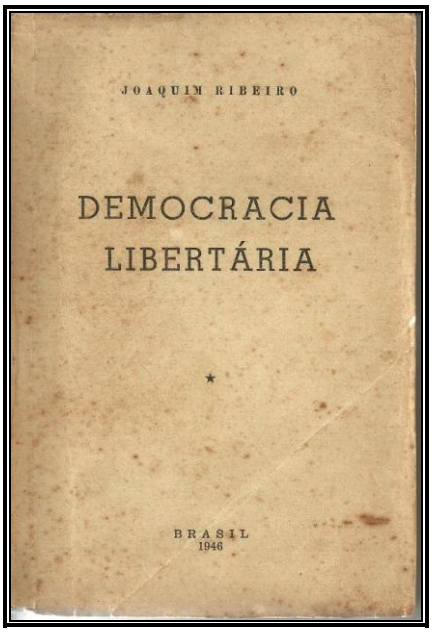


Ilustração 39 – *Democracia Libertária*, de Joaquim Ribeiro. São Paulo. s/e, 1946, 3ª edição.

Entre os filósofos, políticos, cientistas e economistas citados às dezenas ao longo do livro, não se percebe nenhum pensador anarquista. Dos autores próximos ao pensamento libertário, observa-se uma menção à Bertrand Russell, em seu apelo à moral e à educação na solução dos problemas contemporâneos (RIBEIRO, 1946, p. 164). O próprio termo "anarquia" surge uma única vez, na acepção de "desordem", incorporada do senso comum. Embora se repita o termo "movimento social libertário", ignora-se igualmente a atuação dos libertários no Brasil.

As disparidades com o anarquismo não se limitavam ao campo das concepções. As ideias de Sócrates Diniz foram a base de seu Partido Democrático Libertário. O PDL, de escassas referências na historiografia, sugerindo efemeridade, foi um dos tantos partidos na polifonia da "redemocratização". Esteve, por exemplo, entre as agremiações que apoiaram o grande comício queremista do dia 13 de outubro de 1945, que contou, além da presença do próprio Getúlio Vargas, de líderes do Partido Comunista do

Brasil, do Partido Nacional Classista, do Partido Socialista, do Partido Social Cristão, bem como de integrantes do Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT (FERREIRA *In:* FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 38). Sabemos de sua existência pelo menos até 1949, quando fez publicar, por meio do diretório de São Paulo, uma "Mensagem aos Moços", assinada por Sócrates Diniz, presidente do partido. A "Mensagem..." fora anteriormente publicada na *Folha Acadêmica*, órgão universitário de São Paulo.

Como é de imaginar, foi mínima a atenção dos anarquistas à "Democracia Libertária" de Sócrates Diniz. Não fosse por uma resenha ao livro de Ribeiro poder-se-ia dizer que os anarquistas e os "democratas-libertários" ignoraram-se mutuamente. N'*A Plebe* de outubro de 1950, Liberto Lemos Reis, militante do Centro de Cultura Social de São Paulo, resenhou o livro e afirmou a incompatibilidade da "revolução ética" desejada pelos partidários de Sócrates Diniz e a manutenção do Estado. Louvou a iniciativa dos correligionários de Diniz de desenvolver e aplicar "uma doutrina no sentido de solucionar a Questão Social no Brasil", mas indagou:

> Mas poderá, nesta ou em qualquer outra forma estatal, caber o conceito de moral libertária?
> Não!
> A moral autônoma, que será a conquista da revolução ética, opõem-se à existência do Estado, que é a expressão única da moral heterônoma. [...]
> O Estado, determinando a desigualdade social, cria e mantém a moral da heteronomia. Só a supressão do Estado – a anarquia – é que pode permitir o desenvolvimento da moral autônoma, baseada nas relações de cooperação, mantida pela igualdade social. E somente a acracia é que pode promover a revolução ética. [...]

Lemos questionou, ainda, a alegada originalidade do que considerou a "parte positiva" do pensamento de Sócrates Diniz:

> E quanto aos seus característicos fundamentais, possuirá a Democracia Libertária 'os elementos típicos que lhe garantem originalidade?'
> Sintetiza-os neste pensamento Joaquim Ribeiro: 'Obedecendo a objetivos humanos como fins, estruturando-se na cooperação como base essencial e fundamentando-se na moral da autonomia, a Democracia Libertária tem, nestas três características gerais, os elementos da teleologia, da ontologia e etiologia da nova concepção democrática'.
> Perdoe-nos Sócrates Diniz, mas as três características são puro e simples anarquismo, pois a liberdade só será conquistada pela própria liberdade (*A Plebe*, out. 1950).

Não havia dúvida quanto à natureza e o propósito do Partido Democrático Libertário e da chamada “Democracia Libertária” de Sócrates Diniz. Em 1945, foi publicado o programa do partido. Nele, após a consideração de que a resolução da “questão social” era imprescindível à conquista da harmonia entre os homens, de que os erros do regime tributário deveriam ser corrigidos e de que “a fase histórica do mercantilismo está sendo superada pela do industrialismo”, determinava-se o que se pretendia como linha programática, em breves dez artigos, dentre os quais se lê:

> [...]
> III – Propagar o sistema de cooperação econômica, eliminadora do intermediário-encarecedor, do comprador do trabalho humano, e da intervenção do Estado nos negócios da economia.
> [...]
> V – Garantir a propriedade como síntese da reserva econômica.
> [...]
> VIII – Orientar os tratados e convenções internacionais, de modo a facilitar o entrelaçamento dos interesses comerciais, a fim de constituir-se, pelo livre-câmbio, uma comunidade econômica, e garantir, pelo respeito mútuo, uma paz perpétua entre as nações.
> IX – Possibilitar a representação, por seus valores reais, de todos os gêneros da atividade humana, no Poder Legislativo, afim de o mesmo legislar com acêrto pelo conhecimento das necessidades nacionais (Programa do Partido Democrático Libertário, 31 de maio 1945).

A busca da felicidade e da máxima liberdade para os “democratas-libertários” dá-se, então, no contexto de um Estado mínimo, garantidor da propriedade privada e dentro de uma ótica patriótica e nacionalista. Em linhas gerais, talvez seja possível uma identificação dos propósitos da “Democracia Libertária” e de seu partido com a corrente de pensamento à qual se deu o nome de “Libertarismo”, que ganhou relativo alcance, sobretudo, nos Estados Unidos, preconizando a defesa da propriedade privada, a liberdade individual, com a máxima extensão aos direitos individuais e a limitação do papel do Estado, mantido como garantidor da ordem e promotor de certos serviços públicos.

Livros de autores especificamente anarquistas tornariam a aparecer ainda no ano de 1946. Com intervalo de dois meses, foram publicados, no segundo semestre daquele ano, o livro de memórias do anarquista russo Piotr Kropotkin, *Em torno de uma vida*, pela *Livraria José Olympio Editora*, no mês de setembro; e o inédito em língua portuguesa *As Idéias Absolutistas no*

Socialismo, do alemão Rudolf Rocker, em novembro, pela *Editora Sagitário*, de São Paulo.

Embora tenha sido Kropotkin o pensador anarquista mais traduzido em língua portuguesa, o *Em torno de uma vida*, publicado pela *José Olympio*, foi a primeira – e até nosso dias única – edição brasileira da obra, ao contrário de outros de seus livros, como *Aos jovens*, *Palavras de um Revoltado*, *O Estado e seu Papel Histórico* e, principalmente *A Conquista do Pão*, que contaram com sucessivas edições. Mesmo em Portugal, onde abundaram tiragens de seus livros na década final do século XIX e nas duas primeiras do seguinte, as únicas duas edições das memórias de Kropotkin são anteriores a 1910. (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 85–86).

A essa altura, a *José Olympio* já marcara seu nome na história da cultura brasileira, reverenciada por escritores de renome na literatura e que, por fazerem dela um ponto de encontro diário, apelidaram-na carinhosamente de "A Casa". Sua trajetória foi anotada desde cronistas contemporâneos como a principal organização editora do país durante os anos 1930 e 1940.[85] Não é, entretanto, a matéria dos deliciosos causos da vida cultural em torno da livraria e editora *José Olympio* o que capta o olhar do investigador nesta pesquisa. Aqui as indagações voltam-se à motivação da casa editora à publicação, nem bem derrubada a ditadura varguista, da obra de um clássico do anarquismo.

[85] Para a história da Livraria José Olympio Editora ver: SORÁ, Gustavo Alejandro. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro.** São Paulo: EDUSP, 2010; HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005 (2ª ed. revista e ampliada); MACHADO, Ubiratan. **História das Livrarias Cariocas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

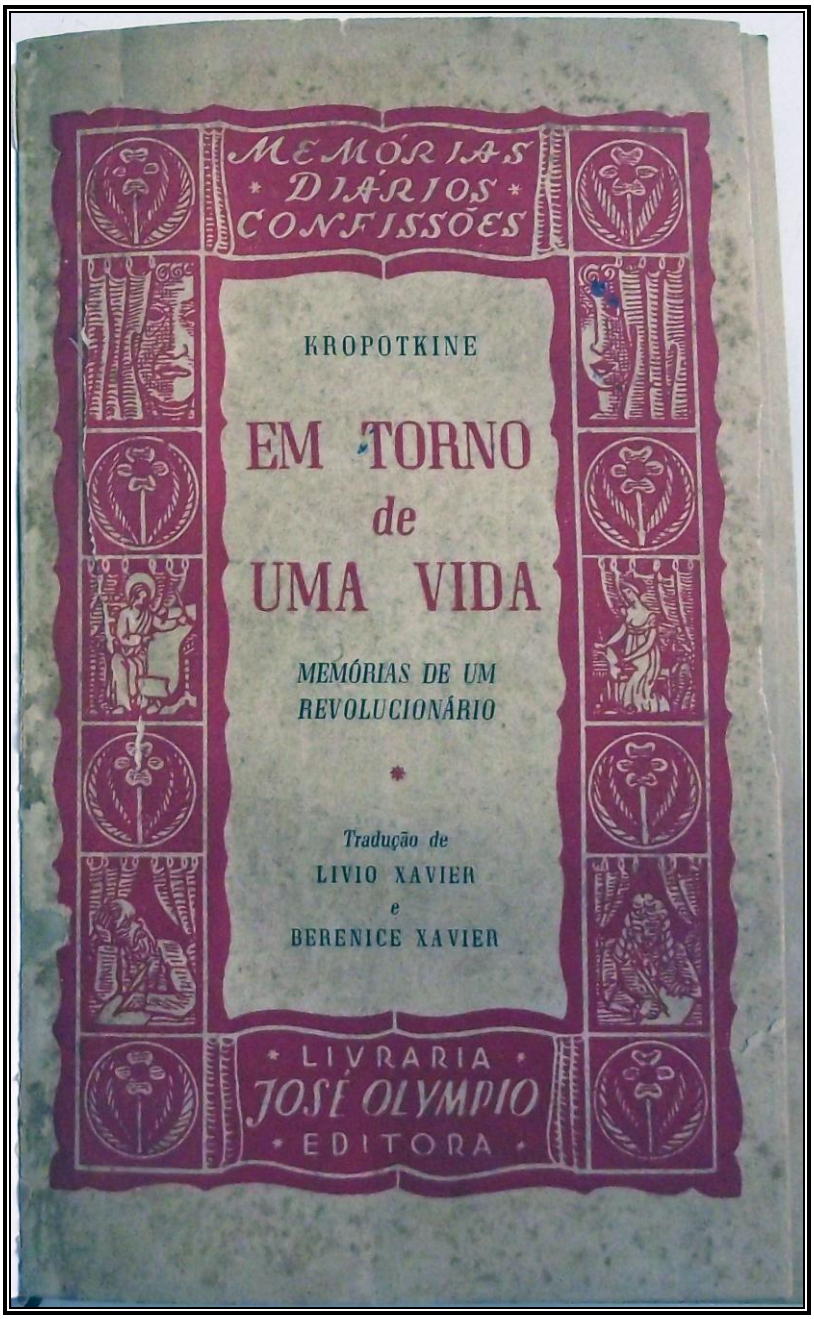


Ilustração 40 - *Em torno de uma vida*, de Kropotkin. *Livraria José Olympio Editora,* São Paulo, 1946.

A opacidade que recobre as razões da edição deste ou daquele livro é um dos obstáculos dos historiadores do universo editorial, e, em especial, sobre a figura chave do editor, na qual, na maioria das vezes, confluem, as funções de produtor cultural e de agente administrativo de um mercado específico. Sobre as razões de uma edição em específico, busca-se alguma informação na apresentação à obra, no prefácio, ou uma referência em relato posterior.

No caso em questão, da publicação por uma grande casa editora de um livro de Kropotkin, tanto mais pertinente se faz tal observação. Nos marcos temporais que delimitam nossa pesquisa é possível constatar edições, embora raras, de obras sobre o anarquismo, geralmente textos considerados clássicos, por editoras comerciais de variado porte. Nestas, a edição de um livro, geralmente, está relacionada diretamente ao interesse do público.

Entretanto, quer se trate de um exemplo de literatura revolucionária internacionalmente conhecida, como a obra de Kropotkin, ou de um texto considerado obscuro para os padrões do leitor médio, a publicação de um livro cujo conteúdo é relacionado a determinadas ideias pode ser indiciária de alguma ligação entre estas e aqueles que a imprimem e divulgam. Guardadas as peculiaridades do contexto histórico a que se referem, são pertinentes as observações de Maria Luiza Tucci Carneiro sobre as ligações entre a militância e a impressão da ideias “sediciosas”:

> Temos que considerar que uma indústria gráfica só assumia a edição de um livro de conteúdo sedicioso se estivesse diretamente envolvida com o cliente, fosse por relações de amizade ou ideológica. Os riscos eram evidentes, no caso de uma delação: a firma teria a sua produção apreendida e o seu espaço ‘lacrado’ pela polícia (CARNEIRO, 2002, p. 72).

Carneiro remete à clandestinidade das gráficas que imprimiam ideias consideradas, no Estado Novo, atentatórias à ordem e à segurança nacional, sujeitas à repressão e censura, mas a questão da ligação entre o impressor e o impresso permanece válida no pós-1945 – bem como à história da edição.

Mesmo em conjunturas em que conheceu seu maior relevo social, foi incomum a publicação de livros sobre o pensamento anarquista, afora as edições do próprio movimento libertário. Por outro lado, os anos 1940 e 1950 conhecem um incremento do movimento comunista nos movimentos sociais de vários países, e que este se traduziu numa larga influência cultural, marcadamente por meio da imprensa e da atividade editorial. (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 44–45) Do mesmo modo que essa influência emulava a produção impressa comunista, agia no sentido contrário em relação às ideias que lhe eram críticas.

Em relação à publicação de *Em torno de uma vida*, de Kropotkin, pela *Livraria José Olympio Editora*, em 1946, talvez possamos, a partir de informações sobre seu processo constitutivo, sugerir explicação. O livro foi o volume 19 da coleção "Memórias – Diários – Confissões", que publicava obras no formato "in-8º", prometendo "magníficas traduções" e "bela apresentação gráfica". Na coleção pontificaram, ao lado do anarquista russo, as memórias de Ghandi, George Sand, Rabindranath Tagore, Mark Twain, entre muitos outros. Também mereceu espaço na coleção outro escritor particularmente admirado e divulgado pelos anarquistas, o russo Liev Tolstoi, cujas memórias foram publicadas com a tradução da escritora Rachel de Queiroz.

Há que levar em conta a sensibilidade de um grande editor como José Olympio, atento aos ditames do mercado, mas igualmente um homem de cultura, há anos lidando com o ofício de intermediário entre os autores, suas obras e o público leitor. O livro de Kropotkin parecia feito à medida para uma coleção voltada aos relatos de memória. Era, além do mais, a narrativa de um revolucionário envolvido na militância política na virada do oitocentos, expresso num estilo envolvente e com algumas passagens quase novelescas. O tino do velho editor não se enganaria.

A tradução da obra de Kropotkin deveu-se a Lívio Xavier[86] e sua irmã Berenice Xavier, cearenses da cidade de Granja, ambos ligados ao movimento trotskista, como também o era Rachel de Queiroz à altura. Além de tradutor, Lívio era escritor e jornalista e, assim como Queiroz, fez várias traduções para a editora *José Olympio*. Em *O Livro no Brasil*, Hallewell tece observações sobre esse trabalho no âmbito d'*A Casa*:

> Contratando, para isso, escritores profissionais, a José Olympio proporcionava-lhes uma renda suplementar extremamente útil. Em contrapartida, assegurava-se não só de que todos os textos estariam bem escritos, como também de que os trabalhos seriam feitos com cuidado e com a preocupação pela correção precisa, uma vez que o tradutor devia pensar na própria reputação como escritor. Por outro lado, como dificilmente qualquer desses escritores tinha proficiência a não ser em inglês e francês, os livros em todas as demais línguas – o russo de Tolstoi ou de Dostoievski, nas versões de Rachel de Queiroz, por exemplo – tinham de sofrer as conseqüências da tradução indireta (HALLEWELL, 2005, p. 460).

[86] Ver, sobre a trajetória política e cultural de Lívio Xavier: BARBALHO, Alexandre. **Lívio Xavier: Política e Cultura.** Fortaleza: Edições A Casa, 2003.

A propósito da “tradução indireta”, Rónai atribuiu à falta de uma “classe de tradutores” profissionais a necessidade de realizar a tradução para o português por uma “terceira língua”:

> São muito frequentes entre nós as traduções indiretas, quer dizer, feitas por intermédio de uma terceira língua. Deve-se este fenômeno à quase inexistência de uma classe de tradutores. As obras-primas da literatura mundial são vertidas, geralmente, não por tradutores profissionais e sim por escritores de renome, os quais, se muitas vezes, possuem amplos conhecimentos de francês, inglês, e espanhol, não tem o tempo e o interesse necessários para se dedicarem ao estudo de outros idiomas de grande expressão cultural, como o russo, o alemão, as línguas escandinavas, etc. nos chegam, em regra geral, através de tradução de traduções (RÒNAI, 2012.a, p. 27).

A tradução de Lívio Xavier e Berenice Xavier para o livro de Kropotkin, como as mencionadas de Rachel de Queiroz, deve-se ter servido de edição em francês da obra, embora já então se contassem duas edições em português, uma de 1907, de *Dias da Silva Editor* e outra provavelmente de 1909, da *Guimarães Editores*, ambas de Lisboa. À guisa de apresentação, manteve-se o prefácio assinado por George Brandès que acompanhava as edições francesas da obra. Brandès fora um crítico literário e acadêmico dinamarquês e mantivera com Kropotkin relações de amizade e respeito. No campo da análise literária, discutiu também, entre outros, obras de Gorki, Tolstoi e Ibsen. Foi um dos colaboradores da revista *Mother Earth*, publicada pela anarquista russa Emma Goldman nos Estados Unidos, onde escreveram também Malatesta e Kropotkin.

A presença desses intelectuais na vida da *José Olympio*, supomos, pode ser um elemento para compreender o espaço dedicado a uma obra clássica do anarquismo em pleno pós-guerra. Sabe-se da boa relação de muitos anarquistas com trotskistas, irmanados desde a crítica comum ao regime soviético e à linha oficial do Partido Comunista Brasileiro. O escritor e jornalista Aristides Lobo, por exemplo, fora amigo próximo de Edgard Leuenroth, desde as lutas sociais da Primeira República, tendo ambos manifestado, em vários momentos, mútua consideração. Anarquistas e trotskistas anunciavam-se mutuamente em seus projetos editoriais.

No Catálogo da *Editora A Sementeira* aqui destacado, eram anunciados livros da *Graphica Editôra Unitas LTDA*., ligada ao movimento

trotskista no início dos anos 1930.[87] Seu proprietário era Salvador Cosi Pintaúde, e, entre seus colaboradores mais ativos, estavam Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo e Victor Azevedo. O foco de editora era a difusão do marxismo, com acento nas obras de Trotsky, mas a *Unitas* editou alguns autores anarquistas, como Kropotkin (*O Anarquismo. Sua Filosofia, Seu Ideal, Suas Bases Científicas, Seus Princípios Econômicos.*) e autores nacionais, como Maria Lacerda de Moura e José Carlos Bóscolo. Nesse sentido, a *Unitas*, se comparada com a atividade editorial ligada ao Partido Comunista Brasileiro[88], pode ser vista como ilustrativa de uma linha de pluralismo e antidogmatismo. Em seus Catálogos, dois lemas indicam sua compreensão plural do papel da leitura e da educação: "Uma Biblioteca não é um luxo, é uma necessidade" e "Antes a leitura; depois, cada qual aja como quiser". A atuação da editora trotskista deu-se, diga-se, em um período de intensa repressão e censura das ideias, como lembrou Deaecto:

> A ação da Unitas se deu nos anos difíceis que seguiram à revolução de 30, de polarização ideológica, de radicalismo e de ofensiva de direita, movimento que se acirrou em 1935, com a caça aos comunistas, apreensão e queima pública de livros. A ação dos 'Brenn-Kommandos' de São Paulo [...] marcada por constantes 'blitze' em editoras durante o verão quente de 1935/1936, resultou na apreensão de 46.154 volumes (DEAECTO In: DAECTO; MOLLIER, 2013, p. 20–21).

Da ação repressiva contra as editoras que publicassem obras julgadas "atentatórias contra a ordem política e social" no período, com base no

---

[87] Para um estudo da trajetória da *Graphica-Editôra Unitas LTDA* ver: KAREPOVS, Dainis. "A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil dos anos 1930". *In*: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

[88] Mesmo no âmbito da política de edição controlado pelos Partidos Comunistas há que perceber distintas experiências que escapam à homogeneização, seja em decorrência mesma da evolução do regime soviético, ou das vicissitudes da implementação das políticas de Moscou nas variadas realidades nacionais ao redor do mundo. De resto, pesava ainda a contradição entre uma política que possibilitava a democratização da leitura e a tentativa autoritária de controle do que se lê, como anotou Wolikow: "De fato, a política do livro e da edição nesse mundo comunista era contraditória, contendo uma brecha que possibilitava a democratização da leitura e o acesso à cultura, mas também outra que controlava de modo autoritário o conjunto das publicações ligadas à esfera sociopolítica, ainda que espaços se abrissem no domínio da literatura e da ficção, permanecendo estas sempre à mercê de uma resistência ideológica" (WOLIKOW In: DEAECTO;MOLLIER, 2013, p. 324). O mesmo autor analisa as transformações da política editorial comunista ao longo do século XX.

que os opositores do regime chamaram “Lei Monstro”,[89] Karepovs afirma a apreensão de vários exemplares de literatura libertária, em meio à perseguição aos autores socialistas de qualquer extração:

> [...] Nesta blitze paulistana foram confiscados pelos Brenn-Kommandos de São Paulo 46.154 volumes, que totalizavam 246 títulos de 176 autores, dos quais 130 eram estrangeiros. Neste universo de livros apreendidos encontravam-se romances, poesias, ensaios, estudos históricos e econômicos, biografias, relatos de viagem, sendo em sua grande maioria obras de caráter político, nele predominando autores socialistas (fossem eles marxistas ou não).
> Os autores ‘preferidos’ desta razia foram Lenin (com 17 títulos apreendidos), Trotski (treze), Engels (nove), P. Kropotkin (sete), Bukharin (seis), Stalin (cinco), K.Marx (quatro) e a brasileira Maria Lacerda de Moura [...] (KAREPOVS In: DEAECTO; MOLLIER, 2013, p. 67)

No Auto de Verificação e Apreensão que a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo procedeu no estoque de livros da “massa falida” da *Graphica Editôra Unitas LTDA*., em 1936, constavam, entre outras dezenas de títulos: 313 volumes do livro *Comunismo Libertário*, de Errico Malatesta; 1.060 volumes do livro *O Anarquismo*, de Pedro Kropotkin; 541 volumes (brochura) e 27 volumes (encadernado) do livro *Han Ryner e o Amor Plural*, de Maria Lacerda de Moura e 7 volumes do livro *Verdades Sociais*, de J. Carlos Bóscolo (Prontuário do DEOPS-SP nº 828. Graphica Editora Unitas LTDA.).

A pluralidade e antidogmatismo da *Unitas* contrasta com o programa das editoras ligadas ao Partido Comunista, ainda mais quando se sabe que fora comum, a partir da década de 1920, tais editoras serem controladas pelo serviço de Edição do Komintern, que presidia uma rede de editoras comunistas ao redor do mundo, controlando as etapas da produção editorial e exercendo censura sobre os títulos publicados (BOUJU, 2013, p. 269). Remetendo ao caso francês, Marie-Cécile Bouju assinala que o próprio editor quedava esvaziado de seu papel, pelo controle da edição desde o Partido Comunista:

> [...] Aliás, não se trata nunca de ‘editor’, isto é, de um profissional que elabora e conduz uma política editorial visando construir um catálogo

[89] A Lei de Segurança Nacional, apelidada “Lei Monstro” pelos setores de oposição ao governo, foi promulgada em 4 de abril de 1935. Aprovada após longa tramitação no Congresso, seu objetivo principal era definir e punir os crimes contra a ordem política e social. Em um período de radicalização política, seu conteúdo foi sendo modificado, tornando-a mais rigorosa e circunstanciada. Ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>; acesso em: 18 ago. 2014.

> explorável a médio e longo prazo: o PCF precisava apenas de praticantes politicamente seguros para atender à propaganda e à estratégia política do momento (BOUJU, 2013, pag. 269).

A amistosa relação entre libertários e trotskistas continuou após o fim do Estado Novo. Mauricio Tragtenberg, em sua passagem pela militância trotskista, não abandonou o costume de frequentar as Conferências do Centro de Cultura Social de São Paulo.[90] Noutro cenário, no Rio de Janeiro de 1968, às vésperas de terem a sede de seu Centro de Estudos Professor José Oiticica invadida e saqueada por militares da Aeronáutica, os anarquistas cariocas dividiam o aluguel do prédio com membros de uma fração trotskista, aos quais franqueavam uma das salas. Mario Pedrosa, um dos mais destacados divulgadores do trotskismo no país, proferiu conferência no CEPJO.

Libertários e trotskistas tinham convivência respeitosa e, por vezes, colaboravam entre si em vista de propósitos mútuos. Na contracapa do livro de Kropotkin publicado pela *José Olympio*, Rachel de Queiroz teceu comentário elogioso acerca da qualidade da narrativa e da personalidade do revolucionário russo:

> EM TORNO DE UMA VIDA é um dos livros mais belos que já li. Essa biografia de um dos homens de existência mais movimentada da Europa reúne o imprevisto e saboroso romance de aventuras com o angustiado sentimento de procura de solução para os dramas do mundo. O revolucionário, o idealista e o homem de ação nos aparecem nessa narrativa em relevo de força singular, ao mesmo tempo que a alma russa nela se expande em todo o seu estranho mistério e sua insondável profundidade (QUEIROZ In: KROPOTKINE, 1946).

Dois meses depois da publicação de *Em torno de uma vida,* os anarquistas saudaram o aparecimento de mais um do que chamavam “livros nossos”. Em novembro de 1946, saía das oficinas da *Gráfica e Editôra EDIGRAF*, de São Paulo, a serviço da *Editora e Distribuidora Sagitário*, na mesma cidade, *As Idéias Absolutistas no Socialismo*, do anarquista alemão Rudolf Rocker.

Mário Ferreira dos Santos era o nome à frente da *Editora Sagitário*. Vida e obra de Santos esperam da história das ideias no Brasil um estudo que

[90] Ver: TRAGTENBERG, Mauricio. **Memórias de um Autodidata no Brasil.** São Paulo: Escuta, 1999.

aborde suas múltiplas facetas. Filósofo, professor, jornalista, advogado, tradutor, escritor prolífico, é autor de mais de 40 obras, notadamente no campo da Filosofia, além de ter traduzido outros tantos autores. São suas, por exemplo, as traduções de *Vontade de Potência*, de Nietzsche, publicado pela *Livraria Globo*, de Porto Alegre em 1945; *A Fisiologia do Casamento*, de Balzac, para a mesma livraria e *Saudação ao Mundo*, de Walt Whitman, para a *Editora Flama*, de São Paulo, sem data.[91]

Santos nascera no interior de São Paulo, na cidade de Tietê, em 1907. Tendo a família se transferido para o Rio Grande do Sul, fez os estudos secundários em Pelotas e, mais tarde, licenciou-se em Direito e Ciências Sociais na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Colaborou em vários jornais e revistas gaúchos, convicto das concepções políticas que abraçara: "Como livre-pensador, foi preso em 1930, aos 23 anos, em defesa de suas atitudes conscientes e de seus ideais libertários, aos quais se manteve fiel até o fim da vida." (GALVÃO; SANTOS, s.d).

Os livros foram sempre uma paixão de Mário Ferreira dos Santos. Após a Segunda Guerra, vai-se estabelecer em São Paulo, onde trabalhou na *Editora Flama*, na *Editora Sagitário* e na Livraria Ritz, entre outras. Fundou, depois, as e*ditoras Logos*[92] e *Matese* dedicadas, sobretudo, a edições do próprio autor, e destacou-se como um dos pioneiros no sistema de venda de livros no crediário pelo sistema de porta-a-porta.[93] Um depoimento de Santos ajuda a dimensionar a sua lida como editor, superando adversidades materiais e preconceitos quanto à natureza do público leitor brasileiro:

---

[91] Na compilação de sua obra realizada por Nadiedja Santos Nunes Galvão e Yolanda Lhullier Santos, suas filhas, consta entre as traduções feitas por Mário Ferreira dos Santos a de *As Idéias Absolutistas no Socialismo*, de Rudolf Rocker. O livro, entretanto, traz o nome de Nicolau Bruno como tradutor. Pode, pois, tratar-se de um entre os tantos pseudônimos de Santos. Ver: RUDOLF Rocker. **As Idéias Absolutistas no Socialismo.** São Paulo: Editora Sagitário, 1946.

[92] Sobre a *Editora Logo*s do professor Mário Ferreira dos Santos, abordando a dimensão visionária de sua ação editorial e demonstrando aspectos relativos à comercialização no sistema porta a porta, ver: LHULLIER, Yolanda, **São Paulo: o mercado editorial brasileiro.** 1992. 40p. (Mimeo.); GALVÃO, Nadiejda Santos Nunes e SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Monografia sobre Mário Ferreira dos Santos.** São Paulo: s/e, 2001 (Mimeo.)

[93] Sobre o mercado editorial no Brasil e o comércio de livros de porta em porta ou "crediário de livros" ver o estudo de Urbano Nobre Nojosa, abordando a distribuição direta de livros, a partir de registros orais, entrevistas com editores e fontes impressas. NOJOSA, Urbano Nobre. "Segmento porta a porta: O livro em busca do consumidor-leitor." *In:* **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 de setembro de 2002.

> Como podem observar, estou realizando no Brasil uma atividade inédita. É costume dizer-se nesta terra que o leitor brasileiro não se interessa senão pela baixa literatura. Essa calúnia assacada ao nosso leitor levou-me a uma experiência: a de editar livros de filosofia. E o resultado foi o desmentido cabal a todo pessimismo dos mesmos editores. Meus livros passaram a vender-se por milhares. E entrei em contato direto com o leitor, sem ter pedido licença a qualquer grupo de literatos detentores dos meios de publicidade. Apresentei-me diretamente ao leitor e disse-lhe: tenho isto para você. E o leitor aceitou, sem esperar por alguém que o aconselhasse a ler. E o resultado não se fez esperar, contrariando todos que, divorciados do verdadeiro leitor, pensam que este só quer subliteratura, escândalos, etc. (SANTOS Apud LHULIER, 1992).

Embora uma análise das nuances da obra de Santos não seja dos objetivos desta pesquisa, aqui destacamos sua participação na "sementeira" anarquista pós-Estado Novo, principalmente em seus conectivos ao projeto libertário de educação e autoformação. Uma vez em São Paulo, Mário Ferreira dos Santos não tardou a entrar em contato com os militantes, dando início a uma colaboração extensa.

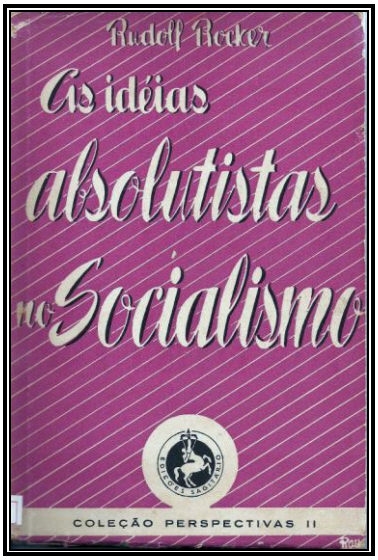


Ilustração 41 - *As Idéias Absolutistas no Socialismo*, de Rudolf Rocker. Editora Sagitário, São Paulo, 1946.

Francisco Cuberos Neto, irmão de Jaime Cubero e um dos militantes da "nova geração" de libertários do Centro de Cultura Social de São Paulo, conta como se dera o seu encontro com Santos, mediado pelo interesse nos livros:

> Eu estava com meu cunhado, que já faleceu, chamado Liberto também que era primo de um outro Liberto, estávamos na cidade e

> entramos numa livraria. E lá veio um cara, um gordão com um charutão na boca: 'Vocês estão procurando alguma coisa?', aí eu falei logo de cara: 'Nós estamos procurando livros anarquistas, o senhor tem livros que tratem do anarquismo?', aí ele olhou, deu um sorriso: 'Vocês são anarquistas?', 'bom, nós não somos mas queremos ser...', 'Vocês conhecem o Centro de Cultura Social?', 'Nós somos de lá...!', 'Ah, já conhecem o Pedro Catallo, conhecem o Edgard, conhecem essa turma?', 'Conhecemos, porra, nós somos de lá!', aí ele se apresentou, sabe quem era? Mário Ferreira do Santos, a livraria era dele..., foi assim que conhecemos o Mário (CUBEROS NETO In: AVELINO, 2004, p. 142-143).

Mário logo se tornou *habitué* dos saraus libertários do Centro de Cultura Social, onde seu talento como leitor, bem como a habilidade de conferencista simples e acessível seriam compartilhados pelos frequentadores do Centro, como o relato de memória de Jaime Cubero dimensiona:

> No Centro de Cultura passou a freqüentar, já em 45, um filósofo muito importante, o Mário Ferreira dos Santos. E todos os sábados à noite havia as conferências. Lotava tanto que o pessoal quando estava indo falava: 'Vamos logo senão não vamos pegar lugar para sentar...' E o Mário Santos, depois que começou a freqüentar fez umas palestras para nós, a tal ponto que passado um tempo nós não nos preocupávamos em arrumar conferencistas (procurávamos, é claro, alternar). Mas ele chegava lá e sempre que não tinha ninguém para falar, púnhamos o Mário. Ele sentava-se à mesa e perguntava: 'Sobre o que vocês querem que eu fale?'. O pessoal escolhia um tema e ele discorria. Ele tinha uma capacidade fantástica, a pessoa mais culta que eu conheci em toda a minha vida (olha que eu conheci reitores de universidades, escritores, muita gente), nunca vi uma cultura e uma capacidade tão grande quanto a do Mário para expor idéias de um modo tão profundo (CUBERO In: RODRIGUES et alli, s/d. p. 116).

A lembrança do militante autodidata anota, em outro momento, a capacidade de motivação do conferencista. Lembrava Jaime que "professor não é o que passa matéria", mas aquele que "consegue motivar, despertar o interesse do aluno pela matéria, com um envolvimento prático, com muita simpatia". Era o que a oratória de Santos lograva. "Às vezes, ouvia o Mário Ferreira falar por três, quatro horas, voltava para casa e pegava um livro para ler. Não estava cansado, estava motivado" (CUBERO Apud VALVERDE, 2007, p. 408).

Na *Editora e Distribuidora Sagitário*, no número 487 da Avenida São João, em São Paulo, Mário Ferreira dos Santos publicou o ensaio no qual o anarquista alemão Rudolf Rocker, um dos principais teóricos libertários do pós-guerra, abordava as origens do pensamento socialista libertário, passando por Saint-Simon, Proudhon e Bakunin, e discorria sobre as "doutrinas autoritárias"

que se foram apropriando do socialismo a partir de Marx e que teriam, segundo Rocker, seu *leitmotiv* em concepções absolutistas.

O livro *As Idéias Absolutistas no Socialismo* foi publicado na *Coleção Perspectivas*, que anunciava, entre as futuras edições, *Nacionalismo e Cultura*, também de Rudolf Rocker, *A Sabedoria Humana*, de Nelson Werner, *Teses da Existência e da Inexistência de Deus*, de Charles Duclos (pseudônimo de Mário Ferreira dos Santos) e *Se a Esfinge Falasse...*, *Realidade do Homem*, *Investigadores do Absoluto*, *Mártires da Verdade*, *A Lógica da Existência* e *Socialismo É Liberdade*, todos de Dan Andersen (também pseudônimo de Santos).

Na *Coleção Clímax*, eram anunciadas as obras de Friedrich Nietzsche, *Aurora* e *Além do Bem e do Mal*, ambas com tradução de Mário Ferreira dos Santos, e a *Coleção Estímulo* apresentava os livros *Convite ao Socialismo*, de Gustav Landauer, *Convite à Psicanálise*, de Nelson Werner, *Convite à Liberdade*, de Lázaro Brentano e *Convite à Filosofia*, que Santos assinaria novamente como Charles Duclos.

Para apresentar *As Idéias Absolutistas no Socialismo*, o editor coligia apreciações sobre outra obra de Rocker, *Nacionalismo e Cultura*. O prefácio apresentava opiniões de Bertrand Russell e Lewis Mumford, este último afirmando que *Nacionalismo e Cultura* era uma obra “que merece figurar na mesma linha que o “Candide”, de Voltaire, “Os Direitos do Homem”, de Paine e o “Apoio Mútuo”, de Kropotkin” (ROCKER, 1946, p. 10).

A edição da *Sagitário*, além do ensaio principal que dava título à publicação, era acrescida de outros escritos, como os capítulo finais “O homem sem cabeça”, que criticava a obtusidade da disciplina acrítica dos comunistas sob Stálin, e “Germinal”, no qual louvava as possibilidades de transformação da vida social alicerçada nos preceitos do socialismo libertário. Era, pois, uma leitura bem-vinda nos meios anarquistas, que se ressentiam da falta de “literatura revolucionária” à disposição nas livrarias, num ambiente de retomada de atividades políticas públicas.

Mário Ferreira dos Santos manteve-se afastado do magistério superior, talvez uma decorrência de seu espírito avesso ao trabalho institucional. Quando se transferiu para São Paulo, em busca de um ambiente mais propício às suas atividades, Santos escolheu viver unicamente da edição

e distribuição de seus livros, de cursos que ministrava presencialmente e de outros que redigia em apostilas para oferecê-los por correspondência. Embora se tenha mantido convicto das concepções libertárias – era particularmente afeito às ideias econômicas de Proudhon – em sua obra, não pontificaram muitos livros que dissessem diretamente respeito ao pensamento libertário. Afora o *Ideias Absolutistas no Socialismo* de Rocker, apenas dois outros livros – esses de sua autoria – foram oferecidos ao público nas seções de "livros recomendados" dos jornais libertários: *Teses da Existência e da Inexistência de Deus*, de 1946; e *Análise Dialética do Marxismo,* sete anos depois, em 1953, pela *Editora e Livraria Logos*.

O livro *Análise Dialética do Marxismo*, com mais de duzentas páginas e acabamento esmerado que incluía uma sobrecapa em couro, representaria um reforço à difusão do anarquismo em língua portuguesa.

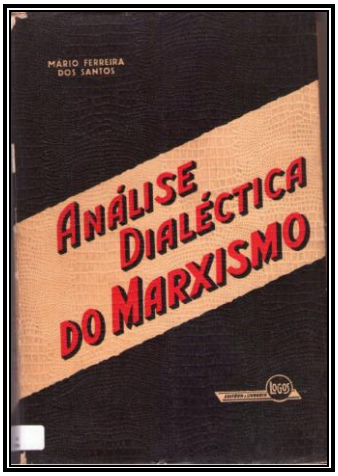


Ilustração 42 – *Análise Dialética do Marxismo*, de Mário Ferreira dos Santos. São Paulo, Editora Logos, 1953.

Eram raros na literatura especificamente anarquista os esforços de síntese e os estudos bem articulados. Mesmo as obras de alguns dos principais nomes do anarquismo são, algumas vezes, a recolha de textos esparsos, redigidos no calor dos embates, muitas vezes na imprensa de classe e aos quais, originalmente, não se deu o formato de livro. Assim sendo, somando-se o esforço analítico de Mário Ferreira dos Santos – ele próprio um ex-militante comunista que aderiu às concepções libertárias – a *Análise Dialética do Marxismo* mereceria dos anarquistas ampla divulgação.

No longo sumário do livro, encontram-se tópicos como: “Marx e Proudhon”, “Polêmica sobre o Estado entre marxistas e anarquistas”, “O Estado para os socialistas libertários e anarquistas”, “Pode a Ditadura ser uma Escola de Liberdade?”, “As concepções libertárias e a sua crítica do Marxismo”. Era, pois, uma leitura de reforço aos embates dos libertários frente às concepções do marxismo em voga, numa polêmica política que tinha suas raízes no século XIX, no âmbito da Associação Internacional dos Trabalhadores, entre as tendências centralistas de Marx e federalistas de Bakunin. Polêmica acesa que, no Brasil, ganhara contornos na década de 1920, quando os ecos da Revolução Russa motivaram a fundação do Partido Comunista do Brasil, que passou a disputar com os libertários e outras correntes a influência nas lutas dos trabalhadores.

No estudo em análise, reconhecendo a dificuldade de exame do marxismo “com a máxima isenção de ânimo, evitando a influência das paixões que agitam a nossa época”, Santos propõe uma análise dialética das teses de Marx, Engels e Lênin. Era, contudo, frente às premissas anarquistas que desejava debater as teses marxistas, situando sua crítica no campo da esquerda:

> Por outro lado, impõe-se esclareçamos, a fim de evitar más incompreensões, que a maneira de dispor a polêmica sôbre o marxismo obedeceu a uma intenção. Nos últimos cem anos em que o marxismo se estruturou, a principal polêmica foi travada entre os dois socialismos: o autoritário e o libertário. Se êste último, nessa época de cesarismo, é aceito por uma número reduzido e disperso de partidários, o primeiro, inegavelmente, atrai o maior número de seguidores. No entanto, é de verificar-se que, em face das decepções, os socialismos mais idealistas sentem, quando os fatos lhes mostram algum malogro do socialismo, a necessidade de retornar às posições do socialismo libertário, onde permanecem à espera de que novos acontecimentos possam mudar a fisionomia e a significação dos fatos.
> [...]
> Portanto, se a alguns partidários transparecer que os argumentos anti-marxistas são expostos com mais eficiência, sobretudo os advindos do campo libertário, queremos desde já explicar o porquê desta atitude. As obras apologéticas do marxismo são encontradiças e numerosas, enquanto as libertárias são mais raras e pouco lidas. Impunha-se, por isto, acrescentar maior número de razões em oposição ao marxismo, pois tais argumentos não poderiam ser manejados do campo do capitalismo, mas apenas do campo do socialismo, pois os libertários não acusam os marxistas de **serem** socialistas (como o faria um capitalista partidário, por exemplo) **mas precisamente por não serem** socialistas, ou por terem dele se desviado. Portanto, a crítica libertária não ataca o **muito,** mas acusa

> o **pouco**, e como ela é constructiva e não destructiva, merece atenção (SANTOS, 1953, p. 13–14) (grifos no original).

Para os anarquistas brasileiros, as discussões suscitadas na obra de Santos tornaram o *Análise Dialética do Marxismo* frequente nas bibliotecas pessoais dos militantes libertários e nas estantes do Centro de Cultura Social de São Paulo e do Centro de Estudos Professor José Oiticica, no Rio de Janeiro. Na biblioteca particular de Edgard Leuenroth também havia um exemplar (CADERNOS AEL, 1998, p. 255). Nas estantes do Centro de Estudos Professor José Oiticica, constavam, além de outros títulos da lavra de Santos, os nove volumes da *Coleção Grandes Temas Sociais*, publicados pela *Editora Logos*, em 1962. Os quatro últimos volumes dessa coleção (*Análise de Temas Sociais*, volumes I, II e III; e *O Problema Social*) são um apanhado de análises políticas, econômicas e sociais nas quais se acentua a crítica ao marxismo. É possível imaginar alguns desses livros como sendo aqueles que Jaime Cubero lia motivado, noite adentro, após ouvir uma conferência de Mário Ferreira dos Santos no Centro de Cultura Social. Sua presença naquele ambiente de aprendizado mútuo, as Conferências que pronunciou, a camaradagem do convívio dão o tom e da "nota de tristeza" assinada por Pedro Catallo no *Dealbar*, registrando o pesar dos libertários quando do falecimento de Santos, em 1968:

> [...] Dominado por uma imensa modéstia, que o colocava acima de qualquer espírito de exibicionismo, Mário Santos passava quase despercebido pela crônica literária. O seu grande número de obras de tôda espécie e de todos os setores do pensamento humano, ocupa lugar de destaque em tôdas as livrarias do Brasil. O Dr. Mário Ferreira dos Santos, que tivemos a ventura de conhecer como dono de uma livraria (que era o elemento por êle sempre preferido) em 1946, foi sem dúvida nenhuma, o homem mais culto que conhecemos em nossa longa vida de militante libertário. A sua erudição não tinha limites, artes, ciências, filosofia, línguas e História, não tinham segredos para aquêle cérebro singularmente privilegiado. Conferencista exímio, expositor de recursos incomensuráveis, e polemista tranqüilo, seguro e imperturbável, prendia qualquer assistência, por mais culta e exigente que fôsse.
> Nós que tivemos o ensejo de privar com êle por quase trinta anos e de conhecer-lhe o manancial de sabedoria que possuía debaixo daquela sublime modéstia que o caracterizava, podemos avaliar a grande perda que o mundo teve com o falecimento do nosso inesquecível amigo Prof. Dr. Mário Ferreira dos Santos.
> Os libertários e o Centro de Cultura Social associam-se à dor a ao luto de sua esposa, filhas e genros.
> Pedro Catallo (*Dealbar*, abr./mai. 1968).

Na segunda metade dos anos 1940, a difusão do anarquismo por meio dos impressos ganharia a publicação de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, do professor José Oiticica. Lançado em 1947, pela segunda vez a obra era publicada. Embora não se trate de um texto inédito, seu aparecimento em livro foi antecedido de larga campanha de divulgação nos periódicos *A Plebe* e no *Ação Direta*, nos quais sua futura publicação fora, ao longo de vários números, anunciada com o título de *O Anarquismo ao Alcance de Todos*.

O livro de Oiticica, já o anotamos, ao contrário do que se sugeria pelo título, não se tratava de um estudo teórico das ideias e práticas anarquistas ao longo da história.[94] Era um encadeamento de tópicos atinentes à interpretação libertária das instituições sociais e sua crítica, e das formas de atuação e propostas de transformação social. Por breves apontamentos, passava em revista, por exemplo, a "natureza dos padecimentos humanos", o papel do Estado e da propriedade como origem dos males sociais, as decorrências políticas e econômicas que as instituições assumiam para a manutenção do *status quo*, com uma aberta crítica da autoridade e os vícios de tal organização social: o salariato, a prostituição, a agiotagem, o direito de herança, a educação idólatra...

Expondo em traços largos a análise social anarquista, propunha um "sistema associativo integral", com o qual julgava combater os problemas da organização humana, superando os "males do capitalismo" e a permanente "crise humana" a que este conduziu a sociedade:

---

[94] Nas apresentações das edições de 1963 e 1983, Ideal Peres e Edgar Rodrigues, respectivamente, chamaram a atenção para essa característica, alertando os leitores: "*A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* não esgota necessariamente o assunto. Não estão expostas nesta sintética obra todas as nuances do socialismo libertário, isto é, as concepções integrais e pouco conhecidas de um Godwin, de um Proudhon, de um Stirner – considerado um dos precursores do existencialismo – de um Kropotkin, de um Tolstoi, de um Bakunine, etc.. Da mesma forma, não figuram as concepções libertárias nos fundamentos modernos e atuais com os teóricos Gustavo Landauer, Rudolf Rocker, Herbert Read, Alex Confort, em que o estudioso poderá se enfronhar consultando a lista apenço no fim do livro." (PERES In: OITICICA, 1963, p. 5) De forma muito semelhante, Rodrigues anotou que: "[...] a obra de José Oiticica não abrange concepções libertárias de autores mais recentes, como Rudolf Rocker, Eugen Relgis, Alex Confort, Herbert Read e outros vultos do anarquismo, e nem as transformações nos regimes bolchevista e democrático, ocorridas neste meio século que nos separa do ambiente em que a mesma foi escrita (RODRIGUES In: OITICICA, 1983, p. VII).

> 72 – **A propaganda anarquista** – Compreendendo que a tendência dos homens é a associação livre, fora da ingerência governamental, os anarquistas desejam apressar o advento dêsse **sistema associativo integral**, como forma única de organização humana. A humanidade, ainda sem a doutrina anarquista, chegaria, pouco a pouco,a libertar-se do trambolho – Estado; mas tal evolução seria penosíssima e extremamente lenta.
> Mostrando os males do capitalismo, analisando minuciosamente os vícios profundos decorrentes da injustiça fundamental, que é a propriedade da terra, o anarquismo apresenta aos homens o comunismo como solução da perpétua crise humana, abre os olhos aos cegos ou incautos, preparando assim a mentalidade coletiva para operar rapidamente a colossal transformação redentora (OITICICA, 1947, p. 59) (Grifos no original).

O livro de Oiticica contradita os adversários do anarquismo e marca a posição dos libertários, discutindo, sobretudo, a concepção marxista que logrou êxito na tomada de poder na Rússia. As previsões práticas da organização social pós-revolucionária – na medida em que era possível antevê-las – constituem também o escopo do livro. Tópicos como “Organização da Produção”, “O papel da federação na produção”, “O consumo”, “Possibilidades da educação anárquica”, “Diversões e artes” ganhavam espaço de discussão, sinal do esforço intelectual do autor.

A obra apresenta, ainda, a crítica libertária aos rumos da Revolução Russa, da “ditadura do proletariado” e às críticas emanadas do próprio campo bolchevista, notadamente de Trotsky. Mais importante é anotar a inclusão de uma longa abordagem sobre o movimento makhnovista na Ucrânia, a principal batalha dos libertários durante a Revolução, contrários à política bolchevique. A resistência liderada por Nestor Makhnó, inicialmente contra o Exército branco liderado por Denikin, e depois contra o Exército Vermelho, comandado por Trotsky. Introduzindo o tema, Oiticica, ressaltava a campanha negativa com a qual os bolchevistas buscaram desqualificar a insurreição dos libertários ucranianos:

> Para nós anarquistas, êsse movimento é de exponencial importância, pois é uma verdadeira experiência, a prova irrevogável de ser a anarquia perfeitamente exeqüível.
> Os bolchevistas procuraram, por todos os meios, com seus habituais processos de calúnias e embustes, fazer crer ao mundo não haver sido Makhnó mais que um vulgar bandido, chefe de salteadores, que lhes cumpriu derrotar e afugentar.
> Verdadeira infâmia essa de desnaturar uma das mais extraordinárias epopéias sociais da humanidade, de enlamear, com a pecha de bandoleiro, um vulto de invulgar nobreza, um verdadeiro gênio militar,

> um abnegado organizador e instaurador do comunismo libertário em seu país.
> Sendo impossível contar aqui o incomparável drama da **makhnóvstchina,** direi apenas como procedeu Makhnó para criar na Ucrânia o regime anarquista (OITICICA, 1947, p. 107).

Ressalte-se ter sido nas páginas d'*A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* que, pela primeira vez em livro, no Brasil, apresentou-se a epopéia dos camponeses ucranianos que, sob a liderança do anarquista Nestor Makhnó, num primeiro momento, derrotam a contrarrevolução da burguesia russa e, em seguida, combatem o Exército Vermelho contra o "sequestro" da revolução pelos bolcheviques. Tendo sido o livro escrito por Oiticica durante sua prisão, em 1925, na Ilha das Flores, para onde fora desterrado durante o estado de sítio do governo Arthur Bernardes, é de se chamar a atenção não somente a obstinação de superar a situação de confinamento, mas também a atualização de suas leituras acerca da trajetória e desdobramentos da "makhnovtchina", uma vez que a obra pioneira, a *História do Movimento Makhnovista*, de Piotr Arshinov, somente vem a lume em 1923.

Mesmo quando de sua edição em 1947, o tema da makhnovtchina era inédito na edição brasileira. Somente durante as décadas de 1940 e 1950, o movimento anarquista local foi travando contato com as polêmicas que tinham lugar entre os anarquistas de vários países, desde o final dos anos 1920, após a publicação dos textos do *Dielo Truda*, formado por Makhnó e seus pares exilados na França e o lançamento da *Plataforma organizacional dos comunistas libertários*, em 1926.[95]

Fazer uso do tempo do confinamento, da prisão como momento de educação e aprendizagem constitui um episódio memorável na autoformação dos intelectuais revolucionários do proletariado. Meneses Tello chama a atenção para os espaços de educação, leitura e obra teórica desses militantes e identifica, como lugares singulares a universidade, as bibliotecas, as imprensas e a prisão. As evidências da historiografia sobre a intelectualidade revolucionária do movimento operário, afirma o autor, comprovam que o tempo da prisão foi, muitas vezes, o tempo da leitura e da formação teórica. Os

[95] Para uma discussão acerca do debate internacional do organizacionismo anarquista provocado pela publicação da *Plataforma organizacional dos comunistas libertários*, ver: SILVA, Rafael Viana da. **Indeléveis refratários: as estratégias políticas anarquistas e o sindicalismo no Rio de Janeiro em tempos de redemocratização (1946-1954).** Monografia de Graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

militantes não interrompiam sua aprendizagem nos períodos de encarceramento. Na prisão, os militantes usavam das “artes da resistência” para usar a feliz expressão de James Scott, para operar sua engenhosidade, chegando ao ponto, quando era possível, de converter a cela em pequeno estúdio-biblioteca, lugar da escrita e do estudo, para o que não se descartava a infiltração de livros proibidos (MENESES TELLO, 2009–2010).

> Se bem que o ambiente da prisão lhes tenha causado sérias barreiras, é também verdade que o ócio a que se viram sujeitos os revolucionários nesse reduto lhes permitiu aperfeiçoar métodos e técnicas de auto-aprendizagem; estudar idiomas; lograr uma maior concentração e disciplina; escrever abundantemente; refletir com mais atenção suas ideias científicas e filosóficas; e estruturar táticas e estratégias de luta adequadas às condições existentes
> (MENESES TELLO, 2009–2010, tradução nossa).

O “desterro fecundo”, como resistência, do professor Oiticica aparece em rápidos traços de Roberto das Neves no *Prefácio* a uma coletânea de artigos de Oiticica publicada pela *Editora Germinal* (*Ação Direta. Meio século de pregação libertária*, 1970). Neves destacou o périplo de Oiticica pelos cárceres durante a Primeira República, costumeiramente acusado de subversão à ordem, juntamente com outros militantes anarquistas. Na prisão, superando privações, o professor libertário não cessou de exercitar sua paixão pelo saber e pelos princípios que abraçara, fosse pela *escrita do afeto*, em cartas aos familiares e amigos, ou dando forma a trabalhos relacionados à política ou à língua portuguesa. Essas obras seriam de conhecimento público somente muitos anos depois:

> Em 1924, sob o consulado de Arthur Bernardes, após curtas passagens pelos calabouços da Polícia Central, na Rua da Relação, cujos agentes o iam arrancar às suas aulas, ali perto, no Colégio Pedro 2º, é confinado na Ilha Rasa, onde passa sete meses e de onde, em 1925 é transferido para a Ilha das Flores e, depois, para a de Bom Jesus. Nessas ilhas aproveitou o tempo escrevendo, em papel de embrulho, entre outros trabalhos, uma de suas mais conhecidas obras, ‘A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos’ (só editada vinte anos depois e da qual se esgotaram, até hoje, três edições em língua portuguesa, uma em castelhano, publicada em França pelo Movimento Libertário Espanhol no Exílio, e outra em francês), um estudo sobre ‘A Partícula ‘Se’ e vários dos contos por ele publicados em jornais e revistas libertários e enfeixados em livro inédito, sob o título, escolhido pelo próprio autor, de ‘Histórias Simples’, a que atrás aludi (NEVES, s/d, p. 187).

A primeira edição de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* foi dada à estampa sem indicações de editora, gráfica e ano de publicação. Pelos prefácios que a obra ganhou em edições posteriores, ficamos sabendo que fora publicada pelo "movimento libertário" de São Paulo (PERES In: OITICICA, 1963).

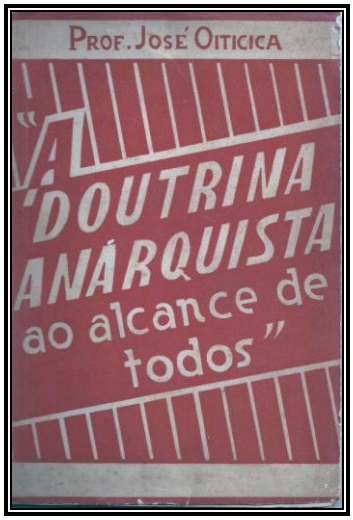


Ilustração 43 – *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica. São Paulo, s/e, 1947.

A materialidade do livro permite pensar que possa ter tido a mesma origem do *As Idéias Absolutistas no Socialismo,* que saíra no ano anterior, pela *Editora Sagitário*, mercê da influência de Mário Ferreira dos Santos. O formato de ambos, 21,5 cm x 14 cm, a tipologia do texto principal,[96] e o papel – característico de edições de baixo custo – empregado tanto no miolo quanto na capa dos livros, podem ser um indicador.

As estratégias de barateamento das edições que, a um só tempo, superavam limitações materiais dos editores e possibilitavam maior acesso ao livro, eram conhecidas no mundo editorial brasileiro desde a virada do século XIX para o século XX. Em estudo sobre as edições populares de finais do oitocentos, Alessandra El Far anotara que, desde então, havia, além dos grande editores, como

> [...] B. L. Garnier e dos Irmãos Laemert que vendiam sobretudo obras bem encadernadas e de autores apreciados no mundo das letras, outros livreiros menos conhecidos [que] ganharam a simpatia dos leitores, oferecendo, por sua vez, um produto mais em conta: o livro popular, de capa brochada e papel barato e produzido com um baixo

[96] A terceira edição brasileira do livro valeu-se de reprodução fac-similar da primeira edição, conservando, assim, o texto de Oiticica em suas características originais.

> custo de edição (EL FAR In: BRAGANÇA; ABREU (Org.), 2010, pp. 89-90).

As edições de baixo custo fizeram – como ainda hoje – parte das práticas dos libertários, possibilitando realizar o que, em sua anotação lírica, chamavam “sementeira”. O aspecto “pouco cuidado” das edições não constituía entrave à sua aceitação. O público que adquiria esses livros, ao que parece, estava mais preocupado com sua disponibilidade do que com a qualidade material dos mesmos. Não se quer com isso sugerir, entretanto, que o melhoramento da qualidade dos livros editados não fosse um desejo permanente, e tão logo era possível, os editores libertários ofereciam livros produzidos com esmero que podiam, depois, ressaltar em seus anúncios.

No caso do livro de Oiticica, a não indicação dos responsáveis pela edição, pode ter sido uma deliberada estratégia de autopreservação, uma vez que a margem de liberdade da “redemocratização” era incerta. Naquele mesmo ano de 1947, *A Plebe* denunciava os atentados à liberdade de imprensa, perseguições a jornalistas e interdição ao direito de reunião e organização. Em maio, o enquadramento do Brasil, ao lado dos Estados Unidos, no recém-formado tabuleiro da Guerra Fria cobrava seu preço: eram proscritos o Partido Comunista, dissolvida a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil – criada pelo movimento sindical ligado aos comunistas no ano anterior – e iniciada a intervenção estatal nos sindicatos. No ano seguinte, seriam cassados os mandatos dos comunistas eleitos no pleito de 1945.

Eram tempos de uma “democracia relativa”, cujos limites incertos à liberdade política não tinham sido ainda postos à prova. O temor não era infundado. À medida que se sucediam os passos da militância anarquista na retomada de suas atividades públicas, ia-se conhecendo o ambiente político brasileiro.

O projeto de educação e autoformação novamente pôde contar com a divulgação de livros de temáticas libertárias, fruto do próprio movimento ácrata ou de editoras convencionais. Ao lado dessas iniciativas, as edições de autor, que são aqui examinadas.

3.4 A difusão do pensamento libertário nas Edições de Autor

A difusão das ideias anarquistas prosseguiu seu curso, com o aparecimento de outras obras de autores ou temáticas libertárias as quais ganhavam repercussão na imprensa anarquista, passando a figurar nas listas de livros que os grupos editores dispunham à imediata distribuição e venda.

Um desses livros, publicado em 1949,[97] é exemplar dos obstáculos à difusão dos princípios libertários que, muitas vezes, levaram os autores à edições por conta própria. *Eu Creio na Humanidade*, do anarquista português Pedro Ferreira da Silva, é um libelo humanista escrito logo à retomada das liberdades políticas que, no Brasil, acompanhou a derrota dos regimes totalitários na Segunda Grande Guerra. Num elogio do pacifismo, Silva vislumbra um futuro de justiça, paz e amor na terra, que acredita poderem emergir do rescaldo das lições deixadas pela tragédia da conflagração mundial.

No prefácio "O livro que eu não queria escrever", o autor expõe sua motivação. No "despertar da humanidade depois do pesadelo da guerra", Silva escreveu um artigo e, confiante na "nova fase de opinião pública liberta dos açaimos da censura à imprensa", enviou-o a um jornal que se destacava pela defesa da liberdade e da democracia. Juntamente com o artigo, enviou uma carta de apresentação, dando conta de sua trajetória no Brasil e sua militância na imprensa livre e no jornalismo profissional. Em vão, a publicação de seu artigo, para concluir depois que o diretor do jornal "de aparência democrática", não devia ter-lhe reconhecido mérito ou oportunidade. "Ou julgou-o apenas inconveniente", afirmara.

[97] Roberto das Neves, no prefácio que escreveu para outro livro de Silva, *Cooperativas Sem Lucro* (Ed. Germinal, 1958), afirmou ser 1945 o ano da edição. O livro foi, entretanto, publicado em 1949, ano que estampa em sua capa, e saiu sem atribuição de editora. A Cia. de Artes Gráficas, à Rua Riachuelo, 192, no Rio de Janeiro, foi o local de sua impressão.

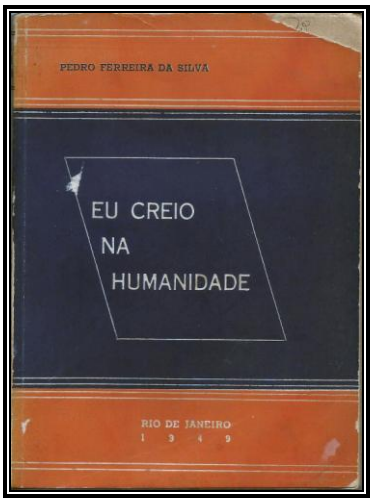


Ilustração 44 - *Eu Creio na Humanidade*, de Pedro Ferreira da Silva, em edição do autor. Rio de Janeiro, 1949.

O artigo recusado seria o primeiro capítulo de *Eu Creio na Humanidade*, com ensaios motivados pelo desejo de "justificar uma convicção". O autor ressalvava, por isso, a estrutura de seus escritos, para os quais não pensara, *a priori*, no formato de livro:

> Assemelham-se talvez em demasia aos artigos de jornal. Durante vinte anos as minhas mal notadas linhas ocuparam espaço em jornais de Portugal e do Brasil, formando artigos que reunidos dariam alguns volumes. Mas não sou escritor, nunca aprendi a técnica de arquitetar um livro. Por isso haverá, neste, falta de elegância e harmonia. As suas páginas estão no entanto impregnadas de ideal e de uma crença profunda. Dedico-as ao povo, sem outro interêsse que não seja o de erguer livremente uma voz impulsiva não sujeita a dogmas, credos ou partidos. A voz impulsiva e bem intencionada de uma consciência livre (SILVA, 1949, p. 8).

O trabalho da escrita militante é aqui destacado, em sua dimensão das vivências do autodidatismo. Ler para escrever era um dos testemunhos de tais vivências, e, em Pedro Ferreira, a recusa de publicação não era uma surpresa. No início dos anos 1930, quando o governo provisório de Vargas principiava a colocar em prática as primeiras leis trabalhistas, Silva desejou tecer considerações, de sua perspectiva libertária, à lei de férias para os trabalhadores, uma das principais inovações das normas de "proteção ao trabalho". O jornal que o tinha como colaborador, entretanto, receou publicar o artigo que redigira, por achá-lo "demasiado radical". Silva deu-se, assim, a tarefa de publicar, por sua própria conta, o livro: "Ampliei o assunto, desenvolvi

uns tantos capítulos e fiz imprimir o opúsculo ‘Colônia de Férias” (SILVA, 1949, p. 9).

No *Ação Direta*, a edição de seu novo livro foi saudada, ressaltando o teor humanista de sua prédica:

> O companheiro Pedro Ferreira da Silva acaba de publicar um livro cujo conteúdo humanista caracteriza a personalidade do autor.
> Em “Eu Creio na Humanidade”, o leitor encontrará em capítulos sucessivos, de leitura amena e salutar, a fé no futuro da humanidade que, apesar das barreiras construídas por seus inimigos, marcha para um porvir de paz e amor.
> Recomendamos este interessante livro cuja leitura se faz necessária como um tônico espiritual para todos os que vivemos em um mundo cheio de misérias (*Ação Direta*, out. de 1950).

No seguinte ano à publicação de *Eu Creio na Humanidade*, outro exemplar de literatura libertária seria dado a lume como edição do autor. Em 1950, aparecia, do professor Aníbal Vaz de Melo, *Cristo, O Maior dos Anarquistas*, em sua primeira edição brasileira.

Melo era professor catedrático da Universidade de Minas Gerais, espírita e esperantista e já publicara livros bem recebidos pela crítica literária nacional e estrangeira como *A Era de Aquário* e *Sinais dos Tempos*, nos quais a inflexão espiritual e humanista de seu pensamento foi ressaltada. *Cristo, O Maior dos Anarquistas* fora escrito ainda nos anos 1930, mas, em virtude da supressão das liberdades políticas, não foi editado no Brasil. Sua primeira edição data de 1936, pela *Editorial Claridad*, de Buenos Aires, vertida ao castelhano pelo escritor Héctor F. Miri. Somente pelas brechas da clandestinidade circulou essa edição no Brasil.

Aníbal Vaz de Melo publicava, pois, o seu “Estudo sobre a personalidade e filosofia de Jesus de Nazaré”, um tratado do anarquismo cristão, em edição do autor, mais de uma década depois de seu aparecimento no país vizinho. Mesmo com a reconquista das liberdades formais, os incertos limites da democracia obrigaram precauções, o que justificaria a supressão de capítulos na edição brasileira:

> Atendendo, agora, à sensibilidade e delicadeza do momento presente, com o elevado intuito de não melindrar, involuntária e incompreendidamente, a crença cristã da maioria dos brasileiros, o Autor houve por bem suprimir, na atual edição, alguns capítulos que

> pudessem oferecer interpretações tendenciosas, ou que viessem a prejudicar o melhor esclarecimento das consciências.
> Quando, porém, o respeito pela individualidade humana, na sua mais sagrada forma – o da plena liberdade de manifestação do pensamento – for realidade entre nós, e os espíritos, nestas latitudes, forem capazes de tolerar certas verdades mais altas, mais abstratas e, sobretudo, absolutamente impersonalistas, e abrangentes, então os leitores encontrarão, nas outras edições de CRISTO, O MAIOR DOS ANARQUISTAS, os capítulos que agora puderam, sem diminuir a individualidade do Autor, nem quebrar a harmonia da obra, ser supressos, nesta fase de nossas publicações, para o maior fulgor da própria verdade (MELO, 1950, p. 5-6).

Os capítulos supressos, na edição de 1950, para não "melindrar [...] a crença cristã da maioria dos brasileiros", reapareceram normalmente na 3ª edição de 1956, da *Editora Piratininga* (SP), "revista e aumentada". Em "Os Amôres de Cristo", o autor discorria sobre três supostos romances de Jesus de Nazaré com Cláudia (esposa de Pôncio Pilatos), a "Samaritana" e Maria Madalena. Já em "A Cruz do Amôr e a Cruz do Ódio", faz críticas ao poder temporal da Igreja.

Por meio de passagens do Evangelho, Melo recupera um Cristo revolucionário em seu tempo, voltado à construção de uma ordem social baseada na fraternidade, na liberdade e no amor. Não era empreitada nova, do ponto de vista temático, visto contar a tradição anarquista com exemplos de estudos que buscaram aproximar o Cristo dos Evangelhos ao pensamento libertário.[98] O escritor russo Liev Tolstoi, para ficar em apenas num exemplo reconhecido, foi comumente identificado como um pensador anarco-cristão. Daí aparecerem em forma de epígrafe, após as "impressões" de críticos literários, intelectuais e escritores de vários países sobre as obras de Melo, as assertivas de Max Beer ("A doutrina de Jesus é uma doutrina anarco-comunista.") e do anarquista Agustín Hamon ("A doutrina de Jesus é essencialmente comunista e anarquista. Dirige-se aos pobres e entre os artistas, os pescadores e às prostitutas é onde recruta os seus primeiros partidários").

[98] A primeira edição de *Le Cinquième Evangile*, de Ryner, foi publicada em 1911. No Brasil, Everardo Dias, livre-pensador de origem espanhola, então militante anarquista, publicara, em 1920, *Jesus Cristo era Anarquista*, através do grupo editor de *A Plebe*. *O Reino de Deus Está em Vós* (1894), um dos destaques da produção ensaística de Liev Tolstoi, remete à construção de uma sociedade libertária baseada numa leitura estrita do Cristianismo.

Do elogio crítico ao seu livro, destaca-se uma carta que recebeu de Han Ryner, o autor do célebre *O Quinto Evengelho*, a quem Melo reconhecia inspiração:

> Paris, 6 mai 1937,
> Cher Ami;
> Votre **Cristo, el mas grande de los anarquistas**, est un livre admirable et qui sans doute èveillera au noble individualisme fraternal plus d'une coer et plus d'une raison.
> C'est avec une joie que je l'ai lu. Joie philosophique, joie litteraire et surtout, si j'ose dire, familiale. Le bonheur de trouver – et qui exprime tout son amour – une frère.
> Dans Le Cinquième Evangile, où je suis si près de vous, j'ai supposé que Marie La mère de Jesus – avec un grand amour à la Grecie.
> Et c'est une des raisons pour lesquelles leur fils unit l'idéal grec de sagesse à l'idéal israélite de justice.
> Justice et sagasse unies font l'anarchie telle que vous la comprenez après Jesus et Krishnamurti.
> Je souhaite à votre beau livre profond et noble, qui peut faire tout de bien, toute la diffusion possible.
> Et je vous embrasse d'un coeur ravi[99]
> HAN RYNER. (MELO, 1950, p. 33).

Ryner era uma referência na obra de Aníbal Vaz de Melo, que, juntamente com Maria Lacerda Moura, foi dos maiores divulgadores da obra do individualista francês no Brasil. É de imaginar o júbilo de Melo ao ler do próprio Ryner que seu livro lhe trouxera uma "alegria familiar", pois lhe dera a oportunidade de ser apresentado a um "irmão". Maria Lacerda de Moura era a outra forte presença na obra de Melo, a cuja memória o livro é dedicado. Numa carta a Roberto das Neves, datada de 19 de dezembro de 1946, Aníbal Vaz de Melo anotara:

> Confesso-lhe que devo a inspiração do meu Cristo, o Maior dos Anarquistas, a essa genial criação do gênio de Han Ryner, que é O Quinto Evangelho, que li, primeiro, no original francês, e, depois, na belíssima tradução, inédita, da nossa querida irmã em Maçonaria e

[99] "Paris, 6 de maio de 1937.
Caro amigo;
Vosso ***Cristo, el mas grande de los anarquistas*** é um livro admirável e que sem dúvida despertará ao nobre individualismo fraternal mais de um coração e mais de uma razão. Foi com alegria que o li. Alegria filosófica, alegria literária e, sobretudo, se ouso dizer, familiar. A felicidade de encontrar – e que exprime todo o seu amor – um irmão. N'*O Quinto Evangelho*, onde muito me aproximo de você, supus que Maria, a Mãe de Jesus – tinha um grande amor à Grécia. E esta é uma das razões pelas quais seu filho uniu o ideal grego de sabedoria com o ideal israelita de justiça. Justiça e sabedoria unidas fazem a anarquia tal qual você a compreende, após Jesus e Krishnamurti. Desejo a vosso belo livro, profundo e nobre, que possa fazer tudo de bom, toda a difusão possível. E abraço-o com o coração alegre. Han Ryner".

> camarada anarquista Maria Lacerda de Moura. É uma obra que jamais poderei esquecer, tão profunda foi a inspiração que gravou no meu espírito (NEVES, s/d, p. 40).

A edição de 1950 de *Cristo, O Maior dos Anarquistas* apareceu com capa dura em tom ocre, sem ilustração, com detalhes em baixo relevo. O título da obra e o nome do autor apareciam na lombada, em letras douradas, sinal do esmero da edição de Melo. Em 1956, o livro em terceira edição, é publicado pela *Editora Piratininga LTDA*, de São Paulo, e ganhara na portada um carbonário Jesus Cristo com uma bomba em uma das mãos, pronta a ser arremessada, alegoria assemelhada àquelas com as quais a grande imprensa costumava estigmatizar os anarquistas, pela lembrança da época dos atentados da "propaganda pelo fato". A imagem do "Jesus dinamiteiro", se, em alguma medida, pode ter favorecido uma percepção negativa do anarquismo, certamente foi um recurso que captou a atenção e a curiosidade de muitos leitores. De fato, era o Cristo revolucionário que Melo desejava apresentar:

> Publicando CRISTO, O MAIOR DOS ANARQUISTAS, apenas tivemos um intuito: o de mostrar àqueles que só conheciam o Cristo desfigurado das igrejas, sem carne, sem sangue, sem músculos e sem nervos, êsse outro Cristo: o Cristo humano, rebelde, revolucionário e anarquista, que sentiu, por vezes diversas, na frase de Eça, 'a cólera do justo e a revolta do oprimido', e que foi um solidário incondicional com tôdos os párias e escorraçados da vida (MELO,1950, p. 49-50).

Ilustração 45 - O Jesus Cristo revolucionário de Aníbal Vaz de Melo. *Cristo, O Maior dos Anarquistas*. São Paulo, 3ª ed. Editora Piratininga, 1956.

“Mais humano que o de Renan, o de Tolstoi, o de Oscar Wilde, o de Ludwig, o de Barbusse”, o Cristo revolucionário, afirmava Aníbal Vaz de Melo, devia sua força ao fato de ser um “manso anarquista, que desprezou todos os preconceitos de pátria, de bandeiras e de fronteiras”, sendo, de fato, um anacionalista (MELO, 1950, p. 50). O Galileu, anota Melo, “foi grande e inconfundível” porque desafiou e condenou a autoridade estatal e mostrou que a “única Autoridade reside dentro de nós mesmos no nosso fôro íntimo e não no aparelho coercitivo da força do Estado”.

Embora afinado com a prédica anarquista, é de se imaginar as discussões que o livro de Aníbal Vaz de Melo ocasionou entre os militantes libertários. A despeito da condenação do Estado e dos governos, um dos capítulos do livro elogia a obra da “Rússia dos sovietes”. Ainda que Melo utilize, frequentemente, o termo “comunismo” na acepção ampla usualmente empregada pelos libertários até o início do século XX, sua interpretação da política da União Soviética ocasionou ressalvas. “O fenômeno russo”, avaliara, “é um estupendo milagre do potencial humano, o milagre do quanto pode a força de vontade de um homem idealista, sincero e prático – como Stálin – que se pôs a serviço de um programa e de um ideal superior de beleza e de fraternidade” (MELO, 1950, p.181).

É possível que o período em que foi escrito o livro – a primeira metade dos anos 1930 – tenha tornado o autor suscetível à propaganda bolchevista. Uma resenha de Roberto das Neves, em 1954, é expressiva da ressalva anarquista, além de deixar entrever que os elogios à União Soviética e seus líderes podem ter sido “enxertados” *a posteriori*, alterando o sentido original da obra:

> ‘Cristo, o Maior dos Anarquistas’ é uma obra destinada a assegurar ao seu autor um lugar inconfundível entre os maiores escritores dos nossos dias. Pena é que Aníbal Vaz de Melo (e este é o único senão da obra), embriagado pelos cantos da nova sereia do totalitarismo russo, haja, aqui e ali, no seu livro, alterando a primitiva orientação da obra, enxertado louvores a Estáline — o partidário da máxima violência — como se de reencarnação do Cristo – o adepto da máxima bondade, do máximo perdão — se tratasse. Fazemos votos

> para que Aníbal Vaz de Melo corrija este gravíssimo erro na próxima edição do seu formoso livro (NEVES, 1954).[100]

Manifestando o desejo de ver restaurada a "primitiva orientação da obra", o reconhecimento de Roberto das Neves aos méritos de *Cristo, O Maior dos Anarquistas* superava as objeções da leitura libertária do livro, embora anotasse como "gravíssimo erro" o elogio à política soviética. Em meados dos anos 1950, quando os militantes libertários empenhavam-se na crítica aos crimes de Stálin e dos horrores da "ditadura do proletariado", compreende-se que o livro de Aníbal Vaz de Melo não conste nas listas de livros recomendados ou não tenha sido objeto de resenha crítica na imprensa libertária, o que não significa que não tenha sido lido e que circulasse nas bibliotecas dos Centros de Cultura. A *Editora Germinal*, por exemplo, oferecia o livro em seu catálogo de 1957, ao preço de Cr$ 80,00.[101]

A despeito das críticas, é certo que o livro de Melo circulou entre os libertários. Em correspondência de Rodolpho Felippe ao professor João Penteado[102], revela-se o interesse no livro de Melo e a difusão de sua leitura, uma vez que se achava disponível na biblioteca do Centro de Cultura Social, onde muitos militantes o puderam ler. Penteado certamente indagara a Felippe se este já tivera em mãos o *Cristo, O Maior dos Anarquistas*, de Aníbal Vaz de Melo, então recentemente lançado em edição brasileira, ao passo que Felippe, conhecedor da obra desde sua versão publicada argentina, replicava:

> Sim, eu tive esse livro. Deve estar no Centro de Cultura. Havia até uma dedicatória do autor, mas um dos muitos a quem foi dado a ler,

---

[100] Texto disponibilizado no *blog* de Roberto das Neves (filho), dedicado à memória de seu pai, contendo biografia, entrevistas e reprodução de escritos de Roberto das Neves. <www.betodasneves.multiply.com>, acesso em: 14 de maio de 2011.

[101] "Livros Excomungados pela Inquisição de Salazar". Catálogo publicado ao final do livro **Na Inquisição do Salazar** (1957), Rio de Janeiro, Editora Germinal.

[102] O acervo de João Penteado (1877-1965), professor libertário e difusor da educação racional no Brasil, foi doado por sua família, em 2005, ao Centro de Memória da Educação, da Universidade de São Paulo. O fundo é composto, por documentos institucionais, pela biblioteca particular de Penteado, correspondências, artigos publicados na imprensa operária e anarquista, entre outros documentos. A rica documentação é, agora, fonte para pesquisas sobre a trajetória de João Penteado e da educação libertária no país, como a dissertação de mestrado de Luciana Elisa dos Santos e a tese de doutoramento de Tatiana da Silva Casalvara que publicaram, ambas, a correspondência pessoal de Penteado. Ver: SANTOS, Luciana Elisa dos. **A trajetória anarquista do professor João Penteado: leituras sobre educação, cultura e sociedade.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo, 2009; CASALVARA, Tatiana da Silva. **A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Penteado. Estratégias de sobrevivência pós anos 20.** Tese de Doutoramento em Educação. Universidade de São Paulo: 2012.

> estraçalhou as primeiras páginas. Essa edição era em espanhol. Várias vezes citei esse trabalho com a minha mulher e à outras pessoas. A ler V. carta, a Maria manifestou vontade de o ler e para isso peço a você este favor de me o mandar emprestado (Carta de Rodolpho Felippe a João Penteado, 30 jun. 1951 In: CASALVARA, 2012, p. 178).

O trecho da carta de Rodolpho Felippe é revelador de significativos nexos entre as práticas da difusão do pensamento libertário e a história da leitura e do livro. A busca do conhecimento faz da leitura prática coletiva. O livro, cuja dedicatória sublinha a afinidade com o autor, nas estantes da biblioteca do Centro de Cultura, multiplica a possibilidade de difusão e, passado por muitas mãos, cumpre seu objetivo até o limite físico do material de que é composto. A circulação da versão em castelhano, que dribla a censura e a repressão do Estado Novo, é uma marca do intercâmbio com os libertários argentinos. A camaradagem do empréstimo é um dado que realiza a prática do ensino mútuo. Assim como a leitura não se esgota na apropriação individual. O lido é comentado, socializado: “Várias vezes citei esse trabalho com a minha mulher e á outras pessoas”.

3.5 Livros libertários e Editoras comerciais

Nos anos 1950, a difusão da literatura libertária contou com publicações lançadas por duas editoras comerciais, a *Organização Simões Editora*, do Rio de Janeiro e a *Livraria Progresso Editora*, de Salvador. Essas edições foram recebidas com entusiasmo pelos militantes libertários e logo passaram a integrar os catálogos de livros recomendados e os acervos de suas bibliotecas, particulares ou coletivas.

Dois livros de Kropotkin foram publicados pela *Livraria Progresso Editora*, na primeira metade dos anos 1950. Esses livros, para o período que estudamos, contam-se entre os poucos exemplares de literatura libertária não originários do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, *locus* não somente do grosso da edição brasileira no período, mas também dos núcleos de militantes anarquistas. Nesta pesquisa, além dos livros da *Progresso*, de Salvador, apenas as edições de autor do anarquista Venâncio Pastorini Sobrinho, de Bagé, Rio Grande do Sul, representaram exemplares de edição libertária fora

das duas maiores capitais do país. Pastorini foi responsável, já destacamos, entre os anos 1940 e 1960, por dezenas de boletins, panfletos, folhetos e opúsculos escritos, editados e distribuídos por ele próprio na região Sul e que chegavam aos militantes de outras regiões via correspondência postal.

Em funcionamento por um período de pouco mais de uma década, a *Livraria Progresso Editora*, na Praça de Sé, nº 26, em Salvador, foi um dos mais significativos empreendimentos editoriais no Nordeste entre os anos 1940 e 1960. Fundada por Manoel Pinto de Aguiar, economista, escritor e administrador, associado a Armando de Souza, a editora publicou mais de quatrocentos livros e distribuiu por todo o Brasil e para outros países. De sua atividade como escritor e editor, dão notícia Tavares e Rosa, destacando a amplitude de seu empreendimento:

> Homem de muitas iniciativas no campo imobiliário, escritor de diversas obras, um dos criadores do curso de Economia na Bahia, Pinto de Aguiar ocupou, também, diversos postos na administração pública do país, chegando a uma diretoria da Itaipu Binacional. Teve na década de 1930 uma primeira experiência editorial em sociedade com Jorge Calmon. Eles fundaram a Editora Cruzeiro e encerraram o negócio após a publicação de um único livro: Rio São Francisco e a Chapada Diamantina, de Teodoro Sampaio. Na experiência seguinte, ao criar a Livraria Progresso Editora, fez uma associação com Armando de Souza que, na retaguarda, construía as condições para Pinto de Aguiar concluir suas iniciativas. Desse modo, a editora baiana, num período de cerca de 15 anos, publicou mais de quatrocentos títulos e os distribuiu Brasil afora (TAVARES; ROSA In: BRAGANÇA; ABREU (Org.), 2010, p. 227–228).

A *Progresso* publicou tanto autores estrangeiros quanto nacionais, ensaístas e ficcionistas. Sua estreia se deu com a publicação, em 1945, de *Richilieu*, do escritor francês Auguste Bailly (ROSA; BARROS, 2004, p. 6). Grande parte das edições era de domínio público, mas houve espaço igualmente para coleções em coedição com a União Baiana de Escritores e, mais tarde, com a Universidade Federal da Bahia. A proposta de coleções e séries distinguia a difusão editorial da *Progresso*. O volume de obras lançadas constituem indício da potencialidade do comércio livreiro e da circulação de impressos na Bahia e no Nordeste brasileiro.

A editora de Pinto de Aguiar publicou obras que se tornaram clássicas, como a *Introdução à Gramática Iorubá*, em co-edição com a Universidade Federal da Bahia, rapidamente esgotada. Em amplos projetos,

como a Coleção de Estudos Brasileiros, abrigavam-se várias séries como os *in quarto* da Série Marajoara, que oferecia, entre outros, a *História do Brasil*, em seis volumes, de Robert Southey; *Contos Tradicionais do Brasil*, de Luís da Câmara Cascudo; *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita; *Os Holandeses no Brasil*, de Varnhagem, além de muitos títulos voltados à documentação colonial. Na mesma coleção, a *Série Cruzeiro* publicava *in oitavos*, entre os quais, *Cultura e Opulência do Brasil,* de Antonil; *Viagem ao Brasil*, de Hans Staden; *Anchieta*, de Pe. Pedro Roriz; *O Rio São Francisco*, de Theodoro Sampaio e *A Raça Africana*, de Manuel Quirino. Os títulos e autores aqui referidos, tornados clássicos, evidenciam a pujança do plano editorial da *Progresso* e aos estudiosos da História do Brasil, sem dúvida, trazia vasto índice de estudos e pesquisas, além de contribuir à ampliação de um público leitor além do âmbito acadêmico.

Na *Coleção Grandes Romances do Povo*, destacavam-se as obras de Victor Hugo, de quem se publicaram os livros *Noventa e Três*; *Nossa Senhora de Paris*; *O Homem que Ri*; *Bug-Jargal* e *O Último Dia de Um Condenado*. O clássico de Dumas, *O Conde de Monte Cristo*, também pontificava. Espaço próprio dedicado às obras completas de José de Alencar e Castro Alves. A ficção de fundo social dos russos Dostoievski (*Crime e Castigo*; *O Jogador*), Tolstoi (*Senhor e Servo*) e Gorki (*O Espião*), compôs igualmente os catálogos da *Progresso*, sensível ao panorama da cultura mundial.

Seria nas coleções voltadas à história e à política, por sua vez, que viriam a lume os livros de Kropotkin, o mais lido dos pensadores libertários em língua portuguesa. A coleção *Estante de Sociologia e Política*, em seu número 8, publicou *O Anarquismo – Suas Bases Científicas, Sua Filosofia, Seu Ideal, Seus Princípios Econômicos*, em 1954. No ano seguinte, a *Estante de História e Geografia* trazia *A Grande Revolução*, a análise de viés libertário-cientificista de Kropotkin sobre a Revolução Francesa, publicado em dois grossos volumes, com mais de 600 páginas.

A *Estante de Sociologia e Política* já publicara *Olhando Para o Futuro*, de F. Delano Roosevelt, *O Indivíduo e o Estado*, de Spencer, *Problemas de Governo Socialista*, de Straford Cripps, *Lições de Ruy*, de Heitor Dias, *Origens do Socialismo Contemporâneo*, de Paul Janet, *O Socialismo*, de J. Ramsay MacDonald e *Um Governo Mundial*, de Gadelha de Melo.

A edição de *O Anarquismo* deve ter sido baseada naquela que a *Editora Unitas*, de São Paulo, publicou em 1933, pois verificamos constarem os mesmos subtítulos e o prefácio assinado por Hendioser, que subscreve igualmente a tradução, notas e apontamentos biográficos do autor.

Na breve apresentação, atual em 1933 como em 1954, algo chama a atenção do pesquisador. Sublinha-se inicialmente o caráter oportuno da publicação do ensaio de Kropotkin, essencial ao debate sobre as correntes do socialismo e sobre a "questão social". Em seguida, o tradutor, precavido, tece ressalvas quanto à adesão ou propaganda dos princípios defendidos pela filosofia anarquista, garantindo ser a única intenção da publicação externar para conhecimento público as ideias de uma "escola sociológica" digna de estudo como as demais:

> [...] No momento em que se discutem as teses do socialismo, do coletivismo, do sindicalismo, do comunismo, não é demais que uma escola sociológica, que conta pensadores eminentes e adeptos estrênuos, se apresente na arena terçando armas pela defesa de seus princípios.
> É ao conhecimento e à divulgação dos princípios dessa escola sociológica, – o anarquismo, de três dos mais notáveis trabalhos de um dos seus melhores expositores e propagandistas, – o sábio, ilustre por muitos títulos, Peter Kropotkin, - cuja sinceridade e devotamento, à causa que perfilhou ninguém de boa fé, e ao par de seus numerosos escritos, põe em dúvida.
> Não se diga agora que ao darmos a público estes estudos, – e apenas estudos são, – propagamos e defendemos a difusão de princípios reprovados. Não. O que fazemos com este nosso simples trabalho de tradução, em que somente procuramos externar, tão fielmente quanto possível, o pensamento do autor dessas formosas conferências, é, não uma apologia dos princípios defendidos, mas meramente uma exposição doutrinária de uma plêiade de pensadores que vão na corrente das idéias modernas. Não defendemos, nem aplaudimos, de nossa parte como tradutor, apenas procuramos expor, para o conhecimento do público que lê uma das fases sob o que se apresenta o estudo da magna questão social e a solução que pretende dar-lhe esta escola sociológica, tão digna de estudo e atenção quanto as outras adversas. [...] (HENDIOSER In: KROPOTKIN, 1954, p.7-8).

O que iniciara com ressalva vai tomando forma distinta, não de uma filiação, mas de democrática abertura à discussão do tema. O prefaciador, garantindo que até adversários das ideias em questão, "magistrados e jurisconsultos ilustres, estrangeiros e nacionais", têm-se ocupado da exposição da doutrina "tão debatida quanto conspurcada". Faltava, segundo o

tradutor/prefaciador, a muitos “sociólogos da atualidade” coragem de assumirem suas opiniões:

> A vista, pois, do exposto é de ver que apenas pretendemos com a publicação destas conferências é tornar mais conhecida uma corrente de opinião que merece ser estudada. Só isto nos impulsionou.
> A literatura anarquista, pró e contra, é hoje abundantíssima, e sem abertamente o declararem, e alguns sem o perceberem, são anarquistas de fato muitos sociólogos da atualidade. Não há, pois, desdouro em ser-se Anarquista, nos tempos que correm o que se dá é a ausência de coragem em confessar as opiniões que se tem. O ‘horror das responsabilidades’, como dizia Emile Faguet (HENDIOSER In: KROPOTKIN, 1954, p.7-9).

Ilustração 46 – *O Anarquismo*, de Kropotkin. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1954.

Pouco se sabe sobre Hendioser – provavelmente um pseudônimo – autor do prefácio e tradutor do livro de Kropotkin na edição da *Unitas*, que serviu à versão da *Progresso* nos anos 1950. O jornal *A Plebe*, quando da edição original, apresentou-o como um “denodado trabalhador” que, nas horas que lhe sobravam da árdua jornada de trabalho, dedicava-se à literatura libertária, “paciente estudioso, dedicado beneditino das letras sociais, que aproveita todos os ócios que lho sobram dos seus rudes labores em que ganha o pão de cada dia queimando as pestanas sobre os livros [...]”. (*A Plebe*, 25 fev. 1933 Apud PARRA, 2014, p. 94).

Em 1955, a *Livraria Progresso Editora* ofereceu ao público leitor *A Grande Revolução*, obra de fôlego de Piotr Kropotkin sobre a Revolução Francesa. Dessa edição, não se conhece o tradutor, mas versões da mesma em português já eram conhecidas dos dois lados do Atlântico. A obra, cuja

primeira edição aparecera em 1909, tivera edições em Portugal, no começo do século XX, pela *Guimarães Editores*, de Lisboa, responsável pela publicação de grande volume de literatura libertária, e no Brasil, pela *Editora Athena*, do Rio de Janeiro, em 1935. A edição da *Progresso*, mantém o prefácio original de Kropotkin de 1909.

Além do fato de ter sido impressa na Imprensa Vitória, prelo de onde saíam os livros da *Progresso*, pouco sabemos sobre a edição em si. Nem mesmo é identificado o autor da bela portada, em vermelho e branco, na qual se vê o pavilhão tricolor tremulando sobre escombros. É conhecido, entretanto, que a editora baiana "ofereceu o espaço da capa de suas edições a artistas que mais adiante se tornaram famosos, como Carybé, Lênio Braga e Lygia Sampaio" (TAVARES; ROSA In: BRAGANÇA; ABREU (Org.), 2010, p. 228).

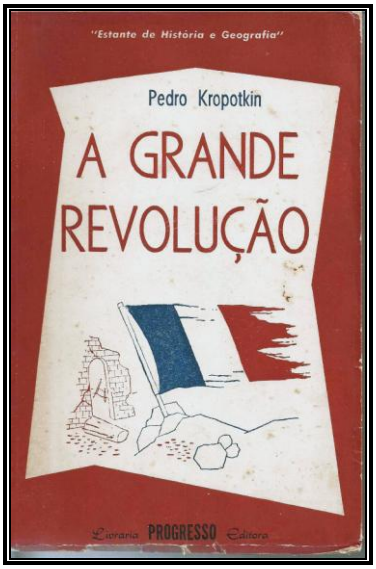


Ilustração 47 – *A Grande Revolução*. 2 volumes. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1955.

Não eram unicamente os livros de autores anarquistas – ou aqueles que especificamente discutiam o anarquismo – que serviam à difusão ácrata. Frente à escassez de referências sobre o anarquismo nos livros das grandes editoras, obras versando sobre episódios históricos em que se deu participação dos anarquistas, ou lançando luzes sobre a vida e o pensamento de alguma das figuras gradas do movimento libertário, eram igualmente difundidas. Um livro como *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*, de John Hampden Jackson (*Coleção Homens Que Fizeram Época*), publicado pela *Zahar* em

1963, contendo largo apanhado biográfico do libertário francês, rapidamente passaria a compor as listas de *Leituras Recomendadas*. Às vésperas do golpe civil-militar de 1964, *O Libertário* o oferece aos seus leitores, à importância de Cr$ 900,00 (*O Libertário*, jan. 1964).

A *Zahar Editores*, criada em 1956 pelos irmãos Jorge e Ernesto Zahar destacou-se pela publicação de livros universitários, com acento nas obras de ciências sociais. Aos autores marxistas, dedicou-se a maior parte das edições. Embora Jorge e Ernesto fossem homens de esquerda, as edições da *Zahar* não eram definidas unicamente pela orientação dos mesmos, mas pelo público da área das ciências sociais a que se voltavam. Na década de 1960, as edições da *Zahar* privilegiaram, sobretudo, a tradução de autores estrangeiros, como foi o caso da obra de John Hampden Jackson (MAUÉS, 2013, p. 44; HALLEWELL, 2012, p. 595). Depois do golpe civil-militar de 1964, a *Zahar* foi a terceira editora que mais teve livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro, atrás da *Civilização Brasileira* e da *Paz e Terra*, e à frente da *Editorial Vitória* (PEREIRA, 2010.a, p. 137).

Também foram divulgados dois livros sobre os "mártires de Chicago", ambos com o mesmo título: *A Tragédia de Sacco e Vanzetti*. O primeiro deles, de autoria de Howard Fast[103], foi publicado em 1955 pela *Editoral Vitória*, volume 14 da *Coleção Romances do Povo*, dirigida por Jorge Amado e voltada à publicação de autores socialistas de todo o mundo. Em 1966, a *Civilização Brasileira* publicaria obra homônima, de Francis Russell.

A *Editorial Vitória,*[104] do Rio de Janeiro, funcionava como editora oficial do Partido Comunista Brasileiro, vivendo permanentemente visada pela polícia desde a década de 1940. Quando do golpe civil-militar em 1964, foi a única das editoras consideradas de esquerda interditada e imediatamente impedida de funcionar, no expurgo promovido contra as organizações ligadas ao PCB (PEREIRA, 2010.b, p. 278). A *Civilização Brasileira* foi fundada no início dos anos 1930. Foi durante os anos 1950, entretanto, que se tornou uma das mais conceituadas editoras brasileiras, quando esteve sob a direção de

[103] Antes, em 1953, o mesmo autor publicara *Sacco e Vanzetti*, pela *Editora Record*.
[104] Para uma abordagem da trajetória da Editora Vitória ver: "A Editoria Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil (1944–1964) In: DAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.) **Edição e Revolução. Leituras Comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora da UFMG, 2013. pp. 121–152.

Ênio Silveira,[105] militante do PCB, considerado por Hallewell o mais importante dos “editores progressistas” no país (HALLEWELL, 2012, p. 595). Identificada com a publicação de obras de ciências sociais e de intervenção política, alinhada com o pensamento progressista, sofreu cerrada perseguição durante a ditadura militar (MAUÉS, 2013, p. 43).

Em resenha ao livro de Howard Fast, *Ação Direta* remetia à coragem moral dos anarquistas imolados nos Estados Unidos e ressalvava certas interpretações do autor, em clara tentativa de “orientar” a leitura:

> [...] Convém lembrar que Howard Fast rompeu definitivamente com o partido comunista após os trágicos acontecimentos da Hungria. Porém o livro é bem anterior ao rompimento, e relata de forma romanceada, a tragédia do sapateiro e do peixeiro anarquistas, enredados num processo monstruoso pelo capitalismo americano. A valentia moral de ambos diante de seus algozes, a firmeza e a convicção de idéias, as páginas maravilhosas escritas por ambos, que figuram até em antologias de literatura americanas, tornaram-nos imortais. Pena é que o autor procure premeditadamente criar certa confusão quanto à verdadeira ideologia dos mártires que era anárquica, conforme atestam o processo e seus numerosos escritos. Preço do vol. Cr$ 70,00 (*Ação Direta*, Nov. 1958).

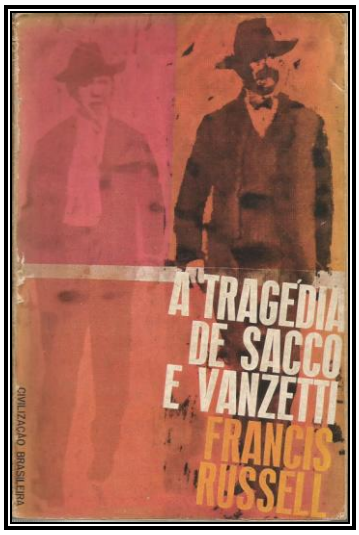


Ilustração 48 – *A Tragédia de Sacco e Vanzetti*, de Francis Russell. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

[105] Sobre a trajetória de editor-empresário-militante de Ênio Silveira ver: GALÙCIO, Andréas Lemos Xavier. “Ênio Silveira: o empresário militante”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **Livros Vermelhos.** Literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010; HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012; ALMEIDA, Marta de Assis et al. **Ênio Silveira.** São Paulo: ComArte/Edusp, 1992 (Coleção Editando o Editor – Coord. Jerusa Pires Ferreira), v. 3.

O pensamento libertário nutria-se de matrizes variadas, incorporando elementos de áreas diversas do conhecimento, acentuando as inflexões antiautoritárias, autonomistas e solidárias. A crítica às instituições políticas, econômicas e sociais poderia vir da literatura engajada, do livre-pensamento, da filosofia, dos ensaios de críticos de arte ou pedagogos.

O filósofo, matemático e ativista político Bertrand Russell, por exemplo, é dos autores difundidos nas estantes libertárias. Nobel de literatura em 1950, a visada humanista de Russell frente aos problemas do seu tempo o tornaram leitura frequente nos círculos libertários. No catálogo de 1957 da *Editora Germinal*, constam cinco obras do filósofo galês: *Ensaios Céticos*, Cr$ 80,00; *Ensaios Impopulares*, Cr$ 70,00; *O Casamento e a Moral*, Cr$ 70,00; *Educação e Vida Perfeita*, Cr$ 90,00 e *A Autoridade e o Indivíduo*, Cr$ 60,00. No final dos anos 1960, longo excerto do livro *Realidade e Ficção* ganhou as páginas do *Dealbar*, sob o título “Vamos Criar um Planeta Morto, Coberto de Cadáveres?”, exemplar da militância pacifista e antinuclear que Russell abraçou, e no qual salientava a urgência do compromisso antimilitar:

> Nenhuma idade anterior da história teve maior necessidade que a nossa de homens capazes de proclamar bem alto como a vida devia ser vivida, por mais estrídulos que sejam os uivos dos detentores do poder a clamar morte. Nunca antes esteve ameaçada de morte a humanidade inteira. Nunca antes tinha o conhecimento humano tornado possíveis diretrizes políticas tão assassinas (*Dealbar*, mar. 1968).

No mesmo ano, *Los Caminos de la Libertad*, publicado em Buenos Aires pela *Editorial Claridad*, estava entre os livros da Biblioteca do Centro de Estudos Professor José Oiticica, devassados pelos militares da Aeronáutica durante a ditadura militar. Na biblioteca particular de Ideal Peres, constava exemplar da edição brasileira do mesmo livro, publicado em 1955 pela *Companhia Editora Nacional* (RODRIGUES, 1993, p. 179 e p. 189).

A *Companhia Editora Nacional* fora criada em 1925 por Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato, após a falência da *Cia. Gráfico-Editora Monteiro Lobato*. Na tumultuada virada dos anos 1920 para a década seguinte, Lobato vendeu a Octalles suas ações, e a editora esteve sob controle deste até o final de sua existência. Nos anos 1940 e 1950, a *Companhia Editora Nacional*

ocupava o primeiro lugar entre todas as editoras do Brasil. Em meados dos anos 1950, editava mais de 300 livros por ano (HALLEWELL, 2012, p. 413).

A edição de *Caminhos Para a Liberdade* da *Companhia Editora Nacional,* de São Paulo, fora vertida ao português por Brenno Silveira, um dos mestres da tradução no Brasil. Saía como o volume 13 da coleção *Biblioteca do Espírito Moderno*, voltada aos ensaios filosóficos.

No texto de sobrecapa, a editora reafirmava o compromisso de "prestar real contribuição à cultura brasileira" e dizia da honra de apresentar aos leitores brasileiros a obra de Bertrand Russell, "o maior filósofo de nossos tempos". No texto de apresentação à sobrecapa do livro, a *Companhia Editora Nacional* justificava a sua edição:

> Quando se decidiu a lançar os trabalhos dêsse famoso sábio inglês, a Companhia Editora Nacional o fêz por considerá-los marcos fundamentais da cultura contemporânea e por achar que a extraordinária liberdade intelectual de seu autor muito contribuiria para o debate amplo e aberto de tantos problemas que nos afligem e nos deixam perplexos nestes dias tumultuosos em que vivemos.
> De fato, raros foram os aspectos sociais, políticos e morais de uma sociedade e uma cultura em mudança, que escaparam ao estudo objetivo e honesto de Bertrand Russell. O extraordinário brilho de seu pensamento, a graça e a leveza de seu estilo, abrem a nossos olhos e a nosso espírito tôda uma gama de questões controvertidas, indicando-nos rumos e soluções, sem qualquer tom professoral, mas através de análises predominantemente lógicas, que nos estimulam, nos despertam e nos tranquilizam
> ('Bertrand Russell e nossa época', texto à sobrecapa. In: RUSSELL, 1955).

Na sua proposição do "socialismo de guilda", Russell revalorizava prédicas do anarquismo, do socialismo e do sindicalismo; expunha fundamentos das correntes centralistas e federalistas na Associação Internacional dos Trabalhadores e avaliava as várias contribuições que pudessem compor um sistema de organização social que conjugasse justiça social com liberdade individual, reduzindo, ao mínimo possível, o controle de poderes constituídos sobre as pessoas. Sublinhando o teor moral das correntes de pensamento, Russell afirmava que os pioneiros do socialismo, do anarquismo e do sindicalismo, tendo experimentado uma vida de provações variadas, sem abandonar a sua propaganda e sua conduta, eram inspirados numa esperança não em si, mas na humanidade (RUSSELL, 1955).

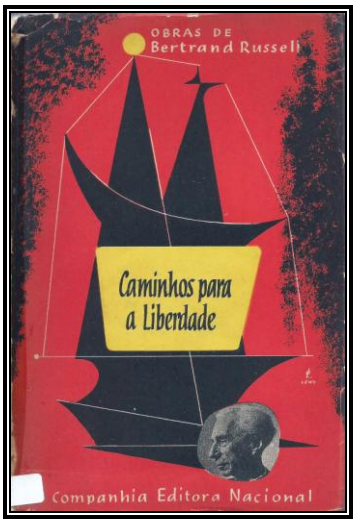


Ilustração 49 ─ A primeira edição brasileira de *Caminhos para a liberdade. Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo,* de Bertrand Russell. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.

Na exposição sobre os princípios anarquistas, Bertrand Russel discutia o desconhecimento e o preconceito no espírito popular em torno da violência no anarquismo, argumentando sobre a natureza violenta do estado, nestes termos:

> Segundo o espírito popular, um anarquista é uma pessoa que atira bombas e comete outras violências, quer porque seja mais ou menos louco, quer porque lance mão do pretexto de opiniões políticas extremas como uma capa para suas tendências criminosas. Tal opinião é, por certo, em todos os sentidos, inadequada. Certos anarquistas acreditam no lançamento de bombas; muitos não. [...]
> Os anarquistas, à semelhança dos socialistas, acreditam, habitualmente, na doutrina da guerra de classes, e se usam bombas, como os govêrnos as usam, é com propósitos bélicos – mas, para cada bomba fabricada por um anarquista, muitos milhões delas são fabricadas pelos govêrnos, e para cada homem morto devido à violência anarquista, muitos milhões de outros são mortos devido à violência dos Estados. Podemos, pois, afastar de nosso espírito tôda a questão da violência, a qual desempenha papel tão amplo na imaginação popular, já que ela não é nem essencial, nem peculiar àqueles que adotam a posição de anarquistas (RUSSELL, 1955, p. 56-57).

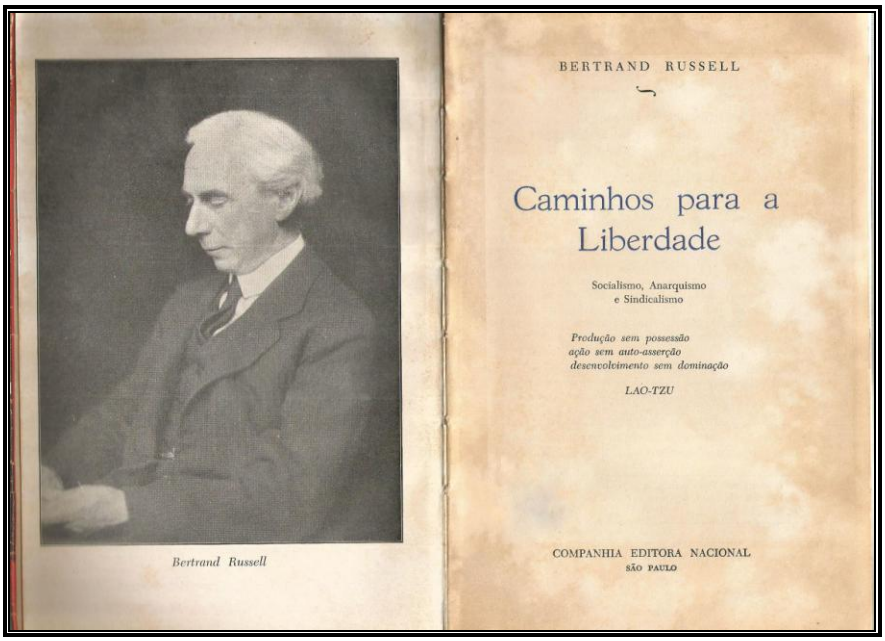


Ilustração 50 – Folha-de-rosto de *Caminhos para a Liberdade*, com foto do filósofo Bertrand Russell. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.

Entre os autores antiautoritários, coube à obra de Erich Fromm, psicanalista, filósofo e sociólogo alemão, a maior divulgação pelos libertários entre a segunda metade dos anos 1950 e os anos 1960. Fromm dirigira, nos anos 1930, o Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt. Filósofos, psicanalistas, cientistas sociais, críticos literários, os integrantes da *Escola de Frankfurt* – nome genérico pelo qual ficou o grupo conhecido – propunham, a partir do campo marxista, atualização teórica e análise social dos problemas da sociedade contemporânea. Unia-os a percepção crítica acerca da práxis dos Partidos Comunistas e dos regimes autoritários que comandavam. Em Fromm, a crítica ao autoritarismo e aos regimes totalitários chamaram a atenção dos anarquistas. Esta pesquisa comprova a difusão, por meios diversos, das obras de Fromm pelo movimento libertário.

Ideal Peres, militante anarquista do Rio de Janeiro, e sua companheira Esther de Oliveira Redes, estiveram entre os maiores divulgadores do pensamento de Fromm no Brasil, por meio de artigos na imprensa libertária e resenhas de seus livros. Já em 1951, nas páginas do *Ação Direta*, Peres avaliava, à luz do pensamento de Fromm, a vitória eleitoral de Getúlio Vargas. Mesmo asseverando que “faltaríamos com a verdade se afirmássemos que a vitória de Getúlio foi obtida por meios fraudulentos”, a viva lembrança da ditadura estadonovista fazia com que Peres visse no êxito

político de Vargas um subproduto da alienação das massas populares, dizendo estarem os povos "sempre dispostos a trocar a sua liberdade pelas promessas de melhoras econômicas". O cálculo utilitário não era, entretanto, na sua visão a única explicação para o comportamento popular. Promessas de melhoras econômicas, afinal, eram a tônica da campanha de todos os candidatos. Vargas, além do mais, tinha contra si o "passado torvo" da ditadura. Peres, com base nas ideias de Fromm, expõe então o que seria uma "disposição psíquica" para a aceitação dos líderes e dos regimes totalitários:

> A nosso ver, múltiplas causas determinaram a vitória do 'pai dos pobres'. Uma das mais interessantes encontramos esplanada no livro do psicanalista Erich Fromm, 'Mêdo à Liberdade', e diz respeito à dispoção psíquica dos povos a aceitarem os líderes e os regimes de fôrça.
> Afirma o autor que nossa época se caracteriza pelo temor à liberdade e define o totalitarismo como expressão política de medo à liberdade.
> Diz que o homem na Idade Média não tinha consciência de sua individualidade e portanto não possuía sentido da liberdade. Em troca, possuía certa segurança outorgada pela comunidade em que vivia. Nos tempos atuais, ao se tornar consciente sua individualidade, ganhando mais liberdade, o que implica responsabilidade, gerou o sentimento de solidão e angústia que o homem procurou compensar nos mecanismos de evasão (conformidade automática, submissão a um líder, etc.), donde o triunfo dos regimes totalitários.
> A conformidade automática, ou mais precisamente, o masoquismo da massa, encontramos como característica do povo brasileiro, que se aterroriza ante os problemas intrincados de nossa sociedade e em Getúlio vêem o líder que tudo resolverá (*Ação Direta*, mar./abr. 1951).

Foi de *O Mêdo à Liberdade*, publicado no Brasil pela *Zahar*[106], que os libertários retiraram o capítulo 'Autoritarismo' publicado, em formato parcelado, em seu jornal *Dealbar*, no ano de 1967. Antes, em 1958, Esther Redes discutia em artigo no *Ação Direta*, as relações entre a psicanálise e o anarquismo:

> Parece coisa descabida juntar, num mesmo assunto, psicanálise e anarquismo. Este artigo tem por finalidade, justamente, demonstrar que as últimas conclusões a que tem chegado os psicanalistas contemporâneos ratificam as teses libertárias. Digo psicanalistas contemporâneos porque muitas das afirmativas de Freud foram superadas. A corrente psicanalítica de orientação cultural, da qual é o

[106] Deveu-se à *Zahar Editores* a publicação da maior parte da obra de Fromm no Brasil. Entre os livros que a editora deu a público, em sucessivas edições e reedições estão: *O Espírito da Liberdade*; *O Mêdo à Liberdade; Análise do Homem; Conceito Marxista do Homem; Meu Encontro com Marx e Freud; A Linguagem Esquecida; A Missão de Freud; A Sobrevivência da Humanidade; Psicanálise da Sociedade Contemporânea; O Coração do Homem* e *O Dogma de Cristo.*

> expoente máximo o dr. Erich Fromm diverge de Freud nos conceitos do complexo de Édipo, o da castração, o da tendência à virilidade na mulher e na orientação biológica da escola ortodoxa. [...] Enquanto Freud e seus epígonos citam como origem [das neuroses] a repressão dos instintos primários, carregada de emotividade, Erich Fromm, na sua escola retrospectiva, acentua também os fatores conflitivos nas relações humanas como causa dos desequilíbrios (*Ação Direta*, jul. 1958).

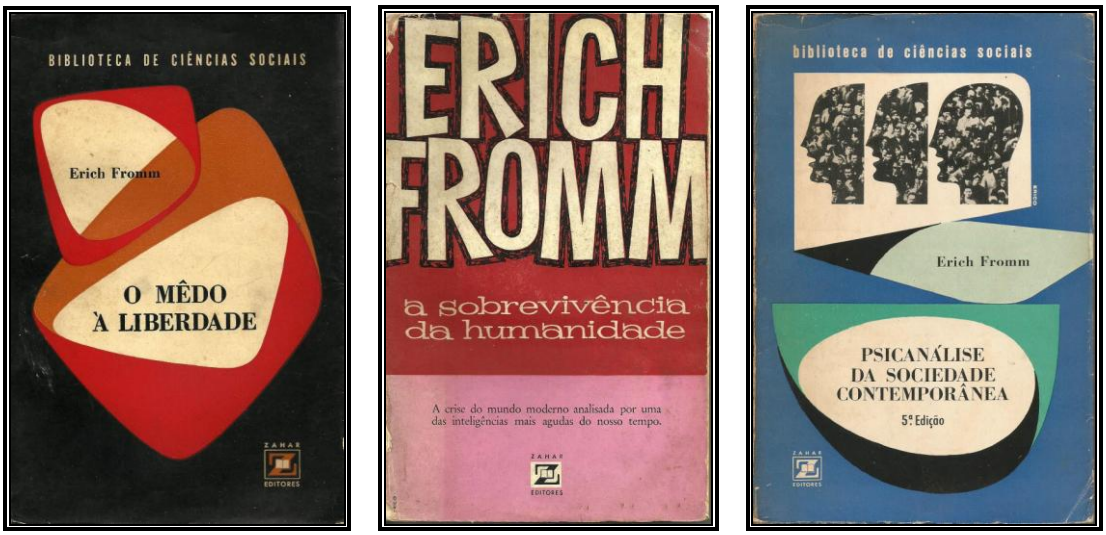


Ilustração 51 – Obras de Erich Fromm difundidas pelo movimento libertário nos anos 1950 e 1960. Da esquerda para a direita: *O Mêdo à Liberdade* (1962, 4ª edição), *A Sobrevivência da Humanidade* (1962), *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* (1967, 5ª edição). Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Em setembro do mesmo ano, a obra *Psicanálise e Religião*, de Fromm, seria resenhada em 'Livros em Revista', no mesmo jornal. (*Ação Direta*, set. 1958) Em conferências no Centro de Estudos Professor José Oiticica, Ideal Peres divulgou as ideias de Fromm, nas palestras 'Comentário ao livro ***O Mêdo à Liberdade***, de Erich Fromm' e 'Fromm e a Revolução Sexual' (RODRIGUES, 1993, pp. 31-32). Como se pode perceber, as Conferencias nos Centros de Cultura anarquistas correspondem, por vezes, às práticas de leituras comentadas. Assim, a abordagem de um autor, a análise peculiar de um tema, é socializada no debate, na prática, uma leitura coletiva.

Entre os livros de Fromm que integravam a biblioteca pessoal de Peres estavam *Meu Encontro com Marx e Freud* (1963), *Conceito Marxista do Homem* (1962), *O Espírito de Liberdade* (1967), *A Revolução da Esperança* (1969), todos publicados pela *Zahar Editores*; *El Lenguajes Olvidados*, da *Libreria Hachette*, de Buenos Aires, além de *Diálogo com Erich Fromm* (1966), de Richard I. Evans, editado pela *Zahar* (RODRIGUES, 1993, pp. 187-188).

Responsável pelo prefácio da edição de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* que a *Mundo Livre* publicou em 1963, Peres incluiu uma pequena bibliografia destinada “aos que desejarem ter um conhecimento mais profundo do anarquismo”. Listou obras dividindo-as em áreas do conhecimento. No tópico “Ética”, fez constar, ao lado do livro *A Ética*, de Kropotkin, *Análise do Homem*, de Erich Fromm. Na temática “Análise Social”, os livros de Fromm *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* e *A Sobrevivência da Humanidade* pontuavam junto de clássicos como *A Dor Universal*, de Sebastién Faure. No tópico “Religião”, ao lado de *A Irreligião do Porvir,* de J. M. Guyau e *Provas da Inexistência de Deus*, de Faure, constava *Psicanálise e Religião*, de Fromm.

No Rio de Janeiro, em meados dos anos 1950, foram publicados mais três títulos de literatura libertária. *A Conquista do Pão*, de Kropotkin (1953), *O Amor Livre*, de Charles Albert (1953) e *A Insuficiência do Materialismo Histórico* (1956), de Rudolf Rocker ganharam as prateleiras das livrarias, por intermédio da *Organização Simões Editora*.

Embora ao final dos anos 1940, a crise financeira tivesse agravado em razão da conjuntura da guerra mundial, e o comércio livreiro particularmente afetado, pelo aumento dos custos e a retração dos negócios, com o fechamento de várias livrarias e liquidação de estoques, ao início dos anos 1950, os piores efeitos da crise pareciam superados. Entretanto, a retração do comércio livreiro era uma realidade, agravada, segundo Machado, pela concorrência dos novos meios de comunicação, a televisão, em específico, e da indústria do entretenimento, o cinema à frente:

> A crise alerta para certos aspectos relacionados ao livro, como a escassez histórica do público leitor, a atenção crescente dispensada ao rádio e ao cinema, e o temor de um novo veículo de comunicação que surge, a televisão. Uma pesquisa efetuada pelo IBGE em meados da década indica que o brasileiro gasta em média quatro cruzeiros em livros, por ano. Um jornal custa então dois cruzeiros. No Estado onde mais se lê, São Paulo, o consumo per capita sobe para nove cruzeiros. Uma ninharia em comparação com o que os paulistas despendem por ano em cinema: 143,20 cruzeiros (MACHADO, 2012, p. 263).

A aludida “escassez histórica” de público leitor no país não inibia a iniciativa de alguns editores, que se aventuravam em novos

empreendimentos.[107] Foi o que ocorreu ao bibliófilo Antônio Simões dos Reis, que pôs a funcionar a *Organização Simões*. Situada na Rua México, 31, sobreloja grupo 203, no centro de Rio de Janeiro, a editora publicou literatura nacional e estrangeira, direito, sociologia, filologia, entre outros gêneros. Simões certamente conhecia as potencialidades do comércio livreiro. De acordo com o levantamento nacional de obras publicadas, somente no ano de 1955, a sua editora publicou 36 títulos, número expressivo que a colocava na 14ª posição entre as editoras brasileiras (HALLEWELL, 2012, p. 414).

É preciso ressaltar a qualidade de amante dos livros em Simões dos Reis. Colecionador e conhecedor das livrarias e editores nacionais, nos anos 1940, entregou-se a um projeto ousado: referenciar a produção bibliográfica nacional. Sua *Bibliografia Nacional*, para os anos de 1942 a 1943, rendeu dezesseis volumes, oito para cada ano, e compulsava, além dos livros, revistas e jornais, com índices temáticos.[108] Tarefa de monta, num tempo em que mesmo as grandes instituições, como a Biblioteca Nacional – cujo *Boletim Bibliográfico*, sofria frequentes descontinuidades – encontravam dificuldades para produzir bibliografias recobrindo toda a produção nacional. Edson Nery da Fonseca chamou atenção ao obstinado trabalho de Simões dos Reis:

> De 1943 a 1945 houve, no campo da bibliografia brasileira corrente, um fenômeno curioso. Enquanto o Instituto Nacional do Livro preparava os volumes de sua Bibliografia Brasileira e a Biblioteca Nacional se omitia na publicação do Boletim Bibliográfico, um bibliógrafo independente pretendeu referenciar sozinho toda a produção bibliográfica do País, fazendo, inclusive, o "dépouillement" de revistas e jornais! Refiro-me a Antônio Simões dos Reis e aos 16 volumes de sua Bibliografia Nacional, correspondentes aos anos de 1942 e 1943 (8 volumes por ano). Adotando o arranjo alfabético por matérias, ele incluiu em cada volume índices temáticos e onomásticos. Fracassou porque, numa época de explosão bibliográfica e, portanto, de trabalho em equipes, Antônio Simões dos Reis tentou reviver — sem nenhum interesse material, mas, por outro lado, também sem qualquer disciplina e seguindo apenas seus caprichos pessoais — a tradição de bibliógrafos antigos — da época artesanal, caracterizada por L.-N. Malclès como a dos grandes pesquisadores, "aussi isolés, obstines et ardents que les savants

[107] Para detalhes sobre a expansão do mercado dos livros no Brasil; a situação do mercado do livro; as desigualdades regionais e o mercado editorial ver também: MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Nesse estudo, são de grande valia, entre outros tópicos importantes, os quadros demonstrativos da produção de livros segundo o gênero e as editoras para os anos 1930–1943, adotando como fonte *O Anuário Brasileiro de Literatura*.

[108] Antônio Simões dos Reis publicou também uma bibliografia quinzenal, *Euclides*, referenciando a produção bibliográfica brasileira.

> d'autrefois" — como Inocèncio Francisco da Silva em Portugal e Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake no Brasil (FONSECA, 1972, p. 11).

Como livreiro e editor, Simões teve papel destacado no panorama da editoração nos anos 1950. Sua editora criou uma gama de coleções, oferecendo livros a variados gostos e bolsos. De encadernações bem trabalhadas ao formato brochura, passando pelo formato de bolso, a *Organização Simões* garantiu seu lugar no comércio livreiro do Rio de Janeiro.

Em 1953, a *Simões* publicou uma edição da obra mais popular de Kropotkin, *A Conquista do Pão*, que, apesar de conhecer edições em Portugal desde 1895 (*Typographia Gutemberg*, Porto) e aparecer em excertos com frequência na imprensa libertária brasileira, possuía apenas uma edição em livro no Brasil, a da *Livraria João do Rio*, de Savério Fittipaldi, de 1926, versão que serviu à edição da *Simões* (FERREIRA, 2010, p. 120). *A Conquista do Pão* apareceu na coleção *Livros de Ontem e de Hoje*, que agrupava obras como *O Contrato Social*, de J. J. Rousseau, *Discurso sobre o Método*, de Descartes, *O Anticristo*, de Nietzsche e *Mentiras Convencionais da Nossa Civilização*, de Max Nordau, outra leitura frequentemente recomendada nas páginas da imprensa ácrata[109]. O livro tinha a tradução de Cesar Falcão, advogado português radicado no Brasil que traduzira, entre outros, *A Divina Comédia* e *O Inferno*, de Dante, para a *Livraria João do Rio* (FERREIRA, 2010, pp. 119-120).

[109] *Mentiras Convencionais* e *Paradoxos* (1955), ambos de Max Nordau, foram publicados também pela *Livraria Progresso Editora*, de Salvador, Bahia.

Ilustração 52 - Dois clássicos da literatura libertária na coleção “Livros de Ontem e de Hoje”, da Organização Simões Editora: *A Conquista do Pão*, de Kropotkin (1953) e *O Amor Livre*, de Charles Albert (1953).

A coleção *Livros de Ontem e de Hoje* ganhou, no mesmo ano, *O Amor Livre*, de Charles Albert, obra frequente nas páginas da imprensa libertária à maneira de excertos, mas então sem edição brasileira. O livro de Albert, que tinha tradução em vernáculo, em Portugal, desde 1911, fora popularizado no país, sobretudo, pelos escritos de Maria Lacerda de Moura, que tinha no autor uma cara influência. Charles Albert era, na verdade, pseudônimo de Charles Daudet (1869–1957), anarquista francês. *L’Amour Libre* foi originalmente lançado em 1899, e rapidamente logrou larga divulgação na França e em outros países.

Ainda nos anos 1950 a prédica libertária de Albert permanecia avançada. Contraditava o casamento burguês, originado do interesse material e da posição de submissão da mulher, que levava à mercantilização das relações por meio das uniões abençoadas pela Igreja e reconhecidas pelas leis. Ao mesmo tempo, investia contra a estigmatização social da prostituição, que dizia originada da miséria e da necessidade de sobrevivência. Questionava Albert: não era o mesmo que acontecia nos casamentos legais, em que a mulher, pela necessidade do sustento, submetia-se ao marido provedor? Na crítica ao casamento, que ignora o afeto em nome do interesse material, apontava para essa contradição, diagnosticando o desajuste social e a miséria como origens da prostituição:

> Suponde agora que uma cortesã, em vez de exercer o seu comércio ao acaso da rua tenha a garantia de encontrar todos os dias e à

> mesma hora, o mesmo cliente, e tereis o tipo tão freqüente da mulher obrigada a casar pela necessidade de participar do salário dum homem. Quantas abandonariam o marido e quantas deixariam de vaguear pelas ruas, se tivessem assegurado o pão do dia de amanhã! (ALBERT, 1953, p. 101).

Albert precavia-se contra os detratores do “amor livre”, que “entendem ou fingem entender” que aquela justa aspiração significaria “o regresso à promiscuidade das primeiras idades, a cópula aos caprichos do acaso e o desencadeamento infrene das paixões”. Em verdade, o “amor livre”, na acepção de Albert dizia respeito à realização das uniões sem formalidades nem requisitos legais. Na visão do libertário francês, esse quadro se daria, entretanto, quando não mais pesassem constrangimentos econômicos que impelissem as “especulações conjugais”, e homens e mulheres se encontrarem em situação de “suficiente bem-estar, dignidade e descanso na vida social”. Albert julgava que a desigualdade tornava a liberdade legal uma mera aparência, e somente numa relação de iguais, livre e fraterna, o amor poderia tomar sua forma mais completa.

Essas duas publicações da *Organização Simões* foram bem recebidas pelo movimento libertário, que se ressentia da pouca circulação de obras clássicas, geralmente raras e há muito esgotadas. Diferentemente de agrupamentos políticos cuja dimensão da política editorial favorecia a circulação de impressos em larga escala, as publicações libertárias eram fruto de um esforço coletivo, muitas vezes servindo-se de uma facção semiartesanal. Quando publicados por editoras comerciais, os livros sobre o anarquismo eram motivo de ampla divulgação na imprensa libertária, e passavam a compor as seções de obras à venda por correspondência. Algumas vezes, eram adquiridos muitos exemplares, a fim de compor um estoque com o qual se pudesse atender com rapidez os pedidos pelo correio.

Antônio dos Reis Simões parece ter travado contato amistoso com os militantes anarquistas do Rio de Janeiro, o que pode ter sido fruto de sua amizade com o professor José Oiticica. A *Organização Simões Editora* publicou, na *Coleção Rex*, dedicada à Filologia, dois livros do anarquista mineiro, *Teoria da Correlação* (1952) e *Roteiros em Fonética Fisiológica e Técnica do Verso e da Dicção* (1955). Em 1956 anunciava-se, no prelo, do mesmo autor, *Teoria da Antecipação e dos Complementos*. A coleção da

Organização Simões voltada aos estudos filológicos foi das que mais títulos publicou, sinal do apreço do editor pela língua portuguesa. Um interesse mútuo pode ter aproximado o Oiticica filólogo e anarquista ao Simões, amante dos livros. Já nos anos 1960, quando em atividade a *Cooperativa Editora Mundo Livre*, um de seus balancetes[110] mostra que toda a tiragem (2.000 exemplares) de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de Oiticica, publicado em 1963, fora adquirida pela *Organização Simões Editora*, que pôde assim distribuí-lo na rede de livrarias com as quais mantinha relações comerciais, multiplicando as possibilidade de acesso dos leitores à obra.

Em 1956, foi lançado *A Insuficiência do Materialismo Histórico*, do anarquista alemão Rudolf Rocker. Na edição da *Simões*, o ensaio era acompanhado de outro, *Religião e Política*. Ambos eram capítulos da obra magna de Rocker, *Nacionalismo e Cultura* que permaneceu, ao menos na sua integralidade, sem edição em português.

Ilustração 53 - *A Insuficiência do Materialismo Histórico*, de Rudolf Rocker. Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1956 (Coleção Mosaico)

[110] O trecho do balancete, anterior a 1964, foi publicado originalmente em **O Ressurgir do Anarquismo,** de Edgar Rodrigues: "1º - A Editora Mundo Livre, até a presente data tem 23 (vinte e três) sócios cooperadores cotistas assim discriminados: a) 19 com cotas de Cr$ 10.000,00; b) 4 com cotas de Cr$ 15.000,00; 2º - Capital a ser realizado pela Editora Mundo Livre: Cr$ 250.000,00; 3º - Capital já realizado pela Editora – Livros já editados: a) "O Retrato da Ditadura Portuguesa", de E. Rodrigues – 2.000 exemplares; **b) "A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos", de José Oiticica – 2.000 exemplares (esta última foi vendida à Simões Editores)**; c) Custo Cr$ 140.000,00; d) Pago p/c Cr$ 75.000,00; e) Saldo a/p Cr$ 65.000. 5º - A editora possui depositado em banco a importância de Cr$ 25.512,00 (vinte e cinco mil quinhentos e doze cruzeiros) 6º - A próxima edição da cooperativa "Editora Mundo Livre" é o livro "A Ciência Moderna e o Anarquismo", de P. Kropotkin." (RODRIGUES, 1993.b, p. 269, grifos nossos)

A publicação de *A Insuficiência do Materialismo Histórico* oferece mais um indício da ligação dos libertários com Antonio Simões dos Reis. O tradutor, prefaciador e autor do texto de apresentação *Rudolf Rocker: algo do homem e da obra* foi Daniel Brilhante de Brito, que se notabilizou como um dos grandes tradutores brasileiros, tendo criado uma escola de formação de tradutores que leva seu nome no Rio de Janeiro. Poliglota de cultura vasta, Brito integrou o grupo que publicava o jornal *Ação Direta*, onde traduziu ensaios de cunho teórico, bem como verteu para português artigos da imprensa ácrata estrangeira que os anarquistas do Rio publicavam em seu mensário. Entre vários, Daniel de Brito traduzira para o jornal anarquista o ensaio "Filosofia do Anarquismo", de Herbert Read, vertido do inglês e publicado como uma série de artigos;[111] e "O Problema dos Problemas", artigo do próprio Rocker, especial para o *Ação Direta*, traduzido do alemão e publicado entre setembro e novembro de 1952. No âmbito do Centro de Estudos Professor José Oiticica e da obra cultural que desenvolvia, Brito tomara parte, ainda, ministrando Conferências, entre as quais "Nacionalismo e Cultura", "Caracterologia" e "Análise Crítica da Exposição Soviética" (*O Libertário*, fev./mar. 1964).

Mais uma vez, temos evidência de que as Conferencias se nutrem dos conhecimentos daqueles cuja leitura atualizada possibilita os efeitos do ensino mútuo. Aqui é o caso de Daniel de Brito, que, desde 1950, em resenha a uma edição argentina da obra de Rocker nas páginas do *Ação Direta*, revelava sua admiração em relação ao anarquista alemão e sua obra, situando-o entre os vultos libertários. Mais ainda, o recomendava a todos os interessados no estudo do socialismo e das lutas sociais e para "todo aquele a que a leitura é mais que um deleite":

> **As Confissões de Rudolf Rocker**
> Lemos avidamente o segundo volume das Confissões de Rudolf Rocker, recentemente editado pela 'Americalee' de Buenos Aires, sob o título 'En La Borrasca'. Juntamente com o primeiro ('Juventud de um Rebelde') forma um depoimento impressionante das lutas sociais e do movimento libertário no agitado período que compreende o último lustro do século dezenove e o princípio do nosso, além de um despretensioso relato do que foi a sua vida de militante, em quê, sobre os obstáculos antepostos pelas minorias privilegiadas, soube manter acesa a tocha da liberdade, mercê de uma abnegação e um

[111] Ver os números 76, 77, 78, 79, 82, 84 e 86 de *Ação Direta* (RJ).

> valor que, aliado a sua poderosa cultura e ao seu humanismo profundo, justamente lhe conferem um lugar junto a Kropotkine e Malatesta, entre os maiores vultos do socialismo libertário.
> [...]
> Para todo aquele a que interessa o estudo do socialismo e das lutas sociais, para todo aquele a que a leitura é mais que um deleite, – aí está um precioso documento de estudo, pois não ajusta o autor a sequencia e importância dos fatos a determinados juízos preconcebidos. É um relato fluente e desapaixonado do autor de 'Nacionalismo e Cultura'. ***Daniel*.**
> Adquirível com Francisco Laissue**.** Rua do Rosário, 141, sobrado. Preço do 1º volume ('Juventud de un Rebelde'), 112,00; do 2º ('En La Borrasca'), Cr$ 125,00 (*Ação Direta*, out. de 1950).

O libertário carioca anotara ainda na obra de Rocker o "estilo de encantadora simplicidade que nos transplanta a tradução de D. A. de Santillán", num relato de memórias detalhado, quase visual, em que "amiúde até mesmo o calor humano de suas amizades se nos transmite". O próprio Brito, militante libertário familiarizado com a obra de Rocker que traduzia para o *Ação Direta*, deve ter vivenciado o que Paulo Rónai, seu mestre no campo de tradução, considerou a "parte humanamente mais preciosa e comovedora" do trabalho de verter para outra língua um livro: a afinidade íntima com as ideias de um determinado autor (RÓNAI, 2012a, p. 96).

Para a edição da *Organização Simões*, Brito apresentou o anarquista alemão ao público brasileiro com invulgar erudição ressaltando, além da singularidade de sua obra, a personalidade de Rocker, numa sintonia entre "o pensar e o sentir":

> Eis aqui uma palavra diferente: a de Rodulf Rocker. Enquanto os sociólogos e socialistas 'científicos' soem extratificar o sêr humano e tratá-lo como número, abstração, espairecendo sôbre a planície e omitindo os acidentes do terreno, Rocker vása-o de modo diverso; fala, como disse Nenclares, 'de dentro do homem'. Sente-se nêle a fôrça da intelectualidade, mas também do vigor do idealismo; um bom-senso esmagador, mas também tal vida em cada palavra, e tal inflexibilidade em cada sentença que, como Nietzsche, só há por onde hesitar entre o situá-lo como filósofo ou como poeta. Pois há nêle completa identidade entre o pensar e o sentir. Quanto escreve, flui de sua personalidade inteira. Assim valem também para Rocker as palavras que êle próprio têve para com Kropotkin: 'é um homem de uma só peça; não há nada de duvidoso nêle'. Tal homem, tal obra (BRITO In: ROCKER, 1956, p. 5).

A versão original do livro de Rocker apareceu primeiramente em Hamburgo, em 1949, com o título *Die Entscheidung des Abendlandes*. Antes do original, entretanto, foi publicada em outras traduções, num efeito da

circulação dos escritos libertários entre os militantes de vários países. Uma dessas versões foi traduzida por Diego Abad de Santillán e publicada em Barcelona, em 1937. Apareceram, depois, versões em holandês, sueco, inglês e dinamarquês.

Brito utilizou-se da versão original que, "havendo aparecido após a guerra, foi objeto de pequenos enxertos por parte do autor", mas, no decurso do trabalho de tradução, serviu-se igualmente da versão do anarquista e escritor espanhol, que afirmou ter sido muito útil em sugestões, por ser Santillán "não somente um conhecedor da língua de Goethe, mas também íntimo amigo de Rocker e profundamente versado em suas idéias" (BRITO In: ROCKER, 1956, p. 10). A propósito da tarefa de tradução, Brito ressaltava as dificuldades da tradução a partir do original alemão, tamanha a diferença filológica das línguas, não esquecendo de manifestar agradecimento ao professor Oiticica, o auxilio na empreitada:

> Devemos agradecer, outrossim, a José Oiticica pela gentil colaboração que nos prestou, revendo-nos, aqui e ali, o vernáculo e orientando-nos a volvência, em português, de mais de uma palavra ou passagem difícil no original. O valor dessa ajuda poderão aquilatar quantos conheçam alemão e saibam o árduo que é traduzir assuntos desta natureza de uma língua tão superior à nossa em terminologia abstrata e em recursos para a formação de neologismos (BRITO In: ROCKER, p. 10).

O livro de Rocker saiu em uma edição assemelhada àquelas de bolso, tamanho 18 x 11 cm, com 104 páginas. Compunha a *Coleção Mosaico*, nome usual em vários projetos editoriais que albergavam obras de natureza diversa. Estava junto, por exemplo, de livros como *A Luta Pelo Direito*, de Rudolf Von Jhering e *A Vida do Direito*, de Jean Cruet, e com *Didática Magna*, de João Amos Comênio. O livro do anarquista alemão aparecia sob a temática "Sociológica". À guisa de aprofundamento e divulgação, a versão da Simões listava ainda "Algumas Obras de Rudolf Rocker", dentre as quais se destacavam as edições argentinas de *Nacionalismo y Cultura* (*Editorial Imán*, Buenos Aires, 1944), Juventud de un Rebelde (1º volume de suas confissões, *Editorial Americalee*, Buenos Aires, 1947) e a edição brasileira de *A Influência das Idéias Absolutistas no Socialismo* (*Editora Sagitário*, São Paulo, 1946).

As edições argentinas eram bastante conhecidas dos militantes brasileiros, algumas delas sendo inclusive distribuídas pelas editoras libertárias *Germinal* e *Mundo Livre*, além de outros livreiros que tinham ligação com os editores portenhos. Um dos bastiões do anarquismo na América do Sul desde o final do século XIX, e destino de militantes libertários espanhóis exilados depois da Revolução de 1936, na Argentina a edição libertária alcançou grande destaque, com a criação de editoras que possibilitaram a publicação de vultoso número de livros sobre o anarquismo. Essas obras cruzavam as fronteiras, auxiliando na tarefa da difusão libertária e alimentando o intercâmbio entre os grupos de afinidade libertária na América do Sul.

3.6 Rotas do intercâmbio dos impressos libertários

O internacionalismo, uma dos fundamentos do movimento libertário, estimulou os militantes anarquistas à manutenção de uma extensa rede de correspondência que punha em contato grupos e indivíduos dos mais variados países. Além da mobilidade dos próprios militantes, seja por meio de excursões de propaganda ou na situação-limite do exílio político, a troca de experiências por meio da correspondência possibilitou a integração de agrupamentos de muitos países, algumas vezes, permitindo a realização de atividades da militância em conjunto.

A circulação de ideias entre militantes, se usual em tempos de liberdade política, ajudou a manter acesa a atividade dos anarquistas nos regimes ditatoriais, na clandestinidade obrigatória à manutenção das lidas políticas. Nesses períodos de repressão e censura, o intercâmbio, o vai-e-vem de cartas, boletins, publicações e livros fortaleciam os laços entre os militantes, bem como davam suporte à sua (in)formação. Ao lado de outras atividades políticas que exercitavam a sociabilidade libertária, como encontros, confraternizações, piqueniques campestres das famílias libertárias, ou da produção de imprensa clandestina, funcionava a troca de correspondências como elo de preservação de organizações e grupos de afinidades anarquistas.

Quando, nos períodos ditos democráticos, as possibilidades do intercâmbio ampliavam-se, a mobilidade de pessoas e ideias tornava possível, entre outras coisas, a difusão pública daquilo que os militantes de outros

países realizavam. No caso específico da circulação de impressos, entre eles jornais, folhetos, manifestos e livros, essa difusão concorria para favorecer as práticas de leitura libertárias.

O trânsito de obras libertárias estrangeiras foi expressivo entre a militância anarquista no Brasil entre os anos 1940 e 1960. Demonstra-o a correspondência entre militantes, as bibliotecas pessoais ou de centros de cultura, bem como os frequentes anúncios de livros na imprensa anarquista. A variedade de títulos distribuídos aponta para um volume maior desse intercâmbio com agrupamentos ácratas e iniciativas editoriais da França, México, Itália e Argentina. Um levantamento sobre a circulação desses impressos através das fronteiras é dificultado pela reticência das principais fontes disponíveis. Conta-se, sobretudo, com as listas de livros na imprensa anarquista, com os catálogos de obras disponíveis das editoras libertárias, e com anúncios de livrarias que importavam os livros estrangeiros e os ofereciam no Brasil, geralmente publicados igualmente nas páginas dos jornais anarquistas.

O levantamento das edições estrangeiras tornar-se-ia mais completo caso houvesse maior documentação das bibliotecas particulares de militantes do movimento libertário. Esses registros, entretanto, são raros. Algumas vezes, são recolhidos de instituições ligadas à repressão política e à interdição do impresso. Estudando a “leitura libertária” nos anos 1930, Lúcia Parra encontrou, nos prontuários do DEOPS, listas de livros apreendidos de libertários como Benedito Romano, Avelino Fernandes e Italo Benassi (PARRA, 2014).

Parte da biblioteca pessoal do educador anarquista João Penteado encontra-se sob a guarda da Unidade de Informação e Memória, do Centro de Estudos em Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, e foi recentemente estudada por Luciana Elisa do Santos (2009). Anteriormente, Flávio Venâncio Luizetto (1984) analisara as leituras do professor João Penteado, em sua tese sobre o “episódio literário e educacional” do anarquismo no Brasil.

É possível, por outro lado, encontrar acervos particulares doados a organizações libertárias, como o Centro de Cultura Social de São Paulo, em atividade desde 1933 e cuja biblioteca guarda espólios de militantes

anarquistas daquela cidade. O mesmo se dá em relação a outras bibliotecas libertárias contemporâneas, como a Biblioteca Social Fábio Luz, no Rio de Janeiro, e a Biblioteca Terra Livre, em São Paulo. Noutros acervos particulares, recolhemos alguns dos títulos aqui estudados, fruto da recolha em sebos e alfarrabistas em Portugal e no Brasil. Não há, contudo, meios de precisar o quanto nessas coleções foi preservado dos acervos originais, ou o quanto delas foi constituído no período delimitado nesta pesquisa.

Em casos extraordinários, entretanto, o acesso aos acervos particulares tornou-se possível oferecendo um "instantâneo" das coleções ao tempo que foram constituídas. Nesse sentido, são reveladoras da produção editorial e da leitura libertárias de então, da disponibilidade e da circulação de obras no intervalo destacado.

As coleções do acervo particular de Edgard Leuenroth, falecido em 1968, por exemplo, tornaram-se públicas por conta da venda de seu arquivo para a Universidade de Campinas. Na pesquisa sobre o acervo original de Leuenroth, foram compilados os livros de sua biblioteca pessoal. Seu acervo pessoal é prova da atualização e da variedade de suas leituras, majoritariamente voltadas à sociologia, filosofia, anarquismo, socialismo e ao estudo da chamada "questão social".[112]

A biblioteca particular de Ideal Peres, por seu turno, foi compulsada no auto de busca e apreensão que se seguiu ao fechamento e processo sofrido pelo Centro de Estudos Professor José Oiticica e seus dirigentes, durante a ditadura militar. O "material de natureza subversiva" devassado no apartamento do militante carioca pelos militares da Aeronáutica formou um extenso relatório de livros libertários e afins, anexado no processo contra os militantes do CEPJO. O mesmo ocorreu à biblioteca do próprio CEPJO, que teve sua sede invadida e depredada, seus livros e outros impressos relacionados, a fim de servirem de "provas" de suposta "atividade subversiva"[113] (RODRIGUES, 1993, p. 187–195).

---

[112] A lista de livros do acervo pessoal de Edgard Leuenroth foi publicada em: **Cadernos AEL. Anarquismo e Anarquistas.** Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 8/9, 1998, p. 205–265.

[113] As listas de livros e outros impressos do acervo pessoal de Ideal Peres e do Centro de Estudos Professor José Oiticica estão publicados em: RODRIGUES, Edgar. **Anarquismo no Banco dos Réus.** Rio de Janeiro: VJR Editores, 1993, p. 178–195.

As ligações entre os libertários brasileiros e o movimento anarquista de outros países têm larga trajetória. Em algumas regiões, a imigração de trabalhadores europeus desempenhou papel destacado na formação da mão de obra assalariada, em princípios do século XX. Estes, juntamente com os trabalhadores nacionais, vão gradualmente colocar em pauta à sociedade as demandas das classes trabalhadoras, e, no seio destas, afirmar-se-ão as várias correntes de pensamento no enfrentamento à "questão social". Na eclosão da agitação operária no início do século passado, a militância libertária deitará raízes. Os países do velho mundo, Portugal, França, Itália e Espanha em destaque, foram pontos de intensa difusão do anarquismo para outros países, num crescente até meados dos anos 1930, quando da ascensão dos regimes fascistas. No pós-Segunda Guerra Mundial, no redesenhar do quadro das forças políticas, a manutenção de regimes totalitários em Portugal e Espanha impediu, ou muito dificultou, a continuação dessa difusão. A influência decrescente do anarquismo nos movimentos sociais de vários países no pós-guerra, por seu turno, contribuiu também negativamente para tal quadro.

Onde a reconquista de liberdades políticas formais favoreceu a retomada das atividades públicas dos agrupamentos libertários, as práticas editoriais constituíram os modos de articulação militante e a rearticulação de seus espaços de sociabilidade libertária. Dispor uma imprensa específica e editar e distribuir seus livros era fundamental à sobrevivência política e à preservação da identidade anarquista.

No que concerne ao caso italiano, desde seu reaparecimento público, a imprensa ácrata no Brasil noticiava os passos da reorganização do movimento libertário naquele país. O *Ação Direta*, já ao seu primeiro número, publicou manifesto do Congresso Anarquista realizado em Carrara, em setembro de 1945, relatando a obra de reorganização após a guerra. No número seguinte, publicou uma carta do anarquista Armando Borghi, que fora expulso dos Estados Unidos, onde colaborava no *L'Adunata Dei Refrattari*.

A Plebe, que, em seu primeiro número da "nova fase", publicara o poema "A Volta", de Gigi Damiani, italiano que por muitos anos militou no Brasil e então dirigia *Umanitá Nova*, um dos principais jornais anarquistas da Itália, noticiou entusiasmada a obra de reorganização dos libertários italianos, pondo em destaque a atividade editorial. A reorganização do movimento libertário e a

"necessidade do livro" anarquista, afirmava a notícia, fizeram com que mesmo as editoras comerciais abrissem espaço à publicação de clássicos do pensamento libertário:

> Após longos anos de submissão à tirania fascista imposta por Mussolini ao povo italiano, o movimento libertário renasce na Itália de uma forma empolgante.
> Vários jornais e revistas, dentre as quais Umanitá Nova, de que Malatesta foi diretor e agora Gigi Damiani dirige estão circulando por toda a Itália revolucionária, desde as grandes cidades às pequenas vilas e aldeias.
> As edições de livros da propaganda libertária sucedem-se numa continuidade animadora. De tal forma se impôs ao ambiente italiano a necessidade do livro anarquista, que uma casa editora de Milão, alheia a nosso movimento, está editando as obras de pensadores e teóricos do anarquismo, iniciando com as obras completas de Pietro Gori em 12 pequenos volumes (*A Plebe*, 15 jul. 1947).

A "casa editora de Milão" a que se refere a nota era a *Editrice Moderna*, que, entre 1946 e 1949, publicou as *Opere*, de Pietro Gori, em 14 volumes.[114] A histórica ligação com o anarquismo italiano e a da atividade libertária naquele país favoreceu a entrada de muitas obras libertárias no Brasil, sobretudo por intermédio da comunicação entre militantes e organizações, já que foram raros, para o período que estudamos, os anúncios de livros anarquistas em italiano à venda pelos jornais e pelos grupos editores brasileiros. Assim, se podem encontrar, em meio ao acervo pessoal de Leuenroth, livros como *Corso di Storia Del Movimento Operaio* (1957) e *Luigi Galleani: quarant'anni di lotte rivoluzionarie 1891–1931* (1956), ambos de Ugo Fedeli e *Mezzo Secolo di Anarchia: 1898–1945* (1954), de Armando Borghi. Na biblioteca confiscada de Ideal Peres, entre outros livros italianos editados no período, estavam *Libertà e Rivoluzione* (1968), de Bakunin e *Storia degli Anarchici Italiani. Da Bakunin a Malatesta* (1969), de Pier Carlo Masini. Estes dão mostra da atualização das leituras de Ideal, possuidor de livros

---

[114] As obras de Gori foram assim divididas, na edição milanesa: 1. *Prigioni: versi*; 2. *Battaglie: versi*; 3. *Ceneri e faville*; 4. *Ceneri e faville*; 5. *Le difese pronunciate innanzi ai tribunali e alle corti di assise*; 6. *Sociologia criminale*; 7. *Sociologia anarchica*; 8. *Bozzetti sociali*; 9. *Bozzetti sociali*; 10. *Pagine di vagabondaggio*; 11. *Conferenze politiche*; 12. *Conferenze politiche*; 13. *Canti d'esilio: poesie varie*; 14. *La vita e l'opera di Pietro Gori nei ricordi di Sandro Foresi. Ultime battaglie: lettere e scritti inediti* (ANTONIOLI, 1995).

estrangeiros publicados pouco tempo antes de ser sua biblioteca devassada pelas forças repressivas.

O movimento libertário espanhol no exílio, sobretudo aquele baseado na França e no México, muito concorreu para a difusão ácrata, publicando jornais e livros que, tão logo chegavam aos grupos libertários no Brasil, eram oferecidos ao público leitor. Avultam, nas listas de livros recomendados à venda na imprensa libertária, obras publicadas pelos militantes espanhóis no exílio. As *Ediciones Tierra y Libertad*, desde a Cidade do México, e os agrupamentos ligados à *Confederación Nacional Del Trabajo* baseados em cidades francesas como Toulouse, Vesoul, Bordeaux e Paris estão entre os principais pontos de origem da literatura libertária em espanhol a que tiveram acesso os anarquistas brasileiros. Essa produção remetia sobretudo às análises da Revolução Espanhola, num esforço de compreensão histórica, construção de memórias, crítica, avaliação e atualização do legado anarquista no episódio máximo do movimento libertário espanhol.

Dos grupos libertários na França, vieram, tematizando a Revolução, por exemplo, vários títulos da lavra de J. Garcia Pradas, entre os quais *La Guerra Civil* (Paris, *Tierra y Libertad*, 1947), *La Revolución y el Estado* (Paris, *Solidaridad Obrera*, 1947), *Rusia y España* (Paris, *Tierra y Libertad*, 1948). Não fora, porém, a Revolução Espanhola, o único tema abordado. Bastante anunciado pela imprensa libertária local, a *Guilda de Amigos Del Libro* publicou, *Socialismo Autoritario y Socialismo Libertario*, de Max Nettlau (Toulouse, 1947), com o qual se esperava aprofundar a discussão teórica sobre o anarquismo. *Antologia de Pensamientos*, de Gonzáles Pradas e as *Paginas Selectas*, de Multatuli, ambos publicados em 1947 (Vesoul, *Tierra y Libertad*), *Romancero de La Libertad* (Paris, *Solidaridad Obrera*, 1947) e *Estampas Del Exilio en Américas* (Paris, *Ediciones de la CNT*, 1950) de J. Peirats compuseram igualmente o volume de livros publicados em França pelos exilados espanhóis.

Com o passar dos anos, a produção se diversificava, e outros temas libertários despontavam, não necessariamente ligados ao movimento espanhol no exílio. Aportes históricos e aprofundamentos teóricos publicados na França foram recebidos pelos militantes no Brasil, já nos anos 1960. Dessa leva, destacam-se, entre outros, *La Revolte Etudiante*, de Sauvageot, Cohn-Bendit e

Duteil (Paris, *Le Seuil*, 1968); o hoje clássico *Ravachol et les Anarchistes*, de Jean Maîtron (Paris, *Julliard*, 1964); e a influente obra de Daniel Guérin, dentre a qual se destacam *L'Anarchisme* (Paris, *Gallimard*, 1965), depois editado no Brasil pela *Germinal*, e *Ni Dieu, Ni Maître* (Paris, *Editions de Delphes*, 1965).

No México, onde foi intensa a atividade do movimento libertário espanhol no exílio, a edição libertária exerceu papel destacado. Entre as muitas edições mexicanas a circularem entre os militantes locais, cumpre destacar a obra de Rudolf Rocker, *Max Nettlau, el Heródoto de La Anarquia* (Ciudad de México, *Editorial Estrela*, 1950); *Excursión sobre los fundamentos históricos del anarquismo*, de B. Cano Ruiz (Ciudad de México, *Ediciones Tierra y Libertad*, 1961), *La Bancarrota Fraudulenta Del Marxismo*, de E. Carbó (Ciudad de México, *Ediciones Orto*, 1941). Excertos dos três livros ganharam as páginas do *Ação Direta. La Anarquia Ante los Tribunales*, de Pietro Gori (Ciudad de México, *Ediciones Tierra y Libertad*, 1947) e *Los Anarquistas*, de James Joll (Ciudad de México, *Ed. Grijalbo*, 1968) constam também em acervos de militantes brasileiros. *Escarceos Sobre China*, de Victor Garcia (Ciudad de México, *Ediciones Tierra y Libertad*, 1962) foi resenhado por Edgar Rodrigues (*O Libertário*, abr./mai. 1963).

Além da publicação de inúmeros livros relacionados ao anarquismo, a *Ediciones Tierra y Libertad* publicava mensalmente uma revista, em edição muito bem cuidada, que chegava regularmente aos libertários no Brasil e era por estes largamente difundida. A "nota editorial" da revista situava-a como um veículo de expressão do anarquismo internacional, aberta a correntes diversas e à expressão de agrupamentos, movimentos ou individualidades, aos quais o grupo editor tratava de agregar a *"amplitud de miras"*, como a sua posição no âmbito do pensamento anarquista internacional, recusando sectarismos. Seu processo de elaboração repetia passos comuns da edição libertária ao redor do mundo, devendo-se sua sustentação material à colaboração daqueles com quem tinha afinidade ideológica e da sua venda, não abrigando qualquer tipo de conteúdo pago.

> [...] TIERRA Y LIBERTAD pretende ser a mais ampla e elevada expressão do pensamento anarquista internacional e, por isso, suas páginas estão abertas a todas as correntes e a todos os pensamentos anarquistas, sejam estes a expressão de movimentos, agrupações ou individualidades. – TIERRA Y LIBERTAD trata de

> compatibilizar essa amplitude de vistas com sua própria posição no concerto internacional do pensamento anárquico. A posição de TIERRA Y LIBERTAD coincide fundamentalmente com o anarquismo clássico quanto aos fundamentos de seu ideário, mas essa coincidência não implica nenhum tipo de sectarismo, já que TIERRA Y LIBERTAD acredita veementemente que anarquismo é igual a evolução e que a ciência e o pensamento têm perspectivas permanentemente ilimitadas. – Os trabalhos de redação e colaboração em TIERRA Y LIBERTAD são absolutamente gratuitos. – TIERRA Y LIBERTAD vive economicamente graças às ajudas dos que lhe tem afinidade ideológica e do produto de sua própria venda., sem nenhum outro tipo de entradas [...](*Tierra y Libertad*, fev. 1963, México/DF).

Ilustração 54 – Revista *Tierra y Libertad*, México, D.F. Nº 237, fevereiro de 1963.

O caso mais significativo da difusão de livros libertários estrangeiros no país, entre 1945 e 1968, deveu-se ao intercâmbio com o movimento ácrata na Argentina, em parte devido à proximidade do país vizinho e, sobretudo, à intensa atividade dos anarquistas do Prata, que deram à tarefa editorial uma dimensão sem par no continente. A intensidade dessa edição libertária na Argentina, que abrigou um movimento anarquista considerável desde finais do século XIX, foi marcada pelas vicissitudes da trajetória das lutas sociais e do anarquismo no país.

No início dos anos 1930, o governo ditatorial originado do golpe de setembro de 1930 que levou ao poder o general Félix Uriburu reprimiu severamente os movimentos políticos de esquerda, anarquistas, socialistas ou comunistas, bem como o movimento operário. Deportações, fuzilamentos,

torturas e perseguição da imprensa foram marcas do período. Em novembro de 1931, porém, eleições presidenciais puseram termo ao governo de Uriburu, e a restauração democrática levada a cabo pelo general Agustín Justo possibilitou aos agrupamentos políticos de esquerda retomar suas atividades públicas.

Na Argentina, desde finais dos anos 1920, o anarquismo apresentava sinais de perda de influência sindical entre trabalhadores urbanos e rurais, num processo, entretanto, que não ocasionou seu desaparecimento enquanto corrente política atuante na sociedade. Quando o golpe de 1930 pôs fim à primeira experiência de democracia representativa, um novo momento se iniciou para os anarquistas na Argentina, que sofreram as consequências da nova situação política. Apesar de tudo, os libertários lançarão novamente sua ação de propaganda, num esforço de recuperar influência entre os setores operários (LÓPEZ TRUJILLO, 2005; GRACIANO, 2012).

Entre os libertários, para além da reorganização de suas agrupações existentes antes da ditadura e da criação de outras, – como a *Federación Anarco Comunista Argentina* (FACA) e a *Aliança Obrera Spartacus* – da reabertura de centros de cultura, bibliotecas e ateneus libertários e da volta à circulação de periódicos ácratas, a reativação das atividades sindicais e políticas contemplaram a criação de duas editoras que, naqueles anos, desenvolveriam papel na formação doutrinária dos militantes libertário, além de possibilitar a publicação das análises anarquistas sobre a realidade social, política e econômica da Argentina e do mundo capitalista (GRACIANO, 2012, p. 77).

As *Ediciones Nervio* e as *Ediciones Imán* reuniram em torno de si “escritores das margens da vida cultural argentina com militância anarquista e editorialistas com experiência no trabalho cultural e de propaganda ácrata da década anterior” como Diego Abad de Santillán, Juan Lazarte, Samuel Kaplan, Alfonso Longuet, Manuel Villar, entre outros. Ao longo da década, publicaram centenas de livros não somente dos autores clássicos do anarquismo (Kropotkin, Proudhon, Malatesta) – bem como difundiram o pensamento libertário menos conhecido então (Rocker, Landauer, Lanti). Espaço igualmente generoso foi reservado para os anarquistas locais e sua análise política e social, medida pela práxis do movimento anarquista e sua penetração nas lutas sociais na Argentina. Nessa tarefa, destacam-se, entre outras, as obras de

Santillán, Lazarte, Villar e Kaplan. *Nervio* e *Imán*, notabilizavam-se ainda pelo trabalho de tradução de autores libertários e pelo espaço aberto à literatura de conteúdo social. O escritor brasileiro Jorge Amado foi um dos nomes que ganharam edição pela *Editorial Imán* (GRACIANO, 2012, p. 80).

Ilustração 55 - Literatura libertária do Prata em circulação no Brasil. Da esquerda para a direita: *Proudhon: su vida y su correspondencia*, de C. A. Saint-Beuve (Américalee, 1945); *Esbozos de una moral sin obligación ni sanción*, de J. M. Guyau (Américalee, 1944); *Marxismo y Socialismo Libertario*, de Daniel Guérin (Editorial Proyección, 1964).

Na década seguinte, a fundação de editoras como *Américalee*, criada pelos anarquistas América Scarfó e Domingo Landolfi – sob o lema *"Una organización al servicio del lector"* – e da *Editorial Tupac*, a difusão libertária ganhou novo impulso. No novo ambiente social, entre a guerra mundial e a emergência do peronismo, entretanto, as análises sociais, políticas e econômicas da realidade argentina e as perspectivas de derrubada do capitalismo e da organização social libertária dão, aos poucos, espaço à divulgação doutrinária, sinal do enfraquecimento da presença dos libertários nas lutas sociais de então. As obras antifascistas e sobre a participação dos anarquistas na Revolução Espanhola, por outro lado, têm destaque.

Graciano anotara que o regresso à Argentina de muitos militantes libertários, entre eles Diego Abad de Santillán, que lutara na Espanha, e a chegada de muitos exilados espanhóis, entre os quais se encontravam anarquistas, socialistas, comunistas e republicanos, deu novo impulso à imprensa e às iniciativas editoriais anarquistas, que, a partir de então, permite uma sistemática publicação de seus livros. Segundo o autor, esse impulso,

mais do que expressar vontade de reconstituição do ativismo do movimento anarquista no país, encaminhava-se para a luta antifascista e antifranquista. “Os interesses políticos da comunidade no exílio”, afirma Graciano, “orientou firmemente o conteúdo das publicações periódicas e editoriais libertárias” (GRACIANO, 2012, p. 93).

O deslocamento da análise social libertária durante os anos 1940 foi visível nas editoras libertárias. Sobretudo *Américalee* e *Tupac*, mas igualmente *Imán* precisaram adaptar-se às exigências do mercado livreiro, e contribuíram para a “expansão do mercado nacional do livro”. Ainda assim, seus fundos editoriais continuaram a prestigiar as obras libertárias, embora ampliassem suas coleções para abranger também estudos de história, filosofia, sociologia, arte e direito. Exemplo dessa variedade de temas publicados pelas editoras libertárias portenhas no período são as obras infantis completas de Monteiro Lobato, publicadas a partir de 1944 pela *Editorial Américalee* (ALBIERI, 2009). A perspectiva libertária, outrossim, manteve-se, como anota Graciano:

> Embora devessem adaptar-se às condições de funcionamento das grandes casas editoras, permeadas pelas lógicas comerciais de publicação, diferenciavam-se delas por sua persistência em estratégias ‘politizadas’ e não mercantilizadas na seleção de suas edições, conformando verdadeiramente um núcleo de editoras de esquerda, com fundos de escritores argentinos, latino-americanos e europeus identificados com alguma de suas tendências (socialistas, comunistas, anarquistas, trotskistas), entre as quais destacava-se Claridad (GRACIANO, 2012, p. 98).

Os muitos títulos publicados por essas editoras portenhas chegavam ao Brasil e compunham acervos pessoais e coletivos, serviam à tradução e publicação na imprensa libertária local ou ganhavam as páginas de outros projetos editoriais dos anarquistas. Na maior parte das vezes, não constituindo o idioma castelhano uma barreira, eram difundidos nas seções de livros à venda, seja por correspondência ou pela venda direta, como se realizava na Livraria Francisco J. Laissue, no Rio de Janeiro, e na Livraria Minerva, em Porto Alegre, como já referimos.

O lugar fundamental do livro e da leitura na educação e autoformação, que destacamos pelos relatos de memória de militantes como Jaime Cubero, Raul Vital e Rafael Fernandes é atestado, para o período que estudamos, pela atividade que faz aos poucos tomar maior expressão a difusão

da literatura libertária. A iniciativa de organizações editoras ligadas ao movimento libertário possuía já raízes na atividade dos agrupamentos anarquistas no Brasil e, com o saber adquirido nesses experimentos, os libertários vão dar forma aos seus empreendimentos editoriais após a ditadura varguista, editando e divulgando os livros que conformavam seus repertórios de leitura. Essas iniciativas, com suas estratégias editoriais e as formas de sua recepção nos círculos libertários, caminham a par e passo com a publicação dos jornais libertários e são incrementadas pelas edições de autor e por meio da publicação e difusão de literatura libertária advinda de outras editoras, sem necessariamente possuírem ligação com o movimento ácrata. A expressiva dimensão da divulgação de literatura libertária estrangeira no Brasil no período em destaque torna patente a conformação de amplos circuitos internacionais de circulação do livro e da leitura, em que era destacada a mobilidade, seja da militância ou das ideias.

A difusão das leituras marca a prática anarquista, influenciando as principais atividades que então realizava. Os livros incrementam as leituras comentadas e informam as conferências. Não raras vezes, elas têm como fundo o comentário de determinada obra recém lançada, como no caso das palestras de Ideal Peres debatendo e divulgando a obra de Fromm em cursos e conferências no Centro de Estudos Professor José Oiticica. Os livros, para os quais as resenhas na imprensa libertária suscitam o interesse, ampliam o repertório das discussões, promovendo a conexão com outros campos do conhecimento e propondo novos temas e a consequente atualização do léxico político. Dando conta dos desdobramentos da atividade anarquista em outros países, sugerem reavaliações de estratégias, indispensáveis em um momento de ressurgimento público da militância libertária, após capitais transformações na sociedade brasileira, na qual desejavam fazer sua intervenção política. É a esse esforço que se somarão as duas principais iniciativas de edição libertária entre 1945 e 1968, que a seguir destacaremos.

Capítulo IV – A edição anarquista no Brasil.

> Estes livros, folhetos, periódicos, não se lêem à maneira dos outros, os burgueses, não sofrem igual sorte. O livro burguês, aceitamos o termo, uma vez lido, passa à biblioteca, onde geralmente dorme tranqüilo, até que os filhos o descobrem, se se tornam curiosos ao crescer. Mas o leitor da obra anarquista, trabalhador, de maneira geral, não tem biblioteca nem compra livros somente para si. O autor desse artigo presenciou a leitura de A Conquista do Pão em uma casa operária. Em um quarto ao qual iluminava unicamente uma vela, se reuniam todas as noites do inverno até 14 trabalhadores. Liam uns para os outros, trabalhosamente escutando; quando o leitor fazia o ponto, somente o tremular da chama interrompia o silêncio. Também presenciou a leitura da Bíblia em uma casa puritana; a sensação foi idêntica, num e noutro caso.
>
> **El Imparcial** (1901)[115]

4.1 Os precursores da edição libertária

N'*A Bibliografia Libertária: O anarquismo em língua portuguesa* (2001), Adelaide Gonçalves e Jorge Silva observam não ter sido comum, em Portugal e no Brasil, a criação de editoras, por iniciativa de indivíduos ou agrupamentos anarquistas, fossem elas comerciais ou militantes. Entretanto, atestam os autores, há alguns exemplos desse tipo de iniciativa editorial que merecem destaque, como o labor de Dias da Silva em Portugal, que, no começo do século XX, editou várias obras de autores anarquistas, entre as quais *Em Volta Duma Vida*, de Piotr Kropotkin, declarando que todos os recursos obtidos com a venda dos livros seriam reempregados na edição de novas obras e na propaganda anarquista. Na Lisboa dos anos 1920, Campos Lima fundou a editora *Spartacus*, onde o advogado anarquista "compunha e imprimia, numa tipografia artesanal, os livros que escrevia ou traduzia" (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 32).

No Brasil, como já anotamos, o propósito de criação de organizações editoriais que pudessem servir à difusão das ideias libertárias foi comum a várias agrupações militantes. Algumas vezes, o grupo editor de um jornal publicava livros ou brochuras, utilizando o nome do periódico como

[115] Citado em: LITVAK, 2001, pp. 212-213.

responsável pela edição. Assim coube ao ensaio *O Comunismo Anárquico,* de Kropotkin, editado em São Paulo pelo jornal *Terra Livre*, em 1908, e ao folheto *Contra a Imigração*, de Oreste Ristori, publicado na mesma cidade, em 1906, como edição de *La Battaglia*.

Outras vezes, era um agrupamento específico o responsável pela edição, como a Liga Anticlerical, do Rio de Janeiro, que publicou *A Internacional Negra*, de Fábio Luz, em 1912 e *Clero e Estado*, de Maria Lacerda de Moura, em 1931. *A Moral Anarquista*, de Kropotkin, em 1920, saiu com o selo da *Biblioteca de Estudos Sociais*. A *Mundo Livre* publicou *A questão Social: O Humanismo Libertário em Face da Ciência*, de Kropotkin, em 1913 no Rio de Janeiro e a *Prometheu*, editou o mesmo título em São Paulo, na primeira metade dos anos 1930. Mesmo com escassas informações sobre as duas últimas, é provável terem sido iniciativas do movimento libertário.

Nos anos 1920, Rodolpho Felippe, militante anarquista que, junto com Edgard Leuenroth e outros libertários de São Paulo, editou o jornal *A Plebe*, foi o principal responsável pela criação da *Biblioteca Social A Inovadora*, situada na Ladeira do Carmo, centro de São Paulo. A Biblioteca abria suas portas de 8 às 21h e "funcionava como gabinete de leitura, realizando empréstimos e venda de livros e jornais" (PARRA, 2014, p. 142). Nas páginas d'*A Plebe*, Rodolpho Felippe convidava o público em geral para conhecer a *Biblioteca Social A Inovadora*:

> **Biblioteca Social A Inovadora**
> Os camaradas, simpathizantes e amigos do estudo da literatura social devem visitar a sede desta biblioteca, situada na Ladeira do Carmo, 3, e que se acha aberta das 8 da manhã até às 9 da noite. Os companheiros do interior podem pedir os seus catálogos, que serão prontamente attendidos, a Rodolpho Felippe, caixa postal 195, S. Paulo (*A Plebe*, São Paulo/SP, 7 out. 1922).

Nas listas de livros que *A Inovadora* anunciava nas páginas d'*A Plebe,* constavam, além de livros técnicos, romances, livros de filosofia e sociologia, nacionais e importados (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 55). Um desses anúncios, publicado no suplemento à edição d'*A Plebe* de 1º de maio de 1924, dá a conhecer o acervo disponível à leitura pública e à venda pela editora anarquista. Recebia-se e ofertavam-se assinaturas de *Pensiero e Volontá* (Roma), revista quinzenal de cultura e estudos sociais, dirigida por

Errico Malatesta; *Fede!* (Roma), “semanário anarchista de cultura e de defesa”, dirigido por Gigi Damiani; *Libero Accordo* (Roma), “periódico comunista-anárquico”, dirigido por Montecelli Temistocle; *La Antorcha* (Buenos Aires), semanário anarquista; *A Batalha* (Lisboa), diário sindicalista, “Porta-voz da Organização Operária Portugueza”; *A Comuna* (Porto), “semanário comunista anarchista” e a *Revista Blanca* (Barcelona), “Publicação quinzenal de sociologia, sciencia e artes”.

Entre as livros e folhetos anunciados, pontificavam autores como Jean Grave (*A Anarchia – Fins e Meios*), Maria Lacerda de Moura (*A Fraternidade e a Escola*; *A mulher hodierna e seu papel na sociedade actual e na formação da Civilisação Futura*), Neno Vasco (*A Greve dos Inquilinos*), José Carlos Bóscolo (*Dor Anônima – Pingos Rubros*), Afonso Schmidt (*Evangelho dos Livres*), J. T. Lorenzo (*Maximalismo e Anarchismo*). A literatura social de Guerra Junqueiro, Victor Hugo, Emile Zola, Liev Tolstoi, Fiodor Dostoievsky, Octave Mirbeau, Fábio Luz, Avelino Fóscolo, entre outros, era também difundida, em edições em espanhol, italiano e português, em folhetos, brochuras e livros, com preços entre 200 a 5.000 réis (Suplemento de *A Plebe*, 1º de maio de 1924).

A iniciativa editorial de Rodolpho Felippe com a *Biblioteca Social A Inovadora* teve continuação com a criação da Editorial *A Sementeira*, na primeira metade dos anos 1930, que abordamos no capítulo anterior. *A Sementeira* editou várias obras de literatura libertária, como *Verdades Sociais* (1934), de José Carlos Bóscolo, *Deus existe? Doze provas das inexistência de Deus* (1934), de Sebastién Faure e *Serviço Militar Obrigatório para a Mulher? Recuso-me! Denuncio!* (1933), de Maria Lacerda de Moura.

A Sementeira suspendeu a sua atividade editorial na segunda metade dos anos 1930, em razão da ditadura do Estado Novo. O golpe de 10 de novembro de 1937 deu início a um regime ditatorial que se estendeu até 1945, quando foi deposto Getúlio Vargas. Somente após o “tufão reacionário”, para usar uma expressão corrente na imprensa anarquista, no esteio da reorganização do movimento libertário e do reaparecimento público de sua militância, novas iniciativas editoriais anarquistas tomariam forma.

4.2 A aventura editorial de Roberto das Neves

Roberto Barreto Pedroso das Neves nasceu em Pedrógão Grande, pequena vila no distrito de Leiria, região central de Portugal, em 1907. Frequentou os cursos de Filosofia e Pedagogia na Universidade de Coimbra e cedo começou a colaborar com a imprensa libertária, em jornais como *A Comuna*, do Porto, *O Libertário* e *A Batalha,* de Lisboa. Aos 19 anos, em 1927, experimentou a primeira de muitas temporadas no cárcere, por conta da publicação de sátiras político-sociais, em especial "O Espectro de Buiça", na qual se insurgia "contra as primeiras deportações, sem julgamento prévio, para campos de concentração na África, de antifascistas de várias tendências" (NEVES, 1952, p. 5). No poema, lê-se:

> Amar a liberdade é crime horrendo?
> Pregar o Amor, o Bem, acaso é crime?
> Se é criminosa a causa que eu defendo,
> matai-me! Eu não transijo, eu não me vendo!
> Ah! Morrer pelo Ideal, como é sublime!
> (NEVES, 1952, p. 99).

Pela mesma época, Neves ingressou na maçonaria, na Loja "Rebeldia", filiada ao Grande Oriente Lusitano Unido, que sofreu perseguições pela ditadura salazarista. Em Portugal, no dealbar do século XX, sociedades secretas e semissecretas ou iniciáticas como a Maçonaria e a Carbonária eram centros de sociabilidade e atuação de muitos que propunham transformações sociais, como anarquistas, socialistas e republicanos (VENTURA, 2000, 2010; CATROGA, 1988). O vínculo com a maçonaria foi uma marca da sua trajetória de Roberto das Neves, em Portugal e no Brasil. Mesmo quando a instituição perdera o seu original papel democrático de "sociedade de ideias", onde se debatiam os preceitos políticos, filosóficos, religiosos que formaram o substrato do discurso modernizador, Neves permaneceu resoluto em sua defesa, como o demonstra o debate que tomou as páginas do *Ação Direta* nos anos 1950, em que anarquistas posicionaram-se em relação à maçonaria.

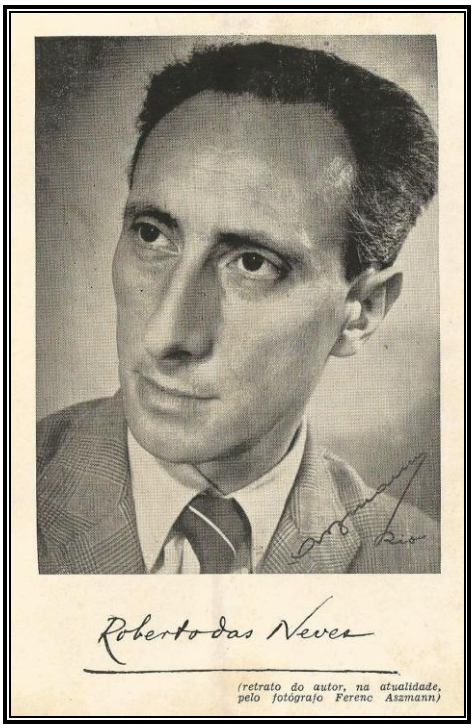


Ilustração 56 – O editor anarquista Roberto das Neves, em fotografia de Ferenc Aszmann. *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952.

Quando iniciado na Loja Rebeldia, de Lisboa, em 1928, adotou o nome de “Satan”, o que, muito tempo depois, já no Brasil, levou-o a polêmicas nas lojas locais. Roberto das Neves costumava definir-se como anarquista, esperantista, vegetariano e maçom. O vegetarianismo, diga-se, constituiu-se em outro dos seus apostolados, tendo escrito e editado trabalhos relativos à macrobiótica e a saúde alimentar.

Permanentemente ameaçado de prisão e deportação em Portugal em razão de sua militância libertária e antifascista, cruzou fronteiras e foi ombrear-se com companheiros espanhóis durante a Revolução de 1936. Lá se casou com a sufragista espanhola Maria Jerusa Diaz (LOPES In: EMECÊ, 2011). Por conta das sátiras contrárias ao regime salazarista, teve proscrito até o seu livro voltado à pedagogia e à medicina. Perseguido por ter auxiliado a fuga, para o México, de refugiados espanhóis, decide, em 1942 emigrar para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até seus derradeiros dias, em setembro de 1981.

No Rio de Janeiro, Roberto das Neves encontra-se com os libertários às voltas com a reorganização de suas atividades pós-Estado Novo. Colabora inicialmente com o *Remodelações*, de Moacir Caminha, e depois

integra-se ao grupo do *Ação Direta*, onde manteve a coluna “Não Apoiado Pelo Dr. Satan”, de comentários e crítica aos fatos políticos, sociais e religiosos. Na mesma cidade, aproximou-se também dos esperantistas e editou, em 1945, o jornal *Cidadão do Mundo*, redigido na “língua internacional” criada por Zamenhof. Criou, ainda, o Esperanto-Klubo, em que ministrou cursos, e o Brazila Instituto de Esperanto.

Sua mais longeva atividade na “fase brasileira” foi, entretanto, a lida como editor. Criou, em 1948,[116] a *Editora Germinal*, que animou até o fim de seus dias, voltada à edição e distribuição de obras de cariz libertário. Sua faina como editor e livreiro o notabilizou em meio aos militantes do Rio de Janeiro. É o Roberto das Neves “livreiro” que se afirma na lembrança de Milton Lopes, militante carioca que deveu à leitura de obras da *Germinal* sua descoberta do anarquismo:

> Meu primeiro contato com um militante anarquista foi justamente com Roberto, ao início da década de 1970. Ao ler um livro sobre anarquismo, lançado pela Editora Germinal, verifiquei que ali constava o endereço da editora e para lá me dirigi um belo dia, com mais alguns amigos que, assim como eu, gostariam de saber mais sobre o assunto. Ao chegarmos ao nono andar do Edifício Dark de Matos, no centro do Rio de Janeiro, logo localizamos a sala da editora, sem que ninguém atendesse à campainha. Resolvemos então esperar para ver se aparecia alguém e depois de uma meia hora sentados nas escadas vimos sair do elevador um senhor de tez amorenada e um tanto calvo que nos perguntou, com sotaque português, o que desejávamos. Era o anarquista Roberto das Neves, que como outros companheiros do Rio, havia passado em período relativamente recente pelo episódio de desmantelamento do Centro de Estudos Professor José Oiticica pela ditadura, com direito a prisão, tortura (em alguns) e a um processo na justiça (?) militar. Apesar de suas possíveis preocupações, Roberto nos recebeu bem, discorrendo eloquentemente sobre questões que lhe colocávamos. Dali saímos com a literatura que pudemos adquirir em vista de nossos magros orçamentos dos vinte e poucos anos, com um bilhete para procurarmos outro militante que poderia nos esclarecer melhor e um tanto surpresos com as afirmações de Roberto, que se dizia anarquista, esperantista, vegetariano e maçom. Embora por força dos estudos que então eu e meus amigos empreendemos ficássemos mais ligados ao Ideal Peres (o outro militante a quem Roberto nos recomendou) tive vários outros contatos com ele, principalmente em função de seu lado difusor do anarquismo através de livros e publicações que vendia/revendia/distribuía (LOPES In: EMECÊ, 2011).

[116] Não havendo acordo, mesmo em depoimentos posteriores de Roberto das Neves, sobre a data de fundação da *Editora Germinal*, assumimos o ano de sua criação como o do primeiro livro que publicou.

A trajetória da *Editora Germinal*, com mais de 30 anos de existência, permanece, em larga medida, desconhecida, não ultrapassando esparsas referências na literatura especializada acerca da história do livro e da leitura.[117] A difusão libertária que operou, por meio dos livros que editou ou distribuiu, o labor de Neves na tarefa de realizar um projeto editorial libertário no Brasil e o papel que desempenhou na divulgação do anarquismo, do antifascismo e do livre-pensamento o tornam peça chave no estudo da atividade editorial libertária, como neste trabalho.

Sermões da Montanha, do escritor anticlerical português Tomás da Fonseca, foi o primeiro livro publicado sob o selo da *Editora Germinal*, em 1948. O livro, editado em Portugal desde 1909, proibido pela censura salazarista, ganhava sua primeira edição brasileira autorizada pelo autor, uma vez que versões alteradas, sem atribuição de autoria, já haviam circulado no país. Nas "Razões da Edição Brasileira", palavras que antecedem o libelo anticlerical à guisa de Prefácio, Neves chamava a atenção para a censura e a repressão das ideias do outro lado do Atlântico e ressaltava o significado da publicação:

> Menos feliz que o Brasil, que logrou regressar ao regime democrático, de liberdade de imprensa e de crítica, continua o pobre Portugal gemendo nas torvas geenas do regime fascista, impedida a sua juventude de pensar fora dos cânones eclesiásticos. Lá, como aqui sucedeu, durante o consulado de quinze anos, que há pouco se extinguiu, há um ditador, António de Oliveira Salazar, mas, como aqui, com o deposto ditador, quem na realidade governa, puxando, por detrás do tablado onde se representa a porca farsa da 'democracia orgânica' (assim chama agora Salazar ao seu regime de rolha), os cordelinhos que movem o fantoche da tirania – é o jesuíta. Por isso um livro como este não pode ser lá reeditado (NEVES In: FONSECA, 1948, p. 7).

[117] Na obra de Ubiratan Machado sobre a história das livrarias do Rio de Janeiro, um único parágrafo menciona a livraria de Roberto das Neves, cujo nome, aliás, não é mencionado: "Sem esse folclore delicioso, [da Livraria e Editora Tupã] mas com intenções políticas bem explícitas, vamos encontrar a Livraria e Editora Germinal. Instalada no Edifício Darke (Avenida 13 de Maio, 9, sala 922), atua nas áreas de ótica, economia, sociologia e livros esgotados. Mas a sua especialidade são as 'obras anticlericais e proibidas em Portugal pela inquisição de Salazar-Cerejeira', referindo-se ao primeiro ministro português Oliveira Salazar e ao cardeal patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira." (MACHADO, 2012, p. 272). Antes de Machado, Laurence Hallewell fizera constar a *Germinal* entre as editoras de "orientação esquerdista" ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, apenas mencionando que aquela sobreviveu ao golpe militar de 1964 e na década de 1970 publicara o anarquista José Oiticica (HALLEWELL, 2012, p. 560).

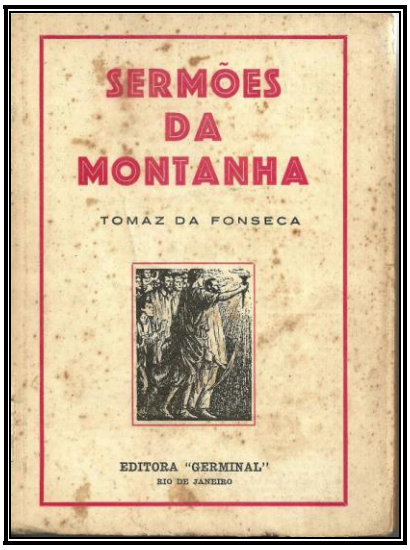


Ilustração 57 – *Sermões da Montanha*, de Tomás da Fonseca. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1948.

Tomás da Fonseca, ficcionista, poeta, jornalista, professor e militante republicano anticlerical, galgou notoriedade no meio intelectual e político em Portugal nas primeiras décadas do século XX, em virtude do cariz combativo de sua escrita e da firmeza moral com que defendia as suas ideias. De sua larga produção escrita, destacam-se o racionalismo e o combate ao poder temporal da igreja e foi, sobretudo, nessa vertente que o encontraram aqueles que, no turbilhão das ideias novas que agitavam a virada do oitocentos, procuravam elementos para compor a sua própria crítica da organização social vigente (GONÇALVES; BRUNO In: CAVALCANTE et alli (orgs.), 2012, p. 194–195).

A variada prática de leitura dos libertários era informada, para além dos autores especificamente anarquistas, por obras de livres-pensadores, que gozavam de grande popularidade entre os militantes ácratas. Livros de Guerra Junqueiro, Emilio Bosi, Max Nordau, Camilo Castelo Branco, entre outros autores de “literatura sediciosa”, eram lidos com frequência, como o comprovam as recensões, os excertos e anúncios das seções “O que todos devem ler”, da imprensa libertária e operária dos dois lados do Atlântico.

> A circulação das obras de Fonseca é um entre os vários exemplos. Primeiramente no sentido Portugal-Brasil, presentes nas estantes de bibliotecas de centros de estudos sociais, ateneus, sindicatos e círculos libertários de ambos os países. Mais tarde, driblando a censura, no sentido oposto, editados no Brasil nos anos 1940 e 1950 e levados clandestinamente ao Portugal espezinhado pelo regime

> fascista do Estado Novo, furtando-se à repressão (GONÇALVES; BRUNO In: CAVALCANTE et al. (orgs.), 2012, p. 195–196).

A circulação dos livros que contrariam o senso comum, que revolvem o que parece naturalizado na busca de, pela crítica feroz ao estabelecido, debater as alternativas de comportamento e de organização social, não se podia deter frente à perseguição. Uma vez mais lembramos, com Chartier, que "a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem" e que a censura e a interdição dos textos vistos como subversivos, é marca da história da difusão dos impressos (CHARTIER, 1998c, p. 23).

O próprio Tomás da Fonseca teria a oportunidade de ressaltar, no prefácio à segunda edição do livro, sua satisfação com a recepção popular ao *Sermões*, responsável por novas práticas de leitura nas freguesias do interior de Portugal, desafiando o estabelecido e os preceitos férreos dos donos do poder. Falava o militante anticlerical da aceitação do livro, dos aplausos e "incitamentos calorosos" à sua difusão. De seu relato, sobressaem os modos de leitura pública nos Centros Republicanos, pelas pequenas aldeias e vilas em Portugal:

> – a de ver os **Sermões** lidos e comentados em reuniões públicas, aos domingos, pelas vilas e aldeias obscuras. Lidos principalmente à noite, ao serão, no aconchego dos lares, ao calor dos braseiros, onde os pobres campônios se agrupavam, espectantes e ansiosos, em número que aumentava, à medida que a ação se ia desenvolvendo. Em muitos centros republicanos da província, fizeram-se dêles leituras públicas, chegando a haver, em alguns, verdadeiros conflitos com os agentes do catolicismo, inquietos perante a concorrência, maior que a das novenas à tarde, nas capelas (FONSECA, 1948, p. 14).

Foi esse livro que a *Editora Germinal* publicou em 1948. Prenunciava-se, na atuação da editora, a intenção de produzir livros com maior esmero no acabamento, na apresentação e no cuidado gráfico – com sugestivas ilustrações – numa evidente busca por tornar seus livros mais ricos do ponto de vista dos conteúdos e mais atrativos para um público variado, fora do círculo dos iniciados nas leituras libertárias. Para tanto, Neves costumava distribuir seus lançamentos num amplo circuito de livrarias do Rio de Janeiro, embora a venda por reembolso postal tenha-se mantido, por toda a vida da editora, como uma estratégia significativa.

Marca dos livros da *Germinal*, que pode ser tomada como um sinal de que, aos poucos, ampliavam-se os limites da liberdade de opinião, era costume de Roberto das Neves destacar os envolvidos na elaboração das obras de sua editora, dando nome a todos os partícipes nos trabalhos tipográficos. Isso pode ser compreendido como gesto respeitoso aos trabalhadores do metiêr editorial e uma estratégia de visibilidade, declarando o caráter público da militância que empreendia:

> ’Sermões da Montanha’ se acabou de imprimir no Rio de Janeiro, aos 5 de janeiro de 1948, tendo sido composto por Lindomar e Otto Rodrigues Moreno, paginado por Éclair Martins e João Guimarães e impresso por Carlos Alvaro Buricha Coutinho, Domingos Guido e José Vieira de Castro.
> Ilustram o livro Robi, Ideal Peres e Rolan de Matos.
> A todos êles aqui testemunha a Editora ‘Germinal’ a sua gratidão (FONSECA, 1948, p. 352).

As ilustrações de *Sermões da Montanha*, como de outros livros da *Editora Germinal* eram, em maioria, reproduções de clichês que ilustravam as páginas da imprensa libertária no Brasil e em outros países. Uma “Separata” dessas ilustrações do *Sermões* foi disponibilizada à venda, num folheto com 30 gravuras, à importância de Cr$ 5,00. (*Ação Direta*, 12 mar. 1948) Era comum em vários grupos editoriais difundir e pôr à venda cartões postais, gravuras, retratos, entre outros, o que é demonstrativo do lugar da iconografia na difusão das culturas políticas.

Ilustração 58 – “Tartufo de saias e as suas mercancias”. Ilustração no *Sermões da Montanha*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1948.

Fonseca, embora desejasse ver uma nova edição do *Sermões*, sabia dos embaraços com a censura que poderiam acarretar o seu envio para Portugal. Eram já dezessete livros de sua lavra que figuravam no índice de leituras proibidas pelo governo de Salazar. Em carta enviada ao editor, misturando ironia e estoicismo, lembrou que a nova edição de sua obra já nascera proscrita em Portugal, mas concluía pela necessidade da difusão anticlerical “noutros climas”:

> Sim; eu sei que Roma não perdoa, e por isto é possível que eu tenha de ser martirizado, fazendo-me como outros, também filhos de Deus, fizeram aos fundadores da Igreja, que estes hoje andam explorando. Mas isso é lá com eles. Eu como já fiz 70 anos e porque nenhuma falta cá farei, não se me dá que me enviem para o Céu antes do tempo. Até é bom, para poder recomendá-los ao Altíssimo, não vá êle esquecer-se de lhes mandar aprontar os aposentos onde devem passar a eternidade. Termino renovando a ambos os meus agradecimentos, mas afirmando-lhes que não pensem em remeter para cá exemplar algum do livro. Já era indesejável. E desde que fora inscrito no Índex, nenhum livreiro o podia receber, quanto mais expor. Calcule agora com o seu prefácio, desenhos e legendas que os acompanham.
> E tanto amigo para o ler e fazer circular!
> Enfim... viva êle e circule e redima noutros climas, que o resto é de importância secundária (*Ação Direta*, 12 mar. 1948).

A censura aos livros em Portugal comprometia, além dos autores, os editores e livreiros, obstando a circulação da recente edição brasileira no país dominado pela ditadura salazarista. Como afirmam Manuela Oliveira e Teresa Fonseca, na apresentação em Catálogo da Exposição de Livros Proibidos durante o Estado Novo português:

> A política e a legislação subsequentes [aos anos 1930] deram continuidade ao reforço do controlo dos livros, através dos Serviços de Censura, da fiscalização no terreno pela polícia política, mas também através da responsabilização dos intervenientes nos processos de edição e de comercialização dos livros (OLIVEIRA; FONSECA, 2010, p. 10).

Na sobrecapa do *Sermões da Montanha*, foi publicado o plano editorial da *Germinal*. Tratava-se de amplo e ousado projeto de edição de obras de propaganda libertária, agrupando, em dez temas, áreas do conhecimento e gêneros literários. O plano editorial indica o repertório de

leituras que Neves aspirava difundir, os autores, temas, os comentários que os justificavam. As obras listadas como futuros lançamentos da Livraria e *Editora Germinal* são representativas da formação do anarquista Roberto das Neves e de sua interpretação da contemporaneidade. O "plano", distribuído em dez grandes seções, demonstra também o conhecimento de Roberto das Neves da experiência editorial no campo do anarquismo, valorizando seus principais temas. Além disso, conserva alguns tópicos do repertório do século XIX, como por exemplo, a difusão cientificista e a concepção de manuais técnicos voltados aos trabalhadores.

> O NOSSO PLANO EDITORIAL
> O nosso plano editorial compreende a publicação periódica, simultaneamente em português e esperanto, de livros e cadernos, de acôrdo com uma divisão em dez séries, a saber:
> 1) Doutrina e Filosofia
> 2) Grandes Momentos da História
> 3) Vidas Fecundas
> 4) Livre Exame
> 5) Proletariado Militante
> 6) Grandes Dramas da História
> 7) Vulgarização Científica
> 8) Vulgarização Técnica
> 9) Novelas, Contos, Fábulas e Parábolas
> 10) Mosaico

Esperantista militante, Neves era convicto no significado da "língua universal" como meio de potenciar a difusão libertária. Por toda a existência da *Germinal*, editou e distribuiu textos em esperanto, contando com variada prateleira de livros, que ia de clássicos da literatura às obras libertárias, publicados na "língua da pátria planetária". No último catálogo publicado pela editora, na seção de "Literaturo en Esperanto" pontuam, entre outras, obras de Goethe (*Fausto)*, Tolstoi (*Kristianismo k Patriotismo – Cristianismo e Patriotismo*), Jack London (*La Forto de la Fortaj – A Força dos Fortes*), Oscar Wilde (*La Homa animo sub Socialismo – A alma do homem sob o Socialismo)*, Krishnamurti (*Eduko k Vivisignifo – A Educação e o Significado da Vida*), Malatesta (*Anarkio k Organizoj – Anarquia e Organização)*, Thoureau (*Civila Malobeemo – A desobediência civil*) e La Boetie (*Memvola servuto – A Servidão Voluntária*).

A variedade de formatos, "de livros e cadernos", era outra estratégia de Neves para facilitar a disseminação da leitura. Livros – de grandes formatos

a pequenas brochuras – folhetos, até as “separatas” de ilustrações, atendiam ao plano de difusão, em vista do público-leitor.

O plano editorial traçava um panorama das obras a publicar, “para dar aos leitores uma ideia mais precisa do interesse do nosso empreendimento”. Na *Série Doutrina e Filosofia,* propunha a publicação de títulos como *Porque Sou Democrata*, de Herriot; *Porque Sou Socialista*, de Vanderveld; *Porque Somos Fascistas*, “resumo de artigos e discursos de Mussolini, Hitler, Salazar e Plínio Salgado”; *Porque Sou Comunista*, por Henri Barbusse; *Porque Somos Anarquistas*, por Kropotkin, Eliseu Reclus, Proudhon, Ibsen, Tolstoi, Malatesta, Guyau, José Oiticica, Jean Grave, Bacúnine, entre outros; *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, “tese de doutoramento pelo Dr. Silva Mendes, apreendida pela polícia de Salazar”; *Mundo Novo,* “o mais perfeito esquema de organização social do futuro, de acôrdo com a concepção anarco-sindicalista”, pelo economista Pierre Besnard; *Esboço de uma filosofia da dignidade humana*, “a mais perfeita crítica ao materialismo histórico de Marx, por Paul Gille, “o famoso filósofo e catedrático do Instituto de Altos Estudos de Bruxelas”; *Esboço de uma moral sem sanção nem obrigação*, “a obra célebre de Guyau”; *O Nacionalismo*, de E. Lanti; *Quinze Anos de Combates*, páginas panfletárias de Romain Rolland e o *Evangelho da Hora*, de Paul Berthelot (FONSECA, 1948, sobrecapa).

Na *Série Grandes Momentos da História,* o espaço era dedicado aos livros sobre episódios históricos em que pontificou a presença dos anarquistas, ou de outros eventos significativos à tradição libertária. A valorização desses “marcos sociais de memória” era fundamental para a atualização da identidade anarquista, visto que fazia parte de um conjunto de valores, com uma provisão de elementos simbólicos, juntamente com os textos seminais e os grandes personagens, que funcionam, no dizer de Bernstein, como uma “grade de leitura do social” fornecendo chaves de inteligibilidade da sociedade em que se vive e na qual se espera operar uma intervenção (BERNSTEIN, 2009, p. 35).

Na referida série, Roberto das Neves desejava publicar, entre outros, *A Guerra Civil em Espanha*, “por diversos dos que nela participaram”; *A Comuna de Paris*, por Luiza Michel; *A Revolução Russa*, por Voline, “sociólogo russo que tomou parte no grande acontecimento”; *A Revolução Francesa*, por P. Kropotkin; *A construção comunista libertária pelo proletariado espanhol*, de

Diego Abad de Santillán; *A obra dos guerrilheiros russos*, por P. Archinof; *Constrói-se Socialismo na URSS?*, de E. Lanti (FONSECA, 1948, sobrecapa).

A *Série Vidas Fecundas* seria voltada à publicação de biografias dos vultos históricos caros à tradição libertária. Entre outros, programava-se a publicação de biografias de Giordano Bruno, Savonarola, Galileu, Kropotkin, Eliseu Reclus, Malatesta, Luiza Michel, Neno Vasco, Bakunin, do militante espanhol Buenaventura Durruti e do Dr. Ludwik Zamenhof, o filólogo polonês criador do esperanto. A Série, em certa medida, repercute os efeitos de atualização da memória exemplar, recurso largamente praticado na imprensa anarquista, quando os fatos sociais e os sujeitos cumprem uma função pedagógica.

O racionalismo e o anticlericalismo teriam lugar na *Série Livre Exame*. O combate ao "obscurantismo" e ao poder temporal das religiões era um dos temas da predileção de Roberto das Neves, sempre pronto a invectivar contra as divindades e mais ainda contra os seus supostos representantes na terra. Era desejo do editor publicar livros como *Liberdade, Ciência e Religião*, cartas ao Cardeal Cerejeira escritas pelo "ex-jesuíta Almeida Paiva, assassinado pelos esbirros do Santo Ofício de Salazar, quando atravessava, de trem, o túnel do Rossio, em Lisboa"; *Conceitos Bíblicos*, uma obra inédita de Neno Vasco de análise dos Testamentos; *O Quinto Evangelho*, de Han Ryner; *Doze Provas da Inexistência de Deus*, de Sebastien Faure e *Os Milagres de Fátima* e *Confissões de um Seminarista*, ambos do "ex-sacerdote católico Agostinho Domingues, obra impedida de circular em Portugal".

Na *Série Proletariado Militante*, desejava-se oferecer ao público análises históricas do movimento social dos trabalhadores. Uma *História do Movimento Operário no Brasil*, de Edgard Leuenroth, seria o primeiro livro da série. *História do Movimento Sindicalista em Portugal*, por Manuel Joaquim de Sousa era outro dos livros que prometia a série, além de *O Sindicalismo na França*, sem indicação de autoria e *O Sindicalismo na Suécia*, por Agustin Souchy.

Na série devotada aos *Grandes Dramas da História*, Roberto das Neves manifestava o desejo de publicar, de sua autoria, *A Tragédia de Chicago (ou a verdadeira história do Primeiro de Maio)*; *Sacco e Vanzetti*, a "história do monstruoso êrro que levou à cadeira elétrica dois anarquistas italianos, vítimas

da ‘justiça’ norte-americana”; *Francisco Ferrer, o mártir do castelo de Montjuic*, “pela grande pensadora espanhola Federica Montseny”; *Os Crimes de Franco*, “pelo combatente da guerra de Espanha e militante operário, que jazeu, vários anos condenado à morte, nas masmorras franquistas”; *Tarrafal, a antecâmara do Inferno e da Morte, ou os crimes de Salazar*, “por um evadido da sinistra Guyana portuguesa, aonde o ditador lusitano envia para morrer de morte lenta todos quantos se opõem aos seus despóticos desígnios”; *Os Crimes de Hitler*, por Agostinho das Neves e *Os Crimes de Mussolini*, pelo anarquista Armando Borghi, “o vigoroso panfletário italiano, autor da célebre biografia do duce” (FONSECA, 1948, 2ª sobrecapa).

Na *Série Vulgarização Científica*, listavam-se, como futuros lançamentos, *A Montanha* e *O Arroio*, de Eliseu Reclus; *A Desintegração do Átomo e a sobrevivência da humanidade*, “obra inédita do cientista russo Ernst Izgur; e *O Problema da Língua Internacional*, *à luz da filologia, da sociologia e da psicologia*, do próprio editor. Nos livros de *Vulgarização Técnica,* mencionava-se a publicação de “diversos volumes de educação profissional relativos a todos os ofícios, originais, traduções e adaptações”, permanência em relação à imprensa dos trabalhadores do século XIX, em que eram comuns o anúncio de livros e manuais relativos às várias ocupações profissionais (FONSECA, 1948, 2ª sobrecapa).

A ficção tinha seu espaço na *Série Novelas, Contos, Fábulas e Parábolas*, que programava edições de *Náufragos*, de Adrian Del Valle, uma “belíssima fantasia de uma sociedade socialista-libertária fundada por náufragos de um luxuoso iate”; *O que contam os amigos de Pedrinho*, da escritora alemã Hermínia Mulhen, em que é narrada, nas palavras do editor, “com rara beleza a epopéia do trabalho e as injustiças sociais de que são vítimas os trabalhadores”; *Contos de uma nova moral*, de Elias Garcia além da “reedição de várias obras de Michel Zévaco”.

O teatro social e a poesia apareciam na *Série Mosaico*, na qual publicar-se-iam *Pedra que Rola*, peça de José Oiticica; *Greve de Inquilinos*, peça de Neno Vasco; *Infanticídio*, um drama da autoria de Mota Assunção; *Os Escravos (o poema da humanidade)*, “pelo grande poeta revolucionário português Afonso Gaio, recém-falecido, cuja obra não pode ser publicada em Portugal”; *Assim Cantava um Rebelde*, reunião de poemas do próprio Roberto

das Neves, “alguns dos quais, publicados isoladamente, levaram às cadeias salazarianas, em Portugal, seu autor”; *Amanhã*, peça de Manuel Laranjeira; *O Significado Pagão das Festividades Católicas*, de Edgard Leuenroth (outra das ideias do militante paulista que acabou por não ganhar a forma de escrito); *O valor social da grafologia como método de seleção e orientação profissional*, por Roberto das Neves e *Antologias Revolucionárias* de poetas brasileiros e portugueses (FONSECA, 1948, 2ª sobrecapa).

O projeto editorial da *Livraria e Editora Germinal* que se realizou em parte foi um dos pontos marcantes da atuação libertária nos anos 1950 e 1960. Convicto da força da educação e da formação autônoma para a superação dos problemas sociais, Neves atuara como herdeiro do ideário da Ilustração. Seu programa editorial, contemplando áreas diversas do conhecimento, aponta para a crença no saber como ferramenta do “progresso” humano e no poder da razão. Não por acaso, o selo que escolheu para sua editora apresenta um punho ostentando um archote aceso, elevando-se das páginas de um livro aberto.

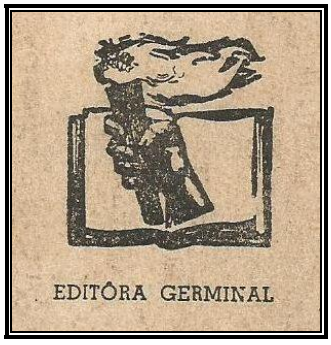


Ilustração 59 – Selo da Editora Germinal.

Para o interesse desta pesquisa, é relevante conhecer a elaboração e o desenvolvimento de um programa editorial anarquista. A divisão das áreas de conhecimento, a elaboração de séries agrupando temáticas, a escolha das obras são testemunho do quão atualizadas eras as leituras de Roberto das Neves, um “homem de cultura” convencido das potencialidades da difusão dos princípios que abraçara. A recolha dos títulos que marca a variedade dos temas, a conexão dos mesmos num projeto comum diretamente relacionada ao desejo de formação de um público leitor distinguem o fazer-se de um editor.

Dedicando-se basicamente à edição e à circulação/distribuição dos livros, de sua comercialização nascia a possibilidade de publicar as próximas edições. A iniciativa, portanto, submetia-se às vicissitudes do mercado livreiro, mesmo mantendo-se distante das diretrizes do mercado. Era de fato, um "plano editorial" em construção, que se ia tornando possível na caminhada, não um catálogo concretizado que o historiador pode averiguar com seu olhar retrospectivo. Nessa trajetória, algumas séries pretendidas não floresceram; outras que não constavam no plano inicial surgiram e abrigaram vários volumes, à medida que se ia equilibrando a *Germinal* entre suas vertentes de editora e livraria, funcionando como distribuidora de obras de cariz libertário, nacionais e estrangeiras.

A *Editora Germinal* lançou, no período que compreende nossa pesquisa, alguns dos livros que foram primeiramente anunciados neste "plano editorial". O clássico anticlerical *Dozes Provas da Inexistência de Deus*, de Faure, por exemplo, foi publicado em 1958, com o título ligeiramente modificado de *Provas da Inexistência de Deus*; *O Quinto Evangelho*, de Han Ryner, ganhou edição em 1961. Outras obras que se pretendia editar foram oferecidas à venda pela editora, como tocou ao *Esboço de Uma Moral Sem Sanção Nem Obrigação*, de J. M. Guyau, disponível em castelhano nos catálogos da editora. O livro de poemas sediciosos do próprio Roberto das Neves, anunciado no plano editorial como *Assim Cantava um Rebelde*, seria o segundo livro editado pela *Editora Germinal*, com o título modificado.

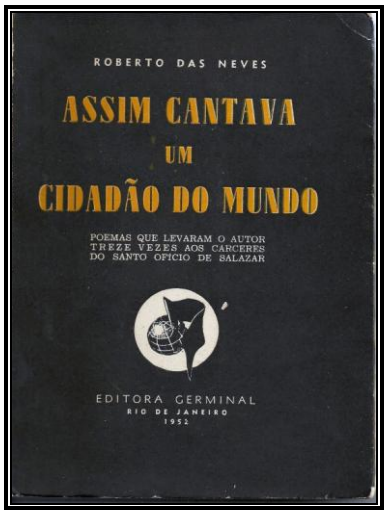


Ilustração 60 – *Assim Cantava um Cidadão do Mundo.* Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952.

Assim Cantava um Cidadão do Mundo veio a lume em 1952, sendo o primeiro volume da *Série Mosaico*. Em sua capa preta, o título em letras amarelas era acompanhado por instigante explicação: “Poemas que levaram o autor treze vezes aos cárceres do Santo Ofício de Salazar.” Tratava-se, pois, de uma coletânea de poemas de Roberto das Neves, de épocas diversas, que afirmavam as convicções anticlericais, antifascistas e internacionalistas.

A publicação de *Assim Cantava um Cidadão do Mundo* representou a superação do primeiro grande obstáculo enfrentado pela *Editora Germinal*. No dia 24 de janeiro de 1951 um “incêndio suspeito”, nas palavras de Neves, devorou o 18º andar do Edifício Rex, na Rua Álvaro Alvim, centro do Rio de Janeiro, onde estavam instalados a *Editora Germinal* e o Brazilia Instituto de Esperando, fundado por Neves. Foram consumidos pelas chamas textos originais de Roberto das Neves e outras obras distribuídas pela editora, além do *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*, às vésperas de entrar na tipografia, “e dos quais não foi possível reconstituir mais do que a metade dos poemas, que por tal motivo aqui deixaram de figurar” (NEVES, 1952, p. 6).

Dedicado a Eugene Lanti, fundador da “Sennacieca Asocio Tutmonda” (Associação Anacionalista dos Esperantistas de Todo o Mundo), ao anarquista francês E. Armand e “aos que, em todo o mundo, lutam pela abolição das fronteiras, que tolhem os povos de entender-se e amar-se”, os mais de 60 poemas publicados são acompanhados de ilustrações, com destaque para o esperanto e o antimilitarismo. Em uma ilustração à última página do livro, podia-se ler: “Antes insultado em esperanto, língua da Pátria Planetária, de Fraternidade e da Democracia – do que louvado em qualquer idioma nacional, instrumento de divisão entre os homens, de nacionalismo, de imperialismo, de fascismo” (NEVES, 1952, p. 159). A militância esperantista de Neves afirmava-se inclusive em seu ex-libris, em que se lia: “Ni velas antauen kun kredo, fervor’, al verda haven’ de l’homaro”.[118]

[118] “Navegamos com fervorosa fé para o paraíso verde da humanidade.”

Ilustração 61 – Ex-libris de Roberto das Neves. *Assim Cantava um Cidadão do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1952.

O poema que abre o livro, de fundo autobiográfico, é a carta de apresentação de Roberto das Neves, encimado por retrato a bico de pena do autor aos 19 anos, idade com que escreveu os versos, durante a sua primeira prisão, em Coimbra, no ano de 1927:

> **O AUTOR**
> Nasceu em Pedrogão Grande
> e é cidadão do Universo.
> Suas revoltas expande
> nas asas largas do verso.
>
> Os sofrimentos do Povo
> combate-os – louco idealista! –
> e visiona um mundo novo,
> em seus sonhos de anarquista.
>
> Javerts sinistros, medonhos,
> em prêmio, dão-lhe a **delícia**
> de ir concluir os seus sonhos
> nas masmorras da Polícia.
>
> (NEVES, 1952, p. 9)

Ao lançamento de *Assim Cantava um Cidadão do Mundo* seguiu-se a publicação, com um intervalo de dois anos, de outro livro de Roberto das Neves, *O Dirário do Dr. Satan: comentários subversivos às escorrências quotidianas da Sifilização Cristã.* Tratava-se de uma recolha de crônicas e comentários publicados nas páginas do *Ação Direta*, na coluna "Não Apoiado Pelo Dr. Satan". Em seus comentários sobre acontecimentos sociais, políticos e culturais do dia-a-dia, Neves impunha crítica cáustica, sobretudo aos temas ligados à religião, exercício da sua verve anticlerical. Curiosamente, o livro foi publicado como o primeiro volume da *Série Doutrina e Filosofia* que, como vimos, seria destinada a elaborações teóricas dos principais pensadores libertários. As palavras finais do livro bem mostravam sua filiação anticlerical:

> Êste livro foi ditado por Satan. Roberto das Neves o escreveu. A Editora Germinal o editou. A tipografia o acabou de imprimir em Maio do ano mariano da desgraça de 1954, em plena era da Bomba Atômica. Os críticos tementes ao Deus e S. S. Pio 12 e ao Deus-Milhão, de acôrdo com as instruções da "Monita Secreta", condená-lo-ão à pena do silêncio. E o público, apesar disto ou por isto mesmo, o adquirirá, se para tanto lhe sobrar o dinheiro necessário ao feijão com arroz, não temer as chamas do Inferno e lho consentirem os manes de Torquemada, Inácio de Loiola, Pina Manique, Hitler, Filinto Müller e Estáline (NEVES, 1954).

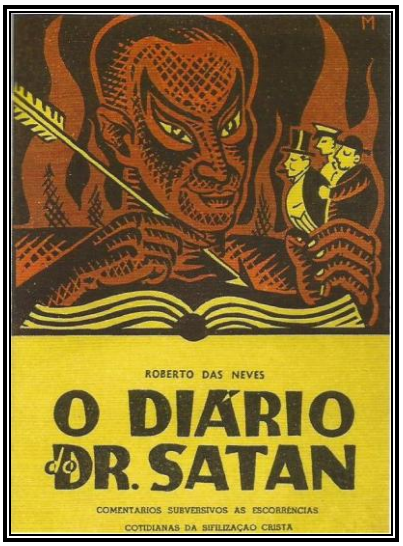


Ilustração 62 – *O Diário do Dr. Satan* (1954), Editora Germinal, Rio de Janeiro.

A publicação d'*O Diário do Dr. Satan* foi saudada nas páginas da imprensa libertária e em órgãos de comunicação livre-pensadores, como jornais maçônicos e veículos de expressões religiosas "alternativas" à Igreja Católica, como aquelas ligadas ao espiritismo. Prática corrente na atividade editorial de então, Neves fez questão de incluir numa publicação seguinte os comentários que o seu *Diário* recebera pela imprensa. Entre estes, destaca-se um longo comentário de D. Carlos Duarte da Costa, ex-Bispo de Maura e então bispo da Igreja Católica Brasileira, publicado originalmente na revista *A Luta*:

> Em vez de proclamar o indulto de Satan, apresenta-nos um Satan eternamente simpático ao Povo, um rebelde, desde sempre amigo de Cristo, um revolucionário social, pugnando pelos direitos dos humildes, dos oprimidos pela Igreja de Roma e pelos seus irmãos gêmeos, o Capitalismo e o Estado. Satan, ou o Dr. Satan, em cuja pele o poeta luso exilado no Brasil se oculta para rir-se dos imbecis e vergastar os malandros, os fariseus e os tartufos, é, como o leitor adivinha e o próprio autor confessa, a 'voz subterrânea' de Roberto das Neves, pela boca de quem fala o Anjo Rebelde, o portador da luz (COSTA In: PORTELA; RODRIGUES, 1957, p. 243).

O anticlericalismo daria o tom novamente com *Fátima (Cartas ao Cardeal Cerejeira)*, publicado pela *Germinal* em 1955. Tomás da Fonseca, veterano das lutas do livre-pensamento, voltava à carga, desta vez contra a exploração oficial, pela Igreja e pelo Estado, do suposto milagre da Cova da Iria. À "orelha" do livro, apresentava o editor, em bom "português de Portugal":

> Aos setenta e oito anos de provecta idade, em mais um livro de polêmica, vazado na candente, mas elevada e escorreita linguagem dos Sermões da Montanha, o grande escritor e jornalista português TOMÀS DA FONSECA prova a vibratilidade de seu espírito e a firmeza de convicções que dêle fizeram um crítico severo, à semelhança de Guerra Junqueiro – de quem foi contemporâneo e amigo-irmão –, da exploração dos sentimentos religiosos do seu amado povo (FONSECA, 1955, contracapa).

O livro resultava de um apanhado de cartas endereçadas ao Cardeal Cerejeira[119] em questionamento à mistificação religiosa em torno do fenômeno de Fátima, bem como de artigos que escrevera na imprensa de Portugal, num ambiente de efervescência política, quando a candidatura do General Norton de Matos, em Portugal, empolgou setores do antigo republicanismo radical e amplos setores populares, na perspectiva de derrota do salazarismo.

Embora parte do material do livro tivesse ganhado as páginas da imprensa portuguesa, um livro como *Fátima* não poderia ser impresso – e menos ainda distribuído – em Portugal em razão da censura e das perseguições do regime. O próprio Fonseca conhecia as possíveis consequências da circulação de *Fátima* em Portugal, mas afirmando a causa que abraçara acima de sua própria segurança, recomendava sua difusão, pondo de lado qualquer cautela:

> Ninguém ignora que um livro da natureza dêste, posto a circular em Portugal, põe em risco, não apenas a liberdade do autor, mas ainda a sua própria vida. Embora! Morra êle, mas vivam os tristes que salpicam de lágrimas e sangue os caminhos que levam aos santuários donde regressam mais pobres e mais desaventurados!
> Sim. Morra êle, mas vivam êsses e, com eles, todos os que têm fome e sêde de justiça! E morra como deve morrer: no campo donde se volta livre, ou não se volta mais! (FONSECA, 1955, p. 13).

[119] Manuel Gonçalves Cerejeira (1888–1977) foi cardeal da Igreja Católica em Portugal. Nomeado "Patriarca de Lisboa" em 1929, desempenhou a função até 1972, atravessando toda a ditadura de Oliveira Salazar, de quem era próximo.

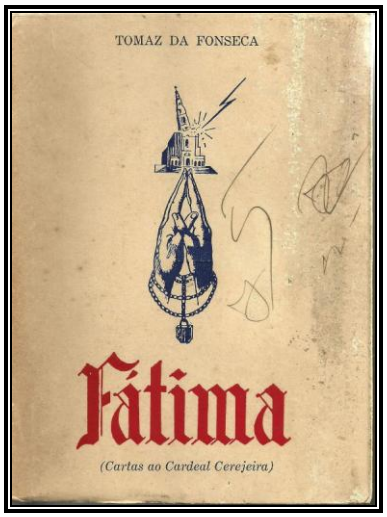


Ilustração 63 – *Fátima (Cartas ao Cardeal Cerejeira)*, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1955.

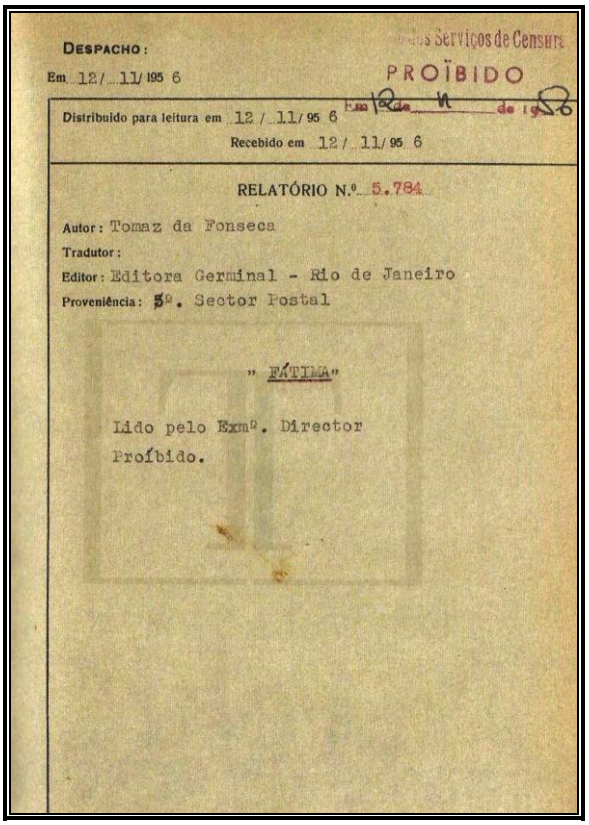
A decisão de fazer livros cruzarem o Atlântico em direção a Portugal tinha que ser devidamente pesada. A polícia política portuguesa era particularmente severa com relação à circulação de impressos e sabia virem do Brasil, burlando a vigilância, livros proscritos. Nas apreensões feitas aos libertários lusitanos, a posse de tais impressos era central nas acusações de atentado à ordem. Bibliotecas pessoais de militantes, formadas com diligente esforço durante décadas eram apreendidas e destruídas. Coleções de jornais e revistas, testemunho da leitura continuada, eram dadas às labaredas, ou vendidas pelos policiais em proveito próprio. Textos originais tinham semelhante destino, servindo, para a polícia, de prova incriminatória de atividades editoriais clandestinas. Num dos relatos da imprensa oposicionista de Lisboa, publicado no jornal clandestino *Portugal Livre*, e reproduzido no *Ação Direta*, a perseguição aos impressos é destacada. A residência do anarquista José de Almeida,[120] que passara mais de uma década nos cárceres de Cabo Verde, tinha sua residência invadida por policiais à caça de impressos "subversivos". Como resultado da devassa, a repressão salazarista apreendeu a biblioteca pessoal do militante, com livros e jornais, que foram depois destruídos ou vendidos. Igual destino teve um trabalho escrito por Almeida,

[120] Edgar Rodrigues escreveu nota biográfica sobre José de Almeida, com o qual manteve longa escrita epistolar. Nas cartas enviadas ao Brasil, Almeida relatava minuciosamente a luta clandestina contra o fascismo em Portugal e, sobretudo, a perseguição de que era vítima por parte da Polícia Internacional de Defesa do Estado – PIDE. Ver: RODRIGUES, Edgar. **A oposição libertária em Portugal. 1939-1974.** Lisboa: Sementeira, 1982.

uma *Bibliografia do Movimento Anarquista em Língua Portuguesa*, manuscrito inédito que o militante esperava um dia publicar:

> A P.I.D.E. (Gestapo lusitana) assaltou há poucos dias em Coimbra a residência do conhecido militante anarquista José de Almeida, que recentemente, com 62 anos e a saúde para sempre arruinada, regressara do campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde esteve confinado por treze anos. Os esbirros remexeram tudo, chegando a levantar as tábuas do assoalho à procura de Jornais do Brasil e do livro recentemente editado no Rio de Janeiro 'Assim Cantava um Cidadão do Mundo', coletânea de poemas filosóficos e satíricos de sabor bocageano da autoria do poeta português Roberto das Neves, exilado no Brasil, poemas que, quando aqui foram publicados isoladamente, levaram o autor treze vezes às masmorras do Santo Ofício. Enraivecidos por não encontrarem o que procuravam, os mastins da P.I.D.E. transportaram para o seu antro a biblioteca da vítima, cerca de 500 livros e valiosas coleções de jornais, uns e outros legalmente editados. Parte venderam-na os beleguins em benefício próprio e a outra parte destruíram-na em hitleriano auto-de-fé.
>
> No meio dos papéis apreendidos pela polícia, encontrava-se o prefácio duma obra com o título 'Bibliografia do Movimento Anarquista em Língua Portuguesa', produto de longas e pacientes pesquisas de José de Almeida em vários anos e cujo original, segundo estamos informados, fôra remetido, dias antes, para França, afim de, em cumprimento de uma decisão tomada no último congresso mundial anarquista, ser dado à publicidade. Pretendendo que o prefácio da referida obra será o original dum manifesto anarquista a editar clandestinamente, preparavam-se os esbirros para conservar prêso o conhecido militante libertário. Salvou-o de nova prisão a seguinte inscrição, que José de Almeida fizera no reverso da primeira página do aludido trabalho: 'Para publicar quando a liberdade raiar de novo em Portugal' (*Ação Direta*, out. e nov. de 1953).

A edição de *Fátima*, da *Editora Germinal*, foi, de fato, proibida, como previra seu autor. Em despacho de 12 de novembro de 1956, da "Direcção dos Serviços de Censura", o livro foi liminarmente proibido após leitura do próprio diretor do departamento e sumariamente proscrito, por meio de relatório que dispensou justificativas ou qualquer comentário à obra.



DESPACHO:

Em 12/ 11/ 195 6

Direcção dos Serviços de Censura

PROÏBIDO

Em 12 de N de 1956

Distribuido para leitura em 12 / 11/ 95 6

Recebido em 12 / 11/ 95 6

RELATÓRIO N.º 5.784

Autor: Tomaz da Fonseca

Tradutor:

Editor: Editora Germinal - Rio de Janeiro

Proveniência: 5º. Sector Postal

" FÁTIMA"

Lido pelo Exmº. Director

Proíbido.

Ilustração 64 – Relatório da Direção de Serviços de Censura, do Serviço de Propaganda e Informação do governo português, tornando proibido o livro *Fátima*, 12/11/1956.

Analisando em conjunto as edições que a *Germinal* ofereceu ao público até 1968, observa-se a predominância de duas temáticas em particular, entre os 23 volumes classificados como literatura libertária: o livre-pensamento/anticlericalismo e o antifascismo, com especial acento para o antisalazarismo. Se a primeira leva de publicações se liga ao anticlericalismo e a luta contra o dogmatismo religioso, o combate às manifestações do totalitarismo e à ditadura portuguesa marcam grande parte das obras lançadas pela *Editora Germinal*. Neves era, afinal, um editor no exílio cumprindo seu papel de intervenção política.[121] A oposição ao salazarismo foi um dos *fronts*

[121] A atividade militante da oposição portuguesa no exílio não descurou das tarefas editoriais, publicando, sempre que possível, livros e periódicos voltados à denúncia do regime salazarista. Heloísa Paulo já anotara essa prática militante, iniciada ainda sob a ditadura varguista e que prosseguiu após o fim do Estado Novo, em 1945: "Por outro lado, a oposição ao salazarismo emigrada no Brasil também possui uma atividade editorial significativa. Na primeira metade dos anos 1930, antes do advento da ditadura de Getúlio Vargas, os oposicionistas republicanos são responsáveis pela edição de algumas obras contrárias ao regime, como é o caso do livro de José Jobim, A verdade sobre Salazar, que reúne as entrevistas que o jornalista brasileiro conseguiu obter de Afonso Costa, antigo líder republicano em seu exílio em Paris. A obra é publicada pela Editora Calvino que, neste período, publica uma série de títulos vinculados aos partidos de esquerda, posteriormente proibidos no Brasil. Nos anos após o fim do Estado Novo brasileiro, em especial nas décadas de cinquenta e sessenta, a oposição aproveita a edição de

nos quais Neves se bateu com mais obstinação. Foi a oposição movida contra o governo de Salazar que o fez imigrar para o Brasil onde, em contato com outros exilados, propunha dar sequência à sua pugna. Para o emigrado político/exilado, para além da sobrevivência, o primeiro objetivo é dar continuidade à luta antifascista que obrigou a deixar seu país de origem (PAULO, 2010).

Durante a ditadura em Portugal, o Brasil torna-se um dos destinos de opositores do regime português. Estes são recebidos pelos seus compatriotas e companheiros de ideais políticos, mas sempre pesará sobre eles a desconfiança e a antipatia dos membros conservadores da "colônia", que eram franca maioria. A oposição salazarista tinha matizes ideológicos diversos, indo de figuras gradas do republicanismo português, como Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto – os chamados *Budas* – a comunistas como Francisco Cachapuz, simpatizantes monárquicos como Thomaz Ribeiro Colaço e anarquistas como Inocêncio Câmara Pires[122] e Roberto das Neves. Tal diversidade, se nem sempre colaborou nas atividades em comum, não impediu que muitas vezes fossem realizadas tarefas conjuntas entre os setores da oposição portuguesa (PAULO, 2006/7).

No caso do editor anarquista Roberto das Neves, se, entre os republicanos encontrou aliados, no seio da "colônia lusitana" no Rio, encontrou também adversários, principalmente aqueles que apoiavam a ditadura que, desde 1926, estabelecera-se e viam com desconfiança e condenação as críticas ao regime político de Portugal. A estes, Neves costumava chamar, ferino e desdenhoso, "a culônia".

O primeiro livro daquele que se tornaria o mais prolífico pesquisador da história do anarquismo e do movimento operário no Brasil, Edgar Rodrigues, foi lançado pela *Editora Germinal*, no ano de 1957. Rodrigues, anarquista

---

obras diversas para denunciar ao público as arbitrariedades do estado português. Entre estas, podemos citar o caso dos livros de Roberto das Neves, publicados pela Editora Germinal, como *Assim cantava um cidadão do mundo*, que reúne trovas satíricas a respeito do regime, ou *A Fome em Portugal*, escrito em parceria com Edgar Rodrigues (PAULO, 1999, p. 437).

[122] Nasceu em 1898 em Luanda. Formado em Medicina, residia em Paris, onde mantinha contato com a oposição republicana portuguesa, principalmente com o grupo dos *Budas*. Chega ao Brasil em 1939, e participa dos primeiros movimentos oposicionistas à ditadura salazarista, com seus antigos companheiros. Anarquista, liga-se ao movimento libertário no Rio e colabora no *Ação Direta*, em 1947. Nos anos sessenta, volta a Luanda, onde se liga aos movimentos independentistas das colônias portuguesas (PAULO, 2006/7).

português assim como Neves, exilado por conta de suas convicções políticas, ligara-se, desde sua chegada ao Brasil, em 1951, ao movimento anarquista no Rio de Janeiro. Já integrava o grupo editor de *Ação Direta*, onde passou a escrever com regularidade. *Na Inquisição de Salazar* apresentava uma compilação de correspondência entre Luis Portela e Edgart Rodrigues[123] – este, um jovem militante que passava a "tomar pé" das lutas de que já fora adepto seu pai; aquele um libertário experimentado que jazia nos cárceres portugueses em razão de sua militância sindical. O livro, de 270 páginas em formato de 23,5cm x 16cm, contava com capa em duas cores com grande ilustração alusiva à Inquisição. Em seu prefácio, *Breves, Melancólicas e Oportunas Considerações Em Tôrno Dêste Livro,* Roberto das Neves historiava a repressão e a censura, o duplo inseparável do regime de Oliveira Salazar; e relatava a trajetória de sua editora, com acento nas dificuldades à impressão e difusão dos seus livros.

> Frisámos, no início desta apresentação, ser com orgulho e, ao mesmo tempo, com tristeza, que a *Editora GERMINAL* acrescenta mais êste livro à série de suas edições. A primeira parte compreende-se facilmente, por ser êste, conforme notamos, um documentário precioso de uma época. Quanto à segunda, é com a maior tristeza que verificamos, após trinta anos, que o regime ditatorial clérico-militar, instaurado em Portugal (diziam os promotores e chefes do movimento sedicioso que o implantou) como um remédio heróico, de emergência e curta duração, destinado a corrigir erros do passado, a 'pôr a casa em ordem', como êles proclamavam, subsiste, sem se vislumbrar um fim próximo nem uma reação séria por parte dos homens de responsabilidade (NEVES In: PORTELA; RODRIGUES, 1957, p. 10).

[123] Edgar Rodrigues foi o pseudônimo adotado por António Francisco Correia. Grafou-se "Edgart" nos primeiros artigos assinados no periódico *Ação Direta* e em seu primeiro livro publicado.

Ilustração 65 – *Na Inquisição do Salazar.* Luís Portela e Edgart Rodrigues. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1957.

A denúncia ao salazarismo de *Na Inquisição do Salazar* cumpriu sua intenção, tanto no Brasil quanto em Portugal, onde circulou pelas brechas da clandestinidade, frente à censura e à repressão do Estado Novo. Um artigo nas páginas do *Ação Direta* noticiou a perseguição que o livro sofria do outro lado do Atlântico e expunha, em candente narração, as estratégias dos libertários lusitanos na burla ao instituído, lançando mão de recursos para ampliar a difusão das ideias contestatórias, em tempos de liberdade imolada. Os agentes da Polícia Internacional de Defesa do Estado, a famigerada P.I.D.E. assaltavam residências de militantes à procura dos indícios de "subversão" – os impressos no topo da lista. Os libertários, por sua vez, lançavam mão de estratégias para potencializar a difusão da informação e de sua crítica, bem como para fortalecer os seus laços de afinidade e exercitar apoio-mútuo e solidariedade. Sob o título "'Na Inquisição do Salazar' apavora o seráfico ditador", o correspondente em Lisboa do jornal maçônico *O Malhete*, de São Paulo, relatou:

> A P.I.D.E. ou Gestapo de Salazar, ao mesmo tempo que faz correr sangue nas ruas, reprimindo as manifestações populares contra o salazarismo, tem, nos últimos dias, efetuado assaltos noturnos às residências de inúmeros antifascistas, à procura de um livro editado aí no Brasil, e aqui introduzido clandestinamente, com o título 'Na Inquisição do Salazar', de autoria de dois conhecidos militantes operários, Luis Portela e Edgart Rodrigues, o primeiro dos quais passou vinte anos nas masmorras e campos-de-concentração de Salazar, ao fim dos quais foi restituído à liberdade para ir morrer em casa, vítima das torturas sofridas nas masmorras do Santo Ofício

> salazarento. Tal livro, um dos mais terríveis libelos contra o tenebroso regime inquisitorial que há 32 anos asfixia Portugal, é um repositório vivo e horripilante das incríveis barbaridades que diária e normalmente se praticam nas prisões do catolicissimo Salazar contra indefesos presos políticos. Li-o, ou melhor, ouvi-o com os cabelos em pé, numa das reuniões à porta fechada que se celebram em vários pontos do país, para tomar conhecimento, através de literatura clandestina, dos acontecimentos que a Censura não permite divulgar.
> A audição coletiva em que tomei parte, realizou-se, por três noites consecutivas, em casa de amigo, e permitiu arrecadar, entre os presentes, a soma de três mil escudos (cerca de dez mil cruzeiros), a razão de cincoenta escudos para cada ouvinte, soma que foi distribuída por várias famílias cujos chefes se encontram a ferros e deportados por não lerem pela cartilha dos srs. Oliveira Salazar e Cardeal Cerejeira. Até agora a Gestapo realizou buscas domiciliárias numerosas, em Lisboa, Porto e Coimbra, chegando, em alguns pontos, a levantar assoalhos, mas, felizmente, não logrou apanhar um único exemplar da obra herética (*Ação Direta*, set. 1958).

A prática de leitura coletiva em voz alta é da própria história da leitura. No século XIX, coexiste com outras formas de ler, usualmente praticada em grupos masculinos, seja nos círculos de sociabilidade burguesa, ou nos meios rurais ou operários, onde constituía estratégia de amplificação do conhecimento. É comum, em pesquisas sobre a relação do leitor com o objeto impresso, percebê-la, sobretudo, como ferramenta para superar as limitações impostas pelo analfabetismo. Carlos Rebelo, historiando a difusão da leitura pública em Portugal durante o oitocentos, anota-a:

> 'Leitura pública' é outra expressão que é muitas vezes utilizada durante este período para designar as leituras colectivas feitas em voz alta, designadamente as que são praticadas nas bibliotecas populares. Muitas vezes feitas pelos próprios escritores, funcionavam também como ensaio do resultado final. Com um sentido diferente, a 'leitura em público' ocorria também nos meios populares, sobretudo rurais, onde o analfabetismo era mais elevado. Aí ia-se ao barbeiro ou à loja de víveres para ler a correspondência recebida:
> *Escrevera-te ua carta*
> *Se tu a souberes ler;*
> *Mas tu da-la a ler a outro*
> *Tudo se vem a saber.*[124] (REBELO, 2002, p. 73–74).

A "leitura pública", entretanto, supera o papel de estratégia contra o analfabetismo. Ela é, sobretudo, prática de sociabilidade. Une as pessoas, amplifica as ideias que propaga e os laços que ligam seus ouvintes. Doutra parte, empresta valoração ao conteúdo transmitido, seja pela forma que é

[124] A quadra popular transcrita por Rebelo foi recolhida em Melgaço por Leite de Vanconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. IV (REBELO, 2002, p. 74).

exposto, seja por conta de quem o expõe, que pode ser alguém cuja educação simplesmente o distingue, um militante mais experimentado que exerça papel de “liderança”, ou mesmo o próprio autor de uma obra, como afirmou Rabelo.

A leitura em voz alta, a leitura coletiva, que, desde finais do século XIX, desempenhara grande papel na difusão das ideias políticas e sociais entre a classe trabalhadora, diminuindo o limitado acesso ao livro e outros impressos, ganhava, no Portugal espezinhado pela ditadura de Salazar, uma nova feição. Aliava-se, agora, a difusão de uma leitura proibida, de combate à barbárie do autoritarismo, com a prática de solidariedade entre os companheiros, em vista de oferecer amparo aos familiares de militantes encarcerados. O relato do correspondente d’*O Malhete* é, pois, singular no que respeita às estratégias de leitura, bem como exemplar da realização prática do apoio-mútuo, princípio dos libertários.

Quanto às barreiras contra a difusão editorial da *Germinal*, Neves remetia à dificuldade de encontrar gráficas que imprimissem seus livros, sobretudo por pressões do consulado de Portugal no Brasil e de membros da colônia portuguesa favoráveis a Salazar. Igualmente chamava a atenção à recusa de órgãos da imprensa diária de publicar anúncios da *Editora Germinal*, não só de parte dos veículos “burgueses”, “mas também por parte do órgão do partido comunista brasileiro, *Imprensa Popular* (tão popular e tão conservador quanto os demais)”, que se recusou a publicar anúncios de divulgação do livro *Fátima – Cartas ao Cardeal Cerejeira*, sob alegação de que “em conformidade com os pontos de vista defendidos pelo camarada Prestes em seu folheto ‘Os comunistas e a Religião’ e com as diretrizes vindas de Moscou, o verdadeiro comunista não pode ser anticlerical (sic)” (NEVES In: PORTELA RODRIGUES, 1957, p. 16-17)

Da oposição à *Germinal*, recolhemos um episódio contado pelo editor, que deixa entrever as dificuldades enfrentadas pelo livreiro anarquista. O fogo adversário poderia assumir formas variadas, desde a proibição de impressão das obras, passando pela censura de algumas livrarias à exposição dos livros em suas estantes, e chegando à tentativa de desmoralização pessoal do próprio editor. Em 16 de junho de 1954, no dia seguinte ao aparecimento nas livrarias de *O Diário do Dr. Satan* – no qual, segundo o autor, defendia a tese de que o comunismo marxista e o judaísmo-cristianismo provinham da

mesma raiz ideológica – aparecia, na segunda página do *Correio da Manhã*, um convite para uma missa/solenidade de primeira comunhão de Roberto das Neves:

> **ROBERTO DAS NEVES**
> A numerosa família bancária desta cidade convida aos católicos em geral para assistirem à primeira comunhão do poeta português ROBERTO DAS NEVES, a realizar-se em missa solene que será celebrada na igreja de Sta. Cruz dos Militares no próximo dia 17, quinta-feira, confessando-se jubilosos com êsse ato de fé cristã.

Na tentativa de neutralizar o "insidioso anúncio", pago pelos opositores, "cuja óbvia intenção era malquistar-me com os meus habituais leitores, fazendo-lhes crer que eu, ateu desde que me conheço, me pervertera à Igreja Católica", Neves redigiu um anúncio frisando suas convicções e o conteúdo de seu livro para publicar pelo mesmo jornal, do qual a *Editora Germinal* era anunciante "sem dívidas atrasadas". O anúncio, embora aceito, não apareceu no dia seguinte, como acertado. Dirigindo-se ao jornal para explicações, Neves foi informado nas oficinas que, mesmo depois de feita a composição da página com o respectivo reclame, este foi retirado "à última hora, devido a súbita intervenção de misteriosa personagem", com ordem expressa de que o anúncio não fosse mais publicado (NEVES In: PORTELA; RODRIGUES, 1957, p. 13).

Na seara do antifascismo, e em particular das denúncias ao regime português, a *Germinal* deu a lume, no ano seguinte, *Portugal Oprimido*, do Capitão Fernando Queiroga,[125] militar português exilado no Brasil, após dura repressão sofrida por sua participação em conspirações militares com o fito de derrubar o governo salazarista. O livro contava com dois prefácios, um da pena de Roberto das Neves e outro de Paulo Duarte,[126] Este último afirmava, sobre

[125] Fernando Gualter Queiroga Chaves nasceu em Braga, em 1909. Com formação eminentemente militar, alcançou, enquanto ativo, a patente de tenente. Demitido, por razões políticas, em 1938, integrou-se à luta contra o salazarismo. Exilado no Brasil desde 1950, foi figura de proa da Frente Cívica Revolucionária, que atuou na França e no norte da África. Regressando ao Brasil em 1961, liderou grupo da resistência antifascista que não se reconhecia sob a liderança do General Humberto Delgado. Voltou a Portugal em 1968, sendo reintegrado ao exército com a patente de capitão, na reserva. Morreu em Lisboa em 1971 (FARINHA, 1995).

[126] O escritor e jornalista Paulo Duarte integrava o grupo de intelectuais brasileiros que apoiava as atividades da oposição portuguesa no exílio. Juntamente com outros nomes expressivos da cultura nacional, como o sociólogo Florestan Fernandes, o crítico literário Antônio Candido e os historiadores Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior, desenvolvia a oposição ao

a oportunidade da publicação: “O livro do capitão Fernando Queiroga é mais que um depoimento, é um libelo. E que libelo! A documentação que produz, os fatos irretorquíveis que narra, constituem mais um elemento decisivo no processo contra Salazar” (DUARTE In: QUEIROGA, 1958, p. 13).

Conhecedor das entranhas do dispositivo militar do salazarismo e descrente das possibilidades de transformação da sociedade portuguesa por dentro do próprio regime, Queiroga defende a tese da derrubada do salazarismo pela revolução violenta. Ao final da obra, um farto documentário com subsídios para a “história do fascismo em Portugal”, com a reprodução de documentos oficiais e cartas de militares opositores.

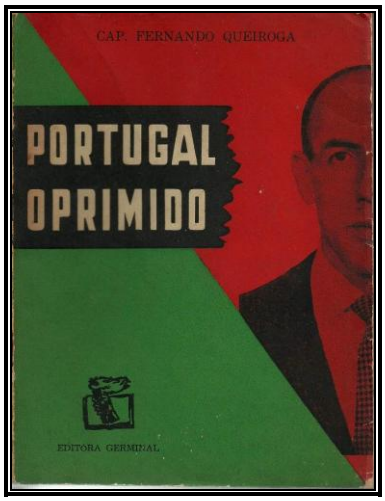


Ilustração 66 – *Portugal Oprimido.* Fernando Queiroga. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1958.

O livro foi impresso nas oficinas da Empresa Gráfica Carioca S. A., em São Paulo, em outubro de 1958, composto por Alcides Silva e Sérgio Pizzigatti, paginado por Vicente Boccia e impresso por Joaquim Martins e João Rodrigues. Das oficinas da mesma gráfica paulista, saiu, no ano seguinte, *A Fome em Portugal*, uma “Análise econômico-político-financeira do corporativismo português”, o segundo livro de Edgar Rodrigues. O livro determinou o início do estremecimento das relações entre Rodrigues e o editor Roberto das Neves, em razão de este último, talvez motivado por seu texto introdutório à edição, ter feito constar, ao lado do nome do autor o seu próprio,

---

salazarismo, através da publicação de artigos na imprensa local, participação em eventos públicos, conferências, entre outros (SILVA, 2006).

sugerindo um escrito em coautoria. Rodrigues exigiu reparação formal, por escrito, para que se reconhecesse a verdadeira autoria da obra.

Para nosso estudo, mais interessante do que assinalar a quizila entre os dois libertários é anotar o prefácio da obra, assinado por Josué de Castro, médico, cientista social, político e escritor pernambucano, notabilizado pelos seus trabalhos sobre o problema da fome no mundo. A obra de Castro era conhecida e divulgada pelos anarquistas. No *Ação Direta*, número 70, de 1950, foi publicado um excerto de *Geografia da* Fome. No final dos anos 1960, na devassa que os militares da Aeronáutica fizeram na biblioteca particular de Ideal Peres, na repressão aos dirigentes do Centro de Estudos Professor José Oiticica, fechado pela ditadura militar, foram apreendidos, como exemplares de "material subversivo", dois livros de Castro: *Sete Palmos de Terra e um Caixão* e *Biologia Social*, ambos editados pela *Brasiliense* (RODRIGUES, 1993, p. 187–195).

Integrante de organismos nacionais e internacionais, de sua extensa obra destacavam-se *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951), o que pode ter motivado o autor e o editor de *A Fome em Portugal* a convidá-lo a prefaciar a obra. Castro, agradecido aceitou a empreitada, não sem ressalvas:

> Pede-me o professor e escritor Roberto das Neves um prefácio para o novo livro, a ser publicado pela Editora Germinal, 'A Fome em Portugal'.
> Não se trata – devo dizer de logo – de um ensaio científico, nem mesmo de uma análise sociológica orientada dentro dos princípios da moderna sociologia. A fome em Portugal, na acepção dos autores, simboliza a mortificação coletiva do povo português, frustrado em suas aspirações mais íntimas por um regime ditatorial, inteiramente desvinculado dos interesses coletivos os mais legítimos e os mais autênticos. A fome de que trata êste livro não é apenas a de alimentos, mas também a de liberdade e de dignidade humana.
> [...]
> O tom panfletário utilizado pelos autores, a agressividade de sua linguagem ao descrever êste quadro do abuso do poder político em Portugal, a sua atitude de um total radicalismo contra a Igreja, que êles consideram como aliado de Salazar, me fizeram hesitar, durante certo tempo, a honrosa incumbência de apresentar êste livro ao público. Mas suas intenções ou objetivos idealísticos, de lutar com as armas ao seu alcance – a sua pena e a sua inteligência – contra êsse nefando regime ditatorial, que constitui uma negra mancha no mapa das democracias de Europa, me convenceram de que eu não poderia negar-me a esta solicitação.

A hesitação quanto à escrita do Prefácio, muito em razão do tom anticlerical da escrita, do estilo panfletário, cede frente ao reconhecimento do conteúdo alargado da fome – de liberdade e dignidade humanas. Expressando seu compromisso com a democracia e a liberdade, Castro é convencido pela paixão da escrita e pelo objeto – o livro/denúncia:

> A paixão que o livro não consegue ocultar é mais do que justificada em face das violências praticadas durante anos seguidos contra as liberdades e os direitos do homem em Portugal. É a paixão que a revolta gera, que o ressentimento da miséria engendra e que explode por tôda parte onde os usurpadores do poder tentam escamotear a realidade social e turvar a consciência dos povos de que vivemos numa época revolucionária, de agonia do colonialismo e do ditatorialismo.
> Tem, pois, o livro de Edgar Rodrigues e Roberto das Neves a sua função a preencher: a de informar e de se constituir como uma veemente denúncia num processo que a história vai instaurar em breve para julgar os crimes da ditadura portuguesa contra o nobre e diligente povo de Portugal (CASTRO In: RODRIGUES; NEVES, 1959, p. 11-12).

Ilustração 67 – *A fome em Portugal*. Edgar Rodrigues e Roberto das Neves. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1959.

Para além da linguagem desabrida, “agressiva” e das inclinações ideológicas, Josué de Castro considerara que o vigor das denúncias no livro de Rodrigues o convertia em autêntico libelo “contra a usurpação do poder que se instalou há 33 anos em Portugal e lá se conserva através de um pacto macabro com a violência e com a corrupção”. Sua convicção sincera de democrata falou mais alto. Foi por conta desse compromisso, aliás, que teve seus direitos políticos suspensos, após o golpe civil-militar de 1964, o que o levou a exilar-se na França, onde trabalhou até a sua morte, sem ter podido regressar ao Brasil.

A oposição ao salazarismo seria a tônica, ainda, de uma coleção de folhetos que a *Editora Germinal* publicaria a partir do final dos anos 1950. Era a *Coleção Cidadão do Mundo*, com folhetos de até 50 páginas em tamanho de 20cm x 15cm. Vimos aqui o significado da publicação de folhetos na difusão das ideias libertárias, pelos custos de impressão, rapidez na difusão, facilitando a subscrição e o apoio dos leitores à publicação. Era por isto, um formato apropriado à publicação de ensaios, transcrição de palestras, conferências e excertos.

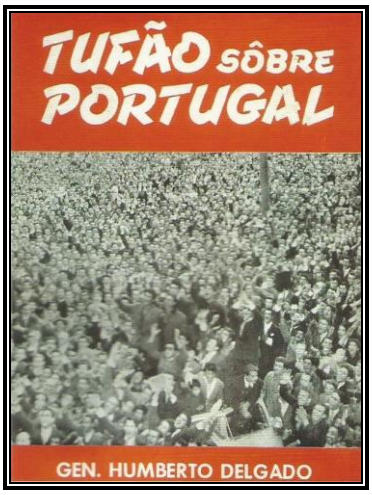


Ilustração 68 – *Tufão Sobre Portugal*, de Humberto Delgado, Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1962.

A transcrição de conferências deu corpo à *Coleção Cidadão do Mundo*. Em 1959, "com o objetivo de protestar contra a sobrevivência do nazifascismo na Ibéria e contra a traição das chamadas potências democráticas, que assistem, há anos, o esmagamento daqueles dois povos ibéricos", realizou-se, em lembrança "daquelas duas datas lutuosas da história da humanidade", um ciclo de conferências promovidas pelo Centro de Estudos Professor José Oiticica, em colaboração com a Associação General Humberto Delgado e com a União Nacional dos Estudantes, na sede desta última entidade. No prefácio do primeiro volume, chamava-se a atenção para as palestras do comandante Oliveira Pio, tidas como repositório da resistência antifascista em Portugal:

> Nelas usaram da palavra os seguintes oradores: Prof. Seraphim Porto, presidente do Centro de Estudos José Oiticica, que abriu os atos; Sérgio Gómez Rodriguez, representante, no Brasil, do Governo

> Republicano Espanhol no Exílio; Dr. Luís Abreu Carvalhal, presidente da Associação General Humberto Delgado; Luis Alberto Moniz Bandeira, em nome da Juventude Socialista; Raimundo Eirado e Carlos Matias, pela União Nacional dos Estudantes; comandante Oliveira Pio, heróico defensor de Madrid; Prof. Roberto das Neves, pelo Grupo de Ação Libertária; e general Humberto Delgado, que presidiu.
> As duas palestras proferidas nessas duas sessões pelo comandante Oliveira Pio foram consideradas particularmente notáveis, como valioso depoimento de um homem que tem sido um dos mais destacados vultos da resistência de dois povos irmãos contra o totalitarismo que há tantos anos os asfixia, e por isso decidimos reuni-las nêste volume, com que inauguramos a nossa nova série, *"Coleção Cidadão do Mundo"* (PIO, 1959, p. 6).

Na coleção *Cidadão do Mundo*, o primeiro volume apareceu sob o título de *Duas Palestras sobre o Fascismo Ibérico*, pelo Coronel F. de Oliveira Pio[127]. A ele seguiram *Salazar Vai Morrer*, folheto de 47 páginas de autoria de João Rodrigues (1960); *A Hediondez Colonialista de Portugal*, de Thomaz Ribeiro Colaço[128], 34 páginas (1961); *Ode a Cuba*, de Moniz Bandeira, 16 páginas (1961) e, por fim, *Colonialismo, Anticolonialismo e Autodeterminação*, folheto de 39 páginas, de Henrique Galvão[129] (1961), quinto e derradeiro volume da *Coleção Cidadão do Mundo*.

---

[127] Francisco Oliveira Pio nasceu em 1897 e no início dos anos 1920 foi nomeado Comissário de Divisão de Polícia da Segurança Pública de Lisboa. Quando do golpe de estado de 1926, que estabeleceu a ditadura salazarista, tornou pública sua discordância com o movimento, sendo transferido para Bragança. Participou da tentativa de derrubada da ditadura em 1927, exilando-se na França, Bélgica, chegando por fim à Espanha, onde lutou ao lado dos republicanos, exercendo papel destacado na defesa de Madrid. Após a derrota dos republicanos na Espanha, voltou ao exílio francês, para depois escapar para Argel, tomando parte na resistência francesa durante a Segunda Guerra. Em 1955 chegou ao Brasil, e integrou a resistência anti-salazarista através do Movimento Nacional Independente. Membro do Grande Oriente Espanhol, possuía muitos contatos com os espanhóis exilados no Brasil, bem como com o governo republicano espanhol no exílio mexicano. Faleceu em 1972, no Rio de Janeiro. (PAULO, 2010)

[128] Thomaz Ribeiro Colaço nasceu em Lisboa, em 1899 e veio ao Brasil, em viagem de estudos, em 1941, onde permaneceu até sua morte, em 1965, no Rio de Janeiro. Apesar de sua inclinação monarquista, manteve boa relação com a oposição republicana ao salazarismo radicada no Brasil, sobretudo com Jaime de Morais e Sarmento Pimentel. (PAULO, 2010) A oposição a Salazar o levou, igualmente, ao contato com os anarquistas, do que resultou a publicação do folheto "A hediondez colonialista de Portugal", pela *Editora Germinal*.

[129] O nome de Henrique Galvão é usualmente lembrado por seu protagonismo na "Operação Dulcinéia" quando, com vistas a precipitar uma crise política contra a ditadura de Salazar, comandou o seqüestro do navio Santa Maria, rebatizado "Santa Liberdade", que pretendia levar à África. Nascido em Barreiro, em 1895, Galvão fez carreira militar e destacou-se na administração colonial, antes de tornar-se um dissidente do regime, por discordar dos rumos da política colonial, em finais da década de 1940. No exílio brasileiro, somou-se ao grupo do general Humberto Delgado. Na oposição anti-salazarista no Brasil, já clivada em correntes distintas, seus adversários criticaram seus métodos de ação, tidos como "personalistas" e "aventuristas" e a coerência de seu "anticolinialismo", identificado, antes, com "paternalismo" em relação aos povos africanos, aos quais não reconhecia "maioridade" para reclamarem autonomia. (SILVA, 2006)

Ilustração 69 – Anúncio de *A Hediondez Colonialista de Portugal*, de Thomaz Ribeiro Colaço, no *Correio da Manhã* (RJ), 21 jan. 1961.

Como que a fechar esse ciclo de publicações antifascistas e antissalazaristas, a *Editora Germinal* lançou, já em 1962, o livro *Tufão Sobre Portugal*, do General Humberto Delgado, líder da oposição ao salazarismo, exilado no Brasil.

Examinando em conjunto essas publicações da *Germinal* voltadas ao combate à ditadura portuguesa, percebe-se o caráter democrático com que abre suas portas a personalidades e correntes distintas (e não raro opostas) da oposição exilada no Brasil. Das reedições do velho republicano anticlerical Tomaz da Fonseca; a florescente obra de pesquisa social de Edgar Rodrigues; a crítica à política colonialista de Portugal esgrimida pelo monarquista Colaço; e militares que, em momentos diversos, voltaram-se contra Salazar – como Oliveira Pio, Queiroga, Delgado e Galvão – as publicações da editora de Roberto da Neves foram franqueadas aos vários setores da oposição portuguesa. O antissalazarismo foi a condição basilar.

Ilustração 70 - Folhetos publicados pela Editora Germinal na “Coleção Cidadão do Mundo”. Em sentido horário: *Duas Palestras sobre o Fascismo Ibérico*, Cel. F. Oliveira de Pio (1959); *Salazar Vai Morrer*, João Rodrigues (1960); *A Hediondez Colonialista de Portugal*, Thomaz Ribeiro Colaço (1961) e *Colonialismo, Anticolonialismo, Autodeterminação*, Henrique Galvão (1961).

O tema do anticlericalismo não fora jamais abandonado por Roberto das Neves. A *Editora Germinal* ofereceu ao público novas edições, de livros dedicados ao combate anticlerical. Em 1958, apareceu mais uma vez em vernáculo *Provas da Inexistência de Deus*, de Sebastién Faure, com a tradução de Alfredo Guerra, pseudônimo de António Alves Pereira, militante anarquista do Porto, responsável pela tradução inúmeras vezes publicada em Portugal e Brasil da obra de Faure.

Nesta edição pela *Editora Germinal*, o texto de Faure era precedido pelo ensaio de Roberto das Neves “Sébastien Faure, anarquista e maçom”, e outro de Tomás da Fonseca intitulado “Sabatina Teológica ou Porquê e como entrei e sai do seminário”. Segundo o editor, não obstante sua tiragem elevada, o livro esgotou-se em três meses (NEVES, s/d, p. 70).

Por essa altura, um episódio peculiar é sugestivo dos variados obstáculos enfrentados pela *Editora Germinal,* configurando os contornos do que se traduz como “batalha das ideias” na história do livro e da leitura. Em sua estratégia editorial, Neves enviava Catálogos a diversas bibliotecas públicas pelo Brasil. Um desses catálogos foi devolvido ao editor pelo bibliotecário da Biblioteca Municipal de Palmeira, interior do Paraná. Considerando “blasfemas” as obras da editora, o bibliotecário assumia papel de censor, contra o que julgava a “imoralidade” de ideias “incontestavelmente perniciosas”. Na reprodução da carta no *Ação Direta*, o editor entremeou as considerações do bibliotecário – Sr. Oliveira – com seus próprios comentários ferinos. Do

documento aqui transcrito, pode-se perceber a exacerbação dos efeitos de prescrição da leitura, por parte de um bibliotecário no período, avocando o papel de censor e classificando as publicações constantes do Catálogo recebido segundo seus códigos conservadores da moral, da religião e da noção de pátria; ou seja, realizando a interdição da leitura e propondo, na prática, a proibição dos livros da Editora Germinal. Tudo balizado por um critério de julgamento e condenação da "leitura ímpia", em favor do que considera "livros bons e construtivos":

> A Editôra Germinal distribuiu recentemente, por ocasião do lançamento das 'Provas da Inexistência de Deus' de Sebastião Faure e outros, um catálogo às bibliotecas do Brasil. Dias depois, vinha devolvido o exemplar enviado à Biblioteca Municipal de Palmeira (Paraná), com a seguinte carta subscrita (não pasmem, que não vale a pêna!) pelo respectivo bibliotecário, o ilustríssimo (pelo menos em teoria) sr. Oliveira:
> 'Senti-me ofendido em meus sentimentos de brasileiro recebendo o blasfemo catálogo de livros dessa Editôra, que anexo devolvo. O Brasil nasceu sob o signo da cruz, recebeu a fé de Deus (qual deles? – R. N.) a quem jamais renunciará. Quem não quer acreditar em Deus? (O pobre sr. Oliveira supõe que isto de acreditar em Deus ou não acreditar depende da vontade de cada um! R. N.) Aquele que renuncia aos princípios de tôda a moralidade (gostaríamos de ter informações sôbre a moralidade do sr. Oliveira. - R. N.) aquele que quer destruir a pátria brasileira para vendê-la a alguma potência estrangeira (tolice, pois quem quer vender alguma coisa não pensa em destruí-la, o que inutilizaria o negócio! - R. N.). Se na Rússia alguém publicasse um catálogo dêsses contra o regime dos Sem-Deus, não acabaria seus dias em campo de concentração na Sibéria? Muito lamento que havendo tantos livros bons e construtivos a difundir (o sr. Oliveira quer, certamente, referir-se ao Catolicismo ou à Bíblia, cuja venda tão rendosa é) essa Editôra se proponha à difusão de obras incontestavelmente perniciosas, cuja impressão e divulgação, para salvaguardar a moral, a verdade (que entenderá por 'verdade' o sr. Oliveira?) e os bons princípios deveria ser proibida! Atenciosamente (hipócrita!) a) Oliveira, bibliotecário.'
> Como os leitores acabam de verificar, o sr. Oliveira (que, como o Agenor, é maçom, isto é, um dos tantos jesuítas infiltrados na pobre Maçonaria do Brasil) esquece-se que é um simples funcionário ou assalariado da Prefeitura de Palmeira, que lhe paga com dinheiro dos municípios para que zele pela conservação e ordem dos livros, defendendo-os da poeira e do cupim (quaisquer que sejam as doutrinas que expendam), e, crendo-se dono da biblioteca e ardendo em inquisitorial fervor, apostrofa-nos em defesa da Sifilização Cristã, indiferente à liberdade de ter ou não ter opiniões, que a Constituição consigna. Imagino o comício que o pobre homem deve ter promovido em Palmeira. Até as pedras deve ter feito chorar, mostrando-lhes, numa orgia de erudição, os gravíssimos perigos a que a Editôra GERMINAL está expondo o mundo e arredores com as tremendas heresias que está fazendo circular.
> Em seu cristianíssimo zêlo, o pobre sr. Oliveira cometeu o êrro de insinuar que na Rússia se fuzila alguém por afirmar Deus, quando a verdade é que na Rússia, onde o governo mandou encerrar a Liga

> dos Sem-Deus e a Maçonaria e pôr fora da lei as organizações anarquistas, somente se fuzilam os que negam Deus, ou sejam, os comunistas e os anarquistas. Sim, meu pobre sr. Oliveira, é preciso que saiba que a Rússia é atualmente o país do mundo onde mais terrivelmente se persegue o comunismo e os comunistas, para o que basta recordar que tôdos os companheiros de Lénine, ou sejam, os que fizeram a revolução comunista de Outubro, foram passados pelas armas. Não peça ao sr. Juscelino, mas ao sr. Carlos Prestes (se êste, um dia, subir ao poder) que proíba a Editôra Germinal de publicar livros heréticos! (*Ação Direta*, mai. 1959).

Cabia a Neves, em sua defesa da liberdade de opinião, questionar a autoridade do funcionário para determinar o que a população da cidade de Palmeira deveria ou não ler, numa desvirtuação de sua função original de bibliotecário e do próprio local de leitura pública. Além disso, era necessário desfazer a incompreensão do bibliotecário que, por conta da relação que fazia entre anticlericalismo, ateísmo e comunismo, julgava serem as obras da *Editora Germinal* propaganda moscovita.

Em 1961, a editora de Roberto das Neves publicou *O Quinto Evangelho*, de Han Ryner,[130] com tradução de Maria Angélica Oliveira e com o prefácio “Han Ryner, o quinto evangelista e o problema de Jesus”, de autoria do editor. Maria Angélica, companheira de Neves, era professora, tradutora e esperantista. Uma tradução anterior dessa obra havia sido feita por Maria Lacerda de Moura, que pretendia publicá-la, não tendo realizado seu desejo. Segundo consta no prefácio da obra, Neves buscou, sem sucesso, a tradução de Maria Lacerda e, não a encontrando, pediu a Maria Angélica Oliveira nova tradução. *O Quinto Evangelho* foi uma das obras de Ryner que maior êxito alcançou, conhecendo edições em várias línguas. Num prefácio a outra obra de Ryner, dizendo das razões do êxito do livro, anotava que

> As invenções do autor, relativamente à figura e à pregação de Jesus, casam-se admiravelmente com a tradição. O Jesus de Han Ryner é superior, mais humano, mais poético e mais coerente que o de Renan, cuja preocupação parece ter sido exclusivamente a de, na sua qualidade de maçom, roubar à Igreja o pregador da Galileia (NEVES, s/d, p. 100).

[130] Han Ryner (Jacques Elie Henri Ner) anarquista individualista, pacifista, anticlerical, defensor do amor livre, nascido na Argélia em 1861 e falecido em Paris em 1938. Entre sua obra extensa destacam-se *Pequeno Manual Individualista* (1903), *O Quinto Evangelho* (1911) e *Os Pacifistas* (1914) (<http://epheman.perso.neuf.fr/decembre07.html#7>; acesso em 25 jun. 2014).

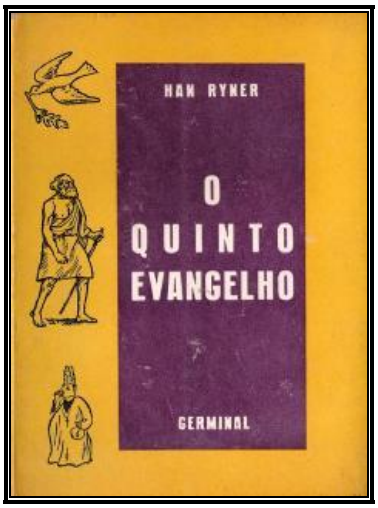


Ilustração 71 – *O Quinto Evangelho*, de Han Ryner. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1961.

Além do texto clássico de Faure e do livro de Han Ryner, o questionamento sobre a existência histórica do Cristo, tema recorrente na literatura anticlerical, ganhou as páginas de *Jesus de Nazaré e a Crítica Histórica*, de Oscar Algarve, publicado em 1962.

Outras temáticas apareceram de forma esporádica entre os lançamentos da *Germinal*. Em 1955, a editora publicou *Páginas Cínicas*, de Filósofo da Selva, pseudônimo do anarquista galego Rafael Lopés Del Palacio. O livro glosava cinco panfletos publicados pelo autor e saía então com o subtítulo de “O livro mais cínico do mundo, depois da Bíblia – impróprio para mulheres, meninos e mineiros”. Pautado na crítica à sociedade industrial, Palácio defendia uma volta ao “estado natural”, em reação aos problemas da “civilização moderna”. Roberto das Neves advertia no Prefácio que não deveriam tomar “os apressados” as ideias de López como uma simples e imediata volta às selvas, mas que, perdoados alguns “exageros e infantilidades”, o que pretendia o autor era

> [...] se bem lhe captamos o pensamento, por meio das sátiras terríveis e picantes, no estilo do grande maçom e anarquista Rabellais, tantas delas originalíssimas, e das descrições da maior beleza e poesia, como as que nos faz dos encantos e excelências da selva, é advertir-nos dos absurdos, contradições e perigos da vida atual, em que o homem se deixa, sem protesto, esmagar nas engrenagens de uma técnica sem alma e sanguessugar pelas aves de rapina do Estado e do Capitalismo, que para se perpetuarem e continuarem a devorar tranquilamente a sua presa, o homem, inventam diariamente para este, novas necessidades (NEVES, s/d, p. 199).

A crítica social do “Filósofo da Selva”, sua análise da vida contemporânea e os caminhos que aponta para a superação dos sofrimentos e sobressaltos pelos quais atravessa a humanidade anteciparam, em parte, aquelas interpretações que, décadas mais tarde, seriam reunidas sob a denominação de anarco-ecologia e anarco-primitivismo. Os escritos “anti-civilização” não eram, à época em que foi lançado o *Páginas Cínicas*, uma novidade no anarquismo. A resistência ao avanço da civilização industrial, preconizando uma valorização da vida autossuficiente em um ambiente natural, era conhecida no meio libertário pelo menos desde que o anarquista individualista americano Henry David Thoureau publicou *Walden*, em 1854 (tido, aliás, como um dos precursores do anarco-primitivismo de nossos dias).

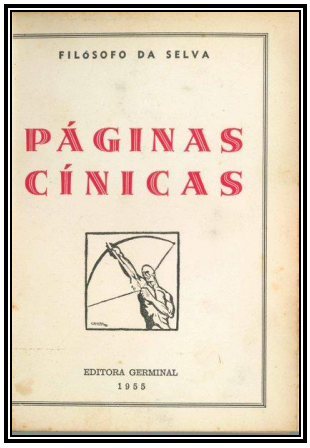


Ilustração 72 – *Páginas Cínicas*, de Filósofo da Selva (Rafael Lopés Del Palacio). Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1955.

Del Palacio e suas *Páginas Cínicas* estiveram no centro de alguns dos muitos episódios de censura e repressão aos livros que a *Editora Germinal* publicava. Em 1956, na cidade de Boca do Acre, no Amazonas, o pároco local, amparado na força policial, mandou prender Del Palacio e confiscar os livros que vendia na cidade, além de material original que pretendia publicar. No adro da igreja local, em teatral ato inquisitorial, mandou acender uma fogueira onde foram atirados os livros do Filósofo da Selva, em flagrante desrespeito à liberdade de pensamento ou garantias constitucionais. Um autêntico “auto de fé”, com toda a sua triste caracterização.

Ação Direta, sob o título “Isto é Inquisição!”, transcreveu *ipsi litteris* a notícia publicada em 28 de novembro de 1956 na *Gazeta de Manaus*, na seção “Arame Farpado”, pelo jornalista Arlindo Porto:

> Quase ao findar do século XX (mais 44 anos e o 21 estará vagindo), quando pelo mundo estouram as bombas-A e as bombas-H, numa promessa de que o homem ou se destruirá de vez ou encontrará na miraculosa fôrça atômica a solução de todas as suas tragédias como raça, pratica-se, em pleno Estado do Amazonas, sob o pálio da Constituição de 1946, um auto-de-fé contra a obra de um cidadão, como se estivéramos na Espanha inquisitorial, de Torquemada!
> O autor da barbaridade foi o padre José Carneiro de Lima que, na cidade de Boca do Acre, no dia primeiro do corrente, fez prender o cidadão conhecido por ‘Filósofo das Selvas’ e, em ato público, na frente da igreja local, fêz uma fogueira de todos os seus livros, impressos e por imprimir, entre êles ‘Páginas Cínicas’, ‘Vozes do Inferno’ e outros.
> Não é possível deixar sem protesto essa brutal opressão contra o pensamento de um homem que, estando certo ou errado nos seus pensamentos, é possuidor do mais sagrado dos direitos; o de escrever suas opiniões (*Ação Direta*, 28 nov. 1956).

O articulista chamava a atenção para a catequese desenvolvida pelos padres católicos naqueles rincões do país, na qual se serviam “como de hábito, de mulheres e crianças” para insuflar a população dos vilarejos contra os missionários protestantes, negando-lhes elementar direito garantido pela constituição de 1946, a liberdade de culto. A hostilidade em relação aos protestantes, segundo o articulista, era corriqueira na região, inclusive com “muitas pedras atiradas, muita vaia, muita demonstração lamentável de incompreensão” que afastavam os católicos da verdadeira mensagem que pregavam, a qual “através da caridade e do amor ao próximo conduzem a Deus”. E continuava:

> Agora vem essa, contra o pobre ‘Filósofo da Selva’, contra êsse homem que, se faz mal a alguém, é contra si mesmo, andando sozinho pelos matos, expondo-se aos piúns, às carapanãs, às cobras, à fome e à mais completa miséria.
> Não concordava o padre José Carneiro de Lima com as ideias do ‘Filósofo’? Então não lesse os seus livros. Primasse pela omissão, porque assim manda o bom senso e a própria Lei que respeitamos e cultuamos e que, por isso mesmo, o padre é obrigado a respeitar e cultuar, êle que não é melhor que ninguém. Nunca, porém, mandando que prendessem o homem e ainda por cima lhe queimassem os livros. Isso é jesuitismo! Isso é Idade Média! Isto é Inquisição! (*Ação Direta*, dez. 1956).

Idade Média? Inquisição da Era Moderna? Longe disso. Uma fogueira de livros no Estado do Amazonas, já avançada a segunda metade do século XX! Maria Luiza Tucci Carneiro já relatara uma queima de livros "subversivos" na vigência do Estado Novo, por determinação do interventor da Bahia. Na ocasião, centenas de obras de autores acusados de propagar o comunismo, como Jorge Amado e José Lins do Rego, arderam sob o pretexto da "purificação das ideias" para a preservação da segurança nacional (CARNEIRO, 2002. pp. 29-30). O episódio de Boca do Acre, entretanto, não ocorrera durante um regime discricionário. Pelo contrário, vigia o período da chamada "democratização", "sob o pálio da Constituição de 1946".

A queima de livros "heréticos" é o símbolo máximo da sanha persecutória do poder estabelecido às ideias subversivas. Os hediondos rituais de interdição do impresso repetiram-se em vários momentos da história, de forma especial nos regimes totalitários. A queima de livros – compreende Lyons – é um fenômeno cultural "chocante e perturbador" e, para uma sociedade letrada, "corresponde à violação de valores importantes." Apoiado em análise de Gimeno Blay, Lyons enumera três características fundamentais dos "autos de fé":

> A queima como ato público se distingue, primeiramente, pela tentativa de extinguir uma memória histórica, de modo a reescrever o passado. Em segundo lugar, a queima é concebida como uma operação de higiene social, planejada para exterminar focos de infecção intelectual. Em terceiro lugar, a queima de livros corresponde a um ataque pessoal ao autor, como uma premonição de sua própria destruição (LYONS, 1998, p. 23–24).

Associando-se às conclusões de Blay, anota Lyons que "enquanto a escrita for uma arma na luta para redefinir realidades sociais, a destruição periódica da literatura é inevitável". O ataque à obra do Filósofo da Selva, conjuga esses elementos. Convertido em inquisidor, o padre da cidade queria extirpar uma fonte de ideias que julgava corruptoras. A queima dos livros representava, outrossim, a eliminação de seu autor, que fora, aliás, preso por ordem do pároco. Por último, reeditava uma luta maniqueísta entre boas e más leituras, na qual os livros de Del Palácio apareciam como ímpios. Eram os livros, essas "sementes de subversão", que tipificavam o "crime" do Filósofo da Selva, e a exposição pública de sua destruição deveria servir de alerta àquela sociedade. Outra vez, a perseguição carregava analogia com a Inquisição. Em

seu estudo sobre livros e leituras, e sobre o combate inquisitorial às leituras tidas como “heréticas”, na Boêmia do século XVIII, Ducreux anotará:

> A sua relação [dos condenados] com o livro determina frequentemente as perseguições e a vigilância de que são alvo. Nesse sentido, o livro é aqui um sinal de heresia. [...]
> Um blasfemo sem livros continua a sê-lo aos olhos dos juízes; mas se ler ou possuir livros proibidos, o mesmo delito torna-se heresia (DUCREUX In: CHARTIER, 1998. p. 261–262.).

A reação conservadora no Norte do Brasil, por seu turno, era sinal de que as ideias de contestação ganhavam campo. Como lembrou Michel Melot, a interdição ao impresso e a condenação do livro pressupõem o temor que ele causa ao poder estabelecido. Nesse sentido, o “auto de fé” é uma maneira paradoxal de reconhecer no livro uma poderosa eficiência (MELOT, 2012, p. 150). Ao mesmo tempo, dava mostras da dimensão que a interdição ao pensamento podia alcançar. Apesar da vigência de leis garantindo a liberdade de expressão, a proscrição aos livros e outros impressos podia advir de várias origens: autoridades locais, policiais, párocos ciosos da “pureza” de seu rebanho ou mesmo um bibliotecário público arvorado em censor, a ditar o que se deve ou não ler em sua cidade.

Um ano antes do episódio de Boca do Acre, Rafael Lópes del Palacio, fora preso duas vezes pela polícia de Minas Gerais, acusado de “vadiagem e charlatanismo”, pelo que a *Editora Germinal* interveio publicamente em favor de Lopes, como atesta nota do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, protestando contra o cerceamento da liberdade de expressão:

> **PROCESSO DA POLÍCIA MINEIRA CONTRA O ‘FILÓSOFO DA SELVA’**
> Procuraram-nos elementos da editôra Germinal para protestar contra a nova medida policial tomada em relação ao refugiado espanhol Rafael Lopez, figura popular, autor, sob o pseudônimo de Filósofo da Selva, do livro ‘Páginas Cínicas’. Disseram-nos os reclamantes que, como já foi divulgado, a polícia de Belo Horizonte prendeu pela segunda vez, e removeu para esta capital o sr. Rafael Lopez, contra o qual instaurou processo por vadiagem e charlatanismo. E explicaram-nos que essas acusações se baseiam no fato de aquele cidadão viver da venda de livros de sua autoria e num destes haver reproduzido receitas dos índios do Andes e da Amazônia, sem que, entretanto, receitasse ou vendesse quaisquer medicamentos. Nossos informantes adiantaram que hoje será requerido ‘habeas-corpus’ em favor de Rafael Lopez, que se encontra preso na delegacia de costumes dessa capital (*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 nov. 1955).

Em 1958, a *Germinal* publicou outra recolha de artigos publicados no jornal *Ação Direta*, mais uma vez atestando a articulação editorial entre o jornal e o livro. Tratava-se de *Cooperativas Sem Lucro*, de Pedro Ferreira da Silva, velho militante sindicalista revolucionário português, escritor e contabilista, integrante do grupo que fundou o *Ação Direta* e dele colaborador por toda a sua existência. Além dos frequentes artigos na imprensa, escreveu e publicou ensaios, análises econômicas e poesia, dos quais à frente trataremos. O subtítulo do livro dava a medida de seu conteúdo: "Uma experiência anarquista dentro da sociedade estatal-capitalista". Na proposição de uma organização social cooperativista, desejava restaurar o conceito à "pureza original" de seus criadores, maculada pelas apropriações estatais e capitalistas.

A crítica aos costumes vigentes e a proposição dos anarquistas no campo de uma moral renovada que questionasse as relações de dominação ganhou reforço, em 1960, com a publicação pela *Germinal* da obra de E. Armand, *Nova Ética Sexual*. Tratava-se de um dos principais textos a abordar o "amor livre". Embora fosse um ensaio bastante difundido em francês, desde as primeiras décadas do século XX, deveu-se à *Editora Germinal* a única edição de que se tem notícia em português (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 62), pelo que se chamava atenção, no prefácio de Roberto das Neves, considerando a oportunidade da edição do livro em vernáculo. Embora alguns leitores conhecessem o autor e sua obra por meio de outras leituras, era então que se permitia o conhecimento da obra de Armand para um público mais amplo. Do Prefácio se deve anotar também a função das revistas, e aqui é o caso das francesas *L'en Dehors e L'Unique*, difundindoautores e livros junto aos assinantes por meio de artigos e resenhas críticas. Nesse caso, sabe-se que a leitura da revista, como do jornal e outros impressos, ultrapassa o assinante, leitor individual, ampliando o rol de leitores junto ao círculo e servindo também de matéria e inspiração às leituras comentadas e de onde se traduzem e publicam excertos na imprensa anarquista. Anotara Roberto das Neves:

> Á parte meia dúzia de antigos assinantes das revistas 'L'en Dehors' e 'L'unique', que ele por muitos anos publicou, e algumas dezenas de leitores que se recordam de ter lido referências ao seu nome e à sua obra em artigos de jornais e em livros de Jaime Brasil e Maria Lacerda de Moura, notáveis anarquistas português e brasileira, o

> público em Portugal e no Brasil ignora completamente a figura inconfundível de poeta, filósofo, sociólogo, agitador de ideias novas que, sob o pseudônimo de E. Armand publicou nada menos de oito importantes jornais e revistas e cerca de uma centena de opúsculos e livros em diversos idiomas (NEVES, s/d, p. 42).

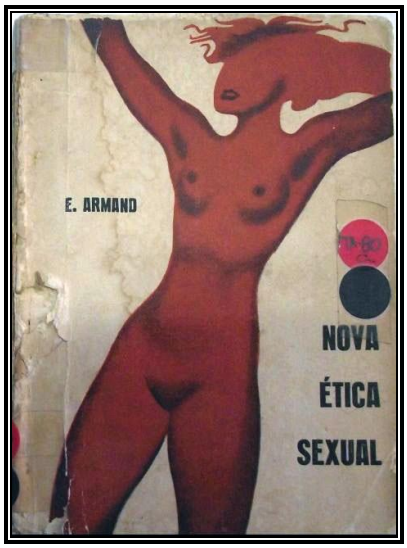


Ilustração 73 – *Nova Ética Sexual*, de E. Armand. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1960.

O trabalho do editor Roberto das Neves, como se pode observar, conecta-se ao movimento editorial mais geral, trazendo ao público mais ampliado a tradução de obra (re)conhecida nos meios libertários europeus. O livro de Armand não apenas preenchia lacuna editorial, familiarizando o público com o pensamento do anarquista individualista francês, mas oferecia obra voltada a temas cuja discussão era limitada mesmo entre os próprios anarquistas, e menos ainda nos meios ácratas de língua portuguesa, no avançado do século XX. Todas estas variáveis configuravam o papel do editor. Na apreciação de um Catálogo desta natureza, o pesquisador deve atentar tanto às quantidades – número de edições, tiragens – quanto aos novos conteúdos em circulação, ampliando vocabulários e incidindo no plano das sensibilidades dos leitores.

O tema do “amor livre” permanecia pouco divulgado, e seu debate servia, na maior parte das vezes, a apropriações distorcidas, embora se contasse, desde o início do século XX, com a obra seminal de Maria Lacerda de Moura, libertária mineira a que Neves faz especial menção na apresentação ao livro de Armand, além das leituras vindas desde Portugal, como é o caso da

original abordagem sobre a questão sexual do anarquista português Jaime Brasil.

Para os anarquistas, o ideal do amor livre resultava em proclamar uniões livres, mutuamente consentidas e desejadas, opostas a práticas da época em que, muitas vezes, as uniões pouco mais eram que contratos de interesse comercial. Já em 1919, em seu *Renovação*, Maria Lacerda de Moura afirmava o amor livre em contraste às uniões por conveniência de classe ou posição social:

> O amôr livre pregado pelos grandes idealistas não é a imoralidade, a dissolução da família e do lar, o mercado da prostituição, a libertinagem que sem o amôr livre campeia desenfreada nesse triste século parecendo querer viver a degradação de tempos imemoriais. [...]
> O que se quer é o amor verdadeiro, sério, apoiado no puro afecto, na afinidade de dous seres que se atraem não por conveniência de classe, posição ou dinheiro (MOURA, 1919, p. 245).

O livro de Armand – ativo na militância libertária aos seus 88 anos – foi publicado como volume de 167 páginas, capa em cores ilustrada pelo desenho de uma silhueta feminina despida. Entre outros assuntos relacionados ao tema, o individualista francês punha em discussão assuntos como “a castidade”, “a obscenidade”, “o nudismo”, “as aberrações sexuais”, “a prostituição” e o “amor plural”, entre outros.

No longo prefácio – era costume do editor apresentar a obra e o autor situando-o no plano da história das ideias – Neves remete à definição do “individualismo”, ressalta sua concepção sobre a religião e acentua a crítica ao comunismo e ao modelo de organização social da União Soviética. Sobre o “amor livre”, ressalta haver, mesmo nos meios anarquistas, resistência à discussão do tema, em parte por conta dos tabus relacionados ao sexo ou por influência da “moralidade” cristã:

> Não há nenhum grande problema humano, nenhum daqueles com os quais esta relacionada a questão da felicidade e da liberdade do homem, que não tenha sido tratado com o maior interesse por Armand [...] todavia foi a questão sexual, o problema do ciúme, a necessidade de reformar completamente a mentalidade do indivíduo em relação com o problema do sexo, o que maior interesse lhe mereceu sempre. Saído dos meios cristãos, onde os tabus sobre o sexo dominam e esmagam o indivíduo, alimentando o ciúme e, através deste, gerando o sofrimento, a neurose e o crime, verificou,

> cheio de espanto, ao ingressar nos arraiais anarquistas, que também estes se encontravam dominados a este respeito pelo 'veneno cristão' (NEVES, s/d, p. 67).

A ressalva à recepção de certos conceitos de Armand pelos anarquistas tem suas razões. A "camaradagem amorosa", uma das principais ideias defendidas por Armand em seu livro gerara, desde sua publicação original, debate nos meios anarquistas, sob a alegação de que, com o pretexto de combate ao ciúme, mantinha-se a mulher em posição de submissão. Maria Lacerda de Moura, por exemplo, afinada com as ideias de Charles Albert e Han Ryner, mas também divulgadora da obra de Armand, abordava o "companheirismo amoroso", em sua dimensão de submissão da mulher e de morte do amor:

> [...] escravidão da mulher, o servilismo, a morte do Amor [...] no qual a mulher continua representando papel de coisa, objeto de prazer, escolhida sempre e nem sempre com o direito de escolher... fêmea sem muito direito a eleger e obrigada a se prestar à imposição de todos [...] A mulher superior escolhe: não se submete às imposições de um indivíduo, quanto mais de todo um grupo." (MOURA Apud LEITE, 2005, p. 156–157).

Para compreender melhor os contornos da atividade do Editor Roberto das Neves, convém situá-lo no âmbito do anarquismo individualista, o que se vai expressar no Catálogo da *Editora Germinal*, em sintonia com os autores cujo pensamento se articula àquela corrente. Tal fora o caso de E. Armand e Han Ryner, do qual a *Germinal* já publicara *O Quinto Evangelho* e mais tarde, em 1966, *Manual Filosófico Individualista*, cujo original datava de 1903. Esta escolha editorial da tradição individualista pode explicar a ausência, entre os livros da *Germinal* publicados entre 1945 e 1968, de obras de pensadores clássicos do anarquismo como Kropotkin, Malatesta, Bakunin ou Proudhon, como, a propósito, fora previsto no "plano editorial" da editora. Dos clássicos, a publicação do libelo anticlerical de Sebastién Faure constitui uma exceção.

Em 1962, a *Editora Germinal* publicou um livro que, em certo sentido, destoava de suas publicações anteriores, seja do ponto de vista do conteúdo, seja quanto ao aspecto material. Em *O Novo Israel*, Agustín Souchy, anarquista sueco, ex-secretário da Associação Internacional dos Trabalhadores, jornalista e escritor, narrava sua viagem a Israel, onde

observou a criação e o desenvolvimento dos *kibutzim*, as coletividades agrícolas autogestionárias criadas pelos primeiros colonos. Já referimos anteriormente a impressão que causaram as coletividades de Israel entre agrupamentos anarquistas de vários países, que nelas ressaltaram as características libertárias. No Brasil, *Ação Direta* e *A Plebe* publicaram entusiásticos artigos saudando os *kibutzim*.

O livro, cuja tradução coube a Maria Jerusa Díaz y Saíz, trazia na capa a reprodução de uma ilustração em cores de jovens casais em trajes típicos dançando ao som de um acordeão, sob a sombra de um enorme *menorá*, o tradicional e sagrado candelabro judaico. Para o padrão da editora, de portadas simples e em geral de duas cores, o frontispício de *O Novo Israel* era uma inovação.

Em “Israel – Uma lição para o mundo”, prefácio que apresenta o livro, Neves passa em revista a trajetória do autor, acentuando o compromisso de Souchy com as lutas antiautoritárias, e opondo à violência e à sordidez do capital a fraternidade e a cooperação dos *kibutzim* como experiência exemplar:

> O novo Israel, com as maravilhosas experiências dos seus ‘kibutzim’, que deram vida a um país e a ressurreição a um povo, constitui um milagre da vontade e da cooperação fraterna e, por tudo quanto fica dito, um luminoso exemplo para êste nosso mundo tão conturbado pela violência e pela avidez sórdida do lucro (NEVES In: SOUCHY, 1962, p. 8).

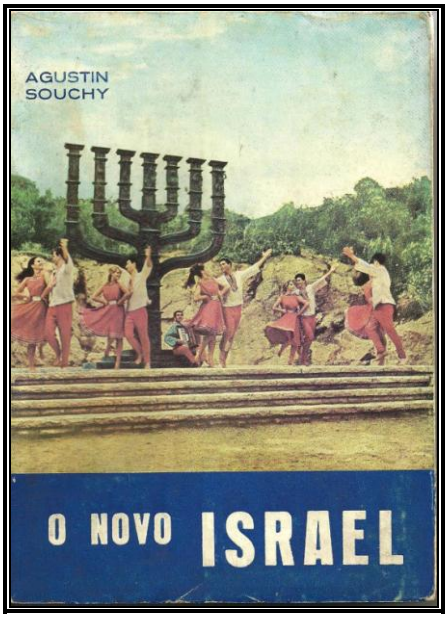


Ilustração 74 – *O Novo Israel*, de Agustin Souchy. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1962.

Do ponto de vista editorial, a publicação do livro de Souchy representava também uma novidade. Naquela conjuntura, a "literatura de viagem" ligada a projetos militantes tornou-se tema frequente. Muitos livros circulavam à época, sobretudo da autoria de adeptos do comunismo, expondo impressões sobre viagens à União Soviética ou a outros países do bloco socialista.[131] Com *O Novo Israel*, o editor Roberto das Neves pôs em circulação um relato contemporâneo que supera o efeito de "impressões de viagem" para propor uma espécie de "livro-documentário", onde os conceitos operam frente aos experimentos fundados nos princípios de cooperação e da solidariedade.

Da viagem que fizera em 1958 a Israel, Souchy regressara com a ideia de que as coletividades judaicas eram, ao lado das coletivizações durante a Revolução Espanhola entre 1936 e 1939 – às quais também conheceu – uma das experiências sociais mais relevantes do século XX. Exteriormente, avaliava, podiam aparentar semelhança com os *kolkozes* e os *solvkozes* da Rússia, mas as coletividades voluntárias de Israel, não sendo fruto de coação estatal, tinham caráter e práxis essencialmente distintos.

Segundo Souchy as coletividades israelenses refletiam "todos os problemas estruturais" de uma sociedade libertária, mas isso podia ser útil na medida que mostrava aos aderentes que "o socialismo não cai como um fruto, amadurecendo por si mesmo na árvore capitalista, isto é, como a resultante de uma vontade intrínseca". Para a estruturação da sociedade libertária, avaliava, era necessário o compromisso livre e decidido frente aos problemas eventuais. Reconhecia, afinal, que os ideais libertários não deveriam ser idealizados como um caminho único para as transformações sociais, visto que cabia à experiência social dos sujeitos, em suas práticas, a avaliação das formas múltiplas de organização:

> O coletivismo libertário não é, certamente, o único remédio para todos os males. É uma possibilidade, entre outras, para a solução do

[131] Para ficar em três exemplos de reconhecida expressão, citemos *Viagem* (1952), de Graciliano Ramos, *O Mundo da Paz: União Soviética e democracias populares.* (1951), de Jorge Amado, e *O Mundo do Socialismo* (1962), de Caio Prado Júnior. Júlia Barbosa analisou comparativamente os relatos de viagem de Graciliano Ramos e Jorge Amado em BARBOSA, Julia Monnerat. "Viagens ao mundo socialista" In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **Livros Vermelhos.** Literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010.

> problema social. A vida humana, com suas ricas facetas interiores, e a sociedade, com suas variadas manifestações exteriores, requerem múltiplas formas alteráveis, e só numa evolução permanente pode satisfazer-se o eterno afã do homem de superação e felicidade (SOUCHY, 1962, p. 14).

Pouco tempo depois da publicação de *O Novo Israel*, um episódio é ilustrativo do trabalho editorial de Roberto das Neves, bem como das barreiras que lhe interpunham. Tentando furar a vigilância e a censura do regime salazarista, Neves enviara livros libertários para Portugal, para divulgação em livrarias, revistas especializadas e para os acervos da Biblioteca Nacional de Lisboa e da Universidade de Coimbra. Os livros, entretanto, foram vetados pela censura postal e devolvidos ao editor. Roberto das Neves visitou a redação do diário carioca *Correio da Manhã* e tornou público o ocorrido. A notícia, repercutida no jornal, somou-se às denúncias aos atentados a liberdade em Portugal sob a ditadura salazarista:

> **CENSURA DE SALAZAR VETA LIVROS**
> Esteve em nossa redação o professor português Roberto das Neves. Diretor das Editôra Germinal. Exibiu pacotes de livros da editôra que, enviados para Portugal, foram vetados pela censura postal de Salazar e devolvidos ao Brasil. “Conquista do Pão”, “O Retrato”, “O Novo Israel”, “Jesus de Nazaré e a Crítica Histórica” são os títulos dos livros.
> O prof. Roberto das Neves informou que a censura salazarista devolveu, inclusive, livros destinados ao crítico da revista ‘Seara Nova’, de Lisboa, entre eles, “Curso de Literatura”, do prof. José Oiticica. Os volumes da Editôra Germinal para a Biblioteca Nacional de Lisboa foram devolvidos com o carimbo: “Alfândega de Lisboa”, “importação proibida, devolva ao remetente”. O mesmo aconteceu com livros enviados para a Universidade de Coimbra (*Correio da Manhã*, RJ, 17 dez. 1963).

A difusão editorial de Roberto das Neves não se limitava aos livros de sua editora. Entre os livros por ele enviados a Portugal estavam *A Conquista do Pão*, de Kropotkin, publicado pela *Organização Simões* (RJ) e *O Retrato*, de Osvaldo Peralva,[132] uma dura crítica ao regime soviético, publicado pela *Editora Globo*, de Porto Alegre, em 1962.

[132] Osvaldo Peralva foi um ativo militante do Partido Comunista Brasileiro por mais de 30 anos. Jornalista, foi membro do Kominform, o comitê de informação comunista. Integrou o grupo de intelectuais e jornalistas que deu início às discussões internas do Partido após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no qual Krushev denunciou os crimes de Stálin e o culto à sua personalidade. Após viagem à URSS, no final dos anos 1950, desencantou-se com regime soviético e aderiu ao “socialismo democrático”. *O Retrato* é uma denúncia dos crimes do stalinismo, da burocratização soviética e do desvirtuamento da revolução socialista. Ver: “O

O último livro libertário lançado pela *Editora Germinal* nos anos 1960 implicou, além de grande dose de ousadia em vista do momento político que atravessava o país, um senso de atualidade e sintonia com os acontecimentos contemporâneos. Em setembro de 1968, em plena ditadura militar, a editora libertária do Rio de Janeiro deu a lume *Anarquismo (Da doutrina à ação)*, do sociólogo e historiador francês Daniel Guérin.

O prefácio da obra ficou a cargo de Pietro Ferrua, anarquista de origem italiana com larga militância internacional. Ferrua fora um dos fundadores e diretores do "Centre International de Recherches sur L'Anarchisme" – (*C.I.R.A.*).[133] No Brasil, fundou a seção local do *C.I.R.A,* e, tomando contato com a militância local, presidiu o Centro de Estudos Professor José Oiticica. Entre outras atividades de militância, Ferrua ministrou um curso livro sobre o anarquismo, promovido pelo *C.I.R.A.* e pelo C.E.P.J.O. no Teatro Carioca, no Rio de Janeiro.

Ferrua conhecia bem a obra de Guérin, um intelectual marxista que então se aproximava das posições libertárias. Na obra de Guérin, a trajetória histórica do anarquismo passaria, aos poucos, a ocupar lugar central. Ferrua chamou atenção para a aproximação de Guérin com o anarquismo, reconhecendo-lhe a atualidade e a pertinência das posições políticas. O sociólogo francês, por seu turno, expressava confiança nas possibilidades de uma síntese entre as proposições libertárias e o marxismo:

> Em carta de julho de 1966, confessa ainda Guérin encontrar-se numa posição solitária entre o marxismo e o anarquismo. Declarara numa entrevista de 5 de maio de 1966, que em todos os países se multiplicavam estudos sobre este movimento, que talvez não tivesse mais muitos porta-vozes, mas 'que suas ideias talvez tenham sobrevivido melhor que seus porta-vozes'.
> Segundo Guérin, a atualidade do anarquismo revelar-se-ia sobre dois planos: num passado honrado e profético (por ter previsto, há um século, os crimes do socialismo autoritário) e na proposição de um socialismo libertário, baseado na iniciativa criadora do indivíduo e na

---

jornalista que o Brasil esqueceu", Sérgio da Motta e Albuquerque: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-jornalista-que-o-brasil-esqueceu>; e CPDOC-FGV Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, verbete "Partido Comunista do Brasil": <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/como>.

[133] O *Centre International de Recherches sur L'Anarchisme* (C.I.R.A.) foi criado em 1957, em Genebra e, em 1963, estabeleceu-se em Lausanne, na Suíça. Reúne documentação relacionada às atividades anarquistas em todo o mundo. Dispõe hoje de catálogo informatizado com mais de 20.000 livros, documentos de áudio e vídeo, hemeroteca e coleções iconográficas, cartazes, arquivos impressos e manuscritos. A documentação pode ser consultada em sua página na *web*: <www.cira.ch>.

> participação espontânea das vastas massas. Mantém-se, porém, Guérin convicto da possibilidade de uma síntese entre anarquismo e marxismo (as disputas encaradas como brigas de família), permanecendo o desacordo apenas sobre alguns meios de se chegar à sociedade sem classe (FERRUA In: GUÈRIN, 1968, p. 7–8).

A edição original de 1965, sob o título de *L'Anarchisme, de la doctrine à l'action*, saiu pela *Gallimard,* em Paris. No ano seguinte, o autor publicou *Ni Dieu, Ni Maître*, pela *Éditions de Delphes*, na mesma cidade. Este último, afirmara Guérin, chamar-se-ia "Antologia Histórica do Anarquismo" e, nas palavras de Ferrua, constitui-se numa "verdadeira Suma sobre o assunto, onde se revelam, pela primeira vez, documentos importantíssimos sobre a ação anarquista na revolução russa (entre outros, uma entrevista de Makhno com Lênin e as *'Izvestias'* de Cronstadt)".

Embora a ligação de Guérin com o marxismo tenha produzido recepção desigual de sua obra nos meios libertários, Ferrua anotou-lhe os méritos, à parte o que considerou pequenas omissões decorrentes da falta de documentação e "algumas interpretações apressadas". Segundo sua apreciação, a obra de Guérin era oportuna, uma vez serem raras, em francês, leituras de iniciação sobre o anarquismo que, ao mesmo tempo, servissem de introdução ao tema e discutissem suas principais experiências históricas:

> Basta dizer que não existia em francês, nem talvez em outro idioma, um livro que condensasse com tamanha honestidade, vivacidade e acuidade, o que é necessário informar sobre o anarquismo, numa primeira leitura, para um público virgem. Mas o livro não tem somente esta qualidade: é ainda estimulado pelo repensamento da problemática moderna do anarquismo, ao mesmo tempo que é um convite ao reconhecimento de alguns erros do passado e uma avaliação de perspectivas novas (FERRUA In: GUÈRIN, 1968, p. 8).

Situando o leitor brasileiro face ao movimento das ideias na conjuntura internacional, Ferrua ressalta a influência dos livros de Guérin na irrupção das grandes revoltas estudantis em França e noutros países do mundo. "Talvez Guérin não goste de saber", afirmava seu prefaciador no Brasil, "que eu lhe reconheço (mérito ou responsabilidade?) aquela influência que a imprensa atribui a Marcuse e que foi negada pelos representantes dos estudantes." Lembrava que o tema das práticas autogestionárias ganhara destaque em seu *L'anarchisme*, no qual "ressuscita o princípio de 'autogestão' de Proudhon e dedica-lhe os últimos capítulos". As análises de Guérin

emergiam frequentemente nos debates que marcavam o espírito da “Comuna estudantil de Paris”, como já salientara Edgar Morin:

> O mínimo que pode ser dito é que não é por acaso que o lema anarquista da autogestão, por uma parte, e, por outra parte, a tônica marxista-libertária das ocupações das fábricas, como entre outros salienta Edgar Morin, tenham sido as constantes maiores da recente Comuna estudantil de Paris (FERRUA In: GUÈRIN, 1968, p. 9).

Agregando palavras de Daniel Guérin, extraídas de carta de 5 de julho de 1968, Ferrua ressaltava o protagonismo e a animação com que participara dos debates da juventude, nas assembléias de estudantes e trabalhadores. Era nítido o caráter libertário da contestação popular, marcante desde a organização das discussões, nos moldes da democracia direta. O papel do livro e da leitura de contestação radical é ressaltado, fermento das ideias que tomavam corpo nos debates da *revolução do maio francês*:

> O que houve de verdadeiramente novo neste movimento não foram, a meu ver, nem as barricadas nem a ocupação das fábricas, mas a contestação radical de todos os valores estabelecidos e a democracia direta, as assembléias populares discutindo tudo sem cansar e repondo tudo em questão. Nesta contestação, o anarquismo, ou o socialismo libertário saiu vencedor. É absolutamente inacreditável o número de exemplares vendidos do meu livrinho. Animei debates sobre a autogestão em um certo número de faculdades, de escolas superiores, de colégios e até numa fábrica ocupada. A questão apaixona literalmente o público. Trata-se da aquisição mais duradoura, parece-me, da revolução de maio (GUÈRIN Apud FERRUA In: GUÈRIN, 1968, p. 9).

Foi esse livro que a *Editora Germinal* levou a público em 1968, quando a efervescência do maio parisiense começava a se espraiar pelo mundo e pelo Brasil. Os periódicos anarquistas em circulação, *Dealbar*, de São Paulo e *O Protesto*, de Porto Alegre, tinham estampado a revolta da juventude francesa em suas páginas, ressaltando-lhe a feição libertária. Era, então, oferecida ao público uma obra que lançava luzes sobre as mais contemporâneas discussões que animavam os protagonistas da “Revolução de Maio”, no dizer de Daniel Guérin.

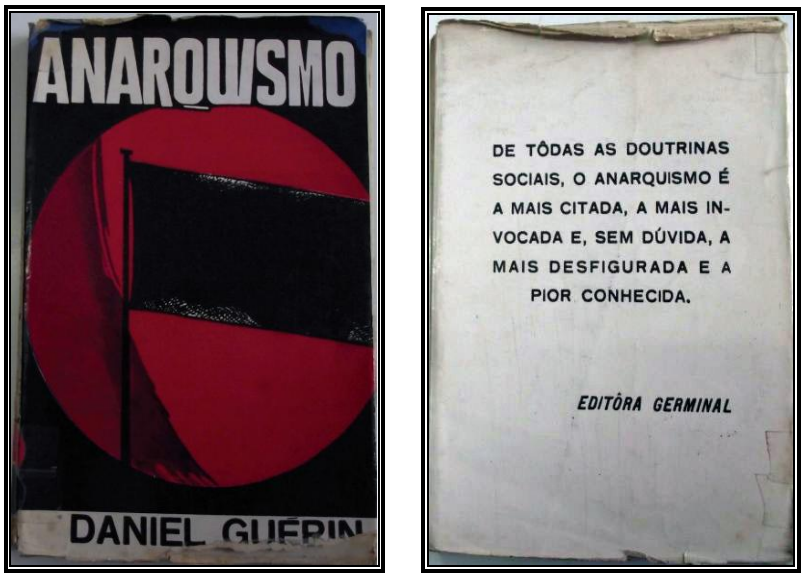


Ilustração 75 – Capa e contracapa de *O Anarquismo*, de Daniel Guérin, lançado pela Editora Germinal em 1968.

A edição de 171 páginas da *Germinal* era apresentada com capa em vermelho e preto que trazia a expressiva imagem da bandeira negra do anarquismo, frequente entre os manifestantes do "maio de 68". Trazia ao final uma bibliografia coligida por Daniel Guérin, com obras fundamentais sobre o anarquismo, um efeito de atualização do campo teórico em debate e de disseminação dos estudos contemporâneos. Nas últimas páginas, o catálogo da *Germinal* e, à contracapa, uma mensagem do editor instigando o leitor à busca de informação sobre o anarquismo: "De todas as doutrinas Sociais, o Anarquismo é a mais citada, a mais invocada e, sem dúvida, a mais desfigurada e a pior conhecida".

O *Anarquismo*, de Daniel Guérin, parecia destinado a um papel de destaque no projeto de difusão libertária dos anarquistas no Brasil. Fora o único livro da *Germinal* voltado a uma síntese doutrinal publicado pela editora desde a sua criação, em 1948. Roberto das Neves acreditava sua difusão pudesse contribuir como estímulo aos movimentos contestatórios no Brasil, como o fizera entre os leitores de outros países, pela crítica que os libertários opunham às soluções autoritárias, e convencido de que a valorização da liberdade era primordial à construção do socialismo:

> 'O Anarquismo (Da doutrina à ação)', estudo desapaixonado de uma ideologia tão mal conhecida e balanço minucioso de um século de convulsões em busca da solução para a questão social, assinala que

> as novas gerações, cansadas das falsas soluções autoritárias, se inclinam decididamente para a solução libertária, o que é altamente promissor e motivo de profundo júbilo para quantos, como nós, vêm na liberdade o supremo bem do homem e a pedra angular do socialismo, ou seja, da liberdade, da igualdade e da fraternidade (NEVES In: GUÈRIN, 1968, 2ª sobrecapa).

Os efeitos da recepção do livro de Guérin não se pode precisar. Poucos meses depois de seu lançamento, o Ato Institucional nº 5 aprofundava a ditadura e a repressão vigente no país desde 1964. Os jornais libertários foram obrigados a cessar sua publicação, e as agrupações que então funcionavam, como o Centro de Cultura Social de São Paulo e o Centro de Estudos Professor José Oiticica, no Rio de Janeiro são forçados a suspender as atividades militantes. O C.E.P.J.O. tem sua sede invadida e saqueada por militares da Aeronáutica. Posteriormente, são processados os membros de seu conselho diretivo – entre os quais Pietro Ferrua – e o editor Roberto das Neves.[134]

A *Editora Germinal* desempenhou um papel destacado no projeto de difusão das ideias anarquistas, caracterizando a principal iniciativa editorial dos libertários no período estudado nesta tese. No papel de Casa Editora, publicando obras que por outros meios não seriam possíveis aos leitores brasileiros; mas igualmente na função "livreira", distribuindo obras relativas aos princípios libertários, nacionais e estrangeiras, em vários idiomas – o esperanto incluído – por todo o Brasil. A existência da *Editora Germinal* entre os anos de 1948 e 1968, manteve-se como um projeto de Roberto das Neves, cuja identificação com as correntes individualistas do anarquismo não dificultou a criação de projetos coletivos. O *mêtier* de um editor não se concebe isolado. O próprio trabalho de elaboração das obras tem natureza coletiva, integrando num mesmo processo a escrita, a tradução, a revisão, a apresentação e o trabalho gráfico aos quais se devem o formato final do livro. Darnton identificou a atividade editorial como um "circuito de comunicação que vai do autor ao editor [...] ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor" (DARNTON, 1995, p. 112). Nessa trajetória, em que o livro enquanto produto final chega ao leitor, o editor desempenha um papel central, pois coordena

[134] O fechamento do Centro de Estudos Professor José Oiticica e o processo movido contra seus integrantes foram relatados por Edgar Rodrigues, com largo apanhado documental, em **O Anarquismo no Banco dos Réus.** (Rio de Janeiro: VJR, 1993).

“todas as possíveis seleções que levam um texto a se transformar em livro, e tal livro em mercadoria intelectual, e esta mercadoria intelectual em um objeto difundido, recebido e lido” (CHARTIER, 2001, p. 48). É ao se encontrar com o leitor, por meio da leitura e da apropriação de seu conteúdo, que o livro alcança seu significado.

A atuação de Neves não se desenvolve à margem do movimento anarquista. O atestam sua participação, nem bem iniciara a reorganização do movimento libertário, no Congresso Anarquista de 1948, realizado em São Paulo, na condição de “delegado representante da *Editora Germinal*” (RODRIGUES, 1992, p. 159); sua colaboração frequente com a imprensa libertária e sua atuação, junto de outros militantes, no Centro de Estudos Professor José Oiticica. Concordamos com Milton Lopes, para o qual leitura de livros com o selo da *Germinal* foi fundamental no encontro com o anarquismo, quando reconhece:

> Apesar de eventuais discordâncias que possam surgir em relação a aspectos de sua militância, nunca se poderá negar a sua coragem em lutar contra o fascismo e os autoritarismos em geral, tarefa a que se entregou por quase quatro décadas de sua existência no Rio de Janeiro (LOPES In: EMECÊ, 2011).

O trabalho do editor ácrata Roberto das Neves, divulgador no Brasil e em Portugal do anarquismo, do antifascismo, do anticlericalismo, do esperanto e movimentos pouco conhecidos como as iniciativas comunitárias, as cooperativas alimentares e a macrobiótica, foi um dos pontos de destaque da atuação libertária entre 1945 e 1968. Editando, escrevendo, prefaciando, distribuindo livros por intermédio de sua editora, colocando em movimento as ideias, de sua iniciativa saltam nítidas as intenções: formar leitores, ampliar o mais possível o público leitor dos livros libertários. Permitir a parcelas cada vez maiores o conhecimento das ideias de cuja difusão, a seu ver, dependeria a transformação social.

O trabalho da *Germinal* não se desenvolve sozinho nos anos da chamada redemocratização. Do seio do movimento libertário, outras iniciativas editoriais, aos poucos, tomam forma. Seja por conta de divergências relativas às concepções e práticas da militância de Neves, ou para multiplicarem os esforços da difusão do anarquismo, outros membros do Centro de Estudos

Professor José Oiticica criam, no início dos anos 1960 a *Editora Mundo Livre*, em moldes cooperativos. A *Mundo Livre* soma-se à *Editora Germinal* na divulgação de obras libertárias. O labor editorial de Roberto das Neves prossegue, superando dificuldades. Divergências à parte, era atestado o fruto de sua prática editorial e militante. “E como fazia propaganda anarquista a Editora Germinal!”, recordaria Edgar Rodrigues, num relato de memória (RODRIGUES et alli, s/d, p. 66).

4.3 A *Cooperativa Editora Mundo Livre* e a difusão libertária nos anos 1960

Em 1962, nasceria um projeto editorial do movimento libertário que, desde sua gênese, fora pensado e realizado coletivamente. Numa iniciativa que agregou esforços de libertários do Rio de Janeiro, de São Paulo, e de outras cidades, foi criada a *Cooperativa Editora Mundo Livre*. Os princípios do cooperativismo, formulação de organização econômica anticapitalista eram levados à prática na edição libertária.

A defesa do cooperativismo era tema comum entre os libertários. Nesta pesquisa, encontramos, nas páginas da imprensa dos anarquistas, discussões sobre o cooperativismo e sua propaganda, como excertos dos livros de Fábio Luz Filho sobre as sociedades cooperativas; ou o artigo do escritor e poeta anarquista Martins Fontes, “Gênese da Cooperativa”, que *Ação Direta* publicou em 1948 e no qual o autor asseverava que “a cooperativa nasceu de uma necessidade econômica dos trabalhadores, para sua defesa contra certos agentes especulativos que, ainda hoje e talvez mais do que em outros séculos, exercem o comércio e vivem parasitariamente no organismo social.” (*Ação Direta*, 29 de dez. de 1948). Frequentes também foram os artigos, no mesmo jornal, de Pedro Ferreira da Silva sobre a prática cooperativa, depois enfeixados e publicados pela *Editora Germinal*, como já se apresentou neste trabalho.

Os próprios grupos editores dos jornais libertários funcionavam à maneira de cooperativa, resultando suas folhas do trabalho comum na escrita, impressão, distribuição e sustentação, um jornalismo praticado sem qualquer modelo ou feição profissional e afirmado como vivência dos conteúdos da

solidariedade e do ensino mútuo. Uma vez que não aspiravam lucro – os jornais na maior parte das vezes eram distribuídos gratuitamente – nenhum dos envolvidos no projeto recebia remuneração. Tal modelo de organização prática no periodismo se estendia à edição de livros, atualizando a prática de sementeira de ideias e tributando à palavra impressa um conectivo de destaque como amálgama dos grupos de afinidade em plano nacional e internacional. Aonde não chegam as excursões de propaganda, pela mobilidade militante, chegariam os jornais, as brochuras, os livros, as separatas de ilustrações, os opúsculos, as peças de teatro social, os hinos e a poesia de contestação radical.

A *Cooperativa Editora Mundo Livre*[135] foi criada no âmbito das atividades do Centro de Estudos Professor José Oiticica – CEPJO e contava com a participação de militantes de outras cidades. O nome escolhido para a editora buscava na tradição e na cultura política libertária sua referência, reapropriando títulos e construindo elo identitário com iniciativas libertárias anteriores. *Mundo Livre* já fora denominação de organização editorial no Rio de Janeiro da década de 1910; reaparecia, então, como cooperativa editorial. No final da década de 1970, novamente o designativo *Mundo Livre* dará nome a uma editora libertária, não ligada, entretanto, ao coletivo que lhe deu vida na década precedente.

Criada dois anos antes de o golpe civil-militar abolir garantias constitucionais, a *Mundo Livre* exerceu seu projeto de difusão editorial libertária. Até 1964, publicou quatro livros: *Retrato de Ditadura Portuguesa*, de Edgard Rodrigues (1962); a segunda edição de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica (1963); *Anarquismo – Roteiro de Libertação Social*, de Edgard Leuenroth; *O Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*, de Pedro Kropótkine (1964) e *Erros e Contradições do Marxismo*, de Varlan Tcherkesoff (1964). N'alguns relatos é listado como obra publicada pela Mundo Livre o folheto *A Solução Anarquista Para a Questão Social* (1962), de Errico Malatesta. Este, embora tenha sido fruto do trabalho dos militantes que

[135] Seu registro constava no "Ministério da Indústria e Comercio do Rio de Janeiro, sob o termo nº 533.309 de 23-3-1962 em nome do 'Centro de Estudos Professor José Oiticica' – Guanabara – Editora Mundo Livre – Classe 32 – Jornais e revistas' e publicado no Diário Oficial de 8-6-1962" (RODRIGUES, 1993.b, p. 269).

integravam a *Mundo Livre*, saiu com o selo da “Guilda de Estudos Sociais”, de São Paulo, como já destacamos.

Nesta pesquisa, o melhor relato recolhido sobre a trajetória, os objetivos e a atividade da *Editora Mundo Livre* é o documento apresentado ao Congresso Anarquista de 1963, realizado no mês de novembro, em São Paulo. O texto foi publicado no jornal *O Libertário*, em sua edição de janeiro de 1964. O documento é aqui transcrito integralmente para que se dimensione, em perspectiva histórica, o significado da atividade editorial no movimento libertário brasileiro. Em se tratando de um documento apresentado em Congresso, sua forma e conteúdo adquirem conotação face à história, situando o permanente “fazer-se” dos grupos editoriais, a concepção ampliada do jornalismo praticado, a multiplicação dos folhetos, opúsculos, panfletos e outras edições. Além disso, pontua o significado organizativo dos congressos, conferências, encontros quando usualmente se discutiu e se deliberou sobre o livro, os espaços e modos de leitura. O documento enfatiza, assim, um sentido de permanência e continuidade na história do anarquismo, face ao livro e à leitura:

> **COOPERATIVA EDITÔRA MUNDO LIVRE**
> Pode-se dizer que as atividades editoriais têm constituído uma das principais preocupações do movimento libertário do Brasil, desde o início aqui de sua existência. Com esta finalidade, têm existido grupos editores, ocasionais uns e outros com atividade mais duradoura, além das edições feitas por jornais e revistas anarquistas e mesmo por militantes individualmente, devendo-se mencionar a Editôra Germinal, do Rio de Janeiro, iniciativa individual, de um militante libertário, já com várias obras editadas.
> Numerosos foram os livros, e principalmente folhetos, sobre todos os aspectos do problema social editados pelo movimento libertário brasileiro.
> Êsse esfôrço no desenvolvimento da divulgação do ideal anarquista pelos veículos editoriais tem merecido especial atenção dos congressos, conferências e encontros libertários realizados no Brasil. Foi o que se verificou no Congresso Libertário realizado em 1959, em São Paulo, no qual foi decidido trabalhar-se ativamente no sentido de ser constituída uma editôra com caráter de continuidade, dando-lhe, para isso uma organização com bases administrativas regulares.
> Essa deliberação tornou-se uma promessa ora realizada com a fundação, no Rio de Janeiro, da Cooperativa Editôra Mundo Livre.
> Não foram poucas as objeções feitas a essa iniciativa, surgindo dúvidas a propósito de sua viabilidade, devido às grandes dificuldades de ordem técnica e econômica a vencer. Não obstante os fatores de ordem adversa, foi levada a cabo uma tarefa sistemática, que permitiu a concretização de tão desejado objetivo.
> Ainda em vias de organização definitiva, conforme se verifica pelos estatutos submetidos a êxame deste Encontro Libertário, para o respectivo registro, já contamos com 44 sócios cotistas permitindo-nos, nesse período inicial, editar as seguintes obras: “O Retrato da

> Ditadura Portuguesa", de Edgar Rodrigues; "A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos", do prof. José Oiticica; "Anarquismo – Roteiro da Libertação Social", de Edgard Leuenroth.
> Estão programados para 1964 os seguintes livros: "O Anarquismo e a Ciência Moderna", de Pedro Kropotkin; "O Marxismo Ante e Depois de Marx", de Varlan Tcherkesof.
> A Editôra recebeu algumas centenas de várias obras sobre diversos aspectos do problema social, para serem vendidas em proveito de seus fundos editoriais.
> Constitui também atividade da Editôra Mundo Livre a distribuição e venda de obras de outras editôras, o que já se vem fazendo.
> Com suas finanças perfeitamente reguladas, pois até o último livro editado já está pago, abre-se para nossa editôra perspectivas satisfatórias, dependendo da cooperação efetiva de todos os interessados em sua obra a possibilidade de poder ampliar a sua produção.
> Estamos presentemente empenhados na completa sistematização da distribuição das obras publicadas, de maneira a podermos conseguir o máximo resultado nas vendas.
> Firma-se cada vez mais a nossa convicção de que, com a perseverança de nossa atividade, conseguiremos solidificar definitivamente a existência da Editôra e ampliar suas tarefas editoriais de maneira a atender as exigências de divulgação do Ideal libertário (*O Libertário*, janeiro de 1964).

Face à conjuntura adversa, a atividade exigia perseverança, e o documento é exemplar do lugar que a difusão impressa ocupava na atividade dos militantes libertários. A "obra" vinha de longe, constituindo uma distinta faceta do movimento ácrata. A atividade editorial efêmera ou duradoura, por meio dos coletivos ou de individualidades libertárias, fez-se presente, enfrentando dificuldades, de ordem técnica, econômica e política. Fruto desse programa, vultoso índice de livros, folhetos, boletins, jornais, revistas resultam da ação pratica do movimento libertário brasileiro, desde finais do século XIX e sempre, em conexão, com seus congêneres em escala internacional.

No caso da *Mundo Livre*, torna-se claro que sua criação foi fruto de deliberação coletiva, tendo sido debatida sua constituição desde a Conferência Libertária Nacional de 1959.[136] A realização de certames buscando integrar os militantes de diferentes cidades revela a busca de organizacidade por parte dos coletivos ácratas nos anos da dita "redemocratização". A proposta de criar uma

[136] Realizada entre 26 e 29 de março de 1959, em São Paulo. Segundo relato de Edgard Leuenroth, no certame foram tratadas, de maneira objetiva, as iniciativas do movimento anarquista: "Passando em revista o que estava sendo executado, assentam-se medidas para dar ao movimento maior amplitude. Entre essas iniciativas, figuram os Centros de Cultura e os Grupos Teatrais, "Nossa Chácara", a publicação do jornal do movimento no Brasil e a difusão de livros e das publicações libertárias de outros países." No certame participaram militantes do Rio de Janeiro e São Paulo, que discutiram, ainda, as iniciativas sobre organizações comunitárias e foi estudada a possibilidade da fundação de uma editora de obras de "educação popular" com tipografia própria (LEUENROTH, 1963, p. 133–134).

editora “com caráter de continuidade”, oferecendo-lhe para tanto “bases administrativas regulares” é sintomática do desejo de estruturação do movimento libertário que superasse a militância eventual, conectando-a com outras práticas simultâneas, tornando a intervenção social duradoura e continuada.

O documento apresenta ainda um esboço de plano cooperativo e editorial, apresentando os livros lançados e por lançar e a formação de um fundo editorial com aquisição de obras de outras editoras que a *Mundo Livre* distribuiria, “em proveito de seus fundos editoriais”. Era prática comum – como ressaltamos a propósito do Catálogo da Editora *A Sementeira*, nos anos 1930 – os libertários adquirirem obras de outras editoras. Distribuindo-os, por meio dessa “vertente” livreira, auxiliava-se o fortalecimento de seu suporte material, de resto mantido pelas cotas dos “associados”.

Em um dos balancetes da *Mundo Livre*, em seu primeiro ano de funcionamento, a cooperativa editorial contava com 23 sócios cooperadores cotistas, dos quais “a) 19 com cotas de Cr$ 10.000,00; b) 4 com cotas de Cr$ 15.000,00”. Já adentrado o ano de 1963, o número de cotista registrado era de 32, e as cotas tinham sido elevadas para o valor de Cr$ 20.000,00 (RODRIGUES, 1993.b, p. 268). O número de 44 sócios[137] cotistas em janeiro de 1964 denota que, mesmo em um período de crise econômica e inflacionária, em que o valor da moeda era constantemente rebaixado, a base de sustentação material da *Mundo Livre* crescia, e as cotas atingiam, no começo de 1964, o valor de Cr$ 25.000,00.

O fundo material completava-se com “a distribuição e venda de obras de outras editôras”, como os livros da *Editora Germinal* e de

[137] Entre a apresentação do documento, no Congresso Libertário em novembro de 1963 e a publicação do mesmo, em janeiro do ano seguinte, no jornal *O Libertário*, o número de cotistas ampliou-se de 32 para 44, sugerindo que várias adesões ao projeto de *Cooperativa Editora Mundo Livre* foram feitas durante o certame. A lista dos cotistas apresentada durante o congresso era: Ideal Peres, Ênio Cardoso, Esther Redes, Antonio Correia, Fernando Neves, Pedro Gonçalves, João de Castro, Diamantino Augusto, Germinal Bottino, Pedro Catallo, Cecílio Dias Lopes, João Rojo, Amílcar dos Santos, João Perdigão Gutierrez, Pedro Ferreira da Silva, Salvador Arrebola, Antônio Salgueiro, Emílio Tesoro, Germinal Leuenroth, Francisco Cuberos Neto, Osvaldo Salgueiro, Francisco Ortega, Souza Passos, Giacomino Bottino, Emmanuel Pochaczevsky, Cristóvão Alba, Carolina Bassi, Antônio Costa, Maria Arminda, Atílio Pessagno, Ignes Redes, Athayde da Silva Dias, Dr. Paulo. Constam, ainda, na lista os nomes de Edgard Leuenroth, tendo doado a importância de 10.000,00 para a edição de *Anarquismo – Roteiro da Libertação Social*, de sua autoria; e Alexandre Pinto, doando a importância de 3.000,00 (RODRIGUES, 1993b, p. 250–251).

organizações editoriais estrangeiras, notadamente àquelas ligadas ao movimento libertário argentino, como *Americalee*, *Imán*, *Editorial Proyección*, *Editorial Claridad* e *Tupac*. No jornal *O Libertário*, no início de 1964 eram anunciados livros da *Editora Germinal* (*Fátima*, de Tomás da Fonseca; *O Novo Israel*, de Agustín Souchy), da *Zahar Editores* (*Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*, de Jackson J. Humpdem) e da *Editorial Proyección*, de Buenos Aires (*Cataluña, 1937*, de George Orwell) (*O Libertário*, fev./mar. 1964) O caráter de "cooperativa sem lucro" fora frequentemente lembrado, destacando-se como principal interesse com a venda dos livros o levantamento de fundos editoriais para o lançamento de novas obras.

Nota daquele mesmo ano na imprensa libertária frisava seu caráter anticapitalista, salientando que da iniciativa poderiam tomar parte como cotistas quaisquer militantes, simpatizantes ou amigos do movimento libertário. As cotas eram realizadas de acordo com as possibilidades econômicas de cada participante, que quitava prestações semanais ou mensais, segundo sua escolha. Ressaltava-se que a cooperativa editorial não aspirava à obtenção de qualquer lucro, "diversamente de emprêsas de caráter comercialista do capitalismo". Todo o resultado das vendas de cada livro publicado seria aplicado na edição de novas obras (*O Libertário*, jan. 1964).

Retrato da Ditadura Portuguesa, de Edgar Rodrigues, foi o primeiro livro publicado pela *Editora Mundo Livre*. Rodrigues prosseguia na seara em que publicara seus primeiros livros: o antifascismo, com especial acento na denúncia dos crimes do salazarismo. Sob esse aspecto, pode-se considerar o seu livro de 1962 compondo uma trilogia antissalazarista – que já contava com *Na Inquisição de Salazar* (1957) e *A Fome em Portugal* (1958).

O livro fora composto e impresso nas oficinas da *Companhia Brasileira de Artes Gráficas*, à rua Riachuelo, nº 128, Rio de Janeiro. Sua capa, em azul com letras em tom alaranjado, trazia reprodução fotográfica de grande mobilização popular durante um comício da campanha do general Norton de Matos em Portugal, opositor de Salazar que disputou as eleições de 1948, tendo sido derrotado.

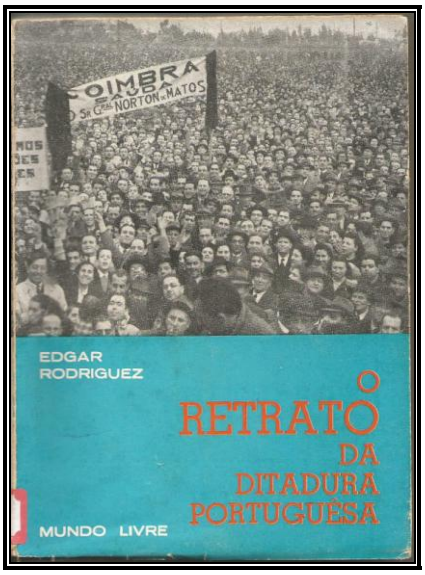


Ilustração 76 – *Retrato da Ditadura Portuguesa*, o primeiro lançamento da *Mundo Livre*. Rio de Janeiro, 1962.

Num breve texto de apresentação, é ressaltada a atividade de pesquisa de Edgar Rodrigues, em seu labor na recolha, preservação e publicação de documentos das lutas sociais, principalmente com o objetivo de salvaguardar os fios da memória face à constante vigilância, controle e perseguição do aparelho da repressão portuguesa:

> Com o presente livro, tem o autor a intenção de divulgar a vasta documentação coletada durante sua longa e penosíssima permanência em Portugal. Também pretende invectivar essa negra e sinistra figura que outrora dirigia o Correio de Coimbra e sob o pseudônimo de Alves da Silva [Salazar, n/a.], usou e abusou da liberdade de pensamento, liberdade que, no momento, proíbe a seus patrícios (RODRIGUES, 1962, 1ª sobrecapa).

Na “Razão deste livro”, Rodrigues afirmava que não escrevera para “fazer o jogo de qualquer movimento político partidário, correntes que estou alheio por convicção ideológica” e sim para trazer “a verdade amarga e cruel, mas a verdade” sobre os crimes que a ditadura salazarista, havia 34 anos, impunha ao povo português. Para tanto, o autor faz um apanhado das revoltas contra o governo de Salazar e sua repressão; as lutas dos sindicalistas e anarquistas e o “trabalho negativo dos bolchevistas portugueses”, o papel da P.I.D.E. como principal instrumento de repressão do regime e, por fim, denuncia a política colonial portuguesa na África.

No livro, a *Editora Mundo Livre* apresentava traços de seu projeto editorial, por meio das edições que esperava publicar. Tal projeto se ia desenhando a partir das possibilidades. O projeto era sintomático do anseio dos militantes libertários no campo da difusão impressa. As próximas publicações previstas eram duas coletâneas de *Obras Seletas*, de Kropotkine e Bakunine; *Nacionalismo e Cultura*, de Rudolf Rocker; *A Delinqüência no Estado Moderno*, do Dr. A. Comfort; *Problemas e Psicologia da Adolescência*, do Dr. Newton F. Josetti, um dos mais freqüentes convidados do CEPJO onde ministrava conferências e cursos; *O Crime Não Existe*, do advogado Athayde da Silva Dias (Raul Vital); *Educação Através da Arte*, *Marxismo e Anarquismo* e *Arte Poesia e Anarquismo*, de Herbert Read; *A Revolução*, de Gustav Landauer; *Ação Direta Não Violenta*, de B. de Ligt; *História do Movimento Operário no Brasil*, de Edgar Rodrigues; *A Revolução Desconhecida*, de Voline; *Páginas de Combate* e *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, do professor José Oiticica; *O que é a Propriedade* e *Capacidade Política da Classe Operária*, de Pierre-Joseph Proudhon e, por fim, *O Socialismo Libertário* e *O Socialismo no Mundo das Fábulas e Parábolas*, este último um dos projetos literários que Edgard Leuenroth não teve o tempo intelectual de transformar em realidade.

Vê-se, então, que o projeto cooperativo da *Editora Mundo Livre* aspirava a certo equilíbrio entre temáticas e gêneros que pareciam fundamentais à divulgação do anarquismo. Aos textos clássicos do anarquismo, contemplado em Kropotkin, Bakunin e Proudhon – este último, aliás, pouco lido até hoje em língua portuguesa – juntar-se-iam pensadores libertários contemporâneos, como Comfort, Read e Rocker.

Destaca-se, do ponto de vista editorial, o modelo de “obras seletas”, coletâneas reunindo em um volume os principais escritos de um pensador, numa estratégia para permitir acesso dos leitores aos escritos de autores clássicos, ao mesmo tempo em que permitia destacar, em meio à obra do autor, as discussões que se julgavam mais pertinentes à atualização dos debates e à ampliação do vocabulário anarquista na sociedade contemporânea.

A obra *Nacionalismo e Cultura*, de Rudolf Rocker já constara nas pretensões da *Editora Sagitário*, em meados dos anos 1940; no plano editorial

da *Editora Germinal* e agora reaparecia entre as “próximas publicações” da *Editora Mundo Livre*. Apesar disso, *Nacionalismo e Cultura* permaneceu sem edição em português. Entretanto partes da obra foram publicadas por meio da tradução de excertos na imprensa anarquista. Posteriormente, um capítulo do livro, intitulado *A Insuficiência do Materialismo Histórico*, foi publicado pela *Organização Simões Editora*, em 1956. A edição completa da obra que circulou no movimento libertário brasileiro pode ter sido a da *Ediciones Tupac*, de Buenos Aires, com tradução de Diego Abad de Santillán, publicada em 1942.

As edições anunciadas pela *Mundo Livre* contemplavam ainda os autores libertários brasileiros ou ligados ao movimento, como Leuenroth, Oiticica, Athayde da Silva Dias e Newton Josetti, e os tradicionais posicionamentos dos anarquistas em relação às correntes políticas antagonistas, sobretudo os marxistas.

Com a publicação da segunda edição de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, a editora cumpria um duplo objetivo. De um lado, levava novamente às livrarias um ensaio esgotado, considerado imprescindível à propaganda libertária, pela forma com que eram expostos fundamentos ideológicos do anarquismo. Doutra parte, sua publicação, ao início dos anos 1960, rendia tributo ao autor José Oiticica, falecido em 1957, cujo nome batizava o centro de estudos que os militantes libertários fundaram no Rio de Janeiro. No prefácio, Ideal Peres afirmava o sentido da reedição em face do momento político e do compromisso social assumido pelos anarquistas:

> Nêste momento de tremenda confusão de conceitos, normas e ação no campo socialista, e em que mais evidente se torna a afirmação de Bakunine de que ‘a liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade’, a reedição desta obra deixa de ser mera homenagem ao velho mestre, amigo e companheiro de lutas, para se tornar uma questão de ativa consciência humana diante dos tremendos problemas do mundo atual (PERES In: OITICICA, 1963, p. 6).

A publicação do livro de Oiticica, mais bem acabado do que a edição de 1947, trazia capa em vermelho e preto, com retratos de Kropotkin, Makhno, Malatesta e Reclus. Na contracapa, o retrato e breve biografia de Oiticica. Os próximos lançamentos da Editora eram apresentados, e a lista era encabeçada por *O Marxismo Antes e Depois de Marx*, de Varlan Tcherkesoff. Este fora o

quarto livro publicado pela cooperativa, com o título modificado, como adiante veremos.

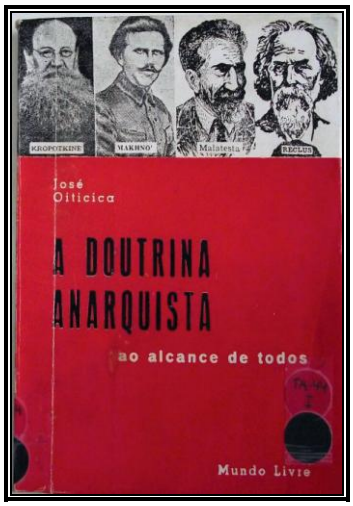


Ilustração 77 – A segunda edição de *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, de José Oiticica. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.

Anarquismo – Roteiro da Libertação Social, de Edgard Leuenroth foi publicado em 1963. Tratava-se de uma "antologia de doutrina – crítica, história, informações", compilada por Leuenroth de ensaios e artigos da imprensa libertária de vários autores e textos seus que publicou n'*A Plebe* (SP), n'*A Lanterna* (SP) e noutros periódicos do movimento.

O prefácio do livro coube a Agustin Souchy. Militante de renome internacional, Souchy afirmava a "inegável importância na atualidade" da obra do anarquista brasileiro, ilustrativa da trajetória de mais de meio século da luta dos libertários no país "em favor da libertação não somente de uma classe, mas de tôdas as camadas sociais, e não somente para libertar uma nação, mas tôda a humanidade." O libertário alemão afiançava que, no livro de Leuenroth, o leitor encontraria uma miscelânea do pensamento anarquista do passado e do presente, na palavra de seus teóricos e reconhecidos militantes. Tal panorâmica permitiria aos leitores conhecer o compromisso ético dos libertários na luta pela liberdade:

> O livro de Edgard Leuenroth não pretende apresentar um quadro completo da doutrina anarquista em suas diferentes e variadas facetas. Expõem-nos apenas certos aspectos ideológicos, juntamente com algumas ideias de pensadores anarquistas do passado e do presente. O leitor tem, assim, a oportunidade de conhecer um movimento que não visa conquistar o poder político, mas que tem o

> abnegado, ingrato e, ao mesmo tempo, sublime fim de ajudar o homem a despertar na consciência de si mesmo, sentir palpitar a dignidade humana no coração e salvaguardar a integridade da sua personalidade no embate com múltiplas formas de coação social (SOUCHY In: LEUENROTH, 1963, p.8–9).

Devemos observar a qualidade editorial do formato “Antologia”, recurso com frequência utilizado na difusão de ideias políticas. Na história do livro e da leitura, a Antologia é expediente ímpar, na forma e no conteúdo. Um livro, vários autores. Ou muitos livros em um só. A Antologia orienta a leitura, sugere relações entre as obras, põe diferentes autores em debate, articula pensamentos distintos ou complementares. Convida o leitor a inteirar-se e tomar partido na polêmica, quando é o caso. A condensação num único volume das ideias de vários autores é uma das estratégias de ampliação e atualização da leitura, sobretudo em vista dos embaraços materiais dos editores de publicar em separado as obras de cada autor; e da dificuldade material dos leitores na formação ou ampliação de bibliotecas próprias.

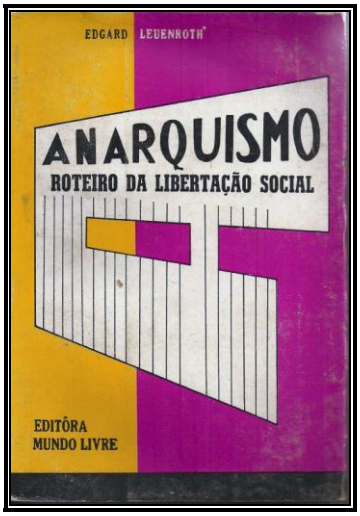


Ilustração 78 – *Anarquismo: roteiro da libertação social.* Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.

Por outro lado, o formato Antologia pode sugerir a erudição de seu organizador, a largueza de vistas e de leituras de quem reuniu, numa compilação, autores e ideias no tracejar de um panorama que busca contemplar múltiplas facetas de um mesmo tema político, social, econômico... Esse foi o caminho editorial que escolheu Edgard Leuenroth. Militante anarquista, escritor, jornalista, arquivista, reuniu autores – clássicos e contemporâneos – propôs temas, discutiu as bases éticas e filosóficas do

anarquismo, historiou seu movimento e apontou os caminhos da atuação anárquica na contemporaneidade.

A obra é atravessada pela convicção nos vetores da educação e nas práticas da autoformação, do ensino mútuo. Leuenroth fora defensor fervoroso da educação e via a difusão dos livros libertários e da leitura indissociável do movimento anarquista. Seu livro terá sido o "roteiro" inicial de futuros militantes, oferecendo uma abordagem geral acerca das ideias libertárias.

Anarquismo – Roteiro da Libertação Social destaca ideias e práticas do anarquismo, por meio de excertos de Eliseu Reclus, Kropotkin, Bakunin, Malatesta, P. Archinoff, George Orwell, B. Cano Ruiz, Luce Fabbri, Ugo Fedelli, José Oiticica, Neno Vasco, Jacinto Cinazo e G. Ernestan, entre outros.

Os artigos e editoriais reproduzidos de jornais anarquistas estrangeiros, como *La Protesta*, de Buenos Aires, *Humanitá Nuova*, de Roma, *Tierra y Libertad*, do México e *L'Adunata dei Refrattari*, de Nova Iorque, dão a medida do intercâmbio mantido com o movimento anarquista internacional, atualizado com o que sucedia noutras plagas e concorrendo para a sustentação material da imprensa libertária internacional.

N'"O porquê deste livro", Edgard Leuenroth repetiu a avaliação sobre a carência de literatura libertária, embora reconhecesse não faltarem obras sobre os problemas sociais. Segundo ele, entretanto, parte dessas eram ligadas ao que considerava "um socialismo estrangulado pelas ideias do nacionalismo desvirtualizador presentemente em voga". Lembrando-se de outros tempos, quando as edições libertárias portuguesas atravessavam o Atlântico para suprir a vontade de saber dos militantes, situava os limites enfrentados pela circulação do livro e da leitura, ao mesmo tempo em que evidenciava o esforço de intercâmbio e a urgência na atualização do programa editorial no Brasil:

> [...] obras sobre o anarquismo escasseiam; já não nos vem mais, do velho Portugal, aquelas preciosas obras de uma coleção cujos livros, hoje raros, se distinguem em estantes de velhos militantes. A ditadura fascista proíbe que os prelos lusitanos funcionem na impressão do pensamento libertário, tão vigoroso naquele umbral da Europa. Poucos são os livros de caráter doutrinário editados ultimamente no Brasil. Por isso, os militantes, simpatizantes e estudiosos recorrem às obras estrangeiras, que mandam vir das editôras de países da América e da Europa. Patenteia-se, portanto, a urgência de edições brasileiras das obras clássicas dos teóricos do anarquismo ou de

> novos livros que correspondam à necessidade de divulgação, no Brasil, dos princípios libertários (LEUENROTH, 1963, p. 4).

A coletânea de Leuenroth abre espaço para a história do anarquismo no Brasil, uma memória em permanente disputa. Alertava, porém, que, em virtude do projeto traçado inicialmente para a obra, apenas uma ideia geral sobre a origem e o desenvolvimento das atividades libertárias no país caberiam no escopo daquele trabalho. Antecipava, dessa forma, que muitos dos fatos sociais ganhariam análise mais acurada em obra futura que preparava e que receberia o sugestivo título de *Poeira de Barricada* (Episódios da atividade de um militante anarquista), projeto que restou irrealizado (LEUENROTH, 1963, p. 102).

Leuenroth destacou vários momentos da participação anarquista nas lutas sociais no país, passando pelo movimento proletário, pelas lutas em defesa das liberdades públicas e dos direitos do cidadão, nas mobilizações contra a "carestia de vida", na luta antifascista, no combate anticlerical ("contra o imperialismo ultramontano"), contra o militarismo e a guerra, nas manifestações solidárias aos trabalhadores da outros países e as atividades no campo da educação e da cultura. Anotou breves comentários sobre congressos, encontros e conferências anarquistas ocorridos no Brasil, desde os primeiros, na alvorada do século XX, até os realizados pelo movimento libertário após a queda da ditadura varguista.

Destacou também a posição dos libertários em relação ao modelo de "democracia" daqueles anos, em que a perspectiva de escolher representantes, panaceia na visão dos anarquistas, parecia ser a grande conquista da "redemocratização". O "aprendizado político", por meio da consolidação do sistema partidário e das eleições (FERREIRA, 2011, p. 9), não contemplava o desejo de mudança social dos libertários. Os anarquistas, dizia Edgard Leuenroth, não se pretendiam mentores do povo, não desejam representá-lo. A antologia que publicava, vazada na afirmação da autonomia e na crença de que "cabe ao povo cuidar de seus direitos" não podia, segundo ele, ser tomada como manifesto partidário, como o de outros agrupamentos políticos que tomavam parte na polifonia da arena política de então:

> Nada disso. Não vimos pedir que o povo nos eleve às sinecuras legislativas e governamentais. Nunca pedimos votos e jamais os pediremos. E, se não pedimos, também nada oferecemos. Em época alguma os anarquistas se ofereceram para representar o povo, porque entendem que ao povo cabe cuidar de seus direitos. Nunca nos arvoramos em mentores do povo, porque ao povo pertencemos e com êle lutamos.
> Êste documentário reflete uma afirmação de consciência alimentada por princípios bem sentidos e bem pensados, uma afirmação de propósitos de ação, serena mas decidida, contra tôdas as formas de tirania, de exploração e de embrutecimento exercidas contra o povo e de luta em prol da liberdade e bem-estar para todos.[...]
> Urge, portanto, prosseguir na obra principiada pelos abnegados de outrora, para que, quando além das fronteiras convencionais ruir fragorosamente o arcabouço apodrecido do regime social dominante, também o povo desta terra, no arreial de um nôvo e sublime 13 de Maio, conquiste a sua alforria derradeira, fazendo com que o Brasil, em tôda a sua grandiosidade, passando a pertencer a todos os seus habitantes, a todos proporcione a vida simples e feliz que a exuberância trabalhada de seus riquezas naturais permita. [...]
> Com todos estarão os anarquistas nessa cruzada redentora, ofertando como penhor de sua sinceridade todo um longo passado de esforços desinteressados e de sacrifícios suportados serenamente na peleja em prol de uma causa comum que, sendo de todos, é também sua (LEUENROTH, 1963, p. 230).

O golpe civil-militar em abril do ano de 1964 marcou o início de um período de perseguição e medo para os militantes anarquistas. A partir de então, num ambiente sem garantias democráticas, as atividades da militância libertária e, de forma particular a labuta editorial, realizam-se sob permanente tensão. Obra imediata do regime que se autoatribuía "salvar" o país de suposta "ameaça comunista", a caça aos considerados subversivos faz pesar ameaças à liberdade e à vida dos militantes.

Os dois lançamentos seguintes (e que seriam os derradeiros) da *Cooperativa Editora Mundo Livre* são publicados no contexto autoritário e repressor do regime militar. O fim das garantias democráticas obriga os libertários à alteração de seus projetos. O jornal *O Libertário* (1960-1964), o "porta-voz do movimento anarquista do Brasil", sustara sua publicação e a *Mundo Livre*, às vésperas de mandar ao prelo *O Marxismo, Antes e Depois de Marx*, de Varlan Tcherkesoff e *O Anarquismo e a Ciência Moderna*, de Kropotkin, troca-lhes os títulos. Desta forma, seriam dados a público, já no transcurso da ditadura militar, *Erros e Contradições do Marxismo* e *O Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*.

É preciso dimensionar o que significava, para autores e editores, serem forçados a lançar mão de tais estratégias. Em tempos de palavra

amordaçada, muitos sentiram “na própria pele” que a história do livro e da leitura é também a história de sua interdição e repressão. Suprimir parte dos escritos, dissimular a linguagem, modificar os títulos e, no limite, suspender e arquivar obras que se queria publicar, foram, muitas vezes, maneiras de garantir a integridade dos escritos e a sobrevivência física dos autores e dos envolvidos com a edição. Analisando o caso português durante a ditadura do Estado Novo, Nuno Medeiros anota as consequências no labor dos autores, dimensionando o sufocamento das ideias que combatiam o estabelecido:

> Para os escritores, um dos efeitos mais presentes no discurso dos agentes, dada a incorporação íntima no comportamento, ele próprio, também prévio, foi a autocensura. Era no objeto de intervenção que se achava transferido pela práxis compressiva o estatuto de instância primeira de decisão sobre o que publicar e como publicar (MEDEIROS, 2010, p. 80).

Exemplar, nesse sentido, o depoimento do escritor libertário Ferreira de Castro, autor de extensa obra, dentre a qual se destaca o romance *A Selva*, sobre as agruras vividas pelos trabalhadores extrativistas nas selvas amazônicas. Com doze anos de idade, Castro imigrou para o norte do Brasil, onde viveu parte da adolescência a trabalhar em seringais. Seu mais famoso romance é, pois, um “exercício catártico, onde procurou libertar-se da vertigem de seu passado” (CABRITA, 2009, p. 120). Retornando a Portugal, Ferreira de Castro foi um dos mais frequentes colaboradores do “Suplemento Literário e Illustrado” de *A Batalha*, jornal sindicalista revolucionário, órgão da Confederação Geral dos Trabalhadores. Em 1945, escreveria Castro, testemunhando o autossuplício que se abatera sobre os escritores de oposição ao regime. Para o autor de *A Selva*, era uma tortura a autorrestrição, com receio da censura:

> Para escrever conforme os cânones da censura, o romancista devia fingir ignorar todas as grandes inquietações do homem do nosso tempo e escrever uns romances convencionais, deslocados de sua época, uns romances sujeitos a tantas restrições [...] Escrever assim é uma verdadeira tortura. Porque o mal não está apenas no que a censura proíbe mas também no receio do que ela pode proibir. Cada um de nós coloca, ao escrever, um censor imaginário sobre a mesa de trabalho – e essa invisível e incorpórea presença tira-nos toda a espontaneidade, corta-nos todo o élan, obriga-nos a mascarar o nosso pensamento, quando não a abandoná-lo, sempre com aquela

> obsessão: 'Eles deixarão passar isto?' (CASTRO Apud MEDEIROS, 2010, p. 80).

O depoimento de Castro mencionando a figura do "censor imaginário" é expressivo do constrangimento a que estava submetido o processo criativo, em períodos em que a censura e a repressão estabeleciam o cânone. Em outro contexto, Florestan Fernandes chamou a atenção para a autocensura, sublinhando-a como mecanismo de defesa e sobrevivência:

> Era preciso ver como esta situação histórica [da ditadura] criou uma autocensura subliminar, universal e muito mais destrutiva do que a censura. Isso porque, através da autocensura, professores, pesquisadores, jornalistas, escolas, empresas jornalísticas e de televisão, editoras, etc., concedem mais do que o governo poderia pretender... E a autocensura se aninhou na mente das pessoas. Ela se transformou num mecanismo de defesa e de sobrevivência nas instituições-chave da produção cultural (FERNANDES Apud COSTA, 2006, p. 221).

Alterados os títulos, saíram em 1964 os livros da *Mundo Livre*. A capa, da autoria de Valdo, em vermelho e negro, com retratos despedaçados de Marx e Engels apresentava o livro de Varlan Tcherkesoff. Edição anterior da obra aparecera em língua portuguesa em 1935, sob o selo da *Editora Prometheu*, de São Paulo. Nesta versão da *Cooperativa Editorial Mundo Livre*, o texto do revolucionário russo aparecia acompanhado de introdução de Roberto das Neves, *"O Marxismo, Escola de Ditadores",* ensaio que o anarquista português publicaria depois em separado, pela *Editora Mundo Livre*,[138] e que principiava com assertiva, inspirada na obra de Tcherkesoff, que se tornou famosa na propaganda libertária: "Na obra de Karl Marx há que distinguir duas partes: uma, que é boa, mas não é dele; a outra, que é dele, mas não é boa".

Dois outros artigos eram apresentados "em apêndice": "Marx e as Ideias Libertárias", de Rudolf Rocker (capítulo do livro *As Ideias Absolutistas no Socialismo*); e "O Sofisma Anti-Idealista de Marx", do professor de filosofia e

[138] NEVES, Roberto das. **Marxismo, Escola de Ditadores.** Coleção Cadernos da Juventude, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, s/d. O referido volume foi publicado no final dos anos 1970, quando o nome "Mundo Livre" fora reutilizado por Nelson Abrantes para batizar sua editora. Sob o mesmo selo saíram, entre outros, livros de Edgar Rodrigues, como *Novos Rumos. Pesquisa Social 1922-1946* (1978) e *Alvorada Operária* (1979), que contribuíram para a difusão libertária no período da "redemocratização".

anarquista belga Paul Gille. Completava o livro um esboço biográfico de Tcherkesoff da autoria de Rudolf Rocker.

Nascido numa família nobre da Geórgia, Varlan Tcherkesoff ligou-se, na juventude, aos círculos revolucionários que conspiravam nos subterrâneos da sociedade russa. Integrou a organização secreta “Terra e Liberdade” na década de 1860 e por conta do envolvimento com as organizações estudantis contrárias ao tzarismo, conheceu Netchaef, que exercia forte influência em organizações secretas revolucionárias. Mais tarde, fugindo da prisão na Sibéria, refugia-se no estrangeiro, passando uma temporada na Suíça francesa, onde trava contato com os militantes do Jura e com expoentes do anarquismo como James Guillaume, Carlo Cafiero, Errico Malatesta e Peter Kropotkin. A partir de então, torna-se propagador do anarquismo.

Tcherkesoff colaborou em vários jornais libertários, dentre os quais *Freedom*, de Londres e a revista francesa *Temps Nouveaux*, fundada por Jean Grave em 1895. Tendo participado das revoluções russas em 1905 e 1917, teve que deixar o país, forçado pela perseguição dos bolchevistas. Na sua produção intelectual, destacou-se principalmente a análise crítica do marxismo e sua influência no movimento socialista internacional. Rocker anotara que, pessoalmente, Tcherkesoff “era um caráter completamente honesto e um homem extraordinariamente afável. Todos os que entraram em contato com êsse homem modesto, sempre em condições materiais precárias, só terão nêsse particular uma apreciação unânime” (ROCKER In: TCHERKESOFF, 1964, p. 30).

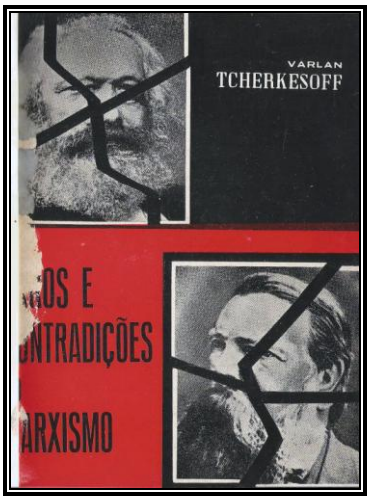


Ilustração 79 – *Erros e Contradições do Marxismo*, de Varlan Tcherkesoff. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1964.

Tcherkesoff fora o autor do primeiro estudo libertário sistemático sobre as origens das ideias de Marx e Engels. Estas, asseverou Tcharkesoff, eram tomadas em sua maioria de obras de economistas ingleses e socialistas franceses – os quais os marxistas depois apostrofariam de "utópicos". A crítica de Tcherkesoff rendeu ataques de epígonos do marxismo como Plekhanov e Kautsky. Rudolf Rocker anotou o alcance do estudo de Tcherkesoff:

> Mesmo quando não se pudessem aceitar tôdas as conclusões das obras de Tcherkesoff, é forçoso reconhecer ter êle demonstrado com clareza que muitas das ideias que haviam sido consideradas como férreos elementos do marxismo, como por exemplo, a 'concepção materialista da história', a 'teoria da mais-valia', a 'concentração do capital', a doutrina da 'luta de classes', etc. eram já conhecidas dos socialistas da França e da Inglaterra muito antes de serem Marx e Engels influenciados na redação de suas teorias por outros socialistas, como Considerant, Proudhon, Thompson, Buret e outros (ROCKER In: TCHERKESOFF, 1964, p. 30).

Da discussão sobre as origens do dito socialismo científico, Tcherkesoff passa à análise sobre os efeitos de sua influência no movimento socialista, destacando a atuação de Marx e Engels na Primeira Internacional, no seio da qual confrontaram as concepções centralista e federalista do socialismo.[139] No campo libertário é de Tcherkesoff um dos primeiro elogios à utopia, depois que os "socialistas científicos", sobretudo a partir da criação da social-democracia, pretenderam fazer dela um estigma:

> Confessamos sem dificuldades que somos utopistas e temos mêdo de não sê-lo bastante, pois poderiam suspeitar que não somos homens de princípios, como Engels e seus discípulos, e como êles capazes de desnaturar a terminologia científica, a concepção do socialismo, e, enfim, em lugar de pregarmos a emancipação, a liberdade e a solidariedade, supormo-nos capazes de desonrar-nos até o ponto de pregarmos a 'organização' do 'exército do trabalho,

[139] Sobre a história da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), também conhecida como "Primeira Internacional", ver: NETTLAU, Max. **História da Anarquia. Das origens ao anarco-comunismo.** São Paulo: Hedra, 2008; FREYMOND, Jacques. **La Primera Internacional**, vol. I. Madrid: Edita Zero, 1973; ENCKELL, Marianne. "A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política." In: COLOMBO, Eduardo et alli. **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Ed. Imaginário/ São Caetano do Sul: IMES – Observatório de Políticas Sociais, 2004; GUILLAUME, James. **A Internacional. Documentos e Recordações I.** São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009; SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris.** São Paulo: Hedra, 2011; SAMIS, Alexandre; ROMANI, Carlo. **Entre Marx a Bakunin. Caminhos e descaminhos da AIT, a Associação Internacional dos Trabalhadores.** (Mimeo.) s/d. disponível em: <http://unirio.academia.edu/CarloRomani>. Acesso em: 25 jul. 2014.

> especialmente para a agricultura', a disciplina, a submissão, numa palavra, a social-democracia (TCHERKESOFF, 1964, p. 98).

Às palavras de Tcherkesoff, somou-se a revalorização da utopia que Roberto das Neves assinou na Introdução à obra, historiando as experiências utópicas e as tentativas do socialismo experimental, recorrendo à poética definição de Max Nettlau em sua "História das Utopias":

> Facilmente se desprezam as utopias, consideradas por muitos como inúteis, ilusórias, contrárias à realidade e à ciência. Guardemo-nos de seguir essas vozes sêcas e utilitárias. O mundo é bastante pobre, tal como agora se encontra, e tôda utopia é uma de suas mais belas e raras flôres. O homem é verdadeiramente pobre se não afaga um sonho, se não leva no cérebro a eterna utopia de um ideal, geral ou individual, concebido na sua primeira juventude – construção muito variável, à qual acrescenta modificações em cada etapa de sua evolução moral e intelectual, que cresce, envelhece e morre com êle. Que vacuidade a do cérebro que a não conhece e que, por orgulho, resignação ou mera vulgaridade absoluta, não pensa mais além do presente! Ao contrário, o carpe diem vale sempre, mas os que estão absolutamente absorvidos por êle são sêres tão incompletos como os que vivem exclusivamente no sonho, na utopia (NETTLAU Apud NEVES In: TCHERKESOFF, 1964. p. 7).

Em 1964, a *Editora Mundo Livre* publicou *Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*, de Pedro Kropotkine. A obra do pensador russo já aparecera em língua portuguesa sob vários títulos. Originalmente fora publicado em 1901, em Londres, em russo, datando a primeira versão em inglês de 1903. Em português apareceu pela primeira vez em Lisboa, em edição da Biblioteca de Cultura Social, nos anos iniciais do século XX, intitulado *A Sciência Moderna e a Anarquia.* Em 1913, surgiu a primeira edição brasileira, sob o selo *Mundo Livre*, do Rio de Janeiro, sob o título *A Questão Social: O Humanismo Libertário em Face da Ciência*. Na primeira metade dos anos 1930, a *Biblioteca Prometheu*, animada pelos militantes libertários de São Paulo, publicou novamente a obra de Kropotkin, alterando-lhe o título para *A Questão Social: O Anarquismo em Face da Ciência* (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 85-86).

A edição de 1964 teve o termo "Anarquismo" retirado do título à última hora e traz, na primeira folha de rosto, um "segundo título": *A Questão Social: O Humanismo Libertário em Face da Ciência*, idêntico ao da edição de 1913, pela *Mundo Livre*. O prefácio é o mesmo de Kropotkin para a edição francesa de 1913. Nele afirmava o russo que trataria de demonstrar "até que

ponto o desenvolvimento da ideia anarquista, marchou paralelamente com os progressos das ciências naturais", para em seguida indicar "como e porquê a filosofia do anarquismo se destaca nas tentativas recentes de elaboração de uma filosofia sintética", ou seja, um teoria geral de interpretação do Universo (KROPÓTKINE, 1964. p. 9). Em comentário à obra na "orelha" do livro, os editores alegavam os méritos do "método científico" que Kropotkin aplicava ao estudo das sociedades humanas

> Revaloriza o método indutivo-dedutivo, que considera o único válido e aplicável às ciências sociais, em oposição ao dialético, que é afastado como locubração metafísica, sem conexão com a realidade social (Comentário à sobrecapa In: KROPÓTKINE, 1964).

Completava a edição, um glossário, adicionado originalmente por Max Nettlau à edição alemã de 1904, explicativo de conceitos recorrentes e personagens o qual se julgava útil ao "leitor atento no entendimento do texto, já por si extremamente claro" (SILVA, 2013, p. 153).

Ilustração 80 – *Humanismo Libertário e a Ciência Moderna*, de Kropotkin. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1964.

Apesar do termo "anarquismo" ausente do título, o propósito da obra do russo era claro, e os militantes libertários à frente da *Mundo Livre* reconheciam a importância da reedição do livro. Kropotkin foi um dos mais importantes teóricos do anarquismo na virada do século XIX para o século XX, mundialmente conhecido tanto por suas pesquisas científicas quanto por suas opiniões políticas. Reconhecido geógrafo e biólogo, foi certamente o pensador

anarquista mais lido nos círculos operários e libertários em que a cultura anarquista alcançou penetração. Em Portugal e no Brasil, por exemplo, o recenseamento nas estantes de livros recomendados nas páginas da imprensa operária e a atividade de edição comprovam à larga a difusão e influência das obras de Kropotkin (GONÇALVES; SILVA, 2001, p. 27–28). *Aos Jovens* (1880) e *A Conquista do Pão* (1888) e *Palavras de um Revoltado* (1885), entre outros, receberam sucessivas edições, compondo acervos de ateneus, bibliotecas populares, centros, escolas, bem como bibliotecas pessoais de militantes. São vários os relatos de memória militante – na linha do *Por que ou como me tornei anarquista* – a evocarem a leitura de uma brochura de Kropotkin e sua repercussão na *estrutura de sensibilidade*, na construção do ser militante anarquista.

Modern Science and Anarchism foi publicado originalmente em Londres, em 1901. Resultava de estudos publicados em revistas científicas ainda antes da virada do século. Na obra, o anarquista russo expõem sua compreensão da relação entre as ciências naturais e as ciências sociais. Investigava a ligação do anarquismo e de seus principais pensadores no desenvolvimento da ciência moderna. (SILVA, 2013, p. 151) Analisando a evolução do pensamento científico desde o século XVIII e passando em revista os princípios básicos do anarquismo, Kropotkin apresentou sua interpretação de que o anarquismo “deveria ser entendido como uma ciência social moderna ampla, incluindo em seu campo de análise a política, a sociologia, a antropologia, o direito, a psicologia, etc.” (SILVA, 2013, 152).

De fato, a par das análises acerca das relações possíveis entre o anarquismo enquanto filosofia política e sua perspectiva de transformação social e o desenvolvimento das ciências naturais, das ciências exatas ou dos avanços tecnológicos, a obra de Kropotkin abria espaço à discussão teórica acerca dos princípios libertários, muitas vezes, diagnosticada pelos anarquistas como escassa no mundo editorial brasileiro. Em especial nos últimos capítulos do livro, nos quais o pensador russo expunha as concepções do anarquismo em relação à organização social, às leis, à moralidade, à economia e sua crítica ao papel do Estado, capitalista ou comunista. Em tempos descritos como de “confusão ideológica” e de desconhecimento das ideias libertárias, definições de princípios como as de Kropotkin pareciam indispensáveis para o

projeto editorial da *Mundo Livre*. Anote-se, para dimensionar essa compreensão, que, entre os futuros lançamentos, constavam os clássicos *O que é a propriedade?* e o ensaio *Capacidade política da classe operária*, ambos de Proudhon.

§

Germinal e *Mundo Livre* foram as duas principais iniciativas dos anarquistas no sentido de criar as condições para a publicação e a distribuição da literatura libertária, entre os anos 1945 e 1968. A soma de esforços que exigiram, para dar dimensão prática à difusão das ideias libertárias e seu projeto de educação, atesta o lugar que ocuparam nas atividades anarquistas no período de reorganização do movimento anarquista após o fim do Estado Novo. A difusão de ideias era fundamental à intervenção política. Disso também sabiam os poderes estabelecidos. Não por outro motivo, as duas editoras estiveram envolvidas em vários episódios de censura e repressão, como o que culminou com o fechamento do Centro de Estudos Professor José Oiticica e o processo militar contra seus diretores e membros, após o decreto do Ato Institucional nº 5.

A edição anarquista que enfocamos, bem como as práticas de leitura e de difusão que a acompanharam, nada tiveram de residual em meio à experiência histórica do movimento libertário. Elas foram, na verdade, centrais na intervenção social dos anarquistas, e elementos fundamentais à compreensão libertária da mudança social, que implicava numa alteração de sensibilidades, dos valores e das atitudes, que permitisse criar relações sociais solidárias, igualitárias, anti-hierárquicas. Esse papel, cuja dimensão prática é dada pela circulação dos jornais anarquistas, dos folhetos, dos manifestos e da difusão da literatura libertária, mas igualmente pelas práticas de leitura que engendra, pela palavra empenhada na difusão dos princípios libertários, nas palestras e conferências, encontrou na criação e desenvolvimento da atividade editorial da *Germinal* e da *Mundo Livre* um reforço, estabelecendo programas editoriais originais por meio dos quais os anarquistas buscaram divulgar princípios e colocaram-se frente aos problemas do mundo em que viviam.

Nessa necessidade de intervenção social, autoeducação e cultura foram pontos-chave, perseguindo uma transformação que os anarquistas se recusavam a enxergar num horizonte longínquo e incerto, mas que compreendiam realizar-se, na prática, ao longo da caminhada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Mas nem só de pão vive o homem. O homem tem necessidade de livros, de música, de estátuas, de pintura, de paisagens. Logo, a par dum trabalhador, devemos fazer um pensador.
>
> **Adelino de Pinho**

A imprensa e a edição libertária desempenharam um papel primordial no ressurgimento público da militância anarquista após o Estado Novo, e durante todo o ínterim de reconquista das liberdades políticas formais, que se seguiu até o golpe civil-militar de 1964 e o decreto do Ato Institucional nº 5 em 1968. Nesse período, livros e jornais, além de outros impressos da cepa libertária, e as estratégias de circulação que os acompanharam, constituíram as facetas mais visíveis do movimento e integraram-se num mesmo projeto de difusão da cultura anarquista, ancorado na compreensão de que residia na educação e na autoformação o meio fundamental pelo qual poder-se-ia operar a mais significativa intervenção social.

É certo que nessa retomada das atividades de militância, após longo período de censura, repressão e desmantelamento das organizações libertárias, o movimento anarquista estaria bastante afastado da projeção social de que gozara, nos tempos em que despontara em meio às lutas operárias como portador da mais radical proposta de luta contra a exploração dos trabalhadores. O isolamento dos libertários no Brasil, entretanto, era a expressão local de fenômeno que se assistiu por todo o mundo, na conjuntura que se seguiu à derrota da Revolução Espanhola, ao fim da Segunda Grande Guerra e o posterior despontar da Guerra Fria.

O ímpeto em divulgar seus princípios, entretanto, não esmoreceu, de que são testemunhas, além da difusão dos impressos e das práticas de leitura, a criação ou reorganização de entidades de cunho social e cultural, como os ateneus, bibliotecas, centros de estudos, que ofereciam palestras, cursos, conferências ou reavivavam a tradição do teatro social, reafirmando o lugar da arte como ferramenta revolucionária. A busca de reestruturação dos espaços

de sociabilidade libertária formou a tônica daqueles anos. Através dessas práticas, os libertários procuraram refletir sobre a própria situação, após desfavoráveis transformações conjunturais, repensar a trajetória de seu movimento e buscar novos horizontes à intervenção social calcada nos princípios basilares do anarquismo.

Em vista da dimensão que estas tarefas tomaram e, principalmente, da soma de esforços de que resultaram, é desmerecedor avaliá-las como parte de uma estratégia de manutenção mínima do ideário em tempos de perda da inserção social. Elas são componentes, antes - e com todas as limitações que apresentaram - da continuidade de uma perspectiva de atuação que acompanhou os libertários, uma vez que a cultura nunca foi para eles mero acessório, fato que a atuação anarquista nos anos em foco comprova em dimensão prática.

Os periódicos libertários que abordamos constituíram exemplos desses espaços em que se exercitava a sociabilidade libertária. Sua feitura era obra coletiva e expressão da necessidade de criarem-se formas de divulgar o ponto de vista dos libertários sem intermediários. Eram filhos diretos da linhagem que, através dos tempos, uniu anarquistas e jornais, na premente necessidade de difundir os princípios do anarquismo e realizar a propaganda para parcelas mais amplas da sociedade. O caráter majoritariamente teórico da imprensa libertária naqueles anos, se por um lado revela o peso que se dava à formação doutrinária, por outro, remete à diminuição da presença dos anarquistas nas lutas sociais cotidianas. Isso não equivale a dizer que tenham compreendido que às suas propostas faltasse validade prática, mas era visto como sintoma das mudanças conjunturais da sociedade, na qual os argumentos baseados na autonomia, na independência e na liberdade perdiam terreno.

Assim, algumas de suas principais ideias iam, aos poucos, passando ao campo da memória e da história, como a intransigente defesa do sindicalismo revolucionário contra a manutenção, após a derrubada de Vargas, do atrelamento dos sindicatos ao Estado. A defesa do sindicalismo livre foi unânime entre os libertários naqueles anos, mas o pouco alcance das medidas práticas realizadas, com a esperança de retomar espaço nos sindicatos de então, revelaram os limites dessa pretensão. O debate em torno das mutações

do sindicalismo continuou recebendo larga atenção dos libertários, e constituiu importante elemento crítico ao sindicalismo oficial, mas, visto em retrospectiva, serviu menos à reformulação do modelo que combatiam do que ao fortalecimento da identidade anarquista, passando-a à posteridade como indelevelmente ligada à tradição das lutas operárias anteriores à década de 1930.

Enquanto espaço de convivialidade, os jornais e seus grupos editores, assim como os grupos de afinidade, os círculos de estudos e os centros sociais, proveram um fundamental elo geracional, que tornou possível o congraçamento entre uma nova geração de militantes libertários, surgida durante o Estado Novo e aquela linhagem de velhos anarquistas que se destacava nas lutas sociais desde o dealbar do século XX. No grupo editor de jornais como o *Remodelações* e o *Ação Direta*, do Rio de Janeiro, por exemplo, encontravam-se escrevendo, compondo, imprimindo e distribuindo anarquistas com o peso da experiência de muitos anos de militância social, no Brasil ou fora, como Moacir Caminha, Manuel Peres, José Romero, Diamantino Augusto, Franz Levejolan, Sousa Garcia e José Oiticica; com uma nova estirpe de libertários entre os quais Ideal Peres, Raul Vital, João Luiz Ney, que desde as "juventudes libertárias", tomaria papel ativo nas tarefas de militância. Em São Paulo, pelas páginas do mensário *A Plebe*, em sua "nova fase" a partir de 1947, e através das atividades do Centro de Cultura Social, a juventude de militantes como Jaime Cubero, Francisco Cuberos e Liberto Lemos Reis, entre outros, travava contato com a longa trajetória na luta social de anarquistas como Edgard Leuenroth, Pedro Catallo, Osvaldo Salgueiro, Benedito Romano e Rodolpho Felippe, entre outros. Mais numerosos foram, contudo, os militantes anônimos, de cujo empenho dependeu sempre a atuação libertária. Os que não assinavam artigos na imprensa, não pronunciavam conferências, ou se destacavam em realizações públicas da militância, eram fundamentais para a realização das mesmas atividades, muitas vezes concorrendo para estruturação logística e material da obra de difusão anarquista.

Investidos de lugar central na obra de reorganização dos libertários, coube aos jornais a posição destacada na estratégia de difusão que tinha na circulação das leituras um dispositivo primordial. Se os periódicos representavam as "ideias em movimento", coube também a eles papel

fundamental de diminuir a carência de literatura libertária em circulação entre os anos 1940 a 1960. Neles, o argumento impresso encontrou seu principal veículo. Publicaram, sejam artigos, notas, excertos, ensaios, às vezes em formato parcelado, conteúdo diretamente relacionado com a visão de mundo dos anarquistas, empenhados em fazer da propaganda doutrinária uma campanha de educação e fomento cultural. Abriram espaço, de forma pioneira, para o relato histórico e memorialístico sobre a atuação libertária a partir da perspectiva dos próprios anarquistas, por meio de narrativas que punham em primeiro plano os elementos constitutivos da cultura política libertária. Apresentaram e resenharam obras, traduziram a imprensa e literatura estrangeira, propuseram coleções, recomendaram e distribuíram a literatura libertária através de suas estantes de livros sugeridos, conformando um repertório inestimável de uma cultura literária própria. E embora a difusão libertária reclamasse o livro, enquanto fonte doutrinal principal, era nos jornais e através deles que essa divulgação começava e continuava. A perspectiva de oferecer o livro no jornal não saiu de voga, mesmo quando o esforço militante logrou dar forma às próprias iniciativas editoriais. Livros e jornais continuaram juntos, em trabalho complementar de educação libertária.

A realização de projetos de edição anarquista no período deu dimensão prática a anseios permanentes de difusão de princípios do movimento libertário. *Germinal* e *Mundo Livre*, editoras diretamente ligadas aos anarquistas foram testemunhas das dificuldades e das potencialidades da divulgação do anarquismo. Publicando ou distribuindo, são exemplares da busca por estruturação orgânica que possibilitasse continuidade na propaganda libertária. Dos livros que publicaram - via de regra superando obstáculos de ordem diversa - das coleções que propuseram, do intercâmbio que realizaram com outras organizações editoras libertárias ao redor do mundo, depreendem-se os temas e debates mais comuns ao pensamento libertário de então, denotando a sua historicidade e atualização conjuntural. A preferência por temas ligados à formação doutrinal, por meio da edição de clássicos do pensamento libertário, o anticlericalismo, a oposição ao fascismo – sobretudo na manifestação portuguesa do Salazarismo – e as abordagens históricas sobre a presença de ideias e práticas anarquistas no Brasil e no mundo, é amostra das inflexões e das escolhas de seus editores, mas

igualmente exemplares das batalhas que então travava o anarquismo, voltando-se à afirmação da identidade libertária, mas também buscando afinar-se com combates contemporâneos associados às premissas ácratas.

Aos esforços dedicados à tarefa editorial da *Germinal* e da *Mundo Livre*, somou-se a atividade de divulgação da literatura libertária publicada em edições de autor ou por editoras não ligadas diretamente ao movimento, mas que contemplaram o tema do anarquismo em algumas de suas publicações, prova da longevidade do interesse pela matéria, embora se atravessasse uma conjuntura histórica de franca predominância do apelo marxista no campo dos movimentos políticos de esquerda, com a correspondente ascendência da produção editorial associada a este.

A difusão do anarquismo através da circulação dos impressos continuou, assim, seu curso, e foi fundamental para a manutenção da perspectiva libertária de atuação política, mesmo enquanto vigia no país um regime ditatorial. No reencontro e retomada dessa perspectiva, quase sempre figuraram como pontos de partida, o contato com obras da atuação libertária das décadas imediatamente anteriores, por meio dos jornais libertários ou livros que discutiam o tema do anarquismo e aludiam à tradição de luta dos anarquistas nos movimentos sociais de outrora. As leituras que reavivam o interesse pelo anarquismo provam a força da alegoria do "semeador", tão frequente na tradição libertária em referência a difusão da Ideia. Quando dos primeiros sinais de reaparecimento público do anarquismo, novamente são os impressos que figuram como fundamentais veículos.

Desafiando a ditadura militar, em meio à profusão de periódicos da imprensa alternativa, o *Inimigo do Rei* (1977-1988)[140] foi o "toque de reunir" aos anarquistas no final dos anos 1970, assim como o *Remodelações* (1945-1947)

[140] Muitos pesquisadores voltaram a atenção à trajetória do *Inimigo do Rei*. Entre outros, ver: PAGANOTTO, Waldir. **Imprensa alternativa e Anarquismo. "O Inimigo do Rei" (1977-1988).** Dissertação de Mestrado: UNESP, Assis. 1997; PINTO, Leonardo Carvalho. "O Inimigo do Rei: Um jornal anarquista." In: DEMINICIS, Rafael e REIS, Daniel Aarão Filho (Org.) **História do Anarquismo no Brasil**. volume I. Niterói: EdUFF/Rio de Janeiro: MAUAD, 2006; BAQUEIRO, Carlos; NUNES, Eliene. (org.) **O Inimigo do Rei. Imprimindo Utopias Anarquistas.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2008; SIMÕES, Gustavo. *"Por uma militância divertida: O Inimigo do Rei, um jornal anarquista."* In: **Verve.** Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 11, São Paulo, 2007; OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. **Do *Underground* brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira. 1969-1992.** Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

o fora nos estertores do Estado Novo. O jornal libertário, nascido na Bahia e logo integrando militantes de vários estados se transformou em porta voz das idéias libertárias na imprensa brasileira durante o simulacro de “abertura”, além de ter promovido o encontro e o debate entre concepções do anarquismo clássico, o discurso da contracultura e um novo espectro de temas que incluía a homossexualidade, o movimento negro, o feminismo, as drogas ilícitas, entre outros.

Foi, portanto, promotor de um novo espaço de difusão para o anarquismo no Brasil, preservando o elo com os combates do passado, a memória do movimento anarquista no país, reivindicando o legado da imprensa libertária de que era continuação. Ao *Inimigo do Rei* seguiriam *Barbárie* (1979-1982), *Autogestão* (1980) e *Utopia* (1988-1992) (OLIVEIRA, 2007). Desde 1991 circula o *Libera*, inicialmente um boletim do Círculo de Estudos Libertários – CEL, atualmente informativo da Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ, sendo hoje a publicação libertária de maior longevidade no Brasil. Muitos outros surgiram e desapareceram, ressurgiram, refizeram-se, trocaram de nome e persistiram na difusão libertária, todos eles tributários da faina daqueles anarquistas que nos anos 1940 (e outros antes destes) remaram contra a corrente e publicaram seus jornais.

No campo da edição libertária, repete-se tal fenômeno relacionado à imprensa. A literatura libertária reaparece logo que a ditadura começa a dar sinais de esgotamento. Algumas editoras comerciais, entre as quais *L&PM*, *Cortez*, *Global*, abriram espaço ao pensamento libertário, publicando, sobretudo, autores clássicos como Bakunin, Kropotkin, Malatesta e Proudhon. Tão logo os anarquistas podem reorganizar-se e dar continuidade à difusão, são criadas ou revitalizadas editoras voltadas a publicação de literatura libertária. Roberto das Neves continua publicando e comercializando seus livros, majoritariamente voltados à saúde alimentar, à macrobiótica e ao vegetarianismo. O último livro libertário que publicou foi *Entre Colunas* (1979-1980?), recolha de prefácios que redigiu para livros da sua *Germinal*. Em 1979, Nelson Abrantes reutilizaria o nome *Mundo Livre* para publicar temáticas libertárias. Desde o final dos anos 1970, o editor libertário Robson Achiamé anima a editora que leva seu nome, tendo já editado centenas de livros, brochuras, folhetos e revistas, como a *Letra Livre*, que cobrem vários aspectos

do pensamento anarquista, dos autores clássicos aos contemporâneos, nacionais e estrangeiros, realizando, assim, um trabalho de larga importância para a difusão do anarquismo. Já no início dos anos 1980, Plínio Augusto Coêlho criou a *Novos Tempos Editora*, depois rebatizada *Editora Imaginário*, voltada ao temário amplo relacionado ao anarquismo, com abordagens ligadas à teoria, história, filosofia, educação e artes. O trabalho militante de Plínio como editor e através do *Instituto de Estudos Libertários – IEL* completa-se com o labor de tradução, seja vertendo ao português autores ligados ao pensamento anarquista clássico, seja atualizando o leitor brasileiro com os mais importantes debates e discussões relacionados à cultura libertária na atualidade.

Achiamé e *Imaginário* são as duas principais editoras anarquistas do país em nossos dias. Editando, elaborando coleções, criando os próprios repertórios de leitura, estimulando o debate sobre as perspectivas atuais da atuação libertária, se deve a faina desses editores a formação de uma nova geração de militantes libertários e simpatizantes do anarquismo em nossos dias. Com os livros publicados e divulgados por eles muitos libertários mais jovens tiveram o contato inicial com as ideias anarquistas. Tal atividade de edição libertária que se adensa atualmente dá mostra, por outro lado, das largas possibilidades dos estudos no campo da história do livro e da leitura na chave libertária. A senda que trilham a *Achiamé* e a *Imaginário* frutificou e animou outras iniciativas editoriais libertárias, como a *Editora da Biblioteca Terra Livre*, *Editora Deriva*, *Faísca*, *Opúsculo Libertário*, *Luta Libertária* e *Rizoma Editorial*.

As práticas de leitura libertárias, igualmente, se vão reforçando, inclusive a partir da criação de novos espaços destinados aos livros anarquistas. O Centro de Cultura Social de São Paulo continua sua obra educativa e sua biblioteca remete a muitos anos de militância social. A *Biblioteca Social Fábio Luz*, ligada ao Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro e à Federação Anarquista do Rio de Janeiro é local indispensável para pesquisas sobre o anarquismo, no Brasil e em outros países. É frequente que o surgimento de cada novo agrupamento libertário seja acompanhado com a preocupação de criar de uma biblioteca e centro de estudos, tal como fora usual nas práticas do associativismo dos trabalhadores de épocas idas. Desses locais, surgem novos âmbitos de difusão da literatura libertária, como se deu,

por exemplo, a partir da criação da *Biblioteca Terra Livre*, de São Paulo, que além de funcionar como centro de documentação do anarquismo, grupo de estudos, livraria e biblioteca virtual, organiza a Feira Anarquista de São Paulo, já em sua quinta edição este ano, com espaço destacado para a divulgação da edição anarquista e outros impressos libertários.

Todas essas realizações são, de alguma forma, uma continuação da militância libertária na tarefa de educação e autoformação, compreendidas como caminhos para o florescimento de uma cultura vazada nos valores da solidariedade, da autonomia e da liberdade e a qual se entregaram com determinação os libertários que, no árido ambiente para as ideias libertárias dos anos entre 1945 e 1968, concorreram para a preservação e multiplicação da identidade anarquista. Da “sementeira” a que se dedicaram, o movimento libertário atual é testemunha e fruto.

REFERÊNCIAS

1 – ARQUIVOS E LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ

Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo/SP

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/RJ

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ – Rio de Janeiro/RJ

Plebeu Gabinete de Leitura – Associação Cearense de Imprensa – Fortaleza/CE

Biblioteca Social Fábio Luz – Rio de Janeiro/RJ

Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres – Rio de Janeiro/RJ

Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – São Paulo/SP

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP, da Universidade Estadual Paulista/Assis-SP

Acervo pessoal de Milton Lopes – RJ

Acervo próprio.

2 - JORNAIS

A Plebe*.* Mensário Anarquista. Diretor: Edgard Leuenroth. São Paulo, 1947-1951. (Nova fase)

Ação Direta*.* Semanário Anarquista. Diretores: José Oiticica, Seraphim Porto, Sônia Oiticica e Edgard Leuenroth. Rio de Janeiro, 1946-1959.

Ação Sindical**.** “Porta-voz do Movimento de Orientação Sindical – MOS”. Diretor responsável: Alexandre C. Pinto. São Paulo, 1958.

Aurora*.* Órgão da Juventude Libertária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1947.

***Dealbar*.** Diretor: Pedro Catallo. São Paulo, 1965-1968.

O Archote. Órgão do Grupo Archote. Redator: Raul Vital. Niterói,1947

O Libertário. "Porta-voz do movimento anarquista brasileiro." Diretor responsável: Pedro Catallo. São Paulo, 1960-1964.

O Protesto. *"Idéias, Crítica e Combate"*. Publicação Mensal. Oficina Gráfica Trevo. Porto Alegre, 1967-1968.

Remodelações. Semanário de Orientação Comunista Libertária. Diretora-proprietária: Maria Ieda de Morais. Redator: Moacir Caminha. Rio de Janeiro, 1945.

***Spartacus*.** Órgão da Juventude Spartacus. Rio de Janeiro, 1947

Unir. Movimento de Orientação Sindical dos Trabalhadores da Light. Rio de Janeiro, 1951.

3 - LIVROS

ALBERT, Charles. **O Amor Livre.** Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1953. Tradução: Manuel Ribeiro. (Coleção 'Livros de Ontem e Hoje')

ALGARVE, Oscar. **Jesus Cristo e a Crítica Histórica.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1962.

ARMAND, Émile. **Nova Ética Sexual.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1960. Tradução e apresentação: Roberto das Neves.

CAMINHA, Moacir. **Curso Popular de Sociologia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Povo Trabalhador, 1945.

CARDOSO, Ênio. **O Amanhã não Existe.** Rio de Janeiro: Edição do autor, 1957.

DELGADO, Humberto. **Tufão Sobre Portugal.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1962. (Série 'Documentos para a História')

EDGAR, Rodrigues. **Retrato da Ditadura Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1962.

FAST, Howard. **A Tragédia de Sacco e Vanzetti.** Rio de Janeiro: Editora Vitória, 1955.

FAURE, Sébastien. **Provas da Inexistência de Deus.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1958.

FONSECA, Tomás da. **Fátima.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1955.

FONSECA, Tomás da. **Sermões da Montanha.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1948.

FROMM, Erich. **A Sobrevivência da Humanidade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

FROMM, Erich. **O Mêdo à Liberdade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

FROMM, Erich. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 5ª ed.

GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo.** Da doutrina à ação. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1968.

JACKSON, John Hampden**. Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

KROPOTKIN, Pedro. **A Conquista do Pão.** Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1953.

KROPOTKIN, Peter. **O Anarquismo.** Salvador: Editora Progresso, 1954. (Coleção Estante de Sociologia e Política)

KROPOTKINE, Pedro. **A Grande Revolução.** Salvador: Editora Progresso, 1955. 2 volumes. (Estante de História e Geografia)

KROPOTKINE, Pedro. **Humanismo Libertário e a Ciência Moderna.** Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1964.

KROPOTKINE. **Em tôrno de uma vida.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1946. Tradução: Lívio Xavier e Berenice Xavier.

LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo – Roteiro da Libertação Social.** Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

MELO, Aníbal Vaz de. **Cristo, o maior dos anarquistas.** São Paulo: s/e, 1950.

NEVES, Roberto das. **Assim Cantava um Cidadão do Mundo.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1952.

NEVES, Roberto das. **Entre Colunas.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, s/d.

NEVES, Roberto das. **O Diário do Dr. Satã.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1954.

OITICICA, José. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos.** Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1963.

OITICICA, José. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos.** São Paulo: s/e, 1947.

OITICICA, José. **Curso de Literatura.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1960.

OITICICA, José. **Ação Direta. Meio século de pregação libertária.** (Seleção, introdução e notas de Roberto das Neves) Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1970.

QUEIROGA, Fernando. **Portugal Oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1958.

RELGIS, Eugen. **História Sexual da Humanidade.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1954. Tradução: José Oiticica.

RIBEIRO, Joaquim. **Democracia Libertária.** São Paulo: s/e, 1946. 3ª ed.

RODRIGUES, Edgar; NEVES, Roberto das. **A Fome em Portugal.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1959.

RODRIGUES, Edgart; PORTELA, Luis. **Na Inquisição do Salazar.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1957.

RUDOLF, Rocker. **A Insuficiência do Materialismo Histórico.** Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1956. Tradução: Daniel B. de Brito. (Coleção Mosaico)

RUDOLF, Rocker. **As Idéias Absolutistas no Socialismo.** São Paulo: Editora Sagitário, 1946. (Coleção Perspectivas)

RUSSELL, Bertrand. **Caminhos Para a Liberdade.** Socialismo, Anarquismo e Sindicalismo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. (Biblioteca do Espírito Moderno)

RUSSELL, Francis. **A Tragédia de Sacco e Vanzetti.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RYNER, Han. **O Quinto Evangelho.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1961.

RYNER, Han. **Manual Filosófico do Individualista.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1966.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Análise Dialética do Marxismo.** São Paulo: Editora Logos, 1953.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Análise de Temas Sociais.** 3 Vols. São Paulo: Ed. Logos, 1962.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Problema Social.** São Paulo: Ed. Logos, 1962.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Origem dos Grandes Erros Filosóficos.** São Paulo: Editora Matese, 1964.

SANTOS, Mário Ferreira dos. **Teses da Existência e da Inexistência do Homem.** São Paulo: Editora Sagitário, 1946. (Sob o pseudônimo de Charles Duclos)

SELVA, Filósofo da. **Páginas Cínicas.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1955.

SILVA, Pedro Ferreira da. **Cooperativas sem Lucro.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1958.

SILVA, Pedro Ferreira da. **Eu Creio na Humanidade.** Rio de Janeiro: Edição do autor, 1949.

SILVA, Pedro Ferreira da. **Três Enganos Sociais.** Rio de Janeiro: Ação Direta, 1953.

SOUCHY, Agustin. **O Novo Israel.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1962.

TCHERKESOFF, Varlan. **Erros e Contradições do Marxismo.** Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, 1964.

4 – FOLHETOS, BOLETINS, PANFLETOS E MANIFESTOS

BERTHELOT, Paulo. **O Evangelho da Hora.** Rio de Janeiro: Ação Direta, 1951. Coleção “Cadernos de Questões Sociais”.

DINIZ, Sócrates. **Mensagem Aos Moços.** Departamento Cultural do Partido Democrático Libertário – São Paulo. 1949.

Emecê - Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano I. Nº 4. Rio de Janeiro, Maio de 2006.

Emecê – Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano II. Nº 5. Rio de Janeiro, Novembro de 2006.

Emecê – Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano VII. Nº 19. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2011.

Emecê – Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano VIII. Nº 23. Rio de Janeiro, Agosto de 2012.

GALVÃO, Henrique. **Colonialismo, Anticolonialismo, Autodeterminação.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1961. (Coleção Cidadão do Mundo, nº 5)

(Versão digitalizada pela Fundação Mário Soares, disponível em: http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02971.002.005, acesso: 7/5/13.

MALATESTA, Errico. **A Solução Anarquista para a Questão Social.** São Paulo: Guilda de Estudos Sociais, 1962.

OITICICA, José. **Princípios e Fins do Programa Comunista-Anarquista.** Rio de Janeiro, s/e, 1919.

PARTIDO DEMOCRÁTICO LIBERTÁRIO – **Programa do Partido Democrático Libertário**. 31 de maio de 1945.

PIO, Francisco de Oliveira. **Duas Palestras sobre o Fascismo Ibérico.** Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1959. (Coleção Cidadão do Mundo)

PORTO, Serafim. **Histórico do Primeiro de Maio: os mártires de Chicago.** Rio de Janeiro: Ação Direta, 1951. Coleção “Cadernos de Questões Sociais”.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **A Causa dos Menores Abandonados.** Bagé: s/e, 1956.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **A Luta entre Deus e Satanaz!** Bagé: s/e, 1957.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **A Obra no Caminho da Paz Social Universal.** Bagé: s/e, s/d.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **Anarquismo e a Questão Social.** Bagé: s/e, 1961.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **As Afirmações do Revolucionário das Idéias Libertárias e Humanistas, o Anarquismo.** Bagé: s/e, 1965.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **Em Marcha para o Socialismo.** Bagé: s/e, 1946.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **Governo do Povo, Parlamentarista Federalista.** Bagé: s/e, 1951.

SOBRINHO, Venâncio Pastorini. **Manifesto aos Bageenses!** Bagé: s/e, 1957.

5 - PRONTUÁRIOS DO DEOPS/SP – Arquivo Público do Estado de São Paulo:

Prontuário nº 581 – Delegacia Regional de Polícia de Jundiaí – SP

Prontuário nº 122 – Edgard Leuenroth

Prontuário nº 716 – Federação Operária de São Paulo, 3 v.

Prontuário nº 1914 – Centro de Cultura Social – SP

Prontuário nº 144 – Florentino de Carvalho

Prontuário nº 828 – Graphica Editora Unitas LTDA

Prontuário nº 860 – José Oiticica

Prontuário nº 906 – Luís Paparo

Prontuário nº 857 – Maria Lacerda de Moura

Prontuário nº 377 – Pedro Catallo

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Márcia. (org.) **Leitura, história e história da leitura.** São Paulo: Mercado das Letras/FAPESP, 2000.

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros.** São Paulo/Campinas: Fapesp/Mercado de Letras/ALB, 2003.

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. (orgs.). Cultura **letrada no Brasil: objetos e práticas.** 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

ABREU, Márcia. "Leitores por obrigação: quatro séculos de censura em Portugal." In: **Revista do Livro.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, nº 48, ano 15, março de 2007. pp. 93-99.

ABREU, Martha de; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ACCIOLY e SILVA, Doris; MARACH, Sonia Alem. (orgs.) **Maurício Tragtenberg. Uma vida para as Ciências Sociais.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

ACCIOLY e SILVA, Doris. *Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica.* **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 32, nº.114, p. 87-102, jan./mar., 2011.

ADDOR, Carlos Augusto. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

ADDOR, Carlos Augusto. **Um Homem Vale Um Homem.** Memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). **História do Anarquismo no Brasil.** vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. **O Risco das Idéias: intelecutais e a polícia política. (1930-1945)** São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2006.

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **A Sementeira de Ideias. Edgar Rodrigues, uma vida dedicada à memória anarquista.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ALBIERI, Thaís de Mattos. **São Paulo-Buenos Aires: a trajetória de Monteiro Lobato na Argentina.** Tese de Doutorado em Letras. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2009.

ALBUQUERQUE, Sérgio da Motta e. "O jornalista que o Brasil esqueceu." In: Observatório da Imprensa. (http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-jornalista-que-o-brasil-esqueceu; acesso em 03/7/2014)

ALMEIDA, Marta de Assis et al. **Ênio Silveira.** São Paulo: ComArte/Edusp, 1992 (Coleção Editando o Editor – Coord. Jerusa Pires Ferreira), Vol. 3.

ALVIN, Maria Luisa. **Livros Portugueses Proibidos no Regime Fascista: Bibliografia.** Braga: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

ANDRADE, Mário. "Poesia Proletária" In: FACIOLI, Valentim (org.) **Breton. Trotsky. Por uma Arte Revolucionária.** São Paulo: Paz e Terra/ CEMAP,1985.

ANSELMO, Artur. **Estudos de história do livro.** Lisboa: Guimarães, 1977.

ANSELMO, Artur. **História da Edição em Portugal.** Porto: Lello & Irmão, 1991

ANTONIOLI, Maurizio, **Pietro Gori, il cavaliere errante dell'anarchia: studi e testi**. Pisa: Edizioni Biblioteca Franco Serantini, 1995.

ANTONY, Michel. **Os Microcosmos. Experiências Utópicas Libertárias Sobretudo Pedagógicas: "Utopedagogias".** Tradução de Plínio Augusto Coelho.São Paulo: Editora Imaginário/Expressão e Arte Editora, 2011.

AQUINO, Maria Aparecida de et al. (orgs.). **No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

ARARIPE, Flamínio. "Entrevista com Roberto das Neves". In: **Revista Planeta**. Rio de Janeiro, nº 104, mai. 1981.

ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). **Trabalho, Cultura e Cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

ARAÚJO, Silvia M. P.; CARDOSO, Alcina. **Jornalismo e Militância Operária.** Curitiba: Ed. da UFPR, 1992.

ARAVANIS, Evangelia. *"A utopia anarquista em Porto Alegre nos anos de 1906 e 1907: os anarquistas porto-alegrenses do A LUTA e a sua tentativa de mudar o rumo local da história."* In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre/RS, v. XXII, n.2, 1996. p. 41-52.

ARAVANIS, Evangelia. *"Leituras, edições e circulações de impressos na Porto Alegre de 1906 a 1911: uma análise a partir do periódico A LUTA."* In: **História Unisinos**, São Leopoldo /RS, v. 6, n.6/Jul-Dez, 2002. p. 263-284.

AVELINO, Nildo. *"Revolta e ética anarquista."* In*:* **VERVE –** Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária – NuSol da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, nº 1, 2002, p. 198-210.

AVELINO, Nildo. *"Errico Malatesta – Revolta e ética anarquista."* In*:* **VERVE –** Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária – NuSol da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Nº 4, 2003. p. 228-263.

AVELINO. Nildo. **Anarquistas: ética e antologia de existências.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

AVELINO, Nildo. *"Estudos Anarquistas e Teoria Política: entre Proudhon e Foucault."* In: **Política e Trabalho.** Revista de Ciências Sociais. João Pessoa, nº 36, abril de 2012.

AVELINO, Gilvanildo Oliveira. **Anarquismos e Governamentalidade.** Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, 2008.

AVELINO, Nildo. **Anarquismo e Governamentalidade.** Artigo disponível em: http://www.nu-sol.org/agora/pdf/nildoavelino.pdf, s/d. (acesso em 18/7/2014)

AZEVEDO, Manuela de. **Guerra Junqueiro: a obra e o homem.** Lisboa: Arcádia, 1981.

AZEVEDO, Raquel de. **A Resistência Anarquista. Uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição de livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BACZKO, Bronislaw. **Los Imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas.** Buenos Aires: Nueva Vizión, 2000.

BANDEIRA, M. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil. 1961-1964.** Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Ed. UNB, 2001, 7ª ed.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (orgs.) **O Poder das bibliotecas: da memória dos livros no ocidente.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BARBOSA, Marialva. **Operários do pensamento. Visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro: 1880-1920** (dissertação de mestrado). Niterói: UFF, 1991.

BARRANCOS, Dora. **La Escena iluminada. Ciencias para trabajadores, 1890-1930.** Buenos Aires: Plus Ultra, 1996.

BARRANCOS, Dora. *As 'leituras comentadas': um dispositivo para a formação da consciência contestatória entre 1914-1930.* In: **Cadernos AEL. Anarquismo e Anarquistas.** Campinas: UNICAMP/IFCH, Vol. 8/9, 1998.

BARBALHO, Alexandre. **Lívio Xavier: Política e Cultura.** Fortaleza: Edições A Casa, 2003.

BASTOS, José Timóteo da Silva. **História da Censura Intelectual em Portugal. Ensaio sobre a Compressão do Pensamento Português.** Lisboa: Livraria Moraes, 1983.

BATALHA, Cláudio; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Preservação da Memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth.** In: SILVA, Zélia Lopes (org.). Arquivos, Patrimônio e Memória. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. *"Nós, filhos da Revolução Francesa. A imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX."* In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 10, nº 20, 1991.

BATALHA, Cláudio H. M. "*A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetória e tendências.* In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M. **Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 – militantes e organizações.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe.** Identidade e Diversidade na formação do Operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BEBIANO, Rui. *"A Biblioteca Errante. Itinerários da leitura na era digital."* In*:* Separata da **Revista de História das Ideias**, vol.20, Coimbra, 1999.

BELCHIOR, Maria de Lourdes. **Os Homens e os livros.** Lisboa: Verbo, 1980.

BERNSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France***.* Paris: Le Seuil, 1999.

BERNSTEIN, Serge. *“Culturas Políticas e Historiografia”* In*:* KNAUSS, Paulo; AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise (orgs.) **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2009.

BIGNAMI, Elena. *“Os Circuitos do Antifascismo Anarquista Feminino – Itália e Brasil”*. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; CROCI, Federico (orgs.) **Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância. Imaginário.** São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial - Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 275-290.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *“Família e Movimento Operário: a anarquia dentro de casa.”* In: **Estudos Ibero-Americanos**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. XXI, n.2, 1996. p. 195-210.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920).** Londrina: EDUEL, 2008.

BILHÃO, Isabel. *"Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista.”* In*:* **Revista Brasileira de História** (Online), v. 31, 2011. pp. 71-92.

BIONDI, Luigi. *“Anarquistas Italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista La Battaglia e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários etnocêntricos.”* In: **CADERNOS AEL**: Anarquismo e Anaquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 8/9, 1998. p. 117-147.

BOEHMER, Marisa Siguan. **Literatura Popular Libertária (1925-1938).** Barcelona: Ediciones Peninsula, 1981.

BORGES, Paulo E.B. **Jaime Cubero e o movimento anarquista em São Paulo, 1945-1954.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

BOOKCHIN, Murray. **Municipalismo Libertário.** São Paulo: Ed. Imaginário, 1999.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular. Leituras de operários.** Petrópolis: Vozes, 1972.

BOUGLÉ, Célestin. **A Sociologia de Proudhon.** Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário/Instituto de Estudos Libertários, 2014.

BOUJU, Marie-Cécile. *“O livro na política: as editoras do Partido Comunista Francês (1920-1958)”*. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs.) **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo: Intercom, 2005.

BRAGANÇA, Aníbal. “A constituição do campo interdisciplinar de estudos do livro e da história editorial no Brasil. (1900-2000)” In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs.) **Comunicação, acontecimento e memória.** São Paulo: Intercom, 2005.

BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. (orgs.) **Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BRAGANÇA, Aníbal. (org.) **Memorial do Núcleo de Pesquisa Produção Editorial** (Incluindo a Memória do GT Produção Editorial, Livro e Leitura – 1994/2000), rev., 2010. Disponível em http://groups.google.com.br/group/intercom-nucleo-producao-editorial/files

BRAGANÇA, Aníbal. “Um espaço multidisciplinar para os estudos do livro e da leitura no Brasil (1994-2009): uma aproximação quantitativa.**”** Trabalho apresentado no encontro do GP Produção Editorial, da Intercom, evento do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na Universidade de Caxias do Sul (RS), de 2 a 6/9/2010.

BRANCO, Lucia Castello. (org.) **A Tarefa do Tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

BRÊTAS, Marcos Luiz. “Polícia e polícia política no Rio de Janeiro dos anos 1920.” In*:* **Arquivo e História: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, n.3, out.1997.

BRUM, Rosemary Fritsch. **Tempos Narrados: os espanhóis em Porto Alegre.** Porto Alegre: Animal, 2013.

BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da história. Novas perspectivas.** São Paulo: Edunesp. 1992.

Cadernos AEL. Anarquismo e Anarquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, Vol. 8/9, 1998.

Cadernos AEL. Populismo e Trabalhismo. Campinas: UNICAMP/IFC, Vol.11, 20/21, 2004.

CABRITA, Maria João, *“No rasto da passagem de Ferreira de Castro pelos suplemento e revista de* A Batalha *(1919-1927)”*, ***Cultura***. Revista de História e Teoria das Ideias. Portugal. Vol. 26, 2009, 119-137.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **Práticas da educação Libertária no Brasil: a experiência da Escola Moderna em São Paulo.** Dissertação Mestrado em Educação. São Paulo: FEUSP, 2004

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Penteado. Estratégias de sobrevivência pós**

anos 20. Tese de Doutoramento em Educação. Universidade de São Paulo: 2012.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar Libertário. Movimento operário nos anos de 1917 a 1921.** Campinas: Pontes/ Ed. da UNICAMP, 1988.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Editora Nacional, 1975.

CANDIDO, Antônio. *"Sobre a retidão"*. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). **Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos.** Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre Azul Editora, 2011.

CAPARELLI, Sérgio. "*Leitura e classes trabalhadoras".* In: **Comunicação e cultura.** Porto Alegre: Museu de Comunicação Social, 1985, pp. 20-25.

CAPELATO, Maria Helena R. **A Imprensa e a História do Brasil.** 2ª ed., São Paulo: Ed. Contexto/ Ed. da USP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. **Controle da opinião e os limites da liberdade**. In: **Revista Brasileira de História.** 1991/1992.v.12, nº 23/24. p.55-75.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O Bravo Matutino. (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo".** São Paulo: Alfa – Omega. 1980.

CAPELATO, Maria Helena R. *"Intolerância em tempos de Vargas e Franco"*. In: CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; CROCI, Federico (orgs.) **Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância. Imaginário.** São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial - Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010, p.479-486.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier. 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *"Memórias de uma jovem anarquista."* PROIN – Projeto Integrado. Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, s/d. (http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_zelia_gattai.pdf; acesso em 18/06/2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. (orgs.) **A Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954.** São Paulo: Ateliê Editorial/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros Proibidos, Idéias Malditas**. O DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). **Minorias silenciadas: história da censura no Brasil.**São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2002.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *"O lugar do impresso revolucionário: dos porões aos arquivos policiais."* In: DUTRA, Eliana Freitas, MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) **Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX.** São Paulo: Anna Blume, 2007.

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci; CROCI, Federico (orgs.) **Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância. Imaginário.** São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial - Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1984.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Eduardo Góes. **O 'quebra-santos'. Anticlericalismoo e repressão pelo DEOPS.** São Paulo: Humanitas, 2007, pp. 17-23

CATALLO, Pedro. *"Subsídios para a história do movimento social no Brasil."* In*:* **Verve.** Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 11, São Paulo, 2007.

CATROGA, Fernando. *"O Laicismo e a Questão Religiosa em Portugal (1865-1911)". In:* **Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.** Vol. XXIV (1.º), 1988 (n.º 100), pp. 211-273.

CATROGA, Fernando. **O Céu da Memória.** Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

CATROGA, Fernando. *"O Republicanismo em Portugal." In*: **25 Olhares sobre a I República. Do Republicanismo ao 28 de maio.** Lisboa: Edições Público, 2010.

CAVALCANTI, Jardel. **Os Anarquistas e a questão moral.** São Paulo: Cone Sul, 1997.

CAVALO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo, Ática, 1998.

CECCHIN, Cristiane. **Literatura para uma vida em matrimônio. A construção das sensibilidades conjugais em manuais de civilidade.** Florianópolis, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CHARTIER, Roger (Coord.) **As Utilizações do Objecto Impresso.** Lisboa: DIFEL, 1998a.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da Leitura.** São Paulo: Estação Liberdade; 1996.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998b, 2ª ed.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador.** Tradução: Reginal Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998c.

CHARTIER, Roger. **Origens Culturais da Revolução Francesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. São Paulo: Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. *"História Cultural do Autor e da Autoria"*. In: LEITE LOPES, José Sérgio; FAULHABER, Priscila (orgs.) **Autoria e História Cultural da Ciência. Roger Chartier.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. p. 37-64.

CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. *"O Livro: uma mudança de perspectiva."* In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 4ª ed.

CHOMSKY, Noam. **Os Caminhos do poder. Reflexões sobre a natureza humana e a ordem social.** Porto Alegre: ARTMED, 1998.

COGGIOLA,Osvaldo; BILSKY, Edgardo. **História do Movimento Operário Argentino.** São Paulo: Xamã, 1999.

COLOMBO, Eduardo et alli. **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Ed. Imaginário/ São Caetano do Sul: IMES – Observatório de Políticas Sociais, 2004.

COLONETTI, Milton. **Livros do Mal:** um problema de história editorial. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

COMINO, Sandra. *"Leer qué en el siglo XXI? Em busca del libro que muerda."* In: PEREZ, Letícia Rodríguez (selección). **Leer em el siglo XXI.** La Habana, Cuba: Editorial Gente Nueva, 2012.

CORRÊA, Felipe. *"A Militância de Ideal Peres."* In*:* http://www.anarkismo.net/article/14831, acesso em 20/05/2013.

COSTA, Cristina. **Censura em Cena.** Teatro e Censura no Brasil. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2006.

COSTA, Cristina. **Teatro e Censura. Vargas e Salazar.** São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2010.

CUBERO, Jaime. *"As idéias-força do anarquismo."* In: **VERVE** – Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária – NuSol da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. nº 4, 2003, p. 265-277.

CUBERO, Jaime. *"Universidade e Escolas Livres"*. In: **Educação Libertária.** Teoria e Prática Libertárias em Educação. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ IEL-Instituto de Estudos Libertários. Nº 2, março de 2014.

CÚNEO, Dardo. **El periodismo de la disidencia social.** Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-1965.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução impressa. A Imprensa na França (1775-1800).** Trad. Marcos Maffei Jordan. São Paulo: Editora da USP, 1996.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette.** Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. **Edição e Sedição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DARNTON, Robert. *"O que é a história dos livros" revisitado.*" In: **ArtCultura.** Uberlândia, vol. 10, nº16, pp. 153-167, janeiro-junho de 2008. Tradução de Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro.

DARNTON, Robert. **A Questão dos Livros: passado, presente e futuro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. **O Diabo na Água Benta Ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DARNTON, Robert. **Poesia e Policia. Redes de Comunicação na Paris do Século XVIII.** Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna.** Coleção Oficinas da História. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DEAECTO, Marisa Midori. **O Império dos Livros.** Instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2011.

DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

DEAECTO, Marisa Midori. *"A Batalha do Livro"*. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

DEL ROYO. José Luis. **1º de Maio. Cem anos de lutas, 1886-1986.** São Paulo: Global, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *"Brasil: prenúncios de 1964."* In: **Vária História.** Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, 2005.

DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento: de Pascal à Sartre.** Bauru: EDUSC, 2002.

DEMINICIS, Rafael Borges; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.) **História do Anarquismo no Brasil. Volume 1.** Niterói: EdUFF, Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

DOMINGUEZ, Luiz Ignácio. *"A Imprensa Operária desde o Brasil colonial."* In: Boletim ABI, ano XXIII, janeiro/fevereiro. Rio de Janeiro: ABI, 1982.

DUARTE, Regina Horta. **A Imagem Rebelde. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo.** Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1991.

DUARTE, Regina Horta. "*Elisée Réclus, Geografia e Anarquismo – Visões da Revolução."* In*:* **LPH Revista de História**, Nº 1, 1992, Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, p. 80-94.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas; GROSSI, Yonne de Souza. "*Historiografia e Movimento Operário: O Novo em Questão.* In*:* **Revista do Departamento de História.** Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, nº. 3, 1986.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *"O Fantasma do Outro – Espectros Totalitários na Cena Política brasileira nos Anos 30"*. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: **23/24** (1991/1992): p. 125-141.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário:** Imaginário político no Brasil dos anos 1930. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFRJ/UFMG, 1997.

DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) **Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX.** São Paulo: Anna Blume, 2007.

ECO, Umberto. **A Biblioteca.** Miraflores: Difel, 2002.

Educação Libertária. Teoria e Prática Libertárias em Educação. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ IEL-Instituto de Estudos Libertários. Nº 2, março de 2014.

ENCKELL, Marianne. *"A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política." In:* COLOMBO, Eduardo et alli. **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Ed. Imaginário/ São Caetano do Sul: IMES – Observatório de Políticas Sociais, 2004.

ENZENSBERGER, H. M. **O curto verão da anarquia:** Buenaventura Durutti e a Guerra Civil Espanhola – romance. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ENTREVISTA COM ROGER CHARTIER. In: LEITE LOPES, José Sérgio; FAULHABER, Priscila (orgs.) **Autoria e História Cultural da Ciência. Roger Chartier.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. pp. 81-116.

F. C. *"Juan Verde y la etica de los anarquistas"* In: **El Eco de Los Passos.** http://www.elecodelospasos.net/article-17573446.html postado em 11 de março de 2008. Acesso em 29 de maio de 2012.

FABBRI, Luce. **O Caminho.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, s/d.

FALCON, Francisco J.C. *"Fascismo, Autoritarismo e totalitarismo."* In: SILVA, José L.W. **O feixe e o prisma – uma revisão do Estado Novo, vol.I, O Feixe – O Autoritarismo como questão teórica e historiográfica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p.29-43.

FANINI, Angela Maria Rubel. **Os Romances-folhetins de Aluisio Azevedo: Aventuras Periféricas.** Tese de Doutoramento em Teoria Literária. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro. Da escrita ao Livro Eletrônico.** São Paulo: EDUSP, 2008.

FARINHA, Luis. *"Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio."* In*:* **Penélope.** Revista de História e Ciências Sociais. Nº 16 (*Portugal no exílio – séc. XX*) 1995. pp. 87-105.

FAUSTO Boris. **Trabalho Urbano e conflito social.** São Paulo: Vértice, 1988.

FAUSTO, Boris. (org.) **O Brasil Republicano.** (vol. III) São Paulo: DIFEL, 1977.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FENERICK, José Adriano. *"A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos."* In*:* **Mneme** – Revista Virtual de Humanidades. Nº 10, Vol. 5, abr./jun. 2004. ISSN: 1518/3394. disponível em: www.seol.com.br/mneme. Acesso em 10/5/2012.

FERNANDEZ, Frank. **El anarquismo en Cuba.** Prefácio de Lily Litvak. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Livros, Editoras e Projetos.** Cotia: Ateliê Editorial, 1997.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cultura das Bordas.** Edição, comunicação, leitura. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.) **As Esquerdas no Brasil.** (Vol. 1 – A Formação das Tradições). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.) **As Esquerdas no Brasil.** (Vol. 2 – Nacionalismo e Reformismo Radical). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.a

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.) **As Esquerdas no Brasil.** (Vol. 3 – Revolução e Democracia.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.b

FERREIRA, Jorge. (org.) **O populismo e sua história. Debate e Crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. (org.) **O Rio de Janeiro nos Jornais. Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

FERREIRA, Jorge. **O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. *"A democratização de 1945 e o movimento queremista."* In*:* FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) **O Brasil Republicano.** Volume 3 (O tempo da experiência democrática) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil. O Imaginário Popular.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, M. M. (org.) **João Goulart: entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa Operária no Brasil (1880-1920).** Petrópolis: Vozes, 1978.

FERRUA, Pietro. “A breve existência da seção brasileira do centro internacional de pesquisas sobre o anarquismo.” In: **VERVE –** Revista semestral do Núcleo de Sociabilidade Libertária – NuSol da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 15, 2009.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira.** Tese de Doutoramento em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

FONSECA, Edson Nery da. “Bibliografia Brasileira Corrente: Evolução e Estado Atual do Problema.” In: **Ciência da Informação.** Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 1, 1972.

FONSECA, Tomaz da. **Fátima** (Cartas ao Cardeal Cerejeira). Edição Fac-Símile. Lisboa: A Bela e o Monstro Edições, 2014.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem Pátria, Nem Patrão. (Memória operária, cultura e literatura no Brasil).** Terceira edição, revista e ampliada, São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

FREIRE, João. **Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940.** Porto: Afrontamento, 1992.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. **Roteiros da Memória Urbana. Lisboa.** Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX. Lisboa: Edições Colibri, 2013a.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. **Roteiros da Memória Urbana. Setúbal.** Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX. Lisboa: Edições Colibri, 2013b.

FREIRE, João; LOUSADA, Maria Alexandre. **Roteiros da Memória Urbana. Porto.** Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX. Lisboa: Edições Colibri, 2013c.

GALLO, Silvio. **Pedagogia do Risco***:* Experiências Anarquistas em Educação. Campinas: Papirus, 1995.

GALLO, Sílvio. “Anarquismo e Educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje” In*:* **Política e Trabalho.** Revista de Ciências Sociais. João Pessoa, nº 36, abril de 2012.

GALVÃO, Nadiedja Santos Nunes; SANTOS, Yolanda Lhullier. **Mário Ferreira dos Santos. Esboço bibliográfico.** Texto eletrônico:

(http://www.tirodeletra.com.br/ensaios/MarioFerreiradosSantos.htm) Consultado em 30/09/11.

GALVÃO, Nadiedja Santos Nunes & SANTOS, Yolanda Lhullier. **Monografia sobre Mário Ferreira dos Santos.** São Paulo: s/e, 2001. Original mimeografado.

GARCIA, Silvana. **Teatro da Militância – A intenção do Popular no Engajamento Político.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus.** Rio de Janeiro: Record, 2000. 30ª ed.

GERALDO, Endrica. "*Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951).*" In: **CADERNOS AEL**: Anarquismo e Anaquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 8/9, 1998. pp. 165-192.

GHIRALDELI JR, Paulo. **Educação e Movimento Operário no Brasil.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho. Política e legislação social no Brasil, 1917-1937.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro (Org.) **Velhos militantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. Temas Clássicos, Temas Novos, Perspectivas Renovadoras. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (org.). **Trabalho, Cultura e Cidadania.** São Paulo: Scritta, 1997.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango: as múltiplas faces.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GOMES, Angela de Castro. "História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In*:* SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). ***Culturas Políticas:*** **ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *"Cultura política e cultura histórica no Estado Novo"* In*:* ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Adelaide. **Ceará Socialista. Anno 1919.** Edição Fac-similar. Florianópolis: Ed. Insular, 2001.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (Orgs.). **O Trabalhador Gráfico.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

GONÇALVES. Adelaide; SILVA, Jorge E. **A Bibliografia Libertária. O Anarquismo em Língua Portuguesa.** São Paulo: Imaginário, 2001.

GONÇALVES. Adelaide; BRUNO, Allyson. "Imprensa dos Trabalhadores: Fonte, Documento e Memória Social". In: VASCONCELOS, José Gerardo e MAGALHÃES JR, Antonio Germano. (orgs.) **Linguagens da História.** Fortaleza: Imprece, 2003.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson. "Para Além das Leituras do Brasil e de Portugal: uma Escrita da Rebeldia e da Contestação em Maria Lacerda de Moura" In*:* CAVALCANTE, Maria Juraci Maia *et alli* (orgs.) **História da Educação. República, Escola, Religião.** Fortaleza: Edições UFC, 2012.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson; PEREIRA, Victor (orgs.) **O Demolidor. Órgão da 'Liga contra os Frades' constituída pela Mocidade independente.** Edição Fac-similar. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2013.

GONÇALVES. Adelaide; SILVA, Jorge.E. (Org.) **A imprensa libertária no Ceará, 1908-1922.** São Paulo: Imaginário, 2000.

GONÇALVES. Adelaide. **A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 ao anos 1920.** Tese de Doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2001.

GONÇALVES, Cláudia Tolentino. **Propostas políticas reformistas de Edgard Leuenroth e João Goulart: um encontro (im)possível?** Cadernos de Pesquisa do CDHis. Volume 24, nº 1, janeiro/junho de 2011.

GONÇALVES, Valdir Felix da Conceição: **A imprensa anarquista no Brasil (1960-1971): Fontes para um resgate histórico da memória libertária.** Dissertação de Mestrado, UNESP – Assis –SP, 2003.

GORDON, Eric; HALL, Michael; SPALDIGN, Hobart. *"Um Levantamento dos Materiais Brasileiros e Argentinos no Internationaal Instituut Voor Sociale Geschiedenis de Amsterdã."* In: **CADERNOS AEL.** Campinas, Vol. 5/6, 1996/1997. Tradução de Cláudio Batalha.

GRACIANO, Osvaldo. "La escritura de la realidad. Un análisis de la tarea editorial y del trabajo intelectual del Anarquismo argentino entre los años '30 y el Peronismo" *In:* www.izquierdas.cl, 12, abril 2012, ISSN 0718-5049, pp. 72-110. Acesso em 23/06/2013.

GUARNACCIA, Mateo. **Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001. (Coleção Baderna)

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos et alli (orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GUEDES, Fernando. **O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII e XIX.** Lisboa: Verbo, 1987.

GUILLAUME, James. **A Internacional. Documentos e Recordações I.** São Paulo: Imaginário, 2009.

GUTIERREZ, Leandro & ROMERO, Luis Alberto. **Sectores populares, cultura y politica.** Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

HAUPT, Georges. **El historiador y el Movimiento social.** Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores, s/d.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 (3ª ed. revista e ampliada).

HIGA, Mario. (org.) **Lima Barreto: antologia de crônicas.** São Paulo: Lazuli Editora/Companhia Editora Nacional, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz.** Trad. Irene Hirsch Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da cultura, aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos.** Coleção Questões. Lisboa: Editorial Presença, 1973. 2 volumes.

HOGGART, Richard. **La cultura obrera en la sociedade de masas.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2013.

HUNT, Lynn. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JAMES, Daniel. **Resistencia e Integración:** El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2010. 2ª ed.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma Educação para a Solidariedade.** Campinas: Pontes, 1990.

JEREMIAS, Marcolino et alli (orgs.) **Três Depoimentos Libertários: Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Gimenez Moreno.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

JULLIARD, Jacques. *"A Política"* In*:* LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.) **História. Novas Abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

KAMEL, Dílson José Nogueira. **José Oiticica: um anarquista brasileiro.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História - UFRJ, 1997.

KAPLAN, Temma. **Origenes Sociales del Anarquismo en Andalucia.** Barcelona: Editorial Crítica/Grijalbo, 1977.

KAREPOVS, Dainis. *"A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil dos anos 1930"*. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

KNAUSS, Paulo; AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise (orgs.) **Cultura Política, Memória e Historiografia.** Rio deJaneiro: Editora FGV, 2009.

KHOURY, Yara Aun. **Edgar Leuenroth – Uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista.** São Paulo, Tese de Doutoramento: FFLCH/USP, 1988.

KHOURY, Yara Aun. *"A Poesia Anarquista."* In*:* **Revista Brasileira de História.** São Paulo. Vol. 8, nº 15, set. 1987/fev, 1988, pp. 215-247.

KHOURY, Yara Aun. *"Edgard Leuenroth: uma vida e um arquivo libertários."* In*:* **Revista Brasileira de História**, v. XVII, nº 33, pp. 112-149. São Paulo: ANPUH/Ed. UNIJUÍ, 1997.

KHOURY, Yara Aun. *"Edgard Leuenroth, anarquismo e esquerdas no Brasil."* In*:* FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As Esquerdas no Brasil.** (Volume 2 – Nacionalismo e Reformismo Radical). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

KNIEDSTEDT, Frederick. **Memórias de um Imigrante Anarquista.** Organização de René E. Gertz. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1989.

KRAVETZ, M. **Os jornalistas fazem a história**. In: DUBI, George. **História e nova história.** Lisboa: Teorema, p.83-96.1986.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1992.

LAMOUNIER, Aden Assunção. **José Oiticica: Itinerários de um militante anarquista (1912-1919).** Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4ª ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.) **História. Novas Abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.) **História: Novos Objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995. 4ª ed.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Anarquismo em verso e prosa: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916).** Dissertação de Mestrado. São Paulo - Campinas: Unicamp 1999.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. ***Pensiero* e Dinamite. Anarquismo e Repressão em São Paulo nos anos 1890.** Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *"Literatura Útil: um estudo sobre três textos de ficção libertária 1900-1902."* In*:* Ensaios Memória de Leitura, Instituto de Estudos Lingüísticos – UNICAMP, s/d. disponível em: http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio25.html (29/7/2014)

LEITE, Miriam L. Moreira. **Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

LEITE, Miriam L. Moreira. **Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura.** São Paulo: Ed. Ática, 1984.

LEITE LOPES, José Sérgio. "Entre a Memória Camponesa e a Memória Operária: Experiências de trabalho com Entrevistas e Arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários." In: MARQUES, Antonio José & STAMPA, Inez Terezinha. **Arquivos do Mundo dos Trabalhadores.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/ São Paulo:CUT, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio; FAULHABER, Priscila (orgs.) **Autoria e História Cultural da Ciência. Roger Chartier.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

LEITE LOPES, José Sérgio. "Algo sobre a trajetória da prática do autor científico Roger Chartier. In: LEITE LOPES, José Sérgio; FAULHABER, Priscila (orgs.) **Autoria e História Cultural da Ciência. Roger Chartier.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012. pp. 17-24.

LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira. (orgs.) **A Missão Portuguesa. Rotas entrecruzadas.** São Paulo: Ed. UNESP/ Bauru, SP: EDUSC, 2003.

LENOIR, Hugues. **Educar para Emancipar.** Organização e Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo/Manaus: Imaginário/EDUA, 2007.

LEONARDI, Victor; HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil – das origens aos anos 20.** São Paulo: Ática, 1981.

LITVAK, Lily. **Musa libertaria - arte, literatura y vida social del anarquismo español (1880-1913***)*. Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (coord.). **Rio de Janeiro Operário. Natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe.** Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe : operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930).** Pelotas: Editôra Universitária, 2001.

LOPES, Milton. *Roberto das Neves: anarquista, esperantista, vegetariano e maçom.* In*:* **Emecê –** Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano VII. Nº 19. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2011.

LÓPEZ TRUJILLO, Fernando. **Vidas en Rojo y Negro. Una historia del Anarquismo en la *'Década Infame'*.** La Plata: Letra Libre, 2005.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *"O (des)encontro do Brasil consigo mesmo: ditos e escritos de Edgard Leuenroth."* In*:* **VERVE –** Revista Semestral do Núcleo de Sociabilidade Libertária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 15, 2009.

LOWENTHAL, David. *"Como conhecemos o passado."* In: **Projeto História.** Revista de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, nº 17, nov. 1998.

LUCA, Tânia Regina de. "*História dos, nos e por meio dos periódicos"*. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. (orgs.) **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do Anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920.** São Carlos: Tese de Doutorado – USP, 1984.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *"O recurso da ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil." In:* PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil. Memória, lutas, cultura.** São Paulo: Brasiliense. 1986.

LUIZETTO, Flávio. **As utopias anarquistas.** São Paulo, Brasiliense, 1987.

LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. **A Palavra Impressa. Histórias da leitura no século XIX.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

LYONS, Martyn. *“Os Novos leitores do século XIX: mulheres, crianças e operários”.* In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. (orgs.) **História da leitura no mundo ocidental 2***.* São Paulo: Ática, 1999, pp. 165-202.

MACHADO, Ubiratan. **História das Livrarias Cariocas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MACHADO, Ubiratan. *“Oitenta Anos da José Olympio.”* In*:* **Livro. Revista do Núcleo de estudos do Livro e da Edição - NELE.** Nº 2, São Paulo: Ateliê Editorial, agosto de 2012.a, pp. 351-364.

MAGNANI, Silvia Lang. **O Movimento anarquista em São Paulo 1906-1917.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAITRON, Jean. **Histoire du mouvement anarchiste en France (1880-1914)**. Paris: SUDEL, 1951.

MAITRON, Jean. **Ravachol e os anarquistas.** Lisboa: Antígona, 1981.

MALARD, Letícia. **Hoje tem espetáculo: Avelino Fóscolo e seu romance.** Belo Horizonte: UFMG, 1987.

MANFREDONIA, Gaetano. *“Persistence et actualité de la culture politique libertaire.”* In: BERSTEIN, Serge. **Les Cultures Politiques en France.** Paris: Le Seuil, 1999. p. 259-301.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARCHI, Riccardo. **Folhas Ultras.** As ideias da direita radical portuguesa (1939-1950). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. (Coleção Breve História)

MARÇAL, João Batista. **Os Anarquistas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Unidade, 1995.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomares; PINTO, António Costa. **O Corporativismo em Português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Ângela Maria Roberti. “*Imprensa Libertária*: palavras e imagens que fazem sonhar.” In: **XXIII Simpósio Nacional de História** - **História: Guerra e Paz.** Londrina: Associação Nacional de História/Editorial Mídia A. v. Único, 2005.

MARTINS, Ângela M. de Souza. *“As contribuições da educação anarquista no Brasil.”* In*:* **Educação Libertária.** Teoria e Prática Libertárias em Educação. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ IEL-Instituto de Estudos Libertários. Nº 2, março de 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. *"O movimento estudantil dos anos 1960."* In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.) **As Esquerdas no Brasil.** (Vol. 3 – Revolução e Democracia.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS FILHO, Plínio; TENÓRIO, Waldecy (orgs.). **João Alexandre Barbosa: o leitor insone.** São Paulo: Edusp, 2007.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira - 1550-1960.** São Paulo: Cultrix, 1977.

MATHIAS, Marcello Duarte. *"O escritor e o sentimento do exílio. Alguns exemplos contemporâneos."* In: **Revista Colóquio Letras.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, maio/agosto 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. *"O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica."* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **Livros Vermelhos.** Literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MAUÉS, Flamarion. *"Livros e Censura durante a ditadura."* In*:* **Livro. Revista do Núcleo de estudos do Livro e da Edição - NELE.** Nº 2, São Paulo: Ateliê Editorial, agosto de 2012, p. 383-386.

MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante de. *"Escritores entre Fronteiras: diálogos de uma geração."* In: NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luis. (orgs.) **História e Historiografia.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

MELOT, Michel. **Livro,.** Tradução de Marisa Midori Deaecto e Valéria Guimarães. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MENDES, Maria Lúcia Dias. *"O Folhetim francês em terras brasileiras."* In: OLIVEIRA, Paulo Motta. **Travessias. D.João VI e o Mundo Lusófano.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

MENESES TELLO, Felipe. *"Universidades, bibliotecas, imprentas y carceles: espacios de educación, lectura e obra teórica del intelectual revolucionario del proletariado.*" In*:* **Crítica Bibliotecológica.** Vol. 2, nº 2 y Vol. 3, nº 1, jul. 2009 – jul. 2010. p. 52-63. Consultado em: http://eprints.rclis.org/14704/ , 03/03/2014.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICCOLIS, Leila (org.) **Catálogo da Imprensa Alternativa.** Rio de Janeiro: Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular/RioArte, 1986.

MIRANDA, Jussara Valéria de. ***"Recuso-me"!*** **Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Brasil, 2006.

MOLLIER, Jean-Yves. *"Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX."* In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) **Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX.** São Paulo: Anna Blume, 2007.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção História e Historiografia)

MOLLIER, Jean-Yves. *"Os Poderes do livro. Leituras e censuras no mundo contemporâneo."* In: **Livro. Revista do Núcleo de estudos do Livro e da Edição- NELE.** Nº2, São Paulo: Ateliê Editorial, Agosto de 2012, pp. 417-428.

MÓNICA, Maria Filomena. **A Formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária - 1850-1934.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MÓNICA, Maria Filomena; MATOS, Luís Salgado de. 1981, *"Inventário da imprensa operária portuguesa: 1834-1934"*, **Análise Social***,* s.2, 17 (nº67-69), Lisboa, 1981.

MORAIS, José Damiro de. **A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos centros de cultura social.** Campinas: Dissertação de Mestrado em Educação/UNICAMP, 1999.

MORIYÓN, Felix Garcia (org.). **Educação Libertária.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 64 na caricatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *"O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930."* In*:* DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.) **Política, Nação e Edição – o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX.** São Paulo: Anna Blume, 2006b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) **Culturas Políticas na História. Novos Estudos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *"Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia."* In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) **Culturas Políticas na História. Novos Estudos.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar.** Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

MOURA, Maria Lacerda de. **Renovação.** Belo Horizonte; Typografia Athene, 1919.

MUELLER, Helena Isabel. *"Escrita, leitura e autonomia: desejo de cultura – vontade de saber."* In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 16 (1): 37-60, Verão, 2011.

MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos Rebeldes que Falharam. Geovanni Rossi e a utopia anarquista.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MUÑOZ, Manuel Morales. **Cultura e Ideología en el Anarquismo Español (1870-1910).** Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2002. (Colección "Monografías", nº 17)

MUÑOZ, Maryse Bertrand. **Si me quieres escribir. Canciones políticas y de combate de la Guerra de España.** Madrid: Calambur, 2009.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Florentino de Carvalho.** Pensamento social de um anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

NASCIMENTO, Rogério H. Z. **Indisciplina:** experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. Tese de doutoramento. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

NEGRO, Hélio; LEUENROTH, Edgard. **O que é o Maximismo ou o Bolchevismo.** Coleção Libertária. São Paulo: Editora Semente, s/d.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco. **História e Imprensa.** Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.

NEVES, Lucília de Almeida. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)** São Paulo: Marco Zero, 1989.

NEVES, Roberto Barreto Pedroso das. **O Pedrógão de Roberto das Neves.** Lisboa: Casa de Pedrógão Grande, 2006.

NETTLAU, Max. **Breve storia dell'anarchismo.** Cesena: L'Antistato, 1964.

NETTLAU, Max. **História da Anarquia. Das origens ao anarco-comunismo.** São Paulo: Hedra, 2008.

NOJOSA, Urbano Nobre. *“Segmento porta a porta: O livro em busca do consumidor-leitor.”* In: **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 de setembro de 2002.

NORTE, Sérgio Augsto de Queiroz. **Contra Leviatã, Contra História. A travessia do deserto: Mitos, literatura e imprensa anarquista no Brasil, 1945/1968***.* Tese de Doutoramento em História: Universidade de São Paulo, 1994.

NORTE, Sergio Augusto Queiroz. **Bakunin: Sangue Suor e Barricadas***.* Campinas: Papirus ,1988*.*

OCHOA, Luis Bueno. **La Filosofía Política de William Godwin. “**Tesis Doctoral”. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002.

OITICICA, José. **A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos.** São Paulo: Editora Econômica, 1983.

OLIVEIRA, Anderson José Machado; RODRIGUES, Cláudia. “El anticlericalismo en Brasil.” In: ZANCA, José; DI STEFANO, Roberto (compiladores). **Pasiones Anticlericales. Un recorrido iberoamericano.** Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2013, pp. 191-244.

OLIVEIRA, Cecília H. F. S. *"Na Querela dos folhetos: o anominato dos autores e a supressão das questões sociais."* In: **Revista de História**, nº 166, jan.-jun. São Paulo: USP, 1984.

OLIVEIRA, César. **Antologia. Imprensa operária portuguesa (1837-1936)**. Lisboa: UGT/Perspectivas & Realidade, 1984.

OLIVEIRA, João Henrique de Castro de. **Do *Underground* brotam flores do mal. Anarquismo e contracultura na imprensa alternativa brasileira. 1969-1992.** Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

OLIVEIRA, Manuela Ferrão Susana; FONSECA, Teresa. **LIVROS PROIBIDOS NO ESTADO NOVO.** Catálogo da exposição realizada na Livraria Parlamentar, Assembléia da República. Lisboa, 2005.

OLIVEIRA, Walter da Silva. **Narrativas à luz d’A Lanterna: anticlericalismo, anarquismo, representações.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2008.

PAIXÃO, Fernando. **Momentos do Livro no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1998.

PAGANOTTO, Waldir. **Imprensa alternativa e Anarquismo. “O Inimigo do Rei”(1977-1988)***.* Dissertação de Mestrado: UNESP, Assis. 1997.

PARRA, Lúcia Silva. **Combates pela Liberdade. O Movimento Anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003.

PARRA, Lúcia Silva. **Leituras Libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em Filosofia – Universidade de São Paulo, 2014.

PASSETI, Edson; AUGUSTO, Acácio. **Anarquismos e Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PAULO, Heloísa. *"Os 'insubmissos da colônia': a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-1945)."* In: **Penélope. Revista de História e Ciências Sociais**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, nº 16, 1995. pp. 9-24.

PAULO, Heloísa. *"O emigrante e a leitura. A colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações."* In: Separata da **Revista de História das Ideias**, vol.20, Coimbra, 1999.

PAULO, Heloísa. "O exílio português no Brasil: os *Budas* e a oposição antisalazarista." *In:* **Portuguese Studies Review**, nº 14, vol. 2, 2006/7, pp. 125-142. (versão on-line: *www.ceis20.uc.pt/ceis20/site/.../**HeloisaPaulo**PortStudiesRev14.pdf*, Acesso em 01/05/2014).

PAULO, Heloísa. (coord.) **Memória das Oposições (1927-1969)** Coimbra: Minerva Coimbra, 2010.

PAULO, Heloísa. *"Exílio: uma história em três dimensões"* In: **História.** vol.33 nº1, Franca (São Paulo), jan./jun. 2014. Dossiê BIOGRAFIAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS. *versão On-line* ISSN 1980-4369: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742014000100004.

PAZ, Octávio. **Tradução: literatura e literalidade.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

Partido Comunista Brasileiro (Verbete). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. In: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb/como; acesso em 3/7/2014.

PEREIRA, Astrojildo. *"A Imprensa operária no Brasil"*. In: **Estudos Sociais**, nº 4. Rio de Janeiro: Gráfica Clélio da Câmara, 1972.

PEREIRA, José Pacheco. **As Armas de Papel.** Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política. (1963-1974). Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado em Antropologia Social: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.a

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *"A polícia e os livros vermelhos: uma análise da coleção apreendida pelo DEOPS-RJ"*. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.) **Livros Vermelhos.** Literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2010.b

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. "Livros vermelhos nos arquivos da polícia política do Rio de Janeiro (1964-1983)." In: **Revista Eletrônica Boletim do Tempo - Estudos de Defesa e Política Internacional.** Rio de Janeiro, nº 19, dez. 2011.

PERES, Fernando Antonio. **Revisitando a trajetória de João Penteado: o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940.** Tese de doutorado – FEUSP, São Paulo, Brasil, 2010.

PEREZ, Letícia Rodríguez (selección). **Leer en el siglo XXI.** La Habana, Cuba: Editorial Gente Nueva, 2012.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS/FAPERGS, 1989.

PETERSEN, Sílvia R. F.; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho, 1870-1937.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tchê!, 1992.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Que a União Operária seja nossa Pátria.** História das Lutas dos operários gaúchos para construir suas organizaçãoes. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria (RS): Editora UFSM, 2001.

PETRA, Adriana. **Anarquistas: cultura y lucha política en la Buenos Aires finisecular. El anarquismo como estilo de vida.** Informe final del concurso: Culturas e identidades en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2001. Acesso em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2000/petra.pdf

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto (orgs.) **Imprensa Operária no Amazonas.** Manaus: EDUA, 2004. (Transcrições e Fac-Similies)

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A Classe operária no Brasil (1889-1930): documentos**. 2 volumes. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINHO, Adelino Tavares de. **Pela Educação e pelo Trabalho e Outros Escritos.** São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2013

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Leonardo Carvalho. *"O Inimigo do Rei: Um jornal anarquista."* In: DEMINICIS, Rafael e REIS, Daniel Aarão Filho (Org.) **História do Anarquismo no Brasil.** volume I. Niterói: EdUFF/Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, nº 36, abril de 2012. (Dossiê Estudos Anarquistas Contemporâneos)

POLLAK, Michael. *"Memória, esquecimento e silêncio"* In: **Estudos Históricos***,* Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989.

PONCIANO, Cláudia. **Emile Zola em português. Um estudo das traduções de Germinal no Brasil e em Portugal.** São Paulo: Annablume, 1999.

PONTES, Matheus Mesquita. *"Jorge Amado e a Literatura de Combate: da literatura engajada à literatura militante de partido."* In: **REVELLI** - Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas ISSN 1984-6576 - v. 1, n. 2, outubro de 2009.

PRADO, Antonio Arnoni (org.) **Libertários no Brasil. Memória, lutas, cultura.** São Paulo: Brasiliense. 1986.

PRADO, Antonio Arnoni. (org.) *"Libertários & militantes: arte, memória e cultura anarquista."* In: **Remate de males.** Campinas, vol. 5, Edição especial, 1985.

PRADO, Antonio Arnoni; FOOT HARDMAN, Francisco (orgs.) **Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935).** São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO, Antonio Arnoni. *"Elucubrações Dramáticas do Professor Oiticica"* In: **Estudos Avançados.** Vol. 14, Nº 20. São Paulo, set/dez, 2000.

PRADO, Antonio. **Matrimonio, Familia y Estado: Escritoras Anarco-Feministas em la Revista Blanca (1898-1936).** Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2011.

PROCHNOW, Lucas Neves. **Memórias, Narrativas e História: a imigração espanhola recente em Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

PROENÇA, Maria Cândida. *"Analfabetismo"*. In: ROSAS, Fernando; BRITO, J.M.Brandão de. **Dicionário Histórico do Estado Novo**, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. pp. 46-48.

QUIROGA, Nicolás. *"Prácticas políticas y cambio cultural: anarquistas autodidactas hacia mediados de 1940."* In: **Estudos Ibero-americanos**, v. 30, n.1, jun. 2004. Versão digital: tapera.info (consulta em 17/8/2012)

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890 – 1930.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Anarquismo e feminismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Achamé. 1999.

RAGO, Margareth. **Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

RAGO, Margareth. *"Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura."* In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.) **A Formação das Tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RAGO, Margareth. *"Luigi e Luce Fabbri: uma ética da liberdade."* In: **Política e Trabalho.** Revista de Ciências Sociais. João Pessoa, nº 36, abril de 2012.

RAMA, Carlos; CAPELETTI, Ángel. **El Anarquismo en La America Latina.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.

RAMOS, Renato. "*Resistência anarquista e antifascista no período Vargas."* In: **Emecê –** Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. Ano II. Nº 5. Rio de Janeiro, Novembro de 2006.

RANCIÈRE, Jacques. **A Noite dos proletários. Arquivos do sonho operário.** Tradução: Marilda Pedreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

RÉCLUS, Élisée. **A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista.** São Paulo: Imaginário/Expressão Libertária, 2002.

REIMÃO, Sandra. *"Estudos sobre produção editorial e história dos livros no Brasil – algumas observações"*, In: I Seminário Brasileiro Livro e História Editorial, Rio de Janeiro: FCRB; PPGCOM/UFF, 2004, disponível em:http://www.uff.br/lihed/primeiroseminario/pdf/sandrareimao.pdf (publicado originalmente em Comunicação e Sociedade, número 42, UMESP, agosto de 2004).

REIMÃO, Sandra. *"Fases do ciclo militar e censura a livros: Brasil, 1964-1978."* In: **INTERCOM**, 28, 2005.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial Brasileiro.** São Paulo: ComARTE/FAPESP, 1996.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *"Livros e Leituras no Século XIX."* In: Separata da **Revista de História das Ideias**, vol.20, Coimbra, 1999.

RICOER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ROCHE, Daniel. **O Povo de Paris. Ensaio sobre a Cultura Popular no século XVIII.** Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 2010.

RODRIGUES, Edgar. **A oposição libertária em Portugal. 1939-1974.** Lisboa: Sementeira, 1982.

RODRIGUES, Edgar. **A Nova Aurora Libertária. 1945-1948.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

RODRIGUES, Edgar. **Anarquismo no Banco dos Réus.** Rio de Janeiro: VJR Editores, 1993.

RODRIGUES, Edgar. **Entre Ditaduras.** Rio de Janeiro: Achiamé Editora, 1993.a

RODRIGUES, Edgar. **Novos Rumos. 1922 – 1946.** Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1978.

RODRIGUES, Edgar. **O Anarquismo no Teatro, na Escola e na Poesia.** Rio de Janeiro: Achiamé Editora, 1992.a

RODRIGUES, Edgar. **O Ressurgir do Anarquismo. 1962-1980.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1993.b

RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros – Vol. 1**. Rio de Janeiro, VJR - Editores Associados, 1994.

RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros – Vol. 2**. Rio de Janeiro, VJR - Editores Associados, 1995.

RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros – Vol. 3.** Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros – Vol. 4.** Florianópolis: Insular, 1997.a

RODRIGUES, Edgar. **Os Companheiros – Vol. 5.** Florianópolis: Insular, 1998.

RODRIGUES, Edgar. **Pequena História da Imprensa Social no Brasil,** Florianópolis, Editora Insular, 1997.b

RODRIGUES, Edgar. **Um século de História Político-Social em Documentos. Vol. 1.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

RODRIGUES, Edgar. **Um século de História Político-Social em Documentos. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

RODRIGUES, Edgar. **Universo Ácrata.** Florianópolis: Ed. Insular, 1999. 2 volumes.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização.** São Paulo: Brasiliense, 1974.

RODRIGUEZ, Alberto Pena. *"El Libro como arma de propaganda politica. Salazarismo, literatura y guerra civil de España (1936-1939)."* In: Separata da **Revista de História das Ideias**, vol.20, Coimbra, 1999.

ROMANI, Carlo. **Oreste Ristori: uma aventura anarquista.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

ROMANI, Carlo. **Entre Marx a Bakunin. Caminhos e descaminhos da AIT, a Associação Internacional dos Trabalhadores.** (Mimeo.) s/d. acessado em: http://unirio.academia.edu/CarloRomani; 20/8/2014.

ROMERO, Luiz Alberto. **Libros baratos y cultura de los sectores populares.** Buenos Aires: CISEA, 1986.

RÓNAI,Paulo. **Escola de Tradutores.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.a

RÓNAI, Paulo. **A Tradução Vivida.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2012.b

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; BARROS, Suzane Santos. **Panorama da História da Editoração em Salvador/Bahia.** Texto apresentado no I Seminário Brasileiro Sobre o Livro e História Editorial. 2004, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. Consultado em: http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/flaviagoullartesusanesantos.pdf acesso em: 21/10/2011.

ROSAS, Fernando; BRITO, J.M.Brandão de. **Dicionário Histórico do Estado Novo**, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

RUDY, Antonio Cleber. **Culturas da Contestação. Anarquistas e anticlericais em Santa Catarina. 1900-1940.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2010.

SÁ, Victor de. **Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)**, Lisboa: Caminho, 1991.

SAMIS, Alexandre. **Clevelândia. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Imaginário, 2002.

SAMIS, Alexandre; RAMOS, Renato. *"Anatomia da crise: do sindicalismo revolucionário ao colaboracionismo cooperativista."* In: **VERVE –** Revista do Núcleo de Sociabilidade Libertária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 1, 2002.

SAMIS, Alexandre. *"Pavilhão Negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil*". In: COLOMBO, Eduardo et alli*.* **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Ed. Imaginário/ São Caetano do Sul: IMES – Observatório de Políticas Sociais, 2004.

SAMIS, Alexandre. *"Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos."* In: REIS FILHO, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge. (orgs.) **As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições. 1889-1945.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAMIS, Alexandre. **Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos.** 1ª ed. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris.** São Paulo: Hedra, 2011.

SAMIS, Alexandre. *"As Linhagens de um Clássico"* In: KROPOTKIN, Piotr. **A Conquista do Pão.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

SAMIS, Alexandre. *"O Primeiro Congresso Operário Brasileiro e outras formas pedagógicas de luta."* In: **Educação Libertária.** Teoria e Prática Libertárias em Educação. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ IEL-Instituto de Estudos Libertários. Nº 2, março de 2014.

SAÑA, Heleno. **Cultura Proletária y Cultura Burguesa.** Madrid: Edita Zero, 1972.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A trajetória anarquista do educador João Penteado.** Leituras sobre educação, cultura e sociedade. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Educação/Universidade de São Paulo, 2009.

SARLO, Beatriz. *"Entrevista a Richard Hoggart."* In: HOGGART, Richard. **La cultura obrera en la sociedade de masas.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2013. pp.361-366.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *"Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas."* In: BRESCIANI, Stela (org.) **Imagens da cidade: séculos XIX e XX.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *"Cicatriz de origem: notas para uma historiografia da leitura no Brasil"*, In: MARTINS FILHO, Plínio; TENÓRIO, Waldecy (orgs.). **João Alexandre Barbosa: o leitor insone.** São Paulo: Edusp, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. *"Trajetória e vivências: as biografias na história do movimento operário brasileiro."* In: **Projeto História.** *Cultura e Trabalho.* São Paulo: EDUC/PUC, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso. *"O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República."* In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol. 21, nº 41, 2001.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em Busca da Terra da Promissão.** Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência. Discursos ocultos.** Lisboa: Letra Livre, 2013. Tradução: Pedro Serras Pereira.

SECCO, Lincoln; DEAECTO, Marisa Midori (orgs.) **Edgard Carone, Leituras marxistas e outros estudos.** São Paulo: Xamã, 2004.

SECCO, Lincoln. *"Leituras Comunistas no Brasil (1919-1943)"*. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. (orgs.) **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Memorie et oubli: anarchisme et syndicalisme revolutionire au Brésil.** Paris: Editions de La Maison des Sciences de L'Homme.1992.

SEIXAS, Jacy Alves de. *"O esquecimento do anarquismo no Brasil: a problemática da (ré)construção da identidade operária."* In: **História e Perspectivas** (Universidade Federal de Uberlândia), nº 11, jul./dez., 1994.

SEIXAS, Jacy Alves. *"Anarquismo e socialismo no Brasil: as fontes positivistas e darwinistas sociais."* **Historia & Perspectivas** (Universidade Federal de Uberlândia) v. 12-13, p. 135-150, 1995.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Acerca do militante anarquista – sensibilidade, cultura e ética política, Brasil (1890-1920).** In: Anais do Encuentro Cultura y prática del anarquismo, desde sus orígenes hasta la Primera Guerra Mundial. México DF: Colegio del México, março de 2011. http://catedramex-esp.colmex.mx/Textos%20encuentro%20anarquismo%202011.html acesso em 1/5/2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão (tensões sociais e criação cultural na Primeira República)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Douglas Mansur da. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974.** Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2006. Coleção Estudos e Investigações, vol. 42.

SILVA, Rafael Viana da. **Indeléveis Refratários: As Estratégias Políticas Anarquistas e o Sindicalismo no Rio de Janeiro em Tempos de Redemocratização (1946-1954).** Monografia de Graduação em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Rafael Viana da. *"Trajetórias organizacionistas: Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário no Brasil da década de 40 e 50."* In: **Passapalavra.** http://passapalavra.info/?p=50685, postado em: 6/1/2012. acesso em 17/1/2012.

SILVA, Robledo Mendes da. **A influência de Élisée Réclus na educação operária no Brasil: das Ciências Naturais à Educação Integral.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Imprimindo a Resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945).** Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual da Campinas/IFCH, 2005.

SILVA, Rodrigo Rosa da. **Anarquismo, Ciência e Educação.** Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Rodrigo Rosa da; CUNHA, Eduardo. *"Bibliotecas, Centros de Estudos e Ateneus: Cultura e Educação Anarquista Ontem e Hoje."* In: **Educação Libertária.** Teoria e Prática Libertárias em Educação. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário/ IEL-Instituto de Estudos Libertários. Nº 2, março de 2014.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Dominus Editora, 1966.

SIMÃO, Aziz. *"Os anarquistas: duas gerações distanciadas."* In: **Tempo Social. Revista de Sociologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, Vol. 1 (1), 1º semestre de 1989.

SIMÕES, Gustavo. *"Por uma militância divertida: O Inimigo do Rei, um jornal anarquista."* In: **Verve.** Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 11, São Paulo, 2007.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs). ***Culturas Políticas:*** **ensaios de história cultural, história política e ensino de história.** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SORÁ, Gustavo Alejandro. ***Brasilianas:* a casa José Olympio e a instituição do livro nacional.** (Tese de Doutorado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: Museu Nacional/Universidade de Federal do Rio de Janeiro, 1998.

SORÁ, Gustavo Alejandro. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro.** São Paulo: EDUSP/Com-Arte, 2010.

SOUSA, Wlaumir Doniseti de. **Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante – das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

SORIANO, Ignácio C.; MADRID, Francisco. **Antología Documental Del Anarquismo Español. Vol. VI.I.** Bibliografía del Anarquismo en España, 1868 - 1939. *In:* Centre de Documantació Antiautoritari i Llibertari. http://www.cedall.org/Documentacio/Castella/cedall203410103.htm Acesso em: 22/02/2013.

STAROBINSKY, Jean. **1789. Os Emblemas da Razão.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STOPES, Marie Carmichael. **Procreação Racional.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. **Jornalismo Alternativo no Rio Grande do Sul.** *In:* Revista PJ:Br – Jornalismo Brasileiro. Nº 5, 2005. consultado em http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios5_d.htm, acesso em 10/5/2012.

SUNKEL, Guillermo. **Razón y Pasión en la prensa popular. Un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura politica.** Santiago do Chile: Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, 1985.

SURIANO, Juan. **Anarquistas, cultura y politica libertaria en Buenos Aires, 1890-1910.** Buenos Aires: Manatial: 2001.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa.** Lisboa: Portugália, 1965.

THOMPSON, E. P. *"Algunas Observaciones Sobre Clase y 'Falsa Consciencia'."* **História Social.** Valencia: Instituto de Historia Social UNED, primavera - verano, n º 10, 1991.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 3ª ed, 2002.a

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.2, 3ª ed, 2002.b

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.3, 3ª ed, 2002.c

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetim no Brasil: 1830 à atualidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1994.

TOLEDO, Edilene Teresinha. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário – Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TOLEDO, Edilene Teresinha. **Em torno do jornal O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século**. In: CADERNOS AEL: Anarquismo e Anaquistas. Campinas: UNICAMP/IFCH, vol. 8/9, 1998. PP. 89-113.

TOLEDO, Caio N. **O Governo Golart e o golpe de 64.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

TORGAL, Luis Reis. "Literatura Oficial no Estado Novo. Os Premios literários do SPN/SNI." In: Separata da **Revista de História das Ideias**, vol.20, Coimbra, 1999.

TOUS, Pere Joan; TIETZ, Manfred. (orgs.) **El Anarquismo y sus tradiciónes culturales.** Madrid: Vervuert-Iberoamericana, 1995.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Memórias de um autodidata no Brasil.** São Paulo: Escuta/FAPESP/UNESP, 1999.

VALENTE, Silza Maria Pazello. **A presença rebelde na Cidade Sorriso.** Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba (1890-1920). Londrina: UEL, 1997.

VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e Anticlericalismo.** São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.

VALVERDE, Antonio José Romera. **Pedagogia Libertária e Autodidatismo.** Tese de Doutorado em Educação. Campinas: Universidade Estadual da Campinas. Faculdade de Educação. 1996.

VALVERDE, Antonio José Romera. *"Socialismo Libertário, educação e autodidatismo: entrevista-depoimento com Jaime Cubero."* In: **Educação e Pesquisa.** Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo: Volume 34, Nº 2, pp. 393-408, maio/agosto de 2007.

VARGAS, Maria Thereza (org.) **Antologia do Teatro Anarquista.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VARGAS, Maria Thereza (coord.) **Teatro Operário na cidade de São Paulo.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980.

VASCO, Neno. **Da Porta da Europa.** Factos e Ideias. A questão religiosa. A Questão Política. A Questão Econômica. 1911-1912. Biblioteca Libertas No. 1. Lisboa: Tipografia Renascença, 1913.

VENTURA, António. **Anarquistas, Socialistas e Republicanos.** As convergências possíveis (1892-1910). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

VENTURA, António. *"As Sociedades Secretas e a Revolução."* In: **25 Olhares sobre a I República.** Do Republicanismo ao 28 de maio. Lisboa: Edições Público, 2010.

VIANA, Allyson Bruno. **Historiografia da Atuação Libertária: a produção dos anos 1980**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002.

VILLALTA, Luís Carlos. (Entrevista) In: **LPH** – Revista de História. Departamento de História (LPH), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ano 20 – nº. 20/01- primeiro semestre – 2010 Mariana, MG: Departamento de História do ICHS/UFOP.

VILELA, Gleide et alli. **Os baianos que rugem.** A Imprensa Alternativa na Bahia. Salvador: EdUFBA, 1996.

VIÑAS, David. **Literatura argentina y politica. De los jacobinos porteños a la bohemia anarquista.** Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

VVVAA. **Breve História da Imprensa Sindical no Brasil.** Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, Cadernos de Comunicação, nº 14, 2005.

VVAA. **Durruti. Da revolta à revolução.** São Paulo: Ed. Imaginário/IEL, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780-1950.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969

WILLIAMS, Raymond. **Palabras clave. Un Vocabulario de la cultura y la sociedad.** Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *"A Imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica."* In: **Projeto História.** São Paulo, nº 35, dezembro de 2007, pp. 15-26.

WILLIAM, Raymond. **A Política e as Letras.** Entrevistas da *New Left Review*.Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

WOICOWICZ, Karina Janz. **Recortes da Mídia Alternativa: histórias e memórias da comunicação no Brasil.** Ponta Grossa: UEPG, 2009.

WOODCOCK, George. **Anarquismo: Uma História das idéias e movimentos libertários.** Porto Alegre: LPM, 1983.

WOLIKOW, Serge. *“História do Livro e da Edição no Mundo Comunista Europeu.”* In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER Jean-Ives. **Edição e Revolução. Leituras comunistas no Brasil e na França.** Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.